

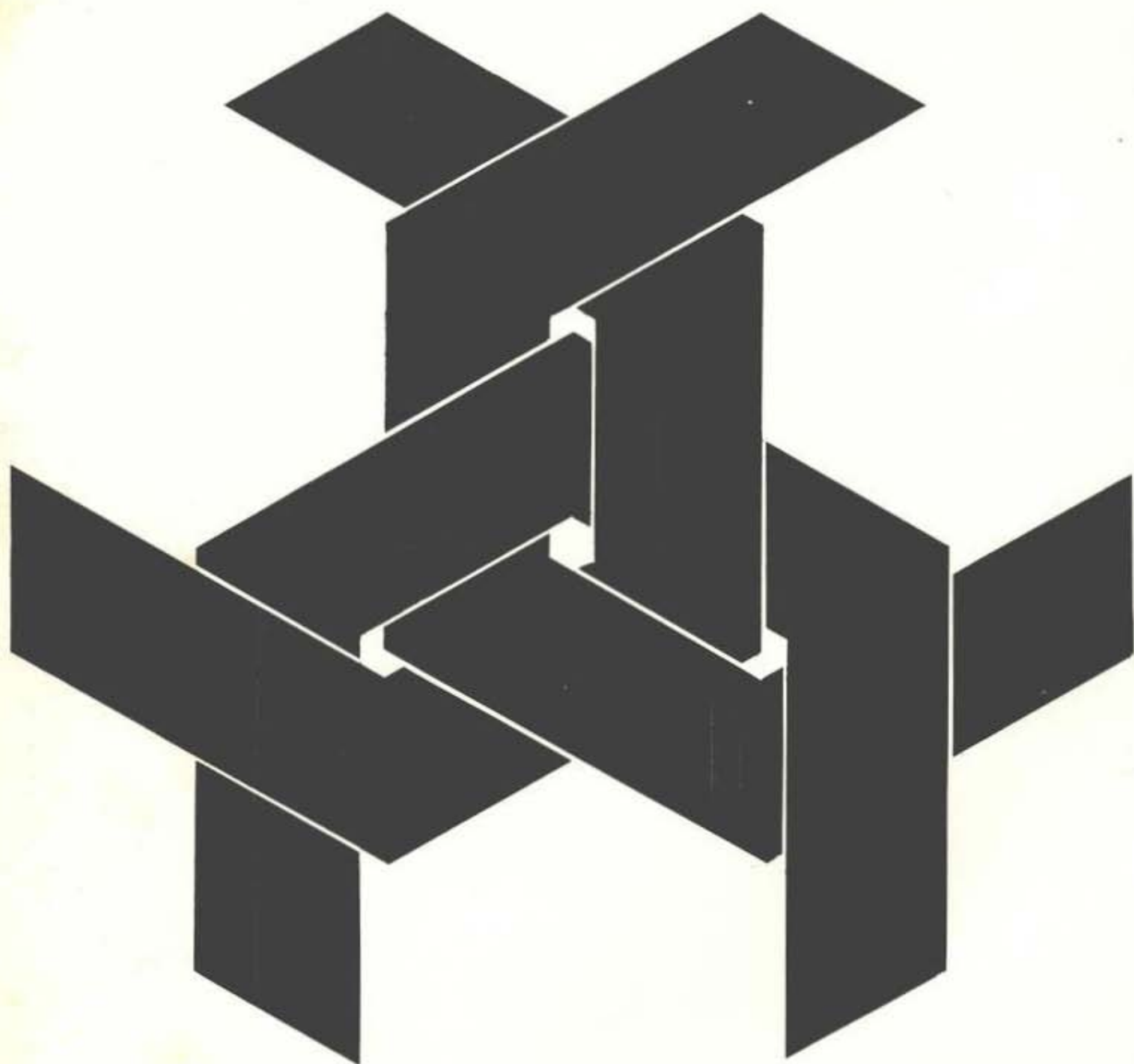
conjuntura econômica

UMA PUBLICAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
VOL. 25 N.º 2 1971 CR\$ 3,00

A ECONOMIA BRASILEIRA 1970

RETROSPECTO

informação segura
empresa forte



**REVISTA DE
ADMINISTRAÇÃO
DE EMPRESAS**

RAE

Uma Publicação da Fundação Getúlio Vargas

AS 500 MAIORES EMPRÊSAS DO BRASIL

Responda às seguintes perguntas:

- 1) Sua empresa tem Patrimônio Líquido igual ou superior a Cr\$ 15 milhões?**
- 2) É sociedade anônima de atividade não exclusivamente financeira?**
- 3) Teve lucro em 1970?**

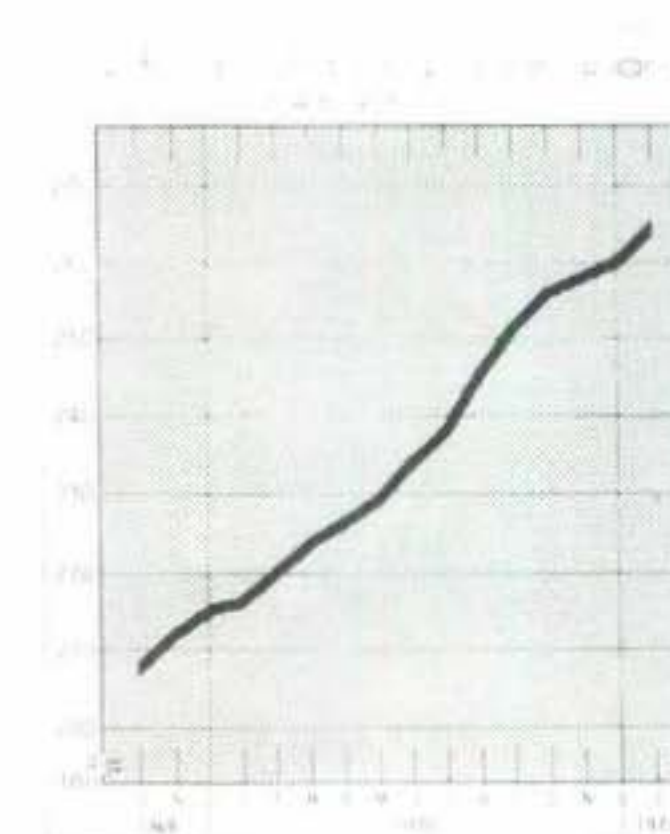
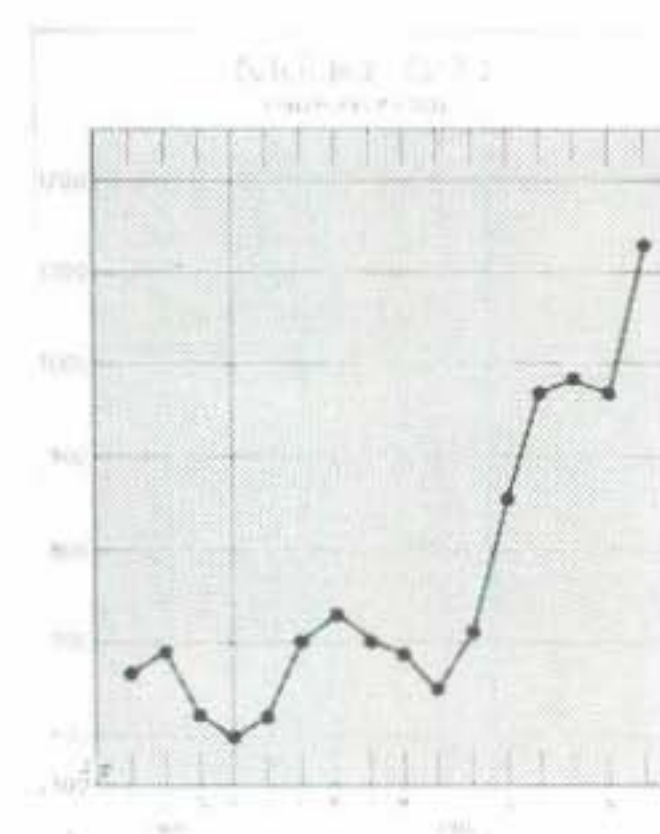
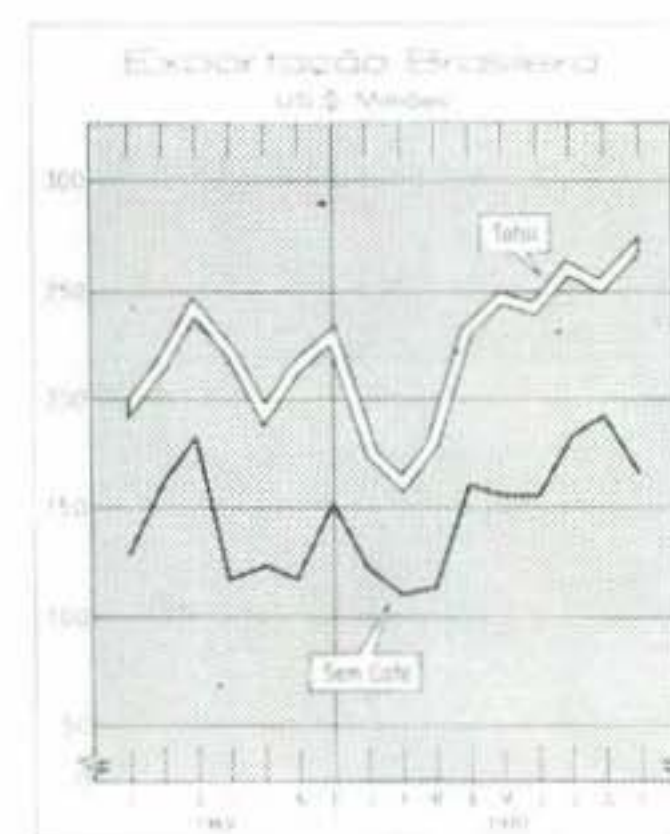
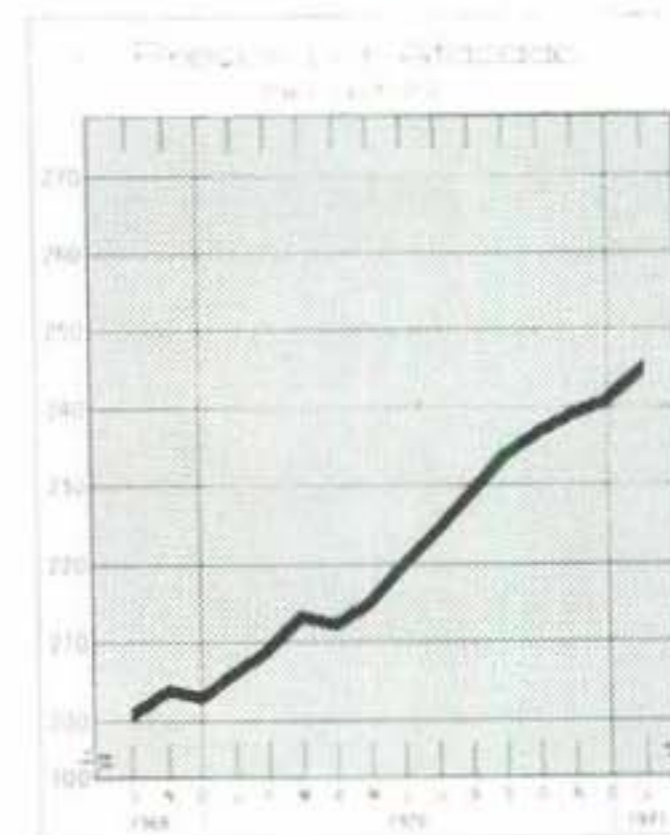
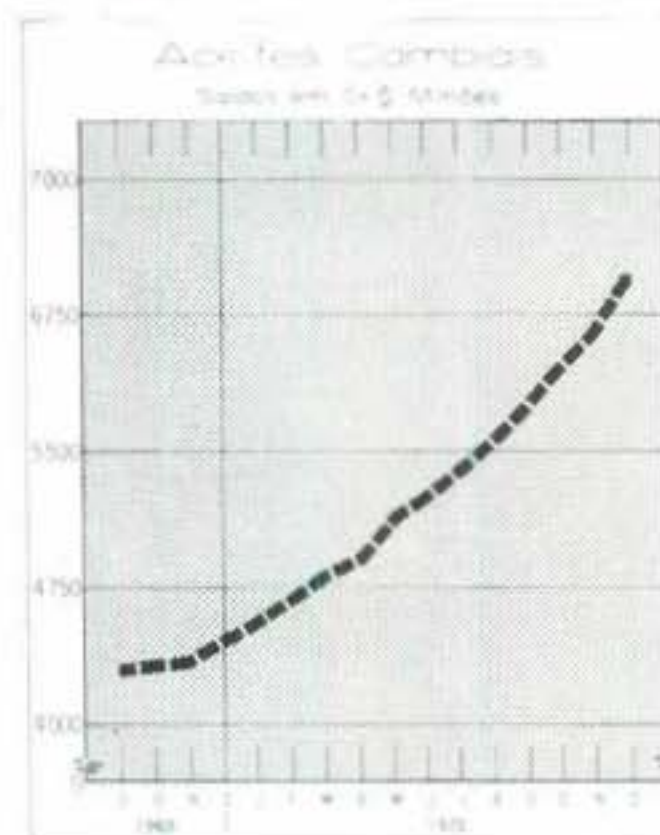
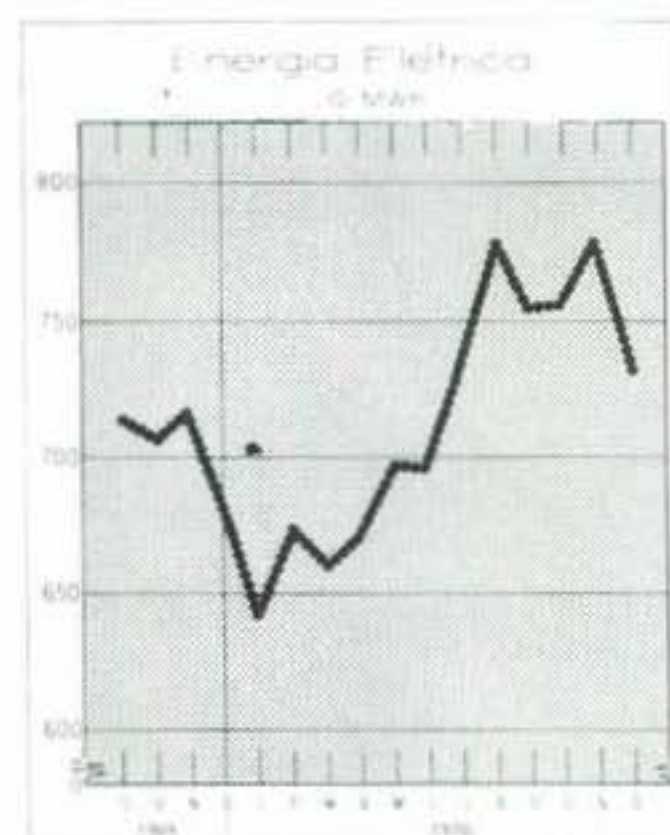
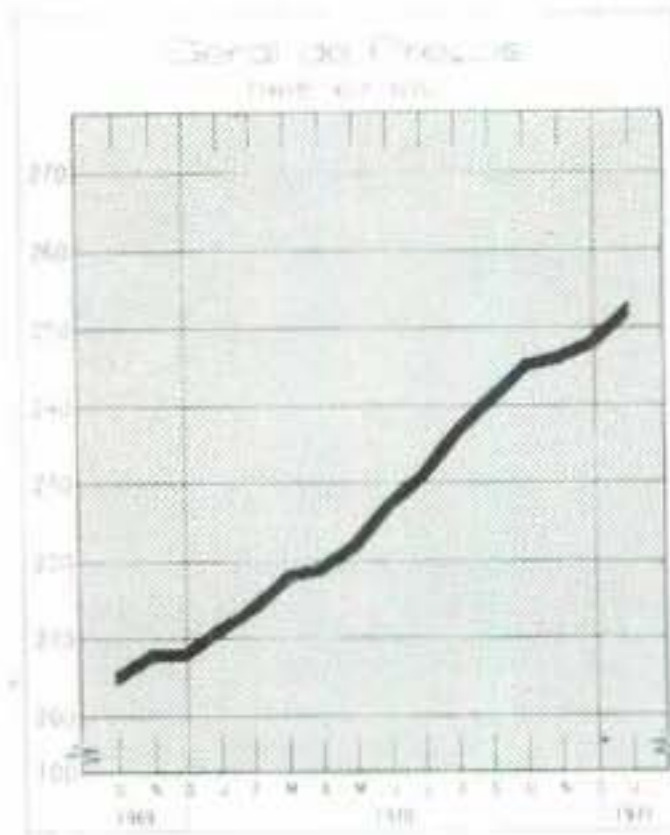
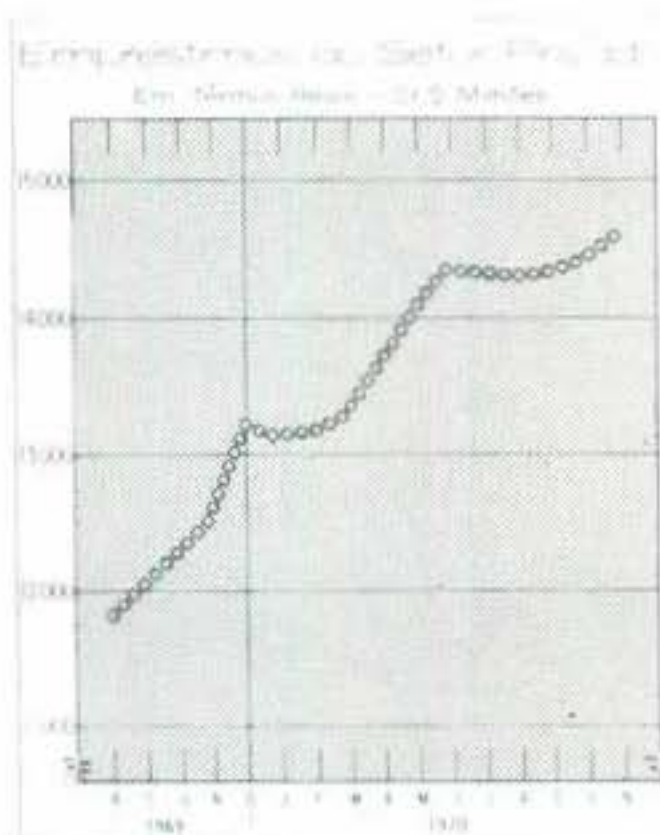
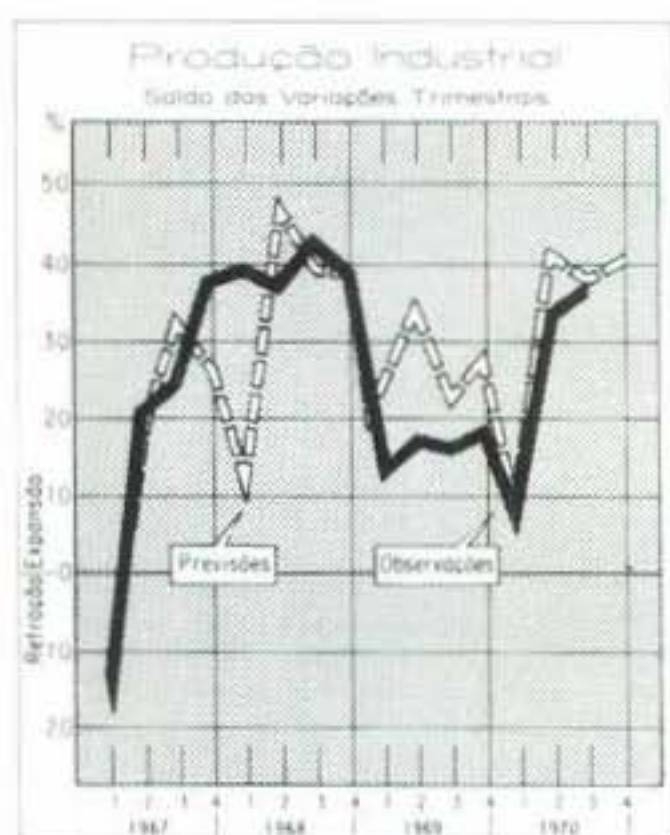
Se todas as respostas forem afirmativas: parabéns. Sua empresa deverá estar incluída entre as "500 maiores sociedades anônimas" brasileiras que "Conjuntura Econômica" indicará brevemente.

Para que possamos incluir sua empresa com base nos dados mais atualizados possíveis, remeta para nossa Redação - Av. 13 de Maio n.º 23, s/1222 - Guanabara - cópia do último balanço e demonstração de lucros e perdas.

Mas, atenção, pois o prazo limite é 31 de maio.

Atenda à nossa convocação e mostre, com orgulho, que sua empresa está entre as que lideram a atividade produtiva nacional.

INDICADORES DE CONJUNTURA



Produção Industrial — Saldo das respostas às Sondagens Conjunturais efetuadas pelo Centro de Estatística e Econometria.
Exportação — fonte: CACEX e IBC. **Energia Elétrica** — Consumo Industrial da Região Rio-São Paulo-Light. **Empréstimos ao Setor Privado** — Bancos Comerciais mais Banco do Brasil. **Deflator**: índice geral de preços por atacado — Disponibilidade Interna — coluna 12 dos Índices Econômicos Nacionais. **Aceites Cambiais** — Com base em empréstimos por aceites cambiais de 55 financeiras que, em 30-6-69, representavam 59,7% do país — fonte: Banco Central, departamento econômico. **Média S-N** — fonte: Organização S-N Ltda. **Índice geral de preços** — Disponibilidade Interna — coluna 2 dos Índices Econômicos Nacionais. **Índice Geral de preços por Atacado** — Disponibilidade Interna — coluna 12 dos Índices Econômicos Nacionais. **Custo da Vida na Guanabara** — Total, coluna 1.

A nova calculadora eletrônica que você carrega para resolver problemas

A novíssima, sofisticada, leve e barata calculadora eletrônica NCR, acaba de chegar. Agora Você pode transportar a Máquina-Resposta NCR de mesa em mesa, de escritório para escritório e do escritório para casa. Com alça embutida e cobertura do teclado, pesa menos do que u'a máquina de escrever.

Tal como tôdas as Máquinas-Resposta, a NCR 18-12 é prima em primeiro grau do Computador NCR: Nada se move em seus circuitos de estado sólido. Porisso, não existem os ruídos de máquinas de calcular convencionais.

A calculadora eletrônica NCR 18-12 realiza em centésimos de segundo o que uma calculadora comum faz em 1/4 de minuto.

Sem engrenagens, sem ressaltos, sem molas, sem nada que se possa retirar.

Você não precisa ser um operador especializado para lidar com a NCR 18-12, ou outra qualquer Máquina-Resposta NCR.

Simplesmente registre no teclado o problema desejado, na maneira usual de escrevê-lo; ex:

$1,2 \times 3,4 =$; e, antes que o seu dedo deixe a tecla $=$, a resposta é indicada: 4,08

Tôdas as Máquinas-Resposta NCR, da simples NCR 18-12, às 18-1 e 18-3, têm funções para e capacidade de preencher as necessidades de qualquer aplicação. Tôdas respondem ao posicionamento automático da pontuação decimal. Os modelos 18-2 e 18-3 possuem arredondamento automático dos centavos e duas memórias para acumulação de totais ou armazenamento de constantes. O modelo 18-3 tem o cálculo automático da raiz quadrada.

Tôdas têm a garantia NCR de um ano e o apoio de um esmerado Serviço NCR, em qualquer lugar em que estejam operando.

Adquira o silêncio, a rapidez e o desempenho das Máquinas-Resposta NCR, chamando-nos diretamente, em qualquer de nossas filiais.

NCR responde com máquinas

**NCR****NCR DO BRASIL S. A.**

Av. Marechal Floriano, 96 - Tel.: 223-8080 - Rio-GB
Av. 24 de Maio, 77 - 16º Tel.: 36-3884 - SP - Filiais atendendo a todos os Estados

A CONJUNTURA EM INSTANTÂNEOS

Em 1970, segundo estimativas preliminares, a taxa de expansão da atividade econômica nacional foi de 9,5%, contra 9,0% em 1969. Para tanto o setor agrícola contribuiu com cerca de 5,6% (+ 6,0% em 1969) e a produção industrial com aproximadamente 11,0% (+ 10,7% em 1969). Comércio e transportes e comunicações, influenciados que são pelo desenvolvimento das atividades primárias e secundárias, cresceram, respectivamente 8,9% e 14,9% (ver pg. 7).

As exportações brasileiras, em 1970, deverão atingir a soma de US\$ 2,7 bilhões (FOB), o que traduz melhoria de 17% em relação a 1969 (US\$ 2,3 bilhões). Para as importações, também FOB, embora só disponhamos de dados para o período janeiro/setembro, admite-se, com base naqueles elementos, um montante de US\$ 2,2 bilhões. Em termos CIF, esse valor de nossas aquisições externas talvez venha girar em torno de US\$ 2,5 bilhões. O confronto de tais dados evidencia que a balança comercial, em 1970, deverá apresentar um saldo positivo da ordem de US\$ 500 milhões FOB e US\$ 200 milhões FOB/CIF (ver pg. 51).

As vendas de café aos mercados estrangeiros alcançaram 17 084 949 sacas em 1970, contra 19 552 506 em 1969, o que significa redução de 2 467 557 sacas no ano recém-findo. Cumpre lembrar que as exportações da rubiácea em 1970 foram das menores do último quinquênio, somente ligeiramente superiores às de 1966, quando atingiram apenas 17 031 071 sacas (ver pg. 55).

As cifras preliminares do balanço de pagamentos do Brasil registraram, em 1970, superavit da ordem de US\$ 576 milhões. Esse valor ultrapassa em 5,4% o de 1969, quando se obteve saldo favorável de US\$ 549 milhões. O saldo positivo da balança comercial atingiu US\$ 500 milhões; o movimento líquido de capitais US\$ 926 milhões; e os serviços em geral — transportes, rendas de capitais, seguros, serviços governamentais, viagens internacionais e outras — um déficit de US\$ 850 milhões (ver pg. 67).

O déficit de caixa do Tesouro Nacional será da ordem de Cr\$ 738,3 milhões em 1970, representando declínio de 18,1%, em termos reais, em relação ao exercício anterior. A receita subiu a Cr\$ 19 193,8 milhões e a despesa a Cr\$ 19 932,1 milhões, advindo daí o déficit mencionado (ver pg. 75).

O volume dos meios de pagamento acusou, em 1970, acréscimo de 25,5%, mostrando, pois, desaceleração comparativamente aos 32,6% de 1969. Essa menor expansão foi, sem dúvida, um dos elementos mais importantes a contribuir para que os índices de preços não acusassem elevado crescimento. O índice geral de preços, no conceito de disponibilidade interna, medida mais abrangente da inflação no que interessa aos negócios domésticos, aumentou 19,3% em 1970, contra 20,1% em 1969 (ver pg. 79).

A economia mundial, em 1970, não apresentou desempenho brilhante. Na maioria dos países desenvolvidos a atividade econômica não apresentou o mesmo dinamismo de 1969 e a inflação continuou a ser um problema comum a todos eles. Nos Estados Unidos admite-se mesmo queda do produto real; na República Federal da Alemanha o produto real deve ter apresentado, em 1970, crescimento menor que em 1969; no Japão a taxa de crescimento manteve-se no mesmo nível do ano anterior; na França, Reino Unido e Itália as respectivas taxas de expansão econômica não parecem ser das melhores, ficando aquém das perspectivas indicadas nos primeiros meses do ano (ver pg. 145).

conjuntura econômica

Revista mensal editada pela
Fundação Getúlio Vargas
Instituto Brasileiro de Economia
Centro de Análise da Conjuntura Econômica
Fundador: Richard Lewinsohn

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Octávio Gouvêa de Bulhões (Presidente),
José Garrido Tórres, Dênio Nogueira,
Mário Henrique Simonsen, Julian M. Chacel e Isaac
Kerstenetzky (membros)

Redator-chefe: Sebastião Marcos Vital

REDAÇÃO

Secretário: Newton Luiz do Rego
Corpo Redatorial:
Edison Cezar de Carvalho (Redator-Chefe Adjunto),
Alberto Sozin Furugem, Arthur Pereira, Augusto
Cesar Cardoso, Ernst Muhr, Geoffrey A. Langlands,
Gilberto Ferreira de Carvalho, Hélio M. Escobar,
Herbert Friedmann, Ivan C. Duarte, Jair Dezolt, Jorge
Kingston, José Roberto Novaes Almeida, Lúcia Marinho
Pirajé, Luiz Carlos Machado, Mário Henrique Simonsen,
Maria Livia Mancebo Rodrigues, Orlando de Sousa,
Oswaldo R. Franco, Pedro Paulo Barbosa da Costa,
Tupy C. Porto, Hélio Silva, Samuel Schickler, Ewerton
Dias de Andrade e João Monteiro Peixoto

CORRESPONDENTE

PARA A AMÉRICA LATINA: José Maria Aragão

REDAÇÃO: Av. 13 de Maio, 23 — Sala 1.222.

Telefone: 252-4601 — Rio de Janeiro

Revista mensal do Instituto Brasileiro de Economia

Editada pela

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Benedito Silva

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Diretor: R. A. Amaral Vieira

Coordenação editorial: Vera Lúcia Villar

Vendas: Albertino Ferro da Silva

Praia de Botafogo, 188 — Tel.: 246-4010

Cx. Postal 21.120 — ZC-05 — Rio de Janeiro, GB

E permitida a reprodução total ou parcial dos artigos

desta Revista, desde que seja citada a fonte.

Tiragem desta edição 25 000 exemplares

Assinatura anual Cr\$ 30,00

Número avulso ou atrasado Cr\$ 3,00

Composto e impresso por SEDEGRA Sociedade Editora

e Gráfica Ltda., Rua Matipó, 115 - Rio de Janeiro - GB

Distribuidor exclusivo para todo o Brasil:

Fernando Chinaglia Distribuidora S. A.

Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro - GB

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo, instituída em
20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de di-
reito privado, visando ao estudo dos problemas da
organização racional do trabalho, especialmente nos
seus aspectos administrativo e social e à conformidade
de seus métodos às condições do meio brasileiro.

CONSELHO DIRETOR: presidente: Luiz Simões Lo-
pes; vice-presidente: Eugênio Gudin; membros:
Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros
Silva, João Carlos Vital, Jorge Oscar de Mello Flôres,
José Joaquim de Sá Freire Alvim e Rubens d'Almada
Horta Porto.

CONSELHO CURADOR: presidente: Maurício Nabu-
co; vice-presidente: Alberto Pires Amarante; mem-
bros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia
de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolô-
nio Jorge de Faria Salles, Ary Frederico Tórres, As-
tério Dardeau Vieira, Carlos Alberto de Carvalho
Pinto, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e
Almeida, Francisco Montojos, Heitor Campello Quar-
te, Henrique Duminhos Ribeiro Barbosa, Joaquim
Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira
Dias, Mário Paulo de Brito, Moacyr Velloso Cardoso
de Oliveira, Paulo de Tarso Leal e Rafael da Silva
Xavier e Theodoro Arthou.

Presidente: LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor-Executivo: ALIM PEDRO

SEDE: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal 21.120 —

ZC-05 — Tel.: 246-4010 — Rio de Janeiro — GB

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA: Octávio Gouvêa de Bulhões,
PRESIDENTE; Isaac Kerstenetzky, Jorge Kingston,
Julian M. Chacel e Mário Henrique Simonsen, MEM-
BROS; Julian Chacel, DIRETOR DE PESQUISAS;
Isaac Kerstenetzky, DIRETOR DE PESQUISAS; Mário
Henrique Simonsen, DIRETOR DA ESCOLA DE PÓS-
GRADUAÇÃO; Jorge Kingston, ASSESSOR DA
DIREÇÃO.

CHEFES DE CENTRO:

CENTRO DE CONTAS NACIONAIS — Angelo Jorge
de Souza; CENTRO DE ESTATÍSTICA E ECONOMÉ-
TRIA — Janes Angelo de Souza; CENTRO DE ESTU-
DOS AGRÍCOLAS — Sylvio Wanick Ribeiro; CENTRO
DE ESTUDOS INDUSTRIAIS — José Almeida; CEN-
TRO DE ESTUDOS FISCAIS — Margaret Hanson Costa.

SUMÁRIO

A CONJUNTURA EM INSTANTÂNEOS

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

7 Panorama do Ano

11 Preços — Resultados em 1970

AGRICULTURA

17 Balanço agropecuário de 1970

INDÚSTRIA

31 Crescimento de 11%

COMÉRCIO

51 Comércio exterior — em expansão

55 Café — Instabilidade de preços

TRABALHO

65 Mercado de empregos — bons resultados

FINANÇAS

67 Balanço de pagamentos e câmbio —
Resultados de 1970

75 Tesouro nacional — Dentro da
programação

79 Moeda, crédito e mercado de capitais —
Aprimoramento do sistema financeiro

95 Mercado de ações — Novas altas em
1970 e maior atividade

100 Emissões de capital — Predominância
do Rio e São Paulo

107 Insolvências — Resultados favoráveis

TRANSPORTES

114 Prossegue a tendência ao reequilíbrio
intermodal

LEGISLAÇÃO

127 Legislação econômica — Tópicos
selecionados

A CONJUNTURA NO ESTRANGEIRO

145 Economia mundial em 1970 — Inflação
e menor crescimento

149 Mecanismo internacional de pagamentos
— Retrospecto

ESTATÍSTICAS BÁSICAS

143 O censo demográfico de 1970 —
Resultados preliminares

ÍNDICES ECONÔMICOS

160 Coeficientes de correção monetária

LIVROS

162 Movimentos partidários no Brasil
Críticos da sociedade

DE ALTO A BAIXO VOCÊ CONTA COM A QUALIDADE BRASILIT

Com seis fábricas, 21 agências, 5.000 distribuidores e centenas de milhares de clientes, a BRASILIT está presente com sua tradicional qualidade em todo o território nacional.

Seja na escolha dos mais variados tipos de telhas de cimento-amianto, seja em caixas de descarga ou caixas d'água, seja na mais ampla linha de saneamento — que vai desde gigantescos tubos de concreto para adutoras, até tubulações para esgoto, canos em cimento-amianto ou PVC para instalações urbanas, domiciliares, industriais ou agrícolas, a BRASILIT sempre oferece produtos garantidos por uma experiência de mais de 30 anos.



S. A. TUBOS BRASILIT



Panorama do Ano

Constitui tradição de "Conjuntura Econômica", ao traçar o panorama de um ano que acaba de findar, apresentar o desempenho da economia sintetizada na taxa de crescimento do produto real. Essa medida tem sempre caráter altamente preliminar, porquanto a apuração de estatísticas no Brasil ainda não permite que se faça estimativa final e irretocável senão com defasagem mínima de 2 anos.

É por esse motivo que se devem tomar com cautela as taxas agora adiantadas, embora o tratamento qualitativo que se dá mais adiante ao exame de certos setores permita chegar à quase certeza de que a taxa síntese, calculada em definitivo, não deverá afastar-se muito desta mensuração preliminar.

Cabe esclarecer uma vez mais que o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, ao calcular essa taxa de crescimento, reúne dados provenientes de fontes oficiais, em especial, informações dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e do Comércio, e Planejamento, este último atuando no levantamento de dados estatísticos através da Fundação IBGE.

Em 1970 a economia brasileira deve ter tido expansão da ordem de 9,5% com crescimento setorial assim distribuído:

| | % |
|---------------------------|------|
| Agricultura | 5,6 |
| Indústria | 11,1 |
| Comércio | 9,0 |
| Transporte e Comunicações | 15,0 |

Valem duas observações de método. A primeira é que o índice da evolução do volume físico do produto, ao atingir 109,53 comparativamente ao ano anterior, não incorpora a prestação de certas categorias de serviços como a intermediação financeira e o próprio setor governamental. A outra é que o índice agrega as taxas setoriais utilizando ponderações que têm como base as relações da renda interna de 1968.

Tomada pelo seu valor aparente, a taxa de expansão real do produto em 1970 significa excelente desempenho da economia; transportes e comunicações e indústria de transformação correspondem aos setores de maior dinamismo.

Todavia, convém salientar que uma economia não necessita evoluir sempre em ritmo elevado e constante, para que o desempenho seja historicamente satisfatório. Numa perspectiva de longo prazo é perfeitamente normal que existam flutuações em torno da taxa de expansão calculada para determinado ano.

Com base nas observações do passado o Instituto Brasileiro de Economia construiu um modelo econométrico em que se impõem limites à expansão real do produto em termos: a) do crescimento populacional e da produtividade da mão-de-obra; b) da acumulação de capital; e c) do balanço de pagamentos. Calculadas as folgas entre esses limites, chega-se a uma taxa histórica que projetada para o período 1970/80 seria da ordem de

6,8% ao ano. Embora bem mais baixa que a taxa preliminar encontrada para 1970, como valor histórico ainda assim seria satisfatória, mormente se se tem em conta que as revisões impostas ao crescimento demográfico pelo Censo de 1970 fazem crer numa taxa de aumento populacional da ordem de 2,7% ao ano. Combinando essas duas taxas, o volume físico de mercadorias e serviços que estaria em média à disposição de cada habitante — medida efetiva de progresso econômico — dobraria num período de tempo situado em pouco menos de 18 anos.

O ano de 1970, caracterizou-se por clima de crescente otimismo nos negócios. A indústria de transformação, a julgar pelos dados da Sondagem Conjuntural, é setor bem indicativo desse fato. As informações coligidas pelo Instituto Brasileiro de Economia a respeito das expectativas do empresariado industrial, depois de confirmadas pelos dados a posteriori, revelam que a cada trimestre do ano se acentuava mais e mais a concentração de respostas indicadoras de aumentos ou estabilidade de produção, procura e mão-de-obra, ao mesmo tempo que, em relação aos estoques, a concentração das respostas tendia a reduzir-se.

Duas verificações, em julho e outubro, foram feitas a respeito do grau de utilização do equipamento instalado. Em ambas as observações, o total de informantes da Sondagem declarou utilização de 86% da capacidade nominal das

máquinas e instalações — taxa bem próxima do que poderia ser o conceito de plena capacidade.

Isso leva a concluir que o setor industrial trabalhou em ritmo crescente e encontrou escoadouro para sua produção.

Para complementar o panorama reinante no setor industrial, economistas do Instituto mantiveram contatos com diretores de empresas em gêneros-chave como siderurgia, têxtil, química, alimentos e eletromecânica. As entrevistas, de modo geral, confirmaram os juízos que através da Sondagem foi possível estabelecer.

A evolução dos negócios bursáteis é outro indicador do clima de crescente otimismo que se observou em 1970. Os principais indicadores do mercado estiveram em alta no 1º trimestre, recuando um pouco no 2º devido à pressão temporária exercida pelos Fundos de Incentivos Fiscais, voltando a crescer acentuadamente no 2º semestre. Os vários e bem sucedidos lançamentos através de operações de "underwriting" corroboram o clima de otimismo prevalecente em 1970.

Em 1970 o cruzeiro foi desvalorizado 9 vezes e em 13,7%, contra 8 vezes e 13,6% em 1969. No ano próximo passado os reajustamentos se fizeram, em média, de 40 em 40 dias. Do mesmo modo que nos anos anteriores a desvalorização cambial foi inferior à alta dos preços internos em cerca de 6%. A inflação nos EUA e na maioria dos países industrializados explica, basicamente, este fato. A conjugação das políticas cambial, fiscal e monetária produziram o superavit de US\$ 576 milhões no balanço de pagamentos e o acúmulo de divisas, até outubro, de US\$ 1 113 milhões. Esta última cifra representa, de um lado, maior solvabilidade do país em relação aos compromissos financeiros internacionais e, de outro, a confiança das demais nações nos destinos do país.

O comércio exterior continuou, em 1970, em plena expansão, tendo as exportações atingido US\$ 2,7 bilhões (estimativa), correspondentes ao acréscimo de 17% em relação aos US\$ 2,3 bilhões de 1969. Não obstante o espetacular

acréscimo na exportação de produtos manufaturados — suas vendas alcançaram US\$ 450 milhões em 1970 — o café em grão continua a ser o item de maior destaque na pauta (cerca de 35% do valor global). Vale ainda mencionar os seguintes produtos pelos substanciais aumentos em suas vendas em 1970: minério de ferro (+ 27,5%), milho em grão (+ 130%) e açúcar demerara (+ 8,7%), entre os "primários", e café industrializado e produtos siderúrgicos, entre os "manufaturados". As importações de janeiro a setembro se elevaram a US\$ 1,65 bilhão, com acréscimo de 12,2% sobre igual período de 1969. Para o total do ano espera-se que as compras no exterior atinjam US\$ 2,2 bilhões. Maquinaria, Veículos, seus pertences e acessórios (classe VI) foram responsáveis por 37,5% das compras no período considerado. A classe IV (gêneros alimentícios e bebidas), por outro lado, acusou decréscimo em relação a 1969, refletindo basicamente a redução de nossas compras de trigo pelo incremento da produção interna. Nosso intercâmbio continua a efetuar-se, por ordem de importância, com: EE.UU., Mercado Comum Europeu (MCE), Associação Européia de Livre Comércio (AELC), Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC).

Na área monetária o acontecimento marcante do ano foi o lançamento, em agosto, das letras do Tesouro Nacional (LTN), que representou passo decisivo na consolidação do "open market" como instrumento regulador da liquidez do sistema econômico. A expansão dos meios de pagamento e empréstimos bancários alcançaram, no final do 1º semestre, taxas que praticamente equivaliam às de igual período de 1969. No 2º trimestre, em particular, houve crescimento excessivo dos meios de pagamento em decorrência de liberação dos depósitos compulsórios nos termos da Resolução nº 130, de 18-1-70, do Banco Central. A partir de fins de julho, entretanto, a política monetária foi conduzida, através de "open market", no sentido de reduzir o ritmo de crescimento das ope-

rações do sistema bancário. Graças a isto foi possível inverter, no 2º semestre, a tendência observada no período abril/junho. Os meios de pagamento deverão ter crescido 25,5% em 1970, contra 32,6% em 1969. Contudo, o mercado de crédito mostrou relativa folga; os empréstimos do sistema bancário ao setor privado, mesmo descontada a taxa de inflação, superaram o crescimento do produto real da economia. As despesas cambiais continuaram a ser o principal fator de "expansão" dos meios de pagamento, em vista do acúmulo de divisas decorrente do superavit do balanço de pagamentos. Mas, a exemplo do ano anterior, a colocação de títulos públicos e os recursos derivados da "conta café" foram fatores de "contração", sem os quais não se teriam observado os resultados satisfatórios na área monetária.

A execução financeira do Tesouro contemplou receita de Cr\$ 19 193,8 milhões e despesa de Cr\$ 19 932,1 milhões resultando o deficit de Cr\$ 738,3 milhões. Os principais impostos — de renda, sobre produtos industrializados, de importação — apesar de largamente utilizados como instrumentos de política fiscal e tributária, acusaram acréscimos sensíveis. Os impostos sobre produtos industrializados e renda continuaram a mostrar as maiores participações relativas na receita tributária: 42,5% e 24,1%. As operações de crédito entre o Tesouro e as autoridades monetárias, favoreceram mais uma vez estas, pois a colocação de títulos da dívida pública não só cobriu inteiramente o deficit de caixa do Tesouro, como permitiu a transferência líquida de recursos para o Banco Central por conta de dívidas anteriores. Dêsse modo, tais operações atuaram como fator de contração dos meios de pagamento, ao contrário do que se observou no passado quando o deficit atuava como fator de pressão expansionista.

O mercado de ações, refletindo os bons resultados do sistema econômico, acusou excelente performance, apesar de algumas oscilações. Os índices BV e BOVESPA —

principais indicadores do mercado — acusaram em 1970 acréscimo de 95 e 55%, respectivamente. Contudo, o fato mais importante num horizonte de médio prazo foi o constituído pelo lançamento e aceitação geral de novas ações. No último trimestre do ano, os lançamentos, no valor global de Cr\$ 80 milhões, foram absorvidos rapidamente pelo público. O número de pedidos superaram, em muito, o dos títulos disponíveis. O registro de ações no Banco Central, para oferta pública, totalizou Cr\$ 570 milhões em 1970, com crescimento de 23% sobre 1969. Este alargamento do mercado significa aprimoramento das bolsas de valores e do próprio sistema financeiro nacional.

No mercado de capitais, observou-se elevado crescimento dos aceites cambiais das financeiras... (+ 43%) e modificações insignificantes nas taxas de juros pagas e cobradas. O temor de concorrência do mercado de ações explica, em boa parte, a manutenção da taxa de juros nos mesmos níveis de 1969. Os bancos de investimento (BI) — agora em número de 30 — prosseguiram em sua política de captação de depósitos a prazo fixo: acusaram acréscimo de 127% nesta rubrica em 1970. Tudo indica que os BI estão procurando substituto adequado para os aceites cambiais que têm a data de 18-2-72 como limite de suas operações. A administração dos fundos fiscais 157 tem atraído sobremodo os bancos de investimentos que conseguiram captar cerca de 83% dos recursos 157 em 1970, contra 81% no ano anterior. Considerando-se que dos 103 fundos fiscais 157 em funcionamento os BI só respondem por 30 deles, pode-se concluir que está havendo grande economia de escala no setor.

Na área do sistema financeiro habitacional o Banco Nacional de Habitação acusou 69% de crescimento no seu ativo, com destaque para os financiamentos que subiram 74%. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) proporcionou, em 1970, Cr\$ 1 514 milhões líquidos ao BNH, em cotejo

com os Cr\$ 1 224 milhões de 1969. Os depósitos de poupança das sociedades de crédito imobiliário (SCI) e associações de poupança e empréstimo (APE) acusaram, até novembro, crescimento notável: 101% e 110% respectivamente. Ao que tudo indica, os depósitos das APE superarão, brevemente, os das SCI. As letras imobiliárias, colocadas pelas SCI, propiciaram, até nov/70, Cr\$ 637 milhões de recursos líquidos, contra Cr\$ 506 milhões em todo o exercício de 1969.

Os diversos índices de preços elaborados pelo Instituto Brasileiro de Economia acusaram em 1970, comparativamente a 1969, menores variações. O índice do custo de vida na Guanabara cresceu 20,9% contra os 24,2% de 1969. Além disto, é bom lembrar que cerca de 1/4 da elevação deste índice se deveu apenas às carnes frescas ou industrializadas, o que significa que a alta se deu mais pela restrição de oferta de um produto que de inflação de demanda. O índice de preços por atacado — geral (disponibilidade interna) — se elevou de 18,5% em 1970, contra 19,2% do ano anterior; o mesmo índice, segundo o conceito da oferta global, cresceu 19,4% em 1970, em cotejo com os 21,6% de 1969. Matérias-primas, com crescimento mais intenso que os produtos alimentares, representaram a maior pressão no índice sob o ângulo da disponibilidade interna. Produtos agrícolas, com crescimento ligeiramente superior ao dos produtos industriais, foram os principais responsáveis pelo crescimento do índice de preços por atacado — geral (oferta global). O índice do custo da construção na Guanabara — que juntamente com o índice de preços por atacado e custo da vida na GB compõe o índice geral de preços — acusou em 1970 alta superior à de 1969: 18,7% e 12,6%, respectivamente. O índice geral de preços no conceito de disponibilidade interna — base para o cálculo da correção monetária — sofreu acréscimo de 19,3% em 1970, contra 20,1% de 1969. O mesmo índice, segundo o ângulo da oferta global, cresceu em 1969 e 1970, respectivamente 22% e 19,4%.

No domínio das economias regionais o acontecimento mais importante do ano foi a seca do Nordeste. Elemento negativo no desempenho da economia, a seca de 1970, embora fenômeno cíclico e por isso mesmo previsível, colheu o governo e a SUDENE de surpresa. O próprio Presidente deslocou-se para a área com o propósito de verificar pessoalmente a situação e presidiu, em princípios de junho, a uma reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, reunião que foi certamente o ponto de partida para reelaborar, após 10 anos de ação, a estratégia desse organismo do desenvolvimento regional. Sob a emoção do flagelo tomaram-se medidas de emergência e nesse aspecto a própria Transamazônica teve, no momento, o sentido de criação de uma frente de trabalho. O importante, contudo, é que a partir dessa reunião a SUDENE redobrará sua atenção, já que os projetos industriais de alta densidade de capital por unidade de produto não propiciaram as oportunidades de emprego vislumbradas em 1961, quando se elaborou o seu primeiro plano diretor.

Em setembro o governo definiu sua política econômico-fiscal com vistas ao desenvolvimento, ao publicar as chamadas "Metas e Bases para a Ação do Governo". Enfeixando um rol de projetos setoriais, com maturação a prazo médio, as Metas e Bases contêm a promessa ousada de crescimento global da economia a um ritmo mínimo situado entre 7 e 9% ao ano, contando que esse ritmo se acelere até 10%. As grandes prioridades nacionais para o período 1970/73 incidem sobre: a) educação, saúde e saneamento; b) agricultura e abastecimento; c) desenvolvimento científico e tecnológico; e d) aumento da capacidade concorrencial da indústria nacional. As Metas prevêem duas formas de integração traduzidos em programas: a geográfica e a social. A integração geográfica tem como objetivo deslocar a fronteira econômica, especificamente a fronteira agrícola, para as margens do Rio Amazonas. Esse objetivo espera-se que seja conseguido através da construção

das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, as quais, formando eixos de aglutinação de atividades no sentido leste-oeste e norte-sul, devem ter como consequência um cortejo de investimentos que assegurem a ocupação territorial dêsse imenso espaço vazio do país.

O programa de integração social tem como base a instituição de um fundo de participação dos trabalhadores do setor privado no produto nacional, com objetivo de melhor repartir os frutos do desenvolvimento. Pela primeira vez, depois de 1964, aparece ao lado da idéia de concentração das unidades de produção a importância de uma abordagem distributiva no processo de desenvolvimento. Esse fundo que terá financiamentos originários quase exclusivamente do setor público, através de uma redução programada de alíquotas de

certos impostos, tem como objetivo principal o estímulo à formação de um patrimônio dos trabalhadores, a melhoria das relações entre capital e trabalho e o fortalecimento da empresa privada pela utilização dos recursos do fundo no financiamento do capital de giro.

Ao findar o ano, 2 decretos orientados para o aumento do poder de competição da indústria nacional implementam o marco institucional considerado nas "Metas e Bases": o Decreto 67 223 de outubro e o Decreto-lei 1 137 de dezembro. Dentro da estratégia considerada nas "Metas e Bases", os 2 Decretos visam a atender os propósitos de "permitir o ingresso do Brasil na nova revolução industrial de forma seletiva, sem prejuízo da consecução da meta global de expansão do emprego; e fortalecer as indústrias tradicionais, importan-

tes para o início de criação de um mercado em massa e pela sua contribuição ao emprego da mão-de-obra mas que vem apresentando um crescimento insuficiente..." São esses os objetivos que para serem alcançados encontram os instrumentos normativos no Decreto que constitui o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial, a ser gerido pelo BNDE, e no Decreto que concede incentivos para o desenvolvimento da indústria ao isentar — entre outras medidas — do imposto de importação e do IPI equipamentos sem similar nacional e partes complementares a produção industrial interna. Ao promulgar esses 2 Decretos, o Governo dá seqüência à sua concepção sobre o desenvolvimento proposto nas "Metas e Bases" e, nesse sentido, demonstra grande coerência em termos da doutrina de desenvolvimento adotada.

SEGURO MUITO MAIS SEGURO.

O Grupo Sul America protege e garante seus bens, suas atividades, sua vida. Para isso, utiliza as mais modernas e as mais eficientes técnicas de seguro. O Grupo Sul America é a maior empresa seguradora da América Latina. E sabe como tornar seu seguro muito mais seguro.



SUL AMERICA
COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA



**SUL AMÉRICA TERRESTRES
MARÍTIMOS E ACIDENTES**

Preços - Resultados em 1970

Índice do Custo de Vida na Guanabara

O índice do custo de vida na cidade do Rio de Janeiro revelou alta de 0,5% em dezembro, ritmo sensivelmente inferior ao do mesmo mês de 1969. A alta acumulada para 1970 acentua a diferença para menos que se vinha paulatinamente verificando desde meados do ano em relação ao comportamento do índice de preços ao consumidor. Com efeito, 1970 fecha com alta da ordem de 20,9% que se compara favoravelmente com os 24,2% do ano anterior que acaba de findar.

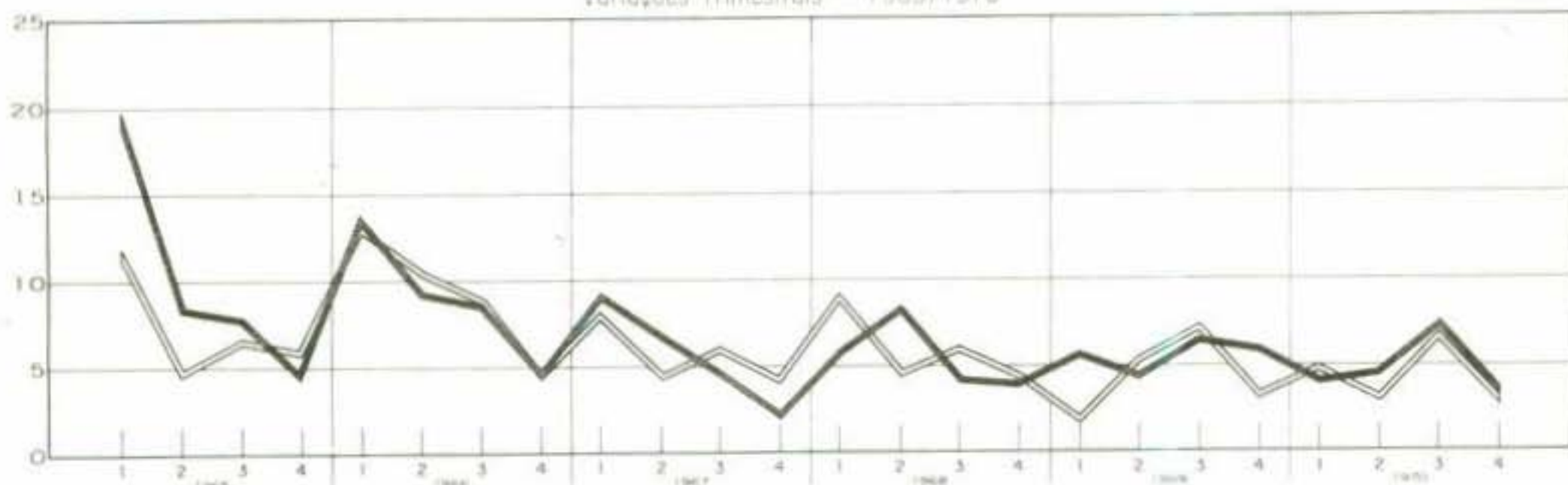
Na identificação das fontes de pressão sobre o índice de preços ao consumidor ao longo de 1970, sobressaem os "serviços públicos" que como preços "administrados" continuaram a enxugar um resto de inflação reprimida ou a gerar poupanças compulsórias para fi-

nanciamento de programas de expansão. Neste caso enquadram-se, sobretudo, as tarifas de telefones e energia elétrica. Embora o índice do custo da alimentação tenha tido alta significativamente menos intensa que em 1969 (20,9% contra 30,9%) refletindo em parte boas safras e melhoria nos serviços de comercialização de produtos agrícolas, a majoração de 1970 foi extremamente concentrada nas carnes frescas e industrializadas. Essa elevação "explica" 1/4 da alta do índice do custo da vida como um todo e mais da metade do aumento no custo da alimentação. Nesse sentido, o comportamento do índice de preços ao consumidor foi muito mais influenciado pela restrição de oferta de determinado produto do que por força de inflação da demanda agindo de modo mais generalizado sobre vários

produtos. Tanto é assim que se o preço da carne se tivesse mantido estável em 1970 a elevação do índice do custo da vida como um todo teria sido da ordem de 16%, ao invés dos 20,9% efetivamente observados. Esse efeito sobre o índice é o "preço político" que a nação conscientemente paga a fim de reconstituir os seus rebanhos de gado para corte que a contenção relativa de preços vinha gradativamente reduzindo.

Convém mencionar outro produto que, embora com pequena influência tanto no índice total como no custo da alimentação, sofreu aumento percentualmente elevado: o café, com 37%. Neste caso o que há é ação deliberada do governo no sentido de eliminar, pouco a pouco, o subsídio ao consumo que representava a diferen-

Custo de Vida na Guanabara e Preços por Atacado • Disponibilidade Interna
Variações Trimestrais — 1965/1970



ça do preço interno do café em termos das cotações internacionais.

A Tabela I fornece o desdobramento do índice, segundo suas principais componentes na estrutura

dos orçamentos familiares. Além das porcentagens que medem os ritmos de variação, a Tabela apresenta os valores dos números índices tal como serão aqui publicados.

ternacionais e da eliminação do subsídio ao consumo interno, a que já se fez referência. Quanto ao algodão, a evolução de preços espelha o mau resultado da safra nordestina com óbvios reflexos sobre a indústria têxtil.

Assinale-se, por último, que outros produtos de origem animal tiveram acentuada elevação de preços por força de um movimento solidário com a evolução da carne, na medida em que na procura por alimentos agem mecanismos de substituição de consumos.

A exemplo da Tabela I, as informações apresentadas na Tabela II correspondem tanto ao ritmo de aumento, em termos de percentuais, como aos números índices que lhe são correspondentes.

Índice do Custo da Construção na Guanabara

Finalmente, o índice do custo de construção no Rio de Janeiro (Estado da Guanabara), que é o 3º ingrediente na elaboração do índice geral de preços, teve acréscimo de ritmo quase idêntico ao do índice de preços por atacado (disponibilidade interna). Ainda assim, acelerou seu movimento em relação à alta de 1969, a qual foi da ordem de 12,6% contra 18,7%. É esta aceleração que, em última instância, explica o pequeno afastamento do índice geral de preços, no confronto de um ano para outro, não obs-

Tabela I — Custo de Vida na Cidade do Rio de Janeiro — Estado da Guanabara

| Discriminação | Variação Percentual | | | |
|-------------------------------|---------------------|------|--------------------|------|
| | No mês de dez. | | Acumulada até dez. | |
| | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 |
| GERAL | 0,5 | 1,1 | 20,9 | 24,2 |
| Alimentação | 0,1 | 1,6 | 20,9 | 30,9 |
| Vestuário | 1,7 | 1,0 | 15,3 | 16,8 |
| Habitação | 0,4 | 0,6 | 18,5 | 22,2 |
| Artigos de Residência | 0,7 | 0,5 | 16,2 | 15,3 |
| Assistência à Saúde e Higiene | 0,7 | 0,8 | 26,1 | 16,6 |
| Serviços Pessoais | 0,8 | 1,2 | 22,3 | 19,3 |
| Serviços Públicos | 0,7 | 0,6 | 30,3 | 30,5 |

Índice de Preços por Atacado

Em dezembro verificou-se alta dos índices de preços por atacado de 0,8% no conceito de oferta global e 0,9% no de disponibilidade interna. Essas taxas de aumento são bem mais intensas que as de igual período de 1969. Contudo, acumuladamente para 1970 houve certo ganho na redução das pressões de alta. O índice de disponibilidade interna elevou-se de 18,5% quando a alta de 1969 fôra de 19,2%. O índice correspondente ao conceito de oferta global apresenta afastamento para menos um pouco maior: 19,4% contra 21,6%.

Na identificação setorial das pressões de alta ao longo do ano, sob o ângulo da disponibilidade interna, os preços das matérias-primas subiram mais intensamente que os dos produtos alimentares, invertendo a situação de 1969 e mudando a textura da inflação. Sob o ângulo da oferta global os preços dos produtos agrícolas elevaram-se um pouco mais intensamente que os dos industriais, mas o importante é que apresentaram substancial queda em relação a 1969, enquanto os produtos industriais aceleravam o aumento de

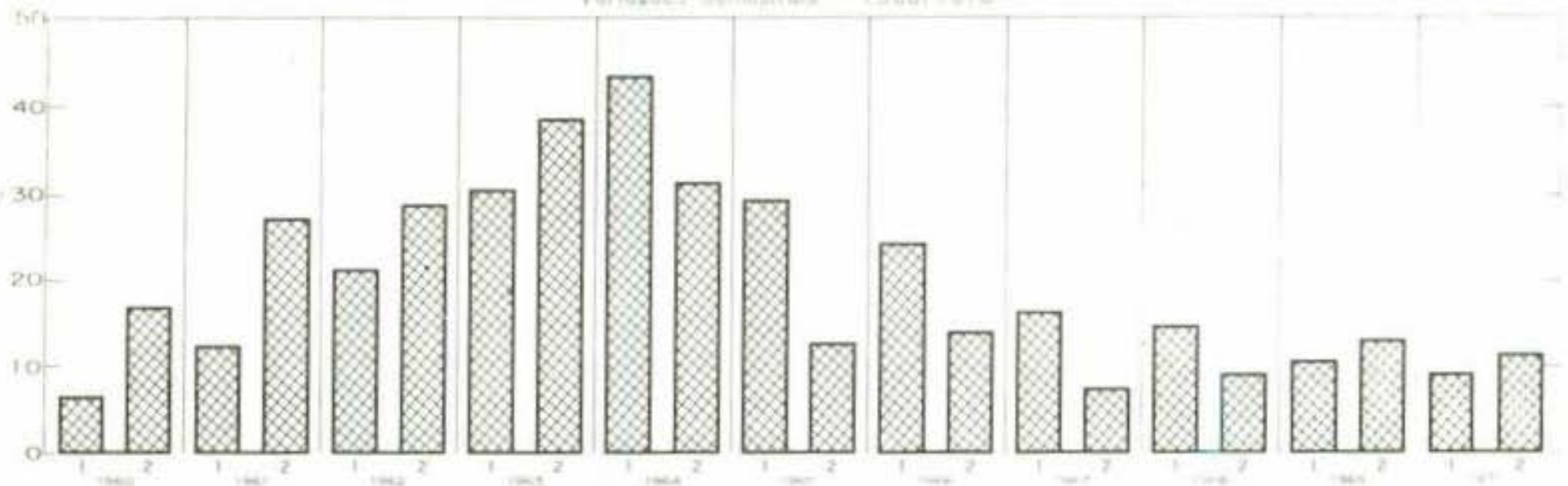
preços comparativamente a esse ano.

Quanto aos produtos em si, os de origem pecuária (boi em pé, carne e couros) influenciaram fortemente o nível de preços de atacado. Essa influência no sentido da alta também se localiza nos produtos siderúrgicos, mais especificamente manufaturas de ferro e aço. Café e algodão acusaram fortes majorações nas vendas em grosso. No caso do primeiro produto trata-se de reflexo das cotações in-

Tabela II — Índices de Preços por Atacado — Brasil

| Discriminação | Número Índice Dezembro 1970 (base 1965/67 = 100) | Variação Percentual | | | |
|--|--|-------------------------|------|----------------------------|------|
| | | No mês de de- zembro | | Acumulada até de zembro | |
| | | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 |
| Disponibilidade Interna | | | | | |
| Geral | 241 | 0,9 | —0,1 | 18,5 | 19,2 |
| Matérias-Primas (não ali- mentares) | 233 | 1,2 | 0,4 | 22,0 | 15,7 |
| Produtos Alimentares | 249 | 10,5 | —1,0 | 18,3 | 29,0 |
| Oferta Global | | | | | |
| Geral | 247 | 0,8 | —0,1 | 19,4 | 21,6 |
| Produtos Agrícolas | 255 | 0,6 | —0,8 | 20,4 | 31,9 |
| Produtos Industriais | 245 | 1,0 | 0,4 | 18,9 | 14,8 |

Gráfico II
Custo de Vida na Guanabara
Variações Semestrais — 1960/1970



tante a sensível queda no ritmo de alta observada para o índice do custo da vida em 1970 comparativamente ao ano anterior.

Índice Geral de Preços

Em dezembro, o Índice Geral de Preços acusou alta de 0,7% no conceito de Oferta Global (colu-

na 1 da Tabela de Índices Econômicos de "Conjuntura Econômica") e 0,8% no conceito de Disponibilidade Interna (coluna 2 da mesma Tabela). Em dezembro do ano anterior, a alta do Índice Geral de Preços foi de 0,3% em ambos os conceitos.

A acumulação dos ritmos mensais de elevação do Índice Geral de

Preços no conceito de Disponibilidade Interna — medida mais abrangente da inflação no que interessa aos negócios domésticos da economia do país e base para cálculo da "correção monetária" — alcançou de janeiro a dezembro .. 19,3%; no decorrer de 1969 esse valor acumulado foi da ordem de 20,1%.

QUEM CONTROLA OS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS?

QUAIS AS SUAS IDEOLOGIA E REPRESENTATIVIDADE?

POR QUÊ FORAM CRIADOS A ARENA E O MDB?

PAULO ROBERTO MOTTA RESPONDE

EM MOVIMENTOS PARTIDÁRIOS NO BRASIL

UMA EDIÇÃO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

BANCO DO COMMERCIO E INDUSTRIA DE SÃO PAULO S. A.

Fundado em 1889

SEDE: SÃO PAULO — ESTADO DE SÃO PAULO

CADASTRO GERAL DOS CONTRIBUINTES

Inscrição n.º 61.364.022

| | | |
|--------------------|------|----------------|
| Capital | Cr\$ | 60.000.000,00 |
| Aumento de Capital | Cr\$ | 9.000.000,00 |
| Reservas | Cr\$ | 42.956.660,06 |
| | Cr\$ | 111.956.660,06 |

Presidente:
Roberto Ferreira do Amaral

CONSELHO DELIBERATIVO
Antônio Ermírio de Moraes
Carlos Eduardo Quartim Barbosa
Francisco de Salles Vicente de Azevedo
Justo Pinheiro da Fonseca
Luiz Dumont Villares
Mário Sierca Junior
Paulo Egydio Martins
Vail Chaves

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores Vice-Presidentes
Thomaz Gregori
Justo Pinheiro da Fonseca
Carlos Eduardo Quartim Barbosa

Diretores Executivos

Urbano de Andrade Junqueira
Daniel Machado de Campos
Antônio Luiz Teixeira de Barros Jr.
Durval Gomes Pinto

CONSELHO CONSULTIVO

Caio de Paranaguá Moniz
Camilo Ansarah
Heitor Pimentel Portugal
Jorge Alves de Lima
José Villela de Andrade Jr.
Luiz Simões Lopes

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Américo Oswaldo Campiglia
Antônio Carlos Alves de Lima
Laerte Fleury de Oliveira
Luiz Marcello Moreira de Azevedo
Linneu Muniz de Souza

Membros Suplentes

Alfredo Ferreira Velloso
George Oswaldo Nogueira
Osvaldo Nogueira
Plínio Freire de Mattos Barret
Victor de Paula Figueira de Freitas

232 Agências em todo o país

Balanço em 31 de dezembro de 1970

| ATIVO | | | | PASSIVO | | | |
|--|----------------|----------------|------------------|--|----------------|----------------|------------------|
| | Cr\$ | Cr\$ | Cr\$ | | Cr\$ | Cr\$ | Cr\$ |
| DISPONÍVEL | | | 66.728.718,38 | NÃO EXIGÍVEL | | | |
| REALIZÁVEL | | | | Capital | | | |
| Empréstimos: | | | | De Domiciliados no País | 58.551.821,00 | | |
| A. Produção | 215.643.712,57 | | | De Domiciliados no Exterior | 448.079,00 | 60.000.000,00 | |
| Au. Comércio | 133.573.391,40 | | | | | | |
| A. Atividades não Especificadas | 88.995.218,47 | | | Aumento de Capital | | 9.000.000,00 | |
| Au. Governo Federal | | | | Correção Monetária do Ativo | | 25.574.952,97 | |
| A. Governos Estaduais e Municipais | 1.554.500,00 | | | Reservas e Fundos | | 17.881.887,09 | 111.956.660,06 |
| A. Autarquias | 143.471,72 | | | | | | |
| A. Instituições Financeiras | 1.352.881,95 | | | EXIGÍVEL | | | |
| Em Letras Hipotecárias | | 494.873.095,71 | | Depósitos | | | |
| Outros Créditos | | | | A vista e a Curto Prazo: | | | |
| Banco Central - Rescaldos | 60.871.988,52 | | | Do Público | 647.430.096,22 | | |
| Chèques, Documentos e Ordens em Compensação ou a Receber | 60.772.480,85 | | | De Domiciliados no Exterior | 240.165,73 | | |
| Adiantamentos sobre Cambiais e Contratos de Câmbio | 1.020.397,86 | | | De Entidades Públicas | 27.340.599,09 | 675.015.821,04 | |
| Saldos Devedores em Contas de Depósitos | 168.755,09 | | | A Médio Prazo: | | | |
| Créditos em Liquidação | 2.327.572,14 | | | Do Público | | | |
| Acionistas - Capital a Realizar | 47.324,00 | | | A Prazo Fixo | 302.731,00 | | |
| Devedores por Créd. Liquidados no Exterior | 261.080,27 | | | Com correção monetária | 19.019.942,70 | 19.322.673,70 | |
| Correspondentes no País | 3.000.755,07 | | | De Entidades Públicas | | 19.322.673,70 | |
| Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - Em Moedas Estrangeiras | 24.373.594,76 | | | Total dos depósitos | | 594.338.494,74 | |
| Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - Em Moeda Nacional | | | | Outras Exigibilidades | | | |
| Departamentos no País | 259.754.745,34 | | | Chèques e Documentos a Liquidar | 29.446.259,59 | | |
| Outras Contas | 18.014.802,61 | 533.712.886,73 | | Coatização Efetuada, em Trânsito | | | |
| | | | | Ordens de Pagamento | 38.290.505,10 | | |
| Valores e Bens | | | | Correspondentes no País | 3.313.335,51 | | |
| Títulos a Ordem do Banco Central | 87.496.596,18 | | | Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - Em Moeda Estrangeira | 9.373.552,70 | | |
| Letras do Tesouro Nacional e Títulos Federais | 4.280.160,51 | | | Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - Em Moeda Nacional | | | |
| Títulos Estaduais e Municipais | 218,87 | | | Departamentos no País | 271.296.440,17 | | |
| Valores em Moedas Estrangeiras | 442.904,32 | | | Outras Contas | 16.683.832,58 | 368.589.879,95 | |
| Outros Valores | 16.875.515,78 | 109.007.396,56 | | Obrigações Especiais | | | |
| Bens | | 2.426.542,47 | 1.136.236.021,52 | Rescaldos por Contas do Tesouro Nacional | 5.541.242,58 | | |
| | | | | Redesconto e Empréstimos no Banco Central | 47.528.834,58 | | |
| IMOBILIZADO | | | | Depósitos Obrigatórios - FGTS | 5.466.173,28 | | |
| Imóveis de Uso, Reav. e Imóveis em Construção | | 62.627.328,23 | | Obrigações por Refinanciamentos e Repasses | | | |
| Móveis e Utensílios | | 14.985.456,04 | | Oficiais | 20.537.828,47 | | |
| Atemporário | | 2.382.512,79 | | Imposto sobre Operações Financeiras | 899.100,74 | | |
| Instalação da Sociedade | | | 79.995.897,35 | Obrigações em Moedas Estrangeiras | 18.409.654,32 | | |
| | | | | Obrigações por Compra de Imóveis | 132.520,00 | | |
| RESULTADO PENDENTE | | | | Outras Contas | 13.352.738,65 | 107.257.290,72 | 1.170.180.711,41 |
| Despesas Operacionais | | | | RESULTADO PENDENTE | | | |
| Despesas Administrativas | | | | Rendimentos Operacionais | | | |
| Perdas Diversas | | | | Outras Rendimentos | | | |
| Despesas de Exercícios Futuros | | 2.180.010,49 | | Lucros | | | |
| Lucros e Perdas | | | 2.180.010,49 | Rendimentos e Lucros em Suspensão | | 1.280.523,55 | |
| | | | | Rendimentos de Exercícios Futuros | | 4.809.222,45 | |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | | | Lucros e Perdas | | 14.7.328,64 | 8.037.576,57 |
| | | | 911.852.181,89 | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | | 911.852.181,89 |
| | | | 2.199.076.886,52 | | | | 2.199.076.886,52 |

São Paulo, 11 de janeiro de 1971

BANCO DO COMERCIO E INDUSTRIA DE SÃO PAULO S. A.

ROBERTO FERREIRA DO AMARAL

Presidente

Visto do Conselho Fiscal: AMÉRICO OSWALDO CAMPIGLIA, ANTÔNIO CARLOS ALVES DE LIMA, LAERTE FLEURY DE OLIVEIRA, LUIZ MARCELLO MOREIRA DE AZEVEDO, FLÍNIO FREIRE DE MATTOS BARRETO.

Conselho de Administração: ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES, ANTÔNIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS JÚNIOR, CARLOS EDUARDO QUARTIM BARBOSA, DANIEL MACHADO DE CAMPOS, DURVAL GOMES PINTO, FRANCISCO DE SALLES VICENTE DE AZEVEDO, JUSTO PINHEIRO DA FONSECA, LUIZ DUMONT VILLARES, MÁRIO SIERCA JÚNIOR, PAULO EGYDIO MARTINS, ROBERTO FERREIRA DO AMARAL, THOMAZ GREGORI, URBANO DE ANDRADE JUNQUEIRA, VAIL CHAVES.

Diretores Adjuntos: FÁBIO KONDER COMPARATO, ORLANDO MARINO, FERNANDO COSTA E SILVA, PAULO MARCONDES TORRES, JOÃO BAPTISTA JÚNIOR, RUY ASSUMPTÃO JÚNIOR, MIGUEL PEREIRA BASTOS, VALDOMIRO LUIZ DE CARVALHO — AMILCAR DAL PRETE — Técnico em Contabilidade n.º 43.861

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos onze dias de janeiro de 1971, às 16 horas, reunidos os membros em exercício do Conselho Fiscal do BANCO DO COMERCIO E INDUSTRIA DE SÃO PAULO S. A., em cumprimento ao que dispõem o Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940 e os Estatutos do Banco, examinaram o Balanço e as contas dos Senhores Diretores, referentes ao segundo semestre de 1970, recebendo do Conselho de Administração todos os esclarecimentos e informações pertinentes às referidas contas. Consideraram os aludidos documentos, demonstrando um lucro líquido de Cr\$ 12.825.071,50, em boa ordem, e deu parecer que seja aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de dividendos nos termos seguintes: Cr\$ 0,06 por ação ordinária, e, nesta mesma base, para as ações preferenciais, com o respectivo adicional, inclusive para as ações integralizadas até 30 de setembro de 1970, "pro rata temporis" para as ações integralizadas após essa data, e o dividendo integral do semestre para as ações bonificadas no último aumento de capital.

São Paulo, 11 de janeiro de 1971

AMÉRICO OSWALDO CAMPIGLIA, ANTÔNIO CARLOS ALVES DE LIMA, LAERTE FLEURY DE OLIVEIRA, FLÍNIO FREIRE DE MATTOS BARRETO, LUIZ MARCELLO MOREIRA DE AZEVEDO

Demonstração da Conta de Lucros e Perdas em 31 de dezembro de 1970

| DEBITO | C-R | | | CREDITO | C-R | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---|---------------|---------------|---------------|
| | | | | | | | |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | | | SALDO Não distribuído do Exercício Anterior | | | 116.940,41 |
| Juros sobre Depósitos à Vista e a Curto Prazo | | | | RENDAS OPERACIONAIS | | | |
| Juros sobre Depósitos a Médio Prazo | 405.879,19 | | | Juros e Comissões | | | |
| Juros sobre Outras Exigibilidades | 248.780,60 | | | Sobre Empréstimos à Produção e ao Comércio | 18.789.421,73 | | |
| Juros sobre Operações com o Banco Central | 467.524,88 | 1.122.196,47 | | Sobre Empréstimos a Entidades Públicas e a Instituições Financeiras | 340.623,50 | | |
| Despesas de Comissões | | 197.566,42 | | Outras | 12.518.371,40 | 47.618.366,73 | |
| Despesas de Correção Monetária | | 1.685.626,83 | | Correção Monetária | | | |
| Despesas de Redescuotos | | 2.277.430,21 | | Sobre Empréstimos à Produção e ao Comércio | 187.944,86 | | |
| Resultado de Câmbio | | 4.914.315,47 | 10.201.135,50 | Sobre Empréstimos a Entidades Públicas e a Instituições Financeiras | | | |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | | | | Outras | 1.323,35 | 189.267,87 | |
| Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal | | 331.240,28 | | Tarifas sobre Serviços | | | |
| Pessoal | | | | De Cobrança e Outras | 5.172.407,86 | | |
| Vencimentos | 14.229.725,57 | | | RESULTADO DE CÂMBIO | 2.200.561,89 | | 60.160.604,15 |
| Outras Remunerações | 12.312.797,12 | 26.542.517,69 | | OUTRAS RENDAS | | | |
| Encargos Sociais | | 5.347.127,90 | | Aluguéis e Outras | | | 12.475.854,80 |
| Impostos e Taxas | | 4.398.357,75 | | LUCROS DIVERSOS | | | |
| Material de Expediente Consumido | | 1.270.340,46 | | Recuperação de Créditos Compensados | | 169.414,81 | |
| Despesas Gerais | | | | Em Transações e Reajustes de Valores Patrimoniais | | 165.247,41 | |
| Aluguéis | 1.032.580,36 | | | Diversos | | 89.275,18 | 427.538,41 |
| Propaganda e Publicidade | 352.185,68 | | | | | | |
| Outras | 8.161.790,73 | 9.546.556,77 | | | | | |
| Despesas de Instalações | | 718.315,42 | 43.154.256,27 | | | | |
| PERDAS DIVERSAS | | | | | | | |
| Em Operações de Exercícios Anteriores | 301.385,71 | | | | | | |
| Em Transações e Reajustes de Valores Patrimoniais | 22.470,02 | 323.855,73 | | | | | |
| Outras | | | | | | | |
| Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios | | 1.560.138,36 | 1.883.994,09 | | | | |
| DISTRIBUIÇÃO | | | | | | | |
| Amortização de Ação de Incorporações | | | 2.365.064,50 | | | | |
| Fundo de Reserva Legal | | | | | | | |
| Creditado a essa conta 5% sobre o lucro líquido | | 841.251,07 | | | | | |
| Fundo de Reserva de Risco em Oper. de Câmbio | | | | | | | |
| Creditado a essa conta | | 257.000,00 | | | | | |
| Reserva para Aumento de Capital - Dec. Lei 157 | | | | | | | |
| Creditado a essa conta, saldo de correção monet. | | 230.000,00 | 1.128.251,07 | | | | |
| Fundo de Provisão | | | | | | | |
| Creditado a essa conta | | | 1.000.000,00 | | | | |
| Dividendos aos Acionistas | | | | | | | |
| Dividendo sobre ações comuns integralizadas antes de 30-9-70 e "pro rata temporis" sobre as ações integralizadas após 30-9-70, e sobre as não integralizadas: | | | | | | | |
| de Residentes no País | | 1.932.729,28 | | | | | |
| de Residentes no Exterior | | 27.064,99 | | | | | |
| Dividendo sobre ações preferenciais integralizadas antes de 30-9-70 e "pro rata temporis" sobre as ações integralizadas após 30-9-70, e sobre as não integralizadas: | | | | | | | |
| de Residentes no País | | 2.019.244,58 | | | | | |
| de Residentes no Exterior | | 10.290,08 | | | | | |
| Adicional de 10% sobre Cr\$ 2.029.524,66, nos termos dos Estatutos | | | | | | | |
| de Residentes no País | | 201.929,45 | | | | | |
| de Residentes no Exterior | | 1.029,03 | 4.267.287,39 | | | | |
| Imposto de Renda - Adicional ao Dividendo | | | | | | | |
| Retido do direito do Imposto de Renda anteriormente pelas fontes pagadoras e descontado dos dividendos de ações pertencentes ao Banco, utilizados pelos mesmos acionistas na compensação do pagamento do seu respectivo imposto de renda, nos termos do Artigo 211, parágrafo 1.º, Decreto-lei n.º 18-400 de 10-5-66 | | | 193.328,55 | | | | |
| Porcentagem a Pagar ao Cons. de Administração sobre o lucro líquido de Cr\$ 12.825.071,50, na forma dos Estatutos | | | 897.751,50 | | | | |
| Complementação da Remuneração dos Diretores Adjuntos | | | 165.027,72 | | | | |
| Provisão para Imposto de Renda | | | 800.000,00 | | | | |
| Gratificação a Pagar a Funcionários | | | 2.700.000,00 | | | | |
| Doativos | | | | | | | |
| Para a Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco | | 50.000,00 | | | | | |
| Subsídio para os funcionários da Colônia de Férias "Eduardo de Azevedo Feres" e da Casa de Praia "João Baptista Garcia" | | 150.000,00 | 200.000,00 | REVERSÃO DO SALDO DA CONTA - FUNDO DE PROVISÃO | | 1.000.000,00 | |
| SALDO | | | | OUTRAS REVERSÕES | | 37.947,75 | 1.037.947,75 |
| Que passa para o Semestre Seguinte | | | 117.528,49 | | | | |
| | | | 31.213.960,08 | | | | 12.771.940,08 |

O PAI DA BRAHMA.

Joseph Villiger foi um imigrante alemão que teve duas paixões: cerveja e Brasil.

Mas Joseph não gostava da cerveja do Brasil.

Então Joseph resolveu fazer sua cerveja particular.

Joseph provou sua cerveja e gostou.

Joseph convidou seus amigos e seus amigos também gostaram.

Tanto gostaram que pediram a Joseph para fazer cerveja também para eles.

Joseph fez.

Joseph gostava de fazer cerveja.

Aí os amigos de Joseph ficaram conhecendo a cerveja de Joseph.



A fama da cerveja de Joseph foi se espalhando.

Joseph queria atender a seus amigos e aos amigos dos seus amigos.

Quando Joseph olhou em volta, sua casa tinha se transformado numa pequena fábrica de cerveja.

Só faltava um nome.

E o nome que Joseph escolheu foi Manufatura de Cerveja Brahma, Villiger & Cia.

Ninguém ficou sabendo porque Joseph escolheu a palavra Brahma para batizar sua cerveja.

Talvez Joseph julgasse sua cerveja uma bebida divina.

No que ele não estava de todo errado.

Balanço Agropecuário de 1970

Em 1970, segundo estimativas preliminares, a produção agropecuária (lavouras, produção animal e derivados, e produção extrativa vegetal) acusou aumento da ordem de 5,6%, em relação a 1969. Esse nível de crescimento de 1970, quando confrontado com o de 1969 (6%) evidencia pequeno recuo, motivado principalmente por quebras sensíveis nas mais importantes colheitas de exportação (café e cacau), o que analisaremos adiante.

Segundo estimativas por amostragem do Serviço de Estatística

da Produção (SEP), do Ministério da Agricultura, relativas a 18 culturas, coube ao setor das lavouras, com o incremento de 6,3%, a liderança da expansão apontada para 1970 no "quantum" agropecuário. Índice idêntico foi apurado para 1969. Esses 18 cultivos, arrolados na Tabela I, representam aproximadamente 88% do produto gerado pelo conjunto das lavouras, constituído de 50 culturas computadas regularmente pelas estatísticas do IBGE: 24 culturas permanentes e 26 temporárias.

Quanto aos 2 outros setores

componentes do "quantum" agropecuário — produção animal e derivados, e produção extrativa vegetal — o primeiro, em 1970, conforme levantamentos parciais, aumentou 4,2%, ao passo que o último, provavelmente, se manteve inalterado.

Agregando-se esses índices de crescimento (lavouras — 6,3%, produção animal e derivados — 4,2%) e deixando-se inalterada no conjunto a produção extrativa vegetal, vamos encontrar aquele provável aumento de 5,6%, acima mencionado, na produção agro-

Tabela I — Estimativa da Produção Agrícola — Lavouras

| Lavouras | Unidade | Quantidade produzida | | Valor (a preços de 1969) Cr\$ 1 000 | |
|-------------------|-------------------|----------------------|----------|-------------------------------------|--------------|
| | | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 |
| Algodão em caroço | Mil t | 2 110,8 | 2 166,1 | 1 048 687,9 | 1 076 173,5 |
| Amendoim | Mil t | 753,9 | 874,7 | 267 190,9 | 310 004,3 |
| Arroz com casca | Mil t | 6 394,3 | 7 483,9 | 1 690 888,9 | 1 979 050,2 |
| Batata inglesa | Mil t | 1 506,5 | 1 574,1 | 317 938,1 | 332 194,1 |
| Banana | Milhões de cachos | 463,3 | 487,9 | 565 244,6 | 595 208,7 |
| Café em côco | Mil t | 2 567,0 | 1 792,2 | 2 039 314,2 | 1 423 756,0 |
| Cacau em amêndoa | Mil t | 190,0 | 160,0 | 393 746,5 | 331 576,0 |
| Cana-de-açúcar | Mil t | 75 247,1 | 91 123,5 | 1 241 677,8 | 1 503 537,3 |
| Côco da Bahia | Milhões de frutos | 656,0 | 666,6 | 112 749,2 | 114 568,4 |
| Feijão | Mil t | 2 200,0 | 2 304,7 | 1 060 195,6 | 1 110 676,3 |
| Juta | t | 48 718,0 | 59 350,0 | 25 407,1 | 30 951,6 |
| Laranja | Milhões de frutos | 14 484,1 | 16 662,9 | 344 780,0 | 396 576,1 |
| Mandioca | Mil t | 30 073,9 | 31 205,7 | 1 136 209,6 | 1 178 952,9 |
| Milho | Mil t | 12 693,4 | 15 374,7 | 1 730 110,1 | 2 095 565,2 |
| Pimenta do reino | t | 14 031,0 | 14 522,0 | 30 003,0 | 31 032,8 |
| Sisal | Mil t | 311,1 | 325,2 | 78 015,6 | 81 550,2 |
| Soja | Mil t | 1 056,6 | 1 461,8 | 265 212,6 | 366 900,8 |
| Trigo | Mil t | 1 088,0 | 1 550,0 | 474 933,8 | 676 600,0 |
| Total | — | — | — | 12 822 305,4 | 13 634 900,4 |
| Total exc. café | — | — | — | 10 782 991,2 | 12 211 144,4 |
| | | | | | 13,2 |

Fonte: 1970 — Estimativa para amostragem do Serviço de Estatística da Produção (SEP.).

pecuária de 1970, em relação a 1969. Para tanto, considerou-se que, a preços de 1968, as lavouras contribuem com 64% para o conjunto agropecuário, a produção animal e derivados com 32% e a produção extrativa vegetal com 4%.

Comportamento das Principais Lavouras

A Tabela II mostra as variações percentuais das quantidades produzidas por aquelas 18 principais lavouras em 1970, em relação a 1969. Substanciais aumentos de produção foram registrados entre produtos destinados basicamente ao consumo interno, enquanto outros produtos, predominantemente de exportação, acusaram quebras consideráveis.

Dentre os produtos de consumo interno, cumpre mencionar os seguintes acréscimos nas colheitas de alimentação: trigo (+ 42,5%), cana de açúcar (+ 21,1%), milho (+ 21,1%), arroz (+ 17%), laranja (+ 15%), banana (+ 5,3%), feijão (+ 4,8%), batata inglesa (+ 4,5%), mandioca (+ 3,8%), pimenta do reino (+ 3,5%) e côco da Bahia (+ 1,6%). Nas lavouras industriais de consumo interno vale salientar a soja (+ 38,3%), juta (+ 21,8%) e amendoim (+ 16%).

Do lado das lavouras de exportação, lembramos os razoáveis aumentos de 4,5% e 2,6%, respectivamente, nas colheitas de sisal e algodão, e realçamos as sensíveis reduções nas safras de café (- 30,2%) e de cacau (- 15,8%).

Dissemos no início deste artigo que o setor das lavouras em 1970 acusou um incremento de 6,3%, idêntico ao de 1969. Considere-se, no entanto, que o acréscimo de 1969 foi muito influenciado pelo aumento de 30,4% na produção cafeeira, ao passo que o deste ano se mostra, ao contrário, fortemente afetado por um recuo na safra de café, como vimos, da ordem de 30,2%. Também, embora inflando muito menos no conjunto da produção das lavouras, a safra cacau-eira mostrou comportamento pa-

Tabela II — Principais Colheitas Agrícolas — 1969 1970

| Lavouras | Unidade | Quantidade produzida | | 1970/1969 |
|---------------------|-------------------|----------------------|----------|-----------|
| | | 1969 | 1970 | |
| I — CONSUMO INTERNO | | | | |
| a) Para Alimentação | | | | |
| Arroz com casca | Mil t | 6 394,3 | 7 483,9 | 17,0 |
| Batata inglesa | Mil t | 1 506,5 | 1 574,1 | 4,5 |
| Banana | Milhões de cachos | 463,3 | 487,9 | 5,3 |
| Cana-de-açúcar | Mil t | 75 247,1 | 91 123,5 | 21,1 |
| Côco da Bahia | Milhões de frutos | 656,0 | 666,6 | 1,6 |
| Feijão | Mil t | 2 200,0 | 2 304,7 | 4,8 |
| Laranja | Milhões de frutos | 14 484,1 | 16 662,9 | 15,0 |
| Mandioca | Mil t | 30 073,9 | 31 205,7 | 3,8 |
| Milho | Mil t | 12 693,4 | 15 374,7 | 21,1 |
| Pimenta do Reino | t | 14 031,0 | 14 522,0 | 3,5 |
| Trigo | Mil t | 1 088,0 | 1 550,0 | 42,5 |
| b) Para Indústria | | | | |
| Amendoim | Mil t | 753,9 | 874,7 | 16,0 |
| Juta | t | 48 718,0 | 59 350,0 | 21,8 |
| Soja | Mil t | 1 056,6 | 1 461,8 | 38,3 |
| II — EXPORTAÇÃO | | | | |
| Algodão em carôço | Mil t | 2 110,8 | 2 166,1 | 2,6 |
| Cacau em amêndoa | Mil t | 190,0 | 160,0 | - 15,8 |
| Café em côco | Mil t | 2 567,0 | 1 792,2 | - 30,2 |
| Sisal | Mil t | 311,1 | 325,2 | 4,5 |

Fonte 1970 — Estimativa para amostragem do Serviço de Estatística da Produção (SEP.)

ralelo, isto é, apresentou queda de 15,8% em 1970 e aumento de ... 15,1% em 1969.

Tal ocorrência vem salientar a situação altamente favorável apresentada pelas lavouras de consumo interno em 1970, o que parece confirmar-se quando se atenta para as mais fáceis condições de abastecimento do mercado nacional no âmbito desses produtos.

Pelo visto, se eliminarmos, em 1970, a produção cafeeira do resultado das lavouras, aquele percentual de aumento (6,3%) sobe para 13,2%, enquanto em 1969 desce para 4,0%. Mantido o mesmo raciocínio, o incremento do "quantum" agropecuário global passaria de 5,6% para 10,2% em 1970 e de 5,9% para 4,1% em 1969.

Corroborando com os lisongeiros resultados nacionais revelados pelas lavouras em 1970, a Tabela III, já publicada em "Conjuntura Econômica" de agosto/70 e contendo os dados finais das sa-

fras agrícolas no Estado de S. Paulo, mostra excepcionais aumentos de colheitas, alguns revelando taxas superiores às apuradas para todo o país. Embora a produção paulista de café apresente queda semelhante à apontada para o total nacional, no que respeita à safra algodoeira a situação é diversa: enquanto São Paulo, em 1970, obteve uma produção 17,5% superior à de 1969, para o conjunto da cotonicultura nacional o aumento foi de somente 2,6%; isso, sem dúvida, como consequência dos fracos níveis da colheita nordestina, motivados por adversidades climáticas que castigaram a região.

Preços Agrícolas

Dizíamos em "Conjuntura Econômica" de agosto/70 que a maior flexibilidade da oferta de produtos agrícolas, notadamente daqueles de consumo interno, se refletia no comportamento favorável dos preços ao consumidor final: no 1º semestre/70, enquanto os preços por

Tabela III Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo

| Produto | Área em 1 000 ha | | Variação Percen- tual da Área | Produção em 1 000 t | | Variação Percen- tual da Produção | Rendimento Kg/ha | |
|---------------------|------------------|------------------|--|---------------------|------------------|--|------------------|------------------|
| | Final de 1969 | Final de 1970 | | Final de 1969 | Final de 1970 | | Final de 1969 | Final de 1970 |
| Café beneficiado | 831,3 | 827,7 | - 0,5 | 378,0 | 258,0 | - 31,7 | 454 | 312 |
| Algodão em caroço * | 447,7 | 702,0 | +56,8 | 600,0 | 705,0 | +17,5 | 1 340 | 1 004 |
| Arroz em casca | 774,4 | 636,5 | -17,8 | 546,0 | 780,0 | +42,8 | 705 | 1 225 |
| Milho | 1 246,3 | 1 476,2 | +18,4 | 1 740,0 | 2 820,0 | +62,0 | 1 396 | 1 910 |
| Feijão | 234,7 | 285,4 | +21,6 | 79,2 | 139,8 | +76,5 | 337 | 490 |
| Amendoim | 469,3 | 447,7 | - 0,6 | 532,5 | 620,0 | +16,4 | 1 135 | 1 385 |
| Batata inglesa | 28,3 | 39,5 | +39,6 | 293,0 | 338,4 | +15,5 | 10 353 | 8 567 |
| Cana | 633,5 | 757,5 | +18,0 | 27 400,0 | 42 400,0 | +55,1 | 43 252 | 56 106 |
| Mandioca | 130,7 | 104,8 | -19,9 | 2 200,0 | 1 755,0 | -20,3 | 16 832 | 16 746 |
| Fumo em corda | 1,5 | 1,4 | - 6,7 | 0,9 | 0,8 | -11,2 | 600 | 571 |
| Mamona | 79,9 | 63,6 | -20,4 | 72,0 | 62,0 | -13,9 | 900 | 975 |
| Soja | 47,6 | 66,9 | +40,5 | 60,0 | 97,8 | +63,0 | 1 260 | 1 462 |
| Cebola | 11,5 | 13,5 | +17,4 | 54,6 | 65,1 | +19,2 | 4 747 | 4 822 |
| Tomate | 18,4 | 20,0 | + 8,7 | 381,0 | 440,4 | +15,6 | 20 707 | 22 020 |
| Uva | 9,5 | 9,8 | + 3,2 | 79,4 | 93,4 | +17,6 | 8 358 | 9 531 |
| Laranja | 156,3 | 188,9 | +20,8 | 1 393,2 | 1 774,0 | +27,3 | 8 913 | 9 391 |
| Banana | 72,7 | 69,0 | - 5,1 | 464,0 | 459,2 | - 1,1 | 6 382 | 6 655 |

Levantamento do período 4 a 20 de junho — (*) Até 30-6-70 tinham entrado nas máquinas 722 522 t de algodão como sendo da safra paulista.

Obs.: As estimativas referentes às áreas e produções totais do Estado para as culturas do café, algodão, arroz, milho, feijão, amendoim e cana, foram obtidas pelo método de amostragem, sendo parte dos recursos financeiros propiciados pelo Instituto Brasileiro do Café. Os cálculos foram realizados na unidade de Processamento de Dados da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo.

atacado dos produtos agrícolas aumentaram 7,1%, os dos produtos industriais cresceram 10,7% e o índice geral de preços (disponibilidade interna) 9,1%. O fenômeno, no 2º semestre do ano, revelou tendência inversa: os preços dos produtos agrícolas subiram 12,4%, o dos produtos industriais 7,5% e o índice geral 9,3%. Dessa forma, os preços por atacado dos produtos agrícolas em 1970 apresentaram aumento de 20,4%, contra 18,9% para os preços dos produtos industriais e 19,2% para o índice geral de preços. Em 1969, a evolução desses preços foi de 31,9%, 14,8% e 20,2%, respectivamente, mostrando que os preços por atacado dos produtos agrícolas acusaram alta mais acentuada naquele ano que em 1970.

Os índices de preços recebidos pelos produtores rurais (GRÁFICOS I, II e III), calculados pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, apresentaram, em 1970, as seguintes altas: geral (agropecuária) 22,5%,

lavoura 15% e produtos animais 28,6%. Em 1969, essas altas foram de 31,6%, 42,9% e 23,8%, respectivamente. Enquanto isso, o índice geral de preços (disponibilidade interna), como vimos, cresceu 19,2% em 1970 e 20,3% em 1969.

De tudo que se acaba de dizer, infere-se que a evolução dos preços dos produtos agrícolas, tanto no atacado como os recebidos pelos agricultores, relativamente ao nível geral de preços prevalecente na economia nacional, foi, em 1970, mais favorável que em 1969, embora tal vantagem se houvesse mostrado bem mais sensível durante o 1º semestre.

Cabe realçar o fato de os preços recebidos pelos lavradores paulistas, calculados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, haverem evoluído em ritmo bem mais lento que o dos preços por eles pagos. Evidenciam os índices respectivos que, no período janeiro-novembro/70, os preços em geral recebidos pelos agricultores daquele Estado aumenta-

ram 15,1%, participando nesse aumento os produtos vegetais com 5,3% e os produtos animais com 32,8%. Em 1969, no mesmo período, esses incrementos foram de 47,3%, 63,9% e 23,6%, respectivamente, bem maiores que os do último ano recém-findo. Convém salientar que, enquanto em 1970 foram os preços dos produtos animais que mais influenciaram a alta, em 1969 a influência maior partiu dos produtos vegetais (Tabela IV). Eliminando-se o preço do café desses índices, observa-se que os produtos vegetais, no mencionado período, acusaram baixa de preços da ordem de 4,5% e a elevação do índice geral se reduz a 12,8%. Em idêntico período de 1969, os preços dos produtos vegetais (sem café) recebidos pelos lavradores descem para 57,6% e o índice geral para 40,4%. Está evidente, também em São Paulo, a influência positiva das maiores safras agrícolas sobre a evolução dos preços.

Quanto aos preços pagos pelos agricultores de São Paulo, no pe-

riodo de janeiro/novembro, mostra o IEA que as taxas, em 1970, foram mais elevadas que as de 1969, tanto para os insumos adquiridos fora do setor como para aqueles provenientes do próprio setor. No geral, do aumento de 12,8% ocorrido em 1969, correspondeu em 1970 a um acréscimo de 23,5% (Tabela IV). Da comparação dos preços recebidos com os preços pagos, obtém-se a relação de paridade. No decorrer de 1970 esta relação mostrou-se ligeiramente deteriorada, contrariamente ao que se verificou em 1969, quando se presenciaram razoáveis ganhos. A propósito da tendência verificada em 1970, de deterioração na relação de paridade dos preços agrícolas, procura o governo adotar medidas corretivas, estimulando a produção nacional de insumos agropecuários e a importação desses insumos não atendidos pela oferta interna. Por outro lado, também nesse sentido vem o governo orientando as políticas de preços mínimos e creditícia voltados para o setor (v. GRÁFICO I).

Tabela IV — Taxas de Crescimento dos Preços Agrícolas no Estado de São Paulo

| Especificação | Janeiro novembro | |
|---|------------------|------|
| | 1969 | 1970 |
| PREÇOS RECEBIDOS | | |
| Produtos vegetais | 63,9 | 5,3 |
| Produtos animais | 23,6 | 32,8 |
| Geral | 47,3 | 15,1 |
| Produtos vegetais, sem café | 57,6 | 4,5 |
| Geral, sem café | 40,4 | 12,8 |
| PREÇOS PAGOS | | |
| Insumos adquiridos fora do setor agrícola | 13,9 | 17,1 |
| Insumos adquiridos dentro do setor agrícola | 20,4 | 36,8 |
| Geral | 12,8 | 23,5 |

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

Exportação de Produtos Agropecuários

A Tabela V, contendo dados comparativos da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), do Banco do Brasil, para os períodos janeiro/

novembro de 1969 e 1970, mostra a expansão que se vem presenciando nas vendas ao exterior de grande número de produtos provenientes da produção rural. Como se sabe, em nosso país, elevada percentagem de nossa receita cambial é

Tabela V — Exportação Brasileira Principais Produtos Agrícolas — Janeiro Novembro 1970 69

| Discriminação | US\$ 1 000 FOB | | Variação em 1970 (±) | | Toneladas | | Variação em 1970 (±) | |
|--------------------------------------|----------------|-----------|----------------------|--------|------------|------------|----------------------|--------|
| | 1970 | 1969 | US\$ 1 000 FOB | | 1970 | 1969 | Toneladas | |
| Café em grão | 802 353 | 737 182 | 65 171 | 8,84 | 845 208 | 1 033 969 | —188 701 | —18,25 |
| Algodão em rama ou pluma | 152 014 | 182 594 | —30 580 | —16,75 | 337 850 | 407 629 | — 69 779 | —17,12 |
| Carne de boi congelada e resfriada | 66 366 | 38 394 | 27 972 | 72,86 | 95 164 | 72 440 | 22 724 | 31,37 |
| Açúcar demerara | 111 882 | 101 791 | 10 091 | 9,91 | 994 029 | 990 474 | 3 555 | 0,36 |
| Cacau em amêndoas | 69 614 | 97 615 | —28 001 | —28,69 | 107 763 | 110 671 | — 2 908 | — 2,63 |
| Lã | 16 251 | 20 276 | — 4 025 | —19,85 | 17 357 | 20 790 | — 3 433 | —16,51 |
| Fumo em folhas | 27 132 | 20 898 | 6 234 | 29,83 | 47 150 | 37 602 | 9 548 | 25,39 |
| Milho em grão | 70 441 | 32 347 | 38 094 | 117,77 | 1 299 959 | 639 394 | 660 569 | 103,31 |
| Pele e couros preparados ou curtidos | 14 376 | 9 753 | 4 623 | 47,40 | 6 429 | 6 724 | — 295 | — 4,39 |
| Amendoim | 12 049 | 6 666 | 5 383 | 80,75 | 52 563 | 29 864 | 22 704 | 76,02 |
| Soja em grão | 27 024 | 29 249 | — 2 225 | — 7,61 | 288 973 | 310 147 | — 21 174 | — 6,83 |
| Banana | 9 743 | 8 270 | 1 473 | 17,81 | 185 473 | 143 970 | 41 503 | 28,83 |
| Couro de gado bovino, em bruto | 8 114 | 10 995 | — 2 881 | —26,20 | 33 566 | 54 460 | — 20 894 | —38,37 |
| Cêra de carnaúba | 8 495 | 8 524 | — 29 | — 0,34 | 12 099 | 12 121 | — 22 | — 0,18 |
| Castanha do Brasil com casca | 7 320 | 6 796 | 524 | 7,71 | 25 083 | 18 665 | 6 420 | 34,40 |
| Castanha do Brasil sem casca | 5 737 | 4 468 | 1 269 | 28,40 | 6 478 | 4 589 | 1 889 | 41,16 |
| Pimenta em grão | 6 640 | 8 149 | — 1 509 | —18,52 | 7 322 | 13 197 | — 5 875 | —44,52 |
| Erva-mate | 4 222 | 4 244 | — 22 | — 0,52 | 22 933 | 23 490 | — 557 | — 2,37 |
| Chá | 2 562 | 1 951 | 611 | 31,32 | 3 638 | 2 511 | 1 127 | 44,88 |
| Laranja | 3 416 | 3 553 | — 137 | — 3,86 | 50 863 | 56 952 | — 6 089 | —10,69 |
| Outros | 1 010 435 | 759 760 | 250 675 | 32,99 | 31 077 891 | 23 045 924 | 8 031 967 | 34,85 |
| Total | 2 436 186 | 2 093 475 | 342 711 | 16,37 | 35 517 791 | 27 035 583 | 8 482 208 | 31,37 |

Fonte: Carteira do Comércio Exterior — Banco do Brasil.

originária da exportação de mercadorias do setor agropecuário. Assim, grande parte do esforço feito no sentido de ampliar as vendas externas de nossos produtos tem recaído sobre a produção do setor que tem correspondido, satisfatoriamente, a tal exigência. Sem isso, não poderíamos, no decorrer de 6 anos apenas, quase duplicar o valor de nossas exportações, que, em 1964, foi da ordem de US\$ 1 430,00 milhões e que, em 1970, deverá situar-se em cerca de US\$ 2 700,00 milhões.

No período de janeiro-novembro/70, exportamos mercadorias no valor de US\$ 2 436,2 milhões, contra US\$ 2 093,5 milhões em iguais meses de 1969. Dentre os produtos rurais com maiores acréscimos de exportação figuram milho em grão, carne de boi congelada e resfriada, fumo em folhas, peles e couros preparados, amendoim, açúcar, banana, castanha do Brasil e chá da Índia. Com menor volume destacaram-se: algodão em rama, café, soja em grão, couros bovinos em bruto, pimenta do reino e laranja. Quanto ao café em grão, embora se haja registrado queda de 18% na quantidade, o valor da exportação aumentou quase 9%, ficando realçada ainda a alta no preço do produto no mercado internacional. Grosso modo, os preços dos demais produtos nos mercados estrangeiros permaneceram estáveis em 1970, sendo que alguns deles revelaram melhorias não desprezíveis.

Fatores Influentes na Produção

Sem dúvida, as medidas de natureza econômico-financeira, adotadas no país nos últimos anos, com vistas à contenção progressiva do processo inflacionário e à aceleração do ritmo de crescimento global da economia brasileira, constituíram-se, implicitamente, em alento à decisão dos lavradores para produzir mais e melhor. Do lado da comercialização, as facilidades oferecidas às trocas internas e externas de mercadorias repercutiram favoravelmente sobre a produção agropecuária, como bem comprovam o

fluxo mais rápido de abastecimento dos centros de consumo interno e os maiores escoamentos da produção para os mercados estrangeiros, a par de um movimento de preços no mercado que só inspira tranquilidade e estabilidade próxima.

Não obstante a euforia que envolve atualmente o setor rural da economia, tão bem refletida nos resultados positivos apontados pelo "quantum" agropecuário de 1970, o desenvolvimento das colheitas e da criação não deixou de enfrentar adversidades: chuvas excessivas em São Paulo e Paraná no período de maturação das safras; escassez de chuvas no Nordeste na ocasião do plantio, determinando redução das colheitas regionais, notadamente a de algodão, a principal lavoura nordestina. Lembremos ainda as geadas caídas na segunda metade de 1969, como causa fundamental da redução que se está registrando na produção cafeeira, além do aparecimento da "ferrugem" em alguns cafêzais mineiros, praga que já ameaça a cafeicultura paulista.

Como a produção agrícola nacional, nos últimos tempos, vem sendo conduzida nas áreas de cultivo mais denso sob maiores cuidados técnicos e ativada por medidas governamentais mais eficientes, as dificuldades de natureza climática têm sido, em grande parte, compensadas, através da manutenção de níveis de produção favoráveis no conjunto agrícola brasileiro.

A política de preços mínimos, cada vez mais presente, e que se aplica, em observância às condições prevalecentes, em 2 áreas agrícolas distintas — a meridional e a setentrional — vem-se constituindo em fator de progresso contínuo da produção. De outro lado, os incentivos fiscais racionalmente oferecidos aos lavradores e criadores representam também encorajamento para aqueles que se decidem a produzir. A situação orientadora do Banco Central do Brasil, no âmbito da dinamização e ampliação do crédito rural, representa outro importante fator de impulso às atividades agropecuárias

do país, visto como a política creditícia, além de atender em escala crescente o custeio da entressafra, está cada vez mais preocupado com o financiamento dos meios de produção, especialmente daqueles mais vinculados às técnicas de cultivo.

Em razão disso a agropecuária está-se equipando mais intensamente e utilizando os mais diversos tipos de máquinas e implementos. Em 1970 foram produzidos cerca de 15 000 tratores de diversos tipos, além dos 2 065 cultivadores motorizados. Para efeito de comparação, lembramos que, em 1969, a indústria brasileira de máquinas agrícolas entregou ao mercado 9 963 tratores e 1 947 cultivadores motorizados. Estas cifras evidenciam razoável aumento da oferta desses equipamentos. Não se conhece ainda o volume das vendas de tratores e cultivadores em 1970. Todavia, a exemplo do que se observou em anos anteriores, acreditamos que essas transações se aproximaram da quantidade produzida, conforme ocorreu em 1969, quando foram vendidos 10 043 tratores (9 963 produzidos) e 2 138 cultivadores (1 947 produzidos). Quanto às demais máquinas agrícolas, tem-se notícia do contínuo crescimento da produção desses equipamentos, o que traduz existência de demanda por parte dos lavradores e criadores.

No que respeita ao consumo de fertilizantes, segundo informa a Associação Nacional para Difusão de Adubos, em 1970, deve ter havido aumento de 35%, em relação a 1969, na utilização desses corretivos da fertilidade do solo. Admite-se que a lavoura brasileira consumiu no último ano cerca de 2 500 mil t de adubos, contra 1 850 mil t no ano anterior. Somente as importações pelo Porto de Santos totalizaram 1 554 280 t em 1970, contra 1 028 882 t em 1969. A produção nacional girou em torno de 700 mil t, sensivelmente superior à de períodos anteriores. Pelo visto, é a expansão do consumo de adubos, que na região Centro-Sul do país (São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) atinge ainda um baixo índice de 50

Gráfico I
Índice de Paridade

Agricultura Paulista — Janeiro, 69/Novembro, 70

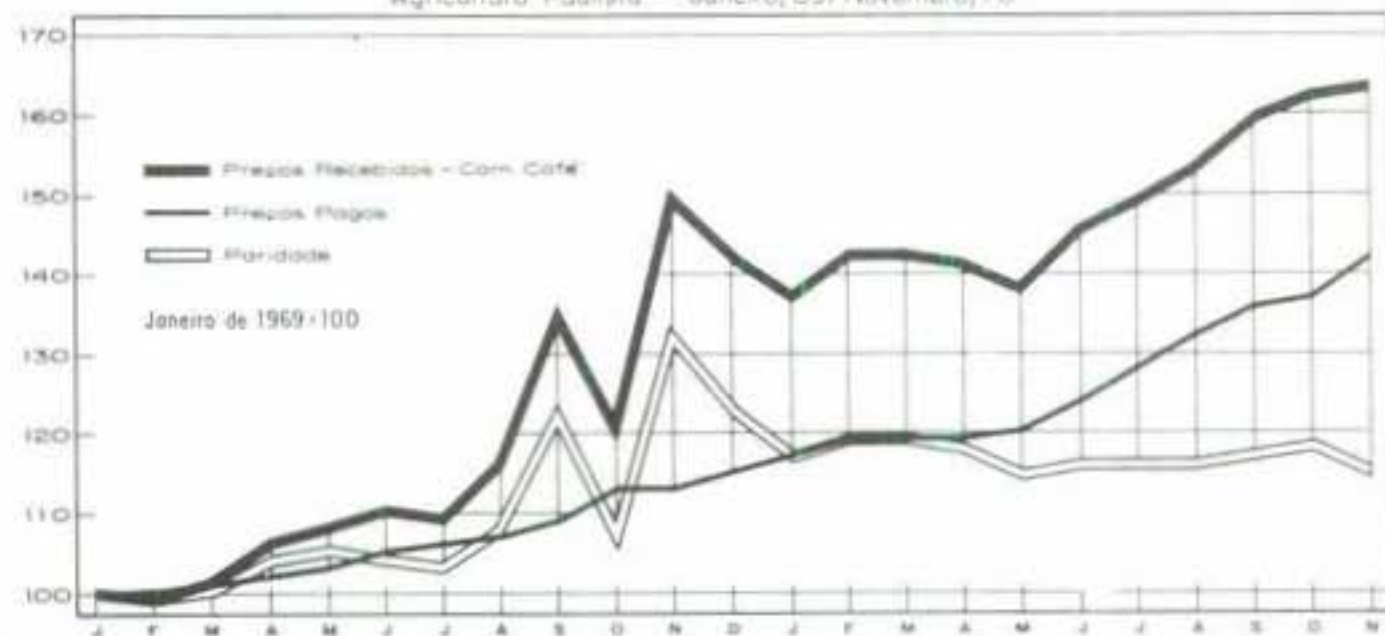


Gráfico II
Índice de Paridade

Agricultura Paulista — Janeiro, 69/Novembro, 70

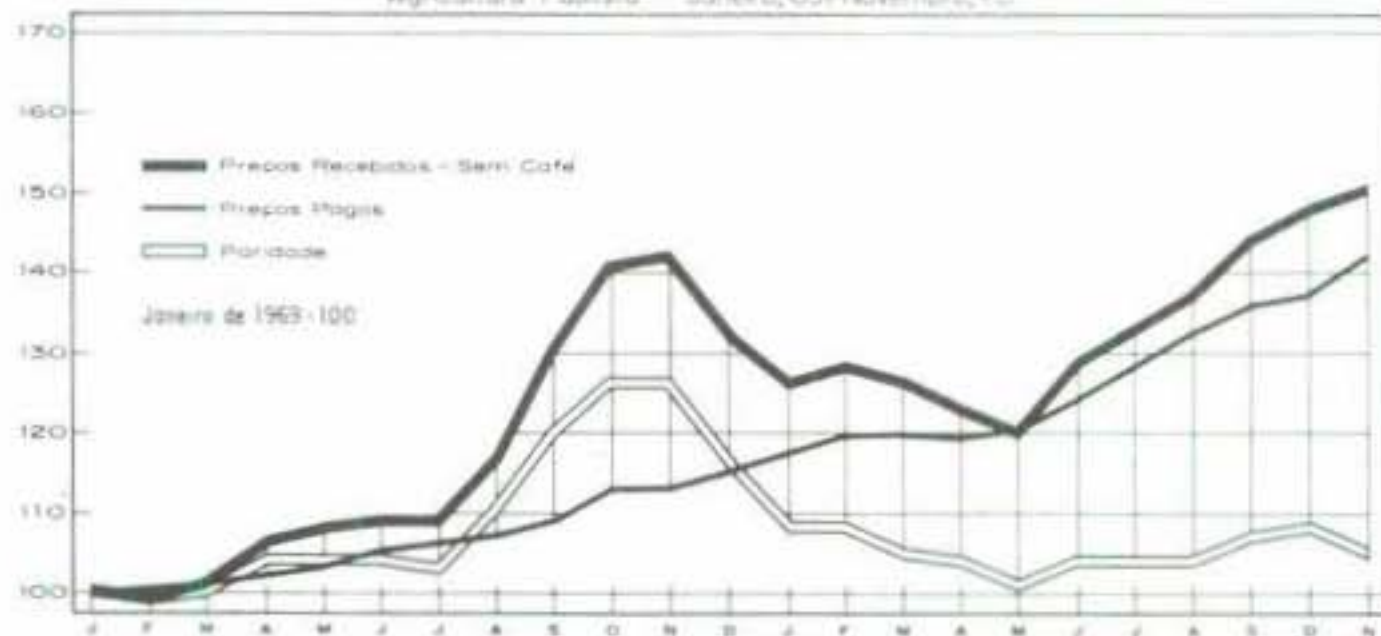


Gráfico III
Preços Recebidos — Agricultores e Preços em Geral

Janeiro, 1969/Dezembro, 1970

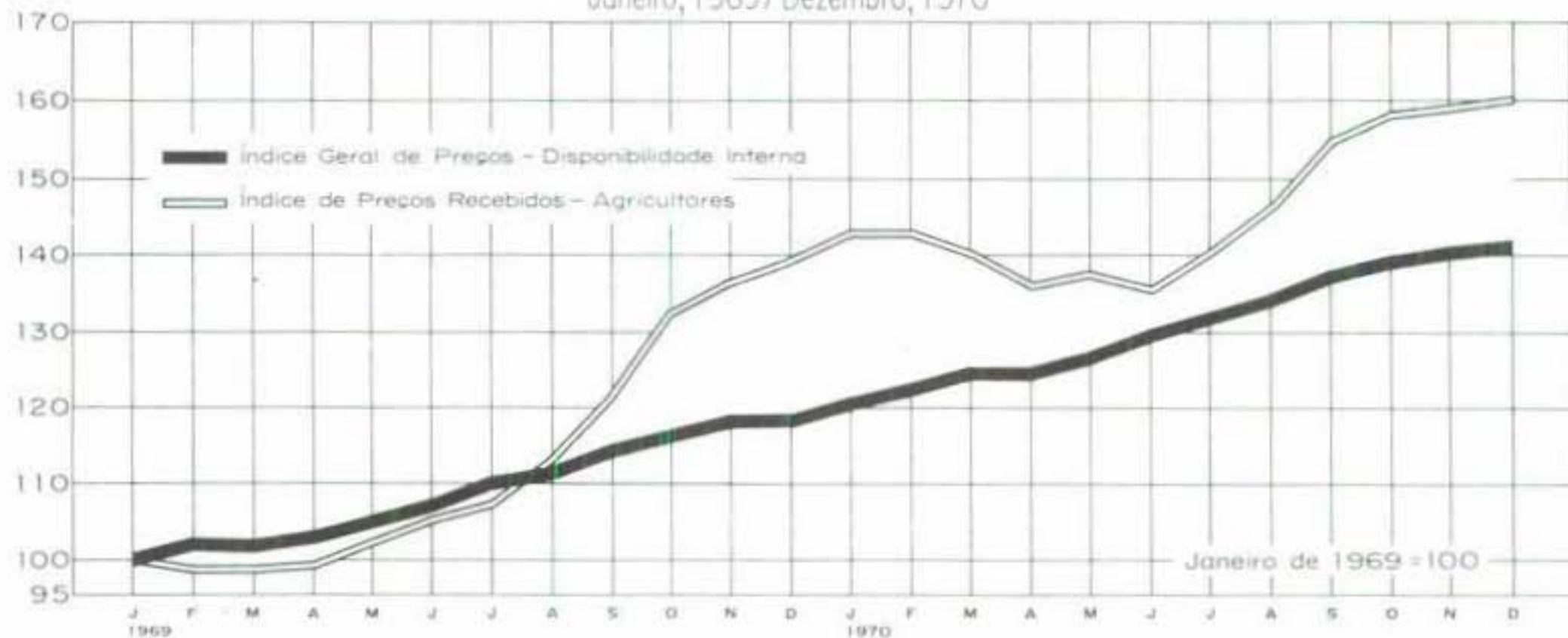
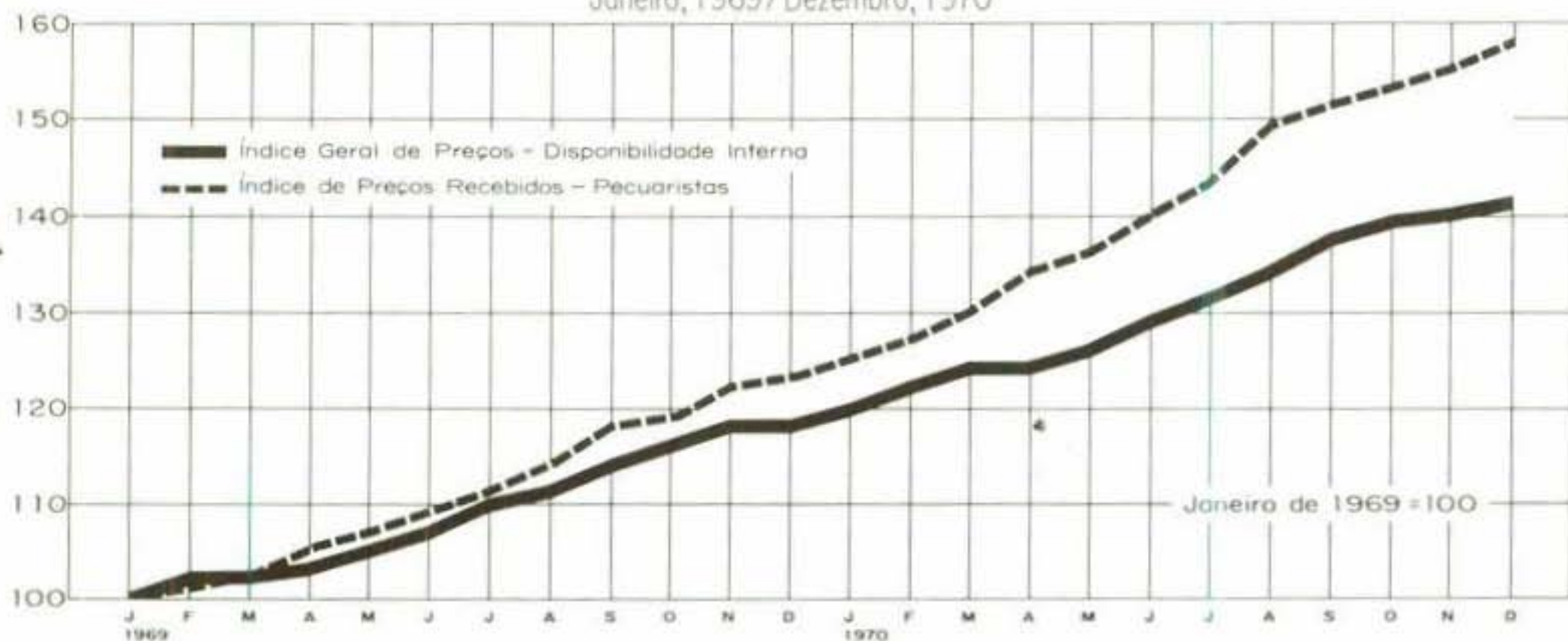


Gráfico IV

Preços Recebidos – Pecuaristas e Preços em Geral

Janeiro, 1969/Dezembro, 1970



kg/ha e em termos nacionais o índice mínimo de 10 kg/ha, outro fator que está a contribuir para a melhoria, embora pouco sensível, da produtividade agrícola.

Mencionamos antes que a mecânica e ampliação do crédito rural atuaram positivamente sobre o desenvolvimento da produção. Apesar de muitos bancos estaduais de fomento operarem com o crédito agropecuário especializado, tem

cabido à Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S. A. o grosso dessas operações. Assim, no período janeiro-novembro/70, aquela Carteira firmou 580 512 contratos, perfazendo Cr\$ 3 957 milhões. Dêstes totais, couberam à agricultura 465-537 contratos, no valor de Cr\$ 2 236 milhões; à pecuária ... 114 975 contratos, valendo Cr\$... 719 milhões. Relativamente aos créditos concedidos em igual pe-

riodo de 1969, totalizando 513 944 contratos e o montante de Cr\$... 2 809 milhões, as operações efetuadas em 1970 foram em número e valor 10% e 41%, respectivamente, superiores às do mesmo período de 1969 (TABELAS VI e VII). Quanto à estrutura da distribuição desses créditos por atividades beneficiadas, praticamente nenhuma modificação digna de nota se evidenciou; aqueles produtos tradicio-

Gráfico V

Preços Recebidos – Produtores Rurais e Preços em Geral

Janeiro, 1969/Dezembro, 1970

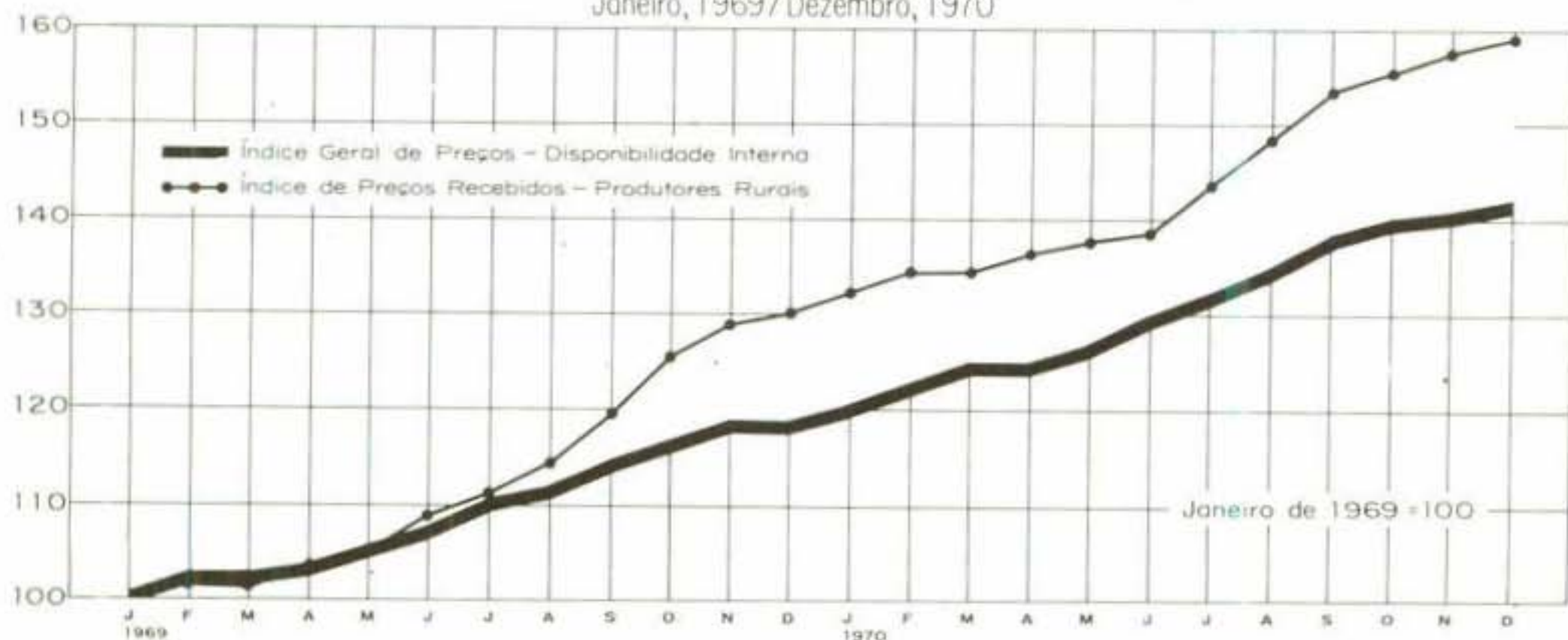


Tabela VI - Créditos Concedidos às Lavouras - Janeiro Novembro de 1969 e 1970

| Especificação | N.º de contratos | | + ou - em 1970 | Cr\$ 1 000 | | + ou - em 1970 |
|---|------------------|---------|-------------------|------------|-----------|-------------------|
| | 1969 | 1970 | | 1969 | 1970 | |
| CUSTEIO | 320 959 | 339 229 | 18 270 | 1 505 621 | 2 123 893 | 618 272 |
| Custeio de entressafra | 304 742 | 331 855 | 27 113 | 1 484 460 | 2 098 047 | 613 587 |
| Algodão | 50 521 | 41 167 | - 9 354 | 244 451 | 243 946 | - 505 |
| Amendoim | 5 959 | 7 401 | 1 442 | 22 819 | 32 269 | 9 450 |
| Arroz | 66 858 | 52 185 | -14 673 | 383 965 | 349 158 | -34 807 |
| Bata inglesa | 3 307 | 3 543 | 236 | 12 987 | 17 378 | 4 391 |
| Cacau | 2 836 | 3 171 | 335 | 29 662 | 49 773 | 20 111 |
| Café | 17 607 | 33 410 | 15 803 | 114 988 | 373 787 | 258 799 |
| Cana-de-açúcar | 5 105 | 4 726 | - 379 | 127 388 | 166 057 | 38 669 |
| Feijão | 9 377 | 12 992 | 3 615 | 35 370 | 50 360 | 14 990 |
| Frutas diversas | 8 756 | 7 787 | - 969 | 25 937 | 35 130 | 9 193 |
| Fumo | 10 317 | 10 060 | - 257 | 15 655 | 19 280 | 3 625 |
| Hortaliças | 7 529 | 2 131 | -5 398 | 18 361 | 6 127 | -12 234 |
| Mandioca | 12 728 | 14 106 | 1 378 | 16 420 | 22 750 | 6 330 |
| Milho | 83 712 | 91 609 | 7 897 | 223 966 | 311 384 | 87 418 |
| Soja | 11 141 | 31 869 | 20 728 | 60 079 | 109 113 | 49 034 |
| Trigo | 16 871 | 21 579 | 4 708 | 133 334 | 245 857 | 112 533 |
| Outras culturas | 6 471 | 12 146 | 5 375 | 19 078 | 65 668 | 46 590 |
| Outras aplicações | 2 517 | 7 374 | 4 857 | 21 161 | 25 846 | 4 685 |
| COMERCIALIZAÇÃO | 14 195 | 27 582 | 13 387 | 301 830 | 456 603 | 154 773 |
| Algodão | 1 666 | 721 | - 945 | 69 515 | 69 771 | 256 |
| Amendoim | 163 | 180 | 17 | 15 036 | 17 563 | 2 527 |
| Arroz | 5 429 | 10 181 | 4 752 | 126 665 | 189 578 | 62 913 |
| Feijão | 180 | 676 | 496 | 1 152 | 3 507 | 2 355 |
| Milho | 2 750 | 7 173 | 4 423 | 15 537 | 50 389 | 34 852 |
| Soja | 234 | 503 | 269 | 25 101 | 49 519 | 24 418 |
| Outros produtos | 764 | 956 | 192 | 31 428 | 29 806 | - 1 622 |
| Sacaria e ou material de embalagem | 2 016 | 6 213 | 4 197 | 12 347 | 32 143 | 19 796 |
| Armazéns e similares | 1 085 | 979 | - 106 | 5 049 | 14 327 | 9 278 |
| INVESTIMENTOS | 85 422 | 98 726 | 13 304 | 428 070 | 652 122 | 224 052 |
| Fundação de culturas perenes | 4 484 | 7 208 | 2 724 | 18 107 | 71 797 | 53 690 |
| Melhoramentos das explorações | 37 461 | 40 001 | 2 540 | 131 724 | 154 754 | 23 030 |
| Armazens e similares | 1 537 | 1 441 | - 96 | 4 004 | 6 708 | 2 704 |
| Desbravamento de glebas rurais | 6 448 | 5 265 | -1 183 | 33 971 | 31 095 | - 2 876 |
| Irrigação | 4 174 | 4 880 | 706 | 28 371 | 27 560 | - 811 |
| Residências rurais | 8 518 | 7 669 | - 849 | 20 140 | 24 671 | 4 531 |
| Outros | 16 784 | 20 656 | 3 872 | 45 238 | 64 720 | 19 481 |
| Máquina, equipamentos e veículos | 41 439 | 49 567 | 8 128 | 245 874 | 421 772 | 175 892 |
| Implementos p/ preparação e cultura do solo | 5 012 | 5 978 | 966 | 38 512 | 59 725 | 21 213 |
| Implementos p/ disposição da colheita | 7 719 | 12 060 | 4 341 | 60 822 | 123 798 | 62 976 |
| Tratores e implementos | 9 302 | 10 968 | 1 666 | 135 355 | 184 515 | 49 160 |
| Animais de serviço | 14 574 | 14 835 | 261 | 16 100 | 21 087 | 4 987 |
| Veículos e implementos | 4 832 | 5 726 | 894 | 25 085 | 32 647 | 7 562 |
| Outras aplicações | 2 038 | 1 950 | - 88 | 2 365 | 3 799 | 1 434 |
| BRASIL | 420 876 | 465 537 | 44 661 | 2 235 521 | 3 232 618 | 997 097 |

Fonte: Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S.A.

ADMINISTRAÇÃO TEM FUNDO DE PESQUISA

A Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, durante reunião de seu Conselho, efetivou a criação de um Fundo destinado exclusivamente às pesquisas acadêmicas por aquele estabelecimento de ensino.

O Fundo de Pesquisas, criado em decorrência de uma verba de Cr\$ 90.000,00 doada pela City Bank, visa estimular todas as pesquisas acadêmicas relacionadas com a ciência da Administração e disciplinas correlatas.

Básicamente o Centro de Pesquisas atua como um órgão de assessoria de pesquisas para a escola, coletando dados sobre a economia brasi-

leira, organizando fichários e cadastros de empresas e assistindo tecnicamente à preparação de todos os projetos, formulando hipóteses, definindo áreas de pesquisa e elaborando roteiros.

Esse fundo será administrado técnica e executivamente pelo Centro de Pesquisas e Publicações daquela instituição da Fundação Getúlio Vargas.

Tabela VII — Créditos Concedidos à Atividade Pecuária — Janeiro/Novembro de 1969 e 1970

| Especificação | N.º de contratos | | + ou — em 1970 | Cr\$ 1000 | | + ou — em 1970 |
|--|------------------|---------|-------------------|-----------|---------|-------------------|
| | 1969 | 1970 | | 1969 | 1970 | |
| CUSTEIO | 29 286 | 29 744 | 458 | 125 514 | 156 693 | 31 179 |
| Custeio das explorações | 26 734 | 26 504 | — 230 | 114 461 | 143 046 | 28 585 |
| Avicultura | 2 909 | 2 913 | 4 | 34 134 | 45 467 | 11 333 |
| Bovinos — produção de leite | 5 277 | 5 476 | 199 | 16 638 | 19 893 | 3 255 |
| Bovinos — produção de carne | 9 178 | 7 891 | — 1 287 | 41 106 | 44 202 | 3 096 |
| Bovinos — recriação | 126 | 436 | 300 | 1 769 | 5 458 | 3 689 |
| Bovinos — engorda | 189 | 96 | — 93 | 2 932 | 3 287 | 355 |
| Ovinos | 58 | 64 | 6 | 1 704 | 1 979 | 275 |
| Suínos | 8 430 | 9 309 | 879 | 14 770 | 20 808 | 193 310 |
| Outros animais | 567 | 319 | — 248 | 1 408 | 1 952 | 544 |
| Outras aplicações | 2 552 | 3 240 | 688 | 11 053 | 13 597 | 2 544 |
| COMERCIALIZAÇÃO | 132 | 29 | — 103 | 46 494 | 48 578 | 2 084 |
| Bovinos para abate | 95 | 7 | — 88 | 17 813 | 13 900 | — 3 913 |
| Lã | 21 | 16 | — 5 | 25 923 | 31 985 | 6 062 |
| Laticínios | 3 | 3 | 0 | 35 | 435 | 400 |
| Suínos para abate | 2 | 1 | — 1 | 1 130 | 756 | — 374 |
| Outros | 11 | 2 | — 9 | 1 593 | 1 502 | — 91 |
| INVESTIMENTOS | 81 650 | 85 202 | 3 552 | 401 538 | 513 566 | 112 028 |
| Aquisição de animais | 35 637 | 39 329 | 3 692 | 166 004 | 244 129 | 78 125 |
| Bovinos — produção de leite | 11 720 | 13 246 | 1 526 | 51 228 | 71 034 | 19 806 |
| Bovinos — produção de carne | 20 965 | 23 392 | 2 427 | 106 763 | 162 326 | 55 563 |
| Ovinos | 1 171 | 949 | — 222 | 4 103 | 5 587 | 1 484 |
| Suínos | 1 649 | 1 562 | — 87 | 2 802 | 3 324 | 522 |
| Outros animais | 132 | 180 | 48 | 1 108 | 1 458 | 750 |
| Melhoramentos das explorações | 29 041 | 27 184 | — 1 857 | 170 722 | 184 588 | 13 869 |
| Armazéns e similares | 343 | 361 | 18 | 2 353 | 2 747 | 5 100 |
| Desbravamento de glebas rurais | 240 | 385 | 145 | 3 925 | 5 148 | 1 223 |
| Granjas avícolas | 971 | 857 | — 114 | 11 735 | 12 187 | 452 |
| Irrigação | 1 198 | 1 038 | — 160 | 6 550 | 9 086 | 2 536 |
| Pastagens | 4 237 | 4 059 | — 178 | 32 444 | 36 367 | 3 923 |
| Residências rurais | 8 218 | 2 649 | — 5 569 | 12 474 | 13 652 | 1 178 |
| Outros | 19 456 | 17 835 | — 1 621 | 101 242 | 105 402 | 4 160 |
| Máquinas, equipamentos e veículos | 16 265 | 17 621 | 1 356 | 63 169 | 79 892 | 16 723 |
| Implementos p/preparação e cultivo do solo | 362 | 603 | 241 | 3 125 | 4 860 | 1 735 |
| Implementos p/disposição da colheita | 12 145 | 12 915 | 770 | 33 543 | 40 195 | 6 652 |
| Tratores e implementos | 643 | 704 | 61 | 10 726 | 13 309 | 2 583 |
| Animais de serviço | 1 425 | 1 194 | — 231 | 2 534 | 2 755 | 221 |
| Veículos e implementos | 1 690 | 2 205 | 515 | 13 241 | 18 773 | 5 532 |
| Outras aplicações | 679 | 1 068 | 389 | 1 643 | 4 957 | 3 314 |
| BRASIL | 111 068 | 114 975 | 3 907 | 573 546 | 718 837 | 145 291 |

Fonte: Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S.A.

nais de nossa lavoura são os mais bem contemplados, embora mereça menção especial o aumento havido para a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, e também para investimentos objetivando melhorar as condições básicas de produção. Sob o aspecto regio-

nal, embora todos os Estados brasileiros venham revelando incremento na recepção desses créditos, a região Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — absorveu 42,8% do valor distribuído em 1970; a Sudeste — Rio de

Janeiro, Espírito Santo, Guanabara, Minas Gerais e São Paulo — 34,4%; a Nordeste — Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe — 12,4%; ficando as regiões Norte e Centro-Oeste com as restantes 10,4%.

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

DIREITO TRIBUTÁRIO — Manoel Lourenço dos Santos — 4.ª edição.

CHEFIA, SUA TÉCNICA, SEUS PROBLEMAS — Wagner Estelita Campos.

5.ª edição.

INSTRUÇÃO PROGRAMADA, TEORIA E PRÁTICA — Maria Ângela Vinagre de Almeida.

CUSTOS — PRINCÍPIOS, CÁLCULO E CONTABILIZAÇÃO — Américo M. Florentino, 3.ª edição.

A ESTRUTURA DAS DECISÕES HUMANAS — David W. Miller & Martin R. Starr.

MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO I — C. Machline, Kurt Weil, Ivan de Sá Motta & Wolfgang Schoeps, 2.ª edição.

SHOPPING CENTERS — EUA vs BRASIL — Alberto de Oliveira Lima Filho.

TEORIA CONTÁBIL — Américo M. Florentino.

PROBLEMAS DE PESSOAL DA EMPRESA MODERNA — Thomas Vilanova Monteiro Lopes — 4.ª edição.

AS PROVAS OBJETIVAS — TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO — Ethel Bauzer Medeiros.

MOVIMENTOS PARTIDÁRIOS NO BRASIL — Paulo Roberto Motta.

TEORIA MICROECONÔMICA — Mário Henrique Simonsen, 2.ª edição.

ENSAIOS DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA — Leodegário A. de Azevedo Filho.

O FATOR PSICOLÓGICO NA EVOLUÇÃO SINTÁTICA — Cândido Jucá (filho).

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — George Sebastião Guerra Leone.

MEIOS DE EXPRESSÃO E ALTERAÇÕES SEMÂNTICAS — M. Said Ali.

FONÉTICA SINTÁTICA — Sousa da Silveira.

NOTAS E ESTUDOS DE PORTUGUÊS — Martinz de Aguiar.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL — Jorge Gustavo da Costa.

TEXTOS QUINHENTISTAS — Sousa da Silveira.

ORÇAMENTO PÚBLICO — Jesse Burkhead.

USOS E ABUSOS DAS RELAÇÕES PÚBLICAS — José Xavier de Oliveira.

CONTABILIDADE INDUSTRIAL — Salvador Chevitarrese, 2.ª edição.

DIREITO DO TRABALHO — Délio Maranhão, 2.ª edição.

O ESTUDO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — Dwight Waldo, 2.ª edição.

À venda nas principais livrarias ou pelo reembolso postal.

Pedidos para a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 188, C. P. 21.120, ZC-05, Rio, GB.

Serviço de Publicações

BURROUGHS SIMPLIFICA O DIÁLOGO HOMEM-MÁQUINA.



Olhe aqui a prova.

As novas Unidades Gravadoras em Fita Magnética da série N, Burroughs, trazem muitas vantagens para quem quer simplificar e dinamizar serviços administrativos.

Primeiro, elas falam francamente com o operador, numa linguagem simples. Se o operador registra A, ela mostra o A num vídeo. Isto simplifica a correção de enganos e a localização de erros.

O vídeo também mostra o programa ativado e o próximo a entrar em serviço. E acusa equívocos do operador.

Resultado? Velocidade de operação, operação acurada.

Muitos recursos podem ser aplicados para ampliar sua flexibilidade.

E você sabe: a gravação em fita tem grandes vantagens. Além de economizar etapas de leitura, poupa tempo de processamento no computador. Isso é maior rapidez no processamento.

Você precisa conhecer todas as vantagens dessas novas codificadoras Burroughs.

Um representante de alto nível explicará tudo.

Chame-o.



À BURROUGHS ELETRÔNICA

Rua Araújo Porto Alegre, 36, 8.º andar,
Caixa Postal 1410,
Rio de Janeiro, GB.

Prezados senhores:

Esta nova codificadora pode funcionar no sistema que já temos? Com que vantagens? Ou como podemos instalar um sistema já com esta nova codificadora? Por favor, expliquem ☐ através de folhetos ☐ ou com a visita de um representante de alto nível. Mas sem compromisso.

Nome

Rua N.º

Telefone

Empresa

Cidade

Estado

Nome da Secretária

Cargo CE



Burroughs simplifica

BANCO COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A

RELATORIO N.º 59 — DO ANO DE 1970

Senhoras e Senhores Acionistas,

Consternados registramos o falecimento do nosso Presidente de Honra-Fundador José Maria Whitaker, aos 19 de novembro do ano findo de 1970.

Primeiro como Superintendente, ao lado do seu inolvidável companheiro de fundação Dr. Erasmo Teixeira de Assumpção e, depois, como Presidente, Dr. José Maria Whitaker dirigiu o Banco durante 58 anos, imprimindo-lhe sua marcante personalidade, embora sem nunca dispensar o apoio e a colaboração dos seus companheiros de Diretoria.

Muitos foram os traços fundamentais dessa personalidade, que se caracterizaram, de um lado, o homem público e o estadista, o banqueiro e o economista, o advogado e o comerciante, e, de outro, o intelectual, o chefe de família, o conselheiro, o benfeitor e o religioso convicto.

Como advogado iniciou sua carreira adquirindo uma experiência profissional que lhe valeu em todas as fases de sua vida. Posteriormente fundou uma firma de café em Santos, onde, como comissário e como Presidente da Associação Comercial sentiu a importância desse setor na economia brasileira. Foi também nessa época que concebeu a ideia da fundação de um banco inteiramente nacional, que pudesse com vantagem competir com a maioria de concorrentes estrangeiros. A cerimônia oficial da constituição do Banco Comercial do Estado de São Paulo realizou-se aos 3 de março de 1912, contando com a presença de grande número de pessoas gracas, entre as quais a de Manoel Ferraz de Campos Salles, que havia exercido com grande eficiência a presidência da República.

Como advogado-banqueiro, escreveu o livro "Letra de Câmbio", que se tornou obra clássica na literatura jurídica. Como homem público, relatou suas atividades em dois escritos que se notabilizaram pelos seus conceitos e pelos seus planos: "Da administração do governo provisório de 4-11-30 a 16-11-31" e "Seis meses, de novo, no Ministério da Fazenda" (1955).

Como intelectual escreveu alguns pequenos ensaios, que modestamente reservou a família, a qual também deixou um diário biográfico. E, como profundo crítico e conhecedor da realidade brasileira, escreveu os 58 primeiros relatórios do Banco e numerosos artigos ligados à economia e finanças nacionais, os quais exerceram inegável influência no pensamento especializado.

Embora avesso aos cargos públicos, não se esquivou de prestar sua valiosa colaboração, quando instantemente solicitada. A convite do Presidente Epitácio Pessoa, exerceu entre 1920 e 1922 a presidência do Banco do Brasil, reformulando sua estrutura e consolidando sua influência como peça central do sistema bancário, conseguindo ademais que fosse aprovado na ocasião um projeto de sua autoria, instituindo a carteira de Redestintos. E, em 1930, a chamado do Presidente Getúlio Vargas, ocupou primeiramente o honroso cargo de chefe da Junta Governativa do Estado de São Paulo e, logo a seguir, o de Ministro da Fazenda, pelo prazo de um ano.

Nessa época de 1930, em que o País se ressentia de grave crise política e econômica, decorrente do "crack" mundial de 1929, o Ministro José Maria Whitaker teve de enfrentar dificuldades complexas, de caráter premente, as quais, todavia, mercê de um esforço ingente, resolveu com acerto e decisão. A principal dentre elas foi a da compra dos estoques de café, acumulados pela completa paralisação do mercado internacional, compra essa realizada sem emissão do papel-moeda e, em boa parte, mediante a troca por trigo americano, numa operação gigantesca que aliviou a conjuntura financeira não só do setor cafeeiro, mas do próprio País, merecendo inusitados encontros de publicações técnicas internacionais.

Outra dificuldade resolvida por sua decisiva influência foi a da legalização de vultosas transações concluídas por um banco estadual, garantidas por conhecimentos de transportes de café, mediante uma lei que deu a tais conhecimentos força de títulos de crédito, consagrando-se por tal forma uma situação de fato e uma aspiração jurídica.

Vencida a estagnação, restabelecido o crédito, conseguido o equilíbrio orçamentário e assegurada a estabilidade monetária, José Maria Whitaker apresentou ao Sr. Otto Niemeyer, representante no Brasil dos Srs. N. M. Rothschild & Sons, um projeto tecnicamente perfeito para a instalação de um Banco Central, plano esse aprovado pelo governo e financeiramente apoiado pela tradicional firma de banqueiros ingleses, mas que infelizmente não pôde ser efetivado por motivo de ocasião e imprevisível desvalorização da libra-novo, que desorganizou na época o mercado monetário, prejudicando os entendimentos até então levados a efeito.

A instância do governador do Estado de São Paulo Prof. Jânio Quadros e a convite do Presidente Café Filho, o Dr. José Maria Whitaker voltou ao Ministério da Fazenda em 1955. No curto espaço de seis meses, em que lá se manteve, conseguiu impulsionar a exportação de café a níveis até então não atingidos e, objetivando consolidá-la em bases justas e realistas, preparou um notável projeto de reforma cambial, visando a suprimir gradativamente o confisco imposto aos produtores de café, equivalente a metade do valor das cambiais de exportação, bem como a assegurar a livre comercialização dessa mercadoria, projeto esse que devido a circunstâncias supervenientes e imprevisíveis, não logrou ser imediatamente aprovado, motivando por isso o pedido de demissão do Ministro.

Sua influência como banqueiro foi indiscutível, pela argúcia dos seus métodos, pela correção de suas atitudes e pelo espírito pioneiro de suas iniciativas. Antes de qualquer providência oficial, o Banco Comercial amparou seus funcionários com uma Caixa de Previdência-modelar e, também, com uma Cooperativa de Consumo, tendo ambas as instituições correspondido plenamente aos objetivos iniciais. O Banco foi também pioneiro na abertura de uma vasta rede de agências e no volume de operações ativas e passivas, perdendo só mais tarde essa primazia, sobretudo em função das incorporações ou fusões que outros bancos efetivaram.

José Maria Whitaker, contudo, em espírito não nos deixou. Ele que foi toda energia, humildade e ação, continua redutivo nas obras, nos princípios e na filosofia de vida que nos legou. Ele que deu de si muito mais do que poderia receber, estará sempre ao nosso lado, para nos orientar com a sabedoria dos seus ensinamentos.

Deus o tenha em santa Paz.

Continuou a evoluir satisfatoriamente o plano de desenvolvimento econômico traçado pelas nossas autoridades. Os índices de maior relevância atestam a firmeza dessa tendência, tendo-se repetido no ano findo a excelente "performance" do anterior relativa ao produto real interno, que se manteve em torno de 9%, taxa das mais elevadas na área internacional.

O Setor da agricultura contribuiu sensivelmente para esse resultado, pois, apesar da acentuada quebra da safra cafeeira consequente à estiagem e ao frio, ainda assim acusou no seu todo um excelente nível de crescimento real (m/m 7%). O mesmo se diga da atividade industrial, que registrou taxa de crescimento (m/m 10%) superior à do ano findo e que vem melhorando seus produtos em termos de exportação competitiva, contando agora com a possibilidade de vendas de bens e equipamentos a médio e longo prazo, dentro da sistemática internacional.

A receita global das exportações deverá atingir a quantia de US\$ 2,7 bilhões (contra US\$ 2,2 em 1969), para o qual o café concorreu com a parcela de US\$ 950 milhões, que foi quanto alcançaram as 17 milhões de sacas exportadas no ano. Com isso nossa balança comercial acusou um excedente da ordem de US\$ 400 milhões em relação ao ano anterior.

No combate à inflação, os resultados podem também se considerar plausíveis, dada a conveniência de se evitar o tratamento de choque e manter, por algum tempo mais, o processo de desinflação gradual que, inevitavelmente, tem favorecido o desenvolvimento econômico sem provocar maiores impactos.

Oficialmente estimada ao redor de 20%, a taxa de inflação melhorou em aproximadamente 4% a de 1969, resultado esse inegavelmente satisfatório. Como as previsões, todavia, anteviam declínio ainda mais acentuado dessa taxa, pertinente será admitir que, embora sob controle, alguns focos remanescem, cuja pressão inflacionária não deve ser subestimada. Não, obviamente, os transitórios por natureza, como os decorrentes de condições adversas de clima ou tempo, nem os conjunturais, observados nas faixas creditícia e monetária ou relacionados com a acumulação de divisas. Mas, sim, os de caráter persistente, cuja influência desajustadora as autoridades não conseguiram neutralizar por contramedidas adequadas como as da correção monetária e das taxas flexíveis de câmbio e que, por isso mesmo, com maior peso contrabalançam o esforço de recuperação.

Nesse sentido, tivemos oportunidade de assinalar em relatórios anteriores dois fatos que, com maior renitência a nosso ver, vem há bastante tempo retardando essa recuperação, o do encarecimento do crédito e o do confisco cambial. Em relação ao primeiro, ressaltamos os males que dele decorrem, não por culpa dos bancos privados, cujas taxas de financiamento à produção e comercialização são baixas, mas por força dos depósitos compulsórios em percentagem elevada, que impedem as instituições bancárias de atender a uma larga faixa de operações legítimas, forçando seus clientes a se valerem de fontes paralelas de crédito, cujas taxas mais elevadas influenciam de forma negativa sobre os preços em geral. Quanto ao confisco, profligamos a injusta da retenção discriminatória de mais de metade do produto da exportação do café, adogando sua abolição gradativa com vistas ao desafio e melhor desempenho econômico-social de um setor básico da produção, precisamente o que ainda ostenta o apanágio de contribuir com a maior fonte de divisas do País.

Em apoio a essas observações só temos a comentar que a recente instituição das operações de "open market", que com maior eficiência e realidade poderão exercer o controle pretendido com os depósitos compulsórios, renova a oportunidade de se alterar o percentual destes, o níveis condizentes com as legítimas necessidades de crédito, e que o excelente resultado das exportações, assim como os imensos recursos a serem coletados para o Fundo de Participação Social, favorecem a abolição gradual do confisco e o consequente revigoramento do mais importante setor da atividade agrícola, sem o temor de esgotamento de caixa ou das disponibilidades cambiais, as quais, pressupondo-se elevam a mais de um bilhão de dólares.

Em relação aos próximos anos, promissoras perspectivas foram detectadas pelo nosso governo, ao sancionar alguns projetos legais que, se

convenientemente executados como esperamos, poderão com o tempo revolucionar, em termos positivos, setores vitais da própria estrutura nacional, com amplas repercussões no desenvolvimento econômico.

Referimo-nos em primeiro lugar ao grandioso plano de integração econômica, política, social e geográfica da imensa região amazônica ao restante do complexo nacional, mediante a abertura do gigantesco conjunto de rodovias que, partindo do litoral nordeste, se embrenhará pelo sertão até o extremo oeste do território, atravessando regiões de preciosas jazidas minerais e de terras apropriadas à cultura e criação, nas quais serão fixados núcleos permanentes de colonização e exploração.

Em segundo lugar, mencionamos o plano fundamental de alfabetização em massa, a ser conseguido pela difusão dos mais aperfeiçoados métodos de instrução, através de modernos meios de comunicação, com o amparo de um incentivo fiscal de 1 a 2% sobre a renda líquida declarada para o imposto.

E, por último, referimo-nos ao engenhoso Programa de Integração Social do trabalhador à empresa em que serve, mediante a formação de um fundo de poupança, integrado parte pela contribuição patronal correspondente a determinada percentagem do faturamento anual, e a restante por uma parcela a ser também deduzida do encargo fiscal da renda.

...

O resultado líquido do exercício superou os anteriores, atingindo a soma de Cr\$ 17.744.858,46, além de um rebate líquido de Cr\$ 4.751.961,58 para o próximo balanço. Tal resultado representa louvável esforço dos nossos dedicados auxiliares, porque teve de vencer um período não muito curto de retração do mercado monetário, a par de algumas despesas extraordinárias, como as impostas por motivo de segurança que por si ultrapassaram o milhão de cruzeiros.

Por proposta da Diretoria, aprovada pela assembleia geral de 30 de janeiro de 1970, o capital do Banco foi elevado de Cr\$ 33.000.000,00 para Cr\$ 46.750.000,00, sendo Cr\$ 8.250.000,00 por bonificação na base de 1 ação nova para 4 antigas, e Cr\$ 5.500.000,00 por inscrição. Com esse aumento e com o resultado do último balanço, capital e reservas sobem agora a Cr\$ 85.067.474,12 (Cr\$ 46.750.000,00 + Cr\$ 38.317.474,12). Os depósitos elevaram-se de Cr\$ 350.559.920,79 para Cr\$ 413.185.263,76; as aplicações de Cr\$ 273.943.158,09 para Cr\$ 326.470.959,27, assim repartidas: Indústria 26,5%; Comércio 34,4%; Agropecuária 21,4%; Outros 17,7%.

Durante o ano foram negociadas na Bolsa 2.585.938 ações, pelo valor unitário máximo de Cr\$ 3,45, mínimo de Cr\$ 1,30 e médio de Cr\$ 1,89.

Encontra-se em fase de acabamento o prédio que erigimos no bairro vizinho de Santo Amaro, para o fim especial de ali instalar todo o conjunto do nosso Centro Eletrônico de Processamento. Tal providência tornou-se necessária, dada a extensão de seus benefícios às próprias Agên-

cias, todas elas, alias, com os respectivos sistemas de títulos e de contas correntes em computador. Concluímos a reestruturação do organograma geral do Banco e estendemos o atendimento por Caixas Executivas ao interior, tendo também instalado câmaras de Câmbio em Curitiba e Salvador.

Iniciou suas operações nos últimos dias de dezembro a nossa S. A. Financeira do Comercial — SAFIC — com perspectivas promissoras, porque evitará a evasão de depósitos à procura de melhor renda, favorecendo ademais a obtenção de novos clientes.

O Banco de Investimento Industrial S. A. — INVESTBANCO, do qual participamos com a percentagem de 13,64% de seu capital, continua a expandir-se de forma apreciável, remunerando satisfatoriamente a nossa inversão.

Continua a Caixa de Previdência a prestar efetiva assistência aos funcionários e associações, tendo despendido com benefícios a quantia de Cr\$ 1.900.653,19, cabendo deste total às pensões a verba de Cr\$ 1.713.329,14.

A CIAP — Cia. de Administração e Participações continua a prestar-nos valiosos serviços auxiliares, tendo apresentado no seu balanço anual um lucro de Cr\$ 1.112.069,69, do qual foi transferido um milhão ao balanço do Banco, remanescendo à disposição da assembleia um saldo acumulado de Cr\$ 1.889.316,15.

Eis as principais informações que nos competia transmitir e que, de bom grado, complementaremos com quaisquer outras que julguéis necessárias.

São Paulo, 7 de janeiro de 1970

Francisco de Paula Vicente de Azevedo
José Bonifácio Coutinho Nogueira
Emmanuel Whitaker
Alberto Emmanuel Whitaker
Jairo Eduardo Loureiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Tendo conferido e encontrado em perfeita ordem os documentos relativos aos balanços e contas do ano findo em 31 de dezembro de 1970, o Conselho Fiscal do Banco Comercial do Estado de São Paulo S. A. pelos seus membros abaixo assinalados, recomenda a sua integral aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 7 de janeiro de 1971

Francisco Agudo Romão
Frederico de Souza Queiroz
João Rosato
Gofredo da Silva Telles
Celso Torquato Junqueira

BANCO COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A

FUNDADO EM 1912

MATRIZ — SÃO PAULO — RUA XX DE NOVEMBRO, 336

Fundadores:
Erasmio Teixeira de Assumpção
José Maria Whitaker

CAPITAL SUBSCRITO: Cr\$ 46.750.000,00
CAPITAL REALIZADO: Cr\$ 46.027.300,50
RESERVAS E FUNDOS: Cr\$ 38.317.474,12
C.G.C.E. N.º 60881264

RESUMO DO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| ATIVO | | PASSIVO | |
|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|
| | Cr\$ | | Cr\$ |
| DISPONÍVEL | 36.685.544,80 | CAPITAL | 46.750.000,00 |
| EMPRÉSTIMOS | 326.470.959,27 | RESERVAS E FUNDOS | 38.317.474,12 |
| OUTROS CRÉDITOS | 962.693.695,37 | | 85.067.474,12 |
| VALORES E BENS | 78.086.153,17 | DEPÓSITOS | 413.185.263,76 |
| IMOBILIZADO | 34.574.338,66 | OUTRAS EXIGIBILIDADES | 481.571.828,14 |
| RESULTADO PENDENTE | 252.198,20 | OBRIGAÇÕES | 53.687.057,88 |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO | 626.415.456,84 | | 535.258.886,02 |
| | 1.665.178.345,59 | RESULTADO PENDENTE | 5.261.274,85 |
| | | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | 626.415.456,84 |
| | | | 1.665.178.345,59 |

LUCROS E PERDAS

| | | | |
|---|---------------|------------------------------------|---------------|
| DESPESAS OPERACIONAIS | 7.459.526,37 | SALDO NÃO DISTRIBUÍDO NO EXERCÍCIO | |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 35.695.068,19 | ANTERIOR | 9.898,58 |
| PERDAS DIVERSAS | 612.837,22 | RENDAS OPERACIONAIS | 43.377.808,23 |
| DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO | | OUTRAS RENDAS | 8.987.704,03 |
| Fundo de Reserva Legal | 501.587,16 | LUCROS DIVERSOS | 1.433.662,78 |
| Fundo de Reserva | 501.587,16 | | |
| Fundo de Reserva de Riscos em Operações de Câmbio | 200.634,86 | | |
| Reserva p. Aumento Capital — Lei 338-57 | 2.578.000,00 | | |
| Dividendos aos Acionistas | 3.442.000,00 | | |
| Porcentagem da Diretoria Executiva | 702.222,02 | | |
| Gratificação aos Funcionários | 1.650.000,00 | | |
| Donativos | 460.000,00 | | |
| Saldo que se transfere para o Exercício seguinte | 5.580,64 | | |
| | 53.809.043,62 | | 53.809.043,62 |

3 DIAS SEM AR CONDICIONADO. UM ABSURDO!



Ar condicionado é ponto de atração numa loja.

Atrai clientes.

V. já imaginou uma loja com o movimento da Sears-Botafogo, Rio, ficar um dia sem ar condicionado?

Ficou 3*.

Em 21 anos.

E para obter este ótimo resultado a Sears confiou o projeto, o fornecimento de todos os equipamentos e a sua instalação, à Ceibrasil.

Foi a primeira loja, no Brasil, a ter ar condicionado em todo o prédio, com compressor centrífugo.

Quando se exige instalações de alta qualidade e confiança em ar condicionado, ventilação e refrigeração industrial, a Ceibrasil está sempre presente.

Aproveite a nossa experiência de 35 anos em projetos para as mais diversas finalidades: bancos, lojas, cinemas, teatros, hotéis, edifícios, fábricas, laboratórios, hospitais, etc.

CEIBRASIL

A MAIOR EXPERIÊNCIA, QUALIDADE E TÉCNICA
AR CONDICIONADO - VENTILAÇÃO - REFRIGERAÇÃO INDUSTRIAL

CEIBRASIL - Cia. Engenharia e Indústria.

Matriz: Rua Lopes Souza, 45 - GB.

Filiais: Brasília - Porto Alegre - Recife - Salvador.

Algumas instalações industriais:

PETROBRÁS - Fábrica de Borracha Sintética (Est. do Rio), - Fábrica de Amônia e Uréia (Bahia), Oleoduto Tecarmo (Sergipe), Refinaria Alberto Pasqualini (R. G. Sul) - CIBEB - Fábrica de Cerveja (Bahia) - COCA-COLA - Fábrica de Refrigerantes (Rio e Bahia) - VULCAN - Material Plástico (Rio) - FORMIPLAC/NORDESTE - Plásticos (Pernambuco) - CIA. TEXTIL SANTA ELIZABETH - Fábrica de Tecidos (M. Gerais) - EDITORA BRASIL AMERICA - Editora (Rio) - KLABIN - Fábrica de Papel (Paraná) - CEPEC - Centro de Pesquisas do Cacau (Bahia), - LANIFICIO ALTO DA BOA VISTA - Fábrica de Tecidos (Est. do Rio) - LABORATORIO PARKE DAVIS - Laboratório (Rio) - INSTITUTO DE HEMATOLOGIA - Banco de Sangue (Rio) - FRIGORIFICO DA SUBSISTENCIA DO EXERCITO - Frigorifico (Rio) - INDUSTRIAL PANIFICADORA (Rio), - Fábrica de Pão - MOINHO DE OURO (Rio), - Fábrica de Chocolate. BRAHMA - Fábrica de Cerveja e Refrigerantes (Rio Agudos, S.P.)

Crescimento de 11%

A Produção Industrial em 1970

As estimativas de expansão da atividade industrial em 1970 são, como vem sendo nos últimos retrospectos de "Conjuntura Econômica", bastante preliminares.

A dificuldade está na obtenção de informações quantitativas satisfatórias. Tentou-se superar esse problema com informações de ordem qualitativa para o que os indicadores da "Sondagem Conjuntural" foram de grande valia. Para complementá-los, o IBRE procurou ouvir a opinião de empresários de diversos setores industriais tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo.

Os dados quantitativos utilizados são de responsabilidade da Fundação IBGE, do Conselho Nacional de Petróleo, Ministério da Indústria e do Comércio, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos, Instituto Brasileiro de Siderurgia, Sindicato Nacional da Indústria de Cimento e Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

A confirmarem-se as estimativas preliminares elaboradas pelo Laboratório de Estatística do IBGE, a indústria nacional terá completado três anos de forte expansão com um crescimento médio anual acima de 10 por cento. O volume físico da produção industrial teria registrado um incremento da ordem

de 11%, superando ligeiramente os resultados alcançados em 1969.

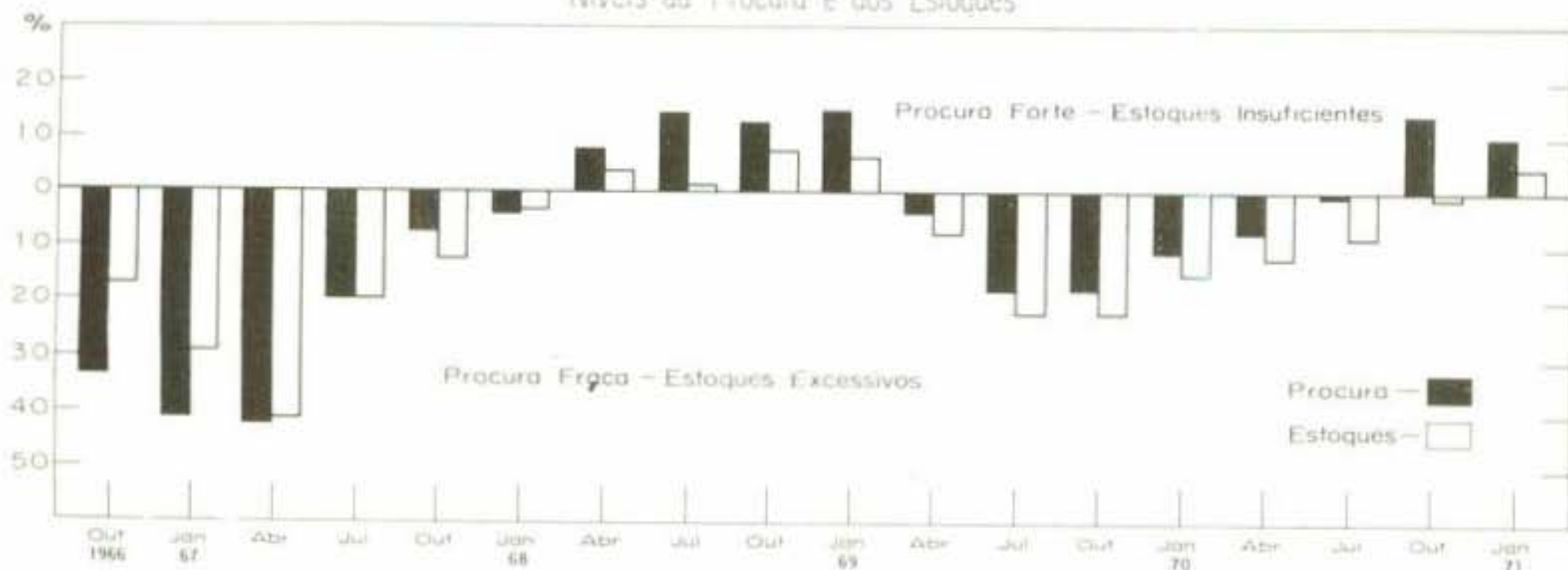
Produção Industrial — Taxas de Crescimento Anual (Percentagens)

| Anos | Setor Industrial | Indústria de Transformação |
|------|------------------|----------------------------|
| 1968 | 13,2 | 13,2 |
| 1969 | 10,8 | 10,9 |
| 1970 | 11,1 | 11,0 |

Os resultados da indústria de transformação teriam sido de igual magnitude, enquanto a indústria da construção civil continuaria a registrar a maior velocidade de expansão do setor industrial, quase

Gráfico 1

Indústria de Transformação Níveis da Procura e dos Estoques



15%, e a produção de energia elétrica haveria crescido também cerca de 10%. Não foi possível estimar o incremento da produção extrativa mineral.

Indústria de Transformação

O crescimento da produção fabril em 1970 foi liderado pelos grupos: transformação de minerais não metálicos; borracha; química, produtos de perfumaria, sabões e velas e produtos de matérias plásticas; e material de transporte todos com uma taxa de crescimento superior a 15%.

Ao iniciar-se o ano as perspectivas não pareciam muito favoráveis ao parque manufatureiro nacional. Um descompasso entre a oferta e a procura afetava as expectativas e os planos dos empresários. A Sondagem Conjuntural realizada em janeiro revelava que as previsões de expansão da produção para o primeiro trimestre do ano eram as mais moderadas dos últimos três anos, isso porque a indústria vinha funcionando com procura fraca e estoques excessivos desde o terceiro trimestre de 1969 (GRÁFICO 1).

Enquanto a procura revelava tendência de estabilidade, as empresas iniciavam o ano operando com baixo grau de utilização da capacidade de produção instalada e com estoques considerados excessivos para o período. Também não se esperava alteração sensível no volume de mão-de-obra empregada.

No decorrer do primeiro trimestre, verificou-se divisão de tendências. Enquanto um número razoável de empresas continuou expandindo suas atividades, outra parcela, também não muito pequena, reduzia o volume da produção em face dos estoques acumulados como decorrência da evolução mais fraca da procura. O fato é que, em abril, embora persistisse ainda certo descontentamento com o nível de procura, a grande maioria já considerava que ela havia alcançado níveis normais.

É muito provável que, até abril, não tenha havido modificação sensível no nível geral de emprego.

Tabela I — Taxas de Crescimento do Volume Físico da Produção Industrial (%) — 1970

| Discriminação | Varição Percentual |
|---|--------------------|
| Transformação de minerais não metálicos | 25,4 |
| Borracha | 22,0 |
| Química; produtos de perfumaria, sabões e velas; produtos de matérias plásticas | 17,9 |
| Material de transporte | 16,3 |
| Papel e Papelão | 11,3 |
| Metalúrgica; Mecânica; Material elétrico e material de comunicações | 8,8 |
| Produtos alimentares; bebidas e fumo | 8,1 |
| Têxtil e Vestuário | 3,8 |
| INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO | 11,0 |

Nota: Indicadores sujeitos a retificação, calculados com base em dados da Pesquisa Mensal (janeiro a dezembro) do Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e dos Serviços complementados com dados do Conselho Nacional de Petróleo, GEIMOT, ANFAVEA e IBS.

Fonte: Laboratório de Estatística do IBE (Fundação IBGE)

Ao terminar o primeiro trimestre, observou-se evidente mudança de expectativa, generalizando-se as previsões de expansão da procura para o segundo trimestre e os planos de aumento da produção.

A insuficiência da procura impediu ainda a expansão da maioria das empresas de carroçarias para veículos; equipamentos de terraplenagem; adubos e fertilizantes; perfumarias, sabões e velas; laticínios; rações balanceadas e fumo.

No setor de produção de bens de consumo, considerava-se normal a retração da procura nos primeiros meses do ano. Mas, no setor de bens de capital, era geral o descontentamento com os níveis de procura e dos estoques. A situação era normal na produção de bens de consumo intermediário e o setor de material de construção era o único a registrar expansão da procura e expectativa otimista.

No decorrer do segundo trimestre, todo o setor manufatureiro considerava atenuados os problemas de insuficiência da procura, generalizando-se os aumentos de produção e as reduções de estoques. O índice de utilização da capacidade instalada passou a ser bastante elevado e ampliaram-se os efetivos de mão-de-obra.

A procura de bens de consumo melhorou substancialmente; na

produção de bens de capital, a capacidade ociosa era menor que a registrada em abril, embora o nível de procura ainda estivesse abaixo do normal; no setor de bens intermediários a procura atingia níveis considerados normais, forçando ligeiro acréscimo no volume de mão-de-obra, sem, contudo, ser suficiente para elevar de modo significativo o grau médio de utilização da capacidade instalada.

Ao iniciar-se o terceiro trimestre, generalizava-se o clima de otimismo. Em outubro, empresas responsáveis por 70% das vendas antecipavam aumento da produção. Era a percentagem mais alta já registrada pela Sondagem Conjuntural em seus 5 anos de existência. Confirmando tal clima de otimismo, nesse mesmo mês empresas responsáveis por 93% das vendas declararam estar realizando investimentos.

No último trimestre de 1970 a expansão da procura adquiriu velocidade ainda maior, de forma que, ao contrário do que ocorreu em janeiro do mesmo ano, a indústria nacional iniciou 1971 considerando a procura ainda forte e os estoques insuficientes.

É relevante salientar que tais resultados foram obtidos graças, especialmente, a três fatores:

Primeiro, a expansão do mercado nacional como consequência da política econômica de distribuição de renda. Os salários, por exemplo, continuaram elevando-se em termos reais, com reajustamentos entre 24 e 26%, acima, portanto, da majoração do custo de vida.

O segundo foi a melhor organização do mercado de crédito. Superada a fase de ajustamento pós-inflacionária e mais bem organizado, ele funcionou serena e tranquilamente, bastando mencionar que o pagamento do 13º salário, ao contrário de anos anteriores, se efetivou sem dificuldades e sem pressão exagerada sobre o crédito bancário.

O terceiro foi a nova política de exportação, que permitiu o recorde absoluto de exportação de manufaturados, com 430 milhões de dólares.

O nível geral de emprego no setor industrial deverá ter registrado aumento de magnitude razoável. As informações disponíveis não permitem ainda quantificar a variação. Entretanto, a esta altura, já se sabe que alguns setores como a construção naval, metalurgia, mecânica, papel e papelão, tiveram dificuldades de mão-de-obra para expandir sua produção.

O único indicador de investimentos no setor industrial em 1970 é o valor dos projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Nos dez grupos industriais escolhidos pelo Governo para a concentração dos esforços prioritários de investimentos, foram aprovados 976 projetos totalizando 6 157 milhões de cruzeiros, contra 669 projetos no valor de 4 259 milhões em 1969.

Nos últimos anos, a indústria química vem liderando os investimentos industriais. No ano passado, porém, mantida a posição dos projetos aprovados no CDI, ela terá perdido a liderança para a indústria automotora.

Energia Elétrica

De acordo com as últimas informações disponíveis, a produção de energia elétrica terá aumentado

Tabela II — Projetos Aprovados pelo CDI — 1970

| Setores | Número de Projetos* | Valor (Cr\$ 1.000) |
|------------------------------------|---------------------|--------------------|
| Indústria automotora | 97 | 1 660 988 |
| Indústrias químicas | 61 | 1 593 745 |
| Materiais de construção civil | 87 | 918 556 |
| Indústria metalúrgica | 32 | 617 044 |
| Papel, celulose e artes gráficas | 83 | 496 090** |
| Fiação, tecelagem e vestuário | 295 | 440 994 |
| Produtos alimentares | 142 | 237 009 |
| Equipamentos elétrico e eletrônico | 58 | 96 189 |
| Máquinas e equipamentos | 51 | 78 358 |
| Couros, seus artefatos e calçados | 70 | 17 895 |
| Total | 976 | 6 156 868 |

* Inclui aditivos a projetos anteriormente aprovados.

** Inclui o valor de 917 pedidos de isenção.

Fonte: Conselho de Desenvolvimento Industrial, Ministério da Indústria e Comércio.

10%, enquanto a capacidade instalada sofreu acréscimo de mais de 12%, o que assegura o atendimento da expansão do consumo estimada na média anual entre 10 e 13%.

É preciso esclarecer que a estimativa do crescimento da produção teve por base a comparação do período janeiro/setembro, única informação disponível quando da redação deste retrospecto.

Dentre os principais projetos do plano de eletrificação que vem sendo executado pelas empresas subsidiárias da ELETROBRÁS, destaca-se o conjunto de Urubupungá, localizado nos limites de São Paulo e Mato Grosso e que será o terceiro maior aproveitamento hidrelétrico do mundo. Dêsse conjunto, entraram em operação novas unidades de Jupiá somando mais de 400 mil kW.

O potencial da região Centro-Sul foi ainda acrescido de 400 mil kW da Usina Hidrelétrica de Xavantes, 140 mil de Funil do Paraíba, além do aumento em pequenas usinas perfazendo um total de 955 mil kW, ou seja, 75% do incremento na capacidade instalada no país.

Na região Sul, o acréscimo em 1970 foi de 155 mil kW, destacando-se 125 mil kW da hidrelétrica Capivari-Cachoeira e 25,6 mil kW da hidrelétrica da Foz do Chopin.

No Nordeste, o projeto mais importante foi a Usina de Boa Espe-

rança, com acréscimo de 120 mil kW. Além disso, Paulo Afonso está sendo preparada para novo aumento da ordem de 820 mil kW, dos quais 412 mil previstos para este ano, e foi iniciada a construção da Usina Moxotó, de 400 mil kW.

O acréscimo da capacidade instalada na região Norte foi de quase 16 mil kW em diversas localidades. Enquanto as usinas termelétricas de Manaus estão sendo ampliadas para 130 mil kW e 55,5 mil kW, respectivamente, desenvolvem-se os trabalhos de construção das hidrelétricas de Curuá-Una (20 mil kW) e Paredão (40 mil kW).

Finalmente, na região Centro-Oeste o aumento foi de 8,5 mil kW, quase todo decorrente da inauguração da hidrelétrica de Casca III em Mato Grosso.

Construção Civil

O crescimento da indústria da construção civil foi estimado através da avaliação do consumo aparente de alguns materiais de construção.

Os dados específicos sobre esse setor que estão disponíveis se referem apenas ao primeiro semestre. É o caso, por exemplo, do Inquérito Mensal sobre Edificações da Fundação IBGE e as informações sobre a atuação do Banco Nacional de Habitação.

Tabela III Energia Elétrica Acréscimos na Capacidade de Geração Instalada (MW)

| Unidades Instaladas por Região | | 1970 | Estimativa para 1971 |
|--------------------------------|--------------------|---------|----------------------|
| REGIÃO NORTE | | 15,9 | 29,0 |
| Usinas termelétricas | Manaus | | 9,4 |
| | Gás de Belém | | 15,0 |
| Pequenas usinas | | 15,9 | 4,6 |
| REGIÃO NORDESTE | | 132,0 | 419,0 |
| Usinas hidrelétricas | Boa Esperança | 120,0 | |
| | Paulo Afonso III | | 412,0 |
| Pequenas usinas | | 12,0 | 7,0 |
| REGIÃO CENTRO-OESTE | | 8,5 | 68,0 |
| Usinas hidrelétricas | Casca III | 8,2 | |
| | Cachoeira Dourada | | 50,0 |
| Pequenas usinas | | 0,3 | 18,0 |
| REGIÃO CENTRO-SUL | | 955,0 | 660,0 |
| Usinas hidrelétricas | Jupia | 400,0 | 200,0 |
| | Funil do Paraíba | 140,0 | |
| | Xavantes | 400,0 | 200,0 |
| | Jaguará | | 236,0 |
| Pequenas usinas | | 15,0 | 24,0 |
| REGIÃO SUL | | 155,0 | 166,5 |
| Usinas hidrelétricas | Foz do Chopin | 25,6 | |
| | Capivari-Cachoeira | 125,0 | 125,0 |
| Pequenas usinas | | 8,0 | 41,5 |
| TOTAL GERAL | | 1 266,4 | 1 342,5 |

Fonte: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS.

A despeito dessa limitação, a comparação de alguns dados com os de igual período de 1969 confirma o elevado ritmo de expansão da construção civil. A área total dos "habite-se" das edificações residenciais aumentou quase 27% e a das edificações não residenciais 41%. A área das licenças para ampliação de edificações residenciais cresceu 13% e das edificações não residenciais, 22%.

No que se refere ao BNH, no primeiro semestre de 1970 ele já havia firmado, em todo o país, contratos nos programas habitacionais e complementares (FIMACO — Programa de Financiamento para Materiais de Construção), FINANSA (Programa de Financiamento para Saneamento e os financiamentos concedidos aos municípios) no valor de 819 milhões de cruzeiros que, complementados pelos agentes financeiros, se elevaram a 1.379 milhões, o que corres-

ponde a investimentos globais da ordem de 2,2 bilhões de cruzeiros.

A despeito da elevada taxa de crescimento dessa indústria, empresários do comércio imobiliário alegam que o mercado poderia adquirir velocidade de expansão ainda maior se o BNH elevasse o teto máximo de financiamento de 107 mil para 180 mil cruzeiros e se fosse reformulada a legislação do imposto de transações imobiliárias. Entendem também que faixas de alto poder aquisitivo poderiam participar dos planos de habitação com parcelas superiores a 25% da renda familiar.

Reconhecem, ainda, que a maior expansão do mercado imobiliário depende basicamente do barateamento do custo da construção, transferindo, entretanto, a responsabilidade pelo custo elevado aos critérios de financiamento e ao esquema normativo do BNH.

A verdade, porém, é que a sustentação do atual ritmo de desenvolvimento da indústria da construção depende, essencialmente, do disciplinamento do mercado imobiliário, isto é, da neutralização de uma mentalidade mercantil, onde todo interesse é concentrado na comercialização, sem qualquer preocupação com o custo da construção.

O que encarece substancialmente o custo da construção e limita o acesso de grande parcela da população ao mercado imobiliário são os ônus decorrentes da desorganização da maioria das empresas, da limitação da capacidade administrativa e gerencial que, sob o título de "despesas financeiras", sobrecarrega o orçamento já restrito daqueles que se propõem a adquirir casa própria.

É preciso evitar o que ocorreu em 1946. Naquela época, o clima de especulação dominante se fazia sentir especialmente nos preços dos terrenos. Agora, é na penalização dos adquirentes de unidades residenciais, pela desorganização do mercado imobiliário.

Com referência às obras públicas, as únicas informações disponíveis são as da atuação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Até novembro de 1970, haviam sido implantados 1.266 quilômetros de estrada, 62% a mais que o total de 1969, e pavimentados 1.481 quilômetros, isto é, 63% a mais que em 1969.

Da extensão pavimentada, o DNER encarregou-se de 51%, os departamentos estaduais de 34% e os Batalhões Rodoviários do Exército de 15%. Da implantação, os Batalhões Rodoviários responderam por 40%, os departamentos estaduais 34% e o DNER os restantes 25%.

Produção Extrativa Mineral

A esta altura não é possível conhecer ainda o comportamento da indústria extrativa mineral no ano passado. Os últimos dados conhecidos são os da exportação dos principais minerais e a produção de petróleo bruto para o período janeiro/novembro.

9.313.323 metros cúbicos para ... 8.833.403, ou seja, pouco mais de 5%.

A exportação de minério de ferro, no mesmo período, aumentou 31%, a de minério de manganês 81% e a de minério de nióbio-pirocloro 61%.

Exportação dos Principais Minerais Janeiro-Novembro (toneladas)

| | 1969 | 1970 |
|-----------------------------|------------|------------|
| Minério de ferro | 18 949 069 | 24 740 793 |
| Minério de manganês | 853 698 | 1 544 468 |
| Minério de nióbio-pirocloro | 5 096 | 8 220 |

Fonte: Banco do Brasil, Carteira de Comércio Exterior.

Indústria de Transformação

Siderurgia

Segundo os últimos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia, a produção brasileira de ferro-gusa aumentou, em 1970, 13,1%, a de aço em lingotes 9% e a de laminados 5,7%.

Produção Siderúrgica Brasileira (1.000 toneladas)

| | 1969 | 1970 |
|-----------------|-------|-------|
| Ferro-gusa | 3 717 | 4 206 |
| Aço em lingotes | 4 925 | 5 368 |
| Laminados | 3 877 | 4 078 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia

A produção de laminados planos aumentou 6,4%, somando 1.904 mil t; e a de laminados não planos cresceu 4,6%, com 2.174 mil t.

Na produção de laminados não planos, vale ressaltar o acentuado crescimento que tiveram vergalhões e fio-máquinas, com 624 mil e 451 mil t, respectivamente, no período janeiro/novembro, ou seja, 24,6 e 29,7%. Entre os laminados planos, destacou-se a produção de bobinas a frio que, nos 11 primeiros meses, com 194 mil t, já superava a de igual período do ano passado em 22,7%. Esse aumento de produção requereu aumento de

As principais causas do aumento na produção siderúrgica nacional foram as seguintes:

1) Aumento razoável da procura dos principais produtos no mercado interno e uma conjuntura altamente favorável no mercado internacional, permitindo incremento considerável das nossas exportações, as quais, de 5% do total do faturamento em 1969, representaram cerca de 9% em 1970.

Em 1968, a crise de consumo que se iniciara em 1964 já fôra superada. Mas as empresas, havendo sofrido violento processo de deterioração de sua relação preço/custo, não dispunham de recursos para a retomada da expansão.

2) A revisão da política de preços dos produtos siderúrgicos permitiu restabelecer a rentabilidade do setor, inclusive a instituição de margem adicional sobre os níveis de compensação de custos para aplicação exclusiva em projetos de expansão.

Uma das principais causas da estagnação da indústria siderúrgica era a preocupação governamental de manter os preços dos produtos siderúrgicos artificialmente baixos para evitar que o seu aumento alimentasse perigosamente a taxa de inflação. Em consequência, as empresas passaram a operar com deficits ficando, dessa forma, impedidas de financiar seu próprio crescimento.

Felizmente, acabou-se por compreender que essa política se tornava mais cara, pois terminaria por obrigar o Tesouro Nacional a oferecer subvenções disfarçadas às usinas siderúrgicas, ao mesmo tempo que afastava qualquer possibilidade de crescimento de um setor cujos preços eram mantidos abaixo do custo real.

A revisão dessa política permitiu que a siderurgia superasse suas dificuldades financeiras e retomasse o caminho da expansão.

3) Reorganização do setor de distribuição e comercialização no mercado interno e maior agressividade das empresas siderúrgicas

4) A prorrogação do prazo de recolhimento do IPI, os créditos fiscais e a nova linha de crédito do Banco do Brasil.

O novo plano siderúrgico

Durante muitos anos, a produção siderúrgica brasileira esteve, de certo modo, estagnada. O mais grave inconveniente dessa situação foi o adiamento de investimentos que, em face do tempo de maturação, já deveriam ter sido realizados.

Em primeiro lugar, não se entendeu o caráter provisório da recessão pós-revolução; em segundo, cometeu-se o erro de se encarar com excessivo pessimismo a evolução do consumo de aço no Brasil, do que resulta, de acordo com estimativas oficiais para 1971, um deficit de um milhão de t, desde que se atente para a conveniência de mantermos uma exportação de, pelo menos, 10% da produção.

Ao iniciar-se 1970 os dirigentes das empresas siderúrgicas ainda tinham dúvidas quanto às diretrizes do novo governo em relação ao setor. Entretanto, uma série de providências terminou por convencê-los de que havia firme determinação de mudar radicalmente a política siderúrgica do país.

Em abril, o Conselho Interministerial de Preços acolhia os reclamos da indústria e reajustava os preços com base na demonstração dos aumentos dos custos nos seis meses antecedentes e concedia um adicional de 5% destinado a reforçar os fundos para reinvestimentos, com vistas ao aumento de sua capacidade produtiva.

Em junho, o CONSIDER era transformado de órgão consultivo em órgão deliberativo, competindo-lhe, a partir daí, formular e coordenar a política siderúrgica nacional, fixar critérios e conceder prioridades aos projetos de implantação, expansão e modernização de usinas.

Em agosto, o CONSIDER aprovou os planos de expansão das três grandes empresas: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Com-

panhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), somando investimentos no montante equivalente a 933,5 milhões de dólares, em moeda estrangeira e nacional.

Em outubro, o governo divulgou o "Programa de Metas e Bases", no qual a siderurgia ocupa lugar de destaque.

Finalmente, em dezembro, o Presidente da República anunciou o novo plano siderúrgico no qual se projeta elevar de 5 para 20 milhões de t de lingotes de aço por ano, a produção no período 1969-1980. Daquele total, 15 milhões serão destinados ao suprimento do mercado interno e 5 milhões como reserva operacional e para efetivar a presença do Brasil no mercado internacional de produtos siderúrgicos.

Essa meta permitirá ao Brasil passar de um consumo *per capita* da ordem de 63 kg — que nos classifica entre os países mais subdesenvolvidos do mundo, apesar de dispormos de minérios abundantes e de um mercado potencial de grandes dimensões — para 125/130 kg em 1980.

O Plano prevê, ainda, a expansão da capacidade de laminação do país que é atualmente de 2,1 milhões de t para 4,6 milhões em 1975 e 8 milhões em 1980.

Este setor continuará a cargo da iniciativa privada que, para alcançar tais objetivos contará com o apoio do governo, através de estímulo creditício. Se preciso, o governo — a fim de viabilizar a execução de projetos de maior envergadura — poderá participar minoritariamente do capital de empresas privadas.

A capacidade instalada de produção de laminados não planos de aços comuns deverá alcançar 4.650 mil t de lingotes até 1975 e 8 milhões em 1980.

A produção de aços especiais deverá atingir 940 mil t de lingotes já em 1975.

O Plano prevê investimentos superiores a 15 bilhões de cruzeiros até 1980 somente para a expansão das usinas integradas. Destas, ape-

nas três serão contempladas: CSN, USIMINAS e COSIPA.

Os objetivos básicos do Plano Siderúrgico são: 1) colocar as grandes usinas em níveis adequados de produção e custos, elevando-as ao nível de competição internacional; 2) obter qualidade superior; 3) oferecer ao setor privado todo o apoio para a realização de seus programas.

Como estratégia decidiu-se concentrar os recursos oficiais nas grandes empresas e abrir espaço para a expansão da iniciativa privada.

Vale destacar a corajosa opção do Governo que se recusou a ceder às pressões políticas regionais, fornecendo recursos a qualquer usina, em favor de uma política nacional, evitando, desta forma, a pulverização dos recursos que se tornariam ineficazes.

Merece também destaque o fato de, pela primeira vez, serem admitidas oficialmente as nossas possibilidades de exportação de produtos siderúrgicos. Até, então, havíamos nos conformado com a condição de exportadores de matéria-prima, esquecendo-nos de que o Brasil pode oferecer no mercado internacional produtos siderúrgicos em excelentes condições competitivas, desde que isentos da elevada carga fiscal a que estão sujeitos.

O Plano prevê ainda:

a) realização de um estudo de mercado do perfil setorial de consumo, abrangendo 276 produtos e 64 setores, pelas regiões e Estados consumidores, o qual servirá de base para as ampliações futuras;

b) levantamento dos principais problemas relacionados com o desenvolvimento e transferência de tecnologia no setor siderúrgico brasileiro, assim como da disponibilidade de recursos humanos e materiais para solucioná-los;

c) estudo da viabilidade técnica e econômica da aplicação, no Brasil, das inovações tecnológicas mundiais nos produtos e processos siderúrgicos.

A impressão generalizada entre as empresas siderúrgicas é a de que se pode esperar, com alto grau

de segurança, sejam tais metas plenamente atingidas.

De fato, a única crítica que se pode fazer ao novo plano é que ele chega tarde. Mas, em compensação, foi elaborado em termos realistas e eficientes, como demonstra a extraordinária reação das ações de empresas siderúrgicas cotadas nas Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo.

É de se esperar que o Plano Siderúrgico venha a ser complementado com as medidas de apoio nos setores de infra-estrutura a fim de que, nestes, não surjam pontos de estrangulamento que dificultem sua execução.

No setor de transporte, por exemplo, há grande tarefa a realizar. Basta ver o volume de matérias-primas e de produtos siderúrgicos acabados que circulam pela Central do Brasil, que deverá aumentar de mais de 4 vezes, sendo suficiente para realçar o impacto do programa siderúrgico no setor.

Ademais, vale destacar o problema dos fretes. No ano passado, a partir dos primeiros meses do segundo semestre, verificou-se acentuada majoração nos fretes, o que contribuiu para tornar ainda mais difícil as exportações de produtos siderúrgicos, de tal forma que não foi possível manter o mesmo ritmo do primeiro semestre.

Os transportes marítimos em navios de grande tonelagem tendem a modificar o panorama da siderurgia mundial, permitindo aos países desenvolvidos aplicarem seus recursos em indústrias de maior rentabilidade relativa, passando a importar certos produtos siderúrgicos de países como o Brasil que são capazes de produzi-los a custos mais baixos. Faz-se, portanto, necessário evitar que os fretes marítimos eliminem esse diferencial de custos e venham a se constituir em obstáculo à expansão das nossas exportações.

Também no mercado interno, o custo do transporte está a merecer cuidadosa atenção. Como explicar que o frete, para o transporte de lingotes de aço da COSIPA para a Ferro e Aço de Vitória, por rodovia, seja a metade do frete maríti-

mo se o embarque for realizado no porto de Santos e um pouco mais de 70% se embarcado no terminal marítimo daquela Companhia?

Há que reconhecer ainda que, embora as grandes usinas siderúrgicas brasileiras já registrem índices de produtividade equivalentes aos das grandes usinas européias, muito se deve fazer ainda para elevar a eficiência dos serviços auxiliares da produção de aço.

O comércio de sucata, de grande influência na indústria do aço, continua subordinado a uma estrutura arcaica, de técnicas superadas e, por isso, incapaz de acompanhar o desenvolvimento da siderurgia nacional.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Siderurgia, no ano passado as usinas siderúrgicas consumiram 2,5 milhões de t de sucata. Prevê-se para os próximos anos um déficit que, em razão do primarismo das técnicas de comercialização, deverá ser coberto pela importação, especialmente dos Estados Unidos, onde existe grande excedente.

Finalmente, uma das pré-condições para o êxito de um programa de tamanha envergadura é a continuidade administrativa nas empresas. Infelizmente, uma das características da política administrativa das grandes empresas siderúrgicas é a descontinuidade. Basta lembrar que uma delas chegou a substituir 5 diretorias em um ano. Em sua curta existência, essa empresa registra a média de um presidente por ano. Dessa maneira, não será possível manter um ritmo de administração compatível com o arrojo da programação. Contudo, depois que o Governo teve a coragem de enfrentar as pressões regionais em favor de uma política nacional, é de se esperar a mesma firmeza contra as outras pressões políticas, responsáveis, em grande parte, por sua infeliz descontinuidade administrativa.

Metalurgia

Não foi possível reunir informações quantitativas sobre as indús-

trias metalúrgicas. Vale, porém, recapitular os principais acontecimentos relacionados com sua expansão.

A inauguração da usina de Poços de Caldas da Companhia Mineira de Alumínio (ALCOMINAS) representou acréscimo de 25 mil t na capacidade de produção de alumínio primário, elevando a capacidade instalada para 72 mil t e assegurando ao país auto-suficiência em alumínio dentro de dois anos.

Foram tomadas as primeiras medidas concretas para a expansão da indústria de cobre primário, em níveis compatíveis com a demanda interna. O grupo Pignatari, através da Caraíba Metais S. A., teve aprovado o seu projeto de implantação de um complexo industrial (lavra, tratamento, metalurgia e refino) para a produção de 70 mil t anuais de cobre primário. Em sua primeira etapa, a ser concluída em 1973, produzirá 35 mil t anuais, quando se espera o Brasil alcance auto-suficiência.

A Dow Química do Nordeste S. A. submeteu à apreciação do governo um projeto para a implantação de uma usina de magnésio no Centro Industrial de Aratu, na Bahia, com capacidade para 20 mil t anuais, assegurando não somente auto-abastecimento para a demanda interna, mas também a possibilidade de exportação. Entretanto, dúvidas existentes em relação às reservas de Carmópolis, Sergipe, têm retardado o início desse empreendimento.

Material de Transporte

A indústria de material de transporte deverá ter registrado crescimento da ordem de 15%.

A indústria automobilística deverá ter produzido pouco mais de 416 mil veículos e vendido quase 418 mil, terminando o ano com 3.324 veículos no pátio. Em 1969, foram produzidos 353 mil veículos, vendidos 349 mil, chegando ao final do ano com 5.038 veículos de estoque.

Indústria Automobilística Produção de Autoveículos (unidades) 1969-1970

| | 1969 | 1970 |
|-----------------------------|---------|---------|
| Automóveis para passageiros | 273 733 | 249 913 |
| Camionetas de uso misto | 42 588 | 93 751 |
| Utilitários | 5 193 | 4 674 |
| Camionetas de carga | 21 938 | 25 256 |
| Caminhões e ônibus | 46 248 | 42 445 |
| Total | 353 700 | 416 039 |

Fonte: ANFAVEA

A produção de automóveis de passageiros tem sido a grande força propulsora da indústria automobilística brasileira. No ano passado, a produção desses veículos representou 60% das unidades produzidas, enquanto as camionetas de uso misto representaram 23% e caminhões, ônibus, camionetas de carga e utilitários 17%.

Três são os principais fatores responsáveis pelo crescimento da produção de automóveis no ano que passou. Em primeiro lugar, o próprio crescimento da economia brasileira. Segundo, maior agressividade comercial por parte das empresas montadoras; terceiro, a organização do mercado de crédito. Na opinião de alguns empresários o fator principal teria sido a estratégia de comercialização.

A produção de caminhões e ônibus vem declinando desde 1968, conforme se pode ver a seguir:

| Anos | Unidades |
|------|----------|
| 1968 | 47 686 |
| 1969 | 46 248 |
| 1970 | 42 445 |

Na interpretação desse declínio, as opiniões se dividem: alguns empresários, mais otimistas, acham que se trata de fenômeno cíclico que se vem repetindo cada dois ou três anos; outros, entretanto, acreditam em crise estrutural cuja origem estaria no aperfeiçoamento dos tipos de caminhões e na melhoria das estradas, do que resultaram mais eficiência e produtividade com reflexos negativos no cresci-

mento da frota nacional de veículos de carga. Alega-se que, nas projeções de demanda de veículos comerciais, não se considerou o impacto da melhoria das condições de transporte que fez reduzir o tempo e aumentar o volume médio transportado por veículo.

Agrava ainda mais esta situação a desorganização do setor transportador e o fato de o controle das tarifas de frete não permitir remuneração compensadora. Menciona-se, especificamente, a queda de rentabilidade que está ocorrendo no transporte de passageiros por ônibus.

A produção nacional de autoveículos foi, no final do ano, profundamente prejudicada pelo incêndio na fábrica da Volkswagen do Brasil a 18 de dezembro, danificando, especialmente, as instalações de pintura. A empresa está utilizando as instalações da Chrysler, da Brasinca e da Toyota. Grande esforço vem sendo feito para superar os danos causados e para montar e pôr em funcionamento novas instalações. De tal forma que em janeiro último já se espera produção de 800 a 850 carros por dia, aumentando para 900 em fevereiro, 950 em março e 1.150 a 1.200 em abril, quando se terá atingido a plena capacidade.

A maioria das empresas montadoras de veículos prosseguiu, em 1970, com o programa de renovação. A FORD-WILLYS está preocupada com a modernização de suas instalações de fabricação de caminhões e tem um projeto para fabricar novo modelo de carro médio, tipo sedan, 4 portas, 6 passageiros. A GENERAL MOTORS desenvolve novos modelos de motores a gasolina e aumenta a produção de 14 para 20 motores por hora. Além disso, tem em fase final o projeto de fabricação de um carro de passageiro pequeno, tipo sedan, duas portas. A CHRYSLER estuda a produção de um novo modelo de automóvel tipo médio.

De acordo com os últimos dados do Sindicato Nacional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares, a indústria de auto-peças teria registrado, no período janeiro/

outubro, em relação a igual período do ano anterior, aumento da produção da ordem de 2%. O faturamento em termos reais teria crescido 3% para montagem e 16% para reposição. Ainda segundo a mesma fonte, o nível de emprego terá registrado queda de 4%.

A produção nacional de tratores alcançou, até novembro, 15.244 unidades. Em 1969, foram produzidas 9.963 unidades. Considera-se superada a crise de comercialização que forçou a indústria brasileira de tratores a operar, no ano passado, com capacidade ociosa de mais de 50%. Tais resultados provêm da nova orientação governamental em relação à produção de tratores, concedendo isenção do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre circulação de mercadorias, novas linhas de crédito e outras medidas para facilitar a comercialização. Considera-se, porém, que existem alguns problemas a serem superados. Dentre eles as empresas mencionam como o mais importante o da taxa de juros.

A indústria de construção naval teve um ano satisfatório, executando contratos de construção da ordem de 510 mil t.

De acordo com os dados da SUNAMAM, as embarcações entregues somaram 133.283 TPB, dos quais 42.350 TPB pela Verolme, 36.100 pela Ishikawajima, 28.300 pela CCN. Foram ainda lançadas embarcações num total de 127 mil t e assinados novos contratos totalizando cerca de 145 mil t. Para este ano é previsto o lançamento de cerca de 213 mil TPB.

Transformação de minerais não-metálicos

A indústria de transformação de minerais não-metálicos deverá ter registrado aumento da ordem de 17%, se mantida a mesma situação do período janeiro-novembro.

Cimento — Nesse mesmo período a produção de cimento foi de 8.157 mil t, correspondendo a 15% de aumento em relação à produção de igual intervalo do ano anterior.

Produção de Cimento

| anos | 1.000 ton. |
|-------------------------|------------|
| 1968 | 7 281 |
| 1969 | 7 823 |
| 1970 (janeiro-novembro) | 8 157 |

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento.

No ano findo se registrou acréscimo na capacidade de produção da ordem de 1.366 mil t anuais, devendo ainda, nos primeiros meses de 1971, registrar-se novo aumento de pouco mais de um milhão de t/ano e com isso ultrapassar uma capacidade instalada de 10 milhões de t anuais.

Além disso, verificou-se sensível melhoria tecnológica com a utilização da via seca e de melhor escala de produção, já que a média por unidade de produção passou para 1.000 t por dia.

Para este ano, é de se esperar preocupação ainda maior com a escala de produção. Prevê-se a instalação de grandes centrais de cimento e/ou de clínquer junto às fontes de matéria-prima, acopladas a redes de silos ou moagem junto aos centros de consumo, tendo em vista minimizar os custos de transporte e a difusão da venda a granel.

Cerâmica — Em 1970 verificou-se grande expansão da produção de azulejos não só em quantidade, mas também em variedades de produtos. Como prova da melhoria da qualidade do produto nacional, algumas empresas começaram a exportar para a América do Norte.

Segundo a Associação Brasileira de Cerâmica, a produção foi de ... 26.495 mil metros quadrados, cerca de 30% mais que em 1969. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao desenvolvimento do Plano Nacional de Habitação.

É muito possível que o Brasil inicie também a exportação de ladrilhos e pisos, cuja produção se encontra em franca expansão e em acelerado processo de modernização.

Vidro — De acordo com informações do Ministério da Indústria e do Comércio, a produção de vidro plano deverá registrar diminui-

Tabela IV — Vendas de Aparelhos Eletrodomésticos e de Aparelhos Eletrônicos de Uso Doméstico — Janeiro/Novembro de 1969/70 (Milhares de Unidades Efetivamente Faturadas)

| APARELHOS | 1969 | 1970 |
|------------------------------|-------|-------|
| Aparelhos de ar condicionado | 56 | 47 |
| Aspiradores de pó | 51 | 48 |
| Auto-rádios | 405 | 490 |
| Batedeiras de bôlo | 93 | 96 |
| Enceradeiras | 198 | 217 |
| Exaustores | 23 | 21 |
| Ferro de engomar automáticos | 255 | 273 |
| Fonógrafos e Radiofonógrafos | 244 | 287 |
| Grills | 9 | 11 |
| Liquidificadores | 387 | 398 |
| Rádios transistorizados | 1 013 | 1 265 |
| Rádios a válvulas | 14 | 3 |
| Refrigeradores | 475 | 452 |
| Televisores | 662 | 730 |
| Tostadores | 1 | 5 |
| Ventiladores domésticos | 151 | 127 |

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

ção da ordem de 2%, já que nos primeiros 11 meses do ano se produziram 10.327 mil metros quadrados, contra 10.498 mil no mesmo período de 1969.

Material Elétrico

Ainda não são disponíveis os dados de produção da indústria de material elétrico e de comunicações. A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, entretanto, divulga regularmente informações sobre as vendas de aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos de uso doméstico, segundo os quais é possível fazer idéia aproximada do comportamento dessa indústria.

De acordo, portanto, com a ABINEE, de janeiro a novembro de 1970 foram vendidos 1.696 mil aparelhos eletrodomésticos e 2.775 mil aparelhos eletrônicos de uso doméstico, contra 1.699 mil e 2.338 mil, respectivamente, em igual período de 1969. A tabela IV mostra como se distribuíram essas vendas.

O clima geral na indústria de material elétrico e eletrônico é de otimismo. Há dois anos que essa indústria registra acentuado ritmo de expansão e vem mantendo crescente volume de investimentos, conforme demonstra a tabela V.

Tabela V — Equipamentos Elétricos e Eletrônicos - Projetos Aprovados Pelo GEINEE — 1968-1970

| Ano | N.º de Projetos | Valor (Cr\$ 1 000) |
|------|-----------------|--------------------|
| 1968 | 46 | 81 741 |
| 1969 | 66 | 85 193 |
| 1970 | 58 | 96 189 |

Fonte: Conselho do Desenvolvimento Industrial — Ministério da Indústria e do Comércio.

Química

A indústria química é, provavelmente, o gênero de maior dinamismo do parque manufatureiro nacional.

Os dados quantitativos disponíveis no momento não permitem apreciação mais profunda. Já é conhecido, apenas, o volume de petróleo bruto refinado pela Petrobrás, que registrou crescimento de 10% no período janeiro/novembro, com 24 203 mil metros cúbicos de óleo cru, processados, contra 12 208 mil em igual período de 1969; a produção de polietileno atingiu 26 334 t, contra 23 025 no mesmo período de 1969; a de polistireno 22 489 t, contra 22 303.

Dois acontecimentos merecem referência especial: a inauguração do complexo petroquímico da Union Carbide do Brasil em Cubatão, São Paulo, para a produção do etano, acetileno, benzeno, cloreto de vinila e polietileno; a do complexo industrial da Ultrafertil S. A. na baixada santista para a produção de amônia, ácido nítrico de amônio, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, fosfato di-amônico e fórmula NPK.

Esses empreendimentos, junto com as unidades da Petroquímica União e da Petrobrás, formaram um conjunto petroquímico responsável por 1.100 mil t anuais de matérias-primas básicas orgânicas e aromáticas.

Para este ano são previstos novos empreendimentos de alta significação, como o lançamento das bases definitivas de um conjunto petroquímico na Bahia; lançamento das bases para a indústria de fertilizantes, onde se destaca a exploração das jazidas de sais de potássio de Sergipe, a implantação de uma unidade para a síntese de amônia a partir do gás natural do recôncavo baiano; uma unidade para a produção de fertilizantes complexos em Pernambuco e, finalmente, o aproveitamento das jazidas de apatita de Araxá, Minas Gerais.

Papel e Celulose

De acordo com os dados do Ministério da Indústria e do Comércio, em 1970 produziram-se 306 665 t de celulose, registrando-se incremento da ordem de 49%, já que, em 1969, a produção foi de 206 404 t. A produção de papel para escrever montou a 103 610 t (74 821 t em 1969); e a de papel para impressão, exclusive jornal, foi de 89 583 t, contra 84 806 t em 1969.

Madeira

Os únicos dados disponíveis sobre a produção de madeira são os de exportação. Como se pode verificar na tabela VI, as exportações de madeiras serradas, preparadas e de móveis, de janeiro a novembro,

Tabela VI — Exportação de Madeira — Janeiro-Novembro de 1969/70 — (Toneladas)

| Discriminação | 1969 | 1970 | Variação (%) |
|---|---------|---------|--------------|
| Madeira de pinho serrado | 551 720 | 471 525 | — 14,5 |
| Madeira de pinho, exclusive em toras e em tábuas serradas | 22 576 | 25 338 | 12,2 |
| Madeiras diversas, em toras e serradas | 158 794 | 166 864 | 5,1 |
| Madeiras artificiais | 24 632 | 36 028 | 46,3 |
| Madeiras compensadas | 5 665 | 8 324 | 46,9 |
| Madeiras laminadas | 20 703 | 18 422 | — 11,0 |
| Madeiras preparadas | 2 462 | 49 | — 98,0 |
| Móveis de madeira e acessórios | 160 | 409 | 155,6 |
| Pasta de madeira | 22 237 | 35 178 | 48,2 |

Fonte: Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior.

aumentaram substancialmente em 1970, salvo as de pinho serrado, madeiras laminadas e madeiras preparadas. Vale ressaltar que as exportações de móveis passaram de 160 t em 1969 para 409 t em 1970.

A produção de chapas de madeira aglomerada, iniciada no Brasil em 1953, adquiriu grande impulso nos últimos anos, na medida em que vai substituindo os compensados.

A capacidade de produção dessas chapas, que em 1969 era de ... 175 031 m³ por ano, passou em 1970 a 371 181 m³, devendo atingir 420 669 m³ em 1971.

Borracha

De acordo com o Ministério da Indústria e do Comércio, a produção de pneumáticos, no período janeiro/novembro, foi de 7 684 mil peças contra 6 318 mil em igual período de 1969. A produção de câmaras-de-ar, no mesmo período, passou de 4 229 mil para 4.538 mil.

Tabela VII — Exportação de Produtos Têxteis — Janeiro/Novembro de 1969/70

| Discriminação | Toneladas | | US\$ 1 000 | |
|--|-----------|--------|------------|-------|
| | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 |
| 1. Fios de algodão | 2 491 | 5 460 | 2 366 | 5 126 |
| 2. Tecidos comuns de algodão | 2 196 | 7 489 | 3 180 | 8 448 |
| 3. Cordoalha, cabos e cordéis de sisal | 11 184 | 14 068 | 2 100 | 2 632 |
| 4. Tecidos de juta | 10 559 | 2 531 | 5 354 | 1 360 |

Fonte: Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior.

Indústria Têxtil

Embora modesto o crescimento da indústria têxtil, se compararmos a situação do ano passado com a de 1969, podemos considerar 1970 um ano de resultados animadores.

Na verdade, e segundo o Ministério da Indústria e do Comércio, apenas a produção de tecidos de fios artificiais registrou forte ritmo de expansão, produzindo 82 777 mil m entre janeiro e novembro, contra 71 249 mil em igual período de 1969, um aumento, portanto, de 16%. A produção de tecidos de algodão e de lã, no mesmo período, somou 4 824 mil m, quando, em 1969, já atingia 5 401 mil.

O principal fator responsável pela recuperação dessa indústria foram os estímulos concedidos à exportação. Com efeito, comparando-se as exportações de fios e tecidos de algodão dos primeiros 11 meses, verifica-se que elas passaram de 5,5 milhões de dólares em 1969 para 13,6 milhões no ano passado.

Outros fatores também contribuíram para essa reversão de tendência na indústria têxtil:

Nos últimos dez anos, o de 1970 — na opinião de alguns empresários — foi o de comercialização mais serena e tranqüila. Considera-se terminado o período de ajustamento à fase de inflação controlada. Como exemplo, menciona-se que os prazos de venda, que chegaram a 180/220 dias, se aproximam gradualmente de 60 dias. Se a isso adicionarmos a prorrogação do prazo para recolhimento do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre circulação de mercadorias, podemos concluir porque a indústria teve também menor dificuldade de crédito. Por outro lado, as pressões fiscais não foram tão perturbadoras. A nova legislação já tem doutrina e jurisprudência, reduzindo, assim, as áreas de atrito entre fisco e contribuinte.

O principal problema do setor em 1970 foi a elevação violenta do preço do algodão, que chegou a dobrar em poucos meses. O comportamento do preço dessa fibra preocupa os industriais, receiosos de que isso venha a deslocar o tecido brasileiro da competição internacional. Alguns setores reclamam ainda, que, em razão da velocidade com que aumenta o preço da principal fibra utilizada pela indústria, o controle de preços não está permitindo rentabilidade satisfatória.

No que diz respeito à exportação, é importante salientar que a indústria têxtil, com apoio na política governamental de incentivos, vem substituindo a velha mentalidade especulativa por uma verdadeira consciência de exportação em que a preocupação fundamental é a continuidade e qualidade sempre melhorada. Acredita-se que a indústria têxtil brasileira tem condições para manter-se em boa posição no mercado internacional. Alguns empresários vão a ponto de lembrar que essa indústria se deve organizar para ocupar os mercados que estão sendo abandonados pela indústria européia e americana, já que elas não podem competir, em preços, com a dos países em desenvolvimento. Para tanto,

■ julgam, o principal obstáculo não reside na própria indústria têxtil, mas no custo do frete marítimo. A propósito, vale lembrar que a situação aqui é semelhante à da indústria siderúrgica, já comentada.

Calçados

■ De acordo com o Ministério da Indústria e do Comércio, a produção de calçados para homens aumentou de 11 643 mil pares em 1969 para 13 167 mil em 1970, enquanto a de calçados para senhora passou de 9 191 mil para 10 821 mil.

Esse acréscimo deve-se principalmente à expansão das exportações, que passaram de 1,5 milhão de dólares no período janeiro/novembro de 1969 a 6,9 milhões em igual período de 1970. Enquanto nos primeiros 11 meses daquele ano se exportaram 581 t de calçados, no período correspondente de 1970 chegou-se a 1 920 t. O desenvolvimento das exportações é o principal estímulo à renovação de um parque industrial obsoleto, mediante a aquisição de equipamentos que permitam produção razoavelmente mecanizada.

O governo e as empresas estão firmemente empenhados na substituição da mentalidade artesanal, que até agora tem sido a principal característica dessa indústria, pela de produção em escala industrial. Pretende-se aumentar a produtividade através de adequada utilização do equipamento, reduzir os custos operacionais mediante a produção em série e melhorar o aproveitamento da capacidade de produção instalada. Para tanto, grande esforço está sendo feito para o ingresso do calçado brasileiro no mercado internacional. O objetivo é colocar de 40 a 50% da produção nacional no exterior.

Com essa intenção foi criado um consórcio, "Corporação de Produção e Exportação de Sapatos", sob os auspícios do Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de São Paulo, aberto a todos os produtores do país com a finalidade de conquistar novos mercados para a indústria nacional de calçados. A primeira preocupação foi o

mercado norte-americano, mas um grande esforço está sendo feito na África e na União Soviética.

Produtos Alimentares

São ainda muito escassas as informações sobre o desempenho da indústria de produtos alimentares. Contudo, os resultados preliminares fazem acreditar que 1970 foi um ano de expansão satisfatória.

O principal obstáculo ao desenvolvimento da industrialização de alimentos continua sendo a falta de resposta do setor agrícola aos estímulos da demanda. A escassez de matérias-primas é a principal limitação ao aumento da produção de óleos e gorduras comestíveis, beneficiamento, torrefação e moagem de produtos alimentares e conservas alimentícias, sendo que a situação se agravou também em razão da falta de capital de giro.

De acordo com os dados da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, entre janeiro e novembro de 1970, as exportações de alimentos industrializados atingiram 81,2 milhões de dólares, contra 65,2 milhões em 1969. Desse total 49% foram de café industrializado; 19% carne de boi industrializada, extratos e sucos de carne, vísceras e outros miúdos preparados; 17% sucos de frutas; 2,5% farinhas e féculas; os 12,5% restantes se distribuíram entre os demais produtos.

Bebidas e Fumo

Na indústria de bebidas, ao que tudo indica, o setor mais dinâmico foi o da produção de cerveja. No período janeiro/novembro, de acordo com o Ministério da Indústria e do Comércio, produziram-se 718 milhões de litros de cerveja, contra 693 milhões em igual período de 1969.

Um dos acontecimentos mais importantes na produção de cerveja foi a inauguração da Companhia Bahiana de Cervejas, associada ao grupo Carlsberg da Dinamarca, que, ainda este ano, deverá lançar no mercado uma produção de 30 milhões de litros.

Anunciada para 1970, deverá entrar no mercado este ano a cerveja enlatada e em novo tipo de garrafa que não precisará ser devolvida.

A produção de cigarros foi de 63,9 milhões de milheiros no período janeiro/novembro, registrando um aumento de 5,8% em relação a igual período de 1969, quando foram produzidos 60,4 milhões de milheiros.

Reformulação da Política de Desenvolvimento Industrial

Ao final do ano, com a intenção de ajustar a política de desenvolvimento industrial aos objetivos do Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo, procedeu-se ao reexame da legislação vigente, da sistemática de aplicação da política de incentivos e da organização do Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Os Novos Objetivos

Três são os objetivos básicos da nova política de desenvolvimento industrial: o primeiro, criar um sistema econômico de equilíbrio, de um lado, entre governo e setor privado, e, de outro, entre grandes, médias e pequenas empresas; o segundo, o desenvolvimento da empresa nacional onde ela demonstrar suficiente "know-how" e capacidade gerencial e de investimento; e o terceiro, compatibilizar eficiência e crescimento acelerado.

Com vistas ao primeiro, a intenção é manter a presença da empresa privada estrangeira em proporção que assegure, de forma continuada, a viabilidade econômica e política do sistema. Para tanto, previram-se medidas efetivas para a preservação de um setor privado ativo, atento às oportunidades de investimento e que atue no mercado internacional competitivamente quanto à qualidade e aos preços. Não se pretende — e isto está evidente tanto nas "Metas e Bases para a Ação do Governo", como nos documentos do Ministério da Indústria e Comércio —

criar obstáculos à atuação das empresas estrangeiras nos diferentes ramos da indústria. Procurar-se-á, entretanto, orientar seus novos investimentos para setores onde a empresa nacional não apresente as condições necessárias para operar com eficiência. Além disso, pretende-se induzir a empresa estrangeira a acelerar a transferência de tecnologia e a aumentar sua contribuição para o balanço de pagamentos do país, seja pela economia de divisas na efetiva substituição de importações, seja pelo estímulo ao reinvestimento, seja, principalmente, pela expansão das vendas no exterior.

Em relação às pequenas, médias e grandes empresas, o que se procura é assegurar adequada combinação com base em critérios de eficiência e interesse público.

Para a grande empresa reservam-se as áreas de importância substancial da economia e de considerável refinamento tecnológico; para a média e pequena empresa, de empresariado ainda em estágio de maturação, ficaram as áreas de menor significação das economias de escala. Tais empresas, porém, funcionarão como instrumento de democratização da riqueza.

O desenvolvimento da empresa nacional é uma das condições de viabilidade do sistema, reconhecendo-se ser indispensável que não lhe falte capacidade para modernizar-se e para operar com eficiência. As medidas preconizadas visam fortalecer-lhe o poder de competição no mercado interno e permitir-lhe expansão para o exterior.

A principal característica dessa nova política é a preocupação por custos e eficiência. Poder-se-ia mesmo afirmar que aqui está a essência da nova estratégia de desenvolvimento industrial, já que, no fundo, todas as medidas visam a reorganização e modernização de setores industriais, a fim de fortalecer-lhes o poder de competição e permitir-lhes a expansão para o exterior.

O que se conclui dos critérios básicos de utilização dos novos instrumentos específicos de desenvolvimento industrial é: exigência

de escalas mínimas de produção eficiente; índices de nacionalização que não signifiquem a perda do poder de competição internacional; tarifas alfandegárias decrescentes, no tempo, segundo prazos pré-estabelecidos; adoção de mecanismo que compatibilize a política de componentes importados com a redução progressiva de custos, nos setores que ainda não houverem alcançado níveis razoáveis de eficiência.

Os estímulos oficiais serão, a partir de agora, manipulados com a intenção de assegurar a incorporação sistemática de novos padrões de eficiência que permitam não só a ampliação do mercado interno, mas também a conquista dos mercados externos. Ao lado dessa preocupação, acentua-se a necessidade de assegurar o desenvolvimento harmônico do parque industrial brasileiro, evitando-se distorções que conduzam ao crescimento excessivo de certos setores, com prejuízo para o conjunto.

Para a consecussão destes objetivos instituiu-se um sistema de políticas industriais setoriais através das quais os estímulos serão aplicados não mais em projetos individuais, mas em setores efetivamente correntes de força propulsora. Os princípios básicos que orientaram essa revisão da política de desenvolvimento industrial foram os seguintes:

1. a responsabilidade básica na execução dos projetos de desenvolvimento industrial caberá à empresa privada;

2. a empresa privada nacional será a célula nuclear de um desenvolvimento industrial autônomo e especial atenção será dada a seu fortalecimento;

3. a responsabilidade de execução direta pelo governo de qualquer projeto específico só será contemplada quando se esgotarem as possibilidades de sua execução por empresas privadas;

4. a ação indireta do Estado sobre o desenvolvimento industrial orientar-se-á para a criação de um ambiente econômico institucional e social favorável, pela oferta ade-

quada de serviços governamentais essenciais à ação ágil e segura das empresas privadas;

5. a produção industrial deverá realizar-se a níveis apropriados de custos e competitividade e organizada de maneira a absorver rápida e eficientemente o desenvolvimento tecnológico e administrativo externo e interno;

6. a elaboração das engenharias de "produto" e de "processo" e a fabricação de bens de capital constituirão os fatores dinâmicos e estratégicos para o desenvolvimento industrial a longo prazo.

Os Novos Incentivos

O Brasil já tem longa tradição de utilização de incentivos fiscais e creditícios para a promoção do desenvolvimento industrial. Sobre tudo nas duas últimas décadas eles se revelaram dos mais eficazes instrumentos da política econômica.

Agora, entretanto, duas medidas se vinham tornando imperativas para que se continuasse a manter o mesmo nível de eficiência. A primeira era a consolidação de uma legislação esparsa cuja aplicação uniforme e racional já se ia tornando difícil. A segunda, a análise da experiência adquirida com o funcionamento do mecanismo de concessão para ajustá-lo à nova política de industrialização de forma a assegurar ação coordenada e coerente, como a iniciativa privada sempre exigiu desde a origem do Grupo Executivo da Indústria Automobilística.

Com o objetivo de disciplinar os incentivos fiscais e creditícios e de fixar regras estáveis e compatíveis com a liberdade de iniciativa, consolidou-se toda a legislação de incentivos no Decreto-lei nº 1.137, de 7 de dezembro de 1970, os quais passaram a ser os seguintes:

1. isenção do imposto de importação de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, acessórios e ferramentas, sem similar nacionais, bem como de partes complementares à produção nacional. Uma das inovações mais salutares é que essa isenção inde-

pende de ser declarada pelo Conselho de Política Aduaneira;

2. isenção do imposto sobre produtos industrializados sobre os bens mencionados no item anterior;

3. o direito de crédito do imposto sobre produtos industrializados, relativos a máquinas, aparelhos e equipamentos, de produção nacional, inclusive quando adquiridos de comerciantes não contribuintes do referido imposto, destinados à sua instalação, ampliação ou modernização e que integrem o seu ativo fixo, de acordo com as diretrizes gerais da política de desenvolvimento econômico do país;

4. depreciação acelerada sobre os bens de fabricação nacional para efeito de apuração do imposto de renda;

5. apoio financeiro preferencial, por entidades oficiais de crédito, obedecida a política financeira e creditícia do governo e atendidos os dispositivos estatutários das entidades financiadoras;

6. registros de financiamentos ou de investimento estrangeiro, obedecidas as normas baixadas pelas autoridades monetárias e cambiais;

7. concessão de prioridade para exame, pelo Conselho de Política Aduaneira, de alteração de alíquotas aduaneiras, com o objetivo de estimular e amparar a indústria nacional.

Entre as inovações introduzidas nessa consolidação, vale destacar:

a) até então, os incentivos à formação de capital eram orientados para a importação de maquinaria e equipamentos. A nova legislação mantém as isenções dos impostos de importação, sobre produtos industrializados e de circulação de mercadorias na importação e institui o crédito do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre circulação de mercadorias, taxas de depreciação acelerada sobre maquinaria e equipamento de produção nacional, com o que assegura à indústria nacional de bens de produção condições melhores de desenvolvimento. Consciente de que o estímulo da substituição de importação não é mais a

mola impulsora do crescimento industrial, salvo quando restrita a certas áreas de alta tecnologia, o atual governo busca propiciar nova onda de expansão industrial, na presente década, pela via da conquista de mercados externos e ampliação de mercados internos. É este o objetivo a lograr através do aumento de produtividade e redução de custos reais de oferta;

b) a outra inovação de elevado sentido é a permissão para que os projetos aprovados se beneficiem, isolada ou cumulativamente, de todos os incentivos instituídos.

O programa governamental prevê, ainda, para o corrente exercício, o seguinte:

a) medidas especiais para fornecer capital de giro a um taxa de juros extremamente razoável, para que a indústria nacional possa libertar-se da estrutura defeituosa de seu capital e, dessa forma, capitalizar-se;

b) redução gradativa das tarifas alfandegárias;

c) aumentar para 90 dias o prazo de recolhimento do IPI para todos os produtos industrializados, com exceção de bebidas, automóveis e fumo. O prazo de 120 dias para os setores siderúrgico, têxtil e de calçados será mantido;

d) criação de novas linhas de crédito para financiamento da compra de máquinas e equipamentos nacionais na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDE, a prazo entre 5 e 10 anos, com carência de 1 a 2 anos, juros reais entre 7 e 9%, e utilização de recursos do Programa de Integração Social.

Fundo de Modernização e Reorganização Industrial

O principal instrumento da política de fortalecimento da empresa nacional é o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial criado pelo Decreto nº 67.323, de 2 de outubro de 1970, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para financiar a reorganização e a modernização de setores e empresas industriais brasileiras, com vistas à melhoria da eficiência e conseqüente aumento do poder de competição das empresas, dentro do Programa de Modernização e

Reorganização da Indústria Nacional definido pelo Governo.

O objetivo fundamental do FMRI é a implantação de uma política tecnológica e de "management" que permita à empresa nacional modernizar-se e operar em escala de produção adequada.

Para tanto, pretende-se ajudar a empresa brasileira a adquirir poder de competição, desenvolvendo progressivamente o maior número possível de empresas viáveis, capazes de enfrentar a competição econômica e tecnológica, internacionalmente.

São financiáveis com recursos do FMRI as operações, inclusive as de caráter meramente financeiro, que tenham como objetivo:

1. a reorganização administrativa, aí compreendidas as despesas com estudos e a implantação de planos destinados a atualizar os sistemas de controle, de informações e de decisões da empresa;

2. a reformulação do processo de produção, incluindo as obras, instalações e equipamentos necessários à atualização do sistema produtivo;

3. a adequação do sistema de comercialização com os requisitos necessários para dotá-lo de eficiência e agressividade;

4. a formação de nível apropriado de capital de giro indispensável às operações regulares da empresa;

5. as operações relativas à fusão, incorporação, associação ou liquidação de empresas, desde que se destinem a atender ao objetivo principal do Fundo.

As atividades do FMRI visarão preferencialmente à reorganização das indústrias denominadas tradicionais. Porém outros setores e empresas industriais poderão ser atendidos desde que apresentem deficiências de organização e produtividade, de atividades de "engineering", reorganização administrativa, elaboração de projetos, estudos e pesquisas.

O apoio financeiro do FMRI poderá realizar-se: a) em inversões fixas; b) liquidação de passivo oneroso quando se verificar que isto é necessário e suficiente, isoladamente ou em conjunto com outras

medidas, para dar solução aos problemas da empresa; c) despesa com a liquidação de empresa ou programas, ou projetos de pesquisa industrial aplicada que visem ao aprimoramento tecnológico ou ao estabelecimento que se mostre irrecuperável; d) financiamento de desenvolvimento do produto; e) financiamento de pesquisas e estudos que tenham objetivos idênticos às finalidades do Fundo.

O BNDE, de seu orçamento próprio, destinará ao FMRI 200 milhões de cruzeiros em 1971; 200 milhões em 1972, 250 milhões em 1973 e 300 milhões em 1974, ou seja, 950 milhões nos próximos 4 anos. Além disso, o Fundo contará com recursos externos e internos de outras fontes suplementares àquelas dotações originais.

Em síntese, o FMRI destina-se a melhorar a competitividade das indústrias tradicionais com as empresas multinacionais já instaladas no país e, sobretudo, melhorar a relação capital-produto que havia sido substancialmente acrescida no auge do processo substitutivo de importações mas que a obsolescência e depreciação de equipamentos após 11 anos de uso terminariam fatalmente por deteriorar. É preciso não esquecer que as altas taxas de crescimento obtidas no decênio de 1950 pelo setor industrial eram em grande parte fruto do processo de modernização em curso, fazendo baixar a relação capital-produto.

Através de melhoria nas estruturas de custos de certos setores industriais, pretende-se alargar o mercado interno e conter o processo inflacionista. Tanto é assim que o FMRI se destina a prover soluções globais para problemas estruturais de certos ramos industriais e não a constituir-se em pronto-socorro para suprir soluções de curto prazo.

Reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Industrial

Para o uso racional do novo instrumental estimulador do desenvolvimento industrial, tornou-se necessário reformular o Conselho de Desenvolvimento Industrial. Essa reformulação teve dois obje-

tivos fundamentais: a) separar a análise sistemática de informações setoriais da análise de viabilidade técnico-econômica dos projetos; e b) reduzir sensivelmente o prazo de análise de projetos.

De acordo com o Decreto número 67.706, de 6 de dezembro de 1970, as atribuições do CDI passaram a ser as seguintes:

a) selecionar periodicamente os setores industriais prioritários para o desenvolvimento, de acordo com a evolução da economia e a programação global do governo;

b) definir a política de desenvolvimento industrial estabelecendo programas e condições para a sua implementação;

c) adotar as providências necessárias para compatibilizar os planos regionais de desenvolvimento industrial com os programas e políticas nacionais de desenvolvimento industrial, estabelecidos na forma do item anterior, objetivando o máximo rendimento econômico das atividades industriais.

Presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, o CDI é constituído pelos Ministros do Planejamento, Fazenda, do Interior, das Minas e Energia; do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, dos Presidentes do Banco Central, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, assim como dos Presidentes das Confederações da Indústria e do Comércio.

A Secretaria Geral do CDI sofreu profunda reformulação. Agora, o seu objetivo é coordenar os estudos necessários à aplicação da política industrial traçada pelo Plenário e para a concessão dos estímulos previstos na legislação pertinente.

A essência da reformulação da Secretaria Geral está na criação de um único Grupo de Estudos de Projetos para analisar e avaliar os pedidos de concessão de incentivos enviando parecer conclusivo ao Ministro para sua consideração, e a instituição de Grupos Setoriais com as seguintes atribuições:

I — realizar análise dos setores sob sua jurisdição para promover a adequação dos instrumentos de po-

lítica econômica aos objetivos e metas do desenvolvimento industrial e a formulação de programas específicos;

II — realizar os estudos que lhe forem atribuídos pela Secretaria Geral do CDI;

III — acompanhar e controlar a execução dos projetos industriais beneficiados pelos incentivos administrados pelo Ministério da Indústria e do Comércio;

IV — fornecer ao Grupo de Estudos de Projetos todas as informações setoriais necessárias para a avaliação dos pedidos de incentivos submetidos ao Ministério da Indústria e do Comércio.

Foram criados os seguintes Grupos Setoriais:

1. Indústrias de bens de capital;
2. Indústrias metalúrgicas básicas;
3. Indústrias químicas e petroquímicas;
4. Indústrias de produtos intermediários metálicos;
5. Indústrias de produtos intermediários não metálicos;
6. Indústrias automotivas e seus componentes;
7. Indústrias de bens de consumo durável;
8. Indústrias de bens de consumo não durável.

Essa estrutura não é permanente, pois, na medida que o Plenário redefinir os setores industriais prioritários, o Ministro da Indústria e do Comércio poderá criar ou reestruturar Grupos Setoriais visando à consecução das metas estabelecidas na programação global do governo.

De acordo com o novo sistema, caberá ao Grupo de Estudos de Projetos a análise e avaliação dos pedidos de concessão de incentivos para a realização de projetos industriais; a concessão dos incentivos e a fixação das condições a serem cumpridas pelos beneficiários passou a ser atribuição do Ministro da Indústria e do Comércio; a Secretaria Geral emitirá a declaração para a efetivação dos incentivos fiscais, nas licenças de importação e a declaração da concessão de benefício de depreciação acelerada sobre os bens de fabricação

nacional; e, finalmente, os Grupos Setoriais farão o acompanhamento e o controle dos projetos industriais beneficiados.

Em síntese, a nova política de desenvolvimento industrial reflete adequadamente os problemas do

desenvolvimento brasileiro. Esses objetivos e diretrizes de política tratam do aumento do poder de competição das empresas nacionais, do fortalecimento da empresa privada, de maior nível de emprego na indústria, da importação de

tecnologia e do desenvolvimento de tecnologia própria, da criação de novos setores de produção industrial orientados para o mercado externo e da complementação e integração do parque industrial já existente.

EXPORTAÇÕES: 16 MILHÕES DE DOLARES

Como indústria integrada de petróleo, mais particularmente na atividade de refino, a PETROBRAS vem dando aproveitamento máximo à sua capacidade instalada, de sorte a atender a demanda do mercado nacional e a possibilitar a exportação de produtos derivados do petróleo processado.

Em 1970, a PETROBRAS promoveu a exportação de querosene para iluminação, óleo diesel, óleo combustível e parafina, atingindo o significativo valor de 16 milhões de dólares. A conjuntura de preços, principalmente no hemisfério norte, favoreceu a exportação do excedente de produção.

O valor alcançado pela exportação de derivados, em 1970, é considerado bastante sugestivo,

se comparado com os dos anos de 1968 e 1969, em que as exportações somaram, respectivamente, 220 mil dólares e 4,9 milhões de dólares.

Resalte-se, ainda, que parte do produto exportado em 1970 foi transportado com a participação dos navios da FRONAPE, pertencente à Empresa, circunstância que, por sua vez, possibilitou receita adicional de fretes de 2,3 milhões de dólares aproximadamente.

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A.

GASTÃO VIDIGAL (FUNDADOR)

FUNDADO EM 1938

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio da Costa Bueno Presidente

| | |
|-----------------------|--------------------|
| Capital | Cr\$ 91.162.500,00 |
| Aumento de Capital | Cr\$ — |
| Reservas | Cr\$ 60.741.177,65 |
| Lucro não distribuído | Cr\$ 1.207,86 |

Antônio Aymoré Pereira Lima, Caio de Alcântara Machado, Dario Freire Meirelles, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Eduardo Caio da Silva Prado, Francisco de Paula da Costa Carvalho, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Henrique Sérgio Gregori, Lucas Nogueira Garcez, Mauro Lindenberg Monteiro, Nicolau Moraes Barros Filho, Severo Fagundes Gomes, Vasco T. Leitão da Cunha

218 Agências distribuídas nos seguintes Estados: — São Paulo — Bahia — Ceará — Goiás — Guanabara — Mato Grosso — Minas Gerais — Paraíba — Pará — Paraná — Pernambuco — Rio Grande do Sul — Rio de Janeiro — Santa Catarina e no Distrito Federal.

RESUMO DO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|----------------|------------------|---|----------------|------------------|
| | Cr\$ | Cr\$ | | Cr\$ | Cr\$ |
| Em caixa e depositado no Banco do Brasil S.A. | | 43.142.096,67 | Capital | 91.162.500,00 | |
| Empréstimos | | 507.384.736,73 | Aumento de Capital | — | |
| Outros Créditos | | | Reservas | 60.741.177,65 | 151.903.677,65 |
| Banco Central-Recolhimento Compulsório | 56.228.532,75 | | Depósitos | | 653.786.369,36 |
| Agências e Correspondentes | 368.961.582,77 | | Outras Exigibilidades | | |
| Outras Contas | 92.018.869,47 | 517.208.984,99 | Agências e Correspondentes | 327.530.932,93 | |
| | | | Outras Contas | 50.497.732,94 | |
| Valores e Bens | | | Obrigações (Especiais) | — | |
| Titulos à ordem do Banco Central | 80.621.900,72 | | Redescontos | — | |
| Outros valores e bens | 23.979.210,80 | 104.601.111,52 | Obrigações por Refinanciamentos e Repasses Oficiais | 26.831.106,69 | |
| Imobilizado | | 83.309.109,75 | Outras Contas | 40.048.485,01 | 444.908.257,75 |
| Resultado Pendente | | 1.035.918,95 | Resultado Pendente | | 6.083.654,03 |
| Contas de Compensação | | 489.194.604,44 | Contas de Compensação | | 489.194.604,44 |
| | | 1.745.876.563,05 | | | 1.745.876.563,05 |

São Paulo, 5 de janeiro de 1971. — Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Diretor Presidente; Luiz de Paula Figueira, Diretor Vice-Presidente — Diretores Gerentes: Oswaldo Morelli, Rubens Opice, Alpheu Amaral, Gastão Vidigal Baptista Pereira. — Diretores Executivos: Ariovaldo Aily, Fábio Luiz Alves Lima — Geraldo Machado — Edmundo Arveno Phelippe Laurito, Contador C. R. C. 12.442 - Cadastro Geral de Contribuintes. Inscrição n.º 61.063.421.

E PRÔ ANHEMBI NADA?



8%

Faça como 1400 empresários bem sucedidos. Opte pela Embratur e destine os 8% do seu Imposto de Renda ao Parque Anhembi. Você estará associando-se a um dos empreendimentos mais lucrativos deste país. Participando dos rendimentos provenientes de todas as atividades do Parque Anhembi, desde o hotel, de padrão internacional, até a bomba de gasolina. E mais uma série enorme de realizações, que trarão empresários do mundo inteiro. Os mesmos empresários que anualmente visitam as feiras e exposições internacionais de cidades como Hannover e Milão, fazendo o rendoso turismo dos homens de negócio. Decida-se logo pelo Complexo-Hoteleiro Parque Anhembi. Aplique o seu incentivo fiscal nessa realização que conta com a garantia do Morgan Guaranty of New York, Banco do Estado de São Paulo e Banco do Estado da Guanabara. Opte pelo Parque Anhembi e tenha o maior Complexo turístico da América Latina trabalhando para você.

*Recolher 5,6% para a Embratur e 2,4 ao Fundo de Integração Nacional. Procure a instituição financeira de sua preferência ou a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ANHEMBI Ltda. R. Gabriel dos Santos, 419 - Fone: 51-9171 - SP. Rio de Janeiro - Distribuidora de Títulos e Valores ANHEMBI Ltda. Av. Rio Branco, 151 - Cj. 1803 - Fones: 222-3428 e 231-2329.



centro interamericano de feiras e salões - parque anhembi - são paulo



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

ITAÚ

RUA BOA VISTA, 176 - SÃO PAULO

BANCO ITAÚ DE INVESTIMENTO S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

Carta Patente 1.036/66
C.G.C. 61.532.644

| ativo | | passivo | |
|--|----------------------------|--|----------------------------|
| | Cr\$ | | Cr\$ |
| DISPONÍVEL | | NÃO EXIGÍVEL | |
| Em Depósito no Banco do Brasil | | Capital | 36.000.000,00 |
| | | Aumento de Capital | 18.000.000,00 |
| | | Fundo de Reserva Legal | 2.940.737,58 |
| REALIZÁVEL | | Fundo de Amortização de | |
| Empréstimos c/ Correção Monetária | 300.000,00 | Móveis e Utensílios | 55.562,45 |
| Devedores p/ Financiamento - Capital de Giro | 95.504.624,55 | Fundo de Reservas Especiais | 21.426.000,00 |
| Devedores p/ Financiamento - Finaime | 934.927,68 | | 78.422.300,03 |
| Ações e Obrigações Banco Central C/ Aumento de Capital | 487.448,00 | EXIGÍVEL | |
| Acionistas - Contas de Capital a Realizar | 17.512.552,00 | Títulos Cambiais c/ Paridade Cambial - Res. 63 | 571.823,20 |
| Letras de Câmbio | 71.330.006,44 | Depósito a Prazo Fixo c/ Correção Monetária | 218.827.765,47 |
| Títulos de Dívida Pública | 71.699.155,36 | Dividendos a Pagar | 1.620.000,00 |
| Outros Créditos | 8.814.661,36 | Refinanciamento - FINAME | 725.778,63 |
| | 319.678.970,04 | Outros Créditos | 23.282.780,16 |
| IMOBILIZADO | | | 245.028.147,46 |
| Móveis e Utensílios | 466.526,48 | CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES | 21.081,33 |
| CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES | | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | |
| Comissões | — | Fundo Itaú - 157 | 109.655.259,46 |
| Despesas Gerais | — | Fundo Itaú de Investimento | 252.249.946,19 |
| Impostos | — | Deposítantes de Valores em Garantia | 143.659.923,75 |
| Juros e Correção Monetária | — | Outras Contas | 10.374.014,78 |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | | 515.939.144,18 |
| Fundo Itaú - 157 | 109.655.259,46 | | |
| Fundo Itaú de Investimento | 252.249.946,19 | | |
| Valores Cauçionados | 12.833.808,93 | | |
| Títulos Cauçionados | 130.826.114,82 | | |
| Outras Contas | 10.374.014,78 | | |
| TOTAL | Cr\$ 839.410.673,00 | TOTAL | Cr\$ 839.410.673,00 |

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| débito | | crédito | |
|--|---------------------------|---|---------------------------|
| | Cr\$ | | Cr\$ |
| DESPESAS GERAIS/ Honorários do Cons. de Adm. | 57.280,00 | SALDO NÃO DISTRIBUÍDO NO SEMESTRE ANTERIOR .. | 82.973,23 |
| Despesas Diversas | 4.924.727,15 | REVERSÃO DO FUNDO DE PREJUÍZOS EVENTUAIS | 3.091.331,75 |
| Gasto de Material | 224.254,56 | | |
| Sub-Total | 5.206.261,71 | | |
| IMPOSTOS | 2.817.768,33 | | |
| DESPESAS DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA | 30.057.371,26 | RENDAS | |
| DESPESAS DE COMISSÕES AMORTIZAÇÕES DO ATIVO | 2.625.846,57 | RECEITAS DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA * | 10.187.677,98 |
| Transferido p/ Fundo de Amortiz. de Móveis e Utens | 23.294,16 | COMISSÕES RECEBIDAS OU DEBITADAS | 20.219.909,09 |
| Sub-Total | 40.730.542,03 | | 30.407.587,07 |
| FUNDO DE RESERVA LEGAL .. | 583.605,33 | RENDA DE VALORES MOBILIÁRIOS | 21.283.339,60 |
| FUNDO DE RES. ESPECIAIS | 9.676.000,00 | OUTRAS RENDAS | 711.722,29 |
| DIVID. AOS ACIONISTAS .. | 3.181.705,31 | | |
| PERCENTAGEM DE ACÓRDO COM O ART. 12º § 12.3 DOS ESTATUTOS | 1.384.019,94 | | |
| SALDO QUE PASSA PARA O TRIMESTRE SEGUINTE | 21.081,33 | | |
| TOTAL | Cr\$ 55.576.953,94 | TOTAL | Cr\$ 55.576.953,94 |

Presidente do Conselho:
Eudoro Villela
Vice-Presidente:
Herbert V. Levy - Licenciado
Diretor Presidente:
Olevo Egydio Setubal
Diretores Vice-Presidentes Executivos:
Aloysio Ramalho Foz
José Carlos Moraes Abreu
Luís de Moraes Barros

Diretores Gerentes:
Abelardo Teixeira
Francisco Finamore
Haroldo de Siqueira
João Baptista Leopoldo Figueiredo
Luiz Carlos Ferreira Levy
Manoel José de Carvalho

Diretores Conselheiros:
Herculano de Almeida Pires
Hermann Moraes Barros
J. Meira de Vasconcelos
Mário Tavares Filho
Rubens Martins Villela



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

ITAÚ

RUA BOA VISTA, 178 - SÃO PAULO

BANCO ITAÚ AMÉRICA S.A.Conta Patrimônio 8.708
C.C.C. 50.701.190**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970**

| ativo | C/\$ | C/\$ | C/\$ | passivo | C/\$ | C/\$ | C/\$ |
|--|----------------|------------------------------|------------------|--|----------------|------------------------------|------------------|
| DISPONÍVEL | | | 57.541.072,06 | NÃO EXIGÍVEL | | | |
| REALIZÁVEL | | | | Capital | | | |
| Empréstimos | | | | De Domestizados no País | 85.513.727,00 | | |
| A Produção | 443.527.185,79 | | | De Domestizados no Exterior | 85.272,00 | 90.000.000,00 | |
| A Comércio | 194.475.860,81 | | | Aumento de Capital | | | |
| A Atividades não Especificadas | 161.771.187,87 | | | Correção Monetária de Ativo | | 12.725.491,45 | |
| A Governo Federal | | | | Reserva p/ Aumento de Capital - Dec. Lei 1089/70 | | 8.555.473,08 | |
| A Governos Estaduais e Municipais | 651.115,17 | | | Reservas e Fundos | | 23.587.927,47 | 134.865.887,00 |
| A Autarquias | 544.588,04 | | | EXIGÍVEL | | | |
| A Instituições Financeiras | | | | Depósitos | | | |
| Em Letras Hipotecárias | | 801.049.931,58 | | A Vista e a Curto Prazo: | | | |
| Outros Créditos | | | | Do Público | 963.047.443,03 | | |
| Banco Central - Recultamentos | 93.464.116,42 | | | De Domestizados no Exterior | 292.025,37 | | |
| Cheques, Documentos e Ordens em Compensação a Receber | 63.510.123,55 | | | De Entidades Públicas | 67.331.515,41 | | |
| Adiantamentos e Cambiais e Contratos de Câmbio | 15.805.185,20 | | | A Médio Prazo: | | | |
| Saldo Devedores em Contas de Depósitos | 8.145,75 | | | Do Público | | | |
| Créditos em Liquidação | 5.767.580,40 | | | - a prazo fixo | 12.949,44 | | |
| Adiantamentos - Capital e Reservas | | | | - com correção monetária | 1.000.000,00 | 1.073.349,44 | |
| Devedores por Créditos Liquidados no Exterior | 2.677.825,57 | | | De Entidades Públicas | | 1.025.684.933,25 | |
| Correspondentes no País | 2.148.731,46 | | | Outras Exigibilidades | | | |
| Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - em Moeda Estrangeira | 12.978.574,80 | | | Cheques e Documentos a Liquidar | | | |
| Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - em Moeda Nacional | | | | Cobrança efetuada em Trânsito | | | |
| Departamentos no País | 472.285.443,80 | | | Ordens de Pagamentos | 96.387.493,70 | | |
| Outras Contas | 56.013.562,10 | 648.737.493,30 | | Correspondentes no País | 7.053.787,07 | | |
| Valores e Bens | | | | Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - em Moeda Estrangeira | 9.803.508,33 | | |
| Títulos a Ordem do Banco Central | 146.315.721,75 | | | Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - em Moeda Nacional | 2.876,55 | | |
| Letras do Tesouro Nacional e Títulos Federais | 8.768.500,82 | | | Departamentos no País | 341.528.557,75 | | |
| Títulos Estaduais e Municipais | 40,01 | | | Outras Contas | 23.675.295,14 | 474.221.019,94 | |
| Valores em Moeda Estrangeira | 5.536.885,56 | | | Obrigações (Especiais) | | | |
| Outras Valências | 6.892.223,47 | 167.474.494,55 | | Rescaldos por c/s. do Tesouro Nacional | 11.714.287,65 | | |
| Bens | | 8.899.838,48 | 1.847.121.738,31 | Rescaldos e Empréstimos no Bco. Central | 45.296.283,96 | | |
| IMOBILIZADO | | | | Depósitos Obrigatórios FGTS | 20.701.384,08 | | |
| Imóvel de Uso, Residência e Imóvel em Construção | 47.165.283,30 | | | Obrigações por Refinanciamentos e Repasse Oficial | 26.488.696,70 | | |
| Móveis e Utensílios | 28.343.481,18 | | | Imposto sobre Operações Financeiras | 1.761.524,79 | | |
| Amortizante | 1.723.390,61 | | | Obrigações em Moeda Estrangeira | 17.748.478,96 | | |
| Instalação da Sociedade | | | 98.232.135,20 | Obrigações por Compra de Imóveis | 2.100.050,00 | | |
| RESULTADO PENDENTE | | | | Outras Contas | 11.805.130,84 | 151.121.857,57 | 1.851.327.815,71 |
| Despesas Operacionais | | | | RESULTADOS PENDENTE | | | |
| Despesas Administrativas | | | | Rendas Operacionais | | | |
| Perdas Diversas | | | | Outras Rendas | | | |
| Despesas de Exercícios Futuros | 1.016.825,75 | | | Lucros | | | |
| Lucros e Perdas | | 1.016.825,75 | | Rendas e Lucros em Suspense | 58.887,41 | | |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | 1.412.185.218,80 | | Rendas de Exercícios Futuros | 17.348.416,48 | | |
| TOTAL | | C/\$ 3.215.597.535,57 | | Lucros e Perdas | 8.813,30 | 17.417.315,21 | |
| | | | | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | 1.472.185.218,80 | |
| | | | | TOTAL | | C/\$ 3.215.597.535,57 | |

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| DÉBITO | C/\$ | C/\$ | C/\$ | CREDITO | C/\$ | C/\$ | C/\$ |
|--|---------------|----------------------------|----------------|---|---------------|----------------------------|---------------|
| DESPESAS OPERACIONAIS | | | | SALDO NÃO DISTRIBUÍDO NO SEMESTRE ANTERIOR | | | 50.554,76 |
| Juros sobre Depósitos a médio prazo | 41.063,90 | | | REVERSO DO SALDO LÍQUIDO DO FUNDO PARA PREJUÍZOS EVENTUAIS | | | 10.188.692,61 |
| Juros sobre outras exigibilidades | 1.047.289,30 | | | RENDAS OPERACIONAIS | | | |
| Juros sobre operações com o Banco Central | | 1.068.353,90 | | Juros e Comissões | | | |
| Despesa de Comissões | | 119.173,31 | | Sobre empréstimos à produção e ao comércio | 57.003.380,04 | | |
| Despesa de Correção Monetária | | 107.163,49 | | Sobre empréstimos a entidades públicas e a instituições financeiras | 84.122,38 | | |
| Despesas de Redescoberto e Refinanciamentos | | 2.844.319,82 | 9.845.167,35 | Outras | 27.266.273,56 | 84.353.776,40 | |
| Resultado de Câmbio | | 5.801.358,13 | | Correção Monetária: | | | |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | | | | Sobre empréstimos à produção e ao comércio | | | |
| Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal | | 133.038,00 | | Sobre empréstimos a entidades públicas e a instituições financeiras | | | |
| Rescaldo | | | | Outras | | | |
| Vencimentos | 45.478.140,52 | | | Outras Rendas | | | |
| Gratificações | 1.887.054,57 | 47.366.195,58 | | Aluguéis e outras | | | 15.091.784,98 |
| Encargos Gerais | | 11.287.290,52 | | LUCROS DIVERSOS | | | |
| Impostos e Taxas | | 7.200.994,80 | 26.146.835,63 | Recuperação de créditos compensados | | 446.554,89 | |
| Material de Expediente consumido | | 4.155.220,81 | | Em transações e resgate de valores patrimoniais | | 8.022.270,27 | |
| Despesas Gerais: | | | | Diversos | | | 8.468.825,15 |
| Aluguéis | 5.224.447,78 | | | TOTAL | | C/\$ 142.067.312,87 | |
| Propaganda e Publicidade | 1.033.204,57 | | | | | | |
| Outras | 10.086.973,46 | 22.244.625,59 | 23.744.355,27 | | | | |
| Despesas de Instalações | | 1.499.729,68 | | | | | |
| PERDAS DIVERSAS | | | | | | | |
| Em operações de exercícios anteriores | | | | | | | |
| Em transações e resgate de valores patrimoniais | | 524.121,48 | | | | | |
| Outras | | 23.564,78 | 547.686,24 | | | | |
| AMORTIZAÇÕES | | | 104.284.055,09 | | | | |
| Imóvel, móvel e utensílios | 2.804.065,43 | | | | | | |
| Agio de Incorporação | 5.083.333,30 | 7.887.402,73 | | | | | |
| DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO | | | | | | | |
| Reserva Legal | | 785.000,00 | | | | | |
| Reserva de risco em operações de Câmbio | | 314.000,00 | | | | | |
| Reserva Especial | | 8.704.525,39 | | | | | |
| Reserva p/ Aumento de Capital - Dec. Lei 1089/70 | | 8.555.473,08 | | | | | |
| St. dividendo aos acionistas de Cr\$ 0,06 por ação | | 3.400.000,00 | | | | | |
| Parcelamento de ações com o art. 11.º, item 3 do Estatuto Social | | 1.792.837,63 | | | | | |
| Qualificação de Rescaldo | | 4.000.000,00 | | | | | |
| Contribuições de Fundações "Itaú América" e "Banamérica" | | 255.000,00 | 37.804.440,43 | | | | |
| SALDO QUE PASSA PARA O SEMESTRE SEGUINTE | | 8.813,30 | | | | | |
| TOTAL | | C/\$ 142.067.312,87 | | | | | |

Presidentes do Conselho:
Herbert V. Levy - Licenciado
Vice-Presidente:
Mario Tavares Filho
Diretor Presidente:
Eudoro Vilela
Diretores Vice-Presidentes Executivos:
Aloysio Ramalho Foz
José Carlos Moraes Abreu
Luiz de Moraes Barros

Diretor Geral:
Osório Egydio Setúbal
Diretores Gerentes:
Abelardo Tavares
Francisco Figueira
Haroldo de Biquiera
José Baptista Leopoldo Figueiredo
Luiz Carlos Ferreira Levy
Manoel José de Carvalho

Diretores Conselheiros:
Haroldo de Almeida Pires
Hermann Moraes Barros
J. Mair de Vasconcelos
Rubens Martins Vilela

Walter Leite de Silva - T.C.C.R.C. SP 26.348



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

ITAÚ

RUA BOA VISTA, 176 - SÃO PAULO

CIA. ITAÚ DE INVESTIMENTO, CRÉDITO E FINANCIAMENTO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

Carta Patente nº 1.194.353
C.O.C. 81.194.353

| ativo | C/5 | C/5 | passivo | C/5 | C/5 |
|---------------------------------------|---------------------------|----------------|---------------------------------------|---------------------------|----------------|
| DISPONÍVEL | | | NÃO EXIGÍVEL | | |
| Caixa | 530,36 | | Capital | 15.000.000,00 | |
| Banco do Brasil | 1.294.258,36 | | Fundo de Reserva Legal | 1.040.719,17 | |
| Banco Central do Brasil | | | Fundo de Reserva Geral | 14.124.782,11 | |
| Circ. 88 | 262.989,61 | 1.588.178,83 | Provisões p/ Devedores | | |
| REALIZÁVEL | | | Dividendos | 24.885,23 | |
| Devedores p/ Financiamento | 40.648.720,16 | | Fundo de Depreciação e Amortização | 51.301,28 | |
| Devedores p/ Apólices Cambiais | | | Correção Monetária | 97.958,42 | 30.344.655,99 |
| Devedores p/ Usúrio | 334.430.216,31 | | EXIGÍVEL | | |
| Devedores p/ Financiamento - Fim | 367.231,30 | | Responsabilidades p/ Ações | 303.100.754,00 | |
| Ações p/ Capital e Reservas | 129.543,90 | | Contas Correntes Vinculadas | 22.890,61 | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 1.155.529,87 | | Dividendos | 752.501,61 | |
| Devedores Diversos | 2.955.188,16 | 379.869.829,30 | Impostos a Operações | | |
| IMOBILIZADO | | | Financiamentos - FINEP | 401.763,28 | |
| Edifício de Uso da Companhia | 8.515.880,18 | | Refinanciamento - FINEP | 294.254,99 | |
| Móveis e Utensílios | 96.631,36 | | Refinanciamento C. E. F. | 41.824,25 | |
| Amortizado | 25.997,11 | | Créditos Diversos | 32.271.588,24 | 346.885.916,81 |
| Outros Valores | 17.155,80 | | CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES | | |
| Novo Trabalho Monetário | 288.255,71 | 9.432.930,19 | Rendimentos | 12.272.367,11 | |
| CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES | | | Lucros e Perdas | 3.538.898,11 | 12.532.065,22 |
| Contas de Compensação | | | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | |
| Valores em Garantia e Outras | | | Valores em Garantia e Outras | | |
| Contas | | | Contas | | |
| TOTAL | C/5 878.917.856,01 | | TOTAL | C/5 878.917.856,01 | |

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| DEBITO | C/5 | C/5 | CREDITO | C/5 | C/5 |
|--|--------------------------|---------------------|--|--------------------------|----------------------|
| ENCARGOS DO EXERCÍCIO | | | SAÍDA ANTERIOR | | 887.804,87 |
| Despesas Gerais, Legais, Fiscais, Honorários, Ordenados, Comissões e Outros Gastos | 20.833.351,05 | | RESULTADO DAS OPERAÇÕES SOCIAIS | | 26.881.796,79 |
| Impostos e Taxas | 2.828.270,00 | | RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS | | 15.208,96 |
| Depreciação | 6.577,67 | 33.367.943,88 | OUTRAS RENDAS | | 58.778,37 |
| DISTRIBUIÇÃO DO SALDO | | | TOTAL | | 26.915.784,71 |
| Fundo de Reserva Legal | 177.406,90 | | | | |
| Fundo de Reserva Geral | 3.358.571,48 | | | | |
| Dividendos aos Ações | 730.098,12 | 3.266.974,53 | | | |
| SALDO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL | | 7.188.886,11 | | | |
| TOTAL | C/5 37.813.418,32 | | TOTAL | C/5 37.813.418,32 | |

Presidente
Luis Roberto ThomasDiretor-Geral
Antonio Roberto Tereza de MenezesEspecialista
Rafaela Cruz de Vasconcelos

Walter dos Santos - T.C.C.R.C. SP 36.043

ITAÚ S.A. - CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

Carta Patente nº 1.194.353
C.O.C. 81.194.353

| ATIVO | C/5 | C/5 | C/5 | PASSIVO | C/5 | C/5 | C/5 |
|--|-------------------------|--------------|--------------|---------------------------------------|---------------------------|----------------|-----|
| DISPONÍVEL | | | | NÃO EXIGÍVEL | | | |
| Caixa | | | | Capital | | | |
| Banco do Brasil | | | | Reserva Legal | 1.040.719,17 | | |
| REALIZÁVEL | | | | Reserva Especial | 294.254,99 | | |
| Ativo Realizável a Vista | | | | Fundo de Reserva Geral | 14.124.782,11 | | |
| Depósitos | 4.888.293,73 | | | Provisões p/ Devedores | | | |
| Correção Monetária | 185.552,42 | | | Dividendos | 24.885,23 | | |
| Correção Cambial | 287.989,36 | 1.844.363,23 | | Fundo de Depreciação e Amortização | 51.301,28 | | |
| ATIVO REALIZÁVEL A CURTO PRAZO | | | | Correção Monetária | 97.958,42 | 30.344.655,99 | |
| Contas Correntes Vinculadas | 12.840,00 | | | EXIGÍVEL | | | |
| Contas e Reservas | 16.812,81 | | | Responsabilidades p/ Ações | 303.100.754,00 | | |
| Comissões e Taxas | 5.847,36 | | | Contas Correntes Vinculadas | 22.890,61 | | |
| Arrendamento e Fornecedores | 3.182,40 | 36.328,67 | 1.987.823,90 | Dividendos | 752.501,61 | | |
| IMOBILIZADO | | | | Impostos a Operações | | | |
| Imobilizações Especiais | | | | Financiamentos - FINEP | 401.763,28 | | |
| Móveis e Utensílios | 96.631,36 | | | Refinanciamento - FINEP | 294.254,99 | | |
| Amortizado | 25.997,11 | | | Refinanciamento C. E. F. | 41.824,25 | | |
| Outros Valores | 17.155,80 | | | Créditos Diversos | 32.271.588,24 | 346.885.916,81 | |
| IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS | | | | CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES | | | |
| Móveis e Utensílios | 407,00 | | | Rendimentos | 12.272.367,11 | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 58.450,00 | | | Lucros e Perdas | 3.538.898,11 | 12.532.065,22 | |
| Títulos e Valores Mobiliários - 1970 | 108.400,00 | | | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | | |
| Contas de Garantia de Títulos e Valores Mobiliários | 12.840,00 | | | Valores em Garantia e Outras | | | |
| Contas de Garantia de Títulos e Valores Mobiliários - 1970 | 12.840,00 | | | Contas | | | |
| Contas de Garantia de Títulos e Valores Mobiliários - 1970 | 12.840,00 | | | TOTAL | C/5 878.917.856,01 | | |
| RESULTADO PENDENTE | | | | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | | |
| Valores Pendentes | | | 7.338,06 | Valores em Garantia e Outras | | | |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | | | Contas | | | |
| Apólices Cambiais | 96,00 | | | Valores em Garantia e Outras | | | |
| Depósitos Vinculados - F. G. T. S. | 202.962,00 | | | Contas | | | |
| Comissões de Reservas | 628.578,18 | | | TOTAL | C/5 878.917.856,01 | | |
| Saldo de Lucro - Lucro de Títulos e Valores Mobiliários | 60.880,20 | 1.885.854,96 | | | | | |
| TOTAL | C/5 9.574.521,96 | | | TOTAL | C/5 9.574.521,96 | | |

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" CORRESPONDENTE AO BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| DEBITO | C/5 | C/5 | CREDITO | C/5 | C/5 |
|--|-------------------------|--------------|------------------------------|-------------------------|---------------------|
| DESPESAS GERAIS | | | SAÍDA DO 1º SEMESTRE | | 1.307.498,19 |
| Despesas Administrativas, de Expediente, Fiscais, etc. | 2.291.413,84 | | RECEITAS OPERACIONAIS | | 3.996.992,91 |
| Impostos e Taxas | 36.990,17 | | RECEITAS FINANCEIRAS | | 60.274,74 |
| Depreciação e Amortização | 28.158,94 | 2.316.512,75 | RENDAS DIVERSAS | | 55.360,37 |
| DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO | | | TOTAL | | 3.996.992,91 |
| Reserva Legal | 100.000,00 | | | | |
| Manutenção do Capital de Giro | 108.424,63 | | | | |
| Saldo à Disposição da Assembleia | 2.888.488,86 | 2.108.112,80 | | | |
| TOTAL | C/5 5.425.897,29 | | TOTAL | C/5 5.425.897,29 | |

M. PAULO MORAES ABREU
Diretor-GeralM. ALCEU FERREIRA LEITE THIELS
Diretor-GeralM. ALFREDO EDOYMO AMARAL VILELA
Diretor-GeralM. JOSÉ ASSUNÇÃO OLIVEIRA OLIVEIRA
Diretor-GeralM. JOSÉ ANTONIO BAPTA
T.C. C.R.C. SP 36.043**FUNDO ITAÚ - 157**

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| ativo | C/5 | C/5 | C/5 | passivo | C/5 | C/5 | C/5 |
|-----------------------------------|---------------------------|---------------|---------------|--------------------------------|---------------------------|---------------|---------------|
| DISPONÍVEL | | | | Investimentos | | | 54.036.234,83 |
| Depósitos no Banco do Brasil S.A. | 12.126.060,89 | | | EXIGÍVEL | | | |
| Valores a Depositar | | | 12.126.060,89 | Provisões | 256.885,96 | | |
| REALIZÁVEL | | | | Obrigações a Pagar | 7.868.418,74 | 7.868.418,74 | |
| Valor da Carteira | | | | RESULTADO PENDENTE | | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 32.333.296,74 | | | Receitas Operacionais | 3.012.901,72 | | |
| Valores em Garantia | 978.521,34 | | | Dividendos | 62.794,56 | | |
| Valores em Garantia - 1970 | 31.012.701,53 | | | Bonificações em Dividendos | 6.814.261,07 | | |
| Bonificações a Receber | 3.803.770,00 | 65.226.196,61 | | Var. Venda de Títulos | 2.944.829,87 | | |
| Dividendos a Receber | 434.777,76 | | | Var. Valor Carteira (positiva) | 31.012.701,53 | | |
| Valores Transfêrenciais | 11.187,00 | 58.874.180,37 | | Outras Receitas | 2.431,88 | 43.848.895,13 | |
| RESULTADO PENDENTE | | | | Resultado Operacional | | 3.903.772,00 | 47.755.720,13 |
| Despesas Administrativas | | | | | | | |
| Taxas de Administração | 4.888.838,87 | | | | | | |
| Despesas Operacionais | | | | | | | |
| Comissões e Emolumentos | 185.872,57 | | | | | | |
| Auditoria | 15.994,00 | | | | | | |
| Imposto de Renda na Fonte | 8.290,64 | | | | | | |
| Bonificações Pagar | 12.361.004,84 | | | | | | |
| Var. Valor Carteira (negativa) | 159.804,25 | | | | | | |
| Outras Despesas | 111.812,35 | 12.830.794,28 | | | | | |
| Valores Diferenças | | | | | | | |
| Despesas Diferenças | | | | | | | |
| Resultados Diferenças | | | 17.748.838,12 | | | | |
| Reserva de Valorização | | | 11.105.389,29 | | | | |
| TOTAL | C/5 109.855.258,48 | | | TOTAL | C/5 109.855.258,48 | | |

NÚMERO DE INVERSOES 146.417

VALOR DA COTA C/5 4,21

administradora

CIA. ITAÚ DE INVESTIMENTO, CRÉDITO E FINANCIAMENTO

Walter dos Santos - T.C.C.R.C. SP 36.043

FUNDO ITAÚ DE INVESTIMENTO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| ativo | C/5 | C/5 | C/5 | passivo | C/5 | C/5 | C/5 |
|-----------------------------------|---------------------------|----------------|---------------|--------------------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| DISPONÍVEL | | | | Investimentos | | | 137.872.701,08 |
| Depósitos no Banco do Brasil S.A. | 4.888.293,73 | | | EXIGÍVEL | | | |
| Valores a Depositar | | | 4.888.293,73 | Provisões | 1.149.902,37 | | |
| REALIZÁVEL | | | | Obrigações a Pagar | 106.572,11 | 1.252.474,19 | |
| Valor da Carteira | | | | RESULTADO PENDENTE | | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 101.910.227,29 | | | Receitas Operacionais | 4.631.072,72 | | |
| Valores em Garantia | 76.221.185,63 | | | Dividendos | 62.794,56 | | |
| Bonificações a Receber | 3.293.590,00 | | | Bonificações em Dividendos | 6.814.261,07 | | |
| Investimentos a Receber | 181.584.982,92 | | | Var. Venda de Títulos | 21.268.196,52 | | |
| Dividendos a Receber | 968.479,16 | | | Bonificações em Títulos | 6.838.581,12 | | |
| Valores Transfêrenciais | 233.724,47 | 182.588.186,57 | | Var. Valor Carteira (negativa) | 76.221.185,63 | | |
| RESULTADO PENDENTE | | | | Outras Receitas | 1.815.224,12 | 110.671.220,13 | |
| Despesas Administrativas | 8.792.758,12 | | | Resultado Operacional | | 3.253.590,00 | 119.924.810,13 |
| Taxas de Administração | | | | | | | |
| Despesas Operacionais | | | | | | | |
| Comissões e Emolumentos | 761.312,42 | | | | | | |
| Auditoria e Taxas | 61.734,78 | | | | | | |
| Imposto de Renda na Fonte | 11.030,18 | | | | | | |
| Bonificações Pagar | 33.251.005,14 | | | | | | |
| Var. Valor Carteira (negativa) | 1.250.708,03 | | | | | | |
| Outras Despesas | 215.676,44 | 35.541.887,00 | | | | | |
| Valores Diferenças | | | | | | | |
| Despesas Diferenças | | | | | | | |
| Resultados Diferenças | | | 45.324.225,12 | | | | |
| Reserva de Valorização | | | 18.849.240,77 | | | | |
| TOTAL | C/5 252.348.848,19 | | | TOTAL | C/5 252.348.848,19 | | |

NÚMERO DE INVERSOES 37.980

VALOR DA COTA C/5 6,22



Comércio Exterior - Em Expansão

Resultados Globais

Conquanto não disponhamos ainda dos dados definitivos do comércio exterior, as estatísticas divulgadas pela CACEX, relativamente às exportações no período janeiro/2ª semana de dezembro (exceto para café), permitem prever, com boa margem de segurança, os resultados do ano. Com relação ao valor global, estima-se que as vendas externas se aproximem de 2,7 bilhões de dólares, o que corresponde à expansão de 17% em relação aos 2,3 bilhões de 1969.

O item de maior destaque continua a ser o café em grão, responsável por cerca de 34% do valor global, ou seja, 930 milhões de dólares, com acréscimo de 14% sobre o ano anterior. Apesar da elevação de receita, o volume expor-

tado decresceu de 18,7 milhões de sacas, em 1969 para cerca de 17 milhões em 1970, sendo o café brasileiro exportado ao preço médio de US\$ 56 por saca de 60 kg.

Os "artigos manufaturados", cujo crescimento acusa índices espetaculares, deverá registrar acréscimo de aproximadamente 60% sô-

bre 1969, com o valor estimado de US\$ 450 milhões; dentre eles, destacam-se os produtos siderúrgicos, com cerca de US\$ 100 milhões, e o café industrializado, com mais de US\$ 40 milhões.

Quanto aos demais itens que compõem a pauta, merecem destaque os seguintes:

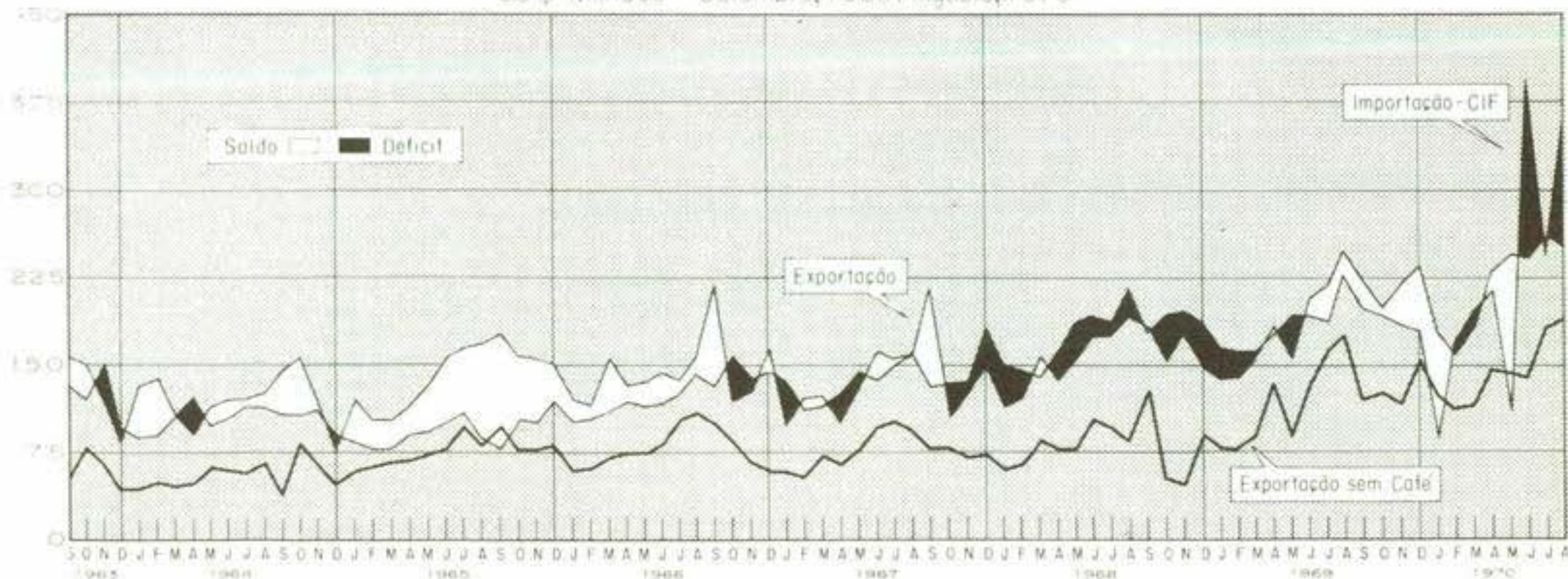
| Discriminação | US\$ Milhões | | Variação (%) |
|-------------------------------------|--------------|-----------------|--------------|
| | 1969 | 1970 (previsão) | |
| Minério de ferro | 149 | 190 | + 27,5 |
| Algodão em rama | 195 | 158 | - 19,0 |
| Açúcar demerara | 115 | 125 | + 8,7 |
| Cacáu em amêndoas | 106 | 79 | - 25,5 |
| Milho em grão | 33 | 76 | +130,3 |
| Carne e boi (congelada e resfriada) | 43 | 70 | + 62,8 |
| Madeira de pinho serrada | 72 | 66 | - 8,3 |

No que se refere às importações, os dados divulgados pela CACEX abrangem apenas o período janeiro

setembro, registrando 1,65 bilhão de dólares FOB, o que corresponde ao acréscimo de 12,2% em rela-

Comércio Exterior do Brasil

US\$ Milhões - Setembro, 1963/Agosto, 1970



ção a igual espaço de tempo do ano anterior. Com base nesses elementos e ainda no valor importado em 1969 (US\$ 1 993 milhões FOB), pode-se prever a importação total de US\$ 2,2 bilhões em 1970. Em termos CIF, esse valor, deverá ser da ordem de US\$ 2,5 bilhões.

O grosso de nossas compras foi constituído por "maquinaria, veículos, s/pertences e acessórios" (Classe VI), responsável por 37,5% do total nos 9 primeiros meses do ano, e que possibilita antecipar que suas importações tenham superado a casa dos 800 milhões de dólares no período janeiro/dezembro.

A previsão das principais classes componentes da pauta, com base nos resultados apurados de janeiro a setembro, é a indicada na Tabela I.

Observa-se que apenas a Classe IV (gêneros alimentícios e bebidas) deverá apresentar decréscimo, relativamente a 1969, contrariando a tendência do restante das importações. Esse fato resulta da diminuição de nossas compras de trigo em grão, as quais, em face dos acentuados aumentos na produção nacional, vêm perdendo substâncias nos últimos anos. Em consequência, as importações do produto devem ter-se situado em torno de US\$ 110 milhões, contra US\$ 160,6 milhões em 1969.

O Comércio Exterior por Países e Blocos Econômicos

Relativamente à distribuição do resultado do intercâmbio de 1970, as apurações preliminares das exportações e importações (FOB/FOB), com base no comportamento das trocas do 1º semestre, confrontadas com igual período de 1969, revelam continuidade, em termos relativos, da supremacia dos Estados Unidos da América e da área do Mercado Comum Europeu (MCE) como compradores de produtos brasileiros. Seguidamente, alinham-se a Associação Européia de Livre Comércio (AELC), a Associação Latino-Americana de

**Tabela I — Importações Brasileiras por Classes de Mercadorias
Valores FOB**

| Discriminação | 1969 (US\$ milhões) | 1970 (previsão) (US\$ milhões) | Variação |
|--|------------------------|--------------------------------------|---------------|
| Maquinaria, veículos, s/pert. e acessórios (Classe VI) | 731 | 820 | + 12,2 |
| Manufaturas classificadas principalmente segundo a mat. prima (Classe VII) | 329 | 360 | + 9,4 |
| Prods. químicos e farmacêuticos (Classe V) | 293 | 340 | + 16,0 |
| Mat. prima em bruto e preparada (Classe II) | 291 | 330 | + 13,4 |
| Gêneros alimentícios e bebidas (Classe IV) | 255 | 220 | - 13,7 |
| Artigos manufaturados diversos (Classe VIII) | 83 | 110 | + 32,5 |
| Demais | 11 | 20 | + 81,8 |
| Total | 1 993 | 2 200 | + 10,4 |

Livre Comércio (ALALC), e o Conselho Econômico de Assistência Mútua (COMECON).

Todavia, o exame dos valores relativos do biênio 1969/70, frente às taxas participantes médias do quinquênio 1965/69, indica a existência de um processo de desvios nas correntes brasileiras de comércio. A perda de substância do mercado americano e a compensação havida em outras áreas consubstanciam-se em mutações na estrutura comercial no sentido de diversificação de mercados.

No que tange ao COMECON, as taxas de participação disponíveis de 1970 refletem sério processo de aviltamento dos níveis das trocas. As causas desse acontecimento são várias. No entanto, a maior delas é a falta de agressividade dos agentes econômicos desses países junto ao mercado brasileiro. Outro obstáculo reside na dificuldade de harmonizar interesses entre uma economia onde predomina um controle central frente à outra onde prevalece a descentralização, cabendo ao livre jogo das forças do mercado o estabelecimento de alternativas que determinam a melhor negociação. Dentro desse contexto, emergem ainda outros aspectos relevantes que complementam uma negociação de compra e venda, tais como assistência técnica, reposição de peças, qualida-

de do equipamento, melhores condições de pagamento, rapidez de contatos e, fundamentalmente, tradição comercial.

Tôdas essas características inerentes às economias de mercado são, em boa parte, omissas no comércio com o bloco comunista e, por isso, dão origem às causas da redução dos níveis do comércio.

Por outro lado, quando o intercâmbio é conduzido através de acordos de comércio e pagamentos, isto é, a moeda que dá liquidez às trocas é escritural e não conversível, cria-se uma situação anômala, qual seja: vende-se e não se recebe. A consequência mais séria dessa prática comercial é o acúmulo de saldos em favor do Brasil, cuja resultante é a expansão dos meios de pagamento no mercado interno pela compra aos exportadores de cambiais inconvertíveis. A propósito, os nossos saldos credores naquela área assumem, presentemente, importância ao redor de US\$ 40 milhões de dólares em moedas da espécie e só poderão ser absorvidos através de compras do setor público.

Na área do COMECON são mantidos os seguintes acordos bilaterais de comércio e pagamentos: Bulgária, Hungria, Iugoslávia, Polónia, República Democrática Alemã e Romênia. Esse tipo de relação comercial é, todavia, de pequena

Tabela II — Comércio Exterior do Brasil (FOB) — Principais Países e Blocos Econômicos — Em %

| Discriminação | 1965/9 | | 1969* | | 1970* | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. | Exp. | Imp. |
| Estados Unidos da América | 31,4 | 33,0 | 27,4 | 27,2 | 23,9 | 29,7 |
| Japão | 3,2 | 3,6 | 4,3 | 5,3 | 5,5 | 7,1 |
| Espanha | 2,0 | 1,3 | 2,4 | 0,8 | 3,8 | 1,0 |
| Canadá | 1,3 | 1,2 | 1,1 | 1,8 | 1,5 | 1,6 |
| Outros | 5,3 | 10,0 | 5,4 | 10,3 | 6,2 | 12,2 |
| MERCADO COMUM EUROPEU (MCE) | 26,8 | 19,8 | 29,2 | 23,0 | 29,3 | 21,8 |
| Rep. Federal da Alemanha | 8,5 | 10,6 | 9,0 | 12,6 | 8,8 | 12,4 |
| Bélgica, Luxemburgo | 2,5 | 1,5 | 2,5 | 1,6 | 2,8 | 1,3 |
| França | 3,7 | 3,0 | 4,6 | 3,5 | 4,0 | 3,5 |
| Itália | 6,4 | 3,0 | 6,8 | 3,7 | 6,9 | 3,1 |
| Países Baixos | 5,7 | 1,6 | 6,3 | 1,6 | 6,8 | 1,5 |
| ASSOCIAÇÃO EUROPÉIA DE LIVRE COMÉRCIO (AELC) | 12,3 | 11,3 | 13,5 | 13,6 | 13,6 | 13,1 |
| Áustria | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,2 | 0,5 | 0,3 |
| Dinamarca | 2,1 | 1,3 | 1,8 | 1,0 | 2,1 | 1,2 |
| Finlândia | 1,0 | 0,6 | 1,1 | 0,6 | 0,5 | 0,5 |
| Noruega | 1,2 | 1,0 | 1,1 | 1,3 | 1,4 | 0,9 |
| Portugal | 0,4 | 0,1 | 0,5 | 0,3 | 0,4 | 0,4 |
| Reino Unido | 4,0 | 3,7 | 5,4 | 3,8 | 5,2 | 5,8 |
| Suécia | 2,9 | 2,4 | 2,7 | 3,8 | 2,9 | 1,8 |
| Suíça | 0,4 | 1,9 | 0,5 | 2,6 | 0,7 | 2,2 |
| ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC) | 10,8 | 15,1 | 10,8 | 13,7 | 11,0 | 11,4 |
| Argentina | 7,0 | 7,9 | 7,3 | 7,6 | 6,9 | 6,3 |
| Bolívia | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,0 |
| Chile | 1,2 | 1,3 | 1,3 | 1,2 | 0,9 | 1,4 |
| Colômbia | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,1 |
| Equador | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| México | 0,5 | 0,9 | 0,6 | 0,8 | 0,7 | 0,6 |
| Paraguai | 0,2 | 0,0 | 0,3 | 0,0 | 0,4 | 0,0 |
| Peru | 0,4 | 0,5 | 0,1 | 0,4 | 0,3 | 0,3 |
| Uruguai | 1,0 | 0,5 | 0,8 | 0,4 | 1,1 | 0,4 |
| Venezuela | 0,2 | 3,9 | 0,2 | 3,1 | 0,3 | 2,3 |
| CONSELHO DE ASSISTÊNCIA ECON. MÚTUA (COMECON) | 6,9 | 4,8 | 5,9 | 4,3 | 5,1 | 2,1 |
| Bulgária | 0,8 | 0,4 | 0,8 | 0,7 | 0,1 | 0,0 |
| Hungria | 0,8 | 0,2 | 0,5 | 0,1 | 0,6 | 0,1 |
| Iugoslávia (1) | 0,8 | 0,3 | 1,1 | 0,2 | 0,6 | 0,0 |
| Mongólia Exterior | | | | | | |
| Polónia | 0,7 | 0,7 | 0,4 | 0,6 | 1,1 | 0,5 |
| República Democrática Alemã | 1,2 | 0,9 | 1,4 | 0,4 | 1,1 | 0,8 |
| Romênia | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,6 | 0,3 | 0,2 |
| Tchecoslováquia | 0,7 | 0,6 | 0,4 | 0,4 | 0,6 | 0,4 |
| U.R.S.S. | 1,7 | 1,4 | 1,1 | 1,3 | 0,7 | 0,1 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: CACEX. (1) A Iugoslávia constitui apenas membro observador do COMECON (*) 1.º semestre 1969 e 1970. (**) Informações preliminares.

expressão no intercâmbio do Brasil.

Dos países não vinculados a blocos econômicos, destacam-se os Estados Unidos, Japão, Espanha e Canadá. No grupo dos "outros países" salientam-se, especialmente

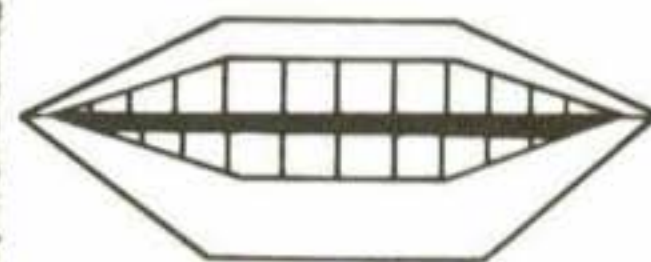
do lado das importações, as compras de petróleo às quais basicamente cabe o comando dos maiores dispêndios de divisas, com os principais fornecimentos feitos pelo Kuwaite, Arábia Saudita, Iraque, Trinidad-Tobago e Antilhas Holandesas.



por



tu



guês

Para quem precisa escrever bem o Português:

1. **Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa**, de Arthur de Almeida Tôrres. O uso correto das preposições, locuções adverbiais, expressões idiomáticas, regência verbal.

2. **O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa**, de Luiz Carlos Lessa. Um acurado exame das tendências lingüísticas do modernismo brasileiro.

3. **Base de Português** (2.ª edição), de Rocha Lima. O programa dos cursos de admissão ao ginásio.

4. **Comunicação em Prosa Moderna** (2.ª edição), de Othon M. Garcia. O estudo do idioma em abordagem moderna, prática e original. Pedidos para Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, Praia de Botafogo, 188, CP 21.120, ZC-05, Rio, GB.

EMPRESA QUE AJUDA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS NÃO FAZ MAIS DO QUE SUA OBRIGAÇÃO

A Souza Cruz trabalha duro. Trabalha, trabalha, trabalha.

Há outra forma de vencer?

A Souza Cruz orienta e financia
os plantadores de fumo.

Melhor para os plantadores.

Melhor para a Souza Cruz.



A Souza Cruz pesquisa processos industriais para fazer
sempre o melhor produto.



O consumidor ganha qualidade.

A Souza Cruz vende mais.

A Souza Cruz treina o seu
pessoal e paga bons salários.

Mão-de-obra qualificada traz
vantagens para os empregados e

vantagens para a Souza Cruz.

A Souza Cruz investe. Com ela, crescem outras empresas.

Que dão emprego a mais gente
que vai comprar produtos
da Souza Cruz.



A Souza Cruz paga impostos que o
governo utiliza, por exemplo, na

pavimentação de estradas.



Por onde passarão os caminhões
da Souza Cruz.

Desenvolvimento é um compromisso.

Do povo, governo e empresa.

Cada um faz a sua parte.

COMPANHIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ

Café - Instabilidade de Preços

Em 1970, os fatos principais relacionados com a economia cafeeira foram os seguintes: a) reconhecimento da existência no Brasil da praga conhecida por ferrugem do cafeeiro, causada pelo fungo *hemileia vastatrix*; b) divergências entre os países importadores e exportadores em consequência da alta dos preços do café iniciada já no último trimestre de 1969; c) mudança inesperada da política de preços do Brasil; e d) aprovação tardia pelo Congresso norte-americano da prorrogação da lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968.

O reconhecimento da existência no Brasil da praga conhecida vulgarmente por ferrugem do cafeeiro tem sido motivo de preocupação grave tanto aqui como nos demais países produtores do continente americano. Estes últimos consideram-se ameaçados com o alastramento possível do mal. Recentemente, na XI Conferência Regional Latino-Americana da Organização de Agricultura e de Alimentação (FAO) das Nações Unidas, foi aprovada moção em que se pede à FAO que colabore prioritariamente com os governos da região na luta contra o surto grave da ferrugem do cafeeiro verificado no Brasil. Solicitou-se à Organização que dê atenção urgente e especial ao problema, colaborando com o programa cooperativo estabelecido pelos países da região por intermédio do Instituto Inter-Americano de Ciências Agrícolas, com sede em Tur-

rialba, Costa Rica. A assistência da FAO, em caráter de emergência, faz-se necessária para que se evitem consequências econômicas e sociais funestas para grande parte dos países do Hemisfério, pois a praga representa perigo que poderá afetar de modo grave a economia dos países produtores.

Entretanto, as medidas adotadas pelas autoridades brasileiras incumbidas da defesa fito-sanitária têm impedido o alastramento da praga para os cafézais das zonas produtoras mais importantes, a saber, a zona Sul de Minas e os Estados de São Paulo e do Paraná. Na zona contaminada, compreendendo os Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, neste último, a leste do meridiano 44, prosseguiu-se com êxito relativo no combate à praga mediante a pulverização de fungicidas de base cúprica. Em Caratinga, Minas Gerais, foi criado pelo governo federal o Posto Agrônomo, primeiro órgão das Américas, de pesquisa do controle químico da praga.

A erradicação dos cafézais contaminados seria a medida mais indicada para combater a praga, mas que não se pode efetuar em vista da extensão da área atingida. Isto foi reconhecido, aliás, pelo Prof. Brinquinho de Oliveira, diretor do Centro de Investigações sobre a Ferrugem do Cafeeiro, de Oeiras, Portugal, considerado uma das maiores autoridades no assunto, que falando sobre a erradicação se declarou convencido da impossibilidade

de se arrancarem em massa os cafézais afetados, localizados em território com cafeicultura dispersa, como é a dos estados onde se verificou a contaminação, sobretudo em cafeeiros fugidos à cultura e dispersos em matas e cerros, ou mesmo escondidos entre outras explorações agrícolas.

Em 1970 prosseguiram com maior intensidade os trabalhos dos institutos de pesquisa visando ao desenvolvimento de variedades de cafeeiros resistentes à ferrugem, trabalhos estes que já se vinham realizando há tempos, principalmente no Instituto Agrônomo de Campinas, São Paulo, na presunção de que mais dia menos dia o Brasil teria de defrontar-se com o problema do aparecimento aqui da ferrugem do cafeeiro.

Recentemente, esteve no Brasil, a pedido do Instituto Brasileiro do Café e da Organização Internacional do Café, o patologista J. A. N. Wallis, do Ministério da Agricultura de Quênia, autoridade de grande reputação em fitopatologia. Depois de proceder durante 2 meses a levantamento das áreas produtoras de café, declarou em relatório: "A ferrugem do cafeeiro representa um fator novo, importante, a se considerar no Brasil, mas ele pode ser controlado desde que tenham início agora pesquisa séria e trabalho de extensão. Não parece que a praga venha a ter o impacto sobre a produção nacional que, em épocas recentes, tiveram a seca e a geada".

Em 1970 os preços dos cafés brasileiros continuaram a subir até fins de outubro; o mesmo não aconteceu, porém, com os dos cafés da Etiópia, incluídos no mesmo grupo de cafés não despulpados do Brasil, os quais, tendo prosseguido em alta até meados de julho, começaram daí em diante a baixar para atingir no fim do ano o nível mais fraco.

Comportamento quase idêntico ao dos cafés da Etiópia tiveram os do grupo "outros despulpados", compreendendo os despulpados latino-americanos outros que não os colombianos, e os africanos. Tomou-se deste grupo, como representativo, o café de El Salvador, do padrão central. Os preços dele continuaram em ascensão até julho e a partir daí baixaram consideravelmente pela pressão de suas ofertas aos mercados.

Os cafés colombianos mantiveram durante algum tempo o nível máximo de 60 centavos de dólar por libra-peso alcançado no começo do ano, mas ainda em janeiro iniciaram movimento gradativo de baixa, reduzindo a diferença existente entre seus preços e os dos demais despulpados para evitar queda em suas exportações. No fim do ano haviam atingido seu nível mais fraco.

Os preços dos cafés da variedade robusta, representados pelo padrão nativo de Uganda, continuaram até meados de outubro a alta iniciada nos últimos meses de 1969. Depois começaram a baixar, embora no fim do ano ainda estivessem em nível superior ao registrado em seu início.

Esta maneira de evoluir do mercado pode ser vista na Tabela I que reproduz os dados do Boletim Mensal do Bureau Pan-Americano do Café referentes aos preços médios mensais de cafés representativos dos 4 grupos em que se distribuem os países membros do Acordo Internacional do Café.

As divergências entre os países importadores e os exportadores em consequência da alta de preços iniciada já no último trimestre de

Tabela I Mercado do Disponível de Nova York — Preços Médios Mensais — Em cents de dólar por libra-peso

| Mês | Despulpados | | Não-Despulpados | | Robustas |
|-----------|---------------|----------------------------|------------------|----------------|----------------------|
| | Colômbia Mams | El Salvador Padrão Central | Brasil Santos, 4 | Etiópia Djirra | Uganda Padrão Nativo |
| 1969 | | | | | |
| Setembro | 45,30 | 41,20 | 42,38 | 39,00 | 34,78 |
| Outubro | 52,50 | 46,95 | 46,90 | 43,43 | 38,18 |
| Novembro | 55,75 | 47,00 | 48,40 | 43,98 | 37,18 |
| Dezembro | 55,88 | 47,83 | 48,80 | 44,90 | 37,25 |
| 1970 | | | | | |
| Janeiro | 59,43 | 51,38 | 52,30 | 48,40 | 38,75 |
| Fevereiro | 57,18 | 51,28 | 52,35 | 48,23 | 38,10 |
| Março | 57,50 | 53,53 | 53,00 | 50,00 | 39,43 |
| Abril | 57,23 | 54,55 | 53,60 | 51,95 | 41,00 |
| Maio | 57,78 | 54,95 | 53,95 | 52,90 | 42,33 |
| Junho | 56,80 | 54,50 | 54,03 | 52,38 | 41,68 |
| Julho | 56,25 | 54,90 | 54,73 | 52,88 | 42,48 |
| Agosto | 55,95 | 54,05 | 55,78 | 52,63 | 42,53 |
| Setembro | 55,65 | 52,70 | 56,98 | 51,65 | 43,53 |
| Outubro | 56,05 | 50,70 | 57,75 | 49,50 | 43,88 |
| Novembro | 54,80 | 47,08 | 56,33 | 46,57 | 42,20 |
| Dezembro | 52,45 | 44,53 | 54,03 | 43,43 | 42,30 |

1969 estiveram focalizadas nas reuniões da Organização Internacional do Café, em março e agosto/70.

Na reunião de março, os países importadores pretendiam que, por meio de uma Resolução do Conselho, se eliminasse o teto de 8,25% fixado para os ajustes para mais das cotas de exportação. Àquela época esse teto já fora atingido e, para o resto do ano cafeeiro, não se fariam novos ajustes para mais nas cotas. Isto significava que não haveria suprimentos adicionais de café ao mercado, qualquer que fosse o nível atingido pelos preços, até o fim do ano cafeeiro 1967-70, ou seja, até 30-9-70.

As negociações entabuladas não conduziram a acordo algum. Na ocasião, os países importadores, em declaração formal, acentuaram haver solicitado que se tomassem medidas apropriadas, porque estavam grandemente preocupados com a elevação rápida dos preços nos primeiros meses do ano cafeeiro (out./69 a dez./70); que alguns membros exportadores, alegando razões técnicas, haviam considerado desnecessário aumentar

as cotas na oportunidade; que esperavam que os desenvolvimentos futuros confirmassem a opinião dos países exportadores, e que, se o julgamento dos países exportadores viesse a revelar-se errado e os preços subissem mais, as consultas futuras sobre as cotas de exportação e sobre os preços para o ano cafeeiro 1970-71 se tornariam difíceis.

Falando em nome da delegação de seu país, o representante norte-americano declarou: "Chegamos aqui preparados para conversar e estamos aborrecidos por não ter havido acordo. Os produtores disseram que os preços não vão subir. Espero que tenham razão. Entretanto, se os preços se elevarem, haverá sérias dificuldades quando nos reunirmos mais tarde neste ano para estabelecer as cotas de exportação relativas ao ano cafeeiro 1970-71".

Nessa mesma ocasião, um membro de alto nível da delegação brasileira declarou: "Até o fim do ano cafeeiro, os preços permanecerão estáveis, a menos que haja uma geada ou outra catástrofe natural. Pensamos que existe café suficiente em mãos do comércio para sa-

tisfazer a procura aos preços atuais. Lançar mais café no mercado, apenas deprimiria os preços”.

Na reunião de agosto, o Conselho da Organização Internacional do Café tratou, entre outros assuntos, da fixação da cota global de exportação para o ano cafeeiro 1970-71.

Entre as duas reuniões, a de março e a de agosto, os preços médios mensais dos cafés das procedências representativas dos 9 grupos haviam registrado as variações, no mercado do disponível de Nova York, indicadas na Tabela II.

Estes dados revelam que no intervalo entre as duas reuniões as altas haviam sido moderadas. Todavia, como o Conselho Monetário Nacional, no Brasil, havia elevado os preços mínimos para o registro das declarações de vendas para o exterior de 46,00 centavos de dólar por libra-pêso, em março, para 48,50 em agosto, à razão uniforme de meio centavo de dólar por mês, os países importadores liderados pela delegação norte-americana — convencidos de que a política brasileira de preços sempre mais altos continuaria se não lhe opusessem dificuldades — forçaram a fixação de uma cota global de exportação, inicial, para o ano cafeeiro 1970-71, de 54 milhões de sacas.

Este volume poderia ser maior ainda no caso de se satisfazerem determinadas condições estabelecidas nas Resoluções pertinentes do Conselho, quer pela liberação sucessiva de 2 parcelas de 2 milhões de sacas cada uma, quer através dos ajustes para mais das cotas de exportação pelo sistema de ajuste seletivo do suprimento em função dos preços.

As decisões do Conselho sobre os suprimentos de café para o ano cafeeiro 1970-71, na medida em que tornaram possível a oferta de café em quantidades sem relação com a procura possível, contrariaram o objetivo principal do Acórdo Internacional do Café.

Por outro lado, depois de negociações laboriosas, o Conselho da Organização Internacional do Ca-

Tabela II Mercado do Disponível de Nova York Preços Médios Mensais Em cents de dólar por libra-pêso

| Discriminação | Março 1970 | Agosto 1970 | Diferenças |
|-----------------------------|------------|-------------|------------|
| VARIEDADE ARÁBICA | | | |
| <i>Despolpados</i> | | | |
| Colômbia: Mams | 57,50 | 55,95 | -1,55 |
| El Salvador: Padrão central | 53,53 | 54,05 | +0,52 |
| <i>Não-despolpados</i> | | | |
| Brasil: Santos, tipo 4 | 53,00 | 55,78 | +2,78 |
| Etiópia: Djimma | 50,00 | 52,63 | +2,63 |
| VARIEDADE ROBUSTA | | | |
| Uganda: Padrão nativo | 39,43 | 42,53 | +3,10 |

fê, tendo em vista o sistema de ajuste seletivo do suprimento em função do preço, estabeleceu para

os 4 grupos de café as faixas novas de preços, estando entre parênteses as vigentes anteriormente:

| Variedade Arábica | Cents de Dólar por Libra-pêso | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|---------|----------------|---------|
| | Preços mínimos | | Preços máximos | |
| Despolpados colombianos | 52,88 | (40,75) | 56,88 | (44,75) |
| Outros despolpados | 49,25 | (38,75) | 53,25 | (42,75) |
| Não despolpados (inclui o Brasil) | 48,25 | (36,75) | 52,25 | (40,75) |
| Variedade robusta | 38,82 | (32,00) | 42,82 | (36,00) |

Estas faixas novas de preços destinadas a vigorar por todo o ano cafeeiro significavam o reconhecimento pelos países importadores da realidade do mercado. Já não existia mais excesso de suprimentos sobre a procura possível, mas sim escassez relativa por estar sendo colhida no Brasil uma safra de volume reduzidíssimo, prejudicada no tempo da floração e da frutificação por fenômenos climáticos adversos, a saber, geada e seca.

Quando se votou a Resolução do Conselho que incorporou as decisões tomadas sobre os suprimentos no curso do ano cafeeiro seguinte, abstiveram-se de votar esses países: Brasil, Paraguai, Peru, Portugal e Tanzânia.

Em outubro, as vendas precipitadas de cafés da safra passada de países do grupo “outros despolpados” intensificaram a baixa de seus preços que se iniciou em meados de julho.

Desde agosto, os preços médios mensais dos cafés desse grupo no mercado disponível de Nova York eram mais baixos que os do café Santos tipo 4, e a diferença foi-se acentuando a ponto de chegar em

outubro a 7 centavos de dólar por libra-pêso, o que se pode ver na Tabela I. Embora os negócios especiais celebrados pelo IBC com os torradores reduzissem essa diferença, ela ainda perdurava.

Quando a relação dos preços entre os cafés despolpados latino-americanos e africanos, de um lado, e os de qualidade boa do Brasil, de outro, não é a que o comércio internacional reconhece como razoável, a saber, os primeiros cotando-se a preço superior em 2 a 3 centavos de dólar por libra-pêso aos dos brasileiros, as vendas de nossos cafés se ressentem.

Desde abril, em seguida à reunião do Conselho, em março, nossas remessas para o exterior estavam diminuindo e em outubro haviam sido apenas de 1 001 620 sacas. Nos últimos 3 anos, entre abril e outubro, as remessas de café brasileiro para o exterior tinham sido as seguintes:

| Remessas de Café Brasileiro para o Exterior | |
|---|------------|
| Período: abril-outubro (em sacas de 60 kg) | |
| 1968 | 11 377 235 |
| 1969 | 12 375 905 |
| 1970 | 10 048 930 |

Aparentemente preocupadas com a existência da anomalia antes referida da relação dos preços (causada, aliás, pela ausência de flexibilidade em nossa política de preços, e também, embora sem fundamento maior nas circunstâncias presentes de escassez relativa dos suprimentos) e com o declínio de nossas remessas para o exterior, as autoridades governamentais brasileiras responsáveis pela condução da política do café resolveram inesperadamente imprimir orientação nova à política em vigor. Esta última fôra definida, logo após a reunião de agosto do Conselho da Organização Internacional do Café, em nota oficial concebida nos termos seguintes:

"As diretrizes estabelecidas para a comercialização do café permanecem inalteradas. A atual política foi traçada com base na realidade estatística do mercado e sua firmeza decorre da posição de nossos estoques e de se estar colhendo no momento uma das menores safras de café que este país já teve. A alta de preços do mercado decorreu de fatores climáticos e a firmeza das cotações é consequência direta da escassez da oferta. O fato de se ter aprovado uma cota ampla na reunião do Conselho da Organização Internacional do Café não influirá sobre nossa política cafeeira, pois os estoques mundiais continuam os mesmos, não havendo oferta correspondente às cotas fixadas.

O papel do governo na política de comercialização do café continuará a ser o de controle à distância. As cotações diárias do produto dependiam e continuarão a depender do livre jogo da oferta e da procura, cuidando apenas o governo de não estimular manobras especulativas.

O Conselho Monetário Nacional e o Instituto Brasileiro do Café (IBC) prosseguirão analisando a continuidade das medidas para a exportação de café, dentro da linha de firmeza que vem prevalecendo nos últimos meses".

As medidas tomadas para eliminar a anomalia existente na rela-

ção dos preços entre as diversas qualidades de café, e para estimular as exportações, não tiveram caráter geral. Consistiram na celebração de contratos novos com os torradoures no exterior, sigilosos por necessidade. Todavia, pelo que transpirou, soube-se que os torradoures se haviam comprometido a comprar café no Brasil em quantidades adicionais às de seus contratos anteriores e a embarcá-lo até 31-12-70. Em compensação, o IBC lhes teria concedido bonificações fixadas de tal modo que os preços finais para eles se aproximaram muito dos dos cafés da variedade robusta. Em certos casos, deu-se prazo para o pagamento, cobrando-se juros muito módicos. Estas aquisições e embarques até 31-12-70 devem ter sido, em boa parte, antecipação de compras, podendo-se esperar, em consequência, movimento menor nos meses próximos.

A realização de contratos com os torradoures não foi obviamente medida de caráter geral e, por isto, os que por uma ou outra razão não o fizeram ficaram impossibilitados de continuar a usar os cafés do Brasil, por lhes faltarem condições para competir em preço com os concorrentes beneficiados pelas concessões feitas.

Outra medida, esta de caráter geral e, portanto, pública, com o mesmo objetivo de contribuir para acabar com a anomalia em causa, consistiu no aumento da remuneração em cruzeiros das cambiais representativas das exportações de café, mantidos, entretanto, os preços mínimos em moeda estrangeira para o registro no IBC das declarações de vendas para o exterior. Tão logo concedido esse aumento, os preços no exterior baixaram 2 centavos de dólar por libra-pêso.

A comercialização da safra 1970-71, apesar de seu volume extremamente reduzido, estava sendo processada no 2º semestre/70 em condições difíceis. E isto porque os detentores dos cafés, prevendo preços sempre mais altos, a princípio não os quiseram vender aos preços oferecidos e, quando foram forçados a dispôr deles para a liqui-

dação dos financiamentos feitos, encontraram o mercado sem compradores. Esse desinteresse pelas compras resultou da baixa dos preços nos mercados do exterior causada pela súbita modificação da política de preços do Brasil e pelo desconhecimento do que possa vir a acontecer nos meses próximos.

O Conselho Monetário Nacional procurou enfrentar a situação criada, adotando a 22-12-70 as medidas seguintes:

a) modificou as normas em vigor destinadas a garantir determinado preço para os cafés oferecidos à venda ao IBC, depois de recolhidos com essa finalidade a armazéns indicados, com sede no interior dos estados cafeeiros. De acordo com tal modificação, os preços para os cafés despachados a partir de 23-12-70 passaram a ser os que estariam em vigor somente a partir de 1º de janeiro. Isto significou um aumento, por saca de 60 kg, entre Cr\$ 11,00 e Cr\$ 17,00, conforme a qualidade.

Deliberou ainda o Conselho que esses preços novos serão acrescidos de mais Cr\$ 8,00 a Cr\$ 11,00 por saca, conforme a qualidade, para os cafés despachados a partir de 1-5-70. Ao garantir preços mais altos para as vendas ao IBC de cafés despachados a partir de 1-5, o Conselho assegurou remuneração adequada aos detentores de café disponível imediatamente que, entretanto, desejam melhorar seu tipo. Todavia, era geral a opinião de que o aumento concedido não cobriria as despesas de armazenagem, seguro e juros dos 4 meses entre 1º de janeiro e 1º de maio.

Por outro lado, considerando dificuldades do comércio cafeeiro dos portos de exportação, o Conselho resolveu estender a garantia de preços determinados aos cafés já chegados aos portos. Essa garantia vigora somente no intervalo entre 23-12-70 e 31-1-71 e é dada apenas a cafés da safra 1970-71.

b) resolveu estender a garantia de preços externos concedida aos importadores no exterior sobre suas compras diretas de café no

Brasil, desde que os cafés sejam embarcados até fevereiro/71. Quando o café for embarcado em janeiro, o prazo da garantia terminará no 45º dia após o embarque; para os cafés embarcados em fevereiro o prazo vencerá no 30º dia depois do embarque.

c) decidiu convidar, por intermédio do IBC, os principais países produtores de café para uma reunião no Rio de Janeiro com o objetivo de prosseguir no sistema periódico de consultas, examinar a situação do mercado e as medidas corretivas possíveis, e as consequências da prorrogação pelos Estados Unidos, apenas até 30-6-71, da lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968.

No momento, o problema principal para o Brasil é a anomalia da relação dos preços indicativos da Organização Internacional do Café, o que tem levado o Brasil, para corrigi-la, a conceder bonificações aos torradores no exterior. Uma solução definitiva seria alcançada, quer pela diminuição daqueles preços em relação aos cafés do Brasil, quer pela elevação dos preços dos cafés despulpados latino-americanos africanos, de modo que estes fiquem superiores em 1 a 2 centavos de dólar por libra-pêso aos dos brasileiros.

A diminuição dos preços indicativos dos cafés do Brasil acarretará prejuízos grandes para o país em virtude de se basear nêles a garantia concedida aos importadores no exterior em suas compras diretas no Brasil. Quanto à elevação dos preços dos cafés despulpados, dela não se pode cogitar na situação de desconfiança presente do mercado.

Admitindo-se que se chegue nessa reunião a um acôrdio qualquer, não se deve perder de vista que, no passado, os ônus de acôrdos deste gênero recaíram em geral sobre o Brasil, indo os benefícios para seus parceiros.

No decurso do 1º trimestre (outubro/dezembro) do ano cafeeiro, as oscilações dos preços indicativos ora para mais ora para menos determinaram: a liberação da primeira das duas parcelas iguais de 2 milhões de sacas e, em seguida,

seu cancelamento; 2 ajustes para mais das cotas dos países do grupo "não despulpados" que inclui o Brasil; um ajuste para mais das cotas dos países da variedade "robusta"; 2 ajustes para menos das cotas dos países do grupo "outros despulpados" e um ajuste para menos das cotas dos países do grupo "despulpados colombianos".

A Junta Executiva decidiu suspender um 3º ajuste para mais, de 542 065 sacas das cotas de exportação dos países do grupo "não despulpados" a que pertence o Brasil, porque não correspondia à realidade das operações de venda e compra a média do preço indicativo para esses cafés verificada no período de 15 dias consecutivos de mercado.

Aliás, a falta de realismo de alguns dos preços indicativos fez com que a Junta Executiva da Organização Internacional do Café criasse, em sua última reunião de 1970, um grupo de trabalho incumbido de estudar todos os aspectos da situação presente do mercado do café.

Como resultado dos ajustes realizados a partir de 1º de outubro, a cota global de exportação era, a 31-12-70, de 54 625 011 sacas.

Em 1970, as remessas de café brasileiro para o exterior foram de 17 084 949 sacas. Dêste total, ... 2 273 762 eram dos estoques governamentais e foram transferidas para os entrepostos do IBC localizados em Trieste, Beirute e Hong Kong. Nesses entrepostos, o IBC lança mão de tais cafés para a venda, em condições que tornam possível a competição de nossos cafés com os da variedade robusta, sabidamente os de preços mais baixos nos mercados mundiais.

Nos últimos 5 anos, as remessas de café brasileiro para o exterior foram as seguintes em sacas de 60 kg:

| Anos | Sacas |
|------|------------|
| 1966 | 17 031 071 |
| 1967 | 17 329 123 |
| 1968 | 19 034 644 |
| 1969 | 19 552 506 |
| 1970 | 17 084 949 |

A diferença, bem grande, entre as exportações de 1970 e as dos 2 anos imediatamente anteriores encontra sua explicação principal na relação anômala já referida dos preços entre os cafés das diversas qualidades. E essa diferença não não foi maior porque já no fim do ano o IBC, cumprindo determinações do Conselho Monetário Nacional, assegurou aos torradores por meio de contratos especiais, preços que eliminaram a anomalia em causa, sob a condição de serem embarcados os cafés adquiridos em novembro e em dezembro.

Quando o ano estava para findar, o Senado norte-americano aprovou (29-12-70) o projeto de lei que lhe fora encaminhado pela Câmara dos Representantes, prorrogando até 30-6-71 o prazo da lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968.

A Administração havia proposto a prorrogação da lei até 30-9-73, data em que termina o Acôrdio, mas a exemplo do que aconteceu em 1968 o Congresso não quis fazer coincidir o prazo da lei com o do Acôrdio. Tendo em vista que o Acôrdio não se aplica automaticamente, era preciso lei para que suas disposições pudessem ter eficácia no território norte-americano. Em 1968, o Congresso norte-americano resolveu votar a lei em causa pelo prazo de 2 anos, ou seja, até 30-9-70. Agora decidiu que o prazo fôsse apenas de 9 meses, isto é, até 30-6-71.

A tramitação do projeto de lei na Câmara dos Representantes foi retardada deliberadamente pelo presidente de seu Comitê de Meios e Procedimentos, S. Sa. declarou reiteradamente que o projeto já aprovado pelo Comitê só seria encaminhado ao plenário da Câmara quando cessasse no Brasil o tratamento discriminatório resultante de medidas governamentais que favorece o café industrializado em comparação com o café verde.

Para eliminar o tratamento discriminatório, aquele parlamentar entendia que se devia adotar uma ou outra das medidas seguintes: a) elevação do imposto de exportação no Brasil sobre o café solúvel ex-

portado para os Estados Unidos, de 13 centavos de dólar por libra-pêso para 30 centavos, ou b) criação pelo governo norte-americano de um imposto especial de importação de 17 centavos por libra-pêso de café solúvel importado nos Estados Unidos, procedente do Brasil.

Admitindo a possibilidade de se negar o governo brasileiro a adotar a medida sugerida, o governo norte-americano teria de fazê-lo, o que só seria possível com a aprovação de lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968. Nestas condições, o Comitê de Meios e Procedimentos não teve alternativa senão a de dar andamento ao projeto de lei.

No entanto, quando o fez, advertiu que se até 1-4-71 não houver ação do Brasil ou dos Estados Unidos eliminando o tratamento discriminatório em favor das exportações do café solúvel procedente do Brasil, o Comitê não levará em consideração pedidos ulteriores para prorrogar a lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968.

Inexistindo a lei em questão, as disposições do Acôrdio não poderão ser tornadas efetivas no território norte-americano. Por outro lado, se os Estados Unidos não participarem efetivamente do Acôrdio, é como se o Pacto não existisse, dada sua condição de maior país consumidor.

No Brasil, as autoridades competentes já declararam repetidamente que consideram o caso encerrado com a criação em 1969 de um imposto de exportação equivalente a 13 centavos de dólar por libra-pêso de café solúvel exportado para os Estados Unidos.

Assim, o problema das exportações para os Estados Unidos do café solúvel aqui produzido saiu da área de atuação do governo brasileiro; qualquer medida nova terá de ser tomada pelo presidente dos Estados Unidos que, pela lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968, dispõe de autoridade legal para impor carga fiscal sobre as importações de café solúvel procedente do Brasil.

BANCO AMÉRICA DO SUL S.A.

MATRIZ EM SÃO PAULO — RUA SENADOR FEIJÓ, 197-205 — CAIXA POSTAL, 8.075
TELEFONE 339.3911 PARX — END TELEGRÁFICO "GINKO" — CARTA PATENTE N.º 847, DE 20.3.48 — C.G.C. 61.230.165

AGÊNCIAS: 10 Urbanas — 29 Estado de São Paulo — 13 Estado do Paraná — 1 Estado da Guanabara

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| ATIVO | | PASSIVO | |
|------------------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|
| | Cr\$ | | Cr\$ |
| A — DISPONÍVEL | | F — NÃO EXIGÍVEL | |
| Caixa e Banco do Brasil S.A. | 29.632.125,05 | Capital e Reservas | 40.630.378,25 |
| B — REALIZÁVEL | | G — EXIGÍVEL | |
| Depósitos à ordem do Banco Central | 19.645.312,38 | Depósitos | 280.308.308,64 |
| Empréstimos e Outros Créditos | 501.921.199,90 | Outros Exigibilidades | 249.138.867,95 |
| C — IMOBILIZADO | 23.568.849,55 | H — RESULTADO PENDENTE | 4.345.022,04 |
| D — RESULTADO PENDENTE | 24.200,00 | I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO | 344.845.153,85 |
| E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO | 344.845.153,85 | | |
| | <u>919.636.870,73</u> | | <u>919.636.870,73</u> |

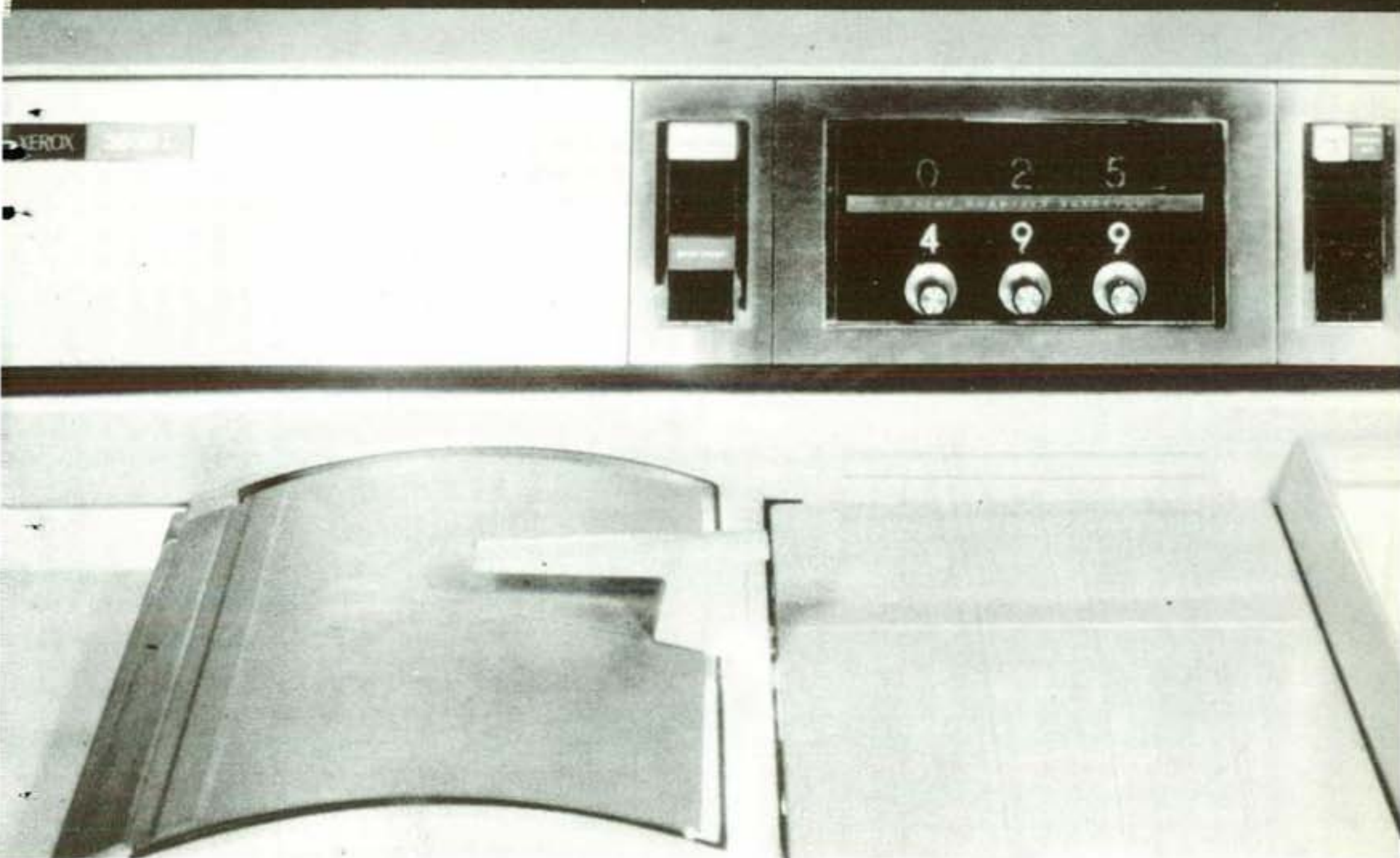
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

| DÉBITO | | CRÉDITO | |
|--|----------------------|--|----------------------|
| | Cr\$ | | Cr\$ |
| DESPESAS GERAIS | | SALDO PROVENIENTE DO SEMESTRE ANTERIOR | 151.075,90 |
| Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal, Vencimentos e Outras Remunerações, Encargos Sociais, Despesas Diversas, Gastos de Material e Outras Contas | 15.130.116,43 | PRODUTOS DAS OPERAÇÕES SOCIAIS CONCLUÍDAS NESTE SEMESTRE: | |
| IMPOSTOS E TAXAS | 204.315,46 | Juros, Descontos, Comissões, Resultados de Câmbio, Aluguéis, Outras Rendas e Reversão do Fundo de Provisão (saldo líquido) referente ao 1.º semestre de 1970 | 27.856.976,17 |
| DESPESAS DE JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA, COMISSÕES, REDESCONTOS E RESULTADOS DE CÂMBIO | 4.834.813,85 | | |
| AMORTIZAÇÃO DE IMÓVEIS, MOVEIS E UTENSÍLIOS | 231.467,79 | | |
| PERDAS DIVERSAS | 1.269,24 | | |
| Subtotal | 20.403.984,79 | | |
| FUNDO DE RESERVA LEGAL | 400.000,00 | | |
| FUNDO DE PREVISÃO | 2.650.000,00 | | |
| FUNDO DE RESERVA ESPECIAL | 1.500.000,00 | | |
| FUNDO DE RESERVA DE RISCO EM OPERAÇÕES DE CÂMBIO | 110.000,00 | | |
| DIVIDENDOS AOS ACIONISTAS | 1.126.481,04 | | |
| PORCENTAGEM E GRATIFICAÇÃO A PAGAR AOS DIRETORES, FUNCIONÁRIOS, DONATIVOS À SOCIEDADE DE AUXÍLIO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO AMÉRICA DO SUL S.A. | 1.565.804,03 | | |
| | <u>7.352.285,07</u> | | |
| SALDO QUE SE TRANSFERE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE | 249.782,21 | | |
| Total | <u>28.008.052,07</u> | Total | <u>28.008.052,07</u> |

DIRETORIA: Apolônio Jorge de Faria Salles, Kunito Miyasaka, Fujio Tachibana, Shiroshi Aiba, Itiro Muto, Yosuke Yoshida.

CONSELHO FISCAL: Shunichiro Matsumi, Ritsji Nagashima, Shoji Ueno, Jiro Kimura, Sunao Anze e Tsuyoshi Mizumoto.

Tetuo Iocida TC. CRC. SP. 14.824



Chama-se Xerografia o progresso em comunicação gráfica

O desenvolvimento econômico é uma tarefa altamente complexa. Exige acesso constante a um grande e variado número de informações e dados que precisam ser distribuídos rápida e eficientemente. Por essas razões, o homem moderno entende que não há progresso sem comunicação gráfica. Mas a questão não é tão simples assim. Para atender a tais necessidades crescentes, a comunicação gráfica deve se processar dentro dos mais avançados conceitos econômicos,

englobando planejamento, produtividade, qualidade e custos racionais.

A xerografia é a resposta a essas exigências modernas. Se você acompanha a evolução das comunicações gráficas, já deve ter sentido a importância da xerografia em todas as atividades humanas: nas empresas, no serviço público, nas escolas e universidades.

Por isso, no mundo inteiro, chama-se xerografia o progresso em comunicação gráfica.

XEROX®

XEROX DO BRASIL S.A. - Reproduções Gráficas
Rio • S. Paulo • Brasília • Belo Horizonte • P.
Alegre • Recife • Curitiba • Salvador • Belém
• Vitória • Juiz de Fora • Fortaleza • Blumenau.



BANCO DO BRASIL S.A.

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob n.º 00.000.000

Balanço em 31 de Dezembro de 1970

— (745 Agências no País e 8 no Exterior) —

A T I V O

DISPONÍVEL

Cr\$
239.025.131,76

REALIZÁVEL

Empreendimentos

Da Carteira de Crédito Geral

| | | |
|--|------------------|-------------------|
| À produção | 4.330.740.181,18 | |
| À comércio | 2.437.526.531,17 | |
| À atividades não especificadas | 968.918.401,07 | |
| À Tesouro Nacional — operações anteriores à Lei 4.595/64 | 3.403.359.798,50 | |
| À governos estaduais e municipais | 20.421.494,39 | |
| À autarquias | 40.016.700,00 | |
| À instituições financeiras | 3.376.656,14 | 11.204.359.762,45 |

Da Carteira de Crédito Rural

| | | |
|----------------------|------------------|------------------|
| À produção | 4.817.752.479,75 | |
| À comércio | 1.214.889.021,82 | |
| À entidades públicas | 28.797.545,06 | 6.061.439.046,63 |

Da Carteira de Comércio Exterior

| | | |
|---|----------------|----------------|
| À produção | 127.282.850,25 | |
| À comércio | 418.015.215,82 | |
| Vinculadas ao fundo de financ. à exportação-FINEX | 112.650.517,81 | 657.948.583,88 |

Da Carteira de Câmbio

| | | |
|--------------------------------|----------------|-------------------|
| À produção | 127.850.071,55 | |
| À comércio | 193.228.164,46 | |
| À atividades não especificadas | 188.748.442,91 | 509.826.678,92 |
| | | 18.431.574.071,88 |

Outros Créditos

| | | |
|---|------------------|-------------------|
| Banco Central, recolhimento compulsório | 385.533.304,87 | |
| Banco Central, outras contas | 313.591.235,73 | |
| Tesouro Nacional — reajustamento da dívida pecuária e outras responsabilidades da União | 3.803.424.997,78 | |
| Carteira de Comércio Exterior: | | |
| De ordem e conta do Governo Federal: | | |
| Complementação de preços de produtos agrícolas | 2.306.344,17 | |
| Cheques, documentos e ordens em compensação ou a receber | 1.204.056.490,59 | |
| Adiantamentos sobre cambiais e contratos de câmbio | 384.424.385,55 | |
| Créditos em liquidação | 146.931.004,52 | |
| Correspondentes no país | 6.306.600,53 | |
| Departamentos e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras | 2.691.205.471,82 | |
| Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional | 12.507.707,70 | |
| Outras contas vinculadas a câmbio | 7.497.807.624,28 | |
| Departamentos no país | 1.672.660.380,94 | |
| Outras contas | 1.285.977.194,39 | 19.406.732.745,87 |

Valores e Bens

| | | |
|---|----------------|-------------------|
| Títulos à ordem do Banco Central | 471.207.323,10 | |
| Letras do Tesouro Nacional e títulos federais | 56.507.735,25 | |
| Títulos estaduais e municipais | 9.800,50 | |
| Valores em moedas estrangeiras | 1.730.988,42 | |
| Outros valores | 47.411.383,92 | 576.870.231,19 |
| Bens | 30.029.953,16 | 606.900.184,35 |
| | | 38.447.207.002,10 |

Imobilizado

| | | |
|---------------------|----------------|----------------|
| Imóveis de uso | 305.244.385,67 | |
| Móveis e utensílios | 107.937.901,39 | |
| Almoxarifado | 28.258.100,93 | 441.440.387,99 |

RESULTADO PENDENTE

6.026.299,29

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

7.325.602.983,95
46.459.301.805,09

Brasília, DF, 25 de Janeiro de 1971

Nestor Jost — Presidente. Osvaldo Roberto Colin — Diretor Administrativo. Admon Ganem — Diretor do Pessoal. CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL E CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL — Oziel Rodrigues Carneiro — Diretor da 1ª Região. Camilo Callazans de Magalhães — Diretor da 2ª Região. Paulo Konder Bornhausen — Diretor da 3ª Região. Mário Pacini — Diretor da 4ª Região.



BANCO DO BRASIL S.A.

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob n.º 00.000.000

Balanço em 31 de dezembro de 1970

— (745 Agências no País e 8 no Exterior) —

P A S S I V O

NÃO EXIGÍVEL

Cr\$

| | | | |
|--|----------------|------------------|------------------|
| Capital: | | | |
| Realizado | 480.000.000,00 | | |
| Aumento | 240.000.000,00 | 720.000.000,00 | |
| Reservas e fundos: | | | |
| Fundo de reserva legal | 70.978.172,82 | | |
| Fundo de previsão | 801.591.812,06 | | |
| Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios | 348.034.097,04 | | |
| Fundo de reservas especiais | 181.320.359,68 | | |
| Fundo de reservas de risco em operações de câmbio | 19.989.964,94 | | |
| Fundo de indenizações trabalhistas | 31.856.850,81 | 1.453.771.257,35 | 2.173.771.257,35 |

EXIGÍVEL

Depósitos

| | | | |
|---|------------------|------------------|-------------------|
| À vista e a curto prazo: | | | |
| Do público | 3.801.551.837,48 | | |
| De domiciliados no exterior | 1.646.661,70 | | |
| De instituições financeiras: | | | |
| Bancos | 2.314.887.078,29 | | |
| Outras instituições financeiras | 345.804.529,62 | 2.660.691.607,91 | |
| Do Tesouro Nacional: | | | |
| Oper. anteriores à Lei 4.595/64 | 1.604.259.513,74 | | |
| Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos | 674.105.617,81 | | |
| Outras contas | 3.602.713.432,26 | 5.881.078.563,81 | |
| De governos estaduais e municipais | | 255.512.373,82 | |
| De autarquias: | | | |
| Banco Central, supr. especiais | 1.405.674.394,23 | | |
| Outras autarquias | 1.647.966.494,14 | 3.053.640.888,37 | |
| De sociedades de economia mista | | 484.887.108,44 | 16.139.009.041,53 |
| A médio prazo: | | | |
| Do público: | | | |
| A prazo fixo | 4.803.714,67 | | |
| A prazo, com correção monetária | 118.977.725,63 | 123.781.440,30 | |
| De entidades públicas: | | | |
| Autarquias | | 124.157,45 | 123.905.597,75 |

Outras Exigibilidades

| | | | |
|---|------------------|-------------------|-------------------|
| Cheques e documentos a liquidar | 350.251.771,31 | | |
| Cobrança efetuada, em trânsito | 617.899.466,72 | | |
| Ordens de pagamento | 213.500.839,34 | | |
| Correspondentes no país | 1.370.993,29 | | |
| Departamentos e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras | 1.117.303.360,67 | | |
| Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional | 3.511.903,43 | | |
| Outras contas vinculadas a câmbio | 4.300.269.647,45 | | |
| Obrigações em moedas estrangeiras | 227.240.320,09 | | |
| Banco Central, conta de movimento | 8.970.453.386,88 | | |
| Carteira de Comércio Exterior: | | | |
| De ordem e conta do Governo Federal: | | | |
| Compra e venda de produtos agrícolas | 61.654.633,19 | | |
| Outras contas | 589.957.350,42 | 16.453.413.672,79 | |
| Obrigações (especiais): | | | |
| Recebimentos por conta do Tesouro Nacional | 163.234.723,46 | | |
| Banco Central, recursos para resgate da dívida pública (Decreto-lei 263/67) | 334.184,35 | | |
| Depósitos obrigatórios — FGTS | 76.078.936,16 | | |
| Obrigações por refinanciamentos a repasses oficiais | 714.697.203,57 | | |
| Imposto sobre operações financeiras | 77.219,87 | | |
| Outras contas | 1.197.043.279,23 | 2.151.465.546,64 | 34.867.793.858,71 |

RESULTADO PENDENTE

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

2.092.133.705,08
7.325.602.983,95
46.459.301.805,09

Boaventura Farina. — Diretor da 5ª Região. Jorge Babot Miranda. — Diretor da 6ª Região. Dinar Goyheneix Gigante. — Diretor da 7ª Região. CARTEIRA DE CÂMBIO — César Dantas Bacelar Sobrinho. — Diretor. CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR — Benedito Fonseca Moreira. — Diretor. Hélio Moura Lima. — Contador-Geral em exercício. — C.R.C. — GB — Número 23.737 — C.R.C. — DF — I.S. CONSELHO FISCAL — Carloman da Silva Oliveira. Clemente Mariani Bittencourt. Guttemberg Gomes Guimarães. João Jabour. José Mendes de Oliveira Castro. Pedro Magalhães Corrêa.



BANCO DO BRASIL S.A.

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob n.º 00.000.000

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 1970

| DEBITO | | | | CREDITO | | | |
|--|----------------|----------------|------------------|---|----------------|------------------|------------------|
| | | | | | | | |
| I — DESPESAS OPERACIONAIS | | | | I — RENDAS OPERACIONAIS | | | |
| Despesas de juros: | | | | Juros e comissões: | | | |
| Sóber depósitos a médio prazo | 3 898 373,74 | | | Sóber empréstimos à produção e ao comércio | 997 422 367,39 | | |
| Sóber outras exigibilidades | 95 535 427,21 | 99 433 800,93 | | Sóber empréstimos a entidades públicas e a instituições financeiras | 45 696 590,94 | | |
| Despesas de comissões | | 279 889,91 | | Outras | 111 673 798,01 | 1 154 792 756,36 | |
| Despesas de correção monetária | 3 513 488,76 | | 193 227 175,62 | | | | |
| | | | | | | | |
| II — DESPESAS ADMINISTRATIVAS | | | | II — TARIFAS SOBRE SERVIÇOS | | | |
| Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal | | 544 976,17 | | | | 196 413 875,61 | |
| Pessoal | | | | III — OUTRAS RENDAS | | | |
| Vencimentos | 299 193 821,61 | | | | | 138 505 378,65 | |
| Outras remunerações | 217 593 908,92 | 517 388 810,55 | | IV — LUCROS DIVERSOS | | | |
| Encargos sociais | | 134 689 268,96 | | Recuperação de créditos compensados | 18 117 271,18 | | |
| Impostos e taxas | | 34 008 254,59 | | Em transações e resgates de valores patrimoniais | 27 596 682,77 | | |
| Material de expediente consumido | | 8 255 278,18 | | Diversos | 29 549 449,35 | 75 363 403,30 | |
| Doativos para assistência social | | 548 154,16 | | | | | |
| Despesas gerais: | | | | | | | |
| Aluguer | 3 008 753,45 | | | | | | |
| Publicações de inter. do Banco | 1 021 415,06 | | | | | | |
| Conservação de imóveis, comunicações, localização de operações, transporte de numerário, frete de material de expediente, locação e manutenção de equipamentos e outras despesas | 121 351 374,74 | 125 381 743,27 | 820 816 704,08 | | | | |
| | | | | | | | |
| III — PERDAS DIVERSAS | | | | | | | |
| Em operações de troca, substituições | 24 830 697,42 | | | | | | |
| Em transações e resgates de valores patrimoniais e outras | 5 150 328,36 | 29 981 035,78 | | | | | |
| Amortização de imóveis, móveis e utensílios | | 77 176 334,21 | 107 157 369,99 | | | | |
| | | | | | | | |
| IV — PROVISÕES | | | | | | | |
| Para o portar a encargos previstos, tais como: instalação de novas agências, no País e no Exterior; modernização geral dos serviços; reforma de imóveis de uso e, quanto ao funcionalismo, treinamento e preparo técnico; encargos resultantes de aposentadoria, gratificação (Lei 4.090/62 e 4.281/63) e assistência social | | | 241 556 613,59 | | | | |
| | | | | | | | |
| V — REFORÇOS | | | | | | | |
| As fundo para pequenos eventos, na forma do Art. 37, dos Estatutos | | | 62 535 272,35 | | | | |
| | | | | | | | |
| VI — DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE Art. 37, dos Estatutos | | | | | | | |
| Fundo de reserva, outa 10% | | 22 978 172,82 | | | | | |
| Fundo de reserva de risco em operações de câmbio | | 4 595 634,56 | | | | | |
| Porcentagem da Diretoria | | 523 487,96 | | | | | |
| Dividendos aos acionistas (18% a.a. em taxa temporária) | | 36 000 000,00 | | | | | |
| Fundo de provisão | | 165 684 432,95 | 229 782 728,29 | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | 1 565 075 363,92 | | | | 1 565 075 363,92 |

Brasil, DF, 25 de janeiro de 1971

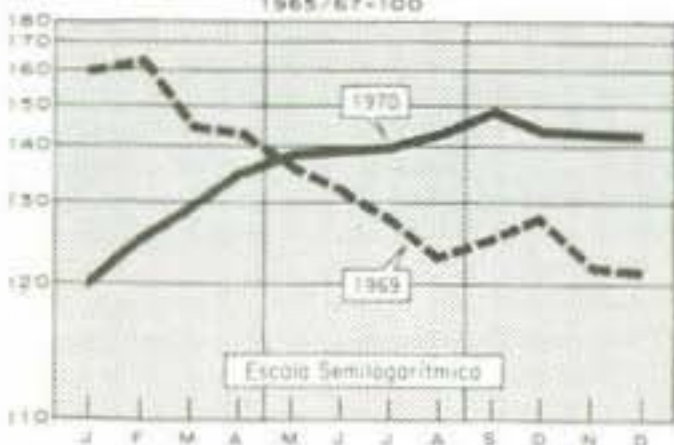
Nestor Jost — Presidente Oswaldo Roberto Colin — Diretor Administrativo Admon Ganem — Diretor do Pessoal CARTEIRA DE CREDITO GERAL
 CARTEIRA DE CREDITO RURAL Oziel Rodrigues Carneiro — Diretor da 1.ª Região Carmelo Callazans de Magalhães — Diretor da 2.ª Região Paulo
 Kunder Bornhausen — Diretor da 3.ª Região Mario Pacini — Diretor da 4.ª Região Boaventura Farina — Diretor da 5.ª Região Jorge Babot Miranda
 Diretor da 6.ª Região Diniz Guechman Gigante — Diretor da 7.ª Região CARTEIRA DE CAMBIO César Dantas Bacelar Sobrinho — Diretor CARTEIRA
 DE COMERCIO EXTERIOR Benedito Fonseca Moreira — Diretor Helio Moura Lima — Contador Geral em exercício C.R.C. GB Número 23 737 C.R.C.
 D.F. I.S. CONSELHO FISCAL Carmona da Silva Oliveira Clemente Mariano Bittencourt Guttemberg Gomes Guimarães João Jabour José
 Mendes de Oliveira Castro • Pedro Magalhães Correia

Mercado de Empregos - Bons Resultados

O ano de 1970, no campo da oferta de empregos, tem que ser examinado sob novo ponto de vista. Há tempos atrás, embora com exceções, a economia apresentava ciclos bienais de conjuntura favorável e desfavorável. O mercado de empregos não era diferente e as variações, de ano para ano, se revelaram sensíveis. Hoje, a situação é outra. As pesquisas mensais e trimestrais mostram que as oscilações na produção das indústrias se tornaram menos violentas, assim como as expectativas das empresas. Dessa forma, também a procura de pessoal ficou mais regular sem que isso signifique redução dos quadros.

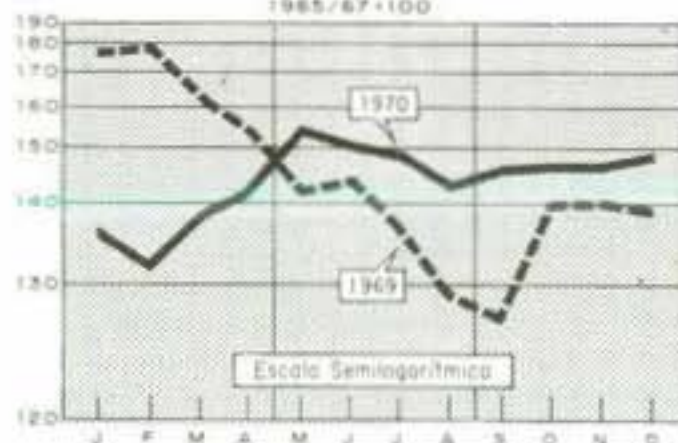
A procura global em 1970 foi mais ou menos idêntica à do ano anterior (GRÁFICO I). Começou relativamente baixa, compensando o excesso de procura de pessoal do 1º semestre/69, porém voltou a níveis mais altos no fim do ano, quando se deu o usual declínio.

Gráfico I
Oferta de Empregos
1969/1970
1965/67=100



A oferta de empregos administrativos, a grosso modo, acompanhou a global (GRÁFICO II), mas terminou o ano com média pouco inferior à de 1969. Isto se deve a que, em princípios do ano anterior, a procura de pessoal fôra excessiva, preenchendo-se muitos cargos novos. Boa parte da procura se efetuara no campo de processamento de dados, onde agora se nota certa pausa para digestão do equipamento implantado nos 2 últimos anos. Houve, provavelmente, exagero no preenchimento de cargos, seja de parte dos usuários, seja de parte dos fornecedores de equipamentos, e isso, ao que parece, ensejou a queda apontada.

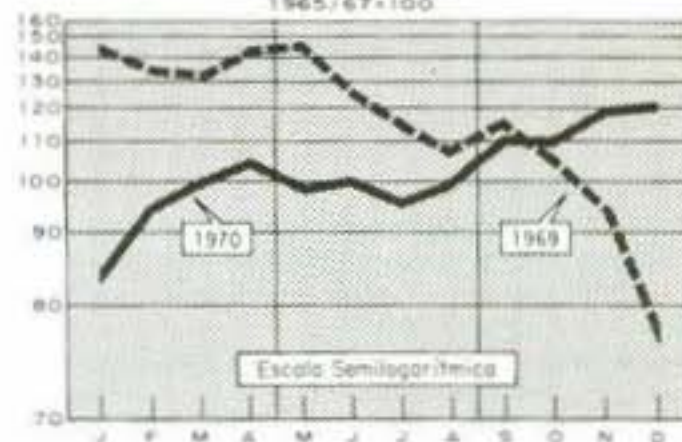
Gráfico II
Oferta de Empregos em Administração
1969/1970
1965/67=100



O setor de produção continua irregular (GRÁFICO III). O ano apresentou resultado inferior ao de 1969. Na produção industrial, a necessidade de baixar custos resulta sempre em esforços bem mais pronunciados para diminuir mão-de-obra e tudo indica que a produtividade geral aumentou. Isso expli-

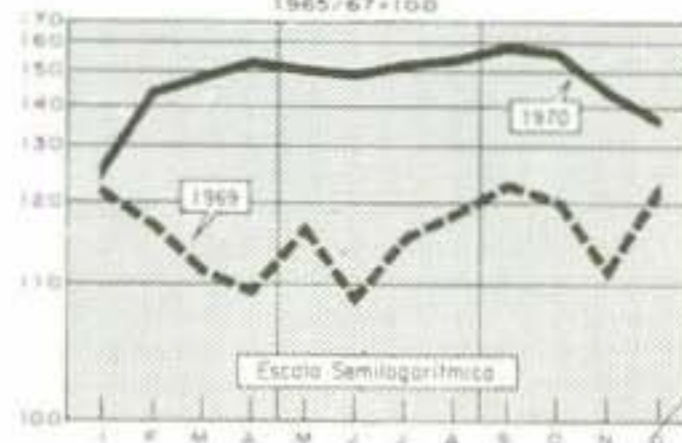
ca, naturalmente, a redução da procura.

Gráfico III
Oferta de Empregos na Produção
1969/1970
1965/67=100



Sem dúvida, 1970 foi o ano do esforço de vendas (GRÁFICO IV). Nunca se procurou tanta gente para vender, fôsse o que fôsse. Boa parte do pessoal procurado destinava-se à captação da parcela disponível da renda. Conquanto houvesse queda no fim do ano, a impressão final é de que as empresas descobriram que vender quando as coisas vão bem rende mais do que quando estas vão mal.

Gráfico IV
Oferta de Empregos em Vendas
1969/1970
1965/67=100



O nível mais alto se verificou, todavia, nos empregos técnicos (GRÁFICO V), cuja oferta, pelo 3º ano consecutivo, bateu recorde. Embora o fim de 1969 tenha assinalado forte baixa, a disposição oficial de incentivar o crescimento da economia estimulou de tal modo a formulação de novos projetos que a procura de pessoal técnico ultrapassou todos os limites anteriores, no princípio do 2º semestre/70. Se bem que houvesse diminuição no fim do ano, tudo leva a crer que ela será passageira.



Em ocasiões anteriores tentamos correlacionar os dados de nossa pesquisa, com os levantados pelo Dept. Nacional de Mão-de-Obra (DNMO), do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Infelizmente, nesta oportunidade, não nos foi possível tal relacionamento pois as estatísticas do DNMO estão sendo divulgadas com grande atraso. Quando tais dados se tornarem disponíveis, poderemos realizar estudo mais amplo sobre as condições de emprego nos anos recentes.

BANYLSA QUADRUPLICOU SEU CAPITAL

Em assembleia geral extraordinária realizada no dia 30 de dezembro passado, a BANYLSA — Tecelagem do Brasil S. A. elevou substancialmente seu capital social, que passou de 10 milhões e 100 mil cruzeiros para 45 milhões de cruzeiros. A BANYLSA, empresa destinada à produção de fios e fibras de nylon e tecidos de nylon e jersey, acha-se em fase de implantação no Centro Industrial de Aratu, tendo reiniciado suas obras de construção civil, inclusive já estando pronta a estrutura do prédio de administração. Quando em funcionamento, empregará 288 pessoas.

IMPORTAÇÕES ITALIANAS DE CAFÉ E CACAU

93 629 toneladas de café, no valor de 49 029 milhões de liras, foram importadas pela Itália nos primeiros sete meses de 1970, contra 91 143 toneladas (41 284 milhões de liras) no mesmo período de 1969.

No valor das importações de cacau houve, em vez, uma pequena contração, sempre nos primeiros sete meses deste ano: 13 988 milhões de liras, contra 14 331 milhões do mesmo período do ano passado.

FLUXOMAQ INICIOU OBRAS CIVIS

A FLUXOMAQ já concluiu os serviços de terraplenagem no terreno que ocupará, no Centro Industrial de Aratu, e já iniciou as obras civis de construção dos prédios auxiliares, destinados a refeitórios, oficinas de manutenção, vestiários, etc., que já estão com suas fundações prontas. A FLUXOMAQ produzirá equipamentos e acessórios destinados à movimentação pneumática de materiais granulados e pulverizados, tais como compressores rotativos, deslocadores de ar, bombas de vácuo, bombas de fluxo e coletores de poeira. O investimento inicial previsto pela empresa é da ordem de 2 milhões de cruzeiros.

BANCO BOAVISTA S. A.

(Sociedade de Capital Aberto)

Só opera no Rio de Janeiro

Sede: Praça Pio X n.º 118-A — Rio de Janeiro — GB

CARTA PATENTE N.º 2 744

Inscrito nos Cadastros: Geral de Contribuintes — MF sob o n.º 33 485 541 e do Estado sob o n.º 97 397 01

RESUMO DO BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

(Compreendendo Sede e Agências)

| ATIVO | | PASSIVO | |
|--|-----------------------|------------------------------------|-----------------------|
| | Cr\$ | | Cr\$ |
| Caixa, Banco do Brasil e Banco Central | 49 268 903,39 | Capital e Reservas | 51 658 153,27 |
| Empréstimos e Descontos | 172 937 769,35 | Depósitos | 230 854 737,45 |
| Outras Aplicações | 137 332 280,17 | Outras Exigibilidades e Obrigações | 107 552 864,04 |
| Edifícios, Móveis e Almojarifado | 34 752 893,52 | Resultado Pendente | 4 226 091,67 |
| Outras Contas | 592 525 371,92 | Outras Contas | 592 525 371,92 |
| | <u>986 817 218,35</u> | | <u>986 817 218,35</u> |

RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS"

| DÉBITO | | CRÉDITO | |
|--|----------------------|-----------------------------------|----------------------|
| | | | |
| Despesas Operacionais, Despesas Administrativas, Despesas Gerais, Amortizações, Porcentagens da Diretoria, Donativos e Bonificações ao Pessoal | 20 598 442,74 | Receita bruta apurada no semestre | 25 691 283,32 |
| Impostos pagos no Semestre | 415 834,20 | | |
| Transferido para Fundos de Reserva | 3 237 006,38 | | |
| Dividendos a Pagar aos Acionistas | 1 440 000,00 | | |
| | <u>25 691 283,32</u> | | <u>25 691 283,32</u> |

Cândido Guinle de Paula Machado
Diretor-Presidente
Fernando Machado Portella
Diretor-Superintendente

RIO DE JANEIRO, 12 DE JANEIRO DE 1971.

Luiz Migliora — Diretor Gerente
Luiz Biolchini — Diretor Gerente
Pedro Humberto Figueiredo — Diretor Gerente

Oséas Martins de Almeida Jor.
CONTADOR-CRC 5739 — GB
Chefe da Contabilidade

Balanço de Pagamentos e Câmbio - Resultados de 1970

Mercado Cambial

No decorrer de 1970, o cruzeiro foi desvalorizado 9 vezes, em comparação com apenas 8 no ano precedente, o que corresponde, em termos de média, aos períodos de 40,5 e 45,6 dias, respectivamente, entre cada reajustamento da taxa do dólar.

A Tabela I mostra a evolução das taxas de câmbio e dos preços por atacado, nos 2 últimos anos, cabendo salientar que os resultados de 1970, em termos de índices, são idênticos aos de 1969. Em ambos os anos há diferença de cerca de 6% entre o aumento total dos preços internos e a correspondente desvalorização do cruzeiro, o que corresponde, aproximadamente, à perda de valor que vem apresentando o dólar norte-americano. Observa-se, assim, que as autoridades cambiais se encontram atentas para o comércio exterior, procurando dotar o setor exportador de justa remuneração, a todo tempo, o que se obtém através dos constantes reajustamentos da taxa cambial.

Por outro lado, essa política realista não desestimula as importações, essenciais ao processo de desenvolvimento econômico, pois a desvalorização cambial é feita na exata medida da desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar.

A "realidade cambial", anulando os efeitos do aumento de custos internos e dotando o país de sólida estrutura para o desenvolvimento contínuo do comércio exterior, é

Tabela I — Evolução da Taxa Cambial e dos Preços por Atacado

| Datas dos Reajustes | Taxas Cambiais | | | | Índice dos Preços por Atacado — Disponibilidade Interna col. 12) |
|---------------------|-----------------|--------------------------|----------------|--------------------------|--|
| | Taxas de compra | | Taxas de venda | | |
| | Índice | Valor absoluto Cr\$/US\$ | Índice | Valor absoluto Cr\$ US\$ | |
| 9-12-68 | 100,0 | 3,805 | 100,0 | 3,830 | 100 |
| 4-02-69 | 102,6 | 3,905 | 102,6 | 3,930 | 103 |
| 19-03-69 | 104,5 | 3,975 | 104,4 | 4,000 | 102 |
| 13-05-69 | 105,8 | 4,025 | 105,7 | 4,050 | 104 |
| 7-07-69 | 107,1 | 4,075 | 107,0 | 4,100 | 110 |
| 27-08-69 | 108,4 | 4,125 | 108,4 | 4,150 | 112 |
| 3-10-69 | 110,0 | 4,185 | 109,9 | 4,210 | 118 |
| 14-11-69 | 112,1 | 4,265 | 112,0 | 4,290 | 119 |
| 18-12-69 | 113,7 | 4,325 | 113,6 | 4,350 | 119 |
| 18-12-69 | 100,0 | 4,325 | 100,0 | 4,350 | 100 |
| 4-02-70 | 101,3 | 4,380 | 101,4 | 4,410 | 103 |
| 30-03-70 | 103,1 | 4,460 | 103,2 | 4,490 | 105 |
| 18-05-70 | 104,7 | 4,530 | 104,8 | 4,560 | 106 |
| 10-07-70 | 106,1 | 4,590 | 106,2 | 4,620 | 110 |
| 24-07-70 | 106,8 | 4,620 | 106,9 | 4,650 | 110 |
| 18-09-70 | 108,4 | 4,690 | 108,5 | 4,720 | 115 |
| 4-11-70 | 110,5 | 4,780 | 110,6 | 4,810 | 118 |
| 17-11-70 | 111,7 | 4,830 | 111,7 | 4,860 | 118 |
| 22-12-70 | 113,8 | 4,920 | 113,8 | 4,950 | 119 |

Fontes: Banco Central e "Conjuntura Econômica".

complementada por outros tipos de política (fiscal, tarifária etc.), objetivando adaptar o setor externo às reais necessidades do país.

Balanço de Pagamentos

As cifras preliminares do balanço de pagamentos do Brasil com o exterior registraram, em 1970, um superavit da ordem de US\$ 576 milhões. Esse valor superou em 5,4%

o resultado de 1969, quando se obteve o saldo favorável de US\$ 549 milhões.

As exportações atingiram o maior resultado de todos os tempos: US\$ 2,7 bilhões, com aumento de 17% sobre 1969 (US\$ 2,3 bilhões) e 58,8% no confronto com a média do período 1964/68 (US\$ 1,7 bilhão).

Nas importações, o dispêndio foi da ordem de US\$ 2,2 bilhões

(FOB). Esses gastos, comparados com os de 1969 (US\$ 1,9 bilhão) e com a média de 1964/68 (US\$ 1,3 bilhão), revelam expansão de 15,8% e 69,2%, respectivamente.

O notável crescimento dos níveis das importações deve-se, basicamente, aos resultados conseguidos na comercialização dos produtos brasileiros, que veio atender de forma substancial à compra de equipamentos essenciais à complementação da produção doméstica, então dirigida, fundamentalmente, para desenvolver a infraestrutura do país.

O movimento líquido de capitais, com US\$ 926 milhões, aliado ao saldo da balança comercial (US\$ 500 milhões), permitiu que a rubrica Serviços — apresentando saldo negativo em torno de US\$ 850 milhões — fôsse satisfeita e resultasse, ainda, uma posição superavitária.

Os Serviços constituem item predominantemente negativo, porque são afetados pelos dispêndios com os Transportes e Rendas de Capitais. Em 1970, os gastos da espécie atingiram US\$ 175 milhões e US\$ 351 milhões, respectivamente. Ainda nos Serviços os gastos com Seguro, Serviços Governamentais, Serviços Diversos e viagens internacionais causaram um dispêndio da ordem de US\$ 324 milhões.

No setor dos transportes verificou-se no ano findo incremento das receitas de frete, estimado em 31% (US\$ 86,2 milhões). Assim, ao

evolürem de US\$ 278 milhões 1969 para US\$ 364,2 milhões (1970), tais receitas contribuíram para minimizar os pagamentos com esse item. No futuro, como decorrência do crescimento da nossa tonelagem mercante, essas despesas tenderão a ser ainda menores. E a explicação para o fato encontra-se no desenvolvimento da indústria de construção naval que vem atingindo elevados índices de crescimento.

A rubrica Rendas de Capitais tem acusado deficit crônico. E isso é inerente à economia brasileira que, em seu processo de desenvolvimento, exige a captação de recursos externos em complementação ao esforço de poupanças domésticas. Todavia, essas remessas, que de um lado, pressionam o balanço de pagamentos, de outro contribuem para o crescimento dos níveis da renda, do emprêgo e da produção globais.

No que tange aos Empréstimos e Financiamentos, passaram eles a constituir predominantemente operações a médio e a longo prazo. Os empréstimos a curto prazo, que em 1968 e 1969 acusaram, respectivamente, entrada líquida de US\$ 320 milhões e US\$ 153 milhões, registraram no ano findo saída de apenas US\$ 21 milhões. Por outro lado, os capitais de médio e longo prazo — Investimentos, Empréstimos e Financiamentos e Outros — proporcionaram, em 1970, US\$ 835 milhões contra US\$ 660 milhões em 1969 e US\$ 156 milhões em 1968.

Mercado de Câmbio



**não fique
no ar**

Existe maneira mais prática de ver as coisas. Em Teoria das Organizações, Você encontrará a proposição exata para inúmeros tipos de problemas das organizações formais.

Seus autores, **James G. March** e **Herbert A. Simon**, são professores do Carnegie Institute of Technology.

Pedidos para **Fundação Getúlio Vargas** — Serviço de Publicações — Praia de Botafogo, 188 — CP 21.120, ZC-05, Rio, GB.

Reservas Internacionais

As diversas medidas tomadas em relação ao comércio exterior se refletem na excepcional posição de reserva do país que até out./70, se elevaram a US\$ 1 113 milhões. O confronto dessa cifra com a de igual período de 1969 (US\$ 562 milhões) mostra o crescimento de 98%. Contudo, a visualização dos níveis de reserva a partir de 1963 (Tabela II) revela que não foi fácil obter tão significativa recuperação. Os menores valores alcançados em 1967 e 1968 deveram-se aos deficits ocorridos no saldo do intercâmbio (Exportações-FOB e Im-

Tabela II — Brasil — Liquidez Internacional — US\$ milhões

| Anos | Valor | Índice |
|----------|-------|--------|
| 1963 | 219 | 100 |
| 1964 | 245 | 112 |
| 1965 | 484 | 221 |
| 1966 | 425 | 194 |
| 1967 | 199 | 91 |
| 1968 | 257 | 117 |
| 1969 | 657 | 300 |
| 1970/out | 1 113 | 508 |

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

portações-CIF) que se elevaram, naqueles anos, a US\$ 13,4 milhões e US\$ 250,5 milhões, respectiva-

mente. A partir de 1968, embora o mesmo item se apresentasse também negativo (— US\$ 250,8 milhões) as entradas de capitais autônomos (US\$ 498 milhões naquele ano), que retornavam ao Brasil após período de fuga, foram suficientes para absorver o deficit mencionado, ensejando o saldo de reservas de US\$ 257 milhões.

Assim, as nossas reservas que, em última instância, demonstram a restauração do crédito externo do Brasil, ensejam a possibilidade de uma política de endividamento em bases firmes, sem as indesejáveis crises de solvência antes observadas.



BANCO DE CRÉDITO REAL

DE MINAS GERAIS S.A.

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO
177 AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS.

Matriz: Juiz de Fora — Rua Halfeld, 504

Sucursais: Rio de Janeiro — Belo Horizonte — Juiz de Fora e São Paulo.

C.G.C. — Inscrição 21.562.962-1

BALANÇO GERAL EM 31.12.70 — Compreendendo Matriz e Departamentos

| ATIVO | | PASSIVO | |
|-----------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| | Cr\$ | | Cr\$ |
| DISPONÍVEL | 17.855.581,49 | NÃO EXIGÍVEL | |
| REALIZÁVEL | | Capital e Reservas | 87.820.942,83 |
| Empréstimos | 628.009.204,63 | EXIGÍVEL | |
| Outros Créditos | 718.354.924,76 | Depósitos | 504.225.395,81 |
| Valores e Bens | 59.935.693,74 | Outras Exigibilidades | 636.700.538,20 |
| IMOBILIZADO | 62.563.291,83 | Obrigações Especiais | 256.669.165,10 |
| RESULTADO PENDENTE | 3.711.763,65 | RESULTADO PENDENTE | 5.014.418,16 |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO | 1.322.738.656,09 | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | 1.322.738.656,09 |
| TOTAL | 2.813.169.116,19 | TOTAL | 2.813.169.116,19 |

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

| DÉBITO | | CRÉDITO | |
|------------------------------|----------------------|---|----------------------|
| DESPESAS OPERACIONAIS | 14.953.714,95 | REVERSÃO DO SALDO DE "FUNDO PARA PREJUÍZOS EVENTUAIS" | 3.466.166,73 |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 59.385.592,44 | RENDAS OPERACIONAIS | 66.012.175,32 |
| PERDAS DIVERSAS | 1.323.303,59 | OUTRAS RENDAS | 11.818.806,42 |
| FUNDOS DE RESERVAS ESPECIAIS | 6.837.618,75 | LUCROS DIVERSOS | 1.203.081,26 |
| TOTAL | 82.500.229,73 | TOTAL | 82.500.229,73 |

DIRETORES: Paulo Abércio Baptista de Oliveira, Presidente; Kleber Bonfante, Vice-Presidente; Joel de Paiva Cortes, José Francisco Bias Fortes, José Sexto Batista de Andrade e Eládio Lopes. Evandro de Pádua Abreu — Chefe do Departamento de Contabilidade — CRC. MG. 15.477.

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

EXERCÍCIO DE 1970

Senhores Acionistas,

No exercício de 1970, o Governo Federal manteve e aprimorou as linhas mestras da política econômico-financeira da Revolução de 1964, com a preocupação de acelerar o processo de desenvolvimento nacional.

Em outubro, foram eleitos os novos Governadores dos Estados e, em 15 de novembro, realizaram-se eleições, em todo o País, para a renovação das Assembleias Legislativas, da Câmara dos Deputados e de dois terços do Senado. O pleito transcorreu na mais perfeita ordem, asseguradas todas as franquias democráticas e apresentou resultados que confirmaram a compreensão e o apoio da opinião pública para com a orientação que vem sendo seguida pelos dirigentes do País desde 1964.

ECONOMIA NACIONAL

A taxa real de crescimento do Produto Nacional Bruto atingiu o nível de 9%, o que, mesmo considerado o aumento populacional de cerca de 2,7%, representa um índice comparável aos melhores, já registrados em outros países.

Não menos importante é o fato de haver sido 1970 o terceiro ano consecutivo em que se registraram taxas de expansão superiores a 8%, o que evidencia o vigor e a constância com que se desenvolve a economia brasileira.

O produto industrial cresceu em torno de 11%, mantendo, assim, o elevado ritmo observado em 1969 e 1968. Entre os setores industriais básicos que melhores índices apresentaram, destacam-se a gasolina (+ 14%), óleo diesel (+ 11%), o aço em lingotes (+ 8%), os tratores (+ 46%), outros veículos (+ 14%), o cimento (+ 11%), e a borracha sintética (+ 17%).

O crescimento real da produção agrícola global, que se havia elevado de 6% em 1969, deve ter atingido 8% em 1970, continuando favoráveis as perspectivas para 1971. Note-se que para o aumento de 6% em 1969 muito influuiu a produção de café, que se expandira em 30%, enquanto que em 1970 se reduziu em mais de 30%. Assim, o aumento de 8% em 1970 só se tornou possível porque a taxa geral das demais atividades rurais elevou-se substancialmente.

Essa significativa expansão da produção agropecuária resultou em grande parte da política oficial de estímulos às atividades rurais, alicerçada basicamente na fixação periódica e oportuna de preços mínimos, na ampliação dos financiamentos a taxas favoráveis de juros e no incentivo ao emprego de técnicas modernas de produção, sendo de notar que condições climáticas desfavoráveis nem sempre têm permitido que os resultados reflitam todo o progresso que vem sendo alcançado na agricultura.

As atividades relativas ao comércio, às instituições financeiras, aos transportes, às comunicações, e a outros "serviços", têm contribuído com metade do Produto Interno, e seu ritmo de crescimento tende a acompanhar o da produção industrial e agrícola. Os índices oficiais situam o crescimento global daquelas atividades nos últimos três anos entre as taxas de 6% e 8%, que nos parecem moderadas em face dos dados disponíveis.

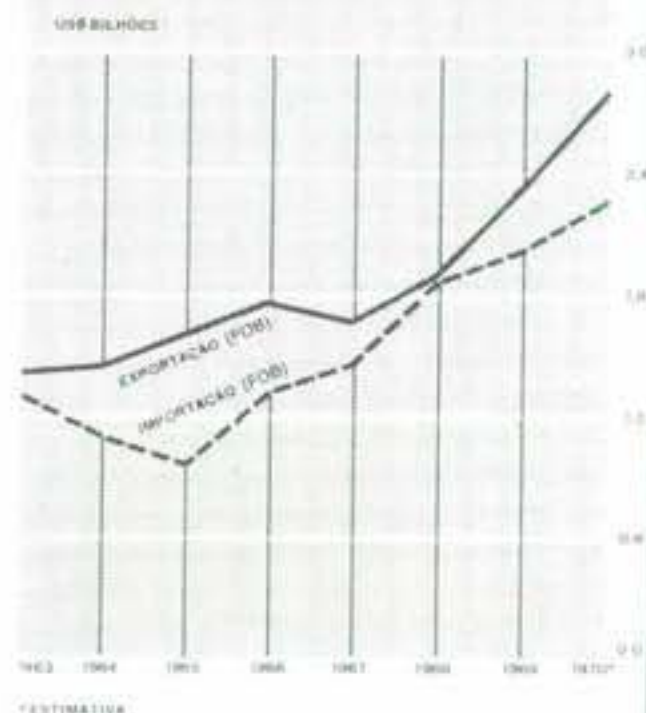
COMÉRCIO EXTERIOR

Tem sido surpreendente o desenvolvimento da economia nacional nas relações comerciais com o exterior. Os resultados obtidos em 1970 superaram largamente os do ano anterior, que já haviam constituído recorde na história econômica do país.

A receita total da exportação FOB de 1970 é estimada em US\$ 2,7 bilhões, em confronto com US\$ 2,3 bilhões em 1969 e a média anual de US\$ 1,7 bilhões no quinquênio 1964/1968.

Esse acréscimo da receita cambial é tanto mais notável por se originar não somente do maior volume das exportações de bens primários, mas principalmente das vendas de produtos manufaturados, cuja pauta de exportação se amplia e se diversifica dia a dia.

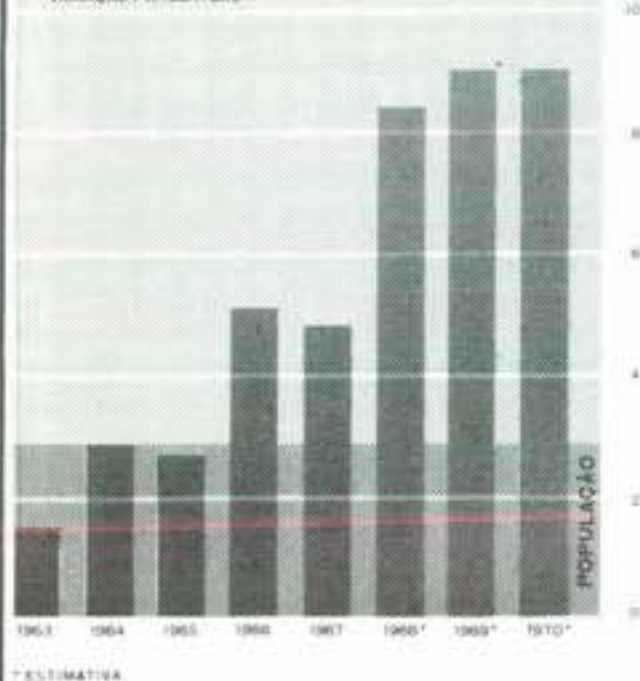
COMÉRCIO EXTERIOR BALANÇO COMERCIAL



Conseguiu o Brasil completar a sua quota de exportação de 19 milhões de sacas, prevista no Convênio Internacional de Café para o ano-convênio que se encerrou em 30 de setembro de 1970. Em virtude da elevação dos preços internacionais, o valor total da exportação de café em grão deverá ter atingido US\$ 900 milhões em 1970, em confronto com US\$ 813 milhões em 1969 e US\$ 774 milhões em 1968. Note-se que embora o valor das exportações de café venha aumentando, contribui hoje com apenas um terço do total da receita cambial do País, enquanto que no quinquênio 1960/1964 representou, em média, 55%. Por outro lado, as exportações de manufaturas produziram US\$ 400 milhões em 1970, ou seja, 15% do total da exportação e quase metade do valor das vendas de café.

PRODUTO INTERNO REAL E POPULAÇÃO

VARIACÃO PORCENTUAL



A capacidade produtiva do setor privado vem, assim, correspondendo ao programa do Governo e atuando cada vez com mais eficiência na conquista de maior parcela do comércio internacional. O sistema de taxa flexível de câmbio, a concessão de incentivos fiscais, a assistência creditícia e a simplificação dos controles oficiais, assim como as negociações internacionais, no sentido de evitar ou remover entraves às exportações brasileiras e assegurar tratamento adequado aos interesses nacionais, contribuíram decisivamente para o êxito alcançado.

O valor FOB total da importação de mercadorias é estimado em US\$ 2,2 bilhões, contra US\$ 2 bilhões no ano anterior e US\$ 1,3 bilhões de média anual no quinquênio 1964/1968. Tal expansão de compras no exterior reflete o aumento dos investimentos no país e a elevação do nível das atividades econômicas em geral.

Com base nos valores FOB estimados para as exportações e para as importações, espera-se para 1970 saldo favorável na balança comercial não inferior a US\$ 500 milhões, em confronto com os superávits de US\$ 294 milhões em 1969 e de apenas US\$ 26 milhões em 1968.

É estimado em cerca de 780 milhões o déficit de 1970 nas transações relativas a fretes, seguros, juros, dividendos e outros serviços, em confronto com déficits de US\$ 602 milhões e US\$ 551 milhões, respectivamente, em 1969 e 1968. Para esse aumento contribuíram, principalmente, as maiores despesas com fretes e seguros, conseqüentes do crescimento das importações, e, ainda, o maior vulto dos pagamentos de juros de créditos externos.

Em face dos resultados esperados para a balança comercial e para os serviços, prevê-se um déficit em transações correntes em torno de US\$ 270 milhões, em confronto com desequilíbrio do mesmo valor no ano anterior e o déficit de US\$ 503 milhões em 1968. As entradas de capitais sob forma de investimento direto, e principalmente de créditos, porém, superaram largamente as saídas, compensando o déficit em transações correntes e determinando um superávit em moedas estrangeiras, com conseqüente aumento de nossas reservas de divisas, que ao fim do exercício já excediam US\$ 1,2 bilhões.

SITUAÇÃO FINANCEIRA INTERNA

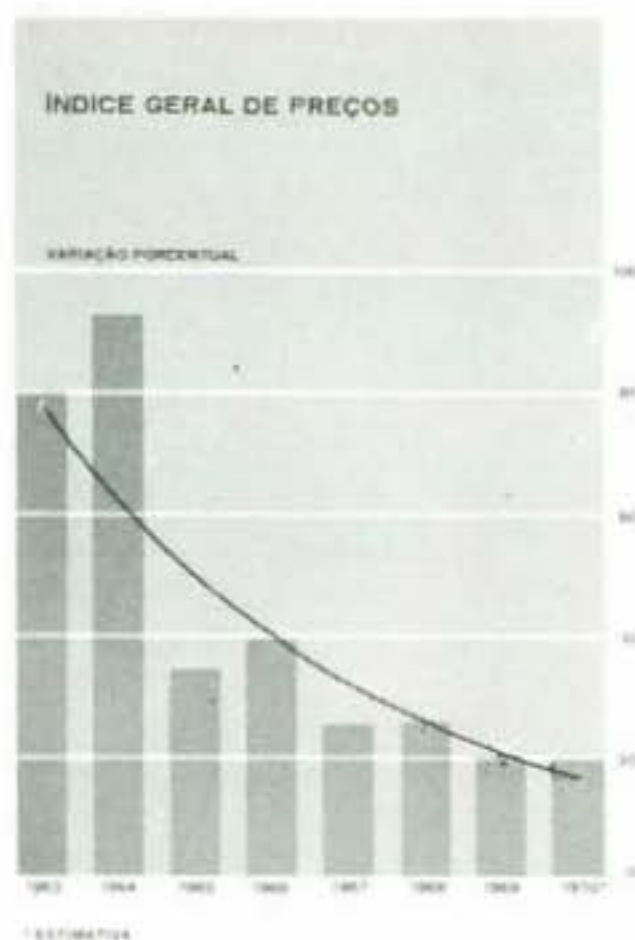
No que respeita ao outro aspecto fundamental da política econômico-financeira — o combate à inflação — os progressos obtidos foram limitados se medidos unicamente pelo confronto das taxas anuais de elevação geral de preços.

A política antiinflacionária do Governo revela, na verdade, atitude cautelosa na manipulação dos controles monetários, para que não haja prejuízo de objetivos superiores, referentes ao nível de emprego e ao crescimento real do Produto Nacional Bruto.

O índice geral de preços acusou aumento de cerca de 20%, contra 21% em 1969 e 26% em 1968. A taxa do dólar em relação ao cru-

zeiro elevou-se, no exercício, de 13,8%, em confronto com aumentos de 13,6% em 1969 e de 18,9% em 1968.

A alta do custo de vida, no exercício, foi de 22% contra aumentos de 24% nos dois anos anteriores. Para a elevação geral em 1970, o aumento dos preços da carne contribuiu com 4%. Os preços de atacado registraram aumento global de cerca de 20%, contra 22% em 1969 e 25% em 1968. A média da elevação dos preços agrícolas em 1970 foi de cerca de 20% e a dos industriais da ordem de 19%, enquanto que no ano anterior haviam sido respectivamente, 32% e 15%. A indispensável revisão dos preços dos produtos siderúrgicos afetou sensivelmente, no exercício, os índices de preços industriais.

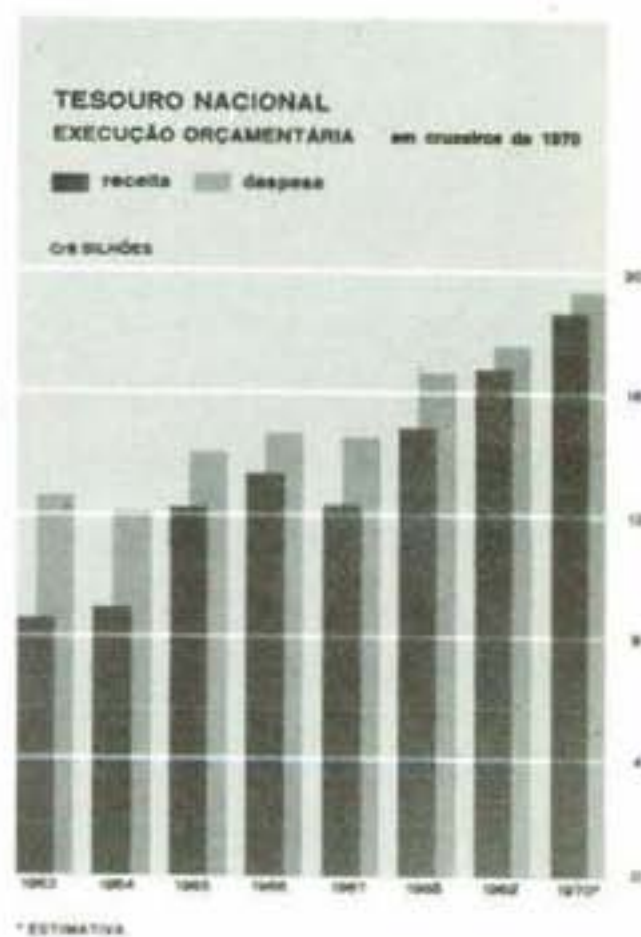


A despeito de ter sido mantida a disciplina geral dos reajustamentos salariais, foi permitido o aumento médio de 24% em 1970. Embora superior à elevação do custo de vida, admite-se a absorção da diferença pelo aumento geral de produtividade.

É importante ressaltar que o déficit do Tesouro Nacional em 1970, de 800 milhões de cruzeiros, situou-se rigorosamente dentro do programado, e não excedeu o do exercício de 1969. Como no ano anterior, também no segundo semestre de 1970, foi que o déficit mais se acentuou. Em proporção à despesa total, representou 4% em 1970 e 5% em 1969, e o seu financiamento com recursos não inflacionários tornou-se mais fácil em virtude do desenvolvimento do mercado de títulos públicos federais.

A receita federal cresceu, em termos reais, 10% em 1970 e 13% em 1969, tendo, porém, a despesa total se expandido também a taxas superiores à da elevação geral dos preços. No entanto, os investimentos básicos, realizados di-

retamente pelos órgãos públicos ou mediante financiamentos ao setor privado, têm ultrapassado de muito o valor dos déficits. Além disso, continua o Governo a aliviar a carga tributária para incentivar a aplicação de capitais em setores considerados essenciais ao desenvolvimento do País.



Iniciou o Banco Central, em agosto, a venda das Letras do Tesouro Nacional, que a despeito de ter ocasionado, nas primeiras semanas, alguns problemas de liquidez, constituiu uma valiosa iniciativa, pois, com a criação de amplo e ativo mercado secundário para esses títulos, as autoridades monetárias passarão a contar com instrumento de controle bem mais flexível e eficaz do que os representados pelos depósitos bancários compulsórios e pela variação do volume e do custo do redesconto.

Continuaram as autoridades monetárias preocupadas em promover a baixa progressiva das taxas de juros, e, para tanto, o Banco Central, em fevereiro, fixou em 1,6% e 1,8% ao mês as taxas máximas que os estabelecimentos bancários poderão cobrar em suas operações ativas, quando lastreadas por títulos representativos de financiamento à produção e à comercialização. Cabe assinalar que, voluntariamente, já vínhamos adotando aquelas taxas. No mesmo mês, a Resolução n.º 136 do Banco Central determinou aos bancos de investimento a redução obrigatória de 10% no custo total de suas operações de crédito.

A continuada melhoria no balanço de pagamentos com sua conseqüente acumulação de reservas cambiais foi, como no ano anterior, o principal fator de expansão monetária, com um impacto superior a 2 bilhões de cruzeiros. Para compensar essa pressão e o déficit do Tesouro Nacional valeram-se as autoridades, entre outros, de recursos oriundos da venda de Letras

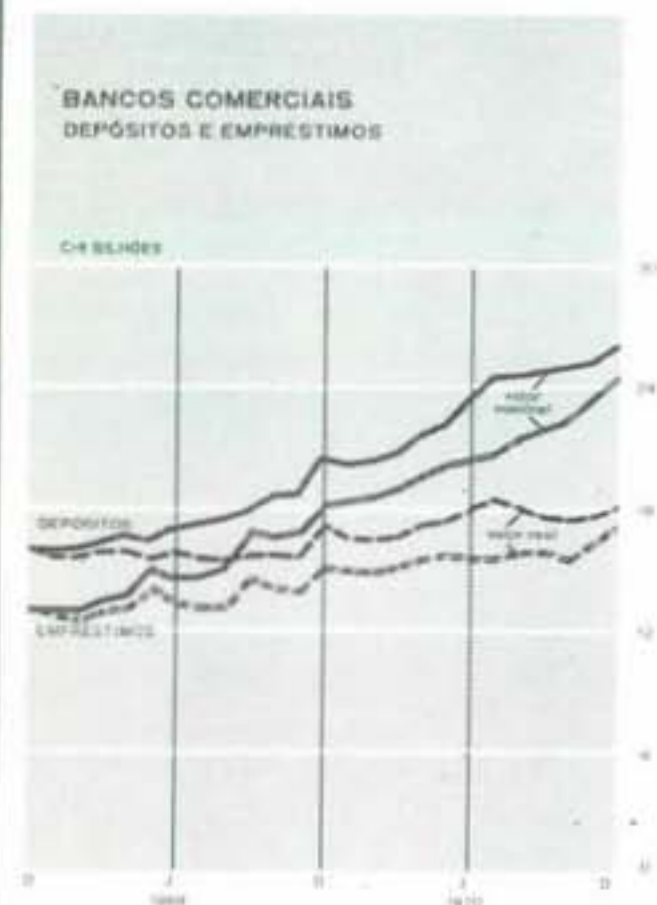
do Tesouro Nacional, de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (principalmente a Bancos Comerciais) e do recolhimento, ao Banco Central, do imposto sobre operações financeiras.

Mantida a atual estabilidade política e a tranquilidade indispensáveis ao trabalho cotidiano, deverá a economia nacional prosseguir na aceleração e consolidação do seu desenvolvimento, bem como na crescente redução das diferenças de natureza regional e social.

ATIVIDADES DO BANCO

Depósitos e Aplicações

Ao se encerrar o exercício, os empréstimos do Banco somavam Cr\$ 507 384 736,73, contra Cr\$ 353 743 047,59, em 31-12-69; e os depósitos atingiam Cr\$ 653 786 369,36 contra Cr\$ 501 247 833,28.



O Governo conseguiu manter a expansão monetária em níveis compatíveis com os objetivos gerais da política econômico-financeira. Os meios de pagamento aumentaram em 24% em 1970, em confronto com a expansão de 32% em 1969 e 43% em 1968.

Os depósitos nos bancos comerciais, exclusiva do Banco do Brasil, cresceram 22% em 1970 contra 31% e 40% em 1969 e 1968, respectivamente. Os empréstimos daqueles Bancos expandiram-se em 30% em 1970, 32% em 1969 e 34% em 1968.

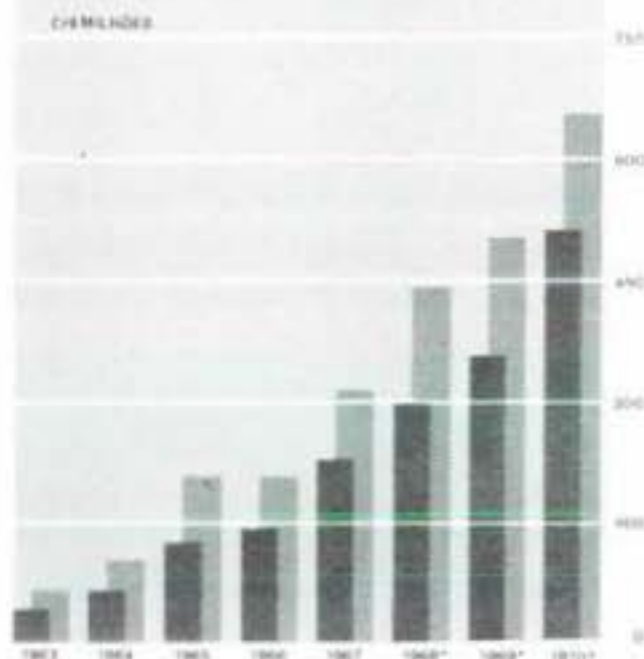
O saldo total das operações de crédito mediante aceite de letras de câmbio, dos bancos de investimento e das sociedades financiadoras, elevou-se de 25%, contra aumentos de 34% em 1969 e de 118% em 1968.

Perspectivas para 1971

Há fundadas razões para que se encare com otimismo o exercício entrante. Safra abundante poderão contribuir significativamente para o aumento do Produto Interno Bruto e para reduzir o ritmo de alta dos preços. A indústria continua em expansão, com um mercado interno em crescimento e novas frentes abertas pelo comércio exterior. As atividades do comércio, dos transportes e comunicações, das instituições financeiras e outros produtores de serviços necessários ao funcionamento eficiente da economia poderão, a nosso ver, desenvolver-se a taxas superiores às registradas nos três últimos anos.

DEPÓSITOS E EMPRÉSTIMOS

depósitos empréstimos



Lucro, Capital e Reservas

Elevou-se a Cr\$ 30 857 272,95, o lucro líquido do exercício, sendo Cr\$ 13 691 671,93 no primeiro semestre e Cr\$ 17 165 601,02 no segundo.

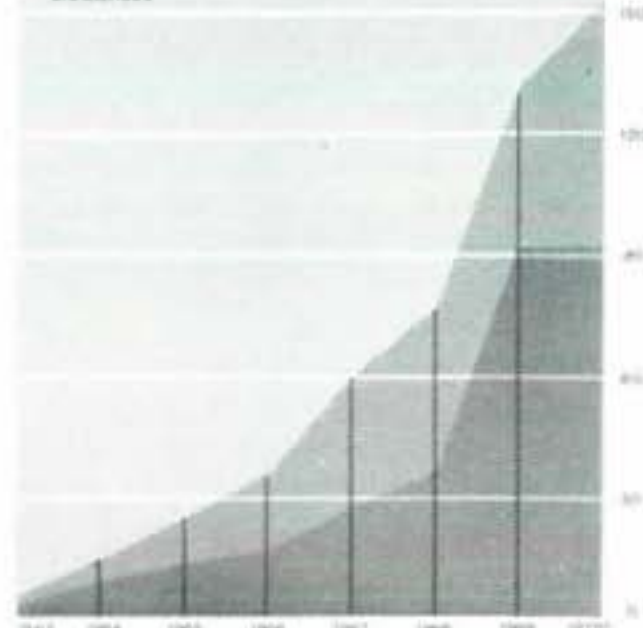
Eliminaram-se do Ativo verbas no total de Cr\$ 499 820,57 de prejuízos verificados ou de contas de liquidação duvidosa, recuperando-se Cr\$ 194 256,89, anteriormente levados a débito da conta de Lucros e Perdas.

Foi creditada à conta "Fundo de Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios", a quantia de Cr\$ 1 269 728,50, relativa à depreciação usual de 5% sobre o valor dos móveis e utensílios do Banco, e mais Cr\$ 488 695,34 que correspondem à depreciação semestral obrigatória de 2% sobre o montante dos "Edifícios e Construções",

CAPITAL E RESERVAS

capital social reservas

CR\$ MILHÕES



recentemente instituída pelo Banco Central com vigência a partir do balanço de 31-12-70.

Dos 50% restantes do aumento do capital do Banco, aprovado em assembleia de 3-10-69, foram chamados 20% no período de 20-1-70 a 6-3-70, e os restantes 30% entre 14-7-70 e 14-8-70, ficando, assim, totalmente realizado o capital de Cr\$ 91 162 500,00.

As reservas globais do Banco atingiram, em 31-12-70, Cr\$ 60 741 177,65, dos quais Cr\$ 40 248 770,01 são destinados, especificamente, a futuros aumentos de capital.

Dividendos

Foram distribuídos aos acionistas dividendos e bonificações em dinheiro no total de Cr\$ 4 531 461,75 no primeiro semestre de 1970 e de Cr\$ 5 560 912,50 no segundo.

Despesas Operacionais e Administrativas

Elevaram-se as despesas globais do Banco, em 1970, a Cr\$ 95 198 584,85 tendo 55,5% representado os gastos com o pessoal, que atingiram Cr\$ 52 921 302,20, correspondentes a 6 350 funcionários. Em 1969 as despesas totais haviam somado Cr\$ 73 070 465,65.

Transferência de Ações

Foram lavrados, durante o ano 2 848 termos de transferência de ações, dos quais 2 697 por venda.

Agências

Dentro da orientação do Banco Central sobre o remanejamento de agências bancárias, e para possibilitar a abertura, em 1970, das agências Av. Paulista (SP), Ipanema (GB) e Paranaíba (FR) fechamos as urbanas de Santa Efigênia (São Paulo) e Regente Feijó (Guanabara) e as de Osvaldo Cruz e Turiuba, no interior do Estado de São Paulo. Soma 218 unidades a nossa atual rede de agências.

Edifício da Avenida Paulista

Encontram-se em fase final as obras do novo edifício da Matriz do Banco, construído com a exclusiva finalidade de obter-se maior eficiência nos serviços para ali transferidos e que vinham

sendo executados em dependências exíguas, localizadas em vários prédios e que já não atendiam às necessidades de serviço do Banco.

Edifício da Rua Líbero Badaró

Por escritura de 31-8-1970 vendemos o terreno da Rua Líbero Badaró, onde existia o prédio de nossa propriedade que fora ocupado pela Câmara Municipal, mediante o pagamento de parte do preço em dinheiro e o restante em área construída do novo prédio em edificação naquele local e para onde serão transferidas, da Rua João Brícola, as instalações da nossa Agência Central.

Serviços do Banco

Os serviços têm se mantido em boa ordem,

sendo de justiça louvar o trabalho dedicado do nosso funcionalismo.

Registramos, com grande pesar, o falecimento, ocorrido em 1970, do Dr. Lauro Cardoso de Almeida, Presidente do Conselho de Administração e um dos fundadores do Banco, ao qual prestou assinalados serviços, e do Dr. Amadeu Gomes de Souza, membro do Conselho Fiscal por muitos anos e a quem deve o Banco, também, dedicada colaboração. As suas memórias o Banco prestou as merecidas homenagens.

Permanecendo ao dispor dos prezados acionistas para quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários à apreciação de nossos trabalhos, durante o exercício de 1970, apraz-nos apresentar a todos as nossas melhores saudações e agradecimentos.

Márcio da Costa Bueno

Gastão Eduardo de Bueno Vidigal

Antônio Aymoré Pereira Lima

Caio de Alcântara Machado

Dario Fréire Meirelles

Edmundo de Macedo Soares e Silva

Eduardo Caio da Silva Prado

Francisco de Paula da Costa Carvalho

Gastão de Mesquita Filho

Henrique Sérgio Gregori

Lucas Nogueira Garcez

Mauro Lindenberg Monteiro

Nicolau Moraes Barros Filho

Severo Fagundes Gomes

Vasco T. Leitão da Cunha

Luiz de Paula Figueira

Oswaldo Morelli

Rubens Opice

Gastão Vidigal Baptista Pereira

Alpheu Amaral

Ariovaldo Ailly

Fábio Luiz Alves Lima

Geraldo Machado

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Mercantil de São Paulo S. A., depois de proceder ao exame dos balanços e contas referentes ao 1.º e 2.º semestres do exercício de 1970, e tendo encontrado tudo em perfeita ordem, é de parecer que sejam os mesmos aprovados.

São Paulo, 5 de janeiro de 1971

Antônio de Queirós Telles Júnior

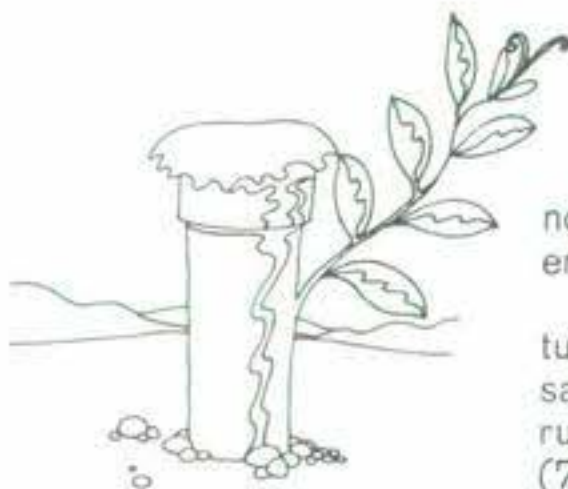
Willie de Mello Peixoto Brabazon Davids

Einar Alberto Kok

Paulo Sérgio Coutinho Galvão

Rocio de Castro Prado

**NO SOLO DÊSTE PAÍS TUDO O QUE NÓS PLANTAMOS
CRESCIU.**



Em 1935 plantamos
nossa primeira estaca
em solo brasileiro.

Era para uma estru-
tura simples: Sede da Ca-
sa Publicadora Batista,
rua Paulo Fernandes, 24
(72 estacas de 8 metros).

De lá para cá continuamos plantando
estacas para as mais diferentes espécies
de estruturas, desenvolvendo uma técnica
exclusivamente brasileira.

Hoje estamos preparados para resol-
ver os mais difíceis problemas de fundação:
pontes, refinarias, termoelétricas, torres de
transmissão, grandes e pequenos edifícios;
paredes de concreto moldadas no solo
para a construção de metrô.

Até abrigos antiaéreos, se necessário.

Mas aqui somos de paz.

A terra é boa. Em se plantando, tudo dá.

Estacas Franki Ltda.

RIO DE JANEIRO - Av. Rio Branco, 311
10.º andar - Caixa Postal 1789
SÃO PAULO - Rua Marquês de Itú, 266-
4.º e 5.º andares
PORTO ALEGRE, CURITIBA,
BELO HORIZONTE, SALVADOR,
BRÁSILIA, RECIFE, VITÓRIA
e JUIZ DE FORA.

FRANKI

Tesouro Nacional — Dentro da Programação

A evolução das finanças públicas, em 1970, foi conduzida através da utilização de instrumentos de política fiscal e tributária, tornando possível não só fornecer recursos para as atividades do setor público, como para atenuar disparidades observadas nos diversos setores da economia.

As principais medidas de caráter fiscal visando ao fortalecimento da atividade econômica traduziram-se na ampliação de prazos de recolhimento de impostos e na concessão ou ampliação de incentivos fiscais a setores cuja modernização e crescimento fôssem essenciais ao programa do governo. Os recursos adicionais assim proporcionados às empresas destinaram-se ao reforço de seu capital de giro, liberando-as, em parte, de recorrer ao sistema financeiro, com conseqüente reflexo sobre os custos de produção.

Objetivou-se, também, a criação de condições adequadas para uma política definida de distribuição de renda e progresso social, dispensando especial atenção aos problemas de educação e saúde, à agricultura, ao abastecimento e ao desenvolvimento tecnológico.

Execução Financeira

Como um dos principais instrumentos de política econômica, a execução orçamentária manteve-se dentro dos limites estabelecidos para o exercício, com receita de Cr\$ 19 193,8 milhões e despesa de

Cr\$ 19 932,1 milhões, advindo daí deficit de Cr\$ 738,3 milhões.

Medidas até certo ponto corajosas, face às inovações que preconizavam, foram adotadas pelos responsáveis da execução financeira. Neste sentido encontram-se 2 Decretos-leis: o primeiro não só estabelece nova vigência para restos a pagar, como modifica o sistema de cotas a serem utilizadas de um exercício para o outro. Desta maneira, as contas bancárias dos órgãos da administração direta são encerradas no último dia do exercício financeiro, pelos saldos que apresentam, e reabertas no 1º dia do exercício financeiro seguinte, sendo consideradas as importâncias com as quais foram reabertas como liberação de cotas, com prioridade para a liquidação de resíduos passivos.

Situa-se esta medida dentro de um contexto de fortalecimento do crédito público face à maior flexibilidade criada para a liquidação dos referidos resíduos.

O outro instrumento, com vistas a evitar dispersão de recursos, estabelece que as remessas financeiras, para atender compromissos ou despesas no exterior, dos órgãos da administração direta e indireta só poderão ser efetuadas através do Banco do Brasil, e mais, que as despesas de qualquer natureza dos órgãos da administração direta, em moeda estrangeira, só poderão ser atendidas através de repasses à Delegacia do Tesouro no exterior.

Receita

É de se notar a excelente receita obtida neste exercício, com variação de 31,6% sobre o período anterior, o que permitiu a abertura de um crédito suplementar de Cr\$ 1 580,0 milhões a ser atendido com o excesso de arrecadação. Tal excesso não só permitiu a amortização da Dívida Fundada Externa, como atribuiu ao Fundo de Reserva Orçamentária, através de créditos suplementares, o montante de Cr\$ 870,00 milhões.

Por outro lado, a manutenção de dispositivos constitucionais não permitiu às autoridades plena decisão sobre todos os recursos arrecadados, merecendo destaque a transferência de recursos para os estados e municípios (Tabela I).

Tendo em vista novo instrumento legal, a fixação de critérios para a liberação dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios estaria vinculada à aplicação obrigatória de um mínimo de 20% nos setores de ensino primário e médio, e de 10% em saúde e saneamento. Os Estados, além dos recursos citados, dariam prioridade à construção da infraestrutura de energia, transportes e comunicações, podendo atender igualmente, tanto quanto possível, aos incentivos do desenvolvimento agrícola e industrial e ao ensino superior.

Os principais impostos — produtos industrializados, renda, combustíveis e lubrificantes e importa-

Tabela I — Vinculações da Receita

| Discriminação | 1969 | | | 1970 (3) | | |
|------------------------------|-----------------------------|--------------|-------|-----------------------------|--------------|-------|
| | Arrecadação Cr\$ milhões | Vinculações | | Arrecadação Cr\$ milhões | Vinculações | |
| | | Cr\$ milhões | % | | Cr\$ milhões | % |
| Impostos: | | | | | | |
| Produtos Industrializados | 6 357,5 | 762,9 | 12,0 | 8 143,1 | 977,2 | 12,0 |
| Renda | 3 597,5 | 431,6 | 12,0 | 4 628,2 | 555,4 | 12,0 |
| Importação | 1 115,3 | — | — | 1 371,9 | — | — |
| Energia Elétrica | 216,6 | 216,6 | 100,0 | 434,4 | 434,4 | 100,0 |
| Minerais | 40,5 | 40,5 | 100,0 | 62,4 | 62,4 | 100,0 |
| Combustíveis e Lubrificações | 2 249,5 | 2 249,5 | 100,0 | 2 675,7 | 2 675,7 | 100,0 |
| Outras Receitas (1) | 376,2 | 89,0 | 23,8 | 1 878,1 | 417,5 | 22,2 |
| Total (2) | 13 953,1 | 3 790,1 | 27,2 | 19 193,8 | 5 122,6 | 26,7 |

(1) Inclui Receita não classificada. (2) Exclui Operações de Crédito. (3) Dados provisórios.
Fonte: Banco Central do Brasil.

ção — revelaram acréscimos apreciáveis, apesar de continuarem a ser amplamente utilizados como instrumento de política fiscal, através de incentivos, a fim de propor-

cionar condições mais favoráveis ao desenvolvimento de determinadas áreas e setores da economia nacional.

A receita tributária, com repre-

sentatividade de 90,2% na receita global, reflete, a par do bom nível de atividade econômica, acentuado aprimoramento da máquina arrecadadora federal.

Tabela II — Tesouro Nacional — Receita da União — Período: 1969-1970 — Valores Correntes e Constantes — Cr\$ milhões

| Discriminação | Valores Correntes | | Valores Constantes | | Participação s/o Total | | 1970/1969 | |
|-------------------------------------|-------------------|----------|--------------------|----------|---------------------------|-------|----------------|-----------------|
| | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 | Corren- tes | Constan- tes |
| | | | | | | | | |
| RECEITA | 13 953,1 | 19 193,8 | 11 824,7 | 13 632,0 | 100,0 | 100,0 | 37,6 | 15,3 |
| Impostos | 13 576,9 | 17 315,7 | 11 505,4 | 12 296,1 | 97,3 | 90,2 | 27,5 | 6,9 |
| Produtos Industrializados | 6 357,5 | 8 143,1 | 5 392,0 | 5 793,6 | 45,6 | 42,5 | 28,1 | 7,4 |
| Renda | 3 597,5 | 4 628,2 | 3 050,7 | 3 285,3 | 25,8 | 24,1 | 28,6 | 7,7 |
| Importação | 1 115,3 | 1 371,9 | 934,2 | 967,9 | 7,9 | 7,1 | 23,0 | 3,6 |
| Energia Elétrica | 216,6 | 434,4 | 189,2 | 313,5 | 1,6 | 2,3 | 100,6 | 65,7 |
| Minerais | 40,5 | 62,4 | 35,5 | 40,9 | 0,3 | 0,3 | 54,1 | 15,2 |
| Únicos/Combustíveis e Lubrificantes | 2 249,5 | 2 675,7 | 1 903,8 | 1 894,9 | 16,1 | 13,9 | 18,9 | — 0,5 |
| Outras Receitas (1) | 376,2 | 1 878,1 | 319,3 | 1 335,9 | 2,7 | 9,8 | 399,2 | 318,4 |

(1) Inclui receita não classificada. Fonte: Banco Central do Brasil

Na composição, por tipo de tributo, os impostos de renda e produtos industrializados oscilaram em torno de menores participações, se comparados com 1969.

O imposto sobre produtos industrializados, a exemplo de períodos anteriores, continuou a responder pela maior parcela da receita tributária (42,5%), constituindo-se, assim, em um bom indicador do ní-

vel de atividade econômica. O crescimento de sua arrecadação se viu, em parte, comprometido pelas constantes dilatações nos prazos de recolhimento, no sentido de melhorar a liquidez do sistema, beneficiando diversos setores da economia.

O imposto de renda, por sua vez, situou-se em 2º lugar dentre os de maior participação no total dos in-

gressos. Com variação de 28,6%, ele apresenta comportamento acima da expectativa, registrando elevação de Cr\$ 1 030,7 milhões em termos absolutos, superior à estimativa para todo o exercício. A transferência das duas últimas cotas devidas pelas pessoas físicas em 1969, prorrogadas para fevereiro e março/70, bem como melhor fiscalização e cadastramento, fo-

Tabela III — Tesouro Nacional — Despesa da União — Período: 1969-1970 — Valores Correntes e Constantes (1) — Cr\$ milhões

| Discriminação | Valores Correntes | | Valores Constantes | | Participação s/o Total | | 1970/1969 | |
|-------------------------------------|-------------------|----------|--------------------|----------|------------------------|-------|-----------|------------|
| | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 | Correntes | Constantes |
| DESPESA | 14 708,9 | 19 932,1 | 12 465,2 | 14 156,3 | 100,0 | 100,0 | 35,5 | 13,6 |
| • Pagamentos, Juros e Comissões | 537,8 | 318,2 | 461,2 | 226,5 | 3,7 | 1,6 | — 40,8 | — 50,9 |
| • Cotas de Despesa (efetivas) | 9 221,2 | 12 619,7 | 7 815,7 | 8 961,0 | 62,7 | 63,3 | 36,9 | 14,7 |
| • Distribuição da Receita Vinculada | 2 550,9 | 3 582,8 | 2 156,5 | 2 548,1 | 17,3 | 18,0 | 40,5 | 18,2 |
| • Fundos de Participação | 1 151,4 | 1 532,5 | 972,3 | 3 090,0 | 7,8 | 7,7 | 33,1 | 12,1 |
| • Diversas | 1 247,6 | 1 878,9 | 1 059,5 | 1 330,7 | 8,5 | 9,4 | 50,6 | 25,6 |

(1) Base: janeiro/69 = 100. Fontes: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil.

ram alguns dos fatores que concorreram para aquele crescimento.

Dentre as medidas adotadas com relação ao tributo, está a que permite serem abatidos da renda bruta das pessoas físicas, mesmo quando realizadas até a data da entrega das declarações de rendimentos, 30% das importâncias efetivamente aplicadas na subscrição voluntária de ORTN, títulos da dívida pública de emissão dos estados e municípios, e ações nominativas de sociedades anônimas de capital aberto; até 50% do valor pago na compra de ações do Banco da Amazônia, desde que a dedução não ultrapasse 25% do imposto total devido.

O imposto de importação registrou arrecadação de Cr\$ 1 371,9 milhões, representando acréscimo de 23% sobre o ano anterior; entretanto, houve certo declínio em sua participação no total dos ingressos, de 7,9% em 1969 para 7,1% em 1970. A utilização deste imposto como instrumento capaz de estimular investimentos, facilitar a importação de bens de capital sem similar nacional, teriam sido as principais causas deste declínio na participação do total de recursos além, é claro, da queda verificada na importação de produtos considerados supérfluos, ou de luxo, em consequência da taxa a que estão sujeitos.

No grupo dos impostos únicos, observa-se crescimento significati-

vo, destacando-se o imposto único sobre energia elétrica, com oscilação de 100,6%, agora transitando integralmente pelas contas do orçamento.

Finalmente, o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, com participação inferior para o período em análise (13,9%), apresenta também a menor taxa de aumento percentual (18,9%).

Segundo a área de incidência, os tributos indiretos continuaram a refletir, em 1970, maior participação relativa (62,4%), situando-se a tributação direta com 26,7% do total.

Despesa

A despesa efetiva da União, referente ao exercício financeiro de 1970, alcançou a cifra de Cr\$ 19 932,1 milhões, que, se cotejada com a do ano anterior, acusa o incremento de 35,5%.

Confrontados os valores de execução e programação, verifica-se a ocorrência dos desembolsos bem próximos das previsões. O crescimento da despesa, em termos reais (13,6%), inferior ao da receita no mesmo período (15,3%), espelha a orientação seguida para se manter certo equilíbrio na política orçamentária.

No total da despesa estão incluídos os valores referentes a vinculações da receita, autorizada por dispositivos constitucionais no mon-

tante de Cr\$ 3 582,8 milhões, bem como a parcela de Cr\$ 1 532,5 milhões relativa ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que corresponde à entrega de recursos inscritos na receita, porém comprometidos com programas nacionais de infra-estrutura.

Com maior flexibilidade quanto aos critérios de aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Participação, o objetivo a ser alcançado, especialmente a partir de 1972, se traduz na integração dos Planos de Desenvolvimento com os Orçamentos Plurianuais de Investimentos, visando ao estabelecimento, em futuro próximo, de porcentagens mínimas de aplicação em despesas de capital, bem como a delimitação de áreas prioritárias.

Deficit

A ocorrência de um deficit de caixa da ordem de Cr\$ 738,3 milhões representou redução de 18,1%, em termos reais, em relação ao exercício anterior.

Deve-se finalmente ressaltar que o Tesouro, através de operações de crédito junto ao público (ORTN), obteve recursos suficientes não só para cobrir o deficit como também para diminuir seu débito junto às Autoridades Monetárias. Tal fato é de grande importância para a política monetária pois atenua, consideravelmente, as emissões de papel-moeda.

Já se conhece a verdade: o ovo veio antes da galinha.

O que veio primeiro: a energia elétrica ou o progresso?

Energia elétrica está tão ligada ao conceito de progresso, que hoje é impossível imaginar um antes do outro.

Agora, faça o tempo recuar e dê uma olhada panorâmica pelo Brasil de ontem.

Focalize sua atenção para a Região Rio-São Paulo.

Deixe os anos passarem.

E olhe de novo em volta.

A Região Rio-São Paulo de hoje já não é mais aquela.

Simplesmente porque tornou-se a região mais desenvolvida do Brasil e da América do Sul.

Considere a eletricidade como base de todo esse desenvolvimento.

E conclua que o ovo veio antes da galinha.

LIGHT



Moeda, Crédito e Mercado de Capitais - Aprimoramento do Sistema Financeiro

Seguindo comportamento sazonal, o último mês do ano caracterizou-se por grandes emissões de papel-moeda. O saldo do papel-moeda emitido passou de Cr\$ 6.391 milhões em dez/69 para Cr\$ 7.891 milhões ao final de 1970, revelando acréscimo anual de Cr\$ 1.500 milhões (23,5%). Dêse montante cerca de Cr\$ 700 milhões foram emitidos em dezembro, principalmente para fazer face ao financiamento do déficit de caixa do Tesouro que também se concentrou no último mês do ano. O volume das emissões que em 1969 foi de Cr\$ 1.301 milhões representa, todavia, variação relativa mais alta (25,6%), visto que o saldo do papel-moeda naquele período era menor.

O volume dos meios de pagamento, que soma o papel-moeda em poder do público (fora do sistema bancário) e os depósitos à vista nos bancos, se expandiu de 25,5% em 1970, segundo estimativas, mostrando, pois, desaceleração comparativamente aos 32,6% registrados em 1969. Essa menor expansão foi, sem dúvida, um dos elementos mais importantes a contribuir para que os índices de preços não acusassem elevado crescimento. Isso porque, embora não seja o excesso de dinheiro em circulação o único elemento a pressionar a elevação dos preços, ele é, sem dúvida, um dos fatores básicos a explicar o fenômeno da inflação. Normalmente, a uma conjuntura de dinheiro fácil se segue uma elevação no nível da procura de bens e ser-



viços, que acaba por acarretar aumento dos preços, sobretudo quando o nível de ocupação da capacidade produtiva do sistema já se encontra bem alto, como parece ser o caso do Brasil atualmente.

Afora os problemas de reajustamentos setoriais de alguns preços na área agrícola ou mesmo na industrial, o comportamento do nível

geral de preços em 1970 refletiu nitidamente a evolução da conjuntura de liquidez da economia. Apesar da taxa de inflação, se houver situado, em 1970, em nível inferior ao de 1969, uma análise da evolução da conjuntura monetária permite-nos especular se o crescimento dos preços não teria sido menor caso houvesse maior con-

trôle sobre as operações do sistema bancário. Pelo menos no 2º trimestre do ano parece ter sido excessiva a expansão do crédito. Nesse trimestre o saldo dos meios de pagamento expandiu-se de ... 11,0%, superando a variação registrada em idêntico período do ano anterior. O maior crescimento dos preços no trimestre seguinte parece explicar-se em boa parte pela injeção de liquidez efetuada até junho.

A flexibilidade introduzida no "open market" pelas Letras do Tesouro lançadas em circulação a partir de agosto foi providencial para que se tornasse possível inverter a

tendência esboçada no período abril/junho. A venda desses títulos, ao absorver parte das reservas bancárias, impediu que continuasse a se verificar excessiva expansão dos empréstimos. Em consequência dessa orientação, o crescimento dos meios de pagamento no 3º trimestre limitou-se a 1,0%. A expansão dessa variável ao longo dos primeiros 9 meses do ano atingiu 11,8%, contra 17,0% em igual período do ano anterior. No último trimestre a política foi concebida no sentido de acompanhar mais de perto o comportamento do setor bancário. Se tal tipo de flexibilidade na política monetária es-

tivesse à mão desde o início do ano, os índices de preços, provavelmente, teriam apresentado evolução mais favorável sem que se observasse qualquer crise de crédito.

A partir de 1971 o controle da inflação passará a ter na política monetária um instrumento mais eficiente em função do "open market". A flexibilidade na manipulação da política monetária reveste-se de importância primordial para que se torne possível ajustar a cada passo a liquidez da economia sem ao mesmo tempo criar desequilíbrios que possam afetar o lado produtivo do sistema. A primeira contribuição do "open market" em

Tabela I — Indicadores Monetários — Cr\$ Milhões Correntes de Final de Período

| Período | Papel-moeda | | | Depósitos | | | Redescontos ao sistema bancário (2) | Meios de pagamento (I+II+III) |
|-------------|-------------|------------------|-------------------------------|-------------------|----------------|--------------------|--|-------------------------------------|
| | Emitido | Em circulação | Em poder do público (I) | Bancos Comerciais | | Banco do Brasil | | |
| | | | | a vista (II) | a prazo (1) | a vista (III) | | |
| 1960 | 206 | 198 | 169 | 438 | 48 | 85 | 35 | 692 |
| 1961 | 314 | 296 | 255 | 611 | 55 | 175 | 44 | 1 042 |
| 1962 | 509 | 478 | 397 | 1 038 | 56 | 268 | 62 | 1 703 |
| 1963 | 889 | 821 | 684 | 1 704 | 89 | 404 | 88 | 2 792 |
| 1964 | 1 485 | 1 380 | 1 156 | 3 070 | 148 | 965 | 204 | 5 191 |
| 1965 | 2 175 | 2 074 | 1 730 | 5 800 | 241 | 1 575 | 237 | 9 105 |
| 1966 | 2 840 | 2 714 | 2 343 | 6 192 | 712 | 1 935 | 355 | 10 470 |
| 1967 | 3 598 | 3 458 | 2 944 | 9 622 | 1 194 | 2 365 | 439 | 14 931 |
| 1968 | 5 090 | 4 970 | 4 080 | 13 484 | 919 | 3 788 | 955 | 21 352 |
| 1969 - Jan. | 4 691 | 4 551 | 3 943 | 13 336 | 925 | 3 799 | 1 020 | 21 078 |
| Fev. | 4 792 | 4 621 | 4 002 | 13 445 | 922 | 3 929 | 996 | 21 376 |
| Mar. | 4 892 | 4 771 | 4 207 | 13 844 | 711 | 4 174 | 1 021 | 22 225 |
| Abr. | 4 993 | 4 830 | 4 140 | 14 052 | 712 | 4 373 | 1 125 | 22 565 |
| Mai. | 4 988 | 4 839 | 4 244 | 14 243 | 713 | 4 517 | 1 189 | 23 004 |
| Jun. | 5 089 | 4 963 | 4 174 | 15 011 | 697 | 4 703 | 1 181 | 23 888 |
| Jul. | 5 090 | 4 910 | 4 310 | 14 563 | 718 | 4 597 | 1 248 | 23 470 |
| Agô. | 5 290 | 5 200 | 4 644 | 14 888 | 733 | 4 723 | 1 180 | 24 255 |
| Set. | 5 289 | 5 210 | 4 640 | 15 373 | 761 | 4 964 | 1 322 | 24 977 |
| Out. | 5 390 | 5 225 | 4 613 | 15 693 | 781 | 4 965 | 1 497 | 25 271 |
| Nov. | 5 691 | 5 610 | 5 020 | 16 158 | 812 | 5 357 | 1 533 | 26 535 |
| Dez. | 6 391 | 6 213 | 5 390 | 17 613 | 839 | 5 347 | 1 455 | 28 350 |
| 1970 - Jan. | 5 987 | 5 890 | 5 228 | 17 052 | 899 | 5 088 | 1 639 | 27 368 |
| Fev. | 5 988 | 5 795 | 5 118 | 17 144 | 928 | 5 359 | 1 613 | 27 621 |
| Mar. | 5 988 | 5 807 | 5 215 | 17 578 | 969 | 5 597 | 1 719 | 28 390 |
| Abr. | 6 080 | 5 954 | 5 252 | 18 132 | 1 005 | 5 695 | 1 688 | 29 079 |
| Mai. | 6 282 | 6 051 | 5 436 | 18 763 | 1 047 | 5 915 | 1 506 | 30 114 |
| Jun. | 6 300 | 6 132 | 5 258 | 19 909 | 1 066 | 6 323 | 1 544 | 31 520 |
| Jul. | 6 400 | 6 197 | 5 415 3 | 19 614 3 | 1 133 3 | 6 284 | 1 764 | 31 313 3 |
| Agô. | 6 500 | 6 390 | 5 743 3 | 19 671 3 | 1 205 3 | 6 372 | 1 922 | 31 786 3 |
| Set. | 6 600 | 6 412 | 5 616 4 | 19 577 4 | 1 254 4 | 6 507 | 1 848 | 31 700 4 |
| Out. | 6 700 | 6 482 | 5 681 4 | 19 919 4 | 1 295 4 | 6 748 | 1 955 | 32 348 4 |
| Nov. | 7 200 | 7 002 | 6 290 4 | 20 623 4 | 1 403 4 | 6 934 | 1 758 | 33 847 4 |

(1) Exclui depósitos para investimentos ao Banco da Amazônia a partir de março de 1969.

(2) Inclui empréstimos da caixa de mobilização bancária no período 1960-64.

(3) Dados provisórios.

(4) Estimativas.

Fonte: Banco Central.

1971 foi para se retirar do sistema parte do papel-moeda emitido em dezembro. Nos anos anteriores a possibilidade de recolher o papel-moeda em janeiro limitava-se a uma parte do montante que retornava à caixa do Banco do Brasil. A partir do corrente ano é possível efetuar maiores recolhimentos através do "open market" sempre que tal medida for julgada necessária para neutralizar o impacto inflacionista da expansão monetária de final de período.

Autoridades Monetárias

Em novembro as operações com o Tesouro exigiram recursos das autoridades monetárias no montante de Cr\$ 240 milhões. Apesar disso, ao final daquele mês o saldo dos empréstimos das autoridades ao Tesouro ainda era inferior ao de dez/69 pelo montante de Cr\$ 1 480 milhões, pois o saldo de financiamento pelo público, via subscrição de títulos, apresentava nesse período crescimento de Cr\$ 1 656 milhões. Os recursos aplicados pelas autoridades monetárias para o financiamento do déficit em dezembro foram ainda bem maiores que em novembro, embora não disponhamos de dados definitivos até a data em que escrevemos este retrospecto. Não há dúvida, entretanto, que para o ano como um todo as operações financeiras entre o Tesouro e as autoridades monetárias favoreceram estas últimas, pois o financiamento através da venda de títulos públicos superou amplamente o total do déficit de caixa da União, permitindo destinação líquida de recursos para o Banco Central. Continuaram, pois, a ser mecanismo atenuante de emissões as relações financeiras entre o Tesouro e as autoridades monetárias, pelo 2º ano consecutivo, ao contrário do que ocorrera em outras épocas quando o déficit do Tesouro representava pressão monetária expansionista.

As despesas cambiais das autoridades monetárias constituíram-se, isoladamente, em um dos mais importantes focos de expansão monetária, sobretudo em virtude do rápido acúmulo de divisas es-

trangeiras que continuou a se processar em 1970, como consequência dos superávits nos pagamentos internacionais. Também em 1970, a exemplo do que ocorrera no ano anterior, a pressão do setor cambial foi suficientemente neutralizada pela política de venda de títulos do governo federal sem a qual não teria sido possível equilíbrio satisfatório na área monetária.

Os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado expandiram-se de 29,4% no período janeiro-novembro/70, contra 45,4% no período equivalente do ano anterior. A expansão dos créditos do Banco do Brasil ao setor privado para o ano como um todo, embora ainda expressiva, foi moderada comparativamente a 1969, quando eles cresceram 52,5%. Essa orientação torna-se necessária em função da política antiinflacionária, pois a excessiva liberalidade dos créditos bancários, como já foi dito, acarreta normalmente efeitos indesejáveis sobre os índices de preços.

O saldo das operações de redescontos de títulos aos bancos comerciais era de Cr\$ 1 758 milhões ao final de novembro, ou seja, ... Cr\$ 303 milhões acima do de dez/69. Daquele total cerca de Cr\$ 488 milhões referiam-se aos redescontos de liquidez, os quais refletem as variações no nível relativo dos encaixes bancários. Os demais redescontos são de caráter seletivo e não guardam relação direta com a posição da liquidez bancária, variando em função dos períodos de comercialização de determinados produtos agrícolas que recebem tratamento especial por parte da política oficial de crédito. Dentre os redescontos seletivos o destinado aos produtos manufaturados de exportação foi o que mais cresceu desde o ano anterior. O saldo dos redescontos dessa espécie, que era de Cr\$ 170 milhões em dez/69, se situou em Cr\$ 320 milhões ao final de nov/70.

O saldo das aplicações das autoridades monetárias na política de sustentação dos preços de produtos agrícolas era de Cr\$ 750 milhões ao final de novembro, ou seja, Cr\$ 383 milhões acima do de dez/69. A necessidade de aplicação

de recursos nesse item constitui a contrapartida de um desempenho satisfatório na produção dos principais produtos agrícolas.

As operações financeiras ligadas ao café continuaram a representar uma das mais importantes fontes de financiamento das autoridades monetárias. O esquema financeiro do café envolve operações que geram receitas para as autoridades monetárias dentre as quais se destaca a proveniente da diferença entre o preço de exportação e o efetivamente recebido pelo exportador, denominada "cota de contribuição". Nos primeiros 11 meses de 1970 as receitas das operações com café superaram as despesas, empréstimos e redescontos relacionados com esse produto pelo montante de Cr\$ 979 milhões. No período janeiro/novembro as operações de café, os recursos próprios e a arrecadação de impostos sobre operações financeiras forneceram recursos (não monetários) líquidos às autoridades que somaram Cr\$... 3 484 milhões e no conjunto representaram atenuante básico de emissão de papel-moeda.

Bancos Comerciais

Estima-se que os empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado se hajam expandido de 32,0% em 1970, comparativamente a 39,0% no ano anterior. Apesar disso, a majoração superou em cerca de 13% a taxa de crescimento do índice geral de preços elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. De maneira geral o mercado de crédito teve maior folga em 1970, comparativamente ao ano anterior. Tal fato pode ser evidenciado com suficiente precisão pelos menores saldos dos redescontos de liquidez (GRÁFICO III). O comportamento do saldo desses redescontos é o melhor indicador da capacidade dos bancos comerciais de expandirem seus empréstimos. Sendo onerosos para o sistema bancário os juros cobrados sobre tal tipo de redesconto, são eles utilizados apenas para atender eventual insuficiência de caixa. Assim, quando o saldo dessas operações permanecem em níveis elevados, signifi-

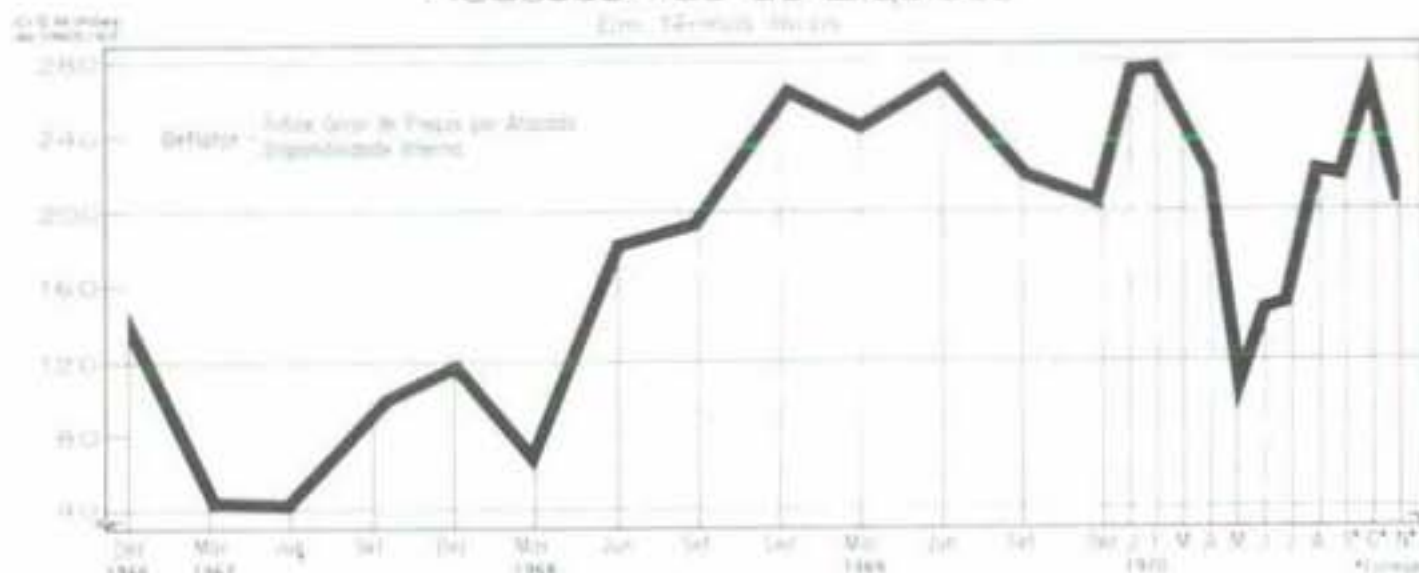
Tabela II — Bancos Comerciais — Saldos em Final de Ano ou Mês em Cr\$ Milhões Correntes

| Período | Ativo | | | | Passivo | | |
|-------------|------------|------------------------------------|-------------|------------|------------------------------------|----------------------|--------------------|
| | Encaixe | | | | Empréstimos ao Setor Privado | Depósitos a Vista | Outros recursos |
| | Voluntário | | Compulsório | | | | |
| | Caixa | Depósitos no Banco do Brasil | Em moeda | Em títulos | | | |
| 1966 | 398,1 | 823,6 | 989,3 | 179,1 | 4 895,0 | 6 191,9 | 1 093,2 |
| 1967 | 513,9 | 842,0 | 1 503,5 | 391,0 | 8 051,3 | 9 622,0 | 1 679,7 |
| 1968 | 889,6 | 1 016,9 | 1 964,6 | 955,5 | 13 030,6 | 13 483,8 | 4 373,4 |
| 1969 — Mar. | 564,1 | 891,0 | 1 983,2 | 1 166,0 | 13 637,9 | 13 843,7 | 4 398,5 |
| Jun. | 788,7 | 837,7 | 1 984,5 | 1 416,6 | 14 776,8 | 15 011,0 | 4 793,3 |
| Set. | 569,0 | 911,3 | 1 812,1 | 1 627,8 | 16 369,3 | 15 372,7 | 5 916,8 |
| Dez. | 823,5 | 1 259,5 | 1 981,6 | 1 586,9 | 18 113,6 | 17 613,0 | 6 152,1 |
| 1970 — Jan. | 661,7 | 883,1 | 2 225,6 | 1 755,3 | 18 309,7 | 17 051,7 | 6 783,7 |
| Fev. | 676,7 | 1 070,6 | 1 839,9 | 1 980,3 | 18 606,2 | 17 144,0 | 7 029,7 |
| Mar. | 592,1 | 1 077,2 | 1 684,8 | 2 173,6 | 19 040,6 | 17 578,1 | 6 990,2 |
| Abr. | 702,2 | 1 056,2 | 1 660,6 | 2 124,9 | 19 537,1 | 18 131,7 | 7 009,3 |
| Mai. | 614,8 | 1 137,4 | 1 711,8 | 2 268,3 | 20 193,3 | 18 762,6 | 7 163,0 |
| Jun. | 874,0 | 1 294,0 | 1 720,0 | 2 323,1 | 21 007,5 | 19 908,9 | 7 309,7 |
| Jul. | 782,3(1) | 1 122,0(1) | 1 827,1(1) | 2 368,2(1) | 21 473,2(1) | 19 613,8(1) | 7 959,0(1) |
| Agô. | 647,7(1) | 953,6(1) | 1 754,3(1) | 2 476,8(1) | 22 101,0(1) | 19 671,4(1) | 8 262,0(1) |
| Set. | 796,1(2) | 931,1(2) | 1 784,3(2) | 2 548,6(2) | 22 508,0(2) | 19 577,4(2) | 8 990,7(2) |
| Out. | 800,5(2) | 1 312,6(2) | 1 798,6(2) | 2 619,3(2) | 22 710,2(2) | 19 918,5(2) | 9 322,7(2) |
| Nov. | 712,2(2) | 1 027,7(2) | 1 853,4(2) | 2 720,0(2) | 23 099,2(2) | 20 623,1(2) | 8 789,4(2) |

(1) Dados provisórios. (2) Estimativas preliminares. Fonte: Banco Central.

Redescontos de Liquidez

Em 12 meses, em Cr\$



ca normalmente que o sistema bancário já utilizou ao máximo sua capacidade de expandir os empréstimos. Em 1970 a liquidez bancária situou-se em melhores níveis no 2º trimestre e no último bimestre do ano. No 1º trimestre a rede bancária sofreu perda de encaixe, provocada, em parte, pela redução do meio circulante levada a efeito em janeiro. No período agosto/outubro os bancos sofreram os efeitos restritivos das operações no mercado aberto e necessitaram recor-

rer mais intensamente ao redesconto de liquidez. Nos 2 últimos meses houve melhoria na liquidez bancária, em boa parte explicada pelo aumento do deficit fiscal do governo federal que exigiu se realizassem emissões de papel-moeda.

No período outubro/69-outubro/70 os depósitos com correção monetária nos bancos comerciais aumentaram 71%, devendo-se notar que aqueles de prazo igual ou superior a 12 meses sofreram acréscimo de 91%. Quanto aos CD, o au-

mento no mesmo período foi de 251%. Não há dúvida, portanto, que os bancos comerciais têm interesse em acrescer seu passivo a prazo, entrando paulatinamente na área do mercado de capitais.

A alteração legal mais importante na área dos depósitos com correção monetária foi dada pela Resolução nº 134, de 18-2-70, que, ao limitar as taxas de juros cobradas pelos bancos comerciais em suas operações ativas, liberou simultaneamente as taxas e prazos das transações com as pessoas físicas. Para as operações dos bancos com DCM, tal medida teve imediata importância, pois, embora suas taxas sobre DCM estivessem já então liberadas, o mesmo não ocorria com as das operações ativas decorrentes.

De qualquer modo, os bancos comerciais começaram a agir na área dos empréstimos a pessoas físicas com recursos obtidos dos DCM. É claro que tal política implicava em aumento das taxas de seus DCM a fim de que os Certificados de Depósitos resultantes pudessem

ser negociados a taxas competitivas com as das letras de câmbio. Assim, no decorrer de 1970 diversos bancos comerciais abandonaram paulatinamente sua taxa fixa de 20% a.a. para os DCM adotando outras da ordem de 23 a 27% a.a. Apesar de essas taxas não serem inteiramente competitivas com as dos demais papéis, permitiram, realmente, que os bancos comerciais iniciassem em 1970 suas atividades no mercado de capitais.

Tabela III — Bancos Comerciais — Depósitos a prazo fixo c/Correção Monetária — Saldos em Cr\$ milhões

| Período | Prazo inferior a 12 meses | Prazo igual ou superior a 12 meses | Total |
|---------|---------------------------|------------------------------------|-------|
| 1968 | | | |
| Dez. | | | 579 |
| 1969 | | | |
| Jan. | 419 | 169 | 588 |
| Fev. | 419 | 168 | 587 |
| Mar. | 423 | 174 | 597 |
| Jun. | 440 | 189 | 629 |
| Set. | 462 | 214 | 676 |
| Dez. | 495 | 254 | 749 |
| 1970 | | | |
| Jan. | 529 | 293 | 822 |
| Fev. | 537 | 302 | 839 |
| Mar. | 580 | 309 | 889 |
| Abr. | 610 | 319 | 929 |
| Mai. | 631 | 340 | 971 |
| Jun. | 641 | 363 | 1004 |
| Jul. | 698 | 370 | 1068 |
| Agô. | 730 | 406 | 1136 |
| Set. | 758 | 425 | 1183 |
| Out. | 761 | 450 | 1214 |

Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

Paralelamente a uma posição mais dinâmica do lado do passivo, alguns bancos comerciais adotaram uma política de empréstimos pessoais baseados em pagamento de prestações mensais de igual valor pela Tabela Price. O sistema, criado por um grande banco baiano, teve resultados satisfatórios, sendo logo seguido por outros 2 estabelecimentos.

A leitura dos mini-relatórios publicados pelos principais bancos comerciais (de modo geral, tais re-

latórios que deveriam ser documentos de cunho altamente analítico são apenas descritivos e, mesmo assim, em pequena escala, o que faz supor não possuírem, ainda, em sua maior parte departamentos econômicos especializados) indica estarem eles preocupados com o mercado de capitais e com o fato de que ter um passivo quase inteiramente à vista não lhes é satisfatório.

Tabela IV — Bancos Comerciais — Certificado de Depósito — Saldos em Cr\$ milhões.

| Meses | Bancos oficiais estaduais | Bancos privados | | | Total geral |
|-------|---------------------------|-----------------|-----------|--------------|-------------|
| | | Total | Nacionais | Estrangeiros | |
| 1969 | | | | | |
| Set. | 2,5 | 0,3 | 0,1 | 0,2 | 2,8 |
| Out. | 3,5 | 1,8 | 1,4 | 0,4 | 5,3 |
| Nov. | 4,1 | 2,6 | 1,9 | 0,7 | 6,7 |
| Dez. | 4,3 | 2,8 | 2,1 | 0,7 | 7,1 |
| 1970 | | | | | |
| Jan. | 6,4 | 3,4 | 2,6 | 0,8 | 9,8 |
| Fev. | 8,0 | 4,0 | 3,1 | 0,9 | 12,0 |
| Mar. | 8,3 | 4,4 | 3,2 | 1,2 | 12,7 |
| Abr. | 9,1 | 4,7 | 3,5 | 1,2 | 13,8 |
| Mai. | 9,9 | 5,4 | 4,1 | 1,3 | 15,3 |
| Jun. | 10,6 | 5,6 | 4,3 | 1,3 | 16,2 |
| Jul. | 11,4 | 6,0 | 4,4 | 1,6 | 17,4 |
| Agô. | 11,8 | 7,0 | 5,3 | 1,7 | 18,8 |
| Set. | 10,3 | 7,4 | 5,8 | 1,6 | 17,7 |
| Out. | 10,5 | 8,1 | 6,3 | 1,8 | 18,6 |

Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

Quanto ao Banco do Brasil, verificou-se após setembro sua entrada na área do mercado de capitais, uma vez que está emitindo também Certificado de Depósitos. Dado o bom nome do banco, é de se prever que poderá ter sucesso razoável, mesmo que opere a taxas de 20-22% a.a. Tal sistemática irá proporcionar-lhe alguma experiência na área do mercado de capitais, de que carece, pois jamais nela atuou. Isto é, realmente importante, pois caberá ao Banco do Brasil a gerência do Fundo de Estabilidade dos Funcionários Públicos que é o P.I.S. para os empregados do setor público, inclusive das empresas de economia mista.

Vale finalmente lembrar que o saldo dos DCM no Banco do Brasil atingiu Cr\$ 119 milhões em dezembro/70. A taxa de 45% prevaleceu para os depósitos inferiores e superiores a 12 meses de prazo. Partindo de Cr\$ 0,8 milhão de CD em setembro/70, o Banco do Brasil no final do ano atingiu Cr\$ 1,5 milhão de Certificados de Depósito.

Mercado de Capitais

O desenvolvimento do mercado de capitais em 1970 foi notável. Algumas cifras exprimem esse crescimento: o movimento de ações na Bolsa do Rio e São Paulo somou .. Cr\$ 4 578 milhões, com aumento de 86%; o registro de ações para oferta pública no Banco Central totalizou Cr\$ 570 milhões, com acréscimo de 23%; os aceites cambiais das financeiras expandiram-se de 43%; as duas principais contas dos bancos de investimentos — depósitos a prazo e aceites cambiais — elevaram-se de 58%; o movimento das ORTN no mercado de balcão atingiu Cr\$ 1 652 milhões e certamente teria sido bem maior se o lançamento das LTN em agosto não tivesse praticamente liquidado tal mercado. As LTN, depois de um início algo tumultuado, adquiriram ao final do ano um começo de estabilidade, fazendo prever, em futuro próximo, excelentes resultados.

Numerosas Modificações Legais

Para obtenção de resultados tão favoráveis, as Autoridades Monetárias tomaram uma série de medidas. Apesar de um clima saudável propício ao desenvolvimento (boas condições políticas, elevado nível da atividade econômica, situação favorável do balanço de pagamentos), torna-se difícil explicar o crescimento formidável do mercado de capitais em 1970. Talvez o investidor tenha descoberto o mercado através da aquisição de maior quantidade de ações, ou da compra de papéis de renda fixa, desmobilizando suas poupanças de bens reais e favorecendo os ativos financeiros. Talvez tenha ocorrido realmente o abandono de forma

tradicional de aplicação de poupanças — como terras, imóveis e moeda estrangeira — mas o fato é que hoje não existem ainda elementos capazes de explicar o desenvolvimento do mercado.

As autoridades monetárias baixaram em 1970 um total de 18 documentos (Resoluções e Circulares) que afetaram o mercado de capitais. As mais importantes vão assinaladas abaixo.

1. Resolução n° 131, de 28-1 — Informa que os fundos mútuos de investimentos dependem de prévia autorização do Banco Central para seu funcionamento (à semelhança, aliás, dos Fundos Fiscais do Decreto-lei n° 157).

2. Resolução n° 136, de 18-2 — Obriga os bancos de investimentos a cobrarem 10% menos em suas operações ativas, sendo o cálculo efetuado com base nas tabelas de 30-12-69. Vigorando a partir de 2-3-70, esta Resolução veio apenas continuar idêntica medida adotada com relação às financeiras (Resolução 115, de 21-5-69, que determinara redução de 12% nas taxas ativas destas) e que por não ter sido adotada também para os bancos de investimentos constituía fator de desigualdade entre as duas instituições. Até que ponto as financeiras e os bancos de investimentos adotaram realmente uma política de taxas de juros mais baixa — eis a questão, principalmente quando a fiscalização do Banco Central é bastante omissa nessa área.

3. Resolução n° 137, de 18-2 — Determinou que a taxa de colocação dos títulos cambiários fôsse reduzida de 3 para 2% a.a. do valor nominal do título. Constituiu-se assim em mais uma tentativa do Banco Central visando redução generalizada das taxas de juros do mercado.

4. Resolução n° 145, de 14-4 — Baixou o regulamento geral dos fundos mútuos de investimentos, dando como ponto base um valor mínimo de Cr\$ 1 milhão para cada fundo (com prazo de 2 anos para adaptar-se a tal norma) e permitindo ainda que até 40% do valor dêste fôssem aplicados em títulos federais, outros títulos a serem ex-

plicitados futuramente pelo Banco Central — como o foram pela Resolução n° 164, de 24-11 — e debêntures. As instituições financeiras, com muito interesse nessa regulamentação, ficaram esperançosos com a possibilidade de adquirir letras de câmbio a curto prazo. As sociedades de crédito imobiliário por sua vez viram também a possibilidade de ver suas letras imobiliárias — que têm liquidez total garantida pelo BNH, além de apresentarem boa rentabilidade — integrarem o ativo dos fundos mútuos de investimentos. De modo geral, entretanto, nenhuma instituição financeira notou que, também, debêntures podem ser adquiridas pelos fundos mútuos, inclusive com prazo decorrido de emissão: por exemplo, debêntures com 6 meses de maturidade.

5. Resolução n° 146, de 8-5 — Aumentou de 1/3 para 2/3 a parcela que os fundos fiscais podem aplicar em compra em Bolsa (e sustentação de suas próprias quotas) de ações emitidas nas condições do Decreto-lei n° 157, ou ainda, de ações de empresas situadas em setores básicos, como tal devidamente registradas no Banco Central. Com essa alteração os recursos do 157 passaram claramente a estimular muito mais o mercado secundário do que o mercado primário de ações.

6. Resolução n° 149, de 9-7 — Autorizou a chancela mecânica em títulos cambiários e ações. Trata-se de medida meramente formal, objetivando apenas maior facilidade na emissão de tais papéis, mas terá grande impacto, uma vez que permitirá aos administradores das instituições que gerenciem suas firmas, ao invés de passar boa parte do tempo simplesmente assinando papéis.

7. Resolução n° 150, de 22-7 — Baixou as normas de lançamento das LTN. Extremamente discutida antes de sua emissão, essa Resolução não apresentou maiores novidades (LTN de valor nominal no mínimo de Cr\$ 1 000,00 não rende juros, mas sim rentabilidade por seu deságio, prazo mínimo de 35 dias etc.). Como bossa real, destaca-se o fato de que as LTN podem

ser aceitas como cheque na Câmara de Compensação, o que veio facilitar bastante seu resgate.

8. Resolução n° 152, de 27-8 — Informou que os financiamentos externos para importação de bens devem ser previamente aprovados pelo Banco Central, antes mesmo das negociações finais. Objetivou evitar demanda excessiva no mercado de capitais internacional — porquanto uma série de operações após negociadas não são aprovadas pelo Banco Central — e simultaneamente adequar a política de endividamento externo privado as normas gerais baixadas pelas autoridades monetárias.

9. Resolução n° 153, também de 27-8 — Seguiu a mesma linha da 152. Proibiu aos órgãos públicos inserirem em suas concorrências cláusula obrigando os participantes à responsabilidade de obtenção de empréstimos externos para a realização de gastos locais. Como ocorria anteriormente, verificava-se uma demanda no mercado internacional — que tendia a pressionar a taxa de juros para cima — que realmente não iria efetivar-se, porque de vários participantes de concorrência apenas um único seria vencedor.

10. Resolução n° 157, de 10-9 — Permitiu a atuação dos bancos comerciais no mercado primário de colocação de ações. Proibiu explicitamente o "underwriting" por tais entidades. Em verdade, autorizou implicitamente aos bancos comerciais atuarem em "underwriting" tipo "best effort", em que a instituição financeira assume com a empresa simplesmente o compromisso de tentar colocar no mercado o máximo possível de ações, sem qualquer obrigação (ou punição), caso não consiga colocar um só título.

11. Resolução n° 162, de 24-11 — Aprovou a medida técnica mais importante de 1960: o plano de contas padronizado para as financeiras. Trata-se de documento de alta qualidade técnica, elaborado pelo Departamento Econômico e pela Gerência de Mercado de Capitais do Banco Central. Infelizmente, o Banco Central permanece tímido em termos de nomenclatu-

ra: continua a chamar de "sociedade de crédito, financiamento e investimento" o que todo mundo — inclusive o Banco Central em seus relatórios anuais — chama simplesmente de "financeira".

12. Resolução nº 163, também de 24-11 — (ao que parece, nossas autoridades monetárias preferem tomar medidas importantes no final do ano: isso vem acontecendo de maneira sistemática desde a criação do Banco Central, com a única exceção importante de 1969), permitiu que a parcela de financiamentos a serviços pelas financeiras fosse aumentada do teto de 5 para 15% do total de seus aceites cambiais.

13. Resolução nº 164 — Permitiu que nos empréstimos mediante aceite cambial se financiem até 100% do valor de um bem, desde que o devedor seja uma empresa e apresente outras garantias que não o próprio bem, de no mínimo 20% do valor do financiamento.

14. Circular nº 135, de 30-4 — definiu "indústrias básicas" para fins dos fundos do Decreto-lei nº 157: as empresas situadas em setores básicos e que realizem investimentos para ampliação de suas atividades produtivas podem ter suas ações adquiridas pelos Fundos 157 na parcela obrigatória que devem adquirir (1/3 de sua arrecadação) no mercado primário. Alguns setores importantes da indústria de transformação — cimento, siderurgia etc. — foram beneficiados, mas até o instante os Fundos 157 ainda não se beneficiaram da medida, que passou despercebida tal o emaranhado legal do esquema do 157, sendo assim obrigadas a manter 1/3 de sua carteira quase exclusivamente em ações de pouca atratividade.

15. Circular nº 145, de 25-9 — Teve efeitos disciplinadores no mercado das LTN, pois exigiu que a venda de tais papéis por instituições financeiras fosse realizada em condições tais que permitissem entrega ao comprador, a qualquer instante, do próprio papel. Com isto evitou-se uma prática danosa que estava ocorrendo: uma instituição financeira comprava uma LTN de alto valor e simplesmente

vendia frações dela a outros compradores, que por não disporem fisicamente do papel ficavam impossibilitados de sua negociação. Mais ainda, evitou-se o uso indiscriminado da LTN por parte de empresas a fim de eliminar pequenas flutuações de seus encaixes. Na realidade a 145 simplesmente impediu que os bancos comerciais pagassem juros sobre depósitos à vista de seus clientes médios e grandes, como aconteceu de maneira indireta no período que vai do lançamento das LTN (em agosto) até 25-9.

16. Circular nº 147, de 14-10 — Esclareceu que as instituições financeiras não bancárias não poderão cobrar ou pagar nos contratos de aceite cambial comissão ou taxa às firmas ligadas ao crédito direto ao consumidor que não sejam adotar medidas disciplinadoras em relação às financeiras e bancos de devedoras. Esse dispositivo visou adotar medidas disciplinadoras em relação às financeiras e bancos de investimentos, obrigadas como estão a reduzir suas taxas de juros por força de resoluções do Banco Central.

17. Circular nº 148, de 24-11 — Aboliu o livro "diário" nas financeiras, substituindo-o pelo de "balancetes diários e balanços", à semelhança do que anteriormente fora realizado para os bancos comerciais.

18. Circular nº 150, de 24-12 — Permitiu que as apropriações de receitas nos bancos comerciais possam ser computadas como renda no semestre em que foram efetivadas. Do mesmo modo, os pagamentos de juros e correção monetária pelos bancos comerciais serão contabilizadas de uma única vez, quando no seu pagamento. É claro que como essa medida entrará em pleno funcionamento no balancete dos bancos comerciais de 30-6-71, é de se esperar aumento espantoso de seus lucros, tendo em vista a nova sistemática contábil, desde que o sistema se perpetue. A crítica que se tem feito à medida é que ela tem caráter optativo e que alguns bancos (provavelmente os pequenos) vão dela usufruir mas outros não. Os estudiosos da área bancária lutarão, de agora em

diante, com mais um fator de heterogeneidade dos balancetes analíticos.

Alguns Números do Ano

Conforme assinalamos, o crescimento dos aceites cambiais das financeiras foi de 43%, atingindo saldo de Cr\$ 6,4 bilhões no final de 1970. Os empréstimos destinados ao capital de giro (que deveriam ser extintos em 31-12-69, consoante instruções do Banco Central) e para o setor de "serviços", englobados em uma única conta, decresceram de 11,5% do total dos aceites para 4,3% no final de 1970. Não há muita diferença entre a proporção de capital de giro e serviços entre as diferentes praças, excetuando-se Belo Horizonte, em que as financeiras locais continuam destinando 21,7% dos aceites para essas operações.

Por praça, o maior crescimento relativo ocorreu em Porto Alegre (70,8%), seguindo-se o Rio ... (48,5%) e São Paulo (43,3%). O menor se deu na praça do Recife, com 26,4%. Surpreendentemente, não se verificaram alterações importantes nas taxas de juros pagas e cobradas pelas financeiras, que permaneceram nos mesmos níveis do ano anterior. Crê-se que tal posição tenha sido adotada como forma de defesa de uma possível evasão de investidores em letras de câmbio que se orientariam em relação ao mercado de ações caso não tivessem suficientes incentivos financeiros.

Nos bancos de investimentos destacou-se o extraordinário crescimento de seus depósitos a prazo fixo (+ 127%), principalmente aqueles realizados com emissão de certificados de depósitos (+ ... 141%). Parece claro que os BI estão procurando nos depósitos a prazo fixo o substituto eventual dos aceites cambiais que têm 18-2-72 como data limite de suas operações. Os aceites cambiais apresentaram aumento de 10,2%, devendo-se observar que as operações ligadas ao crédito ao consumidor diminuíram de 25,0% do total dos aceites para 11,4% no final de 1970.

Tabela V **Financeiras** **Estimativa* de Empréstimos Mediante Aceite Cambial** **Saldos em Cr\$ milhões**

| Última Terça-Feira do mês | São Paulo | | | Guanabara | | | Belo Horizonte | | | Porto Alegre | | | Recife | | | Outras Praças | | | Total Geral | | |
|---------------------------------|--------------------------|----------------------|-------|--------------------------|----------------------|-------|--------------------------|----------------------|-------|--------------------------|----------------------|-------|--------------------------|----------------------|-------|--------------------------|----------------------|-------|--------------------------|----------------------|-------|
| | Capit- tal de giro | Con- sumi- dor | Total | Capit- tal de giro | Con- sumi- dor | Total | Capit- tal de giro | Con- sumi- dor | Total | Capit- tal de giro | Con- sumi- dor | Total | Capit- tal de giro | Con- sumi- dor | Total | Capit- tal de giro | Con- sumi- dor | Total | Capit- tal de giro | Con- sumi- dor | Total |
| 1969 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Set. | 307 | 1 856 | 2 163 | 165 | 893 | 1 058 | 153 | 183 | 336 | 30 | 178 | 208 | 8 | 63 | 71 | 81 | 375 | 456 | 743 | 3 549 | 4 292 |
| Out. | 272 | 1 921 | 2 193 | 139 | 915 | 1 054 | 157 | 190 | 347 | 30 | 182 | 212 | 8 | 63 | 71 | 70 | 389 | 459 | 671 | 3 560 | 4 331 |
| Nov. | 236 | 1 988 | 2 224 | 121 | 937 | 1 058 | 133 | 185 | 318 | 28 | 191 | 219 | 7 | 64 | 71 | 62 | 399 | 461 | 587 | 3 764 | 4 351 |
| Dez. | 207 | 2 093 | 2 300 | 99 | 967 | 1 066 | 125 | 205 | 330 | 23 | 189 | 212 | 4 | 68 | 72 | 54 | 418 | 472 | 512 | 3 910 | 4 452 |
| 1970 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Jan. | 156 | 2 213 | 2 369 | 88 | 980 | 1 068 | 125 | 209 | 334 | 19 | 203 | 222 | 4 | 68 | 72 | 44 | 436 | 480 | 436 | 4 109 | 4 545 |
| Fev. | 167 | 2 261 | 2 428 | 80 | 1 022 | 1 102 | 130 | 215 | 345 | 18 | 214 | 232 | 4 | 67 | 71 | 45 | 450 | 495 | 444 | 2 229 | 4 673 |
| Mar. | 158 | 2 359 | 2 517 | 69 | 1 050 | 1 119 | 121 | 221 | 344 | 17 | 222 | 239 | 4 | 68 | 72 | 42 | 467 | 509 | 413 | 4 387 | 4 800 |
| Abr. | 137 | 2 441 | 2 578 | 60 | 1 086 | 1 146 | 109 | 227 | 336 | 7 | 234 | 241 | 3 | 71 | 74 | 36 | 483 | 519 | 352 | 4 542 | 4 894 |
| Mai. | 136 | 2 563 | 2 701 | 55 | 1 107 | 1 162 | 96 | 268 | 364 | 5 | 247 | 252 | 3 | 74 | 77 | 36 | 505 | 541 | 331 | 4 766 | 5 097 |
| Jun. | 118 | 2 657 | 2 775 | 51 | 1 144 | 1 195 | 92 | 264 | 356 | 5 | 268 | 273 | 3 | 74 | 77 | 29 | 524 | 553 | 298 | 4 931 | 5 229 |
| Jul. | 110 | 2 740 | 2 850 | 49 | 1 180 | 1 229 | 91 | 281 | 372 | 4 | 273 | 277 | 2 | 75 | 77 | 29 | 542 | 571 | 285 | 5 091 | 5 376 |
| Agô. | 111 | 2 801 | 2 912 | 46 | 1 282 | 1 278 | 89 | 296 | 385 | 4 | 291 | 295 | 2 | 76 | 78 | 30 | 557 | 587 | 282 | 5 253 | 5 535 |
| Set. | 113 | 2 874 | 2 987 | 43 | 1 295 | 1 338 | 83 | 309 | 392 | 3 | 308 | 311 | 2 | 80 | 82 | 31 | 577 | 608 | 275 | 5 443 | 5 718 |
| Out. | 122 | 2 954 | 3 076 | 41 | 1 358 | 1 399 | 97 | 340 | 437 | 3 | 319 | 322 | 2 | 82 | 84 | 32 | 598 | 630 | 297 | 5 651 | 5 948 |
| Nov. | 120 | 3 040 | 3 160 | 38 | 1 422 | 1 460 | 91 | 343 | 434 | 1 | 340 | 341 | 2 | 84 | 86 | 30 | 620 | 650 | 282 | 5 849 | 6 131 |
| Dez. | 115 | 3 180 | 3 295 | 38 | 1 493 | 1 531 | 92 | 331 | 423 | 1 | 361 | 362 | 2 | 89 | 91 | 26 | 651 | 677 | 274 | 6 105 | 6 379 |

* Com base em empréstimos por aceites cambiais de 55 Financeiras que, em 30.6.69, representavam 59,7% do País.

Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

Os números do balancete consolidado dos BI indicam crescimento módico das operações da Resolução n° 63, melhor política de encaixe — provocada possivelmente pela introdução das LTN, de liquidez imediata — e principalmente acréscimo nas "outras contas", que representando apenas 12,5% do ativo em 31-12-69 passaram para 19,9% no final de 1970. Nesse grupo estão incluídas muitas operações novas dos BI, ainda não devidamente classificadas como, por exemplo, o repasse de recursos externos obtidos através do Eximbank dos EUA.

Em 1970 registrou-se a criação de novo banco de investimento, com sede em Porto Alegre, tendo agora seu número total evoluído para 30. Espera-se que no decorrer de 1971 sejam criados 5 ou 6 novos BI, decorrentes de fusão de financeiras de pequeno porte. O número de financeiras em 1970 continuou nos mesmos níveis de 1969, num total de 212. Espera-se que, com as fusões realizadas, as financeiras no final de 1970 cheguem ao máximo de 180.

Tabela VI **Operações com Aceites Cambiais a 180 Dias** **Em % a.m., Juros Simples**

| Meses | | Custo do Dinheiro para o Mutuário | Taxa Paga ao Tomador de Letras de Câmbio |
|-------|------|-----------------------------------|--|
| 1967 | Jan. | 4,36 | 2,80 |
| | Dez. | 4,01 | 2,56 |
| 1968 | Mar. | 3,92 | 2,56 |
| | Jun. | 3,78 | 2,37 |
| | Set. | 3,83 | 2,44 |
| | Dez. | 3,86 | 2,56 |
| 1969 | Mar. | 3,91 | 2,48 |
| | Jun. | 3,42 | 2,44 |
| | Set. | 3,55 | 2,29 |
| | Dez. | 3,62 | 2,35 |
| 1970 | Jan. | 3,74 | 2,35 |
| | Fev. | 3,56 | 2,34 |
| | Mar. | 3,74 | 2,42 |
| | Abr. | 3,69 | 2,39 |
| | Mai. | 3,68 | 2,39 |
| | Jun. | 3,72 | 2,39 |
| | Jul. | 3,68 | 2,40 |
| | Agô. | 3,64 | 2,40 |
| | Set. | 3,68 | 2,43 |
| | Out. | 3,45 | 2,42 |
| | Nov. | 3,62 | 2,35 |
| | Dez. | 3,69 | 2,40 |

Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

A administração dos fundos fiscais do Decreto-lei n° 157 constitui uma das operações principais dos BI, tendo o valor das carteiras de tais Fundos aumentado para Cr\$ 506 milhões em nov/70, com acréscimo de 32%. Observe-se que os BI conseguiram captar em 1970 aproximadamente 82,6% dos recursos fiscais do 157, contra 80,6% em 1969. É bom lembrar que é 103 o total de fundos fiscais em funcionamento sendo que os BI só são responsáveis por 30 deles, o que implica em dizer que eles estão operando com grande economia de escala.

No mercado das ORTN verificou-se sensível queda na taxa de juros, não somente devido aos níveis mais moderados de correção monetária — tendo-se extinto praticamente a correção cambial, dado o sistema de taxas flexíveis de câmbio — mas principalmente ao aumento da competitividade entre os principais operadores do mercado.

A negociação de ORTN no mercado de balcão atingiu seu ponto mais alto em julho, seguindo longa trajetória ascendente que vinha

Tabela VII — Bancos de Investimento — Saldos em Cr\$ milhões

| Última terça-feira do mês | Depósitos a Prazo Fixo c/ Correção Monetária | | | Empréstimos Mediante Aceite Cambial | | | Total Geral |
|---------------------------------|---|---------------------------------------|-------|--|-----------------|-------|----------------|
| | Com emissão de Cer- tificado | Sem emissão de Cer- tificado | Total | Capital de giro | Consu- midor | Total | |
| 1969 — Agô. | 187 | 517 | 704 | 985 | 291 | 1 276 | 1 980 |
| Set. | 198 | 570 | 768 | 1 050 | 277 | 1 327 | 2 095 |
| Out. | 208 | 613 | 821 | 1 147 | 451 | 1 598 | 2 419 |
| Nov. | 213 | 640 | 853 | 1 217 | 433 | 1 650 | 2 503 |
| Dez. | 280 | 878 | 1 158 | 1 269 | 424 | 1 693 | 2 851 |
| 1970 — Jan. | 326 | 926 | 1 251 | 1 294 | 419 | 1 713 | 2 964 |
| Fev. | 368 | 984 | 1 352 | 1 253 | 461 | 1 714 | 3 066 |
| Mar. | 423 | 1 067 | 1 490 | 1 246 | 446 | 1 692 | 3 182 |
| Abr. | 449 | 1 114 | 1 563 | 1 308 | 366 | 1 674 | 3 237 |
| Mai. | 475 | 1 170 | 1 645 | 1 388 | 353 | 1 741 | 3 386 |
| Jun. | 538 | 1 240 | 1 778 | 1 409 | 357 | 1 766 | 3 544 |
| Jul. | 532 | 1 370 | 1 902 | 1 420 | 322 | 1 742 | 3 644 |
| Agô. | 544 | 1 499 | 2 043 | 1 461 | 273 | 1 734 | 3 767 |
| Set. | 577 | 1 613 | 2 190 | 1 501 | 261 | 1 762 | 3 952 |
| Out. | 608 | 1 726 | 2 334 | 1 539 | 240 | 1 779 | 4 113 |
| Nov. | 620 | 1 829 | 2 449 | 1 561 | 226 | 1 787 | 4 236 |
| Dez. | 676 | 1 949 | 2 625 | 1 654 | 212 | 1 866 | 4 491 |

Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

desde fevereiro. A partir de agosto, com a introdução das LTN, o mercado das ORTN foi diminuindo paulatinamente, chegando no fim do ano com apenas Cr\$ 65 milhões de negociação mensal. Na realida-

de, praticamente não existe mais mercado de ORTN: ocorrem somente transações esporádicas, ligadas quase sempre a compra compulsória ou quase compulsória de entidade financeira ou pública. Al-

gumas negociações que ainda existem no mercado se realizam somente a partir de 13 semanas de maturidade, prazo para o qual não se dispõe de qualquer outro papel competitivo.

Os primeiros negócios com as LTN realizados pelo Banco Central em agosto só vieram a repercutir no mercado de balcão a partir de setembro. Observe-se que de início houve mal entendido sobre a verdadeira natureza das operações com LTN. Diversas instituições financeiras, principalmente bancos comerciais, encararam o papel como forma nova que lhes permitiria pagar juros aos seus depositantes médios e grandes. Tais instituições adquiriam no Banco Central uma letra de elevado valor, repassando os juros assim obtidos em frações de prazo e de valor que não guardavam qualquer relação com o papel originalmente comprado. Tal mecanismo proporcionou a alguns bancos comerciais a possibilidade de captarem depósitos de outros bancos que não estavam agindo de forma semelhante: um grande estabelecimento chegou inclusive a aceitar "compras" de LTN para quantias pequenas da ordem de ..

Tabela VIII — Bancos de Investimento — Balancete Consolidado — Saldos em Cr\$ Milhões

| Item | Dez. 68 | Dez. 69 | Dez. 69 Dez. 68 % | Jun. 70 | Nov. 70 | Nov. 70 Dez. 69 % |
|-------------------------------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|----------------------|
| ATIVO | 2 316 | 4 748 | 105 | 6 063 | 8 067 | 33 |
| Encaixe | 63 | 204 | 224 | 191 | 196 | 4 |
| Devedores por resp. cambiais | 933 | 1 720 | 84 | 1 752 | 1 867 | 9 |
| Empréstimos e Financiamentos | 380 | 1 114 | 193 | 1 691 | 2 531 | 127 |
| FINAME | 103 | 205 | 99 | 248 | 299 | 40 |
| Resolução 63 | 202 | 360 | 78 | 462 | 623 | 73 |
| Titulos e Valores Mobiliários | 261 | 550 | 111 | 909 | 948 | 72 |
| Outras contas | 374 | 595 | 59 | 810 | 1 603 | 169 |
| PASSIVO | 2 316 | 4 748 | 105 | 6 063 | 8 067 | 33 |
| Recursos Próprios | 311 | 710 | 129 | 868 | 945 | 34 |
| Recursos de Terceiros | 1 704 | 3 730 | 119 | 4 809 | 6 128 | 64 |
| Aceites Cambiais | 923 | 1 628 | 76 | 1 652 | 1 741 | 7 |
| Depósitos com Correção Monet. | 409 | 1 099 | 169 | 1 843 | 2 297 | 145 |
| FINAME | 97 | 178 | 84 | 205 | 249 | 40 |
| Resolução 63 | 197 | 359 | 82 | 464 | 617 | 72 |
| Outros | 78 | 466 | 497 | 641 | 824 | 77 |
| Outras Contas | 301 | 308 | 2 | 386 | 985 | 220 |
| Fundos de Invest. — Decreto-Lei 157 | 115 | 384 | 234 | 384 | 506 | 32 |

Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

Tabela IX — Mercado das ORTN — Rentabilidade de Papéis Negociados nas Datas Indicadas — % a.m.

| Data (1970) | Maturidade em semanas | | | | | | | |
|--------------|-----------------------|------|-------|------|-------|------|-------|------|
| | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | |
| | Bruto | Liq. | Bruto | Liq. | Bruto | Liq. | Bruto | Liq. |
| 14 Janeiro | 2,54 | 1,55 | 2,08 | 1,60 | 2,00 | 1,65 | 1,95 | 1,70 |
| 18 Fevereiro | 2,54 | 1,55 | 2,08 | 1,60 | 2,00 | 1,65 | 1,95 | 1,70 |
| 18 Março | 2,33 | 1,42 | 1,89 | 1,45 | 1,77 | 1,48 | 1,72 | 1,50 |
| 15 Abril | 2,33 | 1,42 | 1,89 | 1,45 | 1,77 | 1,48 | 1,72 | 1,50 |
| 13 Maio | 1,60 | 0,72 | 1,63 | 1,17 | 1,67 | 1,35 | 1,70 | 1,47 |
| 17 Junho | 1,60 | 0,72 | 1,63 | 1,17 | 1,67 | 1,35 | 1,70 | 1,47 |
| 15 Julho | 1,50 | 0,62 | 1,55 | 1,11 | 1,60 | 1,31 | 1,62 | 1,39 |
| 12 Agosto | 1,50 | 0,62 | 1,55 | 1,11 | 1,60 | 1,31 | 1,62 | 1,39 |
| 16 Setembro | 1,60 | 0,72 | 1,63 | 1,17 | 1,66 | 1,34 | 1,68 | 1,48 |
| 14 Outubro | 1,60 | 0,72 | 1,63 | 1,17 | 1,66 | 1,34 | 1,68 | 1,48 |
| 11 Novembro | 1,60 | 0,72 | 1,63 | 1,17 | 1,66 | 1,34 | 1,68 | 1,48 |
| 16 Dezembro | 1,60 | 0,72 | 1,63 | 1,17 | 1,66 | 1,34 | 1,68 | 1,48 |

Fonte: LIBRA S.A. — Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Rio de Janeiro).

Tabela X — Mercado das ORTN — Rentabilidade Líquida de Papéis Negociados nas Datas Indicadas — % a.m.

| Data (1970) | Maturidade em Semanas | | | | | | | | |
|--------------|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 Janeiro | 1,72 | 1,74 | 1,76 | 1,78 | 1,81 | 1,83 | 1,85 | 1,88 | 1,90 |
| 18 Fevereiro | 1,72 | 1,74 | 1,76 | 1,78 | 1,81 | 1,83 | 1,85 | 1,88 | 1,90 |
| 18 Março | 1,52 | 1,54 | 1,56 | 1,58 | 1,61 | 1,63 | 1,65 | 1,68 | 1,70 |
| 15 Abril | 1,52 | 1,54 | 1,56 | 1,58 | 1,61 | 1,63 | 1,65 | 1,68 | 1,70 |
| 13 Maio | 1,52 | 1,54 | 1,56 | 1,58 | 1,61 | 1,63 | 1,65 | 1,68 | 1,70 |
| 17 Junho | 1,50 | 1,52 | 1,54 | 1,56 | 1,59 | 1,61 | 1,63 | 1,66 | 1,68 |
| 15 Julho | 1,27 | 1,27 | 1,53 | 1,55 | 1,57 | 1,60 | 1,62 | 1,64 | 1,65 |
| 12 Agosto | 1,27 | 1,31 | 1,32 | 1,47 | 1,47 | 1,51 | 1,51 | 1,51 | 1,52 |
| 16 Setembro | 1,27 | 1,31 | 1,32 | 1,47 | 1,47 | 1,51 | 1,51 | 1,51 | 1,51 |
| 14 Outubro | — | — | — | — | — | — | — | — | 1,55 |
| 11 Novembro | — | — | — | — | — | — | — | — | 1,60 |
| 16 Dezembro | — | — | — | — | — | — | — | — | 1,55 |

Fonte: Mercado das ORTN.

Cr\$ 10 mil por prazo de 3 dias úteis. A questão, como já expusemos, foi solucionada pela Circular n° 145, do Banco Central, que proibiu a prática de tal mecanismo, informando que as instituições financeiras (leia-se bancos comerciais) só podem negociar LTN de que efetivamente disponham, quer em quantidade, quer em termos de prazo.

Por outro lado, o Banco Central, visando evitar a utilização de LTN por firmas médias, elevou paulatinamente o valor mínimo das letras vendidas, para valores da ordem de Cr\$ 100 mil, de modo a colocar o

papel em seu verdadeiro instrumento de política financeira, sendo basicamente utilizado apenas por instituições financeiras objetivando o melhor aproveitamento de seu encaixe.

No mercado de balcão, a partir de setembro e até o final do ano foram negociados Cr\$ 279 milhões de LTN, elevando assim o total de negociações com títulos públicos para Cr\$ 1 931 milhões, ou seja, aproximadamente 42% do volume total negociado com ações nas Bolsas do Rio e São Paulo.

Ao final de dezembro ocorreu o lançamento das LTN de 13 sema-

nas de prazo. Segundo consta, o principal objetivo das autoridades monetárias continuou a ser o de proporcionar melhores níveis de encaixe, de modo a possibilitar às instituições financeiras menores transações com LTN. O lançamento do papel se fez com sucesso.

Um último problema vem preocupando os estudiosos do mercado: até que ponto será possível ter um mercado de títulos públicos equivalente a 42% do movimento das duas principais Bolsas do país sem que os interessados — público comprador e instituições financeiras — não disponham de informação correta sobre algumas variáveis-chaves, tais como taxas de juros de vendas do Banco Central, volume semanal de venda e compra pelos principais operadores e o saldo das ORTN em circulação (dividido entre ORTN de livre movimentação pelos seus tomadores e aquelas de caráter compulsório). Informações deste tipo são fundamentais para o desenvolvimento do mercado, evitando a proliferação de grupinhos fechados de informação, negócios que apesar de legais representam burla, porque os interessados não estão a par do mer-

Tabela XI — Mercado de Balcão das ORTN de 1 ano de Prazo

| Mês (1970) | Transações em Cr\$ milhões |
|--------------|----------------------------|
| Janeiro | 85 |
| Fevereiro | 41 |
| Março | 77 |
| Abril | 94 |
| Maio | 159 |
| Junho | 266 |
| Julho | 297 |
| Agosto | 258 |
| Setembro | 180 |
| Outubro | 78 |
| Novembro | 52 |
| Dezembro | 65 |
| Total | 1 652 |

Nota: Até 10-9-70 somente foram totalizados os negócios realizados na praça do Rio de Janeiro.

Após 11-9-70 incluiu-se os negócios de São Paulo.

Fonte dos dados brutos: Organização S.N. Ltda.

Tabela XII — Operações no Mercado de Balcão com Letras do Tesouro Nacional — Rio e São Paulo

| Semana finda em (1970) | Maturidade em semanas | | | | | | | | | | | | Total semanal em Cr\$ milhões |
|------------------------------|--------------------------|------|------|------|------|------|-----------------------|------|-----|------|-----|------|-------------------------------------|
| | Rentabilidade em %, a.m. | | | | | | Valor em Cr\$ milhões | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| 18 Set. | — | 1,26 | 1,29 | 1,22 | 1,20 | 1,31 | — | 1,9 | 1,1 | 6,1 | 0,3 | 7,7 | 17,1 |
| 25 Set. | 1,21 | 1,14 | 1,28 | 1,29 | 1,26 | 1,30 | 1,5 | 1,3 | 0,9 | 0,6 | 1,5 | 2,7 | 9,6 |
| 2 Out. | — | 1,35 | 1,35 | 1,30 | 1,30 | 1,26 | — | 2,5 | 1,2 | 1,2 | 1,5 | 3,2 | 8,5 |
| 9 Out. | 0,92 | 1,03 | 1,00 | 1,24 | 1,22 | 1,26 | 2,8 | 1,3 | 5,7 | 1,3 | 5,1 | 6,3 | 22,5 |
| 23 Out. | — | 1,20 | 1,22 | 1,22 | 1,24 | 1,27 | — | 0,5 | 2,0 | 1,2 | 3,2 | 2,9 | 9,8 |
| 30 Out. | — | 1,11 | 1,23 | 1,18 | 1,21 | 1,25 | — | 0,5 | 2,0 | 0,2 | 0,4 | 2,2 | 5,3 |
| 6 Nov. | 0,62 | 1,14 | 1,22 | 1,25 | 1,24 | 1,36 | 4,2 | 2,0 | 0,7 | 2,4 | 2,8 | 8,5 | 20,6 |
| 13 Nov. | 1,04 | 1,16 | 0,90 | 1,20 | 1,20 | 1,26 | 2,0 | 6,1 | 0,5 | 1,1 | 1,0 | 3,8 | 14,5 |
| 20 Nov. | 1,14 | 1,18 | — | 1,22 | — | 1,25 | 2,4 | 0,7 | — | 2,0 | — | 3,5 | 8,6 |
| 27 Nov. | 1,18 | 1,21 | 1,21 | 1,24 | 1,15 | 1,28 | 3,9 | 3,0 | 4,0 | 3,7 | 3,1 | 6,6 | 24,3 |
| 4 Dez. | 1,01 | — | 1,24 | — | 1,23 | 1,26 | 5,6 | — | 0,5 | — | 7,4 | 13,3 | 26,3 |
| 11 Dez. | 1,10 | — | 1,18 | 1,28 | 1,27 | 1,29 | 1,1 | — | 1,6 | 12,1 | 7,7 | 9,8 | 32,3 |
| 18 Dez. | — | 1,18 | 1,24 | 1,24 | 1,25 | 1,31 | — | 3,7 | 4,1 | 4,1 | 2,5 | 22,5 | 36,9 |
| 24 Dez. | 1,04 | 1,00 | 1,23 | 1,23 | 1,23 | 1,26 | 5,5 | 2,9 | 2,0 | 0,1 | 1,3 | 5,2 | 17,0 |
| 30 Dez.* | 1,31 | 1,25 | 1,27 | 1,26 | 1,24 | — | 2,9 | 12,2 | 0,4 | 1,1 | 1,6 | — | 25,8* |

(*) Realizaram-se ainda, nessa semana, Cr\$ 7,6 milhões de transações com LTN de 12 semanas de maturidade a uma taxa média de 1,45% a.m.

Fonte dos dados brutos: Organização S.N. Ltda.

cado. É o que falta para o pleno êxito das LTN e ORTN, que, apesar de tudo, se constituíram em um dos maiores sucessos do Banco Central desde a sua instalação.

Sistema Financeiro Habitacional

Uma análise do comportamento do sistema financeiro habitacional é sempre de realização mais difícil do que para o sistema bancário. A simples comparação de saldos de empréstimos pouco adiciona. Assim, por exemplo, se em 31-12-69 o saldo de empréstimo do SFH fôsse de Cr\$ 100,00 e supondo um prazo médio de financiamento de 10 anos, ao final de 31-12-70 o saldo deveria ser de Cr\$ 90,00. Admitindo correção monetária de 20% e não realização de qualquer empréstimo em 1970, em 31-12-70 o saldo seria pois de Cr\$ 118,00. Quem quer que comprasse desavisadamente essas duas cifras (100 e 118) seria levado a concluir, portanto, que os empréstimos teriam aumentado 18%, quando na realidade diminuíram 10%, desde que não foi realizado novo financiamento e liquidados 10% do principal. Assim, as cifras de saldos de empréstimos devem ser sempre examinadas levando-se em conta o percentual de

correção monetária no período e, se possível, o prazo médio. Mais ainda, seria mais relevante a cifra de desembolsos de caixa para aplicações a preços constantes, que se constitui no indicador ideal do comportamento do sistema.

Os problemas contábeis decorrentes da correção monetária não podem ser minimizados. Ao contrário do exemplo anterior em que a correção se processou anualmente, na prática ela é realizada trimestralmente, incidindo portanto a correção de um trimestre sobre a do trimestre anterior. Consequentemente, o valor total da correção monetária em 1 ano deve ser calculado de forma acumulada, multiplicando-se sucessivamente as correções dos 4 trimestres do ano, ou, de maneira simplificada, através da divisão do valor da UPC no 4º trimestre de um ano pelo do 4º trimestre do ano anterior. A simples soma dos valores percentuais da correção monetária dos 4 trimestres indicará resultados incorretos. Assim, em 1970 o valor exato da correção monetária foi de 19,26%, enquanto a soma das correções trimestrais foi somente de 18,05%. Para 1969, esses 2 percentuais foram, respectivamente, 17,83% e ..

16,77%. A diferença é, pois, significativa.

À luz dessa explicação inicial que irá parecer, sem dúvida, bizantina aos analistas de boa categoria do SFH, pode-se passar a uma descrição dos principais acontecimentos do sistema em 1970. A preços de junho/70, o valor dos desembolsos no 1º semestre/70 foi de Cr\$ 794 milhões, representando recuperação de 48% em relação ao 2º semestre/69, ou de 14% em relação à média dos 2 semestres/69. Não há ainda dados disponíveis dos desembolsos para empréstimos no 2º semestre.

As informações do balanço do BNH indicam aumento de 69% em seu ativo, destacando-se um acréscimo de 74% nos financiamentos. As ORTN tiveram crescimento moderado de 66%. A distribuição dos empréstimos do BNH foi algo alterada. Utilizando dados de set/70 e comparando-os com dez/69, verifica-se que os empréstimos do BNH às Caixas Econômicas diminuíram de 18 para 12% dos empréstimos totais, tendo os bancos comerciais elevado sua participação de 14 para 16%. Para os demais recipientes dos empréstimos do BNH não se verificaram alterações importantes.

Tabela XIII — Balancete do Banco Nacional da Habitação — Cr\$ milhões

| Item | 1969 | 1970 | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Dez. | Jun. | Set. | Dez. |
| ATIVO | | | | |
| Encaixe | 41 | 33 | 48 | 30 |
| Financiamentos e Refinanciamentos Imobiliários | 3 582 | 4 962 | 5 522 | 6 231 |
| Caixas Econômicas | 662 | 760 | 671 | ... |
| Cohab | 783 | 1 086 | 1 255 | ... |
| Coophab | 601 | 863 | 988 | ... |
| Sociedades de Crédito Imobiliário | 286 | 397 | 498 | ... |
| Mercado de Hipotecas | 418 | 619 | 672 | 881 |
| Bancos | 511 | 764 | 898 | ... |
| Instituto de Previdência | 67 | 101 | 114 | ... |
| Associações de Poupança e Empréstimo | 117 | 185 | 211 | ... |
| Outros | 137 | 187 | 215 | ... |
| Investimentos Mobiliários | 688 | 883 | 984 | 1 047 |
| Letras Imobiliárias | 139 | 135 | 146 | 137 |
| Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional | 549 | 748 | 838 | 910 |
| Imobilizado | 27 | 37 | 42 | 48 |
| Outros Créditos | 56 | 59 | 43 | 75 |
| TOTAL DO ATIVO E DO PASSIVO | 4 389 | 5 974 | 6 639 | 7 431 |
| PASSIVO | | | | |
| Recursos Próprios | 526 | 707 | 791 | 942 |
| Recursos de Terceiros | 3 863 | 5 267 | 5 848 | 6 489 |
| Depósitos Especiais | 3 651 | 4 989 | 5 568 | 6 193 |
| F.G.T.S. | 3 611 | 4 877 | 5 432 | 6 040 |
| Entidades do Sistema Habitacional | 40 | 112 | 136 | 153 |
| Letras Imobiliárias de Emissão do BNH | 108 | 131 | 132 | 148 |
| Financiamentos Externos | 85 | 92 | 92 | 127 |
| Outras Exigibilidades | 19 | 55 | 56 | 21 |

Fonte: Banco Nacional da Habitação.

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço proporcionou ao BNH um total de Cr\$ 1 514 milhões (líquidos, deduzidos ressarcimentos) em 1970, contra Cr\$ 1 224 mi-

lhões em 1969, com aumento de 23,69%, portanto acima do crescimento dos preços. Mais favorável ainda foi possivelmente o comportamento da relação ressarcimento/

arrecadação do FGTS, que da média de 32,8% em 1968 passou apenas para 39,8% em 1970, quando as primeiras estimativas eram de que chegaria a 50%.

Chapas; ferro para construção, Ca 24,50 e 60, chato, cantoneira, quadrado, Tee, vigas, tubos para todos os fins, arames, cimento.

D. F.: Brasília
Guanabara: Rio, Campo Grande
E. do Rio: Niterói, Nova Iguaçu, Caixias, Rezende, Teresópolis, Campos, Nova Friburgo
S. Paulo: Capital, Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Pres. Prudente, Marília, Araraquara, Araçatuba, Catanduva



Paraná: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina
R. G. do Sul: Porto Alegre, Novo Hamburgo, Pelotas
Minas: Belo Horizonte, Gov. Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia, Divinópolis, T. Ottoni
Goiás: Goiânia, Anápolis
E. Santo: Vitória

Desde 1936 servindo a Indústria e a construção civil do Brasil.

Tabela XIV— Fundo de Garantia de Tempo de Serviço — Cr\$ milhões

| Mês | Arrecadação bruta | Ressarcimentos efetuados | Arrecadação liquida |
|-------------|----------------------|-----------------------------|------------------------|
| 1969 — Jan. | 118 | 29 | 89 |
| Fev. | 139 | 27 | 112 |
| Mar. | 191 | 41 | 150 |
| Abr. | 139 | 36 | 103 |
| Mai. | 132 | 42 | 90 |
| Jun. | 136 | 48 | 88 |
| Jul. | 144 | 46 | 98 |
| Agô. | 151 | 36 | 115 |
| Set. | 154 | 53 | 101 |
| Out. | 165 | 76 | 89 |
| Nov. | 162 | 76 | 86 |
| Dez. | 161 | 58 | 103 |
| 1970 — Jan. | 166 | 61 | 105 |
| Fev. | 196 | 59 | 137 |
| Mar. | 259 | 65 | 194 |
| Abr. | 191 | 76 | 115 |
| Mai. | 181 | 86 | 95 |
| Jun. | 188 | 76 | 112 |
| Jul. | 194 | 96 | 98 |
| Agô. | 207 | 98 | 109 |
| Set. | 235 | 94 | 141 |
| Out. | 231 | 89 | 142 |
| Nov. | 231 | 115 | 116 |
| Dez. | 237 | 97 | 140 |

Fonte: Banco Nacional da Habitação.

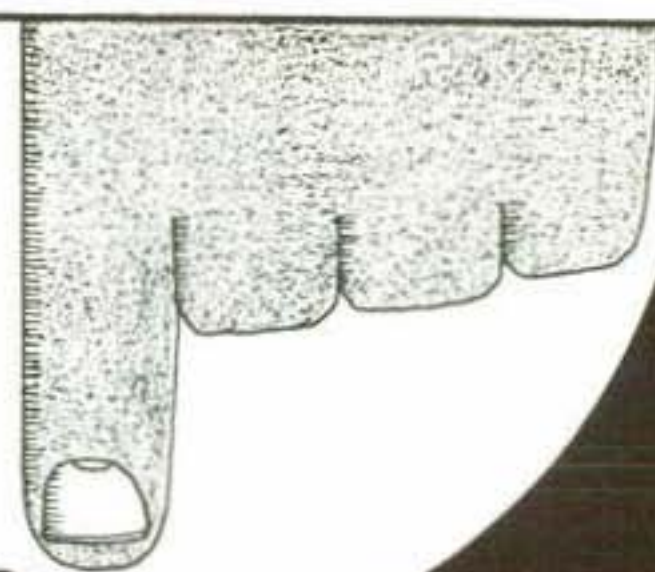
Sociedades de Crédito Imobiliário

Ao final de novembro/70 o saldo de depósitos de poupanças nas SCI atingia Cr\$ 147 milhões, contra Cr\$ 73 milhões no final de 1969 (+ 101%). Em 1970 (até novembro) as letras imobiliárias proporcionaram Cr\$ 637 milhões de recursos líquidos às SCI, contra Cr\$ 506 milhões para todo o ano de 1969. O comportamento das SCI no 1º semestre/70 foi bem satisfatório em relação aos custos operacionais: em termos da relação custo operacional do semestre/saldo médio de financiamentos, decresceu de 2,4% em 1969 para 1,9% no 1º semestre/70. Houve, é claro, forte variação, sendo o custo operacional mais elevado, decorrência provável da abertura de um número exagerado de agências. Parece que a melhor solução para a captação continua sendo a de utilizar agências bancárias — o que implica em custo operacional próximo de zero para as SCI, à semelhança do que faz a COPEG — e não em abrir dependências próprias.

O prazo de permanência médio dos depósitos nas SCI evoluiu de 100 dias em 1969 para 129 dias em 1970. O número de contas nas SCI era de 205 mil no final de novembro, com saldo médio de Cr\$ 717,00. Somente no 1º semestre/70 elas conseguiram captar 36 mil novos depositantes. Em setembro, os empréstimos do BNH à elas era de Cr\$ 672 milhões, contra Cr\$ 418 milhões no final de 1969.

Como repercussão desfavorável às SCI, destaca-se a Resolução n° 164, de 24-11-70, do Banco Central, que autorizou os fundos mútuos de investimentos a adquirirem letras de câmbio, sem que se desse igual oportunidade à letra imobiliária. É claro que tal notícia teve impacto negativo no setor, o que veio simplesmente agravar a intenção de muitas SCI de dar maior atenção aos depósitos de poupança e menor às letras imobiliárias.

No 1º semestre/70 as SCI eram responsáveis por 44% dos financiamentos imobiliários do SBPE, contra 43% em 1969. O valor médio do imóvel financiado por elas foi de Cr\$ 51,6 milhões, com 98 m².



**Quem lhe
disse que
Matemática
Financeira
e Economia
Política
são
assuntos
complicados?**

Tudo depende de um bom estudo introdutório, que dispense conhecimentos excepcionais, facilitando a compreensão sem falsear o conteúdo.

Leia Elementos de Matemática Financeira de Luiz A. F. Cavalcheiro e/ou O Que Devemos Conhecer de Economia Política e Finanças de Luiz Souza Gomes.

À venda nas principais livrarias ou pelo reembolso postal.
Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, Praia de Botafogo, 188, CP 21.120, ZC-05, Rio, GB.

sendo o financiamento realizado pelas SCI de Cr\$ 36,3 milhões implicando portanto em poupança in-

duzida próxima a 30%. Houve ligeiro aumento na área média da habitação financiada em 1970.

Associações de Poupança e Empréstimo

Tabela XV — Vendas Líquidas de Letras Imobiliárias — Cr\$ milhões

| Período | Ao Público | | Ao BNH | | Total | |
|-----------------|------------|-------------------------|------------|-------------------------|------------|-------------------------|
| | No período | Saldo em fim de período | No período | Saldo em fim de período | No período | Saldo em fim de período |
| 1966 | 7 | 7 | 5 | 5 | 12 | 12 |
| 1967 | 133 | 140 | 70 | 75 | 203 | 215 |
| 1968 | 321 | 461 | 29 | 104 | 350 | 565 |
| 1969 — 1.ª Sem. | 239 | 700 | 19 | 123 | 258 | 823 |
| 2.ª Sem. | 222 | 922 | 26 | 149 | 248 | 1071 |
| 1970 — Jan. | 70 | 1 922 | — | 149 | 70 | 1 141 |
| Fev. | 45 | 1 037 | 4 | 153 | 49 | 1 190 |
| Mar. | 45 | 1 082 | 0 | 153 | 45 | 1 235 |
| Abr. | 71 | 1 153 | — | 153 | 71 | 1 306 |
| Mai. | 73 | 1 226 | — | 153 | 73 | 1 379 |
| Jun. | 50 | 1 276 | — | 153 | 50 | 1 429 |
| Jul. | 71 | 1 347 | (7) | 146 | 64 | 1 493 |
| Agô. | 58 | 1 405 | — | 146 | 58 | 1 551 |
| Set. | 27 | 1 432 | (7) | 139 | 20 | 1 571 |
| Out. | 69 | 1 501 | — | 139 | 69 | 1 640 |
| Nov. | 68 | 1 569 | — | 139 | 68 | 1 708 |

Nota: O valor entre parênteses indica resgate líquido.

Fonte: Banco Nacional da Habitação.

Os depósitos de poupança das APE somavam Cr\$ 130 milhões no final de novembro, com o total de 151 mil depositantes, ao valor médio de Cr\$ 861,00. O crescimento nos depósitos foi de 110%, esperando-se que no decorrer de 1971 o total dos depósitos das APE ultrapasse o das SCI.

De modo geral, a área do imóvel financiado pelas APE em 1970 (102 m²) manteve-se bem próxima da de 1969, bem como seu valor próximo de Cr\$ 40 milhões a preços de junho/70. A ajuda financeira do BNH às APE atingiu Cr\$ 187 milhões em set/70, com aumento de 36% em relação a dez/69.

Tabela XVI — Depósitos de Poupança — Saldos em Cr\$ milhões

| Meses | Caixas Econômicas | | | Sociedades de Crédito Imobiliário (1) | | | APE | | | Total | | |
|-------------|-------------------|--------|-------|---------------------------------------|--------|-------|-------------|--------|-------|-------------|--------|-------|
| | Voluntários | Outros | Total | Voluntários | Outros | Total | Voluntários | Outros | Total | Voluntários | Outros | Total |
| 1969 — Mar. | 295 | 25 | 320 | 35 | 21 | 56 | 31 | 1 | 32 | 361 | 47 | 408 |
| Jun. | 392 | 18 | 410 | 40 | 15 | 55 | 40 | 2 | 42 | 472 | 35 | 507 |
| Set. | 590 | 18 | 608 | 50 | 9 | 59 | 52 | 2 | 54 | 692 | 29 | 721 |
| Dez. | 732 | 20 | 752 | 67 | 6 | 73 | 60 | 2 | 62 | 859 | 28 | 887 |
| 1970 — Jan. | 794 | 16 | 810 | 69 | 9 | 78 | 65 | 3 | 68 | 928 | 28 | 956 |
| Fev. | 846 | 13 | 859 | 77 | 9 | 86 | 68 | 3 | 71 | 991 | 25 | 1 016 |
| Mar. | 896 | 13 | 909 | 82 | 14 | 96 | 70 | 3 | 73 | 1 048 | 30 | 1 078 |
| Abr. | 967 | 11 | 978 | 87 | 12 | 99 | 75 | 3 | 78 | 1 129 | 26 | 1 155 |
| Mai. | 1 125 | 17 | 1 142 | 110 | 2 | 112 | 80 | 3 | 83 | 1 315 | 17 | 1 332 |
| Jun. | 1 227 | 12 | 1 239 | 112 | 2 | 114 | 86 | 4 | 90 | 1 425 | 18 | 1 443 |
| Jul. | 1 390 | 6 | 1 396 | 120 | 2 | 122 | 98 | 4 | 102 | 1 608 | 12 | 1 620 |
| Agô. | 1 446 | 6 | 1 452 | 121 | 2 | 123 | 101 | 4 | 105 | 1 668 | 12 | 1 680 |
| Set. | 1 558 | 12 | 1 570 | 128 | 2 | 130 | 105 | 5 | 110 | 1 791 | 19 | 1 810 |
| Out. | 1 602 | 15 | 1 617 | 135 | 2 | 137 | 117 | 5 | 122 | 1 854 | 22 | 1 876 |
| Nov. | 1 687 | 17 | 1 704 | 145 | 2 | 147 | 125 | 5 | 130 | 1 957 | 24 | 1 981 |

(1) Inclusive as Carteiras Imobiliárias das Soc. de Créd. Financ. e Investimentos.

Fonte: Banco Nacional da Habitação.

EL CORREO DE LA UNESCO agora nas bancas

Caixas Econômicas

Os depósitos de poupança das Caixas Econômicas sofreram o violento acréscimo de 127% em 1970, quando 966 mil depositantes ao valor médio de Cr\$ 1 764,00 operavam

com a Caixa. Verificou-se inclusive substancial aumento no prazo médio de permanência de depósito na Caixa, de 710 dias em 1969 para 1 000 dias em 1970. Em 1970 as Caixas não lograram inverter a

tendência de conceder, percentualmente dentro do SBPE, menos financiamentos: de 67% dos financiamentos totais concedidos em 1967 somente realizaram 49% dos de 1970.

Tabela XVII — Valor Nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e da Unidade Padrão de Capital (UPC) do Banco Nacional da Habitação — Cr\$

| Valor vigente para as Obrigações com correção trimestral = Unidade Padrão de Capital do BNH | | | | | | | | | Valor vigente para as Obrigações com correção mensal | | | | | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Período | 1964 | 1965 | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 | 1971 | Mês | 1965 | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 | 1971 |
| Jan./mar. | — | 11,30 | 16,60 | 23,23 | 28,48 | 35,62 | 42,35 | 50,51 | Jan. | — | 16,60 | 23,23 | 28,48 | 35,62 | 42,35 | 50,51 |
| | | | | | | | | | Fev. | — | 17,05 | 23,78 | 28,98 | 36,27 | 43,30 | — |
| | | | | | | | | | Mar. | — | 17,30 | 24,28 | 29,40 | 36,91 | 44,17 | — |
| Abr./jun. | — | 13,40 | 17,60 | 24,64 | 29,83 | 37,43 | 44,67 | — | Abr. | — | 17,60 | 24,64 | 29,83 | 37,43 | 44,67 | — |
| | | | | | | | | | Mai. | — | 18,28 | 25,01 | 30,39 | 38,01 | 45,08 | — |
| | | | | | | | | | Jun. | — | 19,09 | 25,46 | 31,20 | 38,48 | 45,50 | — |
| Jul./set. | 10,00 | 15,20 | 19,87 | 26,18 | 32,09 | 39,00 | 46,20 | — | Jul. | — | 19,87 | 26,18 | 32,09 | 39,00 | 46,20 | — |
| | | | | | | | | | Agô. | — | 20,43 | 26,84 | 32,81 | 39,27 | 46,61 | — |
| | | | | | | | | | Set. | 15,70 | 21,01 | 27,25 | 33,41 | 39,56 | 47,05 | — |
| Out./dez. | 10,00 | 15,90 | 21,61 | 27,38 | 33,88 | 39,92 | 47,61 | — | Out. | 15,90 | 21,61 | 27,38 | 33,88 | 39,92 | 47,61 | — |
| | | | | | | | | | Nov. | 16,05 | 22,18 | 27,57 | 34,39 | 40,57 | 48,51 | — |
| | | | | | | | | | Dez. | 16,30 | 22,69 | 27,96 | 34,95 | 41,52 | 49,54 | — |



CADASTRO DELTA



É a solução mais simples para
se obter informações sobre as
firmas industriais e comerciais
do Brasil

- EDITADO EM 3 VOLUMES COM 2.500 PAGINAS CONTENDO CÊRCA DE 80.000 FICHAS INFORMATIVAS, CLASSIFICADAS POR ESTADOS, POR ORDEM ALFABÉTICA DE NOMES, POR PRODUTOS OU ATIVIDADES, INCLUINDO ALÉM DO ENDERÊÇO COMPLETO, O CAPITAL REGISTRADO E OS NOMES DOS SÓCIOS OU DIRETORES DE CADA FIRMA.
- PEDIDOS E INFORMAÇÕES A

ALBEISA DO BRASIL (EDITORES) LTDA.

Matriz: RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 255 - 7.º and. - cj. 705 - Tel. 35-5769 - São Paulo

Filial RIO: RUA DA ASSEMBLÉIA, 11 - s/l.201 - Tel. 231-2217 - Rio de Janeiro - GB



Diagnosticado
e tratado a tempo
**O CÂNCER
TEM CURA**

colabore

com a Campanha Nacional de Combate ao Câncer,
depositando qualquer donativo no seu banco em nome da campanha.

Mercado de Ações – Novas Altas em 1970 e Maior Atividade

O mercado de ações passou por 3 fases distintas durante o ano. No primeiro trimestre, a tendência era de alta nas cotações, especialmente em fevereiro. A partir de abril e até junho, o mercado esteve em declínio. No final do semestre as cotações estavam, segundo o Índi-

ce BV, 10,5% abaixo dos níveis do início do ano, e segundo a Média SN, 0,5% acima. No 2º semestre o quadro se modificou totalmente: o mercado esteve em alta, sem interrupção significativa até o fim de setembro. Em outubro houve reação que durou até meados de no-

vembro quando o mercado esteve novamente em alta. Segundo os principais indicadores do mercado, as ações se valorizaram entre 55% (Índice Bovespa) e 95% (Índice BV e Média SN) em 1970.

A Tabela I indica as oscilações mensais da Média SN no período,

Mercado de Ações nas Bólsas de Valores

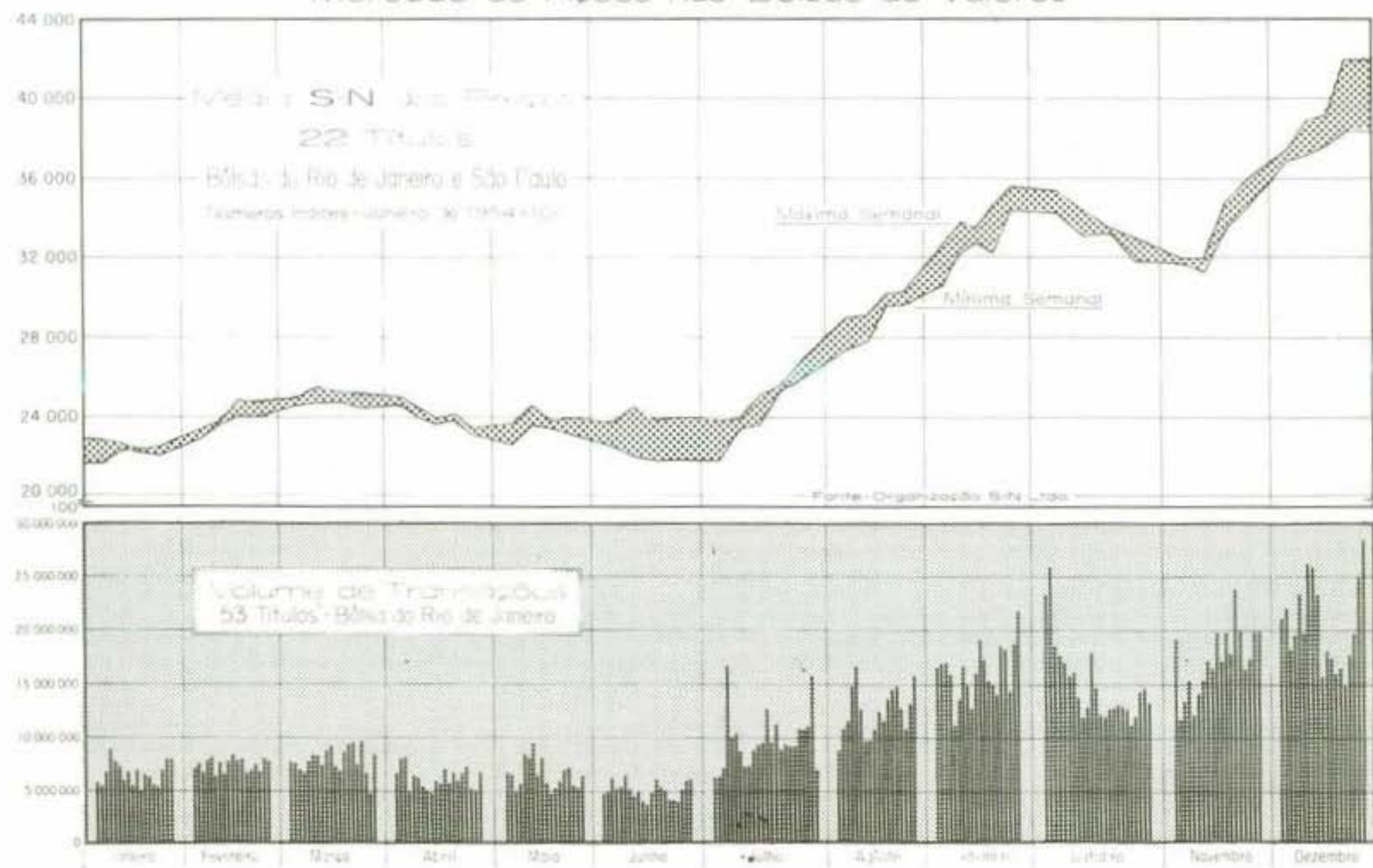


Tabela I — Oscilações da Média SN e Valor dos Negócios na Bolsa do Rio de Janeiro

| Mês | Jan. | Fev. | Mar. | Abr. | Mai. | Jun. | Jul. | Agô. | Set. | Out. | Nov. | Dez. |
|-------------------------------------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|-------|--------|--------|
| Média S-N | +4,3% | +10,3% | +3,0% | -6,9% | +0,3% | -9,4% | +21,7% | +15,1% | +13,9% | -7,0% | +10,6% | +18,4% |
| Volume de Negócios Cr\$ milhões (*) | 6,7 | 7,2 | 7,6 | 5,9 | 6,1 | 4,8 | 9,2 | 12,0 | 15,6 | 14,7 | 16,8 | 20,3 |

(*) Média diária de transações em ações negociáveis, Bolsa do Rio de Janeiro.

além de demonstrar a evolução do valor dos negócios na principal bolsa do país.

Pode-se dizer que o mercado foi bastante seletivo. Houve 3 setores de maior procura e que lideraram a lista das ações que mais subiram em 1970: mineração, siderurgia e bancos estatais. Estes ramos tiveram 8 entre as 10 ações que melhor resultado apresentaram. No setor de mineração, temos a SAMITRI, com 594%, e a Vale do Rio Doce, com 407%. No setor siderúrgico os resultados foram: Hime 413%, CBUM 400%, Belgo-Mineira 350%, e Siderúrgica Nacional 236%. Entre os bancos estatais o Banco do Nordeste rendeu 403% e o Banco do Brasil 239%.

As companhias de mineração mostraram excelentes resultados e se beneficiaram dos incentivos que o governo tem dado à exportação, expandindo consideravelmente seu faturamento no período.

O setor siderúrgico teve acentuada melhora no 2º semestre do ano, com as notícias do estímulo governamental à sua expansão em bases rentáveis. Uma política de preços mais realista para produtos de aço fez crescer os lucros das empresas siderúrgicas.

Talvez o aspecto mais significativo do mercado de ações em 1970 tenha sido o aumento no nível das suas atividades, particularmente no 2º semestre, quando o volume médio de negócios na Bolsa do Rio mais que triplicou, superando . . . Cr\$ 20 milhões por dia em dezembro. Uma provável explicação deste fenômeno é que a Bolsa tem atraído recursos do exterior. Entretanto, não acreditamos que tais investimentos se hajam feito nas

proporções indicadas, devido às dificuldades impostas pela atual legislação sobre remessa de lucros. O que realmente se nota é que poupanças internas têm sido mais mo-

Patrimônio Líquido dos Fundos de

| Posição no Fim do Ano | 1970 |
|-----------------------|-------|
| "Livres" | 1 216 |
| "157" | 484 |

O mercado de imóveis e de títulos de renda fixa teve reduções nas suas atividades, especialmente no 2º semestre/70, o que nos leva a concluir, que pelo menos parte desses recursos passou para ações e cotas de fundos de investimento. De fato, um dos motivos da alta nos preços das ações ocorrida a partir de julho foi a escassez de letras de câmbio, que motivou investidores nestes títulos a comprarem ações.

As principais ocorrências institucionais em 1970 foram:

— início em janeiro do funcionamento do mercado nacional. O objetivo deste é dar maior entrosamento entre as Bolsas de Valores do país, já sendo possível registrar títulos para negociação na Bolsa onde a empresa tem sede, os quais ficam automaticamente negociáveis em qualquer outra bolsa. Esta medida facilitou a ampliação do mercado dando maior divulgação a títulos que antes se negociavam apenas na região onde eram mais conhecidos.

— divulgação em janeiro da Resolução 131, limitando a proliferação de fundos de investimento até época em que poderiam ser mais bem regulamentados e fiscalizados.

— redução obrigatória nas taxas

tivadas para aplicação no mercado de ações, diretamente, ou através dos fundos de investimento, que cresceram mais de 100% em 1970, como se vê da Tabela abaixo.

Investimento (Cr\$ milhões)

| | 1969 | 1968 | 1967 | 1966 |
|----------|------|------|------|------|
| "Livres" | 553 | 199 | 68 | 43 |
| "157" | 372 | 128 | 42 | — |

de juros através de Resoluções do Banco Central, divulgadas em fevereiro. Menores taxas de juros tendem a favorecer o mercado de ações. Em fevereiro a Média SN subiu 10,3%.

— a redução em 1970 do incentivo fiscal para pessoas jurídicas aplicarem em fundos 157 para 1% e a limitação nos investimentos destes; dos seus recursos, apenas 1/3 poderiam ser aplicados em resgates de cotas ou compras de ações em Bolsa.

— em fins do semestre foram baixadas novas instruções com relação aos fundos fiscais, que contribuíram para melhorar a situação, reduzindo a pressão de vendas de ações em Bolsa: a) extensão dos incentivos fiscais aos pequenos contribuintes do imposto de renda; b) inversão da proporção de 1/3 para 2/3 para compra de ações em Bolsa ou resgates; c) dilatação do prazo obrigatório de investimento nos fundos 157, que passou de 2 anos para média acima de 3, providência que no futuro amenizará a pressão de resgates nesses fundos.

— divulgação, em abril, da Resolução 145, regulamentando fundos de investimento com o objetivo de estabelecer: dimensões mínimas do fundo e do administrador; os di-

reitos dos cotistas e as obrigações do administrador; como calcular o valor do fundo e das suas cotas; formas de emitir e resgatar investimentos no fundo; características do certificado de investimento; despesas que poderão ser debitadas pelo administrador ao fundo; regras para a composição da carteira de títulos, inclusive a de que pelo menos 60% deverão ser representados por ações e debêntures conversíveis em ações; normas para aplicação dos recursos do fundo; normas sobre publicidade e remessa de documentos; requisitos básicos para planos de investimento.

— aumento de capital do Banco do Brasil, sobre o qual já se especulava em maio, mas que somente ficou definido em julho quando foi convocada a Assembléia que autorizou bonificação em ações de 100% e subscrição na mesma proporção. Esta notícia provocou uma procura desta ação que teve o efeito de "puxar" a cotação de outros títulos, sendo um dos fatores contribuintes para a alta no mercado que se iniciou em julho.

— em novembro, foi divulgada a Resolução 164 complementando a de nº 145 e que permitiu aos fundos aplicarem até 15% do seu patrimônio líquido em letras de câmbio.

Outro acontecimento importante em 1970 foi a evolução do mercado para novos lançamentos de ações, especialmente no último trimestre do ano, quando 6 déles no valor global acima de Cr\$ 80 milhões foram colocados com absoluto sucesso. Realmente, o êxito dos novos lançamentos foi tal que o problema não era a venda das ações, mas sim satisfazer os pedidos, sempre em quantidade várias vezes superior ao número de títulos disponíveis. A Tabela II dá idéia da evolução do número e valor dos lançamentos feitos nos 4 últimos anos.

Uma das principais vantagens, para a Bólsa, do crescente volume de lançamentos novos é o alargamento do mercado através da maior variedade de escolha, que contribui para evitar oscilações

Tabela II — Rentabilidade das Principais Ações — 1970

| Companhias | | Valori- zação 1970 | Rentabi- lidade dos Divi- dendos | Rentabilidade Total | |
|--------------------------------|-------|--------------------------|---|---------------------|----------|
| | | | | 1970 | 1969 |
| Samitri | OP | +591,4 | + 3,0 | +594,4 | +656,9 |
| Hime | PP | +412,8 | —0— | +412,8 | + 75,9 |
| Vale do Rio Doce | PP | +405,7 | + 1,1 | +406,8 | +161,9 |
| Banco do Nordeste | ON | +398,6 | + 4,3 | +402,9 | NA |
| CBUM | OP | +400,0 | —0— | +400,0 | +151,5 |
| Belgo | OP | +345,8 | + 4,6 | +350,4 | +167,2 |
| Brasileira de Roupas | PP | +266,9 | +29,0 | +295,9 | + 28,0 |
| Siderúrgica Nacional | PP | +229,6 | + 6,1 | +235,7 | +112,0 |
| Banco do Brasil | ON | +229,1 | + 0,1 | +229,2 | +770,6 |
| Máquinas Piratininga | PP | +217,0 | + 6,6 | +223,6 | +380,4 |
| Artes Gráficas Gomes de Souza | OP | +202,4 | +12,0 | +214,4 | + 1,3 |
| Magnesita | OP | +192,4 | + 5,7 | +198,1 | + 94,1 |
| Manah | OP | +173,5 | + 3,3 | +176,8 | +158,6 |
| Mannesmann | OP | +172,6 | —0— | +172,6 | +225,3 |
| Listas Telefônicas Brasileiras | OP | +146,6 | + 9,1 | +155,7 | + 38,5 |
| José Olympio | PN | +116,9 | +12,3 | +129,2 | + 35,0 |
| Mesbla | PP | + 94,4 | + 7,2 | +101,6 | + 34,0 |
| Kelson's | PP | + 90,4 | + 2,9 | + 93,3 | NA |
| União Refinaria | OP | + 87,3 | + 5,8 | + 93,1 | +328,6 |
| Banco do Estado da Guanabara | ON | + 77,5 | + 2,4 | + 79,9 | +1 021,2 |
| Banespa | ON | + 69,3 | + 2,7 | + 72,0 | +732,3 |
| Copas | OP | + 57,7 | + 2,8 | + 60,5 | NA |
| Prog. Industrial | PP | + 51,6 | + 7,9 | + 59,5 | + 78,1 |
| Cacique Café Sol. | PP | + 50,0 | + 1,5 | + 51,5 | +451,0 |
| Mesbla | OP | + 44,0 | + 7,2 | + 51,2 | + 16,7 |
| Aços Villares | PP b | + 41,6 | —0— | + 41,6 | + 94,8 |
| Bradesco | ON-PN | + 37,5 | + 4,0 | + 41,5 | +161,6 |
| Ultramar | PP | + 33,2 | + 7,9 | + 41,1 | NA |
| Ducal | PP | + 23,4 | +13,8 | + 37,2 | + 22,7 |
| Brahma | PP | + 31,7 | + 3,7 | + 35,4 | +169,3 |
| Light | OP | + 10,3 | +25,0 | + 35,3 | + 99,8 |
| América Fabril | OP | + 32,4 | —0— | + 32,4 | + 30,8 |
| Aços Villares | PP a | + 29,5 | —0— | + 29,5 | + 80,2 |
| Banco Noroeste SP | ON | + 26,1 | + 2,4 | + 28,5 | +290,0 |
| Brahma | OP | + 24,3 | + 2,6 | + 26,9 | +165,3 |
| Acesita | OP | + 26,4 | —0— | + 26,4 | NA |
| Brasileira Petróleo Ipiranga | PP | + 15,7 | + 8,4 | + 24,1 | +146,1 |
| Dona Rosa | PN | + 12,1 | +10,7 | + 22,8 | + 36,0 |
| Souza Cruz | OP | + 16,5 | + 4,1 | + 20,6 | +220,7 |
| Moinho Santista | OP | + 16,5 | + 4,0 | + 20,5 | +240,7 |
| Alpargatas | OP | + 16,8 | + 3,4 | + 20,2 | +154,7 |
| Dona Isabel | PP | + 6,5 | +12,9 | + 19,4 | + 49,1 |
| Moinho Fluminense | OP | + 11,5 | + 6,9 | + 18,4 | +206,5 |
| Alpargatas | PP | + 14,5 | + 3,5 | + 18,0 | NA |
| Indústrias Villares | OP b | + 14,7 | + 2,6 | + 17,3 | +299,9 |
| Brasileira Energia Elétrica | OP | + 4,2 | +12,2 | + 16,4 | + 91,8 |
| Banco Andrade Arnaud | ON | —0— | +14,5 | + 14,5 | + 80,2 |
| F. L. Paraná | OP | — 1,8 | +15,5 | + 13,7 | +106,8 |
| Indústrias Villares | OP | + 10,6 | + 3,0 | + 13,6 | +235,0 |
| Brasileira Petróleo Ipiranga | OP | + 8,9 | + 4,6 | + 13,5 | NA |
| Casa Masson | ON | —0— | +10,9 | + 10,9 | + 28,6 |
| Artex | PP b | + 4,7 | + 5,5 | + 10,2 | +372,6 |
| Banco Itaú América | ON | + 6,6 | + 2,8 | + 9,4 | +117,9 |
| Casa Anglo | OP | + 6,4 | + 2,0 | + 8,4 | +184,9 |
| Artex | OP | — 1,6 | + 7,4 | + 5,8 | +196,9 |
| Lojas Americanas | OP | + 3,2 | + 2,4 | + 5,6 | +138,7 |
| Indústrias Villares | PP a | + 1,6 | + 2,4 | + 4,0 | +274,9 |
| União de Bancos | PN | — 6,3 | +10,2 | + 3,9 | + 86,0 |
| Antártica | OP | — 2,5 | + 2,0 | — 0,5 | +343,1 |
| Cimaf | OP | — 2,9 | + 2,2 | — 0,7 | +538,0 |
| Ferro Brasileiro | OP | — 2,7 | + 1,3 | — 1,4 | +406,2 |
| Artex | PP a | —11,5 | + 6,0 | — 5,5 | +248,3 |
| Paulista Força e Luz | OP | —15,4 | + 9,9 | — 5,5 | +131,5 |
| Cimento Itaú | PP | — 7,5 | + 1,6 | — 5,9 | +134,8 |
| T. Janér | PP | —12,2 | + 6,3 | — 5,9 | +140,0 |
| Arno | PP | —12,1 | + 5,8 | — 6,3 | +217,6 |
| Docas | OP | — 6,9 | —0— | — 6,9 | + 67,0 |
| Cimento Itaú | ON | —10,2 | + 3,3 | — 6,9 | +148,0 |
| Ford Willys | OP | — 8,2 | —0— | — 8,2 | + 80,9 |
| F.L.M.G. | OP | —20,5 | +11,5 | — 9,0 | +146,0 |
| Brasmotor | OP | —13,4 | + 4,2 | — 9,2 | + 72,1 |
| Estrêla | PP | —10,4 | —0— | —10,4 | + 21,0 |
| Nova América | OP | —17,0 | + 4,3 | —12,7 | +194,8 |
| Cimento Aratu | OP | —15,9 | —0— | —15,9 | + 76,9 |
| Carioca Industrial | OP | —16,0 | —0— | —16,0 | — 31,7 |
| Brasmotor | PP | —26,7 | + 8,0 | —18,7 | +100,6 |
| Fiat Lux | OP | —20,7 | —0— | —20,7 | +194,3 |
| Duratex | OP | —25,9 | + 4,3 | —21,6 | + 35,2 |
| Refinaria Petróleo União | PN | —27,2 | + 3,6 | —23,6 | +275,2 |
| White Martins | OP | —26,5 | + 1,6 | —24,9 | +181,8 |
| Petrobrás | PP | —28,7 | + 2,7 | —26,0 | +303,9 |
| Petrobrás | ON | —32,1 | + 5,9 | —26,2 | +126,2 |
| Lacta | OP | —34,8 | + 8,3 | —26,5 | NA |
| Duratex | PP | —30,5 | + 3,7 | —26,8 | + 53,3 |
| Banco Mercantil SP | ON | —34,4 | + 6,9 | —27,5 | +115,6 |
| Eletromar | OP | —36,6 | + 8,4 | —28,2 | + 73,8 |
| Banco Brasil | ON | —33,3 | + 4,3 | —29,0 | +175,7 |
| Supergasbrás | OP | —32,3 | + 3,1 | —29,2 | +416,3 |
| Banco Francês Brasileiro | ON | —29,4 | —0— | —29,4 | + 73,3 |
| Banco Comércio Indústria SP | PN | —38,4 | + 7,3 | —31,1 | + 68,9 |
| Fundição Tupy | PP a | —35,6 | + 3,6 | —32,0 | +179,2 |
| Melhoramentos de São Paulo | OP | —35,8 | + 2,5 | —33,3 | + 22,3 |
| Banco São Paulo | PN | —35,6 | —0— | —35,6 | +116,4 |
| Kibon | OP | —39,1 | —0— | —39,1 | + 56,9 |
| Média Aritmética | | + 44,9 | + 5,1 | + 56,3 | +182,6 |
| Mediana | | — 0,9 | +15,0 | + 14,1 | +146,0 |
| Bovespa | | — | — | + 54,9 | +162,2 |
| IBV | | — | — | + 95,1 | +268,3 |
| Média S-N | | — | — | + 95,1 | +174,1 |

Fonte: Bólsa de Valores.

REVISTAS/LIVROS/SLIDES/BOLSILVROS DE ARTE

Utile e Simples

SÃO ENCONTRADOS NAS LIVRARIAS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS E AGENTES AUTORIZADOS

RIO DE JANEIRO - PRAIA DE BOTAFOGO, 188 TEL. 246-4010 R/110

AVENIDA GRAÇA ARANHA, 26 LOJAS C e H TEL. 222-4142

abruptas nos níveis gerais das cotações.

Tabela III — Lançamentos de Ações e Debêntures Registrados no Banco Central

| Ano | Ao Público | | A Fundos 157 | |
|------|------------|--------------|--------------|--------------|
| | N.º | Cr\$ milhões | N.º | Cr\$ milhões |
| 1967 | — | — | 48 | 52,3 |
| 1968 | 30 | 404,6* | 110 | 112,5 |
| 1969 | 53 | 150,5 | 97 | 287,6 |
| 1970 | 91 | 414,1 | 45 | 108,1 |

(*) Inclui registros referentes a anos anteriores.

O percentual das operações a termo no volume total de ações negociadas na Bolsa do Rio que em 1969 foi de 19,1%, em 1970 caiu para 17,2%. Em termos nominais, dado o impressionante volume de transações realizadas no Rio em 1970, verificou-se acréscimo nas operações a termo: de Cr\$ 258 milhões em 1969 passaram a Cr\$ 460 milhões em 1970. O percentual mais baixo ocorreu em agosto .. (9,1%) e o mais elevado em março (23,1%).

As variações nas taxas das operações a termo foram mais acentuadas em 1970 do que em 1969. De modo geral pode-se afirmar que os especuladores do mercado a termo, em 1970, foram bem precisos em suas estimativas, pois os negócios que realizaram — a taxas de juros elevadas — se efetivaram realmente quando da liquidação dos contratos. Comparativamente a 1969, não se verificou, em termos de média, qualquer variação importante nas taxas de juros implícitas das operações a termo.

O ano de 1970 veio proporcionar também mudança no prazo típico das operações a termo, que evoluiu de uma base de 60 dias em 1969, para 90 dias em 1970, tendendo em futuro próximo, para 120 dias. Não sabemos até que ponto isso implica em melhoria da estabilidade das cotações no mercado, porém está claro que os investidores julgam cada vez mais difícil efetuar previsões acertadas a curto prazo, quan-

do já se conhece a maior parte dos fatores que podem influenciar as cotações, dando preferência a prazos médios de operações a termo.

Para o investidor do mercado a termo, preocupado apenas em obter rendimento de título de renda fixa — ele compra o papel à vista e o revende no mesmo dia numa operação casada e, portanto, sem qualquer risco de sua parte — a porcentagem de lucro foi de 40%, contra aproximadamente 43% em 1969.

As melhorias nas Bolsas em 1970 têm sido em parte motivadas pela contínua prosperidade da economia nacional, em que se pode destacar a balança comercial favorável, para a qual contribuíram o alto valor das exportações, o crescimento de 9% do produto interno bruto e a equilibrada situação das finanças públicas. Por outro lado, apesar dos controles de preços, as companhias de modo geral apresentaram melhores resultados econômicos.

As perspectivas para 1971 são de que as melhorias deverão continuar, dando assim condições para um ambiente de otimismo no mercado de ações. Entretanto, a excessiva euforia em certos papéis no ano passado causou distorções, que poderão provocar reajustes em 1971. Acreditamos que o mercado em geral deverá apresentar-se estável no corrente ano com altas menos acentuadas do que em 1970. O mercado deverá tornar-se mais seletivo.

Tabela IV — Mercado a Termo de Ações — Rio de Janeiro

| Discriminação | Operações realizadas em | | | | |
|--|-------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 30 Dez. 69 | 3 Abr. 70 | 26 Jun. 70 | 28 Set. 70 | 28 Dez. 70 |
| A — Total de Operações a Termo: | | | | | |
| Cr\$ mil | 1 045 | 1 637 | 1 120 | 1 592 | 4 464 |
| 1 000 ações | 520 | 733 | 90 | 786 | 1 353 |
| B — Números de Operações a Termo: | | | | | |
| a 150 dias | 1 | — | 1 | — | — |
| a 120 dias | — | 4 | 6 | 12 | 30 |
| a 90 dias | 14 | 14 | 5 | 20 | 39 |
| a 60 dias | 3 | 2 | — | 2 | — |
| C — Taxa de juros no período. Taxa mais alta, mais baixa e média (ponderada pelo valor total), nessa ordem. Em %, ao período | | | | | |
| a 150 dias | 18,4 | — | 11,5 | — | — |
| a 120 dias | — | 16,7—9,9—10,9 | 13,2—9,8—12,5 | 14,6—10,9—11,7 | 26,4—8,3—14,1 |
| a 90 dias | 16,0—13,4—10,2 | 5,9—10,0—11,9 | 10,2—9,2—9,7 | 10,8—7,0—8,8 | 12,8—6,9—11,0 |
| a 60 dias | 8,8—6,3—8,2 | 8,0—6,4—7,9 | — | 6,3—6,0—6,1 | — |
| D — Taxa Média Líquida para o investidor, em %, ao período C/ valor médio de C-2%. Em %, ao período | | | | | |
| a 150 dias | 16,4 | — | 9,5 | — | — |
| a 120 dias | — | 8,9 | 10,5 | 9,7 | 12,1 |
| a 90 dias | 11,4 | 9,8 | 7,7 | 6,8 | 9,0 |
| a 60 dias | 6,2 | 5,9 | — | 4,1 | — |
| E — Taxa de juros média, líquida para o investidor de renda fixa, em percentagem ao ano (composta por período) | | | | | |
| a 150 dias | 44,2 | — | 24,5 | — | — |
| a 120 dias | — | 29,3 | 34,9 | 32,0 | 40,7 |
| a 90 dias | 54,2 | 45,6 | 34,7 | 30,1 | 41,2 |
| a 60 dias | 43,2 | 40,9 | — | 27,3 | — |

Fonte dos dados brutos: Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

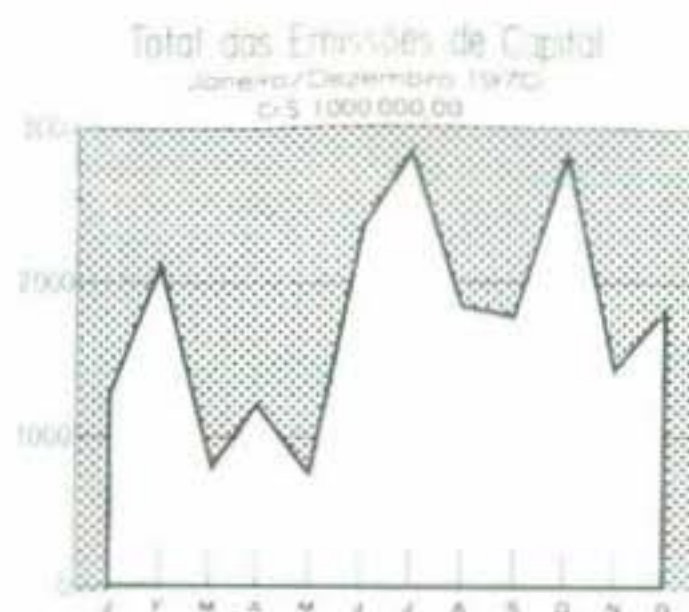
PRODUÇÃO E VENDA DE BORRACHA SINTÉTICA

O conjunto Petroquímico Presidente Vargas — FABOR, unidade industrial da PETROQUISA localizada no Estado do Rio, junto à Refinaria

Duque de Caxias, produziu em 1970, usando as mesmas instalações, cerca de 65 000 toneladas de borracha sintética, quantidade superior à soma das produções de 1963/64 (62 452 t). No ano passado, a FABOR vendeu 65 236 to-

neladas do produto, abastecendo o mercado interno e exportando para países da ALALC, principalmente Venezuela e Uruguai. O valor das exportações superou a casa de 1 milhão de dólares. O mercado cresceu 25% em um ano.

Emissões de Capital - Predominância do Rio e S. Paulo



As emissões de capital das sociedades anônimas atingiram, em 1970, Cr\$ 21 909,6 milhões, em comparação com os Cr\$ 23 564,3 milhões de 1969. Os 7,6% a mais em favor de 1969 se explicam pelo grande incentivo dado às reavaliações de ativo e, principalmente, às incorporações de reservas pelo Decreto-lei 401/68 que permitiu o reajustamento dos imóveis e dos estoques e isentou de taxaçaõ a criação de reservas para a manutenção do capital de giro, assim como a incorporação de reservas ao capital. Dessa forma, as operações de aumento de capital, em 1969, bateram todos os recordes, dobrando o valor apresentado em 1968. Se subtrairmos as incorporações de re-

servas e as correções monetárias do ativo, em ambos os exercícios aqui comparados, verificamos que, em 1970, as emissões de capital foram 4,3% superiores às de 1969.

As correções monetárias do ativo alcançaram, no ano p. passado, Cr\$ 6 556,0 milhões, em confronto com os Cr\$ 7 062,5 milhões de 1969. A queda no ano em estudo já foi acima explicada.

As subscrições em dinheiro acusaram Cr\$ 5 599,6 milhões, contra Cr\$ 5 070,5 milhões de 1969, mostrando acréscimo de cerca de 10%, abaixo, portanto, do crescimento dos preços.

As incorporações de reservas próprias e de acionistas, estas últimas mantidas até então em conta

corrente, somaram Cr\$ 7 709,3 milhões, em cotejo com os Cr\$ 9 171,6 milhões de 1969. Não obstante a cifra de 1970 ser inferior à de 1969, ela é considerada excepcional, tendo em mira que a referente a 1968 ficou em torno de Cr\$ 1 300,0 milhões. Assim, se a compararmos com esta última, encontraremos aumento de 493%. Isto tudo se deve ao estímulo criado pelo Decreto-lei já referido. O incentivo foi tal que as incorporações de reservas passaram a ser a mais importante operação de aumento de capital em 1969 e se mantiveram na liderança em 1970.

As outras operações, consideradas como tal as incorporações de bens, as incorporações de empre-

Tabela I — Emissões de Capital — Janeiro a Dezembro 1970 — Cr\$ 1 000

| Unidades Federadas | Total Geral | Novas Sociedades | Aumento de Capital Mediante: | | | | | |
|---------------------|---------------------|--------------------|------------------------------|------------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|------------------|
| | | | Total | Subscrição em dinheiro | Incorporação de reservas | Incorporação de C.C. | Reavaliação de ativo | Outras operações |
| Alagoas | 72 760,9 | 928,8 | 71 832,1 | 31 723,0 | 11 595,5 | — | 7 130,7 | 21 382,9 |
| Amazonas | 195 352,4 | 30 854,0 | 164 498,4 | 140 817,0 | 13 949,0 | 200,3 | 7 879,7 | 1 652,4 |
| Bahia | 486 273,5 | 10 914,0 | 475 359,5 | 335 827,1 | 73 726,0 | 6 003,7 | 43 797,3 | 16 005,4 |
| Ceará | 279 678,2 | 16 883,1 | 262 795,1 | 62 789,4 | 152 220,2 | 3 962,2 | 39 430,7 | 4 392,6 |
| Distrito Federal | 277 051,3 | 100 808,9 | 176 242,4 | 68 354,3 | 17 747,4 | 277,7 | 29 180,1 | 60 682,9 |
| Espírito Santo | 97 480,2 | 7 160,0 | 90 320,2 | 29 191,4 | 37 958,0 | 2 315,2 | 17 027,8 | 3 827,8 |
| Goiás | 153 592,0 | 4 373,4 | 149 218,6 | 67 870,8 | 67 448,5 | 640,4 | 6 544,4 | 6 714,5 |
| Guanabara | 6 418 633,4 | 174 731,4 | 6 243 902,0 | 1 839 774,7 | 1 658 951,9 | 494 336,3 | 2 075 293,0 | 175 546,5 |
| Maranhão | 89 994,0 | 63 513,5 | 26 480,5 | 19 855,6 | 4 591,4 | — | 1 333,5 | 700,0 |
| Minas Gerais | 709 550,5 | 11 239,2 | 698 311,3 | 296 569,9 | 111 047,3 | 4 697,9 | 239 700,2 | 46 296,0 |
| Pará | 197 117,1 | 10 361,6 | 186 755,5 | 132 903,8 | 25 509,2 | 743,3 | 12 597,9 | 15 001,3 |
| Paraná | 604 152,1 | 29 620,3 | 574 531,8 | 131 892,8 | 272 609,0 | 5 954,7 | 127 404,5 | 36 670,8 |
| Pernambuco | 23 099,0 | 834,0 | 22 265,0 | 8 385,9 | 5 467,6 | 3 274,0 | 2 645,7 | 2 491,8 |
| Piauí | 21 115,9 | 524,5 | 20 591,4 | 13 827,7 | 3 643,9 | 0,4 | 3 119,4 | — |
| Rio de Janeiro | 115 361,9 | 4 799,3 | 110 562,6 | 32 108,0 | 24 084,6 | 1 979,2 | 28 413,6 | 23 977,2 |
| Rio Grande do Norte | 121 863,0 | 7 090,0 | 114 773,0 | 47 226,8 | 36 400,9 | 286,8 | 22 757,4 | 8 101,1 |
| Rio Grande do Sul | 877 989,4 | 114 092,0 | 763 897,4 | 231 731,1 | 349 666,7 | 8 655,6 | 159 798,3 | 14 045,7 |
| Santa Catarina | 303 714,3 | 11 020,9 | 292 693,4 | 108 237,4 | 100 608,9 | 685,3 | 78 814,8 | 4 347,0 |
| São Paulo | 10 819 546,4 | 582 828,2 | 10 236 718,2 | 1 998 265,6 | 3 822 138,6 | 377 984,5 | 3 649 028,5 | 389 301,0 |
| Sergipe | 45 250,7 | 30 701,0 | 14 549,7 | 2 249,3 | 7 957,4 | 41,9 | 4 111,1 | 190,0 |
| Total | 21 909 576,2 | 1 213 278,1 | 20 696 298,1 | 5 599 601,6 | 6 797 321,6 | 912 039,4 | 6 556 008,6 | 831 326,9 |

Fonte: Diários Oficiais.

Tabela II — Emissões de Capital — Janeiro a Dezembro de 1970 — Cr\$ 1 000

| Unidades Federadas | Ramos de Atividade | | | | | | | | | | | |
|---------------------|--------------------|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|---------------------|-------------------|---------------------|-----------------|---------------------|
| | Bancos e Seguros | | Comercial | | Imobiliária | | Industrial | | Serviços Públicos | | Diversos | |
| | Novas Emprê-sas | Aumen-to de Capital | Novas Emprê-sas | Aumen-to de Capital | Novas Emprê-sas | Aumen-to de Capital | Novas Emprê-sas | Aumen-to de Capital | Novas Emprê-sas | Aumen-to de Capital | Novas Emprê-sas | Aumen-to de Capital |
| Alagoas | — | 11 500,0 | 36,5 | 1 569,0 | — | — | 892,3 | 32 218,3 | — | 24 926,7 | — | 1 618,1 |
| Amazonas | — | — | 15,0 | 5 532,0 | — | — | 2 045,0 | 121 544,3 | 20 000,0 | 28 705,1 | 8 794,0 | 8 717,0 |
| Bahia | — | 38 000,0 | 4 070,0 | 38 928,9 | — | 1 739,5 | 1 954,0 | 342 825,7 | 30,0 | 42 763,5 | 4 860,0 | 11 101,9 |
| Ceará | — | 3 022,0 | 300,0 | 20 409,2 | — | 3 193,2 | 880,1 | 189 217,6 | 4 000,0 | 39 970,8 | 11 703,0 | 6 982,3 |
| Distrito Federal | — | 10 800,0 | — | 4 375,1 | — | 200,0 | 22,5 | 9 007,8 | 100,0 | 150 959,5 | 100 686,4 | 900,0 |
| Espírito Santo | — | 15 000,0 | 500,0 | 20 659,1 | — | 180,0 | 400,0 | 43 507,8 | 3 100,0 | 9 820,4 | 3 160,0 | 1 152,9 |
| Goiás | — | 37 286,0 | 50,0 | 3 221,0 | — | 300,0 | 611,0 | 17 415,9 | — | 78 717,2 | 3 712,4 | 12 278,5 |
| Guanabara | 4 000,0 | 361 056,5 | 31 405,0 | 585 518,6 | 7 025,0 | 43 418,4 | 4 013,4 | 2 907 481,5 | 20,0 | 2 081 255,3 | 128 268,0 | 265 171,7 |
| Maranhão | — | 3 000,0 | 412,0 | 1 141,5 | — | — | 19 397,5 | 22 188,7 | 100,0 | — | 43 604,0 | 150,3 |
| Minas Gerais | 1 000,0 | 122 012,8 | 730,0 | 48 713,4 | — | 5 213,7 | 2 825,0 | 274 167,3 | 110,9 | 206 174,0 | 6 573,3 | 42 030,1 |
| Pará | — | 336,6 | 486,0 | 6 312,7 | — | 250,0 | 2 721,0 | 51 296,8 | — | 51 190,0 | 7 154,6 | 77 369,4 |
| Paraná | — | 40 824,0 | 10 244,7 | 96 555,6 | — | 3 642,0 | 13 951,5 | 193 652,7 | — | 207 785,4 | 5 424,1 | 32 072,1 |
| Pernambuco | — | 375,0 | — | 657,0 | 800,0 | 508,0 | 12,0 | 15 743,3 | — | 2 308,8 | 22,0 | 2 672,9 |
| Piauí | — | 7 400,0 | — | — | — | — | 524,5 | 1 538,2 | — | 11 173,2 | — | 480,0 |
| Rio de Janeiro | 4 000,0 | 1 039,8 | 22,0 | 7 099,4 | — | 706,4 | 199,3 | 64 419,6 | 50,0 | 26 810,0 | 528,0 | 10 487,4 |
| Rio Grande do Norte | — | 3 300,0 | 50,0 | 11 239,1 | — | 185,3 | 2 012,0 | 85 134,3 | — | 4 670,6 | 5 028,0 | 10 243,7 |
| Rio Grande do Sul | — | 65 334,6 | 60 484,0 | 137 522,2 | 1 116,0 | 38 708,8 | 49 914,0 | 388 053,5 | — | 114 377,3 | 2 578,0 | 19 901,0 |
| Santa Catarina | — | 12 500,0 | 480,0 | 33 281,5 | 946,8 | 2 772,0 | 7 939,1 | 167 704,8 | — | 73 124,4 | 1 655,0 | 3 310,7 |
| São Paulo | 146 300,0 | 696 853,4 | 25 850,2 | 1 360 830,0 | 11 580,0 | 122 880,0 | 136 214,6 | 6 131 516,6 | 211 921,0 | 1 562 435,0 | 50 962,4 | 362 203,2 |
| Sergipe | — | — | — | 707,4 | — | — | — | 12 639,6 | 30 000,0 | 438,9 | 701,0 | 763,8 |
| Total | 155 300,0 | 1 429 640,7 | 135 135,4 | 2 384 272,7 | 21 467,8 | 233 897,3 | 246 528,8 | 11 071 274,8 | 269 431,9 | 4 717 605,6 | 385 414,2 | 869 607,0 |

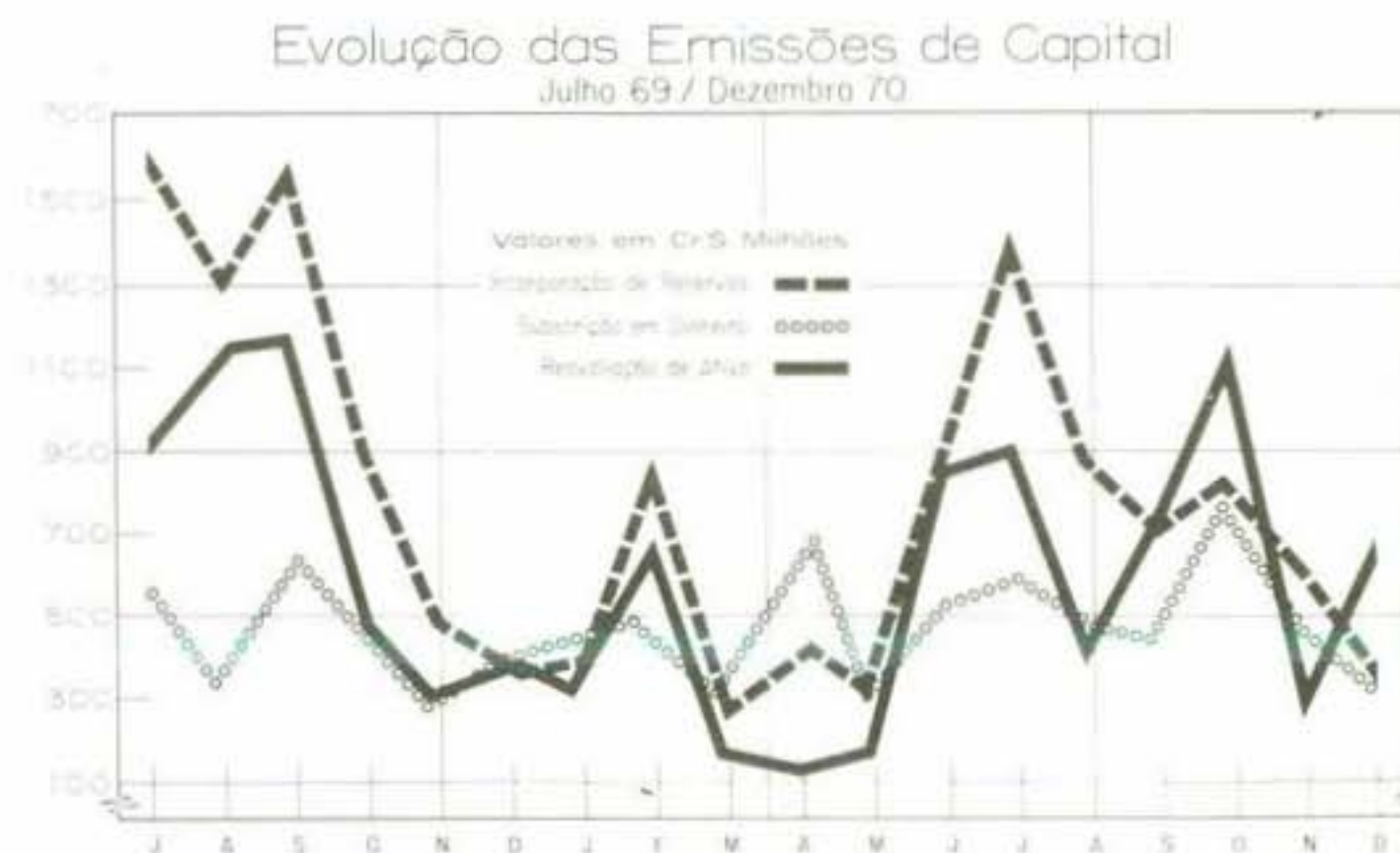
Fonte: Diários Oficiais.

...sas de outro tipo que não sociedade anônima etc., totalizaram Cr\$ 831,3 milhões, comparativamente aos Cr\$ 1 210,8 milhões de 1969. Estas operações oscilam muito, sem uma rígida relação de causa e efeito. Entretanto, nos períodos de crescimento da economia, elas se apresentam mínimas. Ao contrário, nos períodos de queda principalmente do produto industrial, elas se avolumam, porque as grandes empresas, que resistem ao declínio, incorporam as pequenas, geralmente de responsabilidade limitada.

As novas sociedades contribuíram para o resultado geral com ... Cr\$ 1 213,3 milhões, em confronto com os Cr\$ 1 048,8 milhões de 1969. O número de novas sociedades foi de 674 em 1970. Aumentaram o capital em Cr\$ 20 696,3 milhões 11 563 sociedades já existentes. Somente em São Paulo (6 sociedades) e na Guanabara (4) houve emissões de debêntures no valor de Cr\$ 161,2 milhões, sendo de ... Cr\$ 41,9 milhões e Cr\$ 119,3 milhões as respectivas emissões.

Distribuição pelo Ramo de Negócio

A indústria é sempre o setor que mais contribui para as emissões de



capital, por ter grandes capitais imobilizados. Em 1970, ela participou com 51,7% das emissões, alcançando Cr\$ 11 317,8 milhões. A indústria siderúrgica foi a que mais colaborou, com Cr\$ 1 834,1 milhões. As fábricas de gêneros alimentícios se colocaram em 2º lugar, com Cr\$ 1 238,9 milhões. A seguir, vêm as indústrias metalúrgica (Cr\$ 1 044,9 milhões), química

e farmacêutica (Cr\$ 997,0 milhões), têxtil (Cr\$ 976,2 milhões), da construção civil (Cr\$ 806,8 milhões), de petróleo (Cr\$ 718,1 milhões) e outras.

Os serviços públicos, também por exigirem grandes ativos fixos, vêm sempre em 2º lugar, concorrendo em 1970 com Cr\$ 4 987,0 milhões, ou seja, 22,8% do total geral. A produção de energia elétrica

Tabela III — Emissões de Capital — Janeiro a Dezembro — 1969 e 1970 — Cr\$ 1 000

| Ramos de Atividade | Total Geral | | Novas Sociedades | | Aumento de Capital Mediante: | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|--------------------|------------------------------|---------------------|------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------|----------------------|------------------|----------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| | | | | | Total | | Subscrição em dinheiro | | Incorporação de reservas | | Incorporação de C.C. | | Reavaliação de ativo | | Outras operações | |
| | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 | 1970 |
| Finanças: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Bancos | 2 470 962,5 | 1 552 967,9 | 38 118,0 | 155 300,0 | 2 432 844,5 | 1 397 667,9 | 1 035 315,3 | 625 237,1 | 749 218,0 | 436 038,8 | 17 821,5 | 1 250,0 | 575 330,3 | 303 989,7 | 55 159,4 | 31 152,6 |
| Seguros | 72 235,9 | 31 972,8 | 1 050,0 | — | 71 185,9 | 31 972,8 | 35 633,5 | 14 904,5 | 19 806,6 | 7 001,2 | 17,1 | 815,0 | 11 309,4 | 9 132,1 | 4 419,3 | 120,0 |
| Comércio | 2 307 214,5 | 2 519 408,1 | 128 297,8 | 135 135,4 | 2 178 916,7 | 2 384 272,7 | 436 744,4 | 646 766,2 | 866 928,6 | 832 551,6 | 59 916,6 | 117 672,1 | 715 261,4 | 693 633,7 | 100 065,7 | 93 649,4 |
| Indústria | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Automobilística | 695 899,3 | 312 599,4 | — | — | 695 899,3 | 312 599,4 | 245 451,4 | 17 515,6 | 115 898,8 | 181 130,3 | 4 046,8 | 3 433,5 | 196 641,7 | 110 365,0 | 133 860,6 | 155,0 |
| Borracha | 170 357,5 | 209 178,3 | 684,2 | 820,0 | 169 673,3 | 208 358,3 | 11 648,5 | 57 917,0 | 100 527,6 | 71 138,2 | 3 015,7 | 7 438,1 | 53 393,1 | 52 420,5 | 1 088,4 | 19 444,5 |
| Cimento | 396 654,1 | 190 423,3 | 360,0 | 100,0 | 396 294,1 | 190 323,3 | 69 891,1 | 78 055,1 | 153 093,5 | 59 878,1 | 6 513,6 | 6 600,6 | 157 556,8 | 40 909,5 | 9 239,1 | 4 880,0 |
| Construção Civil | 678 184,8 | 806 812,2 | 48 292,0 | 18 494,3 | 629 892,8 | 788 317,9 | 62 138,3 | 141 775,3 | 274 113,9 | 347 334,1 | 24 898,3 | 40 035,3 | 174 238,3 | 122 958,7 | 94 504,0 | 136 214,5 |
| Couro e peles | 62 418,0 | 53 620,2 | 75,8 | — | 62 342,2 | 53 620,2 | 5 264,1 | 6 172,1 | 39 955,3 | 28 647,7 | 20,8 | 883,5 | 13 502,0 | 17 091,6 | 3 800,0 | 845,3 |
| Eletrotécnica | 418 416,4 | 571 664,1 | 11 363,0 | 5 586,5 | 407 053,4 | 566 077,6 | 91 560,9 | 135 589,3 | 156 947,7 | 195 991,1 | 12 426,2 | 73 644,5 | 139 450,3 | 150 760,4 | 6 658,3 | 10 092,3 |
| Fumo e fósforos | 287 078,4 | 138 986,5 | — | — | 278 078,4 | 138 986,5 | 6 492,3 | 2 370,0 | 149 322,2 | 117 691,1 | 2 055,0 | 500,0 | 128 689,0 | 18 425,4 | 519,9 | — |
| Gêneros alimentícios | 1 233 731,8 | 1 238 870,6 | 32 243,8 | 73 005,7 | 1 201 488,0 | 1 165 864,9 | 195 060,3 | 215 237,0 | 562 653,7 | 520 799,0 | 31 783,6 | 31 434,6 | 360 499,6 | 327 509,4 | 51 490,8 | 70 884,9 |
| Gráficas e jornais | 156 487,4 | 174 695,7 | 631,0 | 1 225,0 | 155 856,4 | 173 470,7 | 25 764,8 | 16 770,7 | 72 127,4 | 82 051,4 | 3 447,9 | 2 247,5 | 52 884,8 | 66 733,6 | 1 631,5 | 5 667,5 |
| Madeira | 191 870,3 | 71 209,3 | 3 372,0 | 6 220,5 | 188 498,3 | 64 988,8 | 47 211,5 | 21 672,2 | 75 769,2 | 31 059,1 | 5 050,0 | 371,0 | 55 308,4 | 8 943,0 | 5 159,2 | 2 943,5 |
| Metalúrgica | 929 282,1 | 1 044 929,5 | 7 991,7 | 17 601,0 | 984 290,4 | 1 027 328,5 | 161 302,1 | 217 616,3 | 497 549,2 | 507 650,3 | 42 174,7 | 20 914,6 | 251 590,1 | 256 217,5 | 31 674,3 | 24 929,8 |
| Mineração | 229 204,7 | 457 899,1 | 551,7 | 10 475,0 | 228 653,0 | 447 424,1 | 36 430,5 | 147 976,7 | 96 373,2 | 146 131,7 | 3 596,1 | 6 775,0 | 89 252,3 | 145 040,7 | 3 009,0 | 1 500,0 |
| Móveis e utensílios | 17 737,6 | 17 410,0 | — | 276,5 | 17 737,6 | 17 133,5 | 4 722,2 | 4 761,0 | 2 210,1 | 9 520,5 | 979,3 | 527,0 | 9 722,8 | 2 277,0 | 103,2 | 48,0 |
| Papel | 329 570,8 | 205 966,9 | 50,0 | 4 850,0 | 329 520,8 | 201 116,9 | 39 014,8 | 19 451,6 | 160 615,2 | 145 436,7 | 1 740,9 | 2 545,4 | 122 990,5 | 30 332,2 | 5 759,4 | 3 350,0 |
| Petróleo | 815 666,5 | 718 104,5 | 40,0 | 300,0 | 815 626,5 | 717 804,5 | 180 289,0 | 301 429,0 | 81 794,4 | 69 077,9 | 2 701,7 | 800,0 | 560 352,6 | 346 497,6 | 488,8 | — |
| Plástica | 164 377,3 | 144 537,8 | 2 195,3 | 7 862,2 | 162 182,0 | 136 675,5 | 14 753,8 | 48 442,5 | 84 939,9 | 47 751,5 | 5 143,5 | 3 285,2 | 52 417,5 | 34 445,4 | 4 927,3 | 2 751,0 |
| Química e farmacêutica | 1 300 221,1 | 996 972,0 | 124 281,2 | 13 666,0 | 1 175 939,9 | 983 306,0 | 211 799,9 | 183 364,8 | 572 504,5 | 434 324,8 | 48 166,1 | 53 133,0 | 297 529,4 | 290 187,1 | 45 940,0 | 22 296,3 |
| Siderúrgica | 827 354,3 | 1 834 124,7 | 2 950,0 | 14 050,0 | 824 404,3 | 1 820 074,7 | 140 571,6 | 676 802,8 | 438 014,1 | 471 600,4 | 19 481,0 | 9 079,9 | 193 277,9 | 640 481,2 | 33 059,7 | 23 110,4 |
| Têxtil | 791 171,8 | 976 187,5 | 39 670,0 | 7 399,5 | 751 501,8 | 959 788,0 | 170 656,6 | 206 226,4 | 308 386,4 | 425 926,0 | 40 011,8 | 15 033,7 | 196 383,5 | 285 661,6 | 37 068,5 | 26 940,3 |
| Vestuário | 132 795,0 | 52 858,7 | 485,0 | 1 824,0 | 132 310,0 | 51 034,7 | 25 242,1 | 10 010,9 | 63 517,1 | 26 894,1 | 7 060,0 | 953,1 | 29 286,8 | 12 657,3 | 7 203,4 | 519,3 |
| Vidros e cerâmica | 132 643,4 | 109 405,1 | 505,0 | 1 510,1 | 132 138,4 | 107 895,0 | 22 104,8 | 48 252,0 | 50 121,0 | 33 722,4 | 2 569,6 | 2 767,8 | 49 480,2 | 21 167,8 | 7 862,8 | 1 985,0 |
| Diversas | 2 060 207,5 | 1 000 348,2 | 12 583,3 | 61 262,5 | 2 037 624,2 | 939 085,7 | 276 821,1 | 121 186,8 | 931 300,5 | 448 458,7 | 137 584,4 | 66 444,0 | 632 585,1 | 249 087,9 | 59 333,1 | 53 908,3 |
| Serviços Públicos: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Comunicações | 274 394,5 | 1 726 949,5 | 10 000,0 | 300,9 | 264 394,5 | 1 726 648,6 | 90 932,6 | 428 890,9 | 98 154,6 | 152 018,1 | 5 556,5 | 339 318,4 | 65 794,0 | 804 900,6 | 3 556,8 | 1 520,6 |
| Electricidade | 3 732 638,5 | 2 380 605,8 | 269 883,0 | — | 3 462 755,5 | 2 380 605,8 | 1 065 888,1 | 628 108,3 | 1 071 623,0 | 468 948,3 | 4 163,1 | 67 104,7 | 1 298 240,5 | 1 133 974,8 | 22 840,8 | 82 469,7 |
| Transportes | 362 268,3 | 489 149,4 | 5 908,0 | 4 631,0 | 356 360,3 | 484 518,4 | 125 949,3 | 251 125,2 | 161 788,5 | 118 069,1 | 16 083,5 | 3 522,9 | 36 390,6 | 88 505,2 | 16 148,2 | 23 296,0 |
| Diversos | 133 198,6 | 390 332,8 | 42 793,8 | 264 500,0 | 90 404,8 | 125 832,8 | 9 313,8 | 19 767,9 | 16 808,7 | 22 981,1 | 60,0 | — | 64 222,3 | 7 605,7 | — | 75 478,1 |
| Outros: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Diversões | 13 615,4 | 13 588,7 | 2 119,8 | 3 920,0 | 11 495,6 | 9 668,7 | 1 685,8 | 2 331,4 | 4 641,3 | 3 264,9 | 154,3 | — | 4 907,5 | 4 072,4 | 106,7 | — |
| Ensino e saúde | 16 967,7 | 61 312,3 | 4 205,8 | 4 511,9 | 12 761,9 | 56 800,4 | 3 540,9 | 12 886,5 | 4 204,7 | 28 046,2 | — | 456,4 | 4 917,8 | 14 140,2 | 98,5 | 1 271,1 |
| Fazendas agrícolas | 688 552,2 | 389 206,5 | 87 477,8 | 114 259,3 | 201 074,4 | 274 947,2 | 49 388,8 | 80 825,3 | 51 486,9 | 86 350,6 | 1 960,5 | 9 451,8 | 55 201,4 | 84 460,6 | 43 036,8 | 13 858,9 |
| Hotéis e turismo | 113 365,3 | 217 480,5 | 55 330,0 | 105 119,1 | 58 035,3 | 112 351,4 | 14 783,4 | 34 300,0 | 23 139,5 | 44 864,1 | 514,9 | 101,0 | 19 547,5 | 32 896,3 | 50,0 | 200,0 |
| Imobiliária | 584 880,8 | 245 365,1 | 53 993,9 | 21 467,8 | 530 886,9 | 223 897,3 | 54 383,3 | 66 027,8 | 270 175,7 | 78 657,4 | 10 453,8 | 10 490,2 | 186 686,1 | 34 269,4 | 9 188,0 | 34 452,5 |
| Diversos | 1 119 466,7 | 573 433,2 | 61 272,0 | 197 603,9 | 1 058 194,7 | 415 829,3 | 102 734,3 | 110 835,4 | 316 738,3 | 116 315,7 | 8 343,7 | 7 597,8 | 218 503,5 | 119 688,3 | 411 874,9 | 61 392,1 |
| Total | 23 564 271,0 | 21 909 576,2 | 1 04 774,9 | 1 213 278,1 | 22 515 496,1 | 20 696 298,1 | 5 070 480,4 | 5 599 601,6 | 8 641 849,3 | 6 797 321,6 | 529 813,1 | 912 039,4 | 7 062 525,0 | 6 556 008,6 | 1 210 828,3 | 831 326,9 |

Fonte: Diários Oficiais.

ca, como acontece todos os anos, foi individualmente quem mais cooperou, com Cr\$ 2 380,6 milhões. A seguir vêm as comunicações, com Cr\$ 1 726,9 milhões, ficando aquém somente da indústria siderúrgica. O comércio participou com Cr\$... 2 519,4 milhões; as empresas financeiras contribuíram com Cr\$... 1 584,9 milhões; diversos pequenos ramos proporcionaram Cr\$ 1 255,0 milhões; e finalmente as imobiliárias forneceram Cr\$ 245,3 milhões.

Distribuição Geográfica

Como sempre, São Paulo e Guanabara juntos fornecem mais de 2/3 das emissões do país: em 1970, contribuíram com 78,7% das operações de aumento de capital. São Paulo somou Cr\$ 10 819,5 milhões, ou 49,4% do total. A indústria paulista sobressaiu, com Cr\$ 6 267,7 milhões, e os serviços públicos, com Cr\$ 1 774,3 milhões. A Guanabara totalizou Cr\$ 6 418,6 milhões (29,4%) sendo Cr\$ 2 911,5 milhões fornecidos pela indústria, Cr\$... 2 081,3 milhões pelos serviços públicos e os restantes pelos demais ramos. Aqui devemos um esclarecimento ao leitor. A fonte dos dados sobre emissões de capital das sociedades anônimas são as atas das assembléias de acionistas publicadas nos diários oficiais e nos principais jornais do país. As remessas de diários oficiais em 1970, sofreu solução de continuidade. Assim, as estatísticas referentes aos Estados de Pernambuco, Mato Grosso, Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro ficaram prejudicadas pela falta de diários oficiais, embora o prejuízo não seja tão volumoso em vista de dispormos de jornais daqueles Estados. Destarte, a 3ª unidade federativa, em ordem de maiores emissões, está entre Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em seguida vêm Paraná e Bahia. Os demais participaram, individualmente com menos de 2% e menos de 10% globalmente.

Fevereiro 1971

Emissões de Capital

Contribuição dos Ramos de Negócio



Tabela IV — Número de Sociedades — Janeiro a Dezembro 1970

| Unidades Federadas | Aumento | Fundações | Total |
|---------------------|---------------|------------|---------------|
| Alagoas | 29 | 2 | 31 |
| Amazonas | 39 | 14 | 53 |
| Bahia | 263 | 23 | 286 |
| Ceará | 227 | 39 | 266 |
| Distrito Federal | 31 | 5 | 36 |
| Espírito Santo | 93 | 6 | 99 |
| Goiás | 88 | 12 | 100 |
| Guanabara | 2 372 | 92 | 2 464 |
| Maranhão | 24 | 21 | 45 |
| Minas Gerais | 369 | 44 | 413 |
| Pará | 134 | 56 | 190 |
| Paraná | 591 | 24 | 615 |
| Pernambuco | 24 | 8 | 32 |
| Piauí | 18 | 4 | 22 |
| Rio de Janeiro | 143 | 11 | 154 |
| Rio Grande do Norte | 81 | 24 | 105 |
| Rio Grande do Sul | 782 | 44 | 826 |
| Santa Catarina | 422 | 18 | 440 |
| São Paulo | 5 803 | 221 | 6 024 |
| Sergipe | 30 | 5 | 35 |
| Total | 11 563 | 674 | 12 237 |

Fonte: Diários Oficiais.

Emissões de Capital

Contribuição dos Estados



Banco Nacional da Habitação

BALANÇO GERAL EM 31.12.1970

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|------------------|-------------------|---|------------------|-------------------|
| DISPONÍVEL | | | NÃO EXIGÍVEL | | |
| Caixa | 9.861.892,49 | | Capital (Inclusive Corr. Realizada) | 627.837.136,50 | |
| Bancos | 19.857.211,79 | 29.719.104,28 | Reservas Diversas | 354.391.250,38 | 982.228.386,88 |
| REALIZÁVEL | | | EXIGÍVEL | | |
| Devedores Diversos | 28.117.566,79 | | Depósitos | | |
| Devedores p/Parc. de Capital a Recolher | 39.778.957,50 | | De Entidades do Sistema | 152.801.613,16 | |
| Agentes Arrecadadores C/ Recolhimento | 677.801,04 | | Do FGTS | 6.040.061.872,45 | 6.192.863.485,61 |
| Títulos e Valores Mobil. | 909.745.612,53 | | Credores por Financ. Externos-BID | 97.213.216,37 | |
| Financiamentos e Refinanciamentos | 6.380.656.599,13 | 7.358.976.536,99 | Credores por Financ. Externos AID | 29.898.838,21 | 127.112.054,58 |
| IMOBILIZADO | | | Credores Diversos | 12.463.656,87 | |
| Imóveis | 38.643.984,08 | | Letras Imobiliár. do BNH | 148.473.055,85 | |
| Equip. e Instalações | 6.788.681,22 | | Convênios c/ Órgãos Públicos | 238.982,84 | |
| Material Permanente | 2.773.129,02 | 48.205.794,32 | Fundo de Financ. p/ Saneamento — FISANE | 206.728,66 | 6.481.357.964,41 |
| PENDENTE | | | PENDENTE | | |
| Valores em Liquidação | 43.462.186,52 | | Contribuições da Lei 4380/64 | 1.669.895,34 | |
| Despesas de Semestres Futuros | 5.320,09 | | Valores a Regularizar | 15.504.300,26 | 17.174.195,60 |
| Valores a Regularizar | 3.917,69 | | | | |
| Existências em Almoxarifado | 387.687,00 | 43.859.111,30 | | | |
| SOMA DO ATIVO | | 7.480.760.546,89 | SOMA DO PASSIVO | | 7.480.760.546,89 |
| | | 4.576.256.200,30 | Contas de Compensação | | 4.576.256.200,30 |
| Contas de Compensação | | 12.057.016.747,19 | | | 12.057.016.747,19 |

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1970. — **Mário Trindade**, Presidente. — **Cláudio Luiz Pinto**, Diretor-Superintendente. — **José Roberto A.P. Rêgo Monteiro**, Diretor. — **José Eduardo de O. Penna**, Diretor. — **Gilberto M.C. Coufal**, Diretor. — **Luiz Carlos V. da Fonseca**, Diretor. — **Rodrigo Horácio Garcia da Costa**, Diretor. — **Luiz Martins da Rocha** — —Chefe do Departamento Financeiro e de Contabilidade — Contador — CRC — GB — 1.421.

Banco Nacional da Habitação

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2.º SEMESTRE DE 1970

VARIAÇÕES ATIVAS

VARIAÇÕES FINANCEIRAS

RECEITAS CORRENTES

| | | |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Receita Patrimonial | 225.131.530,33 | |
| Receita de Serviços Operacionais | 76.359.537,55 | |
| Transferências Correntes | 8.772.879,67 | |
| Outras Receitas Correntes | 2.459.920,96 | 312.723.868,51 |

RECEITAS DE CAPITAL

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

| | | |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Investimentos | 9.698.806,93 | |
| Inversões Financeiras | 1.658.282.563,85 | |
| Transferências de Capital | 110.559.440,47 | |
| Saques Sobre Depósitos do FGTS | 580.039.566,15 | |
| Outras Despesas | 1.153.184,35 | 2.359.733.561,75 |

VARIAÇÕES NÃO FINANCEIRAS

| | | |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Material de Consumo Para Estoque | 195.321,48 | |
| Inscrição de Débito do INPS | 1.313.305,41 | 1.508.626,89 |

Total das Receitas Operacionais 4.938.218.688,69

VARIAÇÕES POR CORREÇÃO

| | | |
|---|----------------|----------------|
| Das Inversões Financeiras | 293.031.386,89 | |
| Do Ativo Mobiliário | 110.561.747,51 | |
| Das Obrigações do INPS | 2.241.705,58 | |
| Do Fundo de Assistência Patronal Financeira | 225.907,34 | |
| De Outros Valores | 201.270,42 | 406.262.017,74 |

5.344.480.706,43

VARIAÇÕES PASSIVAS

VARIAÇÕES FINANCEIRAS

DESPESAS CORRENTES

| | | |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Despesas de Custeio | 31.689.399,27 | |
| Transferências Correntes | 4.954.858,34 | |
| Transferências Financeiras | | |
| Juros Cred. ao FGTS | 142.825.612,31 | |
| Juros e Outras Desp. | 9.144.809,07 | 151.970.421,38 |
| | | 188.614.678,99 |

DESPESAS DE CAPITAL

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

| | | |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Operações de Crédito Com o FGTS | 1.422.972.133,77 | |
| Com Outras Ent. | 150.623.329,66 | 1.573.595.463,43 |

| | | |
|---------------------------------------|----------------|------------------|
| Alienação de Bens Móveis e Imóveis | 151.242.941,43 | |
| Receitas de Financiamentos Concedidos | 510.499.833,56 | |
| Transferências de Capital | 20.294.580,88 | |
| Outras Receitas de Capital | 8.619.812,04 | 2.264.252.631,54 |

VARIAÇÕES NÃO FINANCEIRAS

| | | |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Consumo de Mat. em Est. | 147.946,58 | |
| Realização de Capital | 1.313.305,41 | |
| Juros Dev. aos Fundos Esp. | 4.500.878,88 | |
| Insustentáveis Ativas | 41.953,84 | |
| Amortizações e Depreciações | 1.706.820,59 | 7.683.905,30 |

Total das Despesas Operacionais 4.820.284.777,58

RESULTADO OPERACIONAL

Resultado deste Semestre 117.933.911,11

VARIAÇÕES POR CORREÇÃO

| | | |
|---|----------------|----------------|
| Do Capital | 24.466.102,20 | |
| Dos Valores Mobiliários de Emissão do BNH | 8.706.458,28 | |
| Dos Financiamentos Rec. | 8.088.447,98 | |
| De Fundos | 7.272.488,42 | |
| De Reservas | 12.369.794,15 | |
| Dos Depósitos do FGTS | 321.944.586,75 | |
| Dos Depart. de Ent. do Sist. | 7.860.570,98 | |
| Do Fundo de Assist. Patronal Financ. | 107.963,74 | |
| Do Sist. Financeiro do Saneamento | 1.024.251,04 | 330.937.372,51 |
| De Outros Valores | 262.996,36 | 392.103.659,90 |

RESULTADO DE CORREÇÃO

Resultado deste Semestre 14.158.357,84

5.344.480.706,43

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1970. — Mário Trindade, Presidente. — Cláudio Luiz Pinto, Diretor-Superintendente. — José Eduardo de O. Penna, Diretor. — Gilberto M. C. Coufal, Diretor. — Luiz Carlos V. da Fonseca, Diretor. — José Roberto A.P. Rêgo Monteiro, Diretor. — Rodrigo Horácio Garcia da Costa, Diretor. — Luiz Martins da Rocha, Contador. — CRC — GB — 1.421.

Companhia Nacional de Tecidos Nova América

Sociedade de Capital Aberto — CGC-MF n.º 33.007.592

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

(SEGUNDO SEMESTRE)

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|-------------------------------|---------------|----------------|--|---------------|-----------------------------|
| | Cr\$ | Cr\$ | | Cr\$ | Cr\$ |
| Bens de Raiz..... | 35 821 149,23 | | Capital..... | 78 000 000,00 | |
| Maquinismos e Acessórios..... | 93 598 402,07 | | Aumento: Autorizado por A. G. E. de 17-11-70..... | 6 500 000,00 | 84 500 000,00 |
| Movéis e Utensílios..... | 1 317 266,76 | | | | |
| Material Rodante..... | 573 183,63 | | Fundo de Reserva..... | 5 200 706,95 | |
| Títulos Diversos..... | 29 225 177,15 | 160 535 178,84 | Fundo de Reserva Es- pecial..... | 2 600 353,47 | |
| | | | Fundo de Aumento de Capital..... | 3 002 930,76 | |
| Caixas..... | 1 002 677,67 | | Fundo de Correção — Lei 4 357 64..... | 13 705 165,87 | |
| Devedores a Curto Prazo..... | 73 312 116,94 | 74 314 794,63 | Reserva para Manuten- ção de Capital de Giro..... | 2 273 050,07 | |
| | | | Lucros Suspensos..... | 4 765 452,89 | 31 547 660,01 |
| Manufaturas..... | 13 581 001,80 | | | | |
| Matéria-Prima..... | 12 454 182,28 | | Fundo Serviços Sociais (Provisão)..... | 3 889 134,99 | |
| Diversos Materiais..... | 8 902 620,55 | 34 937 804,68 | Fundo Garantia Tempo Serviço (Provisão)..... | 2 550 616,03 | |
| | | | Fundo de Reparações (Provisão)..... | 13 329 886,04 | |
| Devedores a Longo Prazo..... | 4 605 829,74 | 113 858 428,98 | Fundo de Reparações — Correção (Provisão)..... | 29 275 080,66 | |
| Contas Diferidas..... | | 2 151 418,34 | Reserva para Perdas Fortuitas (Provisão)..... | 1 430 397,63 | 50 475 115,35 82 022 775,36 |
| Ações Caucionadas..... | 5 000,00 | | | | |
| Bancos Conta Cobrança..... | 2 466 204,65 | | Credores a Curto Prazo..... | 58 981 637,76 | |
| Bancos Conta Caução..... | 9 961 562,18 | 12 432 766,83 | Impostos a Pagar..... | 5 834 127,09 | |
| | | | Instituto de Pensões..... | 474 376,14 | |
| | | | Dividendos não Recla- mados..... | 277 354,63 | 65 567 495,62 |
| | | | | | |
| | | | Credores a Longo Prazo..... | 40 372 282,78 | 105 939 778,40 |
| | | | | | |
| | | | Dividendo n.º 83..... | | 4 082 472,40 |
| | | | Depósito da Diretoria..... | 5 000,00 | |
| | | | Títulos em Cobrança..... | 2 466 204,65 | |
| | | | Títulos Caucionados..... | 9 961 562,18 | 12 432 766,83 |
| | | | | | 288 977 792,99 |
| | | 288 977 792,99 | | | |

LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| DÉBITO | | CRÉDITO | |
|---|---------------|--|---------------|
| | Cr\$ | | Cr\$ |
| Gastos Gerais — Honorários, Ordenados, Gratificações, Comissões, Seguros, etc..... | 8 420 141,39 | Secções Industriais..... | 29 559 163,01 |
| Impostos..... | 7 624 552,70 | Aluguéis..... | 50 824,89 |
| Encargos Financeiros..... | 927 426,77 | Renda de Inversões..... | 1 153 959,79 |
| Conservação de Imóveis..... | 253 558,87 | Eventuais — Diferença de Câmbio, Ajuste de Contas, etc..... | 65 872,35 |
| Transportes..... | 277 230,11 | | |
| Dividendo n.º 83..... | 4 082 472,40 | | |
| Fundo de Reserva, Reparações, etc..... | 9 244 437,80 | | |
| | 30 829 820,04 | | 30 829 820,04 |

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1970. — Adhemar Alves Bebianno, Diretor-Industrial; Walter Sutton, Diretor-Técnico; Marcello Bebianno Simões, Diretor de Produção; Manoel Garcia, Diretor-Administrativo; Antônio Gualano Cosentino, Diretor-Secretário; Nerval de Oliveira Nunes Filho, Contador — CRC — 14 241 — GB.

Insolvências - Resultados Favoráveis

Foram particularmente favoráveis os resultados apurados em 1970 quanto a solvabilidade. Tomando por base as estatísticas relativas ao período de janeiro a novembro, que cobrem os eventos nas duas maiores praças do país — Rio de Janeiro e São Paulo — verificamos notável melhoria sob diversos e importantes aspectos. Assim, por exemplo, em comparação com igual período de 1969, diminuiu o número de insolvências requeridas. As falências decretadas e as concordatas deferidas seguiram, também, curso decrescente. Embora os preços em geral aumentassem no decorrer do ano analisado em escala quase igual à de 1969, em vários setores de atividade econômica regrediu ou pelo menos se estabilizou, em termos globais, a incidência de insucessos empresariais. Apesar de ainda ter crescido o protesto de títulos, baixou o montante das obrigações vultosas não pagas. Contudo, o prejuízo sofrido pelos credores de grandes empresas, falidas ou concordatárias, se elevou bastante e o risco de insolvência se agravou de forma apreciável para as organizações de grande porte que se encontraram em dificuldades financeiras, mesmo que aparentemente fôssem estas de caráter passageiro.

Menores os Riscos Operacionais

São 2 os fenômenos que merecem atenção ao investigarmos os aspectos mais significativos da solvabi-

lidade: protesto de títulos e requerimentos de insolvência.

O protesto de títulos, ao qual ficam expostos devedores — sejam eles firmas ou pessoas físicas — impontuais ou faltosos na liquidação dos compromissos financeiros, representados por promissórias, duplicatas etc., constitui cronologicamente o primeiro sinal de dificuldades experimentadas pelos emitentes de papéis comerciais. Aquelas firmas que nem conseguem efetuar os pagamentos devidos no período que se segue ao protesto do título correm o risco de ter requerida a sua insolvência. Este conceito refere-se tanto à falência, que significa o fim das operações da empresa, como à concordata, durante cuja vigência certas restrições são impostas à atividade da organização. Nem todas as insolvências solicitadas terminam com a

falência decretada ou a concordata homologada. Mediante liquidação pela firma envolvida do débito em causa, mesmo que o pagamento se realize com atraso, como ocorre frequentemente, o credor desiste de prosseguir com a ação ou o pedido de falência. Não é apenas a maior ou menor incidência de títulos protestados ou de insolvências que nos permite formular conclusões a respeito da conjuntura. A evolução da quantidade de papéis comerciais não liquidados em comparação com a do respectivo valor, a defasagem entre a época do requerimento de insolvência e a do protesto de títulos, a análise setorial e a comparação das falências decretadas ou concordatas deferidas com as correspondentes insolvências solicitadas dão margem a uma série de valiosos esclarecimentos.

Insolvências e Títulos Protestados

Rio de Janeiro e São Paulo
Valores Trimestrais - 1969/1970

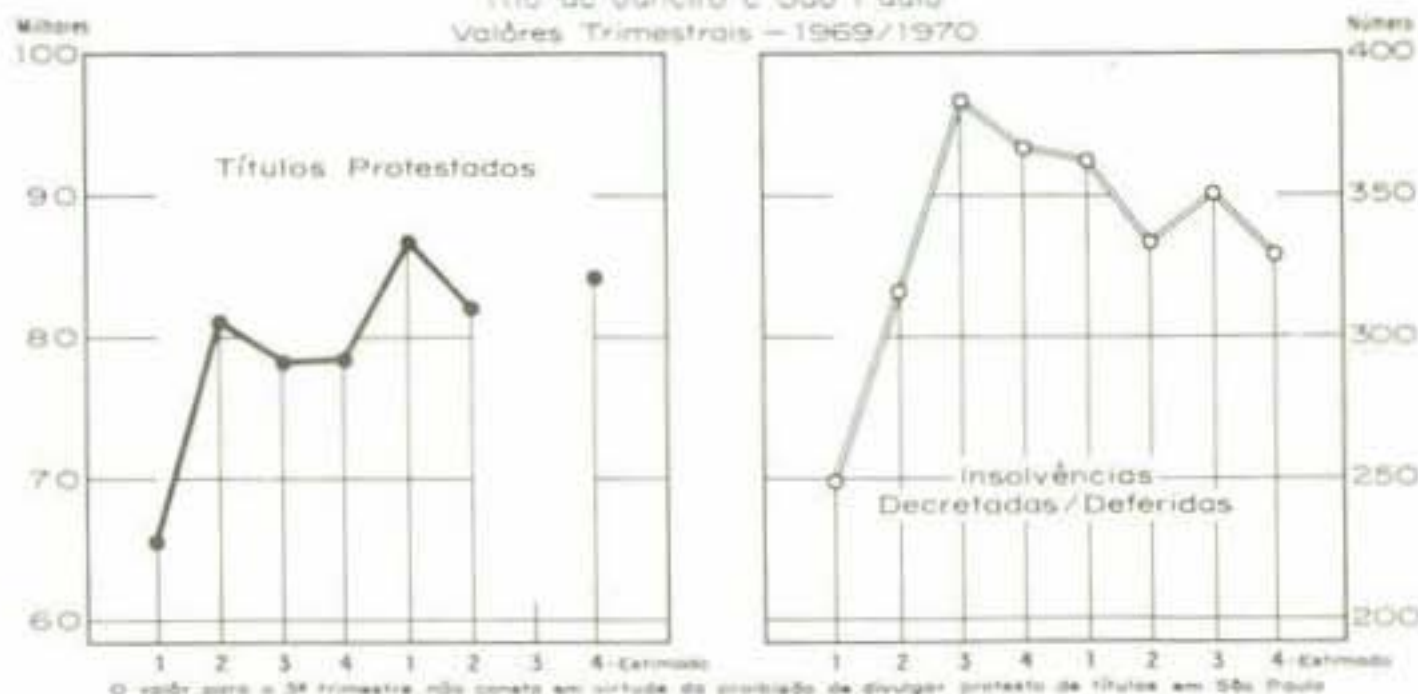


Tabela I — Número de Insolvências no Rio de Janeiro e em São Paulo — Janeiro a Novembro 1968/70

| Ano | Requeridas | | | Decretadas/Deferidas | | |
|------|------------|-------------|-------|----------------------|-------------|-------|
| | Falências | Concordatas | Total | Falências | Concordatas | Total |
| 1970 | 3 228 | 381 | 3 609 | 936 | 351 | 1 287 |
| 1969 | 3 250 | 514 | 3 764 | 780 | 438 | 1 218 |
| 1968 | 2 395 | 341 | 2 736 | 507 | 275 | 782 |

Fonte dos dados originais: Cartórios.

Os fatos que mais chamam a atenção no exame da solvabilidade em 1970 são: a aproximada estabilidade do protesto de títulos e a progressiva diminuição dos requerimentos de insolvência. O GRÁFICO, que reproduz a evolução das 2 quantidades supra em 1970 e 1969 (resultados trimestrais), indica que no ano recém-findo o número global de promissórias e duplicatas não pagas variou apenas entre 82 e 87 mil em cada 3 meses, ao passo que em 1969 os valores extremos se haviam situado em 65 e 81 mil. Fatores sazonais, que antes exerceram importante influência, dando origem a fortes aumentos em determinadas épocas do ano e a apreciáveis decréscimos em outras, passaram em 1970 a plano secundário. Provavelmente oscilações menos violentas quanto ao fornecimento quantitativo de artigos de consumo força-

do aos grandes centros foram seguidas de maior equilíbrio entre procura e oferta, com ausência conseqüente de altas sensíveis e temporárias de determinados preços.

É muito diferente o que se observa em relação às insolvências decretadas, respectivamente deferidas. Desde o 3º trimestre/69, quando a incidência alcançou o seu máximo (dos 2 últimos anos), o número de falências e concordatas diminui ininterruptamente. No 4º trimestre/70 só ocorreram 3,9 insucessos comerciais, enquanto se protestaram 1 000 títulos, contra 4,9 insucessos entre julho e setembro/69. Isto significa que a economia privada no último ano resistiu melhor do que no anterior aos riscos inerentes à atividade industrial, comercial ou de prestação de serviços.

Diminuem os Pedidos de Insolvências

Em 1970 tiveram início 3 609 processos falimentares, contra 3 764 no ano anterior (até novembro) e contra 2 736 em 1968 (Tabela I). A diminuição de 4,3% no último intervalo é significativa porque se deu depois de um incremento de 38% em 1968/69. Mesmo assim, ainda continuou a crescer a quantidade de insolvências decretadas/deferidas (em cada um dos 2 períodos e não em intervalos menores), atingindo 1 287 no ano examinado, quando no anterior ficara limitada a 1 218. Esta variação, todavia, corresponde ao acréscimo de apenas 5,7%, contra 56% no intervalo precedente. Levando em conta o tempo necessário para serem julgados os processos em andamento, é de prever que em breve as falências decretadas e concordatas deferidas sigam tendência declinante, acompanhando de perto o curso das insolvências pedidas.

Maior Risco para Sociedades Anônimas

Foram as organizações de vulto ou as mais modestas que melhor performance demonstram quanto a solvabilidade? São possíveis 2 pontos de vista, que se complementam mutuamente, quando se pretende responder a esta pergunta. De acordo com os resultados estatísticos constantes da Tabela II, somente entre as sociedades de responsabilidade limitada ocorreram em 1970 falências solicitadas em maior número do que no ano anterior. Menor número de firmas individuais ou sociedades anônimas se viram, portanto, ameaçadas em sua existência. Em relação às concordatas pedidas, também se observa certo aumento, mas unicamente na categoria de sociedades de responsabilidade limitada. Examinando, entretanto, as insolvências decretadas/deferidas (Tabela III), verificamos que, requerida a falência de uma empresa, se tornou mais provável do que em 1969 que ela fosse finalmente decretada. Em

Tabela II — Número de Falências e Concordatas Segundo a Forma de Constituição das Firms — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1969/70

| Forma de Constituição | Falências | | | | Concordatas | | | |
|------------------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-----------|------------|-----------|
| | 1970 | | 1969 * | | 1970 | | 1969 | |
| | Requeridas | Decretadas | Requeridas | Decretadas | Requeridas | Deferidas | Requeridas | Deferidas |
| Firmas Individuais | 1 035 | 251 | 1 192 | 230 | 58 | 56 | 53 | 58 |
| Socied. Respons. Ltda. | 2 016 | 587 | 1 840 | 457 | 260 | 238 | 351 | 277 |
| Sociedades Anônimas | 177 | 98 | 218 | 93 | 63 | 57 | 110 | 103 |
| Total | 3 228 | 936 | 3 250 | 780 | 381 | 351 | 514 | 438 |

Fonte dos dados originais: Cartórios.

Tabela III — Parcela (%) das Falências ou Concordatas Requeridas que Foram Decretadas, Respectivamente Deferidas — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1969/70

| Forma de Constituição | Falências | | Concordatas | |
|------------------------|-----------|------|-------------|------|
| | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 |
| Firmas Individuais | 24 | 19 | 97 | 109 |
| Sociedades Resp. Ltda. | 29 | 25 | 92 | 79 |
| Sociedades Anônimas | 55 | 43 | 90 | 94 |

particular quanto a sociedades anônimas, este risco alcançou valor numérico tão elevado que deverá alertar os responsáveis. Os resultados apurados indicam também que o fato de os credores darem entrada na justiça a uma solicitação de falência representa ameaça muito mais grave à sobrevivência quando se tratar de firmas de certa projeção (sociedades anônimas ou de responsabilidade limitada) do que no caso de pequenas organizações sem maior expressão econômica (geralmente firmas individuais). Quanto às concordatas, ocorreu justamente o contrário (Tabela III). Sociedades anônimas e de responsabilidade limitada, mesmo que já se tenha iniciado o processo de homologação de concordata, ainda conseguiram frequentemente cumprir com atraso as suas obrigações e, a seguir, con-

tinuar ou voltar a desenvolver normalmente as suas atividades (aproximadamente 8 a 10% de todos os pedidos de concordata). Para firmas individuais que não dispõem — via de regra — de tal facilidade de obtenção de crédito como as maiores organizações, só raramente uma recuperação financeira foi viável.

Bens de Consumo — Número Estável de Insolvências

Quando se classificam as insolvências segundo a categoria de bens produzidos ou comercializados pelas firmas afetadas, sobressaem os insucessos empresariais no grupo "bens de consumo", que participou em 1970 com 48% de todas as falências ou concordatas requeridas (Tabela IV). Entretanto, este número de insolvências se manteve praticamente inalterado em con-

fronto com o do ano anterior. Em virtude da expansão mais lenta dos preços de alimentos, vestuários e outros artigos indispensáveis, os consumidores mantiveram aproximadamente constantes os seus hábitos quanto a espécie, qualidade e quantidade de bens consumidos. Com isto o movimento registrado pela indústria e comércio destes setores deve ter seguido curso mais regular do que em períodos de fortes altas daqueles preços, que exercem influência decisiva na composição do índice do custo de vida. Com a previsão mais precisa da procura de tais artigos, tornaram-se menos frequentes os erros de planejamento das empresas, os quais são seguidos de desequilíbrio entre receita e despesa, levando as firmas a dificuldades financeiras e, eventualmente, à insolvência.

Com referência a "bens de produção", observa-se até declínio da quantidade de falências e concordatas, sejam elas pedidas ou decretadas/deferidas. Também no grupo de "ramos mal definidos ou ignorados", que congrega principalmente pequenas firmas, se nota diminuição de novos processos falimentares.

Uma pesquisa mais detalhada, conforme consta da Tabela V, mostra que 52% de todos os insucessos comerciais se verificaram em 1970 entre firmas de 10 ramos de atividade (51% em 1969). O número

Tabela IV — Número de Insolvências Segundo a Categoria de Bens ou Serviços — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1969/70

| Bens ou Serviços | Número de Insolvências | | | | Variação Anual (%) | | | | % do Total 1970 | |
|--------------------|------------------------|-------|----------------------|-------|--------------------|--------|----------------------|--------|-----------------|----------------------|
| | Requeridas | | Decretadas/deferidas | | Requeridas | | Decretadas/deferidas | | Requeridas | Decretadas/Deferidas |
| | 1970 | 1969 | 1970 | 1969 | 69/70 | 68/69* | 69/70 | 68/69* | | |
| Bens de Consumo | 1 723 | 1 726 | 627 | 596 | — | +49 | +52 | +15 | 48 | 49 |
| Bens de Produção | 253 | 277 | 101 | 116 | — 8 | +49 | —13 | —17 | 7 | 8 |
| Ramos Imobiliários | 257 | 213 | 78 | 71 | +21 | +68 | +10 | — | 7 | 6 |
| Diversos | 162 | 139 | 35 | 46 | +17 | +48 | —23 | — 7 | 5 | 3 |
| Subtotal | 2 395 | 2 355 | 841 | 829 | + 2 | +50 | +15 | + 7 | 66 | 65 |
| Ramos ignorados | 1 214 | 1 409 | 446 | 389 | —14 | +19 | +15 | +10 | 34 | 35 |
| Total | 3 609 | 3 764 | 1 287 | 1 218 | — 4 | +37 | + 6 | + 8 | 100 | 100 |

Fonte dos dados originais: Cartórios. (*) Janeiro a Outubro,

global destas insolvências foi praticamente o mesmo do ano anterior. Decresceu de 8,5% a quantidade de falências e concordatas entre os demais grupos, em conjunto. No meio dos 10 ramos discriminados na Tabela V agravou-se em 5 déles a incidência em questão (+ 97 insucessos), mas nos 5 restantes a melhoria teve maior peso (- 106 insolvências). Dois setores assumem particular importância, seja por oferecerem ao público artigos de consumo forçado, seja devido ao grande número de firmas neles enquadradas. Trata-se de "alimentos" e "vestuários". Houve para elas redução da ordem de 10% de falências e concordatas. Continuou, portanto, no ano analisado sensível concentração de insolvências em determinados ramos de atividade.

Maior o Prejuízo Sofrido pelos Credores

Conforme vimos, as falências decretadas e concordatas deferidas em 1970 no Rio de Janeiro e São Paulo se referem a 1 287 firmas, verificando-se assim aumento de 20% em relação ao ano anterior. Não é, porém, apenas do número de insucessos que depende o montante do prejuízo ocasionado aos credores. A ordem de grandeza do passivo das organizações insolventes exerce importante influência sobre tais perdas. No período em exame este elemento se comportou de forma pouco uniforme. Enquanto o passivo médio de firmas individuais falidas ou concordatárias caiu a valor insignificante (Tabela VII), o de sociedades de responsabilidade limitada na mesma situação cresceu moderadamente e o de sociedades anônimas quase dobrou. Nestas condições, os compromissos contabilizados de uma única sociedade anônima equivaleram aos de 5 sociedades de responsabilidade limitada ou de 80 firmas individuais. Levando ainda em conta que o número absoluto de falências decretadas (com fortes prejuízos) aumentou, enquanto o de concordatas deferidas (com relação bastante moderada de prejuízo/passivo)

Tabela V Ramos de Atividade com o Maior Número de Insolvências Requeridas — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1969 70

| Ramo de Atividade | 1970 | 1969 |
|--|-------|-------|
| Alimentos | 430 | 436 |
| Vestuário | 372 | 447 |
| Produtos Químicos e Farmacêuticos | 214 | 204 |
| Indústria e Oficinas Mecânicas | 140 | 140 |
| Construção Civil | 133 | 113 |
| Móveis e Decorações | 130 | 122 |
| Gráficas e Editoras | 126 | 133 |
| Importação, Exportação e Representações | 117 | 135 |
| Materiais de Construção | 116 | 84 |
| Material e Aparelhos Elétricos e Eletrônicos | 112 | 85 |
| Subtotal | 1 890 | 1 899 |
| Outros ramos | 1 719 | 1 865 |
| Total | 3 609 | 3 764 |

Fonte dos dados originais: Cartórios.

Tabela VI — Estimativa do Prejuízo Ocasinado por Insolvências no Rio de Janeiro e em São Paulo — Valores em Milhões de Cr\$

| Ano | N.º de Falências Decretadas e de Concordatas Deferidas | Passivo Total | Prejuízo Global Estimado | Prejuízo Passivo |
|------|--|---------------|--------------------------|------------------|
| 1970 | 1 287 | 769 | 460 | 61 |
| 1969 | 1 074 | 423 | 212 | 40 |
| 1968 | 697 | 436 | 238 | 55 |

Em 1970: Janeiro a novembro. Em 1969 e 1968: Janeiro a outubro.

Tabela VII — Passivo Médio de uma Firma Insolvente — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1970 — Cr\$ Mil

| Forma de Constituição | 1970 | 1969 |
|---------------------------|-------|-------|
| Firmas Individuais | 36 | 213 |
| Sociedades Respons. Ltda. | 569 | 504 |
| Sociedades Anônimas | 2 738 | 1 537 |

Tabela VIII — Indicadores de Correlação entre Insolvências e Protesto de Títulos no Rio de Janeiro e em São Paulo

| Ano | Coeficiente de | | |
|------|-----------------|---------------------|---------------------------|
| | Vulnerabilidade | Insolvência efetiva | Dificuldades transitórias |
| 1970 | 11,1 | 4,2 | 6,9 |
| 1969 | 13,5 | 4,3 | 9,2 |
| 1968 | 14,1 | 4,0 | 10,1 |

1968 e 1969: Janeiro a outubro. 1970: janeiro a novembro.

decreceu, não é de surpreender que as perdas dos credores se hajam elevado a nível bem superior ao de 1969. O prejuízo global é avaliado para 1970, em São Paulo e Rio de Janeiro conjuntamente, em 460 milhões de cruzeiros (Tabela VI), ou seja, 117% superior ao de 1969.

Relação entre Insolvências e Protesto de Títulos

Em virtude da proibição, durante cerca de 3 meses, de se divulgar o protesto de títulos na capital de S. Paulo, não se conhece exatamente o resultado estatístico de 1970 naquela praça e, conseqüentemente, ficou prejudicado o cálculo preciso de alguns indicadores econômicos. Mesmo assim, efetuamos estimativas a respeito, que revelarão pelo menos as tendências predominantes, embora talvez imprecisas pelo motivo acima (Tabela VIII). O quociente "número de insolvências requeridas/1000 títulos protestados" (coeficiente de vulnerabilidade) melhorou muito em 1970, se bem que o quociente "número de falências decretadas e de concordatas deferidas 1000 títulos protestados" (coeficiente de insolvência efetiva) tenha permanecido praticamente constante. Conclui-se daí que as dificuldades financeiras transitórias de firmas foram relativamente menos freqüentes. Isto significa que a falta de liquidação pontual de promissórias ou duplicatas vencidas constituiu ameaça mais séria à sobrevivência da organização responsável. Maior disciplina, compulsória, para os realmente desejosos de não sofrerem ruína, resulta da implantação ou do aperfeiçoamento de toda uma série de medidas moralizadoras, como por exemplo o combate à agiotagem e a fiscalização do fluxo de mercadorias desde o produtor até o consumidor, cujos efeitos, por enquanto, não foram devidamente notados ou comentados em sua plenitude.

Menos Títulos Vultosos

Em 1970 os devedores por promissórias e duplicatas cumpriram no

Tabela IX — Títulos Protestados no Rio de Janeiro e em São Paulo — Janeiro a Novembro 1968/70 — Número em Milhares — Valores em Milhões de Cr\$

| Natureza dos Títulos | 1970 | | 1969 | | 1968 | |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | N.º | Valor | N.º | Valor | N.º | Valor |
| Promissórias | 97,8 | 153,7 | 91,0 | 123,5 | 68,0 | 73,7 |
| Duplicatas | 147,8 | 139,9 | 128,2 | 104,5 | 89,7 | 49,5 |
| Total | 245,6 | 293,6 | 219,2 | 228,0 | 157,7 | 123,3 |

Fonte dos dados originais: Cartórios. Excluídos os resultados de São Paulo em julho, agosto e setembro de cada um dos anos indicados.

Rio de Janeiro e São Paulo as suas obrigações em escala razoável. Deixaram de ser liquidados nestas 2 praças cerca de 98 mil títulos no valor de Cr\$ 154 milhões (Tabela IX), o que equivale ao incremento quantitativo de 12% em relação a 1969, contra 39% no intervalo anterior. O número de promissórias não amortizadas se elevou de 7,5% e o de duplicatas de 15,3%. Esta evolução indica que a seleção ao serem concedidos os respectivos financiamentos, melhorou quanto à eficiência. É que os créditos não restituídos que não tiverem sido realizados com garantia de mercadorias tendem a crescer mais intensamente do que o desconto de duplicatas, o qual, segundo ensina a experiência, oferece menor risco de não restituição.

O valor médio de um título levado a protesto e provavelmente também dos demais evoluiu mais ou menos em curso paralelo ao do nível de preços. Uma promissória

não paga em 1970 se situou, em média, em Cr\$ 1,6 mil, contra 1,4 mil no ano anterior (+ 15%). No mesmo intervalo, o valor, igualmente médio, de uma duplicata passou de Cr\$ 0,8 mil para 0,9 mil (+ 13%). Em novembro/69 e igual mês de 1970 os preços por atacado (disponibilidade interna) sofreram alta pouco maior, isto é, de 17,2%.

Apesar de terem crescido a quantidade e o valor global do conjunto dos títulos protestados, os resultados constantes da Tabela X mostram que se verificou certo recuo daqueles papéis comerciais não atendidos no vencimento e que haviam sido emitidos por quantias elevadas. Com esta diminuição de 7% (valor) contrasta um incremento de 38% das promissórias e duplicatas de valor moderado. A expansão do protesto de títulos se limitou, portanto, à área das obrigações financeiras de porte media-

Tabela X — Protesto de Títulos Segundo o Valor Unitário — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1969/70 — Número em Milhares — Valores em Milhões de Cr\$

| Valor Unitário | 1970 | | 1969 | |
|----------------|-------|-------|-------|-------|
| | N.º | Valor | N.º | Valor |
| Moderado | 245,0 | 252,1 | 218,2 | 183,2 |
| Elevado | 0,6 | 41,5 | 1,0 | 44,8 |
| Total | 245,6 | 293,6 | 219,2 | 228,0 |

Fonte dos dados originais: Cartórios.

no. Assim, não houve especulações em grande escala com recursos emprestados, por indivíduos e entidades, como já se observara, com desastrosos resultados quanto à solvabilidade geral, no passado.

Uma análise mais detalhada da participação dos diversos grupos de devedores por títulos não liquidados, de valor unitário elevado, mostra (Tabela XI) que quase 1/3 se referiu em 1970 a produtores e distribuidores de artigos de consumo. Levando em consideração que o protesto de papéis comerciais costuma anteceder o pedido de falência ou concordata e que em 1970 se manteve estável o número de insolvências solicitadas contra firmas destas atividades o recente aumento de 22%, observado com referência a promissórias e duplicatas de vulto não amortizadas, indica próximo agravamento — no mínimo temporário — dos insucessos de empresas destes setores. Em todas as demais rubricas, salvo "particulares", melhorou o atendimento de compromissos de vulto o qual, havia sido francamente desfavorável no ano anterior.

Estudando os dados da Tabela XII, verificamos que aos títulos protestados, de valor unitário elevado, emitidos por firmas dos 10 principais (sob este aspecto) ramos de atividade, corresponderam a 57% do total (47% em 1969). A importância global não paga pelas empresas destes 10 grupos aumentou 13% em 1970. Entre elas, 3 subgrupos apresentaram diminuição de Cr\$ 3,6 milhões e 7 outros aumentos de 6,3 milhões. Ao mesmo tempo, o montante das promissórias e duplicatas vultosas não pagas por organizações das constantes atividades, não discriminadas na Tabela XII, decresceu de 38%. Intensificou-se, portanto, a concentração do protesto de papéis comerciais emitidos por importância elevada, a um reduzido número de setores econômicos. A melhoria, observada para o conjunto de todas as atividades, proveio especialmente de pequenos progressos registrados por segmentos da economia que não têm maior expressão. Em 1970

Tabela XI — Devedores por Títulos Vultosos Protestado no Rio de Janeiro e em São Paulo — Janeiro a Novembro 1969/70 — Milhões de Cr\$

| Categoria dos Devedores | Valor Global | | Variação Anual % | | % do Total | |
|-------------------------|--------------|------|------------------|--------|------------|------|
| | 1970 | 1969 | 69/70 | 68/69* | 1970 | 1969 |
| Bens de Consumo | 12,8 | 10,5 | + 22 | — 44 | 31 | 25 |
| Bens de Produção | 6,7 | 7,9 | — 15 | +164 | 16 | 16 |
| Ramos Imobiliários | 7,4 | 8,4 | — 13 | +875 | 18 | 16 |
| Particulares | 6,1 | 5,1 | + 20 | + 10 | 15 | 14 |
| Diversos | 3,1 | 5,5 | — 44 | + 27 | 7 | 13 |
| Subtotal | 36,0 | 37,3 | — 3 | + 11 | 87 | 84 |
| Não ou mal definidos | 5,5 | 7,5 | — 27 | +176 | 13 | 16 |
| Total | 41,5 | 44,8 | — 7 | + 23 | 100 | 100 |

Fonte dos dados originais: Cartórios. (*) Janeiro a outubro.

Tabela XII Principais Devedores por Títulos Vultosos Protestados no Rio de Janeiro e em São Paulo Janeiro a Novembro 1969/70 Milhões de Cr\$

| Ramos de Atividade das Firms Devedoras | 1970 | 1969 |
|---|------|------|
| Construção Civil | 5,2 | 7,4 |
| Importação, Exportação e Representações | 4,8 | 3,9 |
| Alimentos | 3,6 | 2,2 |
| Vestuário | 3,4 | 2,2 |
| Materiais de Construção | 2,0 | 0,7 |
| Veículos | 1,3 | 1,0 |
| Diversões | 1,0 | 0,1 |
| Transportes | 0,9 | 1,9 |
| Metalurgia | 0,8 | 0,5 |
| Gráficas e Editôras | 0,8 | 1,2 |
| Subtotal | 23,8 | 21,1 |
| Outros ramos | 11,6 | 18,6 |
| Pessoas Físicas | 6,1 | 5,1 |
| Total | 41,5 | 44,8 |

Fonte dos dados originais: Cartórios.

aumentou uma vez maior o valor global de títulos vultosos protestados contra produtores e comerciantes de alimentos e vestuário. Embora tenha diminuído em relação a

1969 a importância não liquidada por sociedades de construção civil, não existem ainda sinais de solução da crise de solvabilidade, há vários anos patente nesta atividade.

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA BRITÂNICA BATE RECORDE DE EXPORTAÇÃO

A indústria farmacêutica com sede na Grã-Bretanha conseguiu um recorde de exportações no ano passado, aproximando-se da marca de 336 milhões de dólares, em comparação com 285 milhões de dólares em 1969, que também foi um recorde.

A Associação da Indústria Farmacêutica Britânica (ABPI) declarou que as vendas dobraram nos últimos 7 anos, estabelecendo firmemente a Grã-Bretanha como uma das 4 principais nações exportadoras de remédios.

Entre os principais medicamentos exportados estão os antibióticos, vitaminas, hormônios, vacinas e anticoncepcionais orais. Os antibióticos, como os maiores arrecadadores de moeda estrangeira, acusaram vendas médias de Aó milhões de dólares anuais.

A exportação de hormônio foi estimada em cerca de 21 milhões de dólares em 1970, com vacinas e preparados similares atingindo a importância de 12 milhões de dólares, seguidos muito de perto pelas vitaminas, com 11 milhões de dólares.

Seja desigual perante a lei

O Decreto-Lei 157 é um só. Igual para todos. Permite a dedução de 12% do seu imposto de renda (ou 1% da sua empresa) para aplicar em ações.

Mas você não precisa ser igual a todos, na hora de usar a lei.

Há os que têm mais ambição. E os que têm menos ambição.

O certificado de compra de ações da COPEG é para pessoas que querem sempre mais.

Mais dinheiro no bolso e mais desenvolvimento.

Existe sempre uma maneira mais inteligente de se ganhar dinheiro.
De acordo com a lei.



BANCO DE INVESTIMENTOS COPEG S.A.

Candelária, 9 - 9.º andar; Alfândega, 70;
Barata Ribeiro, 529-C.

Postos de venda nas Agências do BEG.



Prossegue Tendência ao Reequilíbrio Intermodal

Com o prosseguimento maciço dos programas de investimentos na ampliação do sistema de transportes do país, em todas as regiões, e a crescente operação do movimento de granéis sólidos e líquidos nas ferrovias e portos, parece prosseguir a tendência ao reequilíbrio intermodal dos transportes no Brasil, tendência que já se delineava desde os três últimos anos da década recém-finda.

Assim é que o movimento geral de transporte de cargas terá crescido cerca de 11,2% em 1970 relativamente a 1969, contra 11,5% em 1969. Contribuíram, basicamente, para esse índice de crescimento de 1970 relativamente a 1969, o transporte rodoviário (11%), o marítimo (14%) e o ferroviário (9,1%). O transporte aéreo de carga se manteve em nível elevado (+ 15%), o que não ocorreu, todavia, com o de passageiros (+ 1,5% apenas).

No caso do transporte rodoviário, as regiões dominantes geradoras do acréscimo do movimento de carga foram a Sul (+ 15%) e a Sudeste (+ 11,3%), sendo mais modestos os acréscimos das regiões Nordeste (+ 4,8%) e Centro-Oeste (+ 4,1%). Quanto à Amazônia, é provável que as primeiras séries estatísticas de toda a área, e não apenas as da rodovia Belém—Brasília (cuja publicação regular vem sendo feita há algum tempo), sejam divulgadas já em 1972.

Pavimentação Intensiva da Rede Rodoviária

Foi pavimentada, em todo o país, no ano findo, uma extensão aproximada de 4 mil km, em confronto com os 3 mil km de 1969 e os 2.150 km de 1968. Assinalam-se, dentre tais obras, as da Rodovia BR-101 (Litorânea do Brasil) do Sul do país, ligando Curitiba—Joinville (BR-468) a Itajaí (SC), Florianópolis (SC), Tubarão (SC), Criciúma (SC), Araranguá (SC) e Torres (RS), num percurso de magna importância econômica, geopolítica, social e turística. Trata-se, aliás, do prolongamento dos eixos Natal (RN) — Recife (PE) — Feira de Santana (BA) — Vitória (ES) — Rio de Janeiro (GB), Rio — Santos (em implantação básica e pavimentação a partir de Piaçaguera, pelo DER-SP, e, na Guanabara, pelo DER-GB), Santos (SP) — Antonina (PR) — Joinville (SC) — Itajaí (SC) e Torres (RS) — Osório (RS), passando o eixo da BR-101 pela Ponte Rio—Niterói, em construção.

Foi ainda concluída em 1970 a pavimentação dos trechos rodoviários federais: Alegrete—Rosário (BR-290/RS), Tabai—Canoas (BR-386/RS), Torres—Florianópolis—Curitiba (BR-101/468, RS/SC/PR), Curitiba—Rio do Sul—Blumenau (BR-470/SC), União da Vitória—São Mateus do Sul (BR-476/PR), Fortaleza—Natal (BR-116/

384, CE/RN), Recife—Salgueiro (BR-232/PE), Icó—Ibó (CE/PE/BA), Maceió—Div. SE/AL (BR-101, SE/AL), Jequié—Ubaitaba—Itabuna (BR-330/101, BA), BR-116 — Ibotirama (BR-242, BA), Ipatinga—Iapu (BR-458/MG), Belo Horizonte—Sete Lagoas (BR-040/MG), Colatina—João Neiva (BR-259/ES), João Neiva—Linhares (BR-101/ES), Perdões—São João Del Rei (BR-383/MG), Lins—Marília (BR-153/SP), Além Paraíba—Teresópolis (BR-393/RJ), Jaraguá—Ceres (BR-153/GO).

Destacaram-se, nos Estados, por parte dos respectivos DERs as obras de implantação básica e pavimentação no Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia (BR-242), Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo (Rodovia dos Imigrantes, Campinas—Via Dutra, Anel Rodoviário, Piaçaguera—Guarujá, etc.), Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso (BR-262) e Goiás.

Desenvolvimento Rodoviário na Amazônia e Nordeste

Em 1970 prosseguiu a implantação, em primeira abertura, dos segmentos Belém—São Luís (BR-316), Porto Velho—Rio Branco (BR-319/236) e Porto Velho—Manaus (BR-319), além de subtrechos da Rodovia Transamazônica (que ligará Recife a Porto Velho, constituindo-se no elo fundamental da futura Rodovia Trans-

continental Recife—Lima) e da Cuiabá—Santarém (BR-165).

Foram intensificados, também na Amazônia, os trabalhos de abertura pioneira da Rodovia Manaus—Caracará—Boa Vista (BR-174) e de conclusão e consolidação da Cuiabá—Pôrto Velho (BR-364) e da Pôrto Velho—Abunã—Guajará-Mirim (BR-319), a cargo do 5º BEC (5º Batalhão de Engenharia de Construção) da DVT (Diretoria de Vias de Transporte) do Ministério do Exército.

Concedeu o BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) financiamento de Cr\$ 8,3 milhões (US\$ 1,8 milhões) ao DER-PA (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará), para a implantação de rodovias no Sul do Estado. Essas estradas, de marcante interesse regional, deverão atender aos princípios projetos agropecuários do Estado, beneficiando o Baixo Amazonas e abrangendo as rodovias PA-101 e PA-70. Interligarão os municípios de Óbidos, Oriximiná, Alenquer e Prainha, além de estabelecer a ligação dos vales dos rios Tocantins, Moju, Acará e Capim. A rodovia PA-70 cruzará a Belém—Brasília e a Transamazônica, em Marabá, como primeira etapa da integração rodoviária com o Norte de Mato Grosso.

Tiveram prosseguimento, de maneira intensiva, as obras de implantação, melhoramentos e pavimentação de vários trechos rodoviários na região Nordeste, valendo assinalar, entre elas, as de Fortaleza—Natal (BR-304/116), Natal—Feira de Santana (BR-116), Jequié—Ubaitaba—Itabuna (BR-330/101), BR-232 (segmento inicial da Transamazônica, em Pernambuco) e BR-242 (Argoim—Barreiras—Brasília).

No Ceará foi concluída a chamada Rodovia do Algodão, ligando Fortaleza ao Cariri pela área central e cujo trecho Iguatu—Apocirara (40 km) fôra terminado em 1969.

Na Bahia, além de um conjunto extenso e integrado de rodovias estaduais, o DER-BA concluiu o grande estirão da BR-242, até Barreiras, que ligará em breve, direta-

mente, Salvador a capital federal, enquanto o Consórcio Rodoviário Intermunicipal do Estado da Bahia S. A., com financiamento inclusive do BNDE, vem implantando rede de rodovias vicinais.

Sudeste: Obras Viário-Urbanísticas e de Grande Porte

Destacaram-se, no conjunto de obras rodoviárias da Região Sudeste, no semestre findo, as de natureza viário-urbanística e de grande porte, como as do sistema Lagoa—Barra da Tijuca e do Anel Rodoviário da Guanabara.

A cargo do DER-RJ, ficaram concluídos em 1970 os trechos: Natividade—Itaperuna (RJ-100), de 22 km; Rio Bonito—Araruama (RJ-51), de 44 km; Itaocara—Pádua (RJ-27), de 12 km, com isso completando um “anel rodoviário” de cerca de 700 km conhecido como “Circuito das Fazendas”, integrando o complexo industrial do Vale do Paraíba, os centros de produção agropecuária e os mercados consumidores do Grande Rio; Teresópolis—Nova Friburgo e Muri—Lumiar—Casemiro de Abreu e Rio Dourado—Rio das Ostras.

Vinculados à rodovia Rio—Santos, assinalam-se os trabalhos de implantação e pavimentação do trecho Piaçaguera—Guarujá, a cargo do DER-SP, que vem sendo denominada “estrada flutuante”, tais as características técnicas de sua construção extremamente difícil. Construída em grande parte de sua extensão total de 22,4 km sobre mangue, na Baixada Santista, obrigou à abertura de um canal com 3,5 m de profundidade e 32 m de largura, trabalho esse executado por dragas, sendo o enchimento posterior desse canal feito com areia e água e, após a sedimentação, construído atêrro com 2,5 m de altura e plataforma de 14 m, sobre a qual está sendo executada pavimentação asfáltica, além das numerosas e extensas obras de arte.

Destacaram-se ainda no ano findo, a cargo da DERSA, as obras de implantação e pavimentação da Rodovia dos Imigrantes (nova rodo-

via São Paulo—Santos), e, pelo DER-SP, a estrada Campinas—Via Dutra (SP-65), a Rodovia Castelo Branco (SP-280, prosseguimento), o Anel Rodoviário de São Paulo, a estrada Bragança—Socorro (SP-8), a Estrada da Banana (SP-55/165), a Estrada da Laranja (SP-322), a Estrada da Integração (trechos Presidente Venceslau—Tupi Paulista e Tupi Paulista—Andradina), todas de envergadura e relevância regional.

O DER-SP, contratou, além disso, uma série de estudos de viabilidade técnico-econômico de novas importantes rodovias, como a Via Norte (São Paulo—Jundiaí—Americana—Norte do Estado), Campinas—Mogi-Mirim, Via Expressa do ABC, nova ligação São Paulo—Litoral Norte, Peruibe—Una—Iguape, São Luís do Paraíba—Ubatuba e São Paulo—Mogi das Cruzes (via expressa).

Desenvolvimento Rodoviário no Sul e Centro-Oeste

Marcou o ano findo a conclusão de numerosas obras rodoviárias, de significativa expressão regional, nacional e internacional, como a BR-471 (que se prolonga pela Rodovia nº 9 do Uruguai), entre Quinta e Chuí, e trechos de rodovias multinacionais no Rio Grande do Sul.

Nos Estados de Santa Catarina e do Paraná, prosseguiram os trabalhos de implantação e pavimentação da BR-101 (Rodovia Litorânea do Brasil), tendo sido ainda inaugurados os trechos Três Pinheiros—Pato Branco (138 km) e Ponta Grossa—Itararé (168 km).

Finalmente, na região Centro-Oeste, vale destacar a inauguração, logo ao início do ano, dos trechos pavimentados Pôrto XV—Rio Brilhante (BR-267) e Rio Brilhante—Campo Grande (BR-165), ligando, em excelentes condições técnicas, o Sul de Mato Grosso a São Paulo e ao restante da rede rodoviária brasileira, e, ao findar o mês de julho, a de 87 km da Rodovia Belém—Brasília, trecho Anápolis—Jaraguá, em Goiás. Estima-se, aliás, que até 1975 esteja pavimentada

tôda a Rodovia Belém—Brasília, a qual atualmente, de seus 2.143 km, possui pavimentados 380 km.

O DERMAT (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso) deverá, a seu turno, além de outras obras, concluir até 1971 a implantação básica do segmento final da BR-262, Aquidauana—Corumbá, dando uma saída

rodoviária para Corumbá e tornando realidade efetiva o travessão Vitória—Belo Horizonte—Uberaba—Campo Grande—Corumbá, direção a Bolívia, elo da futura Transcontinental Vitória—Belo Horizonte—Arica (no Chile).

Em Goiás, a cargo do DER-GO, destacou-se em 1970 o início da implantação da GO-4, trecho Goiás

— São Miguel do Araguaia, de grande importância para o desenvolvimento da pecuária do Brasil Central, na região da Ilha de Bananal—Vale do Araguaia. Foram ainda concluídos 150 km de trechos pavimentados, salientando-se dentre eles os de ligação de Itumbiara à BR-153, Ruibarbo-Anicuns (GO-20) e Buriti Bravo à BR-153.

Tabela I—a) — Tráfego Rodoviário (Veículos de Carga) — Nordeste — Média Diária — 1966/1970

| Rodovia | | | | | Ano | | | | | |
|--------------|-------------|----------------------------|-------|-----------------------------------|---------------|------|------|------|------|-------|
| BR | | Nome — Trecho | Km | Pôsto de Coleta | Unid. Fed. | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970* |
| N.º atual | N.º ant. | | | | | | | | | |
| 135 | 21 | São Luís-Peritoró | 26 | Estiva | MA | 224 | 187 | 220 | 235 | ... |
| 135 | 21 | São Luís-Peritoró | 89 | São Francisco | MA | 162 | 124 | 150 | 264 | ... |
| 135 | 21 | São Luís-Peritoró | 207 | Caxuxa | MA | 83 | 73 | 90 | 147 | 151 |
| 135 | 21 | São Luís-Peritoró | 230 | Peritoró | MA | ... | ... | ... | ... | ... |
| 316 | 22 | Peritoró-Teresina | 193 | Peritoró | MA | 204 | 163 | 195 | 417 | 384 |
| 316 | 22 | Peritoró-Teresina | 148 | Salvaterra | MA | 188 | 143 | 170 | 289 | ... |
| 316 | 22 | Peritoró-Teresina | 79 | Riachão | MA | 110 | 114 | 135 | 140 | ... |
| 316 | 22 | Peritoró-Teresina | 615=0 | Timon | MA | 198 | 158 | 185 | 352 | 515 |
| 316 | 22 | Peritoró-Teresina | 10 | Teresina | PI | ... | ... | ... | ... | ... |
| 316 | 52 | Peritoró-Picos | 557 | Altos | PI | ... | ... | ... | ... | ... |
| 316 | — | Maceió-Petrolândia | 37 | Boca da Mata | AL | ... | 638 | 710 | 735 | ... |
| 316 | 26 | Maceió-Petrolândia | 154 | Palmeira dos Índios | AL | ... | ... | ... | ... | ... |
| 230 | 24 | Florianópolis-Carolina | 584=0 | Barão de Grajaú | MA | 58 | 81 | 100 | 98 | 97 |
| 230 | 24 | Florianópolis-Carolina | 143 | Pastos Bons | MA | 43 | 119 | 140 | 155 | 147 |
| 20 | 44 | Fortaleza-Canindé | 5 | Siqueira | CE | 438 | 426 | 495 | 447 | ... |
| 222 | 22 | Fortaleza-Sobral | 13 | Caucaia | CE | 567 | 498 | 575 | 452 | ... |
| 222 | 22 | Fortaleza-Sobral | 231 | Sobral | CE | 242 | 241 | 260 | 272 | ... |
| 116 | 13 | Fortaleza-Ruças | 14 | Mecejana | CE | 688 | 272 | 309 | 718 | ... |
| 101 | 11 | Natal-João Pessoa | 20 | Mata Redonda | PB | 408 | 484 | 579 | 645 | ... |
| 226 | 12 | Natal-Currais Novos | 17 | Macaíba | RN | ... | ... | ... | ... | ... |
| 226 | 12 | Natal-Currais Novos | 130 | Currais Novos | RN | ... | ... | ... | ... | ... |
| 230 | 23 | João Pessoa-Patos | 40 | Café do Vento | PB | 746 | 842 | 935 | 883 | 864 |
| 230 | 23 | João Pessoa-Patos | 130 | São José da Mata | PB | 357 | 392 | 440 | 615 | ... |
| 230 | 23 | João Pessoa-Patos | 260 | Campina Grande | PB | ... | ... | ... | ... | ... |
| 104 | 12 | João Pessoa-Recife | 8 | Ligeiro | PB | 240 | 367 | 306 | 267 | ... |
| 110 | 12 | Riacho São-Ibimirim | 292 | Riacho São | PE | 268 | ... | ... | ... | ... |
| 110 | 12 | Petrolândia-Jeremoabo | 774 | Paulo Afonso | PE/BA | 117 | ... | ... | ... | ... |
| 232 | 25 | Recife-Parnamirim | 150 | São Caetano | PE | 254 | 504 | 575 | 590 | 611 |
| 232 | 25 | Recife-Parnamirim | 180 | Caruaru | PE | ... | ... | ... | ... | ... |
| 232 | 25 | Recife-Parnamirim | 269 | Riacho São | PE | 32 | 227 | 260 | 272 | ... |
| 232 | 25 | Recife-Parnamirim | 528 | Salgueiro | PE | 120 | 129 | 145 | 177 | ... |
| 101 | 11 | Recife-Maceió | 8 | Maceió | AL | 2143 | 2254 | 2608 | 2770 | ... |
| 101 | 11 | Aracaju-Salvador | 6 | Aracaju-Entronca- mento BR-235 | SE | 982 | 1031 | 1210 | 1316 | ... |
| 324 | 28 | Salvador-Feira de Santana | 104 | Feira de Santana | BA | 1632 | 1703 | 1920 | 2105 | ... |
| 324 | 28 | Salvador-Feira de Santana | 20 | Simões Filho | BA | 2225 | 3839 | 4300 | 4850 | ... |
| 116 | 13 | Salgueiro-Feira de Santana | 5 | Feira de Santana | BA | 782 | 889 | 982 | 1080 | ... |
| 116 | 4 | Rio-Bahia | 1472 | Feira de Santana | BA | 980 | 1159 | 1300 | 1405 | ... |
| 116 | 4 | Rio-Bahia | 1070 | Vitória da Conquista | BA | 799 | 874 | 969 | 1090 | ... |
| 116 | 4 | Rio-Bahia | 1432 | Jequié | BA | ... | ... | ... | ... | ... |

Fonte: DNER. (*) Estimativa baseada nos dois primeiros trimestres.

Tabela I — b) — Brasil — Tráfego Rodoviário (Veículos de Carga) — Sudeste — Média Diária — 1966/1970

| Rodovia | | | | | Ano | | | | | |
|-----------|----------|--------------------------|-----|--------------------------------|------------|------|------|-------|------|-------|
| BR | | Nome — Trecho | Km | Pôsto de Coleta | Unid. Fed. | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970* |
| N.º atual | N.º ant. | | | | | | | | | |
| 116 | 4 | Rio-Bahia | 685 | Teófilo Otoni | MG | 966 | 989 | 1077 | 1088 | 1360 |
| 116 | 4 | Rio-Bahia | 544 | Governador Valadares | MG | 1204 | 915 | 1106 | 1278 | 1249 |
| 116 | 4 | Rio-Bahia | 375 | Realeza-Entroncamento BR-262 | MG | 1485 | 1266 | 1432 | 1658 | ... |
| 116 | 4 | Rio-Bahia | 195 | Leopoldina | MG | 1073 | 751 | 890 | 1713 | ... |
| 116 | 83 | Rio-Bahia | 19 | Bemposta | RJ | 1204 | 1620 | 1875 | 1900 | ... |
| 116 | 83 | Rio-Bahia | 70 | Pôrto Nôvo do Cunha | RJ | 1344 | 1582 | 1815 | 1860 | ... |
| 116 | 57 | Barra Mansa-Três Rios | 114 | Limoeiro | RJ | 1280 | 1118 | 1306 | 1345 | ... |
| 135 | 3 | Rio-Belo Horizonte | 445 | Olhos D'água (B. Hor.) | MG | 1726 | 2043 | 2205 | 2240 | ... |
| 135 | 3 | Rio-Belo Horizonte | 287 | Barbacena | MG | 1269 | 1186 | 1305 | 1385 | 108 |
| 135 | 3 | Rio-Belo Horizonte | 148 | Paraibuna | RJ | 801 | 834 | 910 | 945 | ... |
| 135 | 3 | Rio-Belo Horizonte | 70 | Itaipava | RJ | 1145 | 2110 | 2285 | 2340 | ... |
| 135 | 3 | Rio-Belo Horizonte | 35 | Belvedere | RJ | 1501 | 1577 | 1810 | 1950 | ... |
| 135 | 3 | Rio-Belo Horizonte | 3 | Mangueira | RJ | 3057 | 4857 | 5910 | 6342 | ... |
| 40 | 7 | Brasília-Belo Horizonte | 213 | Paracatu | MG | 215 | 332 | 371 | 370 | ... |
| 40 | 7 | Brasília-Belo Horizonte | 613 | Paraopeba | MG | ... | ... | ... | ... | ... |
| 40 | 7 | Brasília-Belo Horizonte | 656 | Prudente de Moraes | MG | 904 | 852 | 943 | 1120 | ... |
| 40 | 7 | Belo Horizonte-Campos | 197 | Muriae | MG | ... | 305 | 370 | 395 | ... |
| 50 | 106 | Brasília-Santos | 400 | Trevo Regis Bittencourt | MG | 305 | 475 | 542 | 559 | 891 |
| 50 | 106 | Brasília-Santos | 402 | Trevo Monteiro Lobato | MG | 738 | 650 | 725 | 745 | 690 |
| 50 | 106 | Brasília-Santos | 404 | Matinha | MG | ... | ... | ... | ... | ... |
| 50 | 106 | Brasília-Santos | 515 | Uberaba | MG | ... | 890 | 983 | 1120 | ... |
| 153 | 14 | Goiânia-Itumbiara | 80 | Pôrto Duquesa | MG | 466 | 608 | 690 | 763 | ... |
| 153 | 14 | Goiânia-Itumbiara | 194 | Trevo Entroc. BR-365 | MG | 769 | 857 | 980 | 1040 | ... |
| 262 | 31 | Vitória-Belo Horizonte | 44 | Rocas Novas | MG | 604 | 741 | 840 | 1030 | ... |
| 262 | 31 | Vitória-Belo Horizonte | 232 | Realeza | MG | ... | 231 | 265 | 544 | ... |
| 262 | 31 | Belo Horizonte-Uberaba | 16 | Betim Entroc. BR-381 | MG | ... | ... | ... | ... | ... |
| 364 | 56 | Araraquara-Frutal | 0 | Ponte Gumercindo | MG/SP | 451 | 515 | 565 | 670 | ... |
| 365 | 71 | Uberlândia-Ituiutaba | 2 | Uberlândia | MG | ... | ... | ... | ... | ... |
| 354 | 58 | Eng.º Passos-Caxambu | 55 | Capivari | MG | 261 | 337 | 425 | 390 | ... |
| 354 | 58 | Eng.º Passos-Caxambu | 26 | Alto da Serra | RJ | ... | ... | ... | ... | ... |
| 381 | 55 | Belo Horizonte-São Paulo | 16 | Betim | MG | 1564 | 1437 | 1610 | 1940 | ... |
| 381 | 55 | Belo Horizonte-São Paulo | 199 | Perdões | MG | 734 | 702 | 800 | 1068 | ... |
| 381 | 55 | Belo Horizonte-São Paulo | 381 | Pouso Alegre | MG | 710 | 716 | 815 | 851 | ... |
| 101 | 5 | Linhares-Vitória | 64 | Entroc. BR-259 | ES | ... | 991 | 1136 | 1319 | ... |
| 101 | 5 | Vitória-Campos | 14 | Entroc. BR-262 | ES | 723 | 863 | 948 | 1297 | ... |
| 101 | 5 | Vitória-Campos | 127 | Safra | ES | 1398 | 1891 | 2105 | 1910 | 1937 |
| 393 | 5 | Rio-Teresópolis | 21 | Santa Guilhermina-Entr. BR-464 | RJ | ... | ... | ... | ... | ... |
| — | — | Itaipava-Teresópolis | 0 | Itaipava | RJ | 259 | 349 | 385 | 410 | ... |
| 462 | 2 | Rio-São Paulo | 3 | Pavuna | RJ | 6492 | 6011 | 7830 | 9440 | ... |
| 462 | 2 | Rio-São Paulo | 47 | Belvedere (Viúva Graça) | RJ | 4145 | 6609 | 8510 | 8205 | ... |
| 116 | 2 | Rio-São Paulo | 168 | Eng.º Passos | RJ | 4079 | 3768 | 4690 | 4810 | ... |
| 116 | 2 | Rio-São Paulo | 252 | Roseira | SP | 3057 | 3142 | 4185 | 3576 | ... |
| 116 | 2 | Rio-São Paulo | 329 | São José dos Campos | SP | 4687 | 5055 | 6230 | 5464 | ... |
| 116 | 2 | Rio-São Paulo | 397 | Guarulhos | SP | 7116 | 8630 | 10435 | 9673 | ... |
| 116 | 2 | São Paulo-Curitiba | 32 | Itapeçerica da Serra | SP | 2013 | 2240 | 2580 | 2442 | 3673 |
| 116 | 2 | São Paulo-Curitiba | 188 | Registro | SP | 1898 | 2323 | 2615 | 2654 | ... |

Fonte: DNER. (*) Estimativa baseada nos dois primeiros trimestres.

NÓVO EQUIPAMENTO PARA A BETUMAT

Já está sendo montado pela BETUMAT, em sua fábrica em Aratu, o nóvo moinho para fabricação de emulsões asfálticas recebido da Alemanha, considerando o mais moderno da América do Sul, funcionando à base de ultra-sons. Breve-

mente o nóvo equipamento deverá entrar em funcionamento, com uma capacidade de produção de 15 toneladas horárias, praticamente o dobro da capacidade dos demais moinhos existentes no país. Graças à excelente qualidade de sua produção, a BETUMAT está vendendo não somente na Bahia mas também nos demais Es-

tados nordestinos, alcançando inclusive o mercado de Minas Gerais, onde venceu recentemente uma concorrência. A fábrica da BETUMAT no Centro Industrial de Aratu, representa um investimento inicial de 1 milhão, 650 mil cruzeiros.

Tabela I—c) — Brasil — Tráfego Rodoviário (Veículos de Carga) — Sul — Média Diária — 1966/1970

| Rodovia | | | | | Ano | | | | | |
|-----------|----------|-------------------------|-----|--------------------------|------------|------|------|------|------|-------|
| BR | | Nome — Trecho | Km | Pôsto de Coleta | Unid. Fed. | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970* |
| N.º atual | N.º ant. | | | | | | | | | |
| 116 | 2 | São Paulo-Curitiba | 40 | Entronc. Paranaguá | PR | 1916 | 2225 | 2210 | 2305 | |
| 116 | 2 | Curitiba-Lajes | 22 | Fazenda Rio Grande | PR | 1357 | 1504 | 1700 | 1690 | 2174 |
| 116 | 2 | Curitiba-Lajes | 351 | Lajes | SC | 1023 | 1208 | 1375 | 1470 | 1581 |
| 116 | 2 | Lajes-Pôrto Alegre | 234 | Vacaria | RS | 1126 | 967 | 1100 | 1477 | |
| 116 | 2 | Lajes-Pôrto Alegre | 121 | Caxias do Sul | RS | 1282 | 1540 | 1880 | 1943 | |
| 116 | 2 | Lajes-Pôrto Alegre | 27 | Bairro Scharlau | RS | 2703 | 2961 | 3255 | 4428 | |
| 116 | 2 | Pôrto Alegre-Jaguarão | 3 | Ponte sobre o Guaíba | | | | | | |
| 116 | 2 | Pôrto Alegre-Jaguarão | | (Vão Móvel) | RS | 1620 | 1539 | 1805 | 2631 | |
| 116 | 2 | Pôrto Alegre-Jaguarão | 7 | Capão do Leão | RS | 253 | 312 | 375 | 420 | |
| 116 | 2 | Pôrto Alegre-Jaguarão | 224 | Retiro | RS | 651 | 584 | 660 | 736 | |
| 116 | 2 | Pôrto Alegre-Jaguarão | 403 | Sítio | RS | | | | | |
| 468 | 59 | Curitiba-Joinville | 48 | Rincão | PR | | | | | |
| 101 | 59 | Itajaí-Florianópolis | 76 | Itapocu | SC | 351 | 483 | 492 | 584 | 553 |
| 101 | 59 | Florianópolis-Tórres | 202 | Barreiros | SC | 454 | 549 | 610 | 680 | |
| 101 | 59 | Florianópolis-Tórres | 24 | Morro Alto | RS | 301 | 975 | 1120 | 1084 | |
| 153 | 14 | Ourinhos-Pôrto União | 21 | Santo Antônio da Platina | PR | 165 | | | | |
| 153 | 14 | Iraí-Santa Maria | 0 | Cruz Alta | RS | 71 | 93 | 115 | 204 | |
| 153 | 14 | Iraí-Santa Maria | 126 | Entronc. p/Camobi | RS | 260 | 255 | 290 | 302 | |
| 153 | 14 | Bagé-Erechim | 9 | Banhado dos Carneiros | RS | 57 | 127 | 145 | 152 | |
| 158 | 14 | Cruz Alta-Livramento | 65 | Saldanha Marinho | RS | | | | | |
| 290 | 37 | Pôrto Alegre-Uruguaiana | 105 | Pântano Grande | RS | 473 | 529 | 605 | 749 | |
| 285 | 43 | Vacaria-São Borja | 65 | Barretos | RS | | | | | |
| 293 | 38 | Pelotas-Uruguaiana | 7 | Capão do Leão | RS | 155 | 167 | 190 | 205 | |
| 377 | 14 | Carazinho-Quaraí | 65 | Saldanha Marinho | RS | 168 | 348 | 400 | 425 | |
| 471 | 92 | Pelotas-Chuí | 35 | Quinta | RS | 800 | 760 | 780 | 786 | |
| 471 | 92 | Pelotas-Chuí | 93 | Taim | RS | | | | | |

Fonte: DNER. (*) Estimativa baseada nos dois primeiros trimestres.

Tabela I—d) — Brasil — Tráfego Rodoviário (Veículos de Carga) — Centro-Oeste — Média Diária — 1966/1970

| Rodovia | | | | | Ano | | | | | |
|--------------|-------------|--------------------------|-----|-------------------------------|---------------|------|------|------|------|-------|
| BR | | Nome — Trecho | Km | Pôsto de Coleta | Unid. Fed. | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970* |
| N.º atual | N.º ant. | | | | | | | | | |
| 267 | — | Campo Grande-Dourados | 165 | Rio Brilhante-Entr. BR-163 | MT | ... | 280 | 320 | 345 | ... |
| 40 | 7 | Brasília-Belo Horizonte | 115 | Cristalina | GO | 185 | 222 | 260 | 265 | 225 |
| 153 | 14 | Goiânia-Itumbiara | 12 | Aparecida | GO | 719 | 974 | 1100 | 1185 | 999 |
| 153 | 14 | Goiânia-Itumbiara | 18 | Hinterlândia | GO | 259 | 307 | 360 | 410 | 613 |
| 153 | 14 | Goiânia-Itumbiara | 22 | Bar do Japonês | GO | 681 | 727 | 818 | 840 | 1068 |
| 153 | 14 | Goiânia-Itumbiara | 206 | Ponte Afonso Pena | GO | 721 | 782 | 965 | 1030 | 1098 |
| 60 | 18 | Brasília-Goiânia | 148 | Anápolis | GO | 508 | 569 | 640 | 665 | 625 |
| 60 | 18 | Goiânia-Jataí | 35 | Guapó | GO | 224 | 241 | 282 | 290 | 311 |
| 364 | 31 | Jataí-Canal de São Simão | 10 | Jataí | GO | 140 | 150 | 175 | 190 | ... |
| 364 | 31 | Jataí-Canal de São Simão | 196 | Canal de São Simão | GO | ... | 128 | 145 | 162 | ... |
| 414 | 18 | Anápolis-Niquelândia | 35 | Planalmira | GO | 152 | 112 | 150 | 165 | ... |

* Estimativa baseada nos dois primeiros trimestres.

Fonte: DNER (dados sujeitos a retificação).

TUPERBA VAI AUMENTAR PRODUÇÃO

Produzindo atualmente, em sua fábrica no CIA, mil toneladas de tubos redondos por mês, a TUPERBA — Tubos Perfilados da Bahia S. A. pretende aumentar essa produção para 1 500 ou

1 800 toneladas mensais, até o mês de junho próximo. A TUPERBA já teve aprovada pela SUDENE carta-consulta sobre viabilidade de ampliação, estando agora em fase de elaboração o projeto respectivo. Com a execução desse pro-

jeto, sua produção elevar-se-á para 2 500 toneladas mensais de tubos e perfilados. A TUPERBA representa atualmente um investimento de 4 milhões e 861 mil cruzeiros, tendo criado 200 novos empregos diretos.

Recuperação Ferroviária Prossegue

Interligando as províncias ferríferas dos vales dos rio Doce e Paraopeba, foi concluído, no primeiro semestre do ano, o ramal ferroviário Costa Lacerda—Fábrica, que a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) construiu em tempo recorde, em região de topografia acidentada.

A RFFSA (Rêde Ferroviária Federal S. A.) prosseguiu em sua política de assegurar crescentemente o transporte de granéis pelas suas diversas divisões, valendo assinalar o grande movimento de trigo e soja escoado pela Divisão VF Rio Grande do Sul, a partir do fim de 1969, e o movimento recorde do Terminal de Embiraçu junto à Refinaria Gabriel Passos (Betim, próximo a Belo Horizonte), no embarque de produtos petrolíferos (granéis líquidos) destinados às regiões Sudeste e Centro-Oeste, através da Divisão Centro-Oeste da RFFSA.

A Rêde Ferroviária assinou, dentre outros, contratos para transporte maciço de minérios com a COSIPA (Cia. Siderúrgica Paulista) e com a Minerações Brasileiras Reunidas S. A., o que leva a crer em acréscimo substancial de transporte de granéis sólidos nos próximos semestres.

Concluiu a RFFSA, no ano findo, o trecho Avandava—Penápolis, da variante ferroviária Lins—Araçatuba, na Divisão Noroeste do Brasil, em São Paulo, trecho esse de interesse comum às ligações ferroviárias com a Bolívia (via Corumbá) e o Paraguai (Via Campo Grande).

Prosseguiram as obras de implantação do anel ferroviário de S. Paulo, cujo primeiro trecho (de 29 km) deverá estar concluído em 1971, ligando as Divisões Santos—Jundiaí e Central do Brasil, na estação de Suzano (próxima a Mogi das Cruzes), SP. O anel ferroviário do Grande São Paulo terá uma extensão de 144 km, descentralizando os pátios urbanos das EEFF Santos—Jundiaí, Sorocabana e Central do Brasil, além de servir de interligação para os termi-

Tabela II — Brasil — Transporte Ferroviário Remunerado de Mercadorias — 1966/1970 — (Milhões de Toneladas-Quilômetros, Carga Útil)

| Discriminação | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970* |
|------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| A) Rêde Ferroviária Federal S.A. | 9 232,7 | 9 034,1 | 10 463,4 | 11 569,7 | 12 904,0 |
| Regional Nordeste: | 633,9 | 594,0 | 678,2 | 691,9 | 768,0 |
| 1.ª Div.: São Luís-Teresina | 11,5 | 11,0 | 12,3 | 16,4 | 18,0 |
| 2.ª Div.: Viação Cearense | 133,6 | 123,0 | 138,9 | 142,3 | 155,0 |
| 3.ª Div.: Ferrov. do Nordeste | 300,0 | 304,7 | 323,5 | 284,8 | 320,0 |
| 4.ª Div.: Leste Brasileiro | 188,8 | 155,3 | 203,5 | 254,4 | 275,0 |
| Regional Centro: | 5 386,8 | 5 231,3 | 5 862,4 | 6 625,6 | 7 660,0 |
| 5.ª Div.: Centro-Oeste | 475,9 | 426,1 | 724,4 | 810,5 | 905,0 |
| 6.ª Div. (1): Central do Brasil | 4 617,3 | 4 538,7 | 4 848,3 | 5 537,4 | 6 470,0 |
| 7.ª Div.: Leopoldina | 293,6 | 266,5 | 289,7 | 277,7 | 285,0 |
| Regional Centro-Sul: | 961,1 | 999,7 | 1 287,8 | 1 280,8 | 1 315,0 |
| 9.ª Div.: Santos a Jundiaí | 451,7 | 473,3 | 557,9 | 551,7 | 560,0 |
| 10.ª Div.: Nordeste do Brasil | 509,4 | 526,4 | 729,9 | 729,1 | 755,0 |
| Regional Sul: | 2 250,9 | 2 209,1 | 2 635,0 | 2 965,4 | 3 161,0 |
| 11.ª Div.: Paraná-Sta. Catarina | 1 129,3 | 1 167,4 | 1 438,5 | 1 498,6 | 1 530,0 |
| 12.ª Div.: D.ª Teresa Cristina | 141,9 | 144,7 | 143,6 | 146,3 | 161,0 |
| 13.ª Div.: Santa Catarina | 2,5 | 2,1 | 1,6 | 9,2 | ... |
| 14.ª Div.: Viação Férrea R. G. Sul | 977,2 | 894,9 | 1 051,3 | 1 311,3 | 1 470,0 |
| B) Gov. Estado São Paulo | 2 840,3 | 2 692,9 | 3 562,7 | 3 378,2 | 3 540,0 |
| Mogiana | 433,4 | 397,1 | 572,8 | 558,8 | 560,0 |
| Paulista | 683,9 | 552,3 | 832,0 | 773,3 | 780,0 |
| Araraquara | 90,3 | 79,7 | 129,5 | 113,9 | 115,0 |
| Campos de Jordão | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | ... |
| Sorocabana | 1 614,7 | 1 637,2 | 1 969,7 | 1 928,4 | 2 045,0 |
| São Paulo e Minas | 17,8 | 26,4 | 58,5 | 35,0 | 40,0 |
| C) Adm. Diversas | 6 382,1 | 7 760,4 | 7 985,6 | 10 258,6 | 11 293,0 |
| Madeira-Mamoré | 0,0 | 8,3 | 9,0 | 6,7 | ... |
| Amapá | 146,4 | 134,0 | 190,4 | 234,6 | 245,0 |
| Tocantins | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | ... |
| Vitória a Minas | 6 674,5 | 7 605,9 | 7 768,3 | 9 999,3 | 11 030,0 |
| Perus-Pirapora | 7,1 | 7,3 | 6,8 | 6,8 | 7,0 |
| Votorantim | 3,8 | 4,6 | 10,8 | 10,9 | 11,0 |
| Total Geral | 18 905,1 | 19 487,4 | 22 011,7 | 25 266,5 | 27 737,0 |

* Estimativa baseada nos dois primeiros trimestres.

(1) A 8.ª Divisão (da Regional Centro) corresponde aos Subúrbios da Central do Brasil. Fontes: DNEF, RFFSA e outras EEFF.

nais das linhas radiais do "Metrô" de São Paulo ora em construção acelerada.

Na região Nordeste, pela sua Divisão, a RFFSA acusou acréscimo sensível no movimento de cimento, sal, calcários e gipsita (matéria-prima para a produção do cimento), além de inaugurada a Oficina de São Francisco, uma das maiores e mais modernas do país, servindo para apoio inclusive de manutenção e reparação das modernas locomotivas que a Rêde opera em toda a região.

Dentro de seu programa de reequipamento do material rodante,

a RFFSA distribuiu 400 vagões-tanques, entre a 13ª Divisão (VF Rio Grande do Sul) e a 5ª Divisão (Centro-Oeste), para atender, respectivamente, às Refinarias Alberto Pasqualini e Gabriel Passos, da PETROBRÁS. Para escoamento das grandes e crescentes safras de cereais, a Rêde Ferroviária Federal, com o apoio financeiro do BNDE, já encomendou, em primeira etapa, a fabricação de 450 novos vagões graneleiros, que deverão atuar basicamente nas ferrovias sulinas.

Finalmente, no domínio do transporte especial de passageiros, a Central do Brasil passou a circular

recentemente seus trens de luxo entre Rio e São Paulo, com a redução do tempo de percurso para sete horas e meia, como fase inicial de um programa que poderá chegar a uma demora máxima de 3 horas de viagem, entre as duas cidades, desde que investimentos maciços sejam realizados até 1973, ou mesmo, até 1975.

Marinha Mercante: Racionalização e Reequipamento

Prosseguiu, em 1970, o desdobramento do processo de racionalização e reequipamento da marinha mercante brasileira, cuja tonelage total superou o nível dos 2 milhões de tpb (toneladas peso bruto), dos quais 800 mil tpb em petroleiros de longo curso e cabotagem, persistindo a tendência de renovação das frotas de modo a que cerca de dois-terços das embarcações tenham hoje idade inferior a 10 anos.

O movimento de racionalização dos embarques de grãos, continuou evoluindo positivamente, com a ampliação dos "pools" de exportação abrangendo o milho, os minérios e a soja, e, no comércio de cabotagem, além dos derivados de petróleo, os minérios, o carvão mineral e trigo.

Dada a sensível melhoria das condições operacionais, o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), quase ao findar o 1º semestre, resolveu baixar até 30% o nível dos prêmios dos seguros para as cargas transportadas no comércio de cabotagem, em virtude da redução sensível de perdas, falhas e avarias com as cargas movimentadas.

No setor de formação e aperfeiçoamento do pessoal marítimo, destacou-se, no ano findo, a preocupação da Diretoria de Portos e Costas (DPC) do Ministério da Marinha, realizando um Censo Nacional dos Marítimos, sua avaliação e o necessário planejamento através de um programa integrado. Por esse programa, de alta relevância para um país marítimo — continental como o Brasil, ficarão atendidos não só os diversos aspectos de aproveitamento do pessoal

Tabela III — Brasil — Movimento de Mercadorias nos Principais Portos Organizados — 1966/1970 — (Milhares de Toneladas)

| Portos Segundo as Zonas | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970* |
|-------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Norte | 1 434,0 | 1 453,1 | 1 657,0 | 1 873,5 | 1 965,5 |
| 1 Manaus | 571,7 | 546,2 | 663,6 | 807,0 | 985,0 |
| 2 Belém | 862,3 | 906,9 | 993,4 | 1 066,5 | 980,5 |
| Nordeste | 4 740,7 | 5 339,2 | 6 156,0 | 7 039,2 | 7 193,2 |
| 3 São Luís | 451,5 | 382,4 | 316,6 | 242,4 | 240,0 |
| 4 Tutóia | 102,5 | 141,8 | 55,9 | 32,0 | 5,0 |
| 5 Luiz Corrêa | 1,4 | 1,9 | 2,3 | 1,6 | 2,5 |
| 6 Parnaíba | 2,4 | 1,4 | 2,2 | 0,7 | 1,5 |
| 7 Camocim | 23,0 | 23,2 | 25,7 | 40,6 | 50,0 |
| 8 Fortaleza | 693,9 | 891,8 | 985,6 | 926,1 | 930,5 |
| 9 Aracati | 27,8 | 27,4 | 30,2 | 26,3 | 55,0 |
| 10 Natal | 145,4 | 150,8 | 166,7 | 146,6 | 160,5 |
| 11 Cabedelo | 208,2 | 181,2 | 253,2 | 274,8 | 280,0 |
| 12 João Pessoa | 1,7 | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 0,0 |
| 13 Recife | 1 605,8 | 1 729,2 | 1 906,7 | 2 285,7 | 2 250,5 |
| 14 Maceió | 394,3 | 451,5 | 589,2 | 653,8 | 750,0 |
| 15 Aracaju | 145,9 | 647,0 | 1 104,4 | 1 508,6 | 1 655,0 |
| 16 Salvador | 809,0 | 587,0 | 536,9 | 659,3 | 552,2 |
| 17 Ilhéus | 127,9 | 122,6 | 180,4 | 240,3 | 260,5 |
| Sudeste | 14 873,0 | 44 371,1 | 53 522,6 | 53 232,4 | 62 693,4 |
| 18 Vitória | 8 311,8 | 4 247,1 | 2 602,0 | 3 452,2 | 3 495,0 |
| 19 Tubarão | 2 933,5 | 8 768,8 | 11 561,0 | 15 923,3 | 22 168,0 |
| 20 Cabo Frio | | | | | |
| 21 Rio de Janeiro | 16 171,1 | 16 409,9 | 19 613,6 | 20 744,4 | 22 875,0 |
| 22 Niterói | 108,1 | 109,4 | 2 987,7 | 117,9 | 2 050,0 |
| 23 Angra dos Reis | 372,9 | 265,1 | 179,5 | 222,3 | 549,0 |
| 24 São Sebastião | 3,4 | 6,2 | 16,6 | 16,3 | 10,0 |
| 25 Santos | 13 972,2 | 14 564,6 | 16 562,2 | 756,0 | 11 546,4 |
| Sul | 9 171,2 | 9 319,3 | 10 318,4 | 10 324,8 | 10 770,5 |
| 26 Paranaguá | 1 318,7 | 1 608,2 | 2 100,0 | 2 149,3 | 2 655,7 |
| 27 Antonina | 175,2 | 245,4 | 293,7 | 246,0 | 241,0 |
| 28 São Francisco do Sul | 209,7 | 226,4 | 189,5 | 125,5 | 135,5 |
| 29 Itajaí | 397,3 | 354,5 | 493,8 | 494,0 | 565,0 |
| 30 Florianópolis | 59,3 | 54,5 | 52,5 | 57,5 | 30,0 |
| 31 Imbituba | 780,7 | 758,4 | 847,4 | 938,0 | 905,1 |
| 32 Laguna | 30,2 | 66,2 | 23,9 | 12,8 | 1,6 |
| 33 Porto Alegre | 3 147,2 | 3 246,6 | 3 620,8 | 3 346,1 | 3 380,0 |
| 34 Pelotas | 45,0 | 65,6 | 69,5 | 306,4 | 328,1 |
| 35 Rio Grande | 2 981,0 | 2 669,1 | 2 599,5 | 2 638,1 | 2 525,0 |
| 36 São Borja | 26,9 | 24,4 | 27,8 | 11,1 | 3,5 |
| Centro-Oeste | 21,4 | 20,7 | 31,3 | 112,8 | 131,5 |
| 37 Corumbá | 21,4 | 20,7 | 31,3 | 112,8 | 131,5 |
| Total Geral | 57 240,3 | 60 503,4 | 71 685,3 | 72 582,7 | 82 754,1 |

* Estimativa baseada nos três primeiros trimestres.
Fonte: DNPVN.

existente, como a formação de novos técnicos devidamente capacitados para o exercício das diversas categorias das profissões marítimas.

No setor de construção e reparos navais, prosseguiu o programa intensivo de reequipamento da marinha mercante brasileira. Assim, por exemplo, a PETROBRÁS recebeu o segundo rebocador de alto

mar, o "Orion" ("Apolo", o primeiro), construído pelo Estaleiro EMAQ, para os trabalhos no Terminal Marítimo Almirante Barroso, em São Sebastião (SP), auxiliando a atracação e a desatracação dos superpetroleiros de 115 mil toneladas (inicialmente os navios-tanques "Hamilton Lopes" e "Horta Barbosa", construídos na Dinamarca).

Fato marcante e pioneiro na América latina foi a ampliação de navios-tanque da PETROBRÁS, pela Empresa de Reparos Navais Costeira S. A., na chamada "operação-jumbo", pela qual os petroleiros "Candeias", "Aratu", "Taquipe" e "Itaparica" passam a ter sua capacidade de carga aumentada de 10.262 para 12.100 tpb, cada um. Assinou também a PETROBRÁS contrato com a VEROLME Estaleiros Reunidos, para a construção, dentro de 22, 25, 32 e 38 meses, de quatro navios petroleiros de 26.400 tpb cada para a Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE).

A frota de graneleiros da Companhia Vale do Rio Doce (DOCE-NAVE) foi ampliada com a incorporação dos navios "Doceriver", "Docemar" e "Docevale", de 132, 105 e 105 mil t, respectivamente, destinados a transportar minério de ferro exportados pela empresa e a trazer petróleo cru para a PETROBRÁS; integram uma série de quatro graneleiros construídos no Japão.

Foi incorporado à frota de Navegação Mercantil (segundo de uma série de quatro encomendas à Companhia Comércio e Navegação — Estaleiro Mauá) o "Navem Olin-da", de 12 mil t, para ser utilizado em transporte geral de carga, em "containers" frigoríficos, tanto na cabotagem como em longo curso. À Empresa de Navegação Aliança foi entregue o navio "Flamenco" (12 mil tpb), também construído pelo Estaleiro Mauá (CCN).

Foi igualmente entregue, no semestre findo, pela "Ishikawajima do Brasil" (Estaleiros Inhaúma) o primeiro "liner" semi-automatizado da frota do Lóide Brasileiro, o "Itaquicé", terceiro de uma série de 14 encomendados aos estaleiros nacionais ("Itanagé" e "Itaité", os dois primeiros). Na ocasião, foi lançado ao mar o quarto da série, o "Itaimbé", todos de 12 mil tpb, destinados à cabotagem e longo curso.

Funcionou, no ano findo, um grupo interministerial de trabalho, criado para estudar o problema da indústria de construção naval no Brasil e propor uma programação para os próximos quatro anos. Es-

pecial ênfase vem merecendo igualmente das autoridades o estudo da indústria de reparos navais, cujos elevados níveis qualitativos, especialmente demonstrados na chamada "operação jumbo", deverão ter o necessário desdobramento e projeção na estruturação locacional e quantitativo-operacional do setor.

Igualmente em estudos encontra-se a instalação dos primeiros parques de carga unificada da América latina, em portos brasileiros, para operação de "containers" mediante instalações especiais de movimentação.

A navegação fluvial ganhou maior importância com os projetos e trabalhos em curso no rio Tietê, a cargo da CENAT (Comissão Executiva de Navegação do Sistema Tietê — Paraná), do DEPREC-RS (Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, do Rio Grande do Sul), do GEIPOT (Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes) e do DNPVN (Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis).

O Ministério da Agricultura inaugurou, em 1970, em Pirapora (MG) o primeiro mercado flutuante da COBAL no rio São Francisco, cobrindo um percurso de 1.550 km. Esse barco-mercado deverá atender a mais de duas dezenas de municípios, de Pirapora a Juazeiro (BA) — Petrolina (PE), servindo a uma população atual da ordem de 550 mil habitantes.

Desenvolvimento Portuário

No ano findo, foram ultimadas as obras de conclusão da primeira etapa do porto de Itaqui, próximo a São Luís (MA), que se constitui, com a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança (de operação firme iniciada no 1º semestre de 1970) e com o programa rodoviário, na tríade fundamental de desenvolvimento do Meio-Norte e Nordeste Ocidental.

Entraram igualmente em fase de ultimate o terminal de minérios de Campinho e Porto de Malhado (em Ilhéus), na Bahia, e bem assim está-se efetivando o grande programa de remanejamento e instalação de novos guindastes, respec-

tivas rês e instalações complementares, nos principais portos brasileiros, bem como a ampliação da maioria desses portos.

No 1º semestre, foi firmado um convênio de assistência técnica entre o Instituto de Pesquisas Hidroviárias (do DNPVN) e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) de Lisboa, prevendo inclusive a realização de estudos de modelos reduzidos e a cooperação para a evolução da tecnologia portuária brasileira.

Concentração Empresarial na Aviação Comercial

Com a saída do mercado de transporte aéreo brasileiro da PARA-ENSE, ocorreu, em 1970, nova etapa da concentração empresarial na aviação comercial, restando agora a VARIG, a CRUZEIRO, a VASP e a SADIA.

Entraram em operação, no 2º semestre, 4 aeronaves "Boeing-727" da VARIG (linhas domésticas, do Prata e Costa do Pacífico), "Boeing-727" da CRUZEIRO (linhas domésticas e do Prata) e 2 "Boeing-272" da SADIA (linhas domésticas).

Essa entrada maciça de aeronaves a jato, de porte médio, em tão curto prazo na aviação comercial brasileira deverá ensejar profundo remanejamento das frotas de cada empresa. Observe-se, por exemplo, que há cerca de 33 turbo-hélices Birreatores em operação no Brasil, nas linhas comerciais: 6 "Dart-Herald" da SADIA, 9 "Avros" da VARIG, 8 "YS-11" da CRUZEIRO, 6 "Samurai" (equivalente ao "YS-11") da VASP e 5 "Hirondelles" que eram da PARAENSE e, talvez, se destinem à "Ponte Aérea Rio—São Paulo".

Em vista do que tudo indica um excesso provável de equipamento de voo nos próximos meses, inclusive porque persiste estacionária a evolução da procura de passageiros, esse remanejamento deverá atingir também os DC-3 da VARIG, VASP e CRUZEIRO (linhas domésticas interioranas e pioneiras), os quais poderão ser, em breve, deslocados pelos "Bandeirantes" produzidos pela EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica).

Destacou-se a VARIG no ano findo pelo êxito crescente da operação de seus dois "Eletra-II" no transporte de carga "paletizada", o que se refletiu na evolução auspiciosa do transporte aéreo de carga, no país, em confronto com igual período de 1969. Tudo indica que até 1972 a VARIG esteja operando seus primeiros "jatos-jumbo", de grande capacidade de transporte de passageiros nas linhas internacionais.

Outro destaque parece caber à EMBRAER pelo ritmo acentuado de criatividade tecnológica, com o apoio do ITA — Instituto

Tecnológico de Aeronáutica, de São José dos Campos, no projeto de fabricação de aviões como o "Bandeirante" (12 lugares e com flexibilidade operativa ideal para a maioria dos campos de pouso do Brasil) e o "Ipanema" (avião agrícola, também ideal para nossas condições e necessidades), o "Uirapuru", o "Regente" e o "Universal".

Conclusão

Pela evolução recorde de carga movimentada, em conjunto e espe-

cificamente pelas diversas modalidades viárias e pelo desenvolvimento acentuado dos programas de racionalização e reequipamento dos meios de transporte, no Brasil, o ano de 1970 parece ter sido um período de marcante inflexão positiva na história econômica recente da evolução do setor.

Mantidas essas tendências e perspectivas, parecem criadas internacionalmente condições ainda mais firmes de evolução setorial e regional, função básica da integração sensível dos transportes de que, crescentemente, o Brasil passa a dispor.

EQUIPAMENTOS VÃO CHEGAR PARA AÇOS DO BRASIL

Ao longo desta semana deverão chegar a Salvador, procedentes dos Estados Unidos, as máquinas de trefilação de arame e rebobinadeiras,

destinadas à Aços do Brasil S. A., empresa em implantação no Centro Industrial de Aratu. Com suas obras de construção civil já concluídas e a chegada dos equipamentos, a Aços do Brasil, que tem o "know-how" da Wheeling Pittsburgh Co., uma das maiores empresas norte-americanas do

ramo metalúrgico, dará início imediato à montagem da maquinária. Com um investimento de 46 milhões de cruzeiros e criando 190 novos empregos diretos, a Aços do Brasil produzirá laminados e trefilados de aço para abastecer o mercado nacional e para exportações.

Um copo de alegria CERVEJA ANTARCTICA



Pura! Saudável! Irresistível!



ANTARCTICA

$$0 \leq \alpha_1 \leq \alpha_2 \leq \alpha_3 \leq \alpha_4 \leq 1 \text{ and } \alpha_1 + \alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_4 = 1$$

(ii) Henrique Lindenberg Filho (iii) José Carlos Moraes Aires (iv) Paula Nogueira Neto



CREDIBRÁS FINANCEIRA DO BRASIL S.A.

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Rio de Janeiro: Rua do Carmo 8 — 4.º, 6.º e 9.º ands. — Fone 231-0020
 São Paulo: Rua Direita 250 — 11.º andar — Fone 32-6620
 Carta Patente n.º 86 — C.G.C. Inscrição n.º 33.058.660
 Capital e Reservas Cr\$ 15.553.838,74

CONSELHO CONSULTIVO

HENRIQUE DE BOTTON — Presidente
 JOSÉ DE ALMEIDA BARBOSA MELLO — Vice-Presidente
 ALBERTO ALVES FILHO
 HOMERO SOUZA E SILVA
 ÍTALO JÚLIO ROMANO BARBERO

JOEL DE PAIVA CÔRTEZ
 PAMPHILO PEDREIRA FREIRE DE CARVALHO
 RUY GOMES DE ALMEIDA
 SÉRGIO AUGUSTO RIBEIRO
 SÉRGIO PINHO MELLÃO

EXTRATO DO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| ATIVO: | | | | PASSIVO: | | | |
|---|----------------|-------------------|--|---|----------------|--------------------|--|
| DISPONÍVEL | | Cr\$ 2.784.868,05 | | NÃO EXIGÍVEL | | Cr\$ 15.553.838,74 | |
| REALIZÁVEL | | | | Capital e Reservas | | | |
| Devedores p/Responsabilidades Cambiais | 226.006.010,66 | | | EXIGÍVEL | | | |
| Devedores p/Refinanciamento — FINAME | 9.036.472,97 | | | Aceites Cambiais e Correção Monetária | 233.793.640,84 | | |
| Depósitos p/Investimentos | 1.188.900,00 | | | Obrigações p/Refinanciamento — FINAME — | 8.582.707,64 | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 19.517.577,15 | | | Provisão p/Imposto de Renda | 2.127.680,00 | | |
| Outros Créditos | 11.772.986,89 | 267.521.947,67 | | Outros Créditos | 8.334.582,50 | 232.838.610,98 | |
| IMOBILIZADO | | | | CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES | | | |
| Propriedade de uso próprio, instalações, móveis e utensílios (incl. Correção Monetária) | | 1.876.497,73 | | Receitas do exercício seguinte | 277.328,38 | | |
| CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES | | | | SALDO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL | 3.513.535,35 | 3.790.863,73 | |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | 437.031.073,01 | | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | 437.031.073,01 | |
| TOTAL | | 709.214.386,46 | | TOTAL | | 709.214.386,46 | |

Milton Pizzini-Técnico em Contabilidade — C.R.G. n.º 14.284

DIRETORIA:

WALTHER MOREIRA SALLES — Diretor Presidente. PEDRO DI PERNA — Diretor Vice-Presidente. JOSÉ BRAZ VENTURA — Diretor Superintendente. HÉLIO JOSÉ PIRES OLIVEIRA DIAS — Diretor. BELLINI CUNHA — Diretor Executivo. BERNARDINO MADUREIRA DE PINHO NETO — Diretor Executivo. FILINTO ALCINO CAMPELLO CAVALCANTI — Diretor Executivo. GREGÓRIO ROSEN — Diretor Executivo. SÍLIO PEDREIRA FILHO — Diretor Executivo.



CREDIBRÁS FINANCEIRA DO BRASIL S.A.

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Rio de Janeiro: Rua do Carmo 8 — 4.º, 6.º e 9.º ands. — Fone 231-0020

São Paulo: Rua Direita 250 — 11.º andar — Fone 32-6620

Carta Patente n.º 86 — C.G.C. Inscrição n.º 33.058.660

Capital e Reservas Cr\$ 15.553.838,74

CONSELHO CONSULTIVO

HENRIQUE DE BOTTON — Presidente
JOSÉ DE ALMEIDA BARBOSA MELLO — Vice-Presidente
ALBERTO ALVES FILHO
HOMERO SOUZA E SILVA
ITALO JÚLIO ROMANO BARBERO

JOEL DE PAIVA CÔRTEZ
PAMPHILO PEDREIRA FREIRE DE CARVALHO
RUY GOMES DE ALMEIDA
SÉRGIO AUGUSTO RIBEIRO
SÉRGIO PINHO MELLÃO

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" PERÍODO DE 1.º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| DÉBITO | | | CRÉDITO | | |
|--|--------------|---------------|--|--------------|---------------|
| Honorários, Percentagens, Ordenados, 13.º Salário, Encargos da Previdência Social, Aluguéis, Prêmios de Seguro, Material de Expediente, Propaganda e Publicidade e Outros Gastos | | 9.351.045,96 | Lucros não Distribuídos de Exercícios Anteriores | 1.904.537,71 | |
| Impostos, Taxas e Licenças | | 924.162,96 | Menos: | | |
| Despesas de Juros e Outras Contas | | 1.666.082,09 | Aumento de capital — A.G.E. de 11-5-70 | 1.904.537,71 | |
| Sub-Total | | 11.941.291,01 | Rendas de Investimentos, Títulos e Valores Mobiliários, Juros, Comissões e Outras Rendas | | 19.173.588,88 |
| Fundo de Reserva Legal | 376.885,80 | | Reversão do saldo do Fundo de Provisão | | 1.431.847,04 |
| Dividendos e Lucros já Distribuídos | 2.400.000,00 | | | | |
| Provisão p/Futuro Aumento Capital | 246.043,76 | | | | |
| Provisão p/Imposto de Renda | 2.127.680,00 | | | | |
| Saldo à disposição da A. G. Ordinária | 3.513.535,35 | 8.664.144,91 | | | |
| TOTAL | | 20.605.435,92 | TOTAL | | 20.605.435,92 |

Milton Pizzini-Técnico em Contabilidade — C.R.G. n.º 14.284

DIRETORIA

WALTHER MOREIRA SALLES — Diretor Presidente. PEDRO DI PERNA — Diretor Vice-Presidente. JOSÉ BRAZ VENTURA — Diretor Superintendente. HÉLIO JOSÉ PIRES OLIVEIRA DIAS — Diretor. BELLINI CUNHA — Diretor Executivo. BERNARDINO MADUREIRA DE PINHO NETO — Diretor Executivo. FILINTO ALCINO CAMPELLO CAVALCANTI — Diretor Executivo. GREGÓRIO ROSEN — Diretor Executivo. SÍLIO PEDREIRA FILHO — Diretor Executivo.

BANCO PORTUGUÊS DO BRASIL S.A.

Matriz — São Paulo

EDIFÍCIO JOSÉ DA SILVA GORDO

Av. Paulista, 2421

BALANÇO GERAL EM: 31 de DEZEMBRO de 1970

Cadastro Geral de Contribuintes do M. de Fazenda N.º 33.345.760.

| ATIVO | | PASSIVO | |
|-----------------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|
| DISPONÍVEL | | NÃO EXIGÍVEL | |
| Em caixa e no Banco do Brasil S.A | 30.764.518,55 | Capital | 52.800.000,00 |
| REALIZÁVEL | | Reservas | 15.573.683,78 |
| Empréstimos | 449.361.012,55 | | 68.373.683,78 |
| Outros Créditos | | EXIGÍVEL | |
| Banco Central — Reco- | | Depósitos | 129.837.827,54 |
| lhimentos | 26.637.780,08 | Outras Exigibilidades e | |
| Agências e Corresp | 368.456.354,30 | Obrigações | |
| Outras Contas | 99.867.772,41 | Redescontos | 47.906.579,90 |
| | 494.961.906,79 | Agências e Corresp. | 339.576.227,39 |
| Valores e Bens | | Ordens de Pagamento e | |
| Títulos à Ordem do Ban- | | Outros Créditos | 193.111.573,66 |
| co Central do Brasil | 41.461.644,60 | | 580.594.380,95 |
| Outros Valores e Bens | 10.633.746,03 | RESULTADO PENDENTE | 4.863.060,58 |
| | 52.095.390,63 | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | 1.143.538.355,78 |
| IMOBILIZADO | 56.102.370,36 | | |
| RESULTADO PENDENTE | 383.753,97 | | |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO | 1.143.538.355,78 | | |
| TOTAL | <u>2.227.207.308,63</u> | TOTAL | <u>2.227.207.308,63</u> |

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

| DÉBITO | | CRÉDITO | |
|---|----------------------|--|----------------------|
| Despesas Operacionais, Administrativas, Perdas Diversas e Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios | 50.093.188,46 | Saldo não Distribuído no Semestre Anterior | 11.737,63 |
| DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO | | Rendas Operacionais, Outras Rendas e Lucros Diversos | 56.252.297,00 |
| Fundo de Reserva Legal, Geral e de Seguro | 647.955,43 | Reversão do Fundo de Previsão | 850.000,00 |
| Fundo de Previsão e Reserva de Risco em Operações de Câmbio | 2.313.182,17 | Reversão do Fundo de Reserva de Risco em Operações de Câmbio | 340.000,00 |
| Dividendos aos Acionistas | 2.868.000,00 | | |
| Gratificações e Porcentagens a Distr | 1.527.682,28 | | |
| Saldo que se Transfere Para o Semestre Seguinte | 4.026,35 | | |
| TOTAL | <u>57.454.034,69</u> | TOTAL | <u>57.454.034,69</u> |

São Paulo, 12 de janeiro de 1971. JOSÉ ADOLPHO DA SILVA GORDO — Presidente; CONSELHO FISCAL: Vicente de Sampaio Lara, Augusto Escrañollo Taunay, Augusto da Silva Saraiva; Diretor Gerente — Ângelo Orestes Barb; Diretor Gerente — Antonio Rodrigues Alves Neto; Diretor Gerente — Irandy Ferreira Martins; Diretor Gerente — José Adolpho da Silva Gordo Filho; Diretor Gerente — José da Silva Gordo Neto; Diretor Gerente — José Barreto Dias Filho; Diretor Gerente — Roque Fachine; Diretor Executivo — Augusto Aparecido Mazza; Diretor Executivo — Gerry Lingfield; Diretor Executivo — José Pre-coppe; Diretor Executivo — Sebastião do Espírito Santo; Diretor Executivo — Wilson José de Assis. Paulo Ferreira T.C. — C.R.C. — 53.651 — S.P.

Legislação Econômica — Tópicos Selecionados

"Conjuntura Econômica", a exemplo do que se fez no retrospecto das atividades econômicas no 1º semestre/70, divulga nesta edição as principais normas legislativas postas em vigor no ano de 1970. Os diplomas legais se encontram comentados no correr do texto e se referem, é claro, aos que maior impacto tiveram ou poderão vir a ter sobre a atividade econômica nacional.

Programa de Integração Social (P.I.S.)

Através da lei complementar nº 7, de 7-9-70, foi instituído o Programa de Integração Social, ou simplesmente P.I.S., "destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas".

Segundo a lei complementar, há duas classes de favorecidos pelos depósitos realizados em virtude das contribuições das empresas em funcionamento no país, tanto no setor industrial como no comercial, assim como no agrícola ou de serviços: a 1ª classe é a dos empregados e a 2ª a dos trabalhadores avulsos.

Diz a lei que se entende por empregado todo aquele definido como tal pela legislação trabalhista e como trabalhadores avulsos os que prestam serviços a diversas empresas sem relação empregatícia e de acordo com o que for fixado no Regulamento a ser baixado pela Caixa Econômica Federal e aprovado pelo Conselho Monetário Nacional.

Vale observar que a lei que instituiu o P.I.S. traz em seus princípios gerais a regulamentação do disposto no Art. 165, inciso V, da Constituição (Emenda nº 1, de 17-10-69) que estatui:

"... art. 165: A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

V — integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei"...

A busca de uma fórmula capaz de integrar o trabalhador na vida e desenvolvimento da empresa, através da cooperação, participando de seus lucros, sem que isso causasse problemas ou incompatibilidades quanto à independência de tomada de decisões de gerência, constitui, todavia, há anos um dos principais objetivos dos que se empenham na tarefa do desenvolvimento econômico do país, dentro dos princípios básicos da paz social.

Em outros países a busca de tais fórmulas tem sido uma constante e as poucas adotadas nem sempre foram coroadas de sucesso, o que mostra quão difícil é encontrar uma maneira coerente de trilhar o caminho certo. Para isso é necessária a compreensão de que capital, gerência e trabalho são comuns, fundem-se no único objetivo de criar riquezas e estas a melhoria do padrão de vida material e cultural.

A "fórmula" ou solução ora encontrada pelo nosso governo é ori-

ginal e realizável, fazendo-se necessário que empresários e empregados se unifiquem para obtenção dos resultados que se vislumbram os mais promissores.

Assim, a lei estabeleceu que a contribuição da empresa para o P.I.S. é de caráter exclusivamente fiscal, segundo o art. 10, não gerando direitos de natureza trabalhista, nem incidência de qualquer contribuição previdenciária em relação a quaisquer prestações devidas, por lei ou por sentença judicial, aos empregados.

Estabelece ainda que "as importâncias incorporadas ao Fundo não se classificam como rendimento do trabalho, para qualquer efeito da Legislação Trabalhista, de Previdência Social ou Fiscal e não se incorporam aos salários ou gratificações, nem estão sujeitas ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza".

Ao instituir o Programa de Integração Social, a lei estabeleceu inicialmente que o Fundo de participação se constituirá de duas parcelas: uma proveniente da dedução do imposto de renda devido e a segunda de recursos próprios da empresa calculados com base no faturamento.

Logo, como está visto nos 2 parágrafos acima, a contribuição da empresa para o P.I.S. deverá efetuar-se com recursos próprios e a despesa não será incluída no cálculo dos custos do produto, mas deduzida para efeito do imposto sobre o lucro tributável. A parcela de faturamento, por conseguinte,

não está sujeita ao imposto de renda e a empresa não terá praticamente qualquer despesa, como se depreende da lei, pois o primeiro recolhimento à Caixa Econômica será a 1-7-71, com base no cálculo sobre o faturamento de janeiro. A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de fevereiro e assim sucessivamente, conforme o art. 6º e seu parágrafo.

Segundo a lei complementar que instituiu o P.I.S., "será executado mediante Fundo de Participação, constituído por depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal". Convém recordar que a legislação do imposto de renda (art. 15 e 16 do Regulamento do Imposto de Renda em vigor), ao tratar da empresa, amplia o conceito de pessoa jurídica, o que poderá suscitar dúvidas quanto às empresas realmente abrangidas pela lei complementar nº 7.

Vimos que a lei abrange todas as empresas em funcionamento no país, nos setores industrial, agrícola, comercial ou de serviços, porém as destacou em 3 grupos, conforme o art. 3º, alínea a, § 1º, 3º e 4º.

O primeiro diz respeito ao grupo das que vendem mercadorias. O segundo, às que não têm vendas, e o 3º às que estão isentas do imposto de renda e entidades sem finalidade lucrativa.

Para o 1º grupo a contribuição será a soma de duas parcelas: uma, que corresponde à dedução do imposto de renda, e a outra ao pagamento, através de recursos próprios, dos percentuais calculados sobre o faturamento segundo a letra b do art. 3º da citada lei.

A contribuição será feita mensalmente a partir de 1-7-71, como vimos, com base nos percentuais que seguem:

| Exercício | Dedução Imp. Renda (%) | Percentual s/faturamento (%) |
|--------------------------|------------------------|------------------------------|
| 1971 | 2 | 0,15 |
| 1972 | 3 | 0,25 |
| 1973 | 5 | 0,40 |
| 1974 (e subsequentes) | 5 | 0,50 |

Para o 2º grupo a contribuição será feita com recursos próprios nos valores correspondentes a deduções do imposto de renda devido, calculada nas seguintes proporções:

| Exercício | Percentual |
|-----------------------|------------|
| 1971 | 2 |
| 1972 | 3 |
| 1973 (e subsequentes) | 5 |

Para o 3º grupo a contribuição para o Fundo de Participação será feita tomando-se os percentuais sobre o imposto de renda, como se esse fosse devido, e ainda de acordo com disposições legais que deverão ser baixadas.

Vejamos agora de que forma os benefícios criados serão percebidos pelos trabalhadores, ou melhor, como será calculada a distribuição do Fundo.

A participação do empregado "far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais, abertas em nome de cada empregado, obedecidos os seguintes critérios" (Art. 7º):

a) 50% do valor destinado ao Fundo serão divididos em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período; b) os 50% restantes serão divididos em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo empregado.

A Caixa Econômica organizará um cadastro geral dos participantes do Fundo, na forma a ser estabelecida em regulamento, baseando-se para tal nas informações fornecidas pelas empresas. A omissão quando dolosa, ou a indicação incorreta dos dados sujeitará a empresa ao pagamento de uma multa, em favor do Fundo, de valor igual a 10 vezes o salário do empregado. A lei estabelece em seus arts. 9º e 10º que os depósitos creditados nas cadernetas de participação ao empregado são inalienáveis e impenhoráveis e não constituem rendimento tributável, não gerando direito de natureza trabalhista nem incidência de qualquer contribuição previdenciária.

A caderneta a favor do empregado poderá ser movimentada da

seguinte forma, consoante arts. 8º e 9º §§ 1º e 2º: a) poderão ser movimentados livremente a cada ano os acréscimos, como os juros (3% a.a.) e correção monetária (mesma proporção da variação fixada para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional); b) poderão os valores depositados ser movimentados quando do casamento, aposentadoria, morte ou invalidez, ou como parte do pagamento de casa própria, pelo titular da conta.


A criação do P.I.S. tem como finalidade não só alcançar objetivos econômicos como sociais.

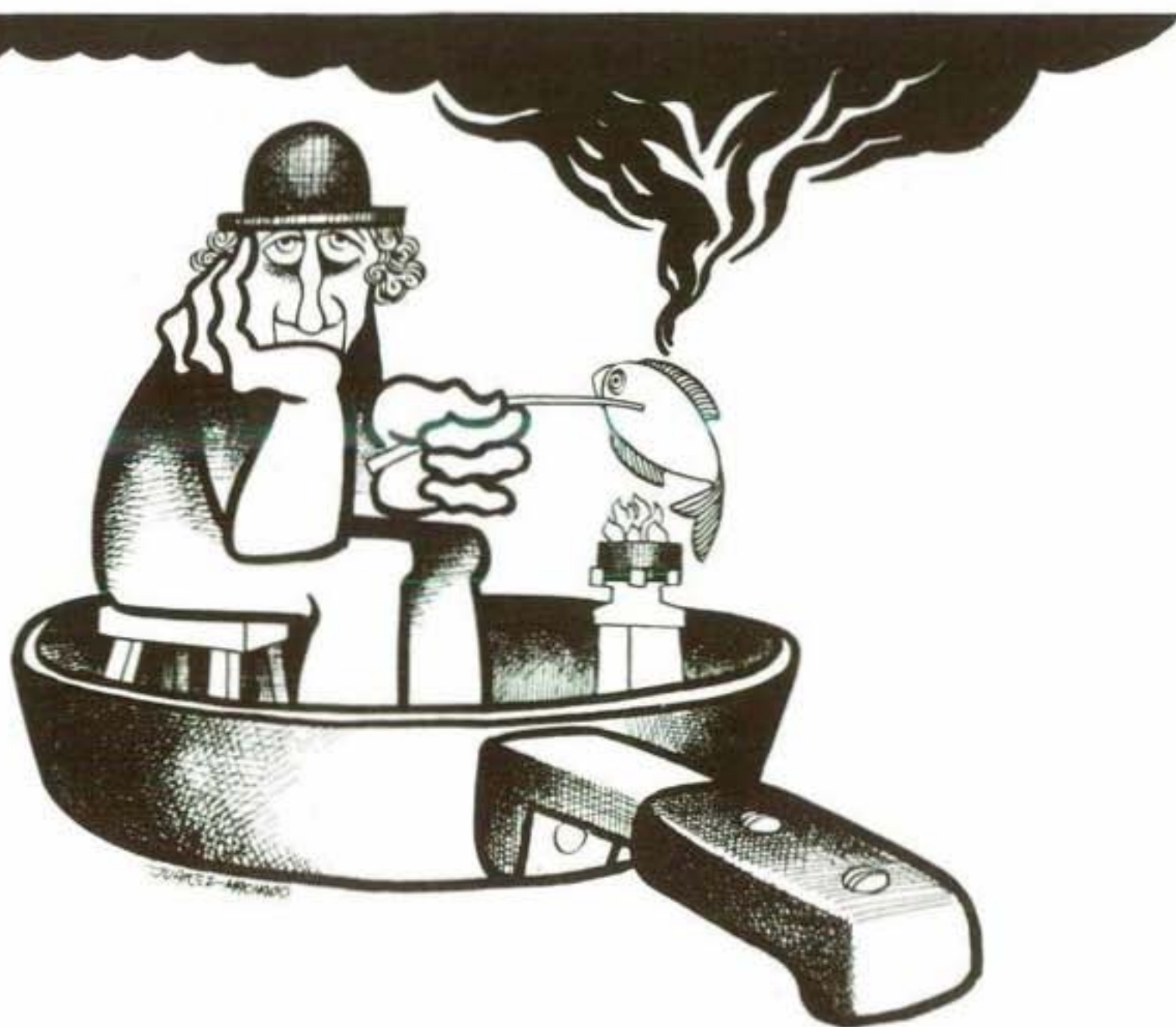
Senão vejamos: a lei complementar nº 7 procura contribuir para o desenvolvimento econômico, pois, através do Fundo de Integração, se pode formar uma poupança nacional e fortalecer o mercado financeiro, permitindo o fortalecimento estrutural das empresas e lhes propiciando assistência financeira não só a prazo longo como a juros reais e convenientes. É por assim dizer cabível que, através da manipulação do Fundo, haja a possibilidade de redução das taxas de juros que vêm sendo aplicadas pelas instituições financeiras privadas; b) por outro lado, pode-se esperar a promoção social do trabalhador através da redistribuição da riqueza global além de incentivá-lo a participar com maior interesse nas atividades econômicas da empresa, o que contribuirá, sem dúvida, para a criação de uma sociedade aberta em que todos possam participar tanto em sua estrutura como em seu crescimento.

Aliás, nesse sentido podemos lançar mão de um pronunciamento divulgado pelo Ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento e Coordenação Geral, sobre o Programa de Integração Social. Diz ele:

"... nos aspectos concernentes à operação da empresa, o Programa procura preservar intatos os princípios da livre iniciativa assegurando ao trabalhador a participação em um fundo global, mecanismo simplesmente financeiro, não associado a nenhuma empresa individualmente, evitando envolver-se no mundo complexo da co-gestão, da participação direta nos lu-

Se você pensa que o melhor do peixe é peixada, você está frito!

Vai deixar de investir, por exemplo, na indústria que mais rapidamente proporciona o retorno do seu capital. Não vai se aproveitar das vantagens do decreto governamental que fixou em 200 milhas de largura o nosso mar territorial. Vai ficar por fora de uma das atividades mais lucrativas de hoje em dia. A indústria da pesca. Aproveite os incentivos fiscais e aplique na Sudepe. Torne-se acionista de grandes empresas pesqueiras. Você vai ver como é bom receber dividendos antes do tempo. E para bom investidor, **sudepe**  superintendência
do desenvolvimento
da pesca o que cai na rede é lucro.



cros e de outras formas de participação que, se mal definidas, poderiam traumatizar a motivação empresarial; e evitando criar, para a empresa, qualquer nova obrigação social-trabalhista".

Muitas hipóteses e especulações podem ser feitas quanto à execução do P.I.S. Assim, uma vez regulamentado, poderá ele, através do Fundo, propiciar ao mercado de capitais a captação de novos recursos para financiamento do capital de giro das empresas. Poderá ainda ampliar, senão reforçar, o Plano Habitacional através de ação conjugada do BNH e Caixa Econômica Federal.

Há contudo alguns pontos controversos. A Caixa Econômica Federal, é sabido, possui um número limitado de agências e irá defrontar-se com lançamentos e um sistema arrecadador muito complexo, pois o número de cadernetas do Fundo que deverão ser preenchidas andarão pela casa das dezenas de milhões, sem dúvida. E ainda: a administração do Fundo tende a ser altamente onerosa e mesmo que considerássemos uma colaboração da rede bancária privada, esta naturalmente limitar-se-á à simples arrecadação. Assim, persistem dúvidas se a CEF estará realmente em condições de gerir o Fundo quando se sabe que ela sofre tantas limitações.

Já vimos a quem aproveita o P.I.S. Vejamos agora quem está excluído do seu âmbito.

A lei em seu artigo 12 diz que ficam excluídas de suas disposições "quaisquer entidades integrantes da administração pública federal, estadual ou municipal dos Territórios e do Distrito Federal, direta ou indireta". Logo, os empregados em sociedades de economia mista tais como usinas siderúrgicas, empresas de mineração, energia elétrica, administração de portos, companhias de navegação e muitas outras, quando pertencerem à administração do poder público, direta ou indiretamente, estão fora do âmbito do P.I.S., assim como os funcionários públicos e autárquicos. Para os fins da lei, a conceituação de empregado deverá ser

feita nos termos da legislação trabalhista.

Entretanto, poderão surgir dúvidas quanto à participação do trabalhador agrícola, pois a organização da empresa agrícola como tal no Brasil é por demais precária e o Fundo de Integração Social só aproveitará aqueles que estiverem registrados nas empresas. É sabido que são poucas ainda as atividades agrícolas nas quais se pode afirmar que o trabalhador está devidamente inscrito segundo as leis do trabalho, gozando dos benefícios previdenciários, recebendo repouso remunerado, 13º salário, férias e até mesmo descontos regulares para o INPS. Por outro lado, o Ministério do Trabalho não tem poupado esforço em benefício dos trabalhadores agrícolas, entretanto sabemos não atingiu ainda o nível do trabalhador urbano e conseqüentemente será ainda difícil a prestação da assistência necessária às respectivas empresas agrícolas no sentido de normalizar tal situação. Assim, mister se faz que se tomem medidas especiais com o objetivo de não deixar marginalizados os trabalhadores rurais, sempre os últimos a serem integrados nos esquemas assistenciais dos assalariados.

Do ponto de vista fiscal, o P.I.S. talvez propicie aumento na arrecadação dos impostos se o assalariado tomar consciência das vantagens do plano e exercer certa vigilância sobre o faturamento da empresa, evitando emissão de "notas frias", transferência de mercadorias a preços abaixo do mercado, embora hoje o contribuinte sonegador constitua minoria face aos rigores da fiscalização, ou porque esteja tomando consciência da função econômica e social do imposto.

Ainda do ponto de vista fiscal, temos o caso do imposto sobre circulação de mercadorias. Sabemos que a Resolução 65 de 19-8-70, aprovada pelo Senado, estabelece redução de alíquotas de ICM para os exercícios de 1971 a 1974, beneficiando assim diretamente o consumidor final e indiretamente a empresa que é o contribuinte de direito desse imposto. Vemos nessa redução um benefício para a empresa porque tem o preço de

venda de seus produtos diminuído naquela proporção e, assim, teoricamente, poderá vender mais. E ainda, essa redução, como a do imposto sobre produtos industrializados, contribuirá sem dúvida para atenuar a pressão tributária dos efeitos do novo ônus instituído pelo P.I.S.

Por outro lado, a contribuição com base nas vendas poderá provocar o aumento dos custos de produção, pois o faturamento sobre o valor total das vendas tem 2 efeitos: se aumenta, de um lado, os recursos do Fundo, do outro onera os custos das empresas quando tiverem o encargo e a responsabilidade do imposto. Ou ainda: haverá aumento dos preços quando o imposto puder ser transferido, atingindo o consumidor final.

Finalmente, não se pode negar que a carga tributária é ainda elevada, mas uma das possíveis medidas de redução a que o governo se propõe talvez seja a execução do P.I.S., senão pela redução dos impostos indiretos, ICM e IPI, pela redistribuição de uma parcela do imposto de renda em favor do assalariado, pois o Programa de Integração Social é exclusivamente para o setor privado, dando oportunidade a todos os deste grupo a que dele se beneficiem.

Para a implantação do Programa o governo estabeleceu esquema de recursos através do Decreto-lei 1125, de 17-9-70: fixou o percentual de 2,5% sobre o preço do plano de bilhetes de loteria vendidos pela Caixa Econômica Federal, bilhetes esses relativos a extrações que se realizarem no período de 1-1-71 até no máximo 31-12-74, como recursos iniciais do Fundo. Esses recursos deverão ser aplicados na aquisição de equipamentos, material, pessoal e serviços especializados necessários à gestão inicial do P.I.S. e após cada extração deverá a Caixa Econômica contabilizar a crédito do Fundo de Integração o produto resultante daquele percentual.

Vale ressaltar a importância do P.I.S. e acrescentar que a Caixa Econômica, irá sem dúvida, numa linguagem técnica, assumir o encargo de um banco de segunda li-

nha, fazendo repasse dos recursos acumulados aos bancos de investimentos e demais órgãos de crédito.

Programa de Formação de Patrimônio do Serviço Público

A lei complementar nº 8 veio quase imediatamente após a que instituiu o P.I.S., como forma de equiparar o servidor público ao empregado particular. A apresentação do citado diploma legal, por parte do Executivo, teve por fundamento o art. 51 da Constituição, que autoriza o Presidente da República a enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria sem, entretanto, invadir a área de competência exclusiva do Poder Legislativo. A lei ora citada visa dar aos servidores públicos os mesmos direitos dos empregados em empresas particulares.

O governo considera indispensável a distribuição da riqueza global para atingir, na prática, a verdadeira justiça social.

Por outro lado, ao tomar uma decisão dessa natureza, não podia deixar de atender a um outro aspecto de vital importância, que é a simultaneidade da promoção social dos trabalhadores com o desenvolvimento econômico, pois afinal tudo dependerá do comportamento deste último para a crescente participação dos assalariados no bem-estar social.

Podemos sintetizar na Tabela I a lei que instituiu o Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público.

Para o Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público, podemos dizer que, *mutatis mutandis*, são válidas as observações mencionadas para o P.I.S. Além disso, é mais difícil definir hoje o setor público do que o setor privado. Quando a lei usa o termo servidor, geralmente quer significar aquele funcionário regido por estatuto de funcionários públicos. Até aí nada demais, mas quando o setor contrata sob outro regime, justamente aquele que rege para o setor privado, então o assunto se complica, pois o empregado não poderá reivindicar qualquer direito com base na lei que ampara o ser-

vidor público e sim na Consolidação das Leis do Trabalho. O empregador então, o Estado, se despoja do seu caráter de poder público para ir representar o simples papel de empregador privado. Entretanto, não nos referimos ao caso de empresa pública ou de economia mista, de clara definição quanto ao regime empregatício, e sim a outras instituições tais como os Ministérios e Autarquias.

O art. 4º, parágrafo único, menciona simplesmente "cargo ou função de provimento efetivo e de emprego de natureza não eventual" regido pela legislação trabalhista sem qualquer outro esclarecimento que possa servir de linha divisória entre o benefício do P.I.S. e do P.F.P.S.P., quando se encontra sob o regime da Consolidação. Esse fato torna imprevisível o que se dará no caso do Serviço Público Federal, em termos de regime jurídico de pessoal.

Outra observação que pode ser levantada, e talvez a mais importante, é a que se refere ao art. 8º: "a aplicação do disposto na lei complementar, aos Estados e Municípios, às suas entidades de administração indireta e fundações, bem como aos seus servidores, dependerá de norma legislativa estadual e municipal". Neste sentido, não chegamos a compreender o espírito da lei ou as intenções do legislador, ao permitir, de forma relativamente ampla, a formulação de norma legislativa para a aplicação desta importante lei. Isto porque sabemos que essa liberdade concedida no âmbito estadual e principalmente municipal poderá gerar diversas interpretações à formação desse patrimônio, desvirtuando, talvez, a intenção inicial.

Trabalho e Previdência Social

Como uma medida de política de valorização das entidades sindicais e promoção social do trabalhador, particularmente na área do bem-estar social, o governo federal promulgou 2 diplomas legais de elevado alcance social. O primeiro deles (Decreto nº 67 227, de 21-9-70) estabelece prioridades em favor da ação sindical. O Ministério do Tra-

balho e Previdência Social observará, nesse sentido, uma série de princípios tendentes a expandir a assistência social e a prestação de serviços por parte dos sindicatos representativos das categorias profissionais.

Assim, teremos na área da Assistência Social:

a) ampliação da prestação de assistência médico-cirúrgica hospitalar e odontológica, para os trabalhadores rurais e urbanos;

b) doação aos sindicatos e hospitais de material médico-hospitalar, bem como de gabinetes odontológicos e de unidades leves hospitalares a instituições idôneas das comunidades rurais;

c) doação aos sindicatos de trabalhadores, de remédios fabricados pelo governo ou venda a preço de custo.

Na área de Assistência Sindical:

a) empréstimos financeiros às entidades sindicais para construção ou reforma e mesmo ampliação ou aquisição de sede, escolas etc.;

b) incentivos à realização de atividades culturais, prestação de assistência judiciária gratuita para os casos de acidentes de trabalho;

c) empréstimos financeiros simples aos previdenciários sindicalizados até 5 vezes o valor do salário mínimo;

d) bolsas de estudos, concursos inter-sindicais etc.

Para o atendimento dessas prioridades serão utilizados recursos orçamentários ou extraorçamentários existentes em 1970 ou a serem constituídos nos exercícios seguintes.

O segundo diploma legal (Portaria nº 86, de 26-10-70), oriundo do Ministério do Trabalho, já foi em cumprimento do que dispõe o art. 4º do decreto comentado acima, isto é, baixar as instruções complementares que se fizeram necessárias ao fiel cumprimento do disposto naquele decreto.

Destarte, a Portaria nº 86 diz respeito ao item III da área de Assistência Social; em resumo, ela estabelece o seguinte:

— O Ministério do Trabalho e Previdência Social firmará convênio com a Caixa Econômica Fe-

Tabela I — Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público — Síntese

| Contribuintes | A partir de | Recolhimento mensal no Banco do Brasil | Beneficiários | Critério de distribuição | Contas individuais | Não tributáveis | Levantamento do depósito | Alteração na relação de emprego |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| União | 1-7-71 — 1% 1972 — 1,5% 1973 — 2% e anos subsequentes | das receitas correntes(*) efetivamente arrecadadas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades da Adm. Pública. | Todos os servidores em atividade, civis e militares, da União, dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, bem como de entidades de administração indireta e fundações. | a) 50% proporcionais ao montante da remuneração percebida pelo servidor no Período; b) 50% em partes proporcionais aos quinquênios de serviço prestado pelo funcionário | O Banco do Brasil na qualidade de administrador do Patrimônio, manterá contas individuais para cada servidor, efetuando os seguintes créditos: a) correção monetária anual do saldo credor; b) juros de 3% calculados anualmente sobre o saldo corrigido dos depósitos; c) o resultado líquido das operações realizadas com recursos do programa, deduzidas de despesas administrativas e as provisões e reservas cuja constituição seja indispensável. | Os depósitos provenientes do Programa não estarão sujeitos: a) a imposto de renda; b) a contribuições previdenciárias. Ademais, não se incorporam, para qualquer fim, à remuneração do cargo, função ou emprego. | Ao final de cada ano, contado da data da abertura da conta, será facultado ao servidor o levantamento: a) dos juros; b) da correção monetária e c) dos redimentos da cota-parte produzida pelas apurações mencionadas na letra (c) da coluna 6. Poderá, entretanto, receber os valores integralmente depositados por ocasião de: 1) casamento 2) aposentadoria 3) transf. p/res. 4) reforma ou invalidez No caso de morte, receberão os depósitos os dependentes ou os sucessores. Poderá ainda requerer a liberação do saldo dos seus depósitos para utilização parcial ou total na compra da casa própria. | Além de serem inalienáveis e impenhoráveis as importâncias creditadas nas contas do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e do Programa de Integração Social, também serão obrigatoriamente transferidas de um para o outro, no caso de passar o servidor pela alteração da relação de emprego do setor público para o privado ou vice-versa. |
| Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios | 1-7-71 — 1% 1972 — 1,5% 1973 — 2% e anos subsequentes | a) das receitas correntes próprias(**) deduzidas as transferências feitas a outras entidades da adm. pública. | Nota: os servidores considerados como tais são os titulares das entidades mencionadas acima, de cargo ou função de provimento efetivo ou que possam adquirir estabilidade ou de emprego de natureza não eventual exigido pela lei trabalhista. | | | | | |
| | 1-7-71 — 2% | b) das transferências recebidas do governo da União e dos Estados (***) através do Fundo de Participação dos Estados, D.F. e Municípios (****) | | | | | | |
| Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e Territórios | 1-7-71 — 0,4% 1972 — 0,6% 1973 — 0,8% e anos subsequentes | de receita orçamentária, inclusive transferência e receita operacional | | | | | | |

(*) — Receitas correntes referem-se às receitas tributárias patrimoniais, industriais diversas, bem como às de capital.

(**) — Receitas correntes próprias são as mesmas correspondentes aos itens mencionados para a União.

(***) — Art. 25 da vigente Constituição estabelece que a União distribua 5% do total de arrecadação do imposto de renda e igual percentagem do imposto de produtos industrializados dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.

(****) — Entendemos que a transferência dos Estados que a lei menciona se refere ao ICM.

deral e a interveniência do INPS, a fim de assegurar o retorno dos referidos recursos;

— a habilitação ao programa de empréstimos far-se-á sempre através do respectivo sindicato de classe.

Alguns requisitos, entretanto, deverão ser preenchidos, tais como, de parte do sindicato:

— estar a autoridade em dia com as suas obrigações no pertinente a boa gestão financeira e patrimonial;

— possuir número de associados equivalente pelo menos: a) 20% dos integrantes da categoria, para os empréstimos solicitados no 1º ano, ou seja, de 1970 a 1971; b) 30% para o período 1971 a 1972; c) 50% para o período 1972 a 1973;

— deverá o sindicato estar reconhecido no mínimo há 12 meses antes da solicitação do empréstimo.

De parte do sindicalizado-previenciário:

— ser empregado de determinada empresa pelo menos com 6 meses de antiguidade e possuir um mínimo de 12 meses de tempo de sindicalizado;

— autorizar, mediante declaração expressa, o desconto em folha de pagamento do empréstimo que lhe é concedido.

A **louvável iniciativa do governo**, contudo, poderá em parte ser frustrada, pelo fato de que o empregado brasileiro, quando possível, resiste a toda sindicalização, acreditamos por desconhecimento da importância da função do sindicato.

Por sua vez, as empresas ficam autorizadas a proceder ao desconto dos empréstimos na folha de pagamento de seus empregados. Ademais, recolherão mensalmente ao sindicato de classe a que estiver vinculado o empregado o montante dos descontos efetuados, devidamente relacionados e individualizadas as prestações e respectivos titulares.

Aspectos Sobre o 13.º Salário — Previdência e Imposto de Renda Retido na Fonte

1) — Previdência Social

A gratificação de Natal foi por muito tempo uma liberalidade das empresas para com seus empregados e que veio a estender-se a todos os trabalhadores por força da Lei 4 090, de 14-7-62, e Decreto 1 881, de 14-12-62, que a regulamentou.

Assim, por força do art. 2º do Decreto acima mencionado, ficaram as empresas obrigadas ao pagamento do 13º salário na fluência do mês de dezembro de cada ano. Para isso, a remuneração devida nesse mês deve levar em consideração o tempo de serviço prestado pelo empregado no ano em curso, além da proporcionalidade de 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço correspondente.

Novas normas surgiriam, posteriormente, regulando a matéria. Assim, temos a Lei 4 749, de 12-8-65 e o Decreto 57 155, de 3 de novembro do mesmo ano, que alteraram a forma de pagamento, parcelando-o. Daí, "entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior". A última parcela deve ser paga até o dia 20 do mês de dezembro. O adiantamento será pago ao ensejo das **férias do empregado**, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

Cabe lembrar o comentário sobre salário mínimo publicado em "Conjuntura Econômica", nº 8/70, pág. 114, 2ª coluna.

Dizíamos: "... via de regra, o recolhimento efetuado ao INPS se efetua na ordem de 25,8%, assim distribuídos: 8% relativos ao empregador; 1,2% relativo ao 13º salário; 1,4% salário educação, 1% SENAC ou SENAI; 1,5% SESI ou SESC; 4,3% salubridade; 0,4% INDA e 8% relativos ao empregado limitado ao teto de 10 vezes o salário mínimo regional"...

Vejamos agora, face ao pagamento do 13º salário, como se dá a contribuição de previdência.

Foi pelo Decreto 60 466, de 14-3-67, que se estabeleceu o recolhimento pelas empresas de 1,2%, mensalmente, dos salários de seus empregados. Por ocasião do pagamento, até 20 de dezembro, da 2ª parcela do 13º salário, a empresa descontaria de seus empregados 7,2% a título de indenização ou reembolso, pois houvera adiantado aquela contribuição previdenciária correspondente a seus empregados.

Este Decreto causou grandes equívocos, pois, para os trabalhadores que houvessem trabalhado menos de 1 ano ou que tivessem aumento de salário durante o período, o reembolso à empresa seria maior porque na realidade a parte do empregado para cada mês trabalhado corresponde a 0,6%.

Observemos na prática como se dava o equívoco, supondo que um empregado foi admitido a 1-6-70 com o salário inicial de Cr\$ 200,00, passando a perceber em agosto ... Cr\$ 300,00. Sabemos que a empresa recolhe mensalmente ao INPS 1,2% sobre o salário do empregado com relação ao 13º, como vimos. Assim, a empresa recolhe 1,2% de Cr\$ 200,00 (Cr\$ 2,40) em junho e julho (Cr\$ 4,80) e 1,2% de ... Cr\$ 300,00 de agosto a dezembro (Cr\$ 18,00), totalizando Cr\$ 22,80 recolhidos antecipadamente, que divididos por 2 dá Cr\$ 11,40, ou seja, o que a empresa tem a receber do empregado. Ora, até o dia 20 de dezembro, o empregado **deve receber a 2ª parcela do 13º salário**, ou seja, Cr\$ 175,00, que corresponde a 7/12 do seu salário em dezembro, que é Cr\$ 300,00. Se a empresa descontar do empregado 7,2% da 2ª parcela do 13º salário (Cr\$ 175,00), receberá Cr\$ 12,60 a título de indenização ou reembolso, quando na realidade ela somente antecipou recolhimentos na ordem de Cr\$ 11,40, o que lhe dá uma diferença maior de Cr\$ 1,20.

A publicação do Decreto 60 893, de 23-6-67, veio pôr fim a essas dúvidas, porque estabelece que a empresa deve ser indenizada, apenas do valor efetivamente adiantado. No exemplo do empregado aci-

ma, procederemos então aplicando uma fórmula bem simples e prática qual seja: $(T.E.) \times (M. T.) = T.A.S.M.$

Explicando a fórmula: taxa que corresponde ao empregado vezes os meses em que trabalhou, igual à taxa aplicável sobre o salário médio do empregado. Assim temos: $0,6\% \times 7 = 4,2\%$.

Devemos primeiro achar o salário médio. Para tanto, basta somar os salários percebidos no período trabalhado e dividir o resultado pelo número de meses. Assim: 2 meses a Cr\$ 200,00 (Cr\$ 400,00) mais 5 meses a Cr\$ 300,00 (Cr\$ 1 500,00) = Cr\$ 1 900,00, que dividido por 7 dará Cr\$ 271,43 (valor arredondado).

Isto pôsto, basta aplicar a taxa obtida pela fórmula acima, o que resulta $4,2\% \times \text{Cr\$ } 271,43 = \dots \text{Cr\$ } 11,40$ onde se demonstra que realmente o desconto feito do empregado corresponde ao valor efetivamente adiantado.

E nos casos em que o salário ultrapassa o teto de desconto para a previdência, ou seja, 10 salários mínimos?

Primeiro, deve-se considerar que, nos casos em que o empregado trabalha o ano todo sem ultrapassar o teto de desconto e se não houver alteração de salário, pode-se aplicar o percentual de 7,2% quando do pagamento da 2ª parcela do 13º salário porque o resultado obtido igualar-se-á às importâncias antecipadas pela empresa no INPS.

Por outro lado, para o empregado que recebe Cr\$ 200,00 durante todo o ano, a empresa antecipou recolhimentos à razão de 1,2% num total de Cr\$ 28,80. Como a parte correspondente ao empregado é de 0,6%, as quantias antecipadas por ele foram de Cr\$ 14,40. A empresa aplicando o percentual de 7,2% sobre o 13º salário encontrará a quantia exata que desembolsou ($\text{Cr\$ } 200,00 \times 7,2\% = \text{Cr\$ } 14,40$).

Nos demais casos, para que não haja locupletamento por parte da empresa é necessário achar-se o salário médio do empregado. Se este tem menos de 1 ano de casa, deve-se encontrar a taxa a ser aplicada consoante a fórmula acima. Se ao contrário possui um ano com-

pleto aplica-se o percentual de 7,2% (depois de achado o salário médio), o que dará a quantia efetivamente antecipada.

Consideremos o caso de um empregado que perceba Cr\$ 2 000,00. Os descontos para a previdência neste caso vão incidir sobre o limite de Cr\$ 1 560,00 de janeiro a abril/70 e de Cr\$ 1 872,00 de maio a dezembro, em virtude do aumento do salário mínimo. Assim, a empresa antecipou nos 4 primeiros meses Cr\$ 37,44 e nos 8 meses seguintes Cr\$ 89,85, sendo que tem direito a ressarcir-se de Cr\$ 127,29.

Deve a empresa, como já foi dito, achar o salário médio do empregado (neste caso, o salário médio teto) para aplicar o percentual de 7,2%.

Logo, de janeiro a abril, temos descontos sobre um total de Cr\$ 6 240,00 (o salário mínimo era de Cr\$ 156,00 sendo o teto Cr\$ 1 560,00). De maio a dezembro, com a nova tabela do salário mínimo (veja-se o n° 8/70 da "Conjuntura Econômica", pg. 113), os descontos incidem sobre o total de Cr\$ 14 976,00. Somando-se as duas parcelas e dividindo-se pelo número de meses trabalhados (no caso 12), vamos encontrar o salário médio teto de Cr\$ 1 768,00.

Aplicando-se o percentual de 7,2% temos exatamente Cr\$ 127,29, ou seja, o que realmente a empresa tem direito porque já adiantara, pelo empregado, aquela importância ao INPS.

Mas, o que se verifica em muitas empresas é a nosso ver uma interpretação errada dos dispositivos legais e, quanto aos descontos previdenciários sobre o 13º salário, elas então vêm a se "reembolsar" de quantias superiores às que têm direito.

No último exemplo que foi dado a título de esclarecimento, algumas empresas, em vez de acharem a média do salário base, o que fazem? Aplicam os 7,2% sobre o teto então em vigor (Cr\$ 1 872,00) o que dará Cr\$ 134,78, ou seja, descontaram do empregado mais Cr\$ 7,49 do que deviam, pôsto que a quantia efetivamente antecipada ao INPS pela empresa, como vimos, foi de Cr\$ 127,29. Para o empre-

gado, tais descontos já se tornaram praticamente uma rotina, de modo que não reclamam desse arbitrio.

2) — Imposto de Renda Retido na Fonte

Vimos que algumas dúvidas surgem quanto às obrigações previdenciárias, apesar dos vários dispositivos legais regulando a matéria.

A mesma coisa acontece com o imposto de renda retido na fonte quando do pagamento da 2ª parcela do 13º salário pelo empregador.

Quanto à retenção do imposto de renda na fonte, o procedimento para retê-lo ou não é dado pela Instrução Normativa n° 2, de 12-9-69, nos itens 7 a 9 da Seção II do Capítulo I. Esta Instrução veio consolidar "as normas administrativas complementares ou interpretativas da legislação do imposto sobre a renda".

Assim, pela mencionada Instrução itens 7, 8 e 9, a incidência do imposto de renda na fonte sobre o 13º salário só se configura quando a soma da remuneração básica com a quota mensal (duodécimo) da gratificação compulsória exceder o limite de isenção que no exercício de 1970 foi de Cr\$ 696,00. Para o exercício de 1971 o limite da isenção será de Cr\$ 835,00.

Quando ocorrer excesso daquele limite, o desconto do imposto deverá incidir na importância total do rendimento auferido. Para isso, deverão ser considerados os rendimentos (remuneração e 13º salário) pelos seus valores líquidos, quais sejam depois de abatidas as contribuições de previdência, encargos de família e a contribuição sindical, quando ocorrer.

Neste caso, a retenção do imposto torna-se obrigatória, somente no mês em que se der a complementação total do 13º salário, mesmo que parte dessa gratificação seja paga por antecipação a título de adiantamento, nos termos da Lei 4 749, de 12-8-65, ressaltada, no entanto, a hipótese de rescisão do contrato de trabalho quando ocorrer em data anterior ao adiantamento.

Para melhor compreensão do que foi dito, tomemos o seguinte exemplo no caso de não incidência na fonte: um contribuinte percebendo Cr\$ 250,00 de salário e igual importância a título de 13º salário, tendo 1 dependente.

Deduzimos de sua remuneração o encargo de família (Cr\$ 156,00 — dedução legal por dependente no exercício de 1970) e o ônus previdenciário de 8% (Cr\$ 68,00), encontrando um total de Cr\$ 224,00 de deduções e Cr\$ 626,00 que é o rendimento líquido da remuneração.

Vejamos o 13º salário. Deduzida a porcentagem de 7,2% da previdência social (Cr\$ 61,20), temos o rendimento líquido de Cr\$ 788,80. Calculando 1/12 desse rendimento líquido, teremos Cr\$ 65,74 (valor aproximado) que somados ao rendimento líquido da remuneração... (Cr\$ 626,00) dão o rendimento global líquido de Cr\$ 691,74. Assim, este valor não atinge o máximo de isenção (Cr\$ 696,00) e, em consequência, não há incidência do imposto de renda na fonte.

Ao contrário, como vimos, se o rendimento líquido global vier a exceder aquele limite de isenção, a retenção do imposto na fonte se faz necessária e vai incidir sobre a totalidade do pagamento efetuado, ou seja, remuneração mais 13º salário menos ônus previdenciário e encargo de família. Logo, se o contribuinte ganhar Cr\$ 900,00 deduzindo-se de sua remuneração o ônus previdenciário de 8% (Cr\$ 72,00) mais o encargo de família... (Cr\$ 156,00), tem-se como rendimento líquido Cr\$ 672,00.

Para o 13º salário se deduz o ônus previdenciário de 7,2%... (Cr\$ 64,80) para obter-se o rendimento líquido (Cr\$ 835,20). Deste total calculamos 1/12 (Cr\$ 69,60) que somados ao rendimento líquido da remuneração (Cr\$ 672,00) dão Cr\$ 741,60, excedendo o limite legal de isenção de Cr\$ 696,00. Portanto, há incidência do imposto de renda retido na fonte, que vai alcançar o valor total do pagamento no mês da liquidação da 2ª parcela do 13º salário, como segue: rendimento líquido referente ao sa-

lário (Cr\$ 672,00) mais rendimento líquido do 13º salário (Cr\$ 835,20) igual ao total tributável na fonte (Cr\$ 1.507,20), o que daria um imposto de Cr\$ 54,60.

Vale ainda uma observação: os encargos de família (representados por cônjuge e filhos e outros dependentes legais deverão ser informados às fontes pelos contribuintes em modelo gráfico e aprovado pela repartição, em uma única via, que ficará em poder das mesmas, à disposição da fiscalização.

Além dessa informação sobre os dependentes em geral, exige-se a comprovação de encargos de família quando a dedução correspondente na fonte se fizer com base em sentença judicial que fixe valor de alimentos provisionais e quando houver dependentes outros que não cônjuge e filhos.

No primeiro caso será entregue à fonte, pelo contribuinte, cópia da sentença judicial que fixou o valor do encargo. Pela Lei 5.478, de 25-7-68, que dispõe sobre casos de alimento, o devedor (contribuinte) receberá dentro de 48 horas depois de ajuizada a ação, a 2ª via da petição ou termo, juntamente com a cópia do despacho do juiz. O empregador (fonte pagadora) receberá ofício do juízo para informar os ganhos do empregado e fazer os devidos descontos em folha.

No segundo caso, ao inexistir sentença judicial impondo esse encargo, deverá ser preenchido formulário próprio criado pela repartição, para legitimação de tais abatimentos, subscrito por duas testemunhas. Esse documento deverá ser arquivado pela fonte pagadora.

Além dos encargos de família (cônjuge, filho menor ou inválido, filha solteira etc.), o contribuinte poderá abater da sua renda bruta importância correspondente aos seguintes dependentes, mediante aquela declaração: 1) — filhos maiores, até 24 anos, que ainda estejam cursando estabelecimento de ensino superior e não possuam rendimentos próprios; 2) — filha viúva, sem arrimo ou abandonada sem recursos pelo marido; 3) — ascendentes, irmão e irmã, incapacitados para o trabalho; e 4) — descenden-

tes menores de 21 anos ou inválidos sem arrimo dos pais e menor de 21 anos, pobre que o contribuinte crie ou eduque ou maior de 24 anos que ainda esteja cursando estabelecimento de ensino superior.

Declaração de Rendimentos — Pessoa Jurídica

Pela Instrução Normativa do SRF nº 49 de 13-11-70, foram aprovados novos formulários e respectivos anexos de “declaração de rendimento — pessoa jurídica”, de conformidade com os objetivos do PLANGEF, ns. 51, 57, 61, 63 e 64, quais sejam: “promoção de estudos econômico-fiscais, por principais ramos de atividade, segundo classes de lucro tributável, receita operacional, capital e imposto devido, através dos dados contidos nas declarações de rendimentos de pessoas jurídicas e outros documentos correlatos”; “promoção e execução do plano de dados e informações econômico-fiscais da Secretaria da Receita Federal”; “ampliação e dinamização do CADEC (Cadastro Especial de Contribuintes)”; “implantação nas sedes das delegacias da Receita Federal, de diversos tipos de cadastros especiais e em todas as repartições descentralizadas da Secretaria da Receita Federal, implantação do Cadastro de Firms e Pessoas Físicas que contribuam com 80% da receita de cada um dos impostos, dentro de suas respectivas jurisdições”.

Observa-se de imediato que os novos formulários trazem muitas inovações. Apenas como exemplo: na nova declaração, o quadro 04 classifica a empresa segundo a “condição do regime especial de tributação”. Neste mesmo quadro, classifica-se o tipo da empresa segundo a natureza jurídica, que agora vem no quadro 09.

Outrossim, apresenta-se um formulário simples de preencher e que, devido às várias modificações implantadas, deverá catalogar maior número de informações, além de favorecer a análise e consolidação das pesquisas já realizadas, e ainda, o planejamento e a

execução de diagnósticos econômico-fiscais do setor industrial.

Vale lembrar que estão obrigadas à apresentação de declaração de rendimentos todas as pessoas jurídicas de direito privado, domiciliadas no país, as empresas públicas, as empresas individuais, bem como as filiais, sucursais, agências ou representantes de pessoas jurídicas, domiciliadas no exterior, isentas ou não, do pagamento do imposto de renda.

Os formulários aprovados são os seguintes:

Formulário I — Composto de 4 páginas e complementado por um anexo variável conforme a atividade da empresa (anexos A, B e C).

Formulário II — composto apenas de duas páginas e destinado às pessoas isentas.

São as seguintes as empresas obrigadas a entregar o formulário I e o anexo A:

1) as que tiverem a sua tributação baseada no lucro real; 2) — as que gozam de isenção expressa; 3) — as empresas públicas; 4) — as sociedades cooperativas; 5) — as companhias estrangeiras de navegação marítima e aérea, isentas em virtude de reciprocidade de tratamento no país de sua nacionalidade; e 6) — as empresas individuais e as sociedades, com escrituração organizada cuja receita bruta durante o ano de 1970 não ultrapasse Cr\$ 19 801,00 para as primeiras e Cr\$ 3 324,00 para as segundas.

O mesmo formulário, mas com o anexo B, deverá ser apresentado pelas instituições componentes do sistema financeiro, incluídas as sociedades de investimento e com exceção das seguradoras. Estas apresentarão o formulário I com o anexo C.

Deverão apresentar o formulário I (preenchidas apenas as 2 primeiras páginas); as empresas que tiverem sua tributação baseada no lucro presumido ou arbitrado; as empresas individuais e as sociedades, sem escrituração organizada, cuja receita bruta, em 1970, não ultrapasse Cr\$ 19 801,00 e Cr\$... 3 324,00, respectivamente.

O formulário II deverá ser apresentado pelas pessoas jurídicas

cujas isenção do imposto de renda seja possível de reconhecimento na forma da legislação em vigor, tais como as instituições de educação, sociedades e fundações de caráter beneficente, filantrópico, caritativo, religioso, cultural, instrutivo, científico, artístico, literário, recreativo; as associações e sindicatos que tenham por objeto cuidar dos interesses de seus associados.

As pessoas jurídicas ficam obrigadas, ainda, a anexar mais os seguintes documentos: a) recibo de entrega da declaração e notificação de lançamento, em duas vias; b) segunda via do formulário I e anexo correspondente, a serem remetidos ao Centro de Informações Econômico-Fiscais pelas respectivas repartições, no caso de receita bruta operacional superior a Cr\$ 2 400 000,00 no período base, ou a Cr\$ 2 000 000,00 no período imediatamente anterior, não se permitindo o uso de carbono; c) certificado de aplicação fornecido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ou, na falta deste, cópia do requerimento dirigido àquele órgão, para os que optarem pelos incentivos fiscais na área de florestamento e/ou reflorestamento; d) informação de rendimentos pagos ou creditados a terceiros, durante o ano civil de 1970, em uma única via.

É obrigatório, também, no caso do documento mencionado na letra "d" do item anterior, a identificação do beneficiário do rendimento, mediante aposição do número do CPF ou CGC respectivo, bem como a classificação dos rendimentos em 5 grupos, preferencialmente em folhas separadas e, havendo incidência na fonte, a informação do código correspondente: a) pessoas físicas, com imposto retido na fonte; b) pessoas jurídicas, nas condições do item anterior; c) residentes ou domiciliados no exterior (com preenchimento apenas da 1ª, 3ª, 4ª e 5ª colunas), também com imposto retido na fonte; d) beneficiários não identificados (com preenchimento apenas das 3 últimas colunas), idem; e) quaisquer outros rendimentos sobre os quais não haja incidência do imposto de renda na fonte (com

preenchimento apenas da 1ª, 2ª e 4ª colunas).

Os contribuintes que disponham de processamento eletrônico de dados poderão substituir o modelo citado na letra "d" supra, mencionado, por formulário contínuo, coleção de cartões perfurados, ou por fita magnética gravada.

É dispensável anexar quaisquer outros documentos, ficando os contribuintes, todavia, obrigados a mantê-los em guarda, à disposição da fiscalização ou das repartições da Secretaria da Receita Federal, até a extinção definitiva do direito da Fazenda.

As declarações devem ser preenchidas exclusivamente à máquina e obrigatoriamente deverá ser utilizado o carimbo padronizado, instituído pelo Ministério da Fazenda.

Ainda pela Instrução Normativa analisada, fixou-se que, a partir de 1-1-71, deverá ser utilizado, obrigatoriamente, o Documento Único de Arrecadação (DUA), no pagamento das cotas do imposto de renda, inclusive os duodécimos antecipados, e, quando couberem, juros de mora, multas e correção monetária.

Também foi atribuída competência aos delegados da Receita Federal para, na área de suas jurisdições, estabelecerem escalas de prazo para a apresentação das declarações de rendimentos de pessoas jurídicas no exercício de 1971.

Assim, na Guanabara, foi editada pelo Delegado da Receita Federal, a Comunicação de Serviço nº 1, de 4-1-71, estabelecendo os prazos de apresentação das declarações bem como os percentuais de desconto para os pagamentos no ato, como se vê na Tabela II.

Ao contribuinte é facultada a entrega da declaração antes dos prazos marcados na escala da Tabela II, devendo, neste caso, efetuar o pagamento da 1ª quota ou quota única dentro dos 20 dias subsequentes.

Quando o imposto for inferior a Cr\$ 322,00, deverá ser pago de uma só vez, dentro dos 20 dias da entrega da declaração.

A escala apresentada não se aplica às firmas ou sociedades sujeitas à antecipação do imposto (regime

Tabela II — Prazo de Apresentação das Declarações de Rendimento e dos Descontos para os Pagamentos à Vista

| Época do Balanço | Contribuintes | | | | | | | | | |
|----------------------|--------------------|----------------|------------------|----------------|--------------------------|----------------|------------------------------|------------------|--------------------------|----------------|
| | Firmas Individuais | | Sociedades | | | | | | | |
| | | | Em nome coletivo | | Por cotas de Resp. Ltda. | | Anônimas | | Outras Pessoas Jurídicas | |
| | | | | | | | Filiais de Soc. estrangeiras | Con. Serv. Públ. | | |
| | Entrega | Venc. 1.ª Cota | Entrega | Venc. 1.ª Cota | Entrega | Venc. 1.ª Cota | Entrega | Venc. 1.ª Cota | Entrega | Venc. 1.ª Cota |
| Até setembro | 29-01 | 20-02 | 29-01 | 20-02 | 29-01 | 20-02 | 29-01 | 20-02 | 29-01 | 20-02 |
| Em outubro | 26-02 | 20-03 | 26-02 | 20-03 | 26-02 | 20-03 | 26-02 | 20-03 | 26-02 | 20-03 |
| Em novembro | 30-03 | 19-04 | 30-03 | 19-04 | 30-03 | 19-04 | 30-03 | 19-04 | 30-03 | 19-04 |
| Em dezembro: | | | | | | | | | | |
| CGC, finais: 0-1-2 | 18-03 | 07-04 | 18-03 | 07-04 | 20-04 | 10-05 | 05-05 | 25-05 | 20-04 | 10-05 |
| CGC, finais: 3-4-5 | 25-03 | 14-04 | 25-03 | 14-04 | 27-04 | 17-05 | 06-05 | 26-05 | 22-04 | 12-05 |
| CGC, finais: 6-7-8-9 | 31-03 | 20-04 | 31-03 | 20-04 | 30-04 | 22-05 | 10-05 | 30-05 | 30-04 | 22-05 |

Obs.: Quando o contribuinte apresentar sua declaração de rendimentos dentro do prazo e pagar o imposto no ato, integralmente, gozará do seguinte desconto, calculado sobre o imposto líquido a pagar: a) 8% se o pagamento for efetuado em janeiro; b) 6% se o pagamento for efetuado em fevereiro; c) 4% se em março; e d) 2% se em abril.

do duodécimo). Para estas, o prazo de entrega da declaração será até o dia 20 de cada um dos meses de fevereiro a abril, conforme encerrarem seus balanços, respectivamente em outubro, novembro ou dezembro. Na hipótese de encerramento do balanço até setembro, o prazo de entrega da declaração será até 29 de janeiro, cabendo o recolhimento da 1ª quota até aquela data, vencendo-se as demais no dia 20 de cada mês subsequente. No caso das sociedades anônimas que encerrarem o balanço em dezembro, o prazo de entrega terminará em 20 de maio.

Para as pessoas jurídicas que optarem pela tributação com base no lucro presumido, o prazo de entrega será até 26 de fevereiro e o vencimento da 1ª quota ou quota única será em 20 de março.

Declaração de Rendimentos — Pessoa Física

Uma das principais modificações introduzidas no âmbito do imposto de renda é a que diz respeito à pessoa física, através da Instrução Normativa do S.R.F. nº 33, de 14-7-70.

Por esta Instrução Normativa foram aprovados os novos formulários para declaração de renda em 1971, consoante os objetivos do

Plano Geral de Administração dos Tributos Federais de ns. 22, 50 e 95.

Estes objetivos compreendem: 1) promoção de estímulo ao cumprimento espontâneo das obrigações tributárias; 2) análise da distribuição da renda através da coleta dos dados contidos nas declarações de rendimentos das pessoas físicas e outras fontes; 3) promoção da arrecadação da receita tributária prevista na lei orçamentária.

Com efeito, para a persecução desses objetivos, fizeram-se sentir as seguintes inovações quanto à identificação do contribuinte, pessoa física: a) deverá apor-se uma etiqueta de identificação sem emendas ou rasuras; b) informação quanto à última declaração apresentada, se com pagamento de imposto, restituição ou isenção; c) informação quanto à data do nascimento; d) informação quanto ao número de veículos possuídos; e) número de imóveis próprios que o declarante possui.

No quadro referente aos dependentes considerados como encargo de família foi reduzido o espaço de 11 a 8 linhas e adotado um espaço-código correspondendo a cada um dos dependentes declarados.

O espaço reservado aos rendimentos também apresenta inovação. Uma delas é a que diz respei-

to ao número de cadastro da fonte pagadora que ora passa a exigir-se além de ter-se dividido o espaço desse quadro em linhas que correspondem, respectivamente, à fonte pagadora e endereço para cada cédula.

Cumpramos ressaltar, com referência à declaração de rendimentos, que foi criado mais um quadro (nº 4) para o lançamento de rendimentos não tributáveis, enquanto o são somente nas fontes pagadoras tais como dividendos etc.

No bloco destinado às deduções cedulares observamos, além da nova forma de apresentação, uma modificação importante na cédula C. Antes lançavam-se deduções referentes a despesas de representação em 3 hipóteses. A primeira quando pagas pelos cofres públicos para exercício no exterior de funções transitórias até 6 meses (consecutivos). A segunda também paga pelos cofres públicos na modalidade da anterior pelo prazo superior a 6 meses. Finalmente, quando pagas por entidades privadas a dirigentes, administradores ou empregados, no limite de 15% da remuneração a eles devida. Agora, permite-se dedução das despesas de representação exclusivamente pagas pelos cofres públicos para o exercício de funções sem prazo estipulado, quer no país, quer no ex-

terior, enquanto era permitida apenas apresentação por exercício de função no exterior.

Quanto à apuração da renda bruta, a modificação foi total. Apresenta-se a apuração no sentido vertical explicitando os vários rendimentos e as deduções a serem transportadas de outros quadros. As declarações anteriores apresentavam um quadro para abatimentos da renda bruta e outro para apuração da renda líquida. Agora há um quadro único.

Para o cálculo do imposto há também novidades. Anteriormente apurava-se o imposto líquido devido, fazia-se a redução para investimentos e a seguir tinha-se o imposto a pagar. Pela nova declaração, o cálculo do imposto a pagar é direto, ou seja, para obter-se o imposto a recolher, tiram-se as parcelas relativas aos incentivos fiscais, achando-se o imposto líquido devido. Desconta-se o imposto na fonte e tem-se o imposto a pagar.

Além disso, vale salientar ainda a inclusão, no quadro referente ao cálculo do imposto a recolher, de mais 2 parcelas, uma diz respeito a desconto por pagamento no ato e a outra a mora por declaração fora do prazo.

De acordo ainda com os objetivos do PLANGEF, a declaração de bens traz em seu todo uma advertência e a menção de dispositivos legais referentes à retificação da declaração de rendimentos e de bens.

Uma vez feita a declaração, o contribuinte datava-a e assinava-a ratificando-a. Pelo novo modelo, além disso, o contribuinte menciona também os documentos que compõem a declaração e sua quantidade.

Quanto aos prazos para a apresentação da declaração, foram reduzidos em 30 dias (de 15 de maio e 25 de maio para 15 de abril e 30 de abril).

Convém registrar que pelas Portarias nº GB 214 e 215, de 18 de agosto e 1-8-70, respectivamente, o Ministro da Fazenda fixa limites de rendimentos e de posse ou propriedade de bens das pessoas físicas, para fins de apresentação da de-

claração de rendimentos, bem como as situações em que a sua apresentação é obrigatória às pessoas físicas. Agora, uma dessas situações obrigatórias de apresentação da declaração é a posse ou a propriedade de crédito e bens de quaisquer montantes e espécies disponíveis ou existentes no exterior.

Pelas Portarias acima foi dilatado o prazo de entrega de declarações especiais até 30 de outubro para os credores dos títulos que tenham sido objeto de regularização contábil pelas pessoas jurídicas em consonância ao Decreto-lei 1 042, de outubro/69. Inicialmente o prazo estabelecido para as declarações especiais era até 30 de abril.

Cartão de Identificação do Contribuinte (C.I.C.) — Cadastro de Pessoas Físicas: Sua Obrigatoriedade

Um dos objetivos do Plano Geral de Administração dos Tributos Federais (PLANGEF) para o triênio 1969/71 é a elaboração do diagnóstico do Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e determinação da estrutura do universo de pessoas físicas e análises das suas variações, entre outros.

Para a consecução desse objetivo, o Ministro da Fazenda baixou a Portaria nº 321, de 14-8-69, pela qual dita normas sobre a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.).

Quanto à obrigatoriedade da inscrição, assim se manifesta a Portaria 321: "I — A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (C. P. F.) é obrigatória para as pessoas físicas sujeitas à apresentação de declaração de rendimentos".

Numa interpretação literal da portaria, chega-se facilmente à conclusão de que a inscrição do C.P.F. só se aplica "para as pessoas físicas obrigadas à apresentação de declaração de rendimentos".

Conseqüentemente, se dispensem dessa obrigação todas as demais pessoas físicas, mesmo que sofram descontos do imposto na fonte, se não estão obrigadas à declaração de rendimentos.

As normas disciplinadoras da inscrição no C.P.F. foram editadas com a Instrução Normativa nº 12, de 26-2-70. Cuida esta Instrução, inicialmente, da inscrição ex-offício para os contribuintes que apresentaram declarações de rendimentos no exercício de 1969 (ano-base de 1968). A seguir esclarece sobre o procedimento dos cadastrados por essa forma mas que em 1970 não estão sujeitos à apresentação de declaração.

A nosso ver tal Instrução descuidou-se no que diz respeito às pessoas que irão declarar rendimentos no exercício de 1970, mas que não apresentaram declaração em 1969 por não estarem a isto obrigados e, conseqüentemente, não poderiam ser cadastrados ex-offício.

Por outro lado, a Instrução Normativa dispõe que "as pessoas físicas que, em cumprimento ao que determina a Portaria 321, desejarem obter o Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC) deverão inscrever-se no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) mediante preenchimento e entrega do formulário de declaração de rendimentos referente ao ano base de 1969 (exercício de 1970)". "A pessoa física não sujeita a apresentação da declaração de rendimentos cujo dependente necessitar de cartão de identificação do Contribuinte (CIC) deverá inscrever-se no Cadastro de Pessoas Físicas...".

Assim, a partir de 1-9-70 o número de inscrição no CPF seria mencionado obrigatoriamente: "... III ..." a) nos papéis e documentos emitidos no exercício de atividade profissional liberal; b) nas notas promissórias, pelos emitentes, credores, endossantes e avalistas; c) nas letras de câmbio, pelos sacadores, sacados e endossantes; d) nas escrituras apresentadas aos registros de imóveis, por compradores, vendedores e intervenientes; e e) nos contratos de locação de bens móveis e imóveis, pelos locadores.

O que a Portaria 321 deixa antever é que "é a obrigação da apresentação da declaração de rendimentos" o requisito válido para a



BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S.A.

SEDE: BELO HORIZONTE (MG)

RESUMO DO BALANÇO EM 31.12.70

(Em Cr\$ 1.000,00)

| ATIVO | | PASSIVO | |
|---------------------|-----------|------------------------|-----------|
| DISPONIBILIDADE | 55.735 | CAPITAL | 23.000 |
| EMPRÉSTIMOS | | AUMENTO DE CAPITAL | 17.000 |
| À Produção | 180.721 | RESERVAS | 7.853 |
| Ao Comércio | 134.552 | DEPÓSITOS | |
| Outras Atividades | 83.789 | À vista e a prazo | |
| A Entid. Públicas | 74.863 | DO PÚBLICO | 446.391 |
| A Inst. Financeiras | 922 | DE ENTIDADES | |
| | 474.847 | PÚBLICAS | |
| OUTROS CRÉDITOS | 1.005.222 | Govêrno Estadual | 54.922 |
| VALORES E BENS | 67.379 | Outros | 55.700 |
| IMOBILIZADO | 42.695 | | 557.013 |
| RESULTADO PENDENTE | 3.087 | OUTRAS EXIGIBILIDADES | 887.177 |
| CONTAS DE COMPENS. | 784.825 | OBRIGAÇÕES (Especiais) | 148.304 |
| | | RESULTADO PENDENTE | 8.618 |
| | | CONTAS DE COMPENS. | 784.825 |
| TOTAL: | 2.433.790 | TOTAL: | 2.433.790 |

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

2.º SEMESTRE DE 1970

DÉBITO

| | | |
|--|--------|-------|
| Despesas Operacionais | 15.178 | |
| Despesas Administrativas | 49.300 | |
| Perdas Diversas | 728 | |
| SUBTOTAL: | 65.206 | |
| DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO | | |
| Reserva Legal | 180 | |
| Reserva p/ Prejuizos Eventuais | 1.000 | |
| Reserva de Risco em Operações de Câmbio | 75 | |
| Dividendos | 690 | |
| Percentagem à Diretoria e ao Conselho Consultivo | 116 | |
| Gratificação ao Funcionalismo | 1.500 | 3.561 |
| TOTAL: | 68.767 | |

CRÉDITO

| | |
|---------------------|--------|
| Rendas Operacionais | 53.137 |
| Outras Rendas | 13.069 |
| Lucros Diversos | 2.561 |

TOTAL: 68.767

PRESIDENTE: Ângelo Amaury Stabile
VICE-PRESIDENTES: Helvécio Gomes Corrêa
José Pereira de Faria
DIRETORES: Celso Guerra Lage - Geraldo
Ildefonso Mascarenhas da Silva - José Alcino
Bicalho - Virgílio Horácio de Castro Veado
CONTADOR GERAL: Orivaldo dos Santos
Andrade - Reg. no CRCMG - 8.311.

*BEMGE*BEMGE*BEMGE*

obrigatoriedade da pessoa física inscrever-se no C.P.F. e, uma vez inscrita, receber seu cartão de Identificação (CIC), com número próprio e distinto para ser mencionado em determinados atos e papéis. Logo, parece que por tal sistema a pessoa física não sujeita à declaração de rendimentos não o está também à inscrição no C.P.F. e, figurando em qualquer relação conforme o parágrafo anterior, não teria que fazer indicação de número algum. Chega-se a esta conclusão pelos preceitos da mencionada portaria que dá solução para tal hipótese quando prevê naqueles atos a interveniência de dependente de contribuinte inscrito. Como o dependente não possui número próprio de inscrição deverá indicar o do contribuinte de quem dependa.

A Instrução Normativa nº 12 trouxe, indiretamente, com suas normas um caso novo: a apresentação de declaração para efeito de possuir-se o CIC, pois se as pessoas físicas intervierem num dos negócios ou atos mencionados pela Portaria 321, sem que estejam inscritas no CPF, por não estarem obrigadas à declaração de rendimentos, deverão "obrigatoriamente" mencionar seu número de cadastro e para obtê-lo, deverão apresentar declaração de rendimentos. Se entendermos a obrigatoriedade de apresentação da declaração para obtenção do CIC através da mencionada Instrução Normativa, chegamos à conclusão de que ela contraria a Portaria GB 358, de 10-9-69, pois esta traçou as hipóteses em que a apresentação de declaração de rendimentos é obrigatória.

Convém lembrar que a Portaria 321 de 1969 estabeleceu que a partir de 1-9-70 seria obrigatória a menção do número de inscrição no CIC "nos papéis e documentos emitidos no exercício de atividade profissional liberal" etc...

Entretanto, esta Portaria não procurou "definir" ou "identificar" o profissional liberal, deixando, assim, ao critério do próprio contribuinte o seu engajamento, "no exercício de atividade profes-

sional liberal", quando participar daqueles atos.

Por outro lado, pode-se, além desse entendimento, chegar à conclusão do que seja "profissional liberal". Trata-se neste caso de consultar a legislação previdenciária que menciona como profissionais liberais os advogados, economistas, contabilistas, médicos, engenheiros, escritores e outros mais...

Mais recentemente editou-se a Portaria GB nº 224, baixada pelo Ministro da Fazenda, em setembro/70, através da qual se revogou a Portaria 321.

Esta Portaria dispensa tratamento mais incisivo ao cadastramento das pessoas físicas. Se a Portaria 321 dispensava tratamento falho e impreciso quanto à obrigatoriedade do cadastramento, a de nº 224 supre quaisquer dúvidas quando determina: "Além das pessoas físicas sujeitas à apresentação de declaração de rendimentos, ficam obrigadas a inscrever-se no cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.)".

Enumera a seguir os casos da obrigatoriedade de inscrição no C.P.F., entre os quais a obrigatoriedade de inscrição para os partícipes em notas promissórias de valor igual ou superior a Cr\$... 300,00, letras de câmbio sujeitas a registro, contratos, objeto de transações imobiliárias de valor igual ou superior a Cr\$ 10 000,00.

Pela Portaria 321, como vimos, deveria ser mencionado o número de inscrição no C.P.F. contido no C.I.C., obrigatoriamente em todos os casos das letras a, b, c, d, somente pelos que já estavam inscritos no C.P.F. Quem não está inscrito nada teria a apor naqueles documentos logicamente, ou, então, entender pela Instrução Normativa nº 12 a obrigatoriedade de sua inscrição (o que entraria em conflito com as determinações da Portaria).

Portanto, entendemos oportuna e vemos razão na Portaria recém-baixada, pois ao mesmo tempo que corrige uma situação que cremos anômala, a de permitir a existência daqueles papéis e documentos, sem que os favorecidos ou signa-

tários fossem inscritos e sem a "obrigatoriedade" de se inscreverem, propicia o cadastramento de maior número de pessoas físicas, conciliando-se assim com os objetivos do PLANGEF.

Devemos observar, também, que pela Portaria em vigor se permite a emissão ou a existência daqueles papéis, porém com a obrigatoriedade de inscrição no C.P.F. dos respectivos partícipes, o que era diferente pela Portaria revogada.

Entretanto, subsiste ainda o "problema de identificação" do profissional liberal, embora tenha havido tratamento menos relutante pela Portaria 224, que estabelece valor mínimo para as notas promissórias e os contratos cujo objeto sejam transações imobiliárias, porque poderão emitir, endossar, avaliar ou firmar qualquer dos documentos e papéis mencionados, além dos "profissionais liberais", qualquer outra pessoa física, capaz para tanto.

Finalizando, devemos notar que o sistema de penalidade para os omissos continua como antes, ou seja, determinado pela letra b do artigo 4º do Decreto-lei 401, de 30-12-68, apenas com os valores de Cr\$ 60,00 e Cr\$ 1 200,00, respectivamente para papel ou documento e por exercício financeiro, corrigidos pelos índices em vigor.

Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos

O 2º semestre/70 não trouxe alterações consideradas de "grande repercussão" na área do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos. Verificou-se, sim, a fixação de novos valores do imposto, vigentes a partir de 1-9-70.

Apesar da publicação da tabela de preços de venda de derivados de petróleo pelo Conselho Nacional do Petróleo, através da Portaria nº P-6/70, de 28 de dezembro, a vigorar no dia seguinte, 29, os valores do imposto único permaneceram até o último dia do ano aqueles constantes do Ato declaratório 63, de 31-8-70, com vigência a partir de 1-9-70.

Vale lembrar, pois, que foi a partir da Lei 4 452, de 5-11-64, que se alterou sistematicamente a determinação do preço dos derivados do petróleo e do respectivo imposto único, a fim de ajustá-lo às condições de abastecimento nacional, além de outros objetivos.

Finalmente, o Decreto-lei 61, de 21-11-66, e legislação posterior tornaram a modificar a legislação sobre o assunto. Com efeito, o art. 1º da Lei 4 452 previa uma alíquota de 20% sobre o custo CIF médio de importação, no caso do petróleo bruto, dispondo textualmente:

"O imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, qualquer que seja a procedência do petróleo bruto e de seus derivados, será "ad valorem" calculado sobre o preço "ex-refinaria" (art. 2º), no caso de refinados, ou sobre o custo CIF médio de importação, no caso de petróleo bruto, nas seguintes porcentagens segundo o produto" (seguem as porcentagens na lei).

Já o Decreto-lei 61-66, justificando as alterações introduzidas, dispõe no seu art. 1º:

"O imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, qualquer que seja a sua procedência ou a do petróleo bruto que se originar, será adicionado ao preço dos derivados realizados pelas refinarias conforme definido no art. 2º deste Decreto-lei, nas seguintes alíquotas sobre o custo CIF, expresso em moeda nacional, de unidade de volume de petróleo bruto". Seguem-se, na lei, os produtos e percentuais, respectivamente, excluído o petróleo bruto.

Por conseguinte, se dúvidas ainda existiam, o Parecer Normativo 243, de 5-8-70 (MF-CST), veio eliminá-las, pois fixou o entendimento de que o imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos não tem incidência sobre o petróleo bruto, seja qual for sua procedência, desde o advento do Decreto-lei 61, de 1966, não sendo cabível portanto qualquer ação ou procedimento judicial para a cobrança daquele tributo.

O ano de 1970 fechou com aumento global desse imposto na ordem de 15,2% com base nas alíquotas vigentes a partir de 1-9-70, enquanto 1969 apresentou acréscimo global de 36,5%.

Vale salientar que o preço unitário dos derivados de petróleo, ao qual é adicionado o imposto, é periodicamente revisto pelo Conselho Nacional do Petróleo, que para isto leva em consideração 2 fatores: a) o custo médio de processamento de um barril de petróleo, de modo a espelhar proporcionalmente os níveis dos preços internacionais de seus similares (com as adaptações necessárias à manutenção do parque de refino) às características do mercado consumidor nacional; b) o custo do refino, bem como o lucro capaz de assegurar o êxito econômico do parque interno.

Assim, face aos fatores acima — novos valores da taxa cambial, elevação dos petróleos importados para completar a produção nacional e outro — é que o Conselho Nacional de Petróleo editou a Portaria nº P-6/70, de 28-12-70, com novos preços e notas explicativas dos derivados de petróleo para todo o país.

Naturalmente, nova tabela de alíquotas do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes deve surgir, mas com vigência a partir de janeiro/71.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

O governo federal, após a revolução de 1964, vem introduzindo reformas em todas as áreas de sua competência e poucos foram os setores não atingidos.

Assim, pelo Decreto-lei nº 1 110, de 9 de julho último, foram extintos o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), e criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta nova entidade substitui aquelas entidades ora extintas em todos os direitos, compe-

tências e responsabilidades a elas atribuídas até então.

O INCRA é dirigido por um presidente e 4 diretores, nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministério da Agricultura. Quanto aos servidores do IBRA, INDA e GERA, não sofrem alteração quanto ao regime jurídico, passando, assim, aos quadros e tabelas do INCRA.

A decisão governamental parece ter tido o propósito de homogeneizar a cúpula dirigente dos extintos órgãos, cabendo observar que a orientação da nova autarquia será imprimida diretamente pelo Ministério da Agricultura. É sabido que, até então, uma delas estava subordinada à Presidência da República e a outra ao Ministério da Agricultura, sendo, entretanto, praticamente o mesmo, seu objetivo principal: desencadear objetivamente o processo de reforma agrária. Posteriormente foi criado o GERA, também com atribuições de acelerar a execução de reforma.

Acreditamos que a ação daqueles 3 órgãos não chegou a atingir os resultados almejados pelo governo que encara a luta pela reforma no setor agrário como objetivo prioritário. A falta de orientação definida ou mesmo de recursos foram os impecilhos básicos.

Alguns Objetivos do INCRA:

— formar uma consciência comunitária entre os parceiros, na medida em que estes se forem integrando no processo de produção;

— contar com a mobilização de todos os órgãos estaduais, regionais e municipais, que possibilitem a implantação dos planos de apoio, decididos em: programa de habitação; saúde e previdência; educação básica e funcional; crédito e assistência técnica; implantação de sistemas adequados de beneficiamento da produção e comercialização; e cooperativismo.

Quanto ao processo de assentamento das famílias que serão implantadas na região, obedece a determinados critérios, tais como:

— programa de reformas fundiárias, tendo em vista selecionar

áreas operacionais onde serão implantados os projetos de colonização e regularização das ocupações existentes e tomada de providências para posterior titulação dos beneficiários;

— programa de organização territorial, compreendendo o planejamento espacial das áreas operacionais e de centros comunitários, demarcação de áreas para a exploração de cooperativas e a estipulação de lotes, de acordo com o uso potencial dos solos;

— realização de obras de infraestrutura e engenharia básica, compreendendo a implantação de um sistema rodoviário secundário, drenagem, preparo de solos, canalização etc.;

— programas de organização das unidades de produção, procurando assim determinar o tipo de produção bem como a melhor forma de organização social, para cada região;

— organização operacional dos projetos que se referem à formação de uma equipe encarregada de prestar assistência técnica e educacional ao colono.

Tendo em vista esses critérios, o próprio sistema de colonização da Amazônia baseou-se em duas experiências bem sucedidas: a primeira é a de Iguatemi, ao Sul de Mato Grosso, e a segunda, a do Rio Tinto, na Paraíba. Deu-se prioridade ao sistema de cooperativas, pois se constatou que a adaptação do colono vindo de outras regiões do país, mormente do Nordeste, à comunidade agrícola foi perfeita, contrariando assim a tese de que o homem do campo não se presta ao trabalho associativo. Segundo informações colhidas atualmente em Iguatemi, a produção de alimentos já ultrapassou todas as expectativas, em terras de composição ecológica que praticamente não se diferenciam das do Nordeste. De outra parte, o método que se adota em Rio Tinto permite que mais de 10 famílias trabalhem o solo, embora cada unidade mantenha a propriedade do seu pedaço de terra. Essas experiências fazem crer que é este o tipo ideal de exploração fundiária em regiões inóspitas como a Amazônia.

A propósito, lembramos as palavras do Ministro dos Transportes: "a Amazônia se situa na grande Região Norte do Brasil e é constituída pelos Estados do Acre, Amazonas e Pará, além dos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. Essa região abrange, ainda, o Oeste do Maranhão e o setentrião de Goiás e Mato Grosso. O clima da região amazônica é quente, embora perfeitamente suportável em todas as épocas do ano. A Amazônia tem, aproximadamente, 3,6 milhões de habitantes, podendo, no entanto, abrigar 200 milhões de pessoas. As terras agricultáveis são semelhantes às do Sul de Mato Grosso e São Paulo. Dentre as generalizações equivocadas, destacam-se as tocantes à topografia e dos solos. Contrariamente ao que em geral se supõe, as áreas planas e sujeitas a inundações temporárias são bastante reduzidas. Dificilmente ultrapassam 80 km de largura nas zonas sedimentares de formação recente do vale do Rio Amazonas. A maior parte dos terrenos da região apresenta conformação angulada, embora com elevações mínimas. Quanto aos solos, encontram-se grandes variações em suas características, apresentando em diversas áreas variadas riquezas minerais, algumas acumuladas em grandes reservas e, em outras áreas, enormes extensões de terras férteis, propícias à agricultura". São, portanto, solos adequados a uma ocupação permanente, terminou dizendo o Ministro.

Sem dúvida, o INCRA terá papel dos mais importantes, especialmente no vasto programa que se desenha e em especial no deslocamento de trabalhadores rurais dos sertões semi-áridos para outras regiões, procurando sempre sua adequada fixação, acompanhada, como é lógico, de assistência social, técnica e particularmente financeira.

Alguns Aspectos Sobre a Marinha Mercante: Taxa, Renovação e Fundo

A legislação pertinente ao Fundo de Marinha Mercante acaba de ser consolidada através do Decreto-lei 1 142, de 30-12-70. Simultanea-

mente o governo baixou os Decretos-lei 1 141 e 1 143, na mesma data, estendendo até 1975 os efeitos do Decreto-lei 498, de 13-3-69, para atender o "Programa da Construção Naval 1971-1975" e dispondo sobre a marinha mercante e a construção naval, respectivamente.

Mediante a legislação apresentada, a importação dos materiais destinados à construção dos navios cargueiros, desde que beneficiados por financiamento externo, ficará isenta até 1975 do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados.

Anteriormente à nova legislação, era cobrada uma taxa adicional ao frete devido, denominada taxa de renovação da marinha mercante. Agora, ela será cobrada sob nova roupagem: "adicional ao frete para renovação da marinha mercante (AFRMM)".

A taxa de renovação era cobrada em adicional ao frete devido pelo armador de qualquer embarcação que operasse em porto nacional, de acordo com o conhecimento de embarque e o manifesto do navio, pelo transporte de qualquer carga na saída do porto nacional, no comércio de cabotagem, ou, por ocasião de entrada no porto nacional, no comércio com o exterior. Já o "AFRMM", é um adicional ao frete cobrado, pelo armador, de qualquer embarcação que opere em porto nacional de acordo com o conhecimento de embarque e o manifesto de carga, pelo transporte de qualquer carga na saída de porto nacional, na navegação de cabotagem e interior ou, na entrada em porto nacional, na navegação de longo curso.

O percentual de incidência do adicional continua sendo o mesmo da taxa substituída (20%), assim como a arrecadação não sofreu alterações.

Quanto ao destino da arrecadação, a legislação consolidada favorece 2 tipos de empresas nacionais mediante concessão de empréstimos: as de pesca e as de exportação.

As primeiras poderão obter financiamento de 85% do valor de compra aprovada pela SUNAMAN, quando forem alocados ao Fundo

da Marinha Mercante recursos específicos para este fim. As segundas, para a construção de embarcações em estaleiros nacionais destinadas à exportação até o limite de 80% do seu valor internacional.

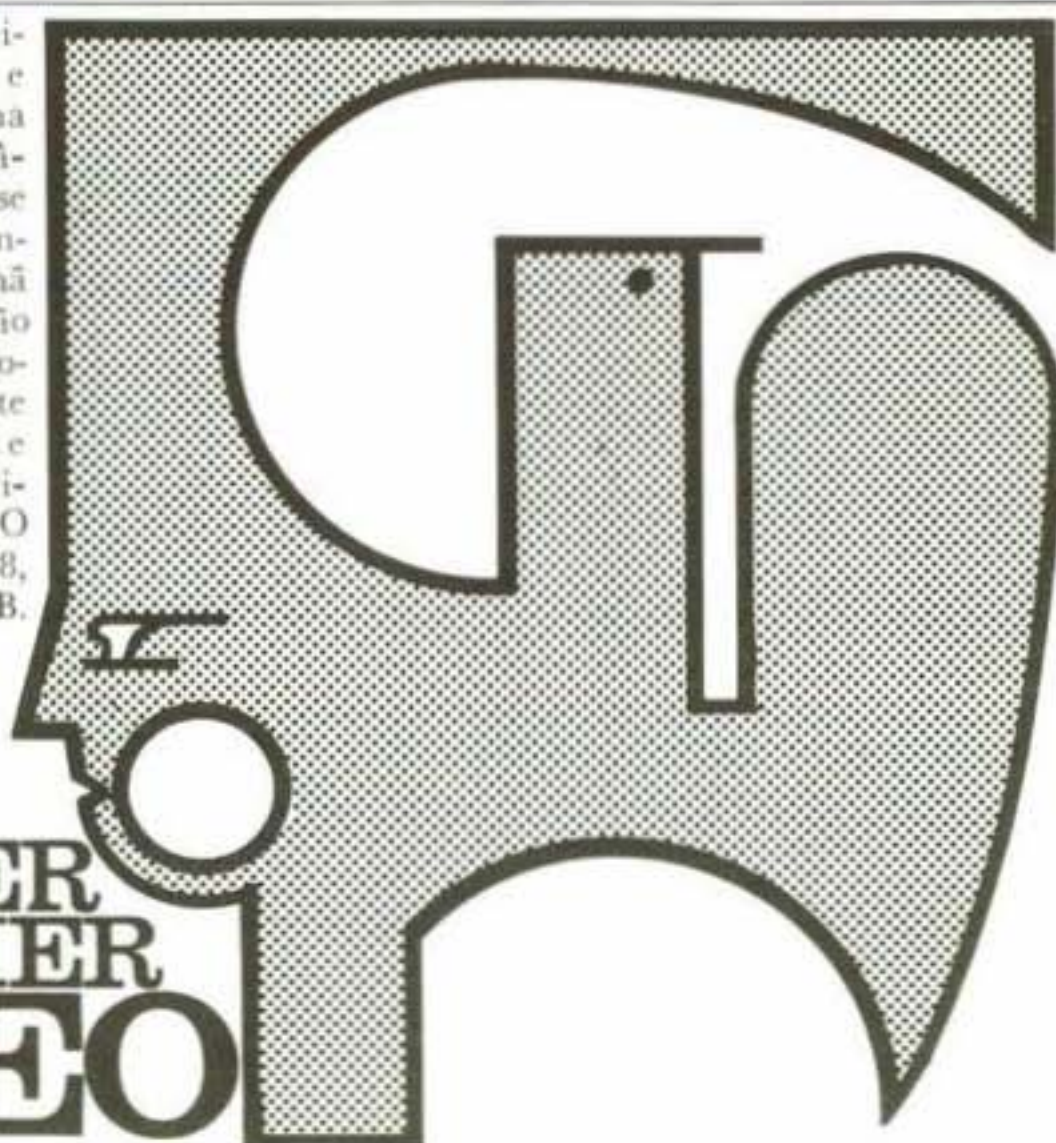
mediante as condições aprovadas pela SUNAMAN.

Foram previstos, ainda, mais 2 casos para a movimentação do produto do "AFRMM" destinado ao armador nacional mediante autori-

zação e que antes não estavam previstos: aquisição de equipamento para o reaparelhamento de embarcação própria; para o reparo de embarcação própria em estaleiro nacional.

Aquilo que foi ficção ontem é realidade científico-tecnológica hoje e será rotina amanhã. O problema crucial para o homem contemporâneo é o conhecimento. Mantenha-se em dia com o mundo de hoje e informado sobre o mundo de amanhã lendo EL CORREO. Publicação mensal da UNESCO em nove idiomas - Ciência, Educação e Arte além de Informes Especiais. Esta e outras publicações poderão ser solicitadas à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Praia de Botafogo 188, CP 29 - ZC 02, Rio de Janeiro - GB.

EL LE COURRIER
THE COURIER
CORREO



BANCO DE INVESTIMENTO CREDISAN S.A.

Carta Patente n.º A-67/173, de 14/12/67 — C.G.C. 33.461.468

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO IRVING TRUST COMPANY REPRESENTADO PELA
IRVING INTERNATIONAL FINANCING CORPORATION

CAPITAL E RESERVAS: Cr\$ 23.177,088,86

Diretoria: — Marcelino Martins dos Santos F.º, Pres.; Floriano Peçanha dos Santos e Thales de Almeida Martins, Vice-Pres.; Mario Cesar Campanella, Superintendente.

Conselho Técnico Consultivo: — Octávio Gouveia de Bulhões, Pres.; Lucas Lopes, Theophilo de Andrade Lyra, José Luiz Bulhões Pedreira e Mário Henrique Simonsen.

Conselho Fiscal: — Azarias Martins Vilela, Nelson Brant Maciel e Benjamin David Sion.

Sede: R. Visc. Inhaúma, 38 — 8.º — Tels.: 243-7824; 243-7953; 223-5514 — Rio, Gb.

Banco da Amazônia S. A.

MATRIZ EM BELÉM — PARÁ

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES (CGC) — 04902979

BALANCETE GERAL EM 04 DE DEZEMBRO DE 1970

| ATIVO | | | | PASSIVO | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|---------------------------------|--|--|--|
| DISPONÍVEL: | | | | NÃO EXIGÍVEL: | | | |
| | | | | <i>Capital:</i> | | | |
| REALIZÁVEL: | | | | De Domiciliados no País | | | |
| | | | | Reservas e Fundos | | | |
| <i>Empréstimos:</i> | | | | | | | |
| À Produção | 235.351.412,78 | | | | | | |
| Ao Comércio | 287.714.169,41 | | | | | | |
| A Atividades n/ Especificadas | 41.727.592,44 | | | | | | |
| A Entidades Públicas | 218.933,13 | 565.012.107,76 | | | | | |
| <i>Outros Créditos:</i> | | | | EXIGÍVEL: | | | |
| Banco Central — Recolhimentos | 36.531.809,74 | | | <i>Depósitos:</i> | | | |
| Cheques, Documentos e Ordens em Compensação ou a Receber | 29.597.646,40 | | | <i>À Vista e a Curto Prazo:</i> | | | |
| Correspondentes no País | 1.723.219,94 | | | Do Público | | | |
| Outras Contas | 69.290.878,34 | | | De Entidades Públicas | | | |
| Departamentos no País | 1.260.743.383,86 | 1.397.886.938,28 | | | | | |
| <i>Valores e Bens:</i> | | | | <i>A Médio Prazo:</i> | | | |
| Títulos à Ordem do Banco Central | 1.306.439,64 | | | <i>Do Público:</i> | | | |
| Outros Valores | 283.720,91 | 1.590.160,55 | | <i>A Prazo Fixo</i> | | | |
| Bens | | | | Outras Exigibilidades: | | | |
| | | 1.744.978,44 | 1.966.234.185,03 | Cobrança Efetuada em Trânsito | | | |
| IMOBILIZADO: | | | | Ordens de Pagamento | | | |
| Imóveis de Uso, Reavaliação de Imóveis em Construção | | 30.714.353,16 | | Correspondentes no País | | | |
| Móveis, Utensílios e Almoxxarifado | | 14.343.819,10 | 45.058.172,26 | Departamentos no País | | | |
| RESULTADO PENDENTE | | | | Outras Contas | | | |
| | | | | | | | |
| CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | | | RESULTADO PENDENTE | | | |
| | | | | | | | |
| TOTAL | | | | CONTAS DE COMPENSAÇÃO | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | TOTAL | | | |
| | | | | | | | |

Belém (Pará), 04 de Dezembro de 1970. — Dr. Francisco de Lamartine Nogueira — Presidente. Diretores: Antônio Moysés Nadaf, Francisco Edson de Oliveira, João Rodrigues Leal, Oswaldo Blanco de Abrunhosa Trindade, Wanderley de Andrade Normando. — João Mousinho Coêlho — Contador — CRC — Pa. Reg. n.º 0383 — Chefe do Departamento de Contabilidade.

Economia Mundial em 1970 — Inflação e Menor Crescimento

Em 1970 a economia mundial não teve desempenho brilhante. A inflação continuou a ser problema comum à maioria dos países industrializados nos quais a atividade econômica não apresentou o mesmo dinamismo do ano anterior. A economia dos Estados Unidos, em particular, que se expandira rapidamente durante a última década, apresentou crescimento medíocre em 1969 e não deve ter acusado incremento algum em 1970, sendo mesmo provável que os dados venham revelar ligeira queda no seu produto real. Até o início de 1970 os empresários mantinham expectativa otimista quanto à retomada de dinamismo da economia. Pesquisa realizada no início do ano revelou que as empresas esperavam aumentar bastante o volume das vendas e lucros em 1970. A partir do 2º trimestre, entretanto, já era fato concreto que: a) a produção industrial sofrera retração em 10 dos 11 meses anteriores; b) a taxa de desemprego aproximava-se de 5%, contra nível inferior a 3,5% no início de 1969; c) os lucros líquidos empresariais situavam-se cerca de 13 a 14% abaixo do nível alcançado no começo de 1969. Diante disso, os planos de aquisição de bens de capital pelas empresas passaram a refletir mudanças de expectativa. Previam-se, inicialmente, aumento de 10% nas despesas com equipamentos no decorrer de 1970. A medida que o volume de venda e dos lucros se situavam abaixo dos níveis esperados, as empresas passaram a efetuar cortes nos seus programas de investimentos. É provável que o aumento nas

despesas de capital não tenha ultrapassado a faixa dos 5 a 6%.

A Alemanha também, segundo dados estimados até o final do primeiro semestre do ano, deve ter apresentado crescimento menor em 1970 que no ano anterior. O produto real cresceu 5,4% no primeiro semestre de 1970, contra 8,5% no equivalente período de 1969. Além disso, em face dos problemas inflacionários com que o país se vem defrontando, os efeitos das políticas fiscal e monetária contribuíram para que a economia não continuasse a apresentar o mesmo ritmo de crescimento dos anos anteriores. De qualquer maneira, o desempenho da economia alemã ainda pode ser considerado satisfatório, em função dos resultados obtidos no último ano.

O Japão, que atualmente se situa em terceiro lugar no mundo como potência econômica, vindo logo depois dos Estados Unidos e U.R.S.S., tampouco apresentou em 1970 o ritmo de crescimento dos anos anteriores. Dados referentes ao primeiro semestre fiscal, terminado em setembro, revelaram que a taxa de expansão das vendas e lucros empresariais acusou declínio em relação ao semestre anterior. Esse país, que também se vinha caracterizando por baixíssimas taxas de inflação nos últimos anos, passou em 1970 a sofrer o problema da elevação dos preços em proporções suficientes para causar preocupações. O índice de preços dos bens de consumo cresceu 5,9% entre setembro de 1969 e setembro de 1970.

A economia francesa apresentava bons resultados até final de se-

tembro, em termos de produção de bens e serviços, quando se previa que o produto interno bruto poderia crescer 6,2% para o ano como um todo. Todavia, as pressões inflacionárias permaneciam firmes, principalmente através dos aumentos salariais e dos preços dos produtos importados.

O Reino Unido, que há alguns anos vem apresentando crescimento econômico bem abaixo da média dos demais países industrializados, tampouco teve em 1970 um ano muito favorável. Os prejuízos sofridos pela Inglaterra, em consequência de greves, superaram os do ano anterior e a inflação de custos constitui um dos mais sérios problemas com que se defrontaram os responsáveis pelas políticas fiscal e monetária do país.

A Itália, que nos últimos anos se vinha destacando pelo seu rápido crescimento econômico dentro do grupo dos países industrializados, vem sofrendo grandes prejuízos desde 1969, como decorrência de problemas políticos. Os movimentos grevistas continuaram a ser, em 1970, o principal responsável pelo menor crescimento da produção. Em agosto o governo italiano adotou medidas fiscais destinadas a transferir recursos do consumo para o investimento. De qualquer maneira o resultado de tal orientação se fará sentir somente no corrente ano mesmo assim se houver maior equilíbrio na área trabalhista.

Apesar de somente a partir de 1968/69 a inflação se haver tornado problema comum a maioria dos países industrializados, os Estados Unidos e o Canadá a conhe-

cem desde 1965. Os esforços de estabilização levados a efeito nesses dois países, através do controle da demanda, têm sido de certo modo inócuos, em função do desprêgo gerado ao mesmo tempo que as pressões de custo continuam a forçar novos reajustes dos preços. Nos últimos meses, entretanto, observou-se certo progresso em termos dos índices de preços por atacado nos Estados Unidos e dos índices de preços dos bens de consumo no Canadá. De qualquer modo, os acordos salariais continuam a ser firmados em bases incompatíveis com o crescimento da produtividade, o que certamente constituirá resistência básica à estabilização dos preços nesses países.

A eliminação dessas pressões inflacionárias em vários países industrializados é, sem dúvida, indispensável para um desempenho satisfatório da economia mundial a médio e longo prazos. Além dos Estados Unidos e Canadá, muitos outros países deverão exercer maior controle sobre o nível da demanda interna, caso desejem eliminar as fontes de inflação. Se não houver esforço comum por parte de todas as nações que sofrem presentemente o problema da inflação, inevitável será o prejuízo tanto no âmbito das desenvolvidas quanto no das subdesenvolvidas, em termos dos objetivos a longo prazo. As duas armas tradicionais utilizadas para debelar a inflação têm sido as políticas fiscal e monetária. Esses instrumentos não se têm revelado suficientes para neutralizar a espiral salários-preços, a não ser à custa de indesejáveis ônus sociais. Seria necessário, portanto, que essas políticas fossem complementadas por outra de renda, assim chamada toda a gama de medidas destinadas a influenciar os movimentos dos preços e dos salários em benefício do interesse comum.

Maior Equilíbrio nos Pagamentos Internacionais

A despeito da inflação, constataram-se em 1970 certos aspectos positivos na área dos pagamentos internacionais. Alguns países euro-

peus, em particular Reino Unido, França e Alemanha, apresentaram importantes melhorias no sentido de atingir maior equilíbrio nos seus balanços de pagamentos. Isso ajudou inclusive a restaurar a confiança no atual sistema monetário internacional, e a tranquilizar o mercado financeiro. Dentre os elementos que contribuíram para melhorar a situação monetária internacional, destacaram-se: a) utilização do mecanismo dos direitos especiais de saque como nova forma de criar reservas internacionais dentro de uma base racional; b) substanciais aumentos nas quotas do Fundo; e c) definição de uma política de compra de ouro da África do Sul.

Alguns países, entretanto, não conseguiram ainda, equilíbrio satisfatório nos seus pagamentos externos. É o caso do Canadá, que sofreu pressão monetária decorrente do rápido acúmulo de divisas, o que ocasionou a revisão, em maio, da taxa de paridade do dólar canadense.

Do ponto de vista do funcionamento do sistema monetário internacional, continuou sendo ponto básico o problema do déficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Normalmente os superávits das transações com mercadorias e serviços não foram suficientes para compensar as saídas de capital de longo prazo e os gastos do governo no exterior. Recentemente, contudo, a posição dos pagamentos correntes melhorou em função de medidas destinadas a restringir as importações, ao mesmo tempo que se verifica expansão da demanda por produtos americanos nos demais países. Em última análise, o funcionamento tranquilo atual do sistema de pagamentos internacionais depende fundamentalmente da estabilização do valor do dólar americano, já que ele continua sendo a principal base da liquidez internacional.

Um fator importante que tem contribuído para melhorar o equilíbrio dos pagamentos internacionais nos últimos anos é a maior flexibilidade das taxas de câmbio. Desde a valorização do marco alemão, a

questão da flexibilidade de câmbio é discutida mais abertamente por organismos financeiros internacionais. O sistema de paridades fixas estabelecido em Bretton Woods não se ajusta a certos tipos de desequilíbrios crônicos nos pagamentos internacionais. Considerações de natureza pragmática contribuíram, com o passar dos anos, para amoldar a política do FMI em relação aos ajustamentos das taxas de câmbio.

Muitos países, em desenvolvimento que sofrem de processo inflacionário crônico tiveram grandes prejuízos em decorrência da rigidez antes vigorante quanto à paridade cambial. O sistema era mantido quase sempre à custa de grandes perdas de divisas e severos controles internos, ambos com efeitos negativos sobre o desenvolvimento. A posição do Fundo não era clara até 1963 quando aceitou a proposta das Filipinas para adoção de sistema menos rígido de taxas de câmbio. Atualmente vários países têm procurado ajustar sua taxa de câmbio, sempre que isso se torne necessário, com bons resultados para o maior equilíbrio nos respectivos balanços de pagamentos.

Ação do Banco Mundial

No ano fiscal de 1970 o Banco Mundial realizou novos empréstimos e investimentos que totalizaram 2,3 bilhões de dólares, o que se compara favoravelmente com os 1,88 bilhão de 1969 e 1,0 bilhão em 1968. O ano recém-findo foi o segundo de um plano quinquenal do Banco que tem como meta dobrar o volume de operações no período 1969/73, relativamente ao quinquênio anterior. Tal objetivo será realizado se o Banco conseguir financiar projetos altamente prioritários que representam um total de 30 bilhões de dólares em investimento e dos quais cerca de 12 bilhões serão fornecidos por aquela instituição.

Nos últimos 2 anos as atividades do Banco Mundial têm-se voltado, com ênfase, para os projetos agrícolas que possam contribuir

para aumentar a oferta de alimentos no sentido de atender a uma população crescente, para incremento das exportações ou para fornecimento de matérias-primas ao setor industrial. Os projetos ligados ao setor agrícola aprovados pelo Banco Mundial em 1969 e 1970 receberam recursos equivalentes a 50% do total por ele destinado a esse mesmo setor desde sua fundação.

Os projetos educacionais também têm recebido atenção especial nos 2 últimos anos. A área geográfica de atuação do Banco foi bastante ampliada para atender a um número cada vez maior de países em desenvolvimento, ou mesmo alguns extremamente pobres, como é o caso dos africanos. Nesses dois anos o Banco financiou projetos em cerca de 60 países, boa parte dos quais não fora ainda contemplada com a ajuda financeira da instituição.

Um programa de alta prioridade para as nações que buscam o desenvolvimento e que o Banco tem procurado incrementar nos últimos anos é o das missões econômicas destinadas a assistir os países na formulação de estratégias de desenvolvimento.

O Banco Mundial financiou a elaboração de um relatório destinado a indicar algumas prioridades para um programa de desenvolvimento mundial. Esse trabalho ficou conhecido como "Relatório Pearson". Dentre a série de recomendações daquele documento pelo menos três foram particularmente enfatizadas: a) necessidade do estabelecimento de uma meta realista nos programas de ajuda externa para o desenvolvimento; b) melhoria na coordenação dos programas das diversas instituições voltadas para a causa do desenvolvimento; c) necessidade de medidas destinadas a reduzir os índices de crescimento demográfico em alguns países.

Quanto ao problema da ajuda externa, há que distinguir entre ajuda externa pura e simples e a *ajuda externa oficial*. As conferências das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento de 1964 e 1968 fizeram referência ao valor equiva-

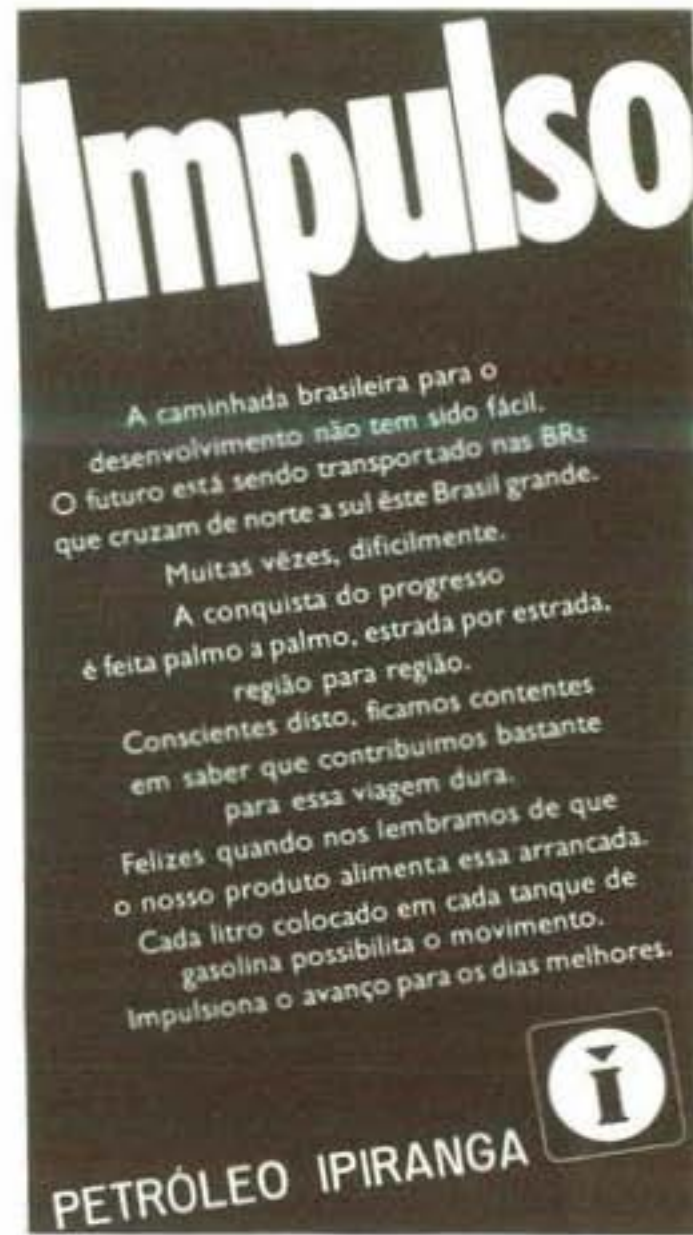
lente a 1% do PNB dos países desenvolvidos como a meta a ser atingida em termos quantitativos pelos programas de ajuda externa. A Comissão Pearson mostrou que essa meta chegou a ser superada em alguns anos, mas insiste que tal acontecimento não se deve considerar como resultado satisfatório. Isso porque se os capitais particulares podem mover-se para os mercados que oferecem maiores taxas de juros, eles dificilmente se destinam a financiamento de projetos de infraestrutura que são em geral os de maior prioridade nos países em desenvolvimento. A Comissão Pearson concluiu pois que a destinação de ajuda oficial aos países do terceiro mundo se reveste de importância primordial para o financiamento dos programas de desenvolvimento. Durante a década dos 60 essa ajuda oficial se reduziu à terça parte do que vigorava na década anterior, se tomada como proporção do Produto Nacional Bruto dos países desenvolvidos. A Comissão sugeriu que se fixasse como meta que até meados da presente década a *ajuda externa oficial* dos países desenvolvidos atingisse a proporção de 0,7% do seu PNB conjunto. Isso — se levado à prática — exigirá um esforço bastante vigoroso, pois atualmente essa ajuda se situa em torno de 0,3% do total do PNB dos países industrializados.

A ajuda oficial por parte dos Estados Unidos situou-se abaixo de 0,3% do seu PNB em 1970, contra 2,79% em 1949, quando se iniciava o plano Marshal de recuperação da Europa. A maioria dos países desenvolvidos reconhece que a recomendação da Comissão Pearson deve ser um dos objetivos a serem atingidos na década dos 70, sem o que não se pode pensar em justiça social em termos amplos. Basta apenas lembrar que os Estados Unidos, com população correspondente a 6% do total mundial, consome cerca de 40% da produção dos bens e serviços do mundo.

Lembra ainda o relatório a necessidade de maior coordenação nos programas de desenvolvimento com vistas a eliminar a duplicação de esforços. Caberia ao Conselho

Econômico e Social da O.N.U. promover conferência objetivando aglomerar as diversas agências internacionais de desenvolvimento para se obter melhor entrosamento entre elas com o fim de se alcançar maior eficiência geral.

Outro aspecto particularmente enfatizado refere-se à necessidade de se generalizarem os programas de planejamento demográfico. O excessivo crescimento populacional é responsável pela frustração do desenvolvimento em muitos países onde os ganhos em termos de crescimento econômico são diluídos pela forte explosão demográfica. Lembra o relatório que, apesar dos esforços que já se realizam nesse setor, em muitos países o volume de recursos a ele destinados ainda está bastante aquém do desejável. Em 1970, 22 países da Ásia, África e América Latina, representando cerca de 70% da população desses continentes, tinham programas oficiais de demografia. Na maioria deles, contudo, tais programas não atingiram ainda grau satisfatório de desenvolvimento e em muitos casos o apoio oficial é apenas nominal e não efetivo.



Impulso


A caminhada brasileira para o desenvolvimento não tem sido fácil. O futuro está sendo transportado nas BRs que cruzam de norte a sul este Brasil grande.

Muitas vezes, dificilmente. A conquista do progresso é feita palmo a palmo, estrada por estrada, região para região.

Conscientes disto, ficamos contentes em saber que contribuimos bastante para essa viagem dura.

Felizes quando nos lembramos de que o nosso produto alimenta essa arrancada. Cada litro colocado em cada tanque de gasolina possibilita o movimento. Impulsiona o avanço para os dias melhores.

PETRÓLEO IPIRANGA



BANCO FINASA DE INVESTIMENTO S.A.

MATRIZ: RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 317 — SÃO PAULO

AGÊNCIA: AVENIDA RIO BRANCO, 123 — RIO DE JANEIRO

RUA Dr. MURICI, 653 — CURITIBA

RUA DOS ANDRADAS, 1.170 — PORTO ALEGRE

Carta de Autorização n.º A-1.825/66 de 29-9-66 — C.G.C. n.º 60.664.844

CAPITAL E RESERVAS Cr\$ 38.043.389,71

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

| DEBITO | CRÉDITO | ATIVO | PASSIVO |
|---|---|---|--|
| DESPESAS GERAIS Honorários da Diretoria e Conselho de Administração..... 114.520,00 Salários, Gratificações e Pagamentos por Serviços Prestados..... 989.640,12 Despesas Diversas..... 1.587.829,52 2.701.789,60 GASTOS DE MATERIAL 190.909,97 IMPOSTOS 643.544,06 CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE DEPÓSITOS A PRAZO FIXO 10.902.838,28 PERDAS DIVERSAS 287.877,18 AMORTIZAÇÃO DO ATIVO Fundo de Amort. de Móveis e Utensílios..... 31.703,02 Fundo de Amortização de Instalações..... 6.771,41 Fundo de Amortização de Imóveis..... 20.338,87 58.812,30 SUBTOTAL 14.805.800,44 FUNDO DE RESERVA LEGAL 317.047,37 FUNDO DE PROVISÃO 6.150.000,00 OUTRAS RESERVAS 1.105.106,27 DIVIDENDOS AOS AÇÕESISTAS Açõesistas Residentes no País Dividendo de Cr\$ 0,05 por ação..... 898.437,20 Açõesistas Residentes no Exterior: Dividendo de Cr\$ 0,05 por ação..... 628.572,80 1.525.000,00 PERCENTAGEM À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 624.894,74 SALDO QUE SE TRANSFERE PARA O EXERCÍCIO SEQUENTE 30.447,94 24.227.495,79 | SALDO NÃO DISTRIBUÍDO NO EXERC. ANTERIOR 20.760,90 RECEITA DE JUROS 5.515,57 COMISSÕES 2.179.852,78 LUCROS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 4.028.873,96 CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE EMPRÉSTIMOS 11.809.219,00 REVERSÃO DO CRÉDITO FEITO AO FUNDO DE PROVISÃO EM 30-6-70 3.000.000,00 REVERSÃO DO FUNDO DE AMOR. DE IMÓVEIS 30.338,87 OUTRAS RENDAS 74.274,53 RECUPERAÇÃO DE PREJUÍZOS LANÇADOS EM "LUCROS E PERDAS" 78.873,43 24.227.495,79 | A — DISPONÍVEL Banco Conta de Movimento..... 7.821.081,08 Em Outras Expirações..... 420,00 7.821.501,08 B — REALIZÁVEL Banco Central do Brasil Doc. Lei 450/64..... — Dev. por Resp. Cambial com Correção..... 87.921.286,52 Dev. por Refinanciamento FINAME..... 1.287.946,83 Empréstimos com Correção Monetária..... 121.347.089,77 Respostas de Obrigações em Moeda Estrangeira — Resolução 63..... 44.760.723,57 Capital a Realizar..... — Outras Créditos..... 12.155.065,30 Agências no País..... 72.308,18 Indivíduo para Uso Futuro..... 3.388.484,18 290.813.095,25 Títulos e Valores Mobiliários Ações e Debênturas..... 10.907.894,41 Outros Valores..... 21.308.244,37 283.029.204,03 C — IMOBILIZADO Edifício de Uso do Banco..... 1.200.507,20 Móveis e Utensílios..... 844.545,28 Material de Expediente..... 144.366,08 Reservação de Ativo Imobilizado Lei 4.357 de 16-7-64..... 1.180.866,84 Instalações..... 124.246,47 3.449.471,87 D — RESULTADOS PENDENTES Contas de Resultados, Inclusive Correção Monetária de Exercícios Fut. 11.282.418,51 E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO Ações Quotidianas..... 380,00 Cobrança por Conta de Terceiros..... 3.040.001,82 Valores em Garantia..... 384.145.407,70 Outras Contas..... 40.357.535,96 Fundo de Investimento FINASA-157..... 27.000.372,80 Fundo de Investimento FINASA..... 4.849.792,59 439.205.490,77 764.882.056,86 | F — NÃO EXIGÍVEL Capital Residentes no País 13.328.544,00 Residentes no Ext. 8.371.456,00 22.000.000,00 Fundo de Reserva Legal..... 1.729.818,08 Fundo de Provisão..... 10.850.000,00 Fundo de Amortização de Ativos..... 215.428,81 Fundo de Indenizações Trabalhistas Lei 4.357 de 16-7-64..... 10.000,00 Correção Monetária do Ativo Lei 4.357 de 16-7-64..... 1.134.372,81 Outras Reservas..... 1.792.073,27 Fundo de Reserva para Aumento de Capital — Doc. Lei 238/67..... 9.294,88 33.043.389,71 G — EXIGÍVEL Títulos Cambiais com Correção..... 71.306.222,50 Refinanciamento FINAME..... 1.255.656,72 Depósitos a Prazo Fixo com Correção 115.329.621,53 Obrigações em Moeda Estrangeira Resolução 63..... 45.032.940,90 Outras Créditos..... 13.830.813,24 Agências no País..... 62.332,80 Dividendos a Pagar..... 1.125.000,00 248.133.386,48 H — RESULTADOS PENDENTES Contas de Resultados, Inclusive Correção Monetária de Exercícios Fut. 19.309.819,70 I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO Cargos da Diretoria..... 380,00 Créditos por Títulos em Cobrança..... 3.040.001,82 Depos. de Valores em Garantia..... 384.145.407,70 Outras Contas..... 40.357.535,96 Depósitos do Fundo de Investimento FINASA-157..... 27.000.372,80 Depósitos do Fundo de Investimento FINASA..... 4.849.792,59 439.205.490,77 764.882.056,86 |

São Paulo, 4 de Junho de 1971

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(a) Adolpho de Oliveira Franco
(a) Eduardo Cato da Silva Prado
(a) Ernst Gunther Lippke
(a) Fernando Machado Portella
(a) Gastão Vidigal Baptista Pereira
(a) J. M. Pinheiro Neto

(a) João Pedro Gouveia Vieira
(a) Jorge Amorim Baptista da Silva
(a) José Pereira Fernandes
(a) Leonidas Lopes Bello
(a) Lucas Nogueira Garçon
(a) Lucien Marc Moser

(a) Miguel Reale
(a) Nicolau Moraes Barros Filho
(a) Phillip B. Fisher Jr.
(a) Sebastião Aguiar de Souza
CRC SP — n.º 30.849
Técnico em Contabilidade

São Paulo, 4 de Junho de 1971

(a) Gastão Eduardo de Buenos Vidigal — Presidente
(a) Jorge Wallace Simonson — Vice-Presidente
(a) Wilton Pass de Almeida Filho — Vice-Presidente

(a) Celmino Antonio Ribeiro — Vice-Presidente Executivo
(a) João Gustavo Haenel — Superintendente
(a) Angelo Marcos Balduino Frederico — Diretor Executivo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal do Banco Finasa de Investimento S.A. no desempenho de suas funções legais, tendo examinado o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e demais contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1970, encontrando tudo em ordem, são de parecer que os mesmos devem ser aprovados pela assembleia geral dos senhores acionistas.

São Paulo, 4 de Junho de 1971

Armando Freire de Mattos Barreto Fábio Luiz Alves Lima Mauro Lindenborg monteiro José Ernildo de Moraes Filho Marcos Vieira da Cunha

Mecanismo Internacional de Pagamentos: Retrospecto

Segundo os últimos dados disponíveis, a economia mundial, em relação ao volume das suas reservas monetárias, apresentou em 1970 (janeiro/junho) um acréscimo da ordem de US\$ 6,345 bilhões (7,9%) no confronto com igual período de 1969. Esse aumento de liquidez vem-se revelando contínuo; todavia, vincula-se mais ao incremento de divisas oriundo dos países de economia líder que propriamente ao aumento do estoque de ouro para fins monetários (Tabela I).

A continuidade dessa situação seria realmente incômoda, pois o ouro, constituindo ainda uma "reliquia bárbara" (como dizia Keynes), não perdeu a magia herdada dos idos tempos do padrão-ouro. E se, no sistema econômico doméstico moderno, cedeu lugar ao padrão-papel, no âmbito da economia internacional — por não ter sido ainda possível criar um banco emissor cuja moeda fôsse completamente desvinculada do metal — vem mantendo posição de destaque como moeda de reserva por excelência para proceder à liquidação dos saldos deficitários de balanços de pagamentos.

Assim, a vinculação que mantém por força institucional com outras moedas de reserva (convertíveis) tem propiciado ao mecanismo internacional de pagamentos situações relativamente rígidas e motivadoras de periódicas crises financeiras mundiais.

O âmago do problema está fundamentalmente no fato de os Esta-

Tabela I — Evolução das Reservas Internacionais — Ouro e Divisas — US\$ Bilhões

| Anos | Ouro | Índice | Divisas | Índice |
|----------|--------|--------|---------|--------|
| 1965 | 41,855 | 100,0 | 28,855 | 100,0 |
| 1966 | 40,905 | 97,7 | 31,395 | 108,8 |
| 1967 | 39,505 | 94,4 | 34,550 | 119,7 |
| 1968 | 38,935 | 93,0 | 38,005 | 131,7 |
| 1969 | 39,125 | 93,5 | 38,455 | 133,3 |
| 1970 (*) | 39,080 | 93,4 | 44,595 | 154,5 |

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

(*) Jan./jun.

Obs.: Inclui Iugoslávia e exclui área do COMECON.

dos Unidos, por motivos de ordem econômica e também política, não poderem desvalorizar o dólar ao nível condizente com a procura e oferta de ouro no mercado dada a posição de "moeda chave" que o dólar desfruta, pois, tal procedimento, poderia criar sérios embargos aos países com grandes reservas nesta moeda.

De fato, a cotação do metal precioso estabelecida para fins monetários (US\$ 35,00 por onça "Troy", isto é, 28,3495 gramas), tem estado aquém do preço estabelecido no mercado livre. Daí por que essa dualidade de preços de mercado vem constituindo forte razão para que o metal seja carregado preferencialmente para o atendimento das necessidades do setor industrial.

Visando o término das especulações sobre as reservas oficiais provenientes dessa situação, os países que se associaram no chamado Clube do Ouro, através de um "gentle-

men's agreement", se comprometeram a não conceder conversibilidade para as suas moedas com outros fins que não o de operações entre bancos centrais. Todavia, se, no particular, o instrumento evitou a sucessão de crises, não foi, entretanto, suficiente para impedir que as pressões se transferissem diretamente às moedas dos países de economias líderes, onde se presenciava a movimentação de grandes recursos para atender a especulações sobre alterações na paridade da moeda, sobre ganhos provenientes de diferenças de taxas de juros (hot money) e sobre compras de ouro nos mercados livres de Londres e Paris.

Assim, a frequência com que se vem repetindo esse trânsito de recursos causadores de impactos negativos nas reservas e nas políticas monetárias internas dos países de economia líder já é indicio de desconfiança no mecanismo internacional de pagamentos. A causa, in-

vocada pelos economistas, estaria no descompasso acelerado que se observa entre o crescimento do comércio mundial frente à evolução das reservas mundiais que propiciam o livre fluxo das trocas e a liquidez internacional (Tabela II).

Face à necessidade urgente de corrigir essa situação, foi introduzido no sistema internacional de pagamentos um novo mecanismo, o dos Direitos Especiais de Saque, cuja significação principal é o suprimento adicional com nova faixa de meios de pagamento, que permite repartir com o ouro, o dólar e outras moedas de reserva a responsabilidade pela fluidez das trocas internacionais. Esse novel instrumento veio proporcionar, a partir do ano findo, recursos superiores a 10 bilhões de dólares que os países membros do FMI passaram a possuir no organismo, na proporção de sua quota subscrita.

Notadamente, com relação à posição das reservas dos EUA — país que mantém a hegemonia mundial graças à pujança de sua economia (em 1970, o PIB e o intercâmbio comercial, neste compreendido o somatório das importações e exportações, atingiram cifras em torno de 960 e 80 bilhões de dólares, respectivamente) — o resultado do exercício findo registra ganho em relação a 1969 e continuidade no processo de recuperação que se iniciou a partir de 1967, quando as disponibilidades americanas alcançaram o seu mais baixo nível: US\$ 14,830 bilhões (Tabela III).

Aliás, a melhoria da posição dos EUA no particular tem suas raízes, em boa parte, nas medidas restritivas levadas a efeito pelo governo na área fiscal e monetária, com vistas, principalmente, à redução gradual do processo inflacionário e conseqüente eliminação dos deficits do balanço de pagamentos.

A explicação da urgência do estabelecimento dessas medidas emerge do simples cotejo da situação das reservas dos Estados Unidos que, abrangendo atualmente 39% dos recursos dos países industrializados, se situavam no início da década de 60 ao nível de 70% (Tabela III). Desde então, um

Tabela II — Evolução da Liquidez e do Comércio Mundial — US\$ Bilhões

| Anos | Reservas | Índice | Exportações | Índice |
|----------|----------|--------|-------------|--------|
| 1965 | 70,710 | 100,0 | 165,400 | 100,0 |
| 1966 | 72,300 | 102,2 | 181,300 | 109,6 |
| 1967 | 74,055 | 104,7 | 190,600 | 115,2 |
| 1968 | 76,940 | 108,8 | 212,900 | 129,7 |
| 1969 | 77,580 | 109,7 | 243,000 | 146,9 |
| 1970 (*) | 83,675 | 118,3 | 279,700 | 191,1 |

Fonte: Fundo Monetário Internacional — IFS.

(*) Jan./jun.

Obs.: Inclui Iugoslávia e exclui área soviética.

profundo processo de descapitalização se operou nas suas reservas, o que, em boa parte, traduz o ônus pela manutenção da hegemonia mundial no campo econômico, político e militar.

No que tange ao nível dos preços, a economia americana, a partir de 1966, começou a sofrer os efeitos de um surto inflacionário que elevou os preços em cerca de 3% a mais naquele ano, 4,6% em 1967 e 6,1% em 1969. Para 1970, as estimativas estariam em torno de 5,7%. Essa queda relativa na taxa decorre de um elenco de medidas tomadas pelas autoridades monetárias, a saber: cortes orçamentários, aumento de impostos, restrições de crédito, controle sobre as saídas de capitais, minimização da ajuda externa, redução de

tetos de juros auferidos sobre os Certificados de Depósitos de recursos tomados no mercado interno e instituição de recolhimento compulsório de 10% sobre as operações vinculadas ao mercado do eurodólar.

Com referência às imposições ao mercado do eurodólar, as providências visam a desestimular os bancos comerciais na captação de recursos adicionais no exterior por conta das matrizes de suas subsidiárias, especialmente na Europa, para dar continuidade aos seus investimentos domésticos. Evidentemente, essas operações no mercado interno teriam o efeito de expandir os meios de pagamento e, com isso, contrariar toda a política do Federal Reserve para conter o surto inflacionário.

Tabela III — Liquidez Internacional — Evolução das Reservas dos Estados Unidos e Países Industrializados — US\$ Bilhões

| Anos | E.U.A. (A) | Índice | Países Industrializados (B) | Índice | A/B |
|---------|------------|--------|-----------------------------|--------|------|
| 1960 | 19,359 | 100,0 | 27,753 | 100,0 | 69,8 |
| 1961 | 18,753 | 96,9 | 30,311 | 109,2 | 61,9 |
| 1962 | 17,220 | 89,0 | 31,984 | 115,2 | 53,8 |
| 1963 | 16,843 | 87,0 | 33,964 | 122,4 | 49,6 |
| 1964 | 16,673 | 86,1 | 35,669 | 128,5 | 46,7 |
| 1965 | 15,450 | 79,8 | 38,116 | 137,3 | 40,5 |
| 1966 | 14,881 | 76,9 | 39,210 | 141,3 | 40,0 |
| 1967 | 14,830 | 76,6 | 40,361 | 145,4 | 36,7 |
| 1968 | 15,710 | 81,2 | 39,933 | 143,9 | 39,3 |
| 1969 | 16,058 | 82,9 | 38,290 | 138,0 | 41,9 |
| 1970(*) | 16,328 | 84,3 | 41,504 | 149,5 | 39,3 |

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

(*) Jan./jun.

Obs.: Exclui área soviética.

Aliás, o desenvolvimento muitas vezes de caráter especulativo dessas transações determinou que alguns países da Europa Ocidental — que mais se ressentem de tais negócios — tomassem também medidas a fim de evitar a transferência de seus recursos internos para aquele mercado. Dentro dessa política, foram elevadas as taxas de redesconto da maioria dos países cujas economias estavam fortemente sujeitas ao choque das mencionadas operações, bem como instituídas sobretaxas e limitações à fluência desses recursos para o referido mercado, tendo em vista as taxas de juros mais altas estabelecidas no mercado do eurodólar (Tabelas IV e V).

Dentro desse contexto se inseriu a economia mundial no ano findo, particularmente com relação a seus meios de pagamento para proporcionar fluidez ao comércio. E ao raiar da nova década, verificase que é intensa a procura de uma saída para o impasse. As medidas tomadas nas reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional, a rigor, visam apenas soluções de curto prazo. A longo prazo os problemas de liquidez jazem em estado latente e poderão a qualquer momento evoluir em sérias crises.

Todavia, a solução virá quando o FMI se transformar definitivamente em banco emissor, institucionalizando um mecanismo de pa-

Tabela IV — Evolução das Taxas de Descontos — Bancos Centrais dos Principais Países Industrializados

| Países | 1965 | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 |
|--------------------|------|------|------|------|------|------|
| E.U.A. | 4,50 | 4,50 | 4,50 | 5,50 | 6,00 | 6,0 |
| Canadá | 4,75 | 5,25 | 6,0 | 6,5 | 8,0 | 7,0 |
| Alemanha Ocidental | 4,0 | 5,0 | 3,0 | 3,0 | 6,0 | 7,0 |
| Reino Unido | 6,0 | 7,0 | 8,0 | 7,0 | 8,0 | 7,0 |
| Itália | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 5,8 | 5,5 | 5,5 |
| Japão | 5,48 | 5,48 | 5,84 | 5,84 | 6,25 | 6,0 |

Fonte: Fundo Monetário Internacional — IFS.

Tabela V — Taxas de Juro — Mercado Financeiro e Eurodólar

| Países | 1965 | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 |
|---------------|------|------|------|------|------|------|
| E.U.A. | 3,95 | 4,88 | 4,33 | 5,35 | 5,69 | 5,47 |
| Canadá | 3,97 | 5,0 | 4,6 | 5,74 | 7,17 | 5,79 |
| Reino Unido | 5,91 | 6,1 | 5,82 | 7,04 | 7,63 | 6,87 |
| Bélgica | 3,14 | 3,89 | 3,22 | 2,86 | 5,28 | 6,34 |
| França | 4,17 | 4,79 | 4,77 | 6,21 | 8,97 | 8,57 |
| Alemanha | 4,11 | 5,35 | 3,35 | 2,58 | 4,81 | 6,86 |
| Países-Baixos | 3,87 | 4,74 | 4,57 | 4,46 | 5,55 | 6,00 |
| Suíça | 2,63 | 3,18 | 2,71 | 2,25 | 3,26 | 3,80 |
| Eurodólar | 5,53 | 6,12 | 6,00 | 7,14 | 9,76 | 9,40 |

Fonte: Fundo Monetário Internacional — IFS.

gamentos desvinculado do ouro e possuidor de elasticidade suficiente para permitir o livre fluxo das correntes do comércio internacional sem o impacto de crises periódicas. Mas quais serão os proble-

mas que advirão desse procedimento? Uma consequência seria quase certa: o ouro perderia a sua majestade e, possivelmente, disputaria com outros metais a condição de ser o mais brilhante.

SOUZA CRUZ — ALGUNS NÚMEROS

Vejam os dados da Cia. de Cigarros Souza Cruz — uma das 10 maiores sociedades de capital aberto do país — vem participando da atividade econômica nacional nos últimos 68 anos.

a) Do total da arrecadação nacional, 12% são recolhidos através da Souza Cruz. Sôzinha, ela canaliza para os cofres públicos, sob a forma de impostos e taxas, cifra superior à soma das arrecadações de alguns estados brasileiros: cerca de 12% do total nacional. E esse dinheiro não só beneficia o país como um todo (sob a forma de I.P.I.), como ajuda diretamente os estados e municípios (na forma de I.C.M.). Além, é claro, do imposto de renda que ela paga. E mais no caso do I.P.I., o prazo de recolhimento é o mais curto dentre todos os estabelecidos para os diferentes setores industriais. O que representa tempo multiplicando dinheiro, em função da rapidez do recolhimento.

b) Além dos 35 milhões investidos em 84 empresas das áreas da SUDENE e da SUDAM,

favorecendo 12 estados e um território, a Souza Cruz destinou, no último exercício, novos milhares de cruzeiros a diferentes projetos no setor do turismo e da pesca, já submetidos à EMBRATUR, SUDENE-TURISMO e SUDEPE.

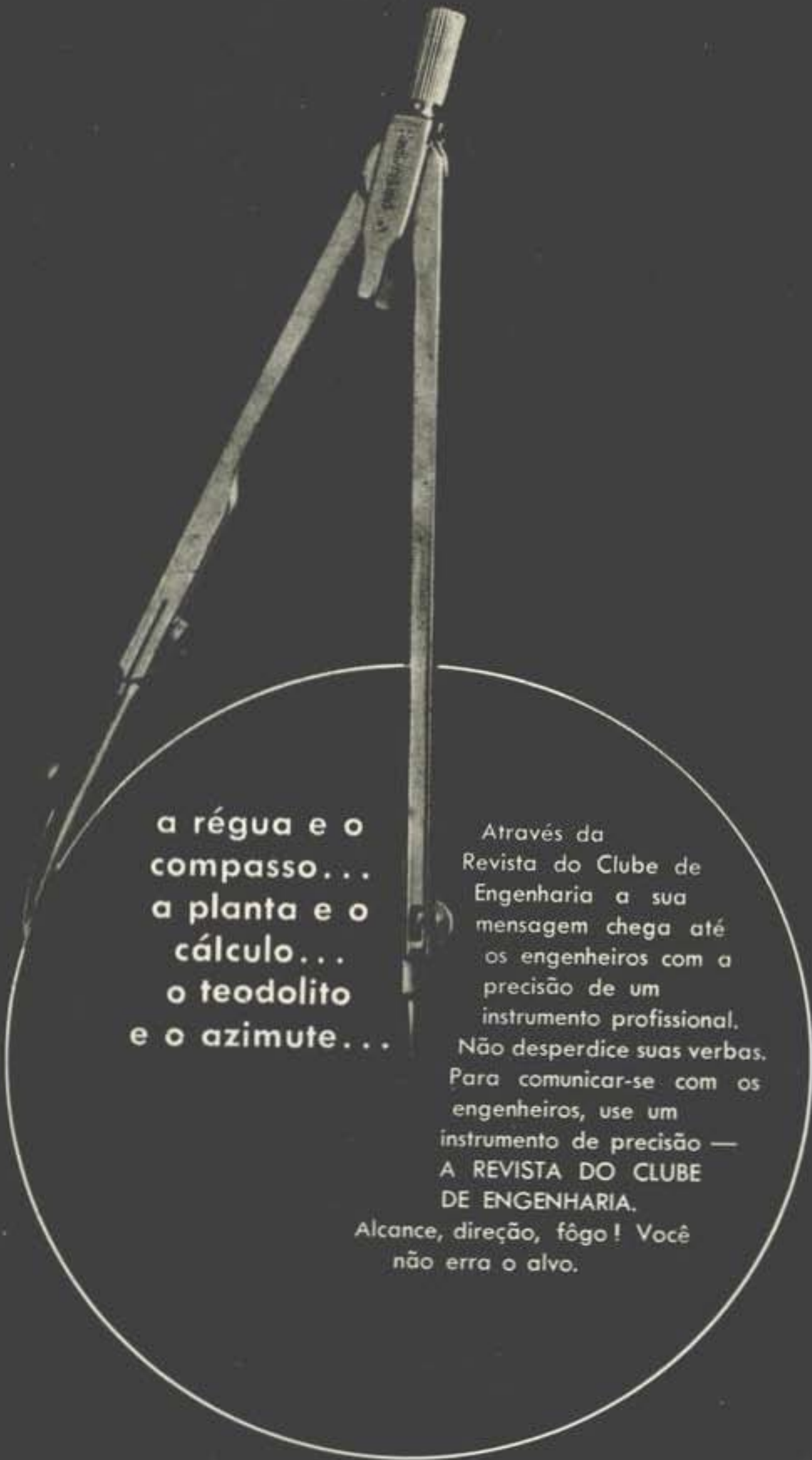
c) O controle de qualidade é um ponto de fundamental importância para ela, que nos laboratórios de suas fábricas realiza intensas pesquisas físico-químicas, com o propósito de não só manter como aperfeiçoar a qualidade dos seus produtos.

d) Mais de 30.000 plantadores de fumos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, recebem assistência técnica da Souza Cruz. Centenas de instrutores da empresa orientam o plantio de fumo, o adubamento, a defesa das plantações e a conservação do solo. Este apoio é também de caráter financeiro, pois, além de despendir, no último exercício, quase Cr\$ 10 milhões na assistência direta aos plantadores, a Companhia investiu acima de Cr\$ 61 milhões, pagos à vista, na compra das safras,

RESERVAS BRITÂNICAS AUMENTAM EM 24 MILHÕES DE DÓLARES

Apesar do pagamento do equivalente a 264 milhões de dólares, de juros e principal, aos Estados Unidos e ao Canadá, as reservas oficiais da Grã-Bretanha, e ouro, divisas e direitos especiais de retiradas, aumentaram em 24 milhões de dólares em dezembro/70, fixando-se em 2 bilhões e 827 milhões de dólares no fim do mês.

As cifras anunciadas pelo Tesouro britânico sugerem que o afluxo total líquido de divisas à Grã-Bretanha em dezembro foi de, pelo menos, 288 milhões de dólares. Pelo 2.º mês consecutivo o afluxo líquido aparente superou a saída dos 240 milhões de dólares.



a régua e o
compasso...
a planta e o
cálculo...
o teodolito
e o azimute...

Através da
Revista do Clube de
Engenharia a sua
mensagem chega até
os engenheiros com a
precisão de um
instrumento profissional.
Não desperdice suas verbas.
Para comunicar-se com os
engenheiros, use um
instrumento de precisão —
A REVISTA DO CLUBE
DE ENGENHARIA.

Alcance, direção, fôgo! Você
não erra o alvo.

REVISTA DO CLUBE DE
ENGENHARIA

Tel.: 222-1651 Av. Rio Branco, 124/21

O Censo Demográfico de 1970 - Resultados Preliminares

Em 21-12-70, ou seja, menos de 120 dias após o início do "Censo Geral de 1970" o Ministro do Planejamento e Coordenação Geral divulgava a "Exposição de Motivos nº 235", dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da República, apresentando os resultados preliminares do "Censo Demográfico". Esses resultados foram divulgados em tempo recorde.

O Censo de 1970 foi levado a efeito em melhores condições que os anteriores graças ao aprimoramento dos meios de comunicação e transportes, além do planejamento e mecanização dos serviços.

Surpresas e decepções vamos encontrar nesses dados, pois certas estimativas feitas há 2 anos foram confirmadas, outras ultrapassadas, mas algumas não atingiram aquelas previsões que tomaram por base a data de 1-7-68.

Resultados Globais

Segundo dados preliminares, o Brasil conta, atualmente, com ... 92 237 570 habitantes, ou seja, 300 mil a menos do que se estimara em 1-7-68.

A população brasileira, a partir dos dados do Censo de 1872, vem crescendo ininterruptamente, quase sempre a taxas elevadas: de ... 9 930 478 habitantes em 1872, evoluímos para 14 333 915 em 1890; para 17 438 434 em 1900; 51 944 397 em 1950; 70 967 185 em 1960; e, finalmente, 92 237 570 em 1970.

Depreende-se das cifras anteriores que a taxa média anual de crescimento da população brasileira, nos períodos intercensitários, variou largamente: esteve compreendida entre o mínimo de 1,5% no período 1920/40 e o máximo de 3,17% na década dos 50.

A taxa média anual de crescimento, que se vinha acelerando desde o período 1920/40, arrefeceu entre 1960 e 1970, em comparação com a do período imediatamente anterior: 2,66% entre 1960 e 1970, contra 3,17% entre 1950 e 1960. Essa queda no ritmo de crescimento é fator importante para melhoria do nível de vida da população, pois tende a elevar a relação entre os economicamente ativos e os dependentes (não produtivos), isto é, a reduzir o "ônus demográfico".

A renda *per capita*, por seu turno, mostra melhoria, de vez que todas as suas projeções supunham a população crescendo a 3% a.a. Mantida a atual tendência de queda no ritmo de crescimento populacional, poderemos dobrar a renda *per capita* em prazo bem mais curto que o até então estimado.

Do ponto de vista da política econômica global, esta menor taxa de crescimento populacional exercerá grande influência, porquanto muitos dos planos econômicos foram elaborados sob a hipótese de a população estar crescendo a cerca de 3% a.a. Dêse modo, tais planos deverão ser reformulados no que se refere a este

parâmetro e recalculadas as metas.

As explicações para a queda do ritmo de crescimento, segundo alguns técnicos, se deve basicamente a: processo de urbanização, maior controle (espontâneo) da natalidade e mudança na mentalidade da população que procura obter melhor padrão de vida para o grupo familiar.

Aspectos Regionais

As regiões Sudeste e Sul vêm acusando, desde 1872, participação crescente em relação ao total da população, enquanto o Nordeste mostra declínio constante. Assim, em 1872, a região Nordeste era detentora de 46,25% da população brasileira, contra 48,81% nas regiões Sul e Sudeste, tomadas em conjunto. Nos censos seguintes as participações relativas do Nordeste, Sudeste e Sul eram, respectivamente, as seguintes: 46,25, 40,50 e 7,68 em 1872; 41,70, 42,70 e 10,04 em 1890; 38,50, 44,80 e 10,57 em 1900; 36,60, 44,60 e 11,62 em 1920; 35,00, 44,50 e 13,90 em 1940; 34,60, 43,30 e 15,21 em 1950; 31,60, 43,60 e 16,89 em 1960; e finalmente 30,06, 43,00 e 17,70 em 1970.

A população nordestina em 1872, quando a economia brasileira se baseava primordialmente na produção de algodão, açúcar, gado e fumo, superava em cerca de 15% a da região Sudeste e equivalia a 6 vezes à do Sul.

Em 1970 o Sudeste possui população cerca de 45% superior à

Tabela I - Brasil - População Recenseada - 1872-1970

| Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação | População na data dos Recenseamentos | | | | | | | | o/o sobre o total do Brasil | | | | | | | |
|---|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | Números absolutos (habitantes) | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1-8-1872 | 31-12-1890 | 31-12-1900 | 1-9-1920 | 1-9-1940 | 1-7-1950 | 1-9-1960 | 1-9-1970 | 1872 | 1890 | 1900 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 |
| NORTE | 332 817 | 476 370 | 695 112 | 1 439 052 | 1 462 420 | 1 844 655 | 601 519 | 3 156 095 | 3,35 | 3,32 | 3,99 | 4,70 | 3,55 | 5,53 | 3,67 | 3,42 |
| Rondônia (1) | — | — | — | — | — | 36 935 | 77 083 | 95 311 | — | — | — | — | — | 0,07 | 0,10 | 0,10 |
| Acre | — | — | — | 92 379 | 79 768 | 114 755 | 160 208 | 203 900 | — | — | — | 0,30 | 0,19 | 0,22 | 0,23 | 0,22 |
| Amazonas (1) | 57 610 | 147 915 | 249 756 | 363 166 | 438 008 | 514 099 | 721 215 | 714 803 | 0,58 | 1,03 | 1,43 | 1,19 | 1,06 | 0,99 | 1,02 | 0,87 |
| Roraima (1) | — | — | — | — | — | 18 116 | 29 489 | 40 855 | — | — | — | — | — | 0,03 | 0,04 | 0,04 |
| Pará (1) | 275 237 | 328 455 | 445 356 | 983 507 | 944 744 | 1 123 273 | 1 550 935 | 1 984 745 | 2,77 | 2,29 | 2,56 | 3,21 | 2,30 | 2,17 | 2,18 | 2,15 |
| Amapá | — | — | — | — | — | 37 477 | 68 889 | 116 481 | — | — | — | — | — | 0,07 | 0,10 | 0,13 |
| | 4 638 560 | 6 002 047 | 6 749 507 | 11 245 921 | 14 434 080 | 17 973 413 | 22 428 873 | 28 182 117 | 46,25 | 41,70 | 38,50 | 36,60 | 35,00 | 34,60 | 31,60 | 30,06 |
| NORDESTE | 359 040 | 430 854 | 499 308 | 874 337 | 1 235 169 | 1 583 248 | 2 492 139 | 2 883 211 | 3,62 | 3,01 | 2,86 | 2,85 | 3,00 | 3,05 | 3,51 | 3,10 |
| Maranhão | 202 222 | 267 609 | 334 328 | 609 003 | 817 601 | 1 045 696 | 1 263 368 | 1 735 568 | 2,04 | 1,87 | 1,97 | 1,99 | 1,98 | 2,01 | 1,78 | 1,88 |
| Piauí | 721 686 | 805 687 | 849 127 | 1 319 228 | 2 091 032 | 2 695 460 | 3 337 856 | 4 440 286 | 7,26 | 5,62 | 4,87 | 4,31 | 5,07 | 5,19 | 4,70 | 4,80 |
| Ceará | 233 979 | 268 273 | 274 317 | 537 135 | 768 018 | 967 921 | 1 157 258 | 1 603 094 | 2,36 | 1,87 | 1,57 | 1,75 | 1,86 | 1,86 | 1,63 | 1,74 |
| Rio Grande do Norte | 376 226 | 457 232 | 490 784 | 961 106 | 1 422 282 | 1 713 259 | 2 018 023 | 2 383 518 | 3,79 | 3,19 | 2,81 | 3,14 | 3,45 | 3,30 | 2,84 | 2,56 |
| Paraíba | 841 539 | 1 030 224 | 1 178 150 | 2 154 835 | 2 688 240 | 3 395 185 | 4 136 900 | 5 208 011 | 8,47 | 7,18 | 6,77 | 7,04 | 6,52 | 6,54 | 5,83 | 5,65 |
| Pernambuco | — | — | — | — | — | 581 | 1 389 | 1 239 | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Fernando de Noronha | 348 009 | 511 440 | 649 273 | 978 748 | 951 300 | 1 093 137 | 1 271 062 | 1 606 165 | 3,50 | 3,57 | 3,72 | 3,19 | 2,31 | 2,10 | 1,80 | 1,74 |
| Alagoas | 176 943 | 310 926 | 356 264 | 477 064 | 542 326 | 644 361 | 760 273 | 900 119 | 1,77 | 2,17 | 2,04 | 1,56 | 1,31 | 1,24 | 1,07 | 0,98 |
| Sergipe | 1 379 616 | 1 919 802 | 2 117 956 | 3 334 465 | 3 918 112 | 4 834 575 | 5 990 605 | 7 420 906 | 13,89 | 13,39 | 12,15 | 10,87 | 9,50 | 9,31 | 8,44 | 8,15 |
| Bahia | 4 016 922 | 6 104 384 | 7 824 011 | 13 654 934 | 18 345 831 | 22 548 494 | 30 672 135 | 39 584 318 | 40,50 | 42,70 | 41,80 | 44,60 | 44,50 | 43,30 | 43,60 | 43,00 |
| SUDESTE | 2 039 735 | 3 184 090 | 3 594 471 | 5 888 174 | 6 736 446 | 7 717 792 | 9 798 880 | 11 279 872 | 20,55 | 22,21 | 20,61 | 19,22 | 16,34 | 14,86 | 13,81 | 12,25 |
| Minas Gerais | 82 137 | 135 997 | 209 783 | 457 328 | 750 107 | 861 562 | 1 188 555 | 1 597 389 | 0,83 | 0,95 | 1,20 | 1,49 | 1,82 | 1,66 | 1,67 | 1,73 |
| Espírito Santo | 782 724 | 876 884 | 926 035 | 1 559 371 | 1 847 857 | 2 297 194 | 3 402 728 | 4 694 089 | 7,88 | 6,12 | 5,31 | 5,09 | 4,48 | 4,42 | 4,80 | 5,10 |
| Rio de Janeiro | 274 972 | 522 651 | 811 443 | 1 157 873 | 1 764 141 | 2 377 451 | 3 307 163 | 4 296 787 | 2,77 | 3,65 | 4,65 | 3,78 | 4,28 | 4,58 | 4,66 | 4,65 |
| Guanabara | 837 354 | 1 384 753 | 2 282 279 | 4 592 279 | 7 180 316 | 9 134 423 | 12 974 699 | 17 716 186 | 8,43 | 9,65 | 13,08 | 15,00 | 17,41 | 17,59 | 18,28 | 19,20 |
| São Paulo | — | — | — | — | 66 994 | 160 072 | 384 297 | — | — | — | — | — | 0,16 | 0,31 | 0,54 | — |
| Serra dos Aimorés | 721 337 | 1 430 715 | 1 796 495 | 3 537 167 | 5 735 305 | 7 840 870 | 11 873 495 | 16 305 617 | 7,68 | 10,04 | 10,57 | 11,62 | 13,90 | 15,21 | 16,89 | 17,70 |
| SUL | 126 722 | 249 491 | 327 136 | 685 711 | 1 236 276 | 2 115 547 | 4 277 763 | 6 741 520 | 1,28 | 1,74 | 1,88 | 2,24 | 3,00 | 4,07 | 6,03 | 7,30 |
| Paraná | 159 802 | 283 769 | 320 289 | 668 743 | 1 178 340 | 1 560 502 | 2 146 909 | 2 911 479 | 1,61 | 1,98 | 1,84 | 2,18 | 2,86 | 3,00 | 3,03 | 3,50 |
| Santa Catarina | 434 813 | 897 455 | 1 149 070 | 2 182 713 | 3 320 689 | 4 164 821 | 5 448 823 | 6 652 618 | 4,28 | 6,26 | 6,59 | 7,12 | 8,05 | 8,02 | 7,67 | 7,25 |
| Rio Grande do Sul | 220 812 | 320 399 | 373 309 | 758 531 | 1 258 679 | 1 736 965 | 3 006 866 | 5 009 393 | 2,22 | 2,21 | 2,14 | 2,48 | 3,05 | 3,34 | 4,24 | 5,82 |
| CENTRO-OESTE | 60 417 | 92 827 | 118 025 | 246 612 | 432 265 | 522 041 | 910 262 | 1 475 117 | 0,61 | 0,65 | 0,68 | 0,80 | 1,05 | 1,01 | 1,28 | 1,60 |
| Mato Grosso | 160 395 | 227 572 | 255 284 | 511 919 | 826 414 | 1 214 921 | 1 954 862 | 2 989 414 | 1,61 | 1,59 | 1,46 | 1,68 | 2,00 | 2,33 | 2,76 | 3,22 |
| Goiás | — | — | — | — | — | — | 141 742 | 544 862 | — | — | — | — | — | — | 0,20 | 0,59 |
| Distrito Federal | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| BRASIL | 9 930 478 | 14 333 915 | 17 438 434 | 30 635 625 | 41 236 315 | 51 944 397 | 70 967 185 | 92 237 570 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fontes: Censos até 1960: Anuário Estatístico do Brasil — IBGE 1964 — págs. 29 a 31. Censo de 1970: Exposição de Motivos n.º 235, de 21-12-1970, do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

(1) 1970 — Dados Preliminares.

Tabela II — Brasil — Recenseamento nos Municípios das Capitais — 1872 — 1970

| Regiões e Capitais | População na data dos Recenseamentos | | | | | | | | % sobre o total do Estado | | | | | | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | Números absolutos (habitantes) | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1-8-1872 | 31-12-1890 | 31-12-1900 | 1-9-1920 | 1-9-1940 | 1-7-1950 | 1-9-1960 | 1-9-1970 | 1872 | 1890 | 1900 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 |
| NORTE | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pôrto Velho | — | — | — | — | — | 27 244 | 51 049 | 90 238 | — | — | — | — | — | 73,76 | 72,12 | 94,60 |
| Rio Branco | — | — | — | 19 930 | 16 038 | 28 246 | 47 882 | 72 835 | — | — | — | 21,57 | 20,11 | 24,61 | 29,89 | 35,00 |
| Manaus | 29 334 | 38 720 | 50 300 | 75 704 | 106 399 | 139 620 | 175 343 | 303 155 | 50,92 | 26,18 | 20,14 | 20,85 | 24,29 | 27,16 | 24,31 | 43,00 |
| Boa Vista | — | — | — | — | — | 17 247 | 26 168 | 37 062 | — | — | — | — | — | 95,20 | 88,74 | 91,00 |
| Belém | 61 997 | 50 064 | 96 560 | 236 402 | 206 331 | 254 949 | 402 170 | 642 514 | 22,52 | 15,24 | 21,68 | 24,04 | 21,84 | 22,70 | 25,93 | 31,50 |
| Macapá | — | — | — | — | — | 20 594 | 46 905 | 87 755 | — | — | — | — | — | 54,95 | 68,09 | 75,00 |
| NORDESTE | | | | | | | | | | | | | | | | |
| São Luís | 31 604 | 29 308 | 36 798 | 52 929 | 85 583 | 119 785 | 159 628 | 267 321 | 8,76 | 6,80 | 7,37 | 6,65 | 6,93 | 7,57 | 6,41 | 9,25 |
| Teresina | 21 692 | 31 523 | 45 316 | 57 500 | 67 641 | 90 723 | 144 799 | 230 168 | 10,23 | 11,78 | 13,55 | 9,44 | 8,27 | 8,68 | 11,46 | 13,30 |
| Fortaleza | 42 458 | 40 902 | 48 369 | 78 536 | 180 185 | 270 169 | 514 818 | 842 231 | 5,88 | 5,08 | 5,70 | 5,95 | 8,62 | 10,02 | 15,42 | 25,00 |
| Natal | 20 392 | 13 725 | 16 056 | 30 696 | 54 836 | 103 215 | 162 537 | 270 124 | 8,72 | 5,12 | 5,85 | 5,71 | 71,40 | 10,66 | 14,56 | 16,80 |
| João Pessoa | 24 714 | 18 645 | 28 793 | 52 990 | 94 333 | 119 326 | 155 117 | 221 484 | 6,57 | 4,08 | 5,87 | 5,51 | 6,63 | 6,96 | 7,69 | 9,25 |
| Recife | 116 671 | 111 556 | 113 106 | 238 843 | 348 424 | 524 682 | 797 234 | 1 078 819 | 13,86 | 10,83 | 9,60 | 11,08 | 12,96 | 15,45 | 19,27 | 20,60 |
| Maceió | 27 703 | 31 498 | 36 427 | 74 166 | 90 253 | 120 980 | 170 134 | 269 415 | 7,96 | 6,16 | 5,61 | 7,58 | 9,49 | 11,07 | 13,93 | 16,70 |
| Aracaju | 9 559 | 16 336 | 21 132 | 37 440 | 59 031 | 78 364 | 115 713 | 183 333 | 4,07 | 5,25 | 5,93 | 7,85 | 10,88 | 12,16 | 15,22 | 20,40 |
| Salvador | 129 109 | 174 412 | 205 813 | 283 422 | 290 443 | 417 235 | 655 735 | 1 000 647 | 9,36 | 9,08 | 9,72 | 8,50 | 7,41 | 8,63 | 10,95 | 13,50 |
| SUDESTE | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Belo Horizonte | — | — | 13 472 | 55 563 | 211 377 | 352 724 | 693 328 | 1 232 708 | — | — | 0,37 | 0,94 | 3,14 | 4,57 | 7,08 | 10,90 |
| Vitória | 16 157 | 16 887 | 11 850 | 21 866 | 45 212 | 50 922 | 85 242 | 135 570 | 19,67 | 12,42 | 5,65 | 4,78 | 6,03 | 5,91 | 7,17 | 8,70 |
| Niterói | 47 548 | 34 296 | 53 433 | 86 238 | 142 407 | 186 309 | 245 467 | 324 367 | 5,80 | 3,91 | 5,77 | 5,53 | 7,71 | 8,11 | 7,21 | 6,50 |
| Rio de Janeiro | 274 972 | 522 651 | 811 443 | 1 157 873 | 1 764 141 | 2 377 451 | 3 307 163 | 4 296 782 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| São Paulo | 31 385 | 64 934 | 239 820 | 579 033 | 1 326 261 | 2 198 096 | 3 825 351 | 5 901 533 | 3,75 | 4,69 | 10,51 | 12,61 | 18,47 | 24,06 | 29,48 | 33,40 |
| SUL | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Curitiba | 12 651 | 24 553 | 49 755 | 78 986 | 140 656 | 180 575 | 361 309 | 603 227 | 9,98 | 9,84 | 15,21 | 11,52 | 11,38 | 8,54 | 8,54 | 9,10 |
| Florianópolis | 25 709 | 30 687 | 32 229 | 41 338 | 46 771 | 67 630 | 98 520 | 143 101 | 16,09 | 10,81 | 10,06 | 6,18 | 3,97 | 4,33 | 4,59 | 4,90 |
| Pôrto Alegre | 43 998 | 52 421 | 73 674 | 179 263 | 272 232 | 394 151 | 641 173 | 885 567 | 9,84 | 5,84 | 6,41 | 8,21 | 8,20 | 9,46 | 11,77 | 13,10 |
| CENTRO-OESTE | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cuiabá (1) | 35 987 | 17 815 | 34 393 | 33 678 | 54 394 | 56 204 | 57 860 | 103 262 | 59,56 | 19,19 | 29,14 | 13,66 | 12,58 | 10,77 | 6,36 | 7,00 |
| Goiânia | — | — | — | — | 48 166 | 53 389 | 153 505 | 388 926 | — | — | — | — | 5,83 | 4,39 | 7,85 | 13,00 |
| Brasília | — | — | — | — | — | — | 141 742 | 544 862 | — | — | — | — | — | — | 100,00 | 100,00 |
| RESUMO: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| População dos Municípios das Capitais | | | | | | | | | % Capitais sobre o Total da Região | | | | | | | |
| Norte | 91 331 | 88 784 | 146 860 | 332 036 | 328 768 | 467 900 | 749 577 | 1 233 559 | 27,39 | 18,50 | 21,10 | 23,30 | 23,00 | 26,40 | 29,80 | 38,50 |
| Nordeste | 424 002 | 467 905 | 551 810 | 906 522 | 1 270 729 | 1 844 479 | 2 875 715 | 4 363 542 | 9,15 | 7,80 | 8,23 | 8,05 | 8,80 | 10,20 | 12,60 | 11,60 |
| Sudeste | 370 062 | 638 768 | 1 130 018 | 1 900 573 | 3 489 398 | 5 165 502 | 8 156 551 | 11 890 960 | 9,20 | 10,30 | 14,25 | 13,90 | 19,00 | 23,00 | 26,60 | 30,10 |
| Sul | 82 358 | 107 661 | 155 658 | 299 587 | 459 659 | 642 356 | 1 101 002 | 1 631 895 | 11,50 | 7,50 | 8,55 | 8,50 | 6,85 | 8,30 | 9,30 | 10,00 |
| Centro-Oeste | 35 987 | 17 815 | 34 393 | 33 678 | 108 560 | 109 593 | 353 107 | 1 037 050 | 15,90 | 5,50 | 9,10 | 4,45 | 8,60 | 6,30 | 11,78 | 20,80 |
| Brasil | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Brasil | 9 930 478 | 14 333 915 | 17 438 434 | 30 635 605 | 41 236 315 | 51 944 397 | 70 967 185 | 92 237 570 | % Capitais sobre o Total do Brasil | | | | | | | |
| Capitais Estaduais | 1 003 740 | 1 320 933 | 2 018 739 | 3 477 396 | 5 657 114 | 8 249 830 | 13 235 892 | 20 157 006 | 10,50 | 9,25 | 11,60 | 11,30 | 13,70 | 15,90 | 18,80 | 21,80 |

Fontes: Censos até 1960: Anuário Estatístico do Brasil — IBGE — 1964 — págs. 29 a 31. Censo de 1970: Exposição de Motivos n.º 235, de 21-12-1970, do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

(1) Dados preliminares para 1970.

Tabela III — Crescimento Anual da População Brasileira nos Períodos Intercensitários

| Períodos | Anos | Crescimento no Período | Taxa anual de crescimento no período (%) |
|-----------|------|------------------------|--|
| 1872/1890 | 18 | 44,34 | 2,06 |
| 1890/1900 | 10 | 21,66 | 1,98 |
| 1900/1920 | 20 | 75,68 | 2,85 |
| 1920/1940 | 20 | 34,60 | 1,50 |
| 1940/1950 | 10 | 25,97 | 2,33 |
| 1950/1960 | 10 | 36,62 | 3,17 |
| 1960/1970 | 10 | 29,97 | 2,66 |

Fonte: Ministério do Planejamento.

do Nordeste, que ainda supera a do Sul, mas a relação agora é de 2 para 1, ao invés da de 6 para 1 de 1872.

Essas modificações sensíveis na participação relativa de cada região espelham, com fidelidade, as mudanças estruturais por que passou a economia brasileira, tendo-se deslocado o polo de atração do Nordeste para o Centro-Sul. A ampliação da fronteira agrícola, a exploração do ouro em Minas Gerais, o desenvolvimento da lavoura cafeeira e mais recentemente o surto industrial são alguns dos fatores explicativos desta mudança nas participações relativas das regiões.

A região Norte, por seu turno, tem mantido sua participação relativa praticamente constante em cerca de 3,5% do total, à exceção de 1920, quando sua "fatia" atingiu 4,7% devido às grandes levas de nordestinos que para lá emigraram. Prevê-se que, com a implantação de um grande sistema viário, a região amazônica experimente surto acelerado de colonização fazendo crescer sua participação relativa no decênio ora iniciado.

O Centro-Oeste, a exemplo do Sudeste e Sul, vem acusando desde 1872 participação relativa crescente, à exceção de 1920. A partir de 1940, graças à "marcha para o Oeste" e mais recentemente pela transferência da capital federal para lá, o crescimento de sua participação se acelerou.

Em resumo, pode-se concluir que, desde o primeiro Censo Demográfico, Sudeste, Sul e Centro-Oeste vêm incrementando sua partici-

pação relativa, enquanto o Norte mantém praticamente inalterada sua posição e o Nordeste acusa sensível declínio.

E a Nível Estadual?

Entre 1872 e 1920, Minas Gerais liderou, a grande distância, a lista dos estados mais populosos, seguido até 1890 pela Bahia e a partir de então por São Paulo que lhe arrebatou a posição em 1940, para mantê-la até nossos dias.

São Paulo acusou, de 1872 a 1970, participação sempre crescente no total da população brasileira, enquanto Minas Gerais e Bahia, seus concorrentes mais próximos, mostraram, ao contrário, tendência declinante em suas participações.

O Paraná, que em 1872 não possuía expressão alguma em termos populacionais, ocupa hoje a 4ª posição entre os mais povoados e mostrou a melhor performance em termos de participação relativa no correr dos tempos: 1,28% da população brasileira em 1872 e 7,30% em 1970. A expansão da lavoura cafeeira, em particular, e da fronteira agrícola em geral foram, basicamente, os responsáveis por essa transformação.

Os 4 estados cuja população mais cresceu no século atual foram por ordem de grandeza: Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Goiás.

Finalmente, é interessante notar que todos os estados nordestinos acusaram, no período 1874/1970, queda na participação relativa, o que mostra que o êxodo para o

Centro-Sul atingiu todos os estados. Os fluxos dentro da região não foram suficientes para compensar os movimentos para o exterior.

Urbanização: o Grande Fenômeno

As transformações econômicas, já comentadas se fizeram sentir também nas capitais dos estados e no Distrito Federal, bem como em outras cidades, não capitais, provocando maior densidade populacional. A concentração, que era de 10,50% em 1872, da população brasileira nas capitais estaduais e no Distrito Federal, passou a ser de 21,8% em 1970.

Embora todas as capitais tenham registrado aumentos substanciais, à exceção de Manaus que possuía cerca de 51% da população do Amazonas em 1872 e hoje somente 43%, é curioso mais uma vez constatar a influência da economia regional em várias épocas, proporcionando elevada concentração da população nas cidades mais prósperas. Assim, por exemplo:

- 1 — São Paulo — 10º lugar em 1877; 4º em 1890; 2º de 1900 a 1950; 1º de 1960 a 1970.
- 2 — Rio de Janeiro (GB) — manteve o 1º lugar desde o Censo de 1872 até o de 1950. Cedeu a vanguarda a S. Paulo em 1960 e em 1970.
- 3 — Belo Horizonte — não existia até 1890. 20º lugar em 1900; 13º em 1920; 5º em 1940; 6º em 1950; 4º em 1960; e 3º em 1970.
- 4 — Recife — 3º lugar em 1872 e em 1890; 4º em 1900 e em 1920; 3º em 1940, 1950 e 1960; e 4º em 1970.
- 5 — Salvador — 2º lugar em 1872 e em 1890; 3º em 1900 e em 1920; 4º em 1940 e em 1950; 5º em 1960 e em 1970.
- 6 — Porto Alegre — 6º lugar em 1872; 5º em 1890; 6º em 1900 e em 1920; 5º em 1940 e em 1950; e em 6º em 1960 e em 1970.
- 7 — Fortaleza — 7º lugar em 1872 e em 1890; 10º em 1900; 9º em 1920; 7º em 1940, 1950 e em 1970.

- 8 — Belém — 4º lugar em 1872; 6º em 1890; 5º em 1900 e em 1920; 6º em 1940; 8º em 1950, 1960 e em 1970.
- 9 — Curitiba — 18º lugar em 1872; 14º em 1890; 9º em 1900; 8º em 1920; 9º em 1940; 10º em 1950; 9º em 1960; 9º em 1970.
- 10 — Brasília (DF) — construída a partir de 1956. 17º em 1960; e 10º em 1970.
- 11 — Goiânia — 19º lugar em 1940; 20º em 1950; 16º em 1960; 11º em 1970.
- 12 — Niterói — 5º lugar em 1872; 9º em 1890; 7º em 1900 e 1920; 8º em 1940; 9º em 1950; 10º em 1960 e 12º em 1970.
- 13 — Manaus — 11º lugar em 1872; 8º em 1890 e em 1900; 10º em 1920 e em 1940; 11º em 1950 e 1906; e 13º em 1970.

Assim, no tempo do Brasil Império (1872), as capitais mais importantes, além do Rio de Janeiro, eram Salvador, Recife, Belém, Niterói, Porto Alegre, Fortaleza, Cuiabá, São Luiz e, finalmente, São Paulo, em 10º lugar.

A medida que se desenvolviam a cultura e a exportação do café, incentivadas pelo desenvolvimento viário do Centro-Sul e pela imigração européia, se observaram grandes mudanças. Do 10º lugar em 1872, o Município de São Paulo passou ao 2º, de 1900 a 1950. A industrialização intensificada a partir da Segunda Grande Guerra deu ao Município de São Paulo novo impulso, passando, a partir de 1950, a ocupar a vanguarda, como o núcleo mais populoso do Brasil.

Em relação aos próprios estados, é no Norte e no Sudeste que se encontram as maiores concentrações nas capitais, ou seja, 38,50% e 30,10%, respectivamente, em 1970.

Outras Cidades

O progresso do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste fez surgir grandes cidades; algumas chegaram a ultrapassar as capitais dos respectivos Estados. É o caso de Nova Iguaçu, Campos, São Gonçalo e

Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro; de Colatina, no Espírito Santo; e de Campo Grande e Corumbá, em Mato Grosso.

Além destas cidades do Estado do Rio de Janeiro, que cresceram muito nos últimos anos, outras do Sudeste ultrapassaram também várias capitais estaduais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. É o caso de Santo André, Santos, Osasco, Campinas, Guarulhos, Londrina, Pelotas, São Bernardo do Campo e Juiz de Fora.

Note-se que 32 municípios, inclusive o Distrito Federal e Guanabara, têm mais de 200 mil habitantes: 17 capitais estaduais, Brasília e mais 14 cidades não capitais, todas estas situadas no Sudeste e Sul.

Nova Iguaçu, que primitivamente se chamou Maxambomba, apareceu no último Censo com mais habitantes que capitais tradicionais, como Belém, Curitiba, Niterói, Manaus, Natal, Maceió, São Luiz e outras. Ultrapassou também importantes cidades antigas como Campos, Santos, Campinas, Pelotas e Juiz de Fora. Esses 32 municípios somam 23 921 998 habitantes, representando 25,8% da população brasileira em 1970 (Tabela III).

A maioria desses municípios conseguiu ultrapassar as previsões feitas com base na data de 1-7-68. Os que bateram recordes acima da média e ultrapassando de muito as previsões foram:

Tabela IV — Brasil — População — Municípios com mais de 200 000 Habitantes

| N.º | Municípios | Estado | Censo 1970 Valores Observados | Estima- tivas* | Censo de 1970 + ou — que Est. 1968 |
|------|-----------------------|--------|-------------------------------------|-------------------|--|
| 1 | São Paulo | SP | 5 901 533 | 5 684 706 | + |
| 2 | Rio de Janeiro | GB | 4 296 782 | 4 207 322 | + |
| 3 | Belo Horizonte | MG | 1 232 708 | 1 167 026 | + |
| 4 | Recife | PE | 1 078 819 | 1 100 464 | — |
| 5 | Salvador | BA | 1 000 647 | 892 392 | + |
| 6 | Porto Alegre | RS | 885 567 | 932 801 | — |
| 7 | Fortaleza | CE | 842 231 | 846 069 | — |
| 8 | Nova Iguaçu | RJ | 727 671 | 478 319 | + |
| 9 | Belém | PA | 642 514 | 563 996 | + |
| 10 | Curitiba | PR | 603 227 | 616 548 | — |
| 11 | Brasília | DF | 544 862 | 379 699 | + |
| 12 | Duque de Caxias | RJ | 431 913 | 324 261 | + |
| 13 | São Gonçalo | RJ | 430 374 | 329 764 | + |
| 14 | Santo André | SP | 417 773 | 289 442 | + |
| 15 | Campos | RJ | 389 045(*) | 389 045 | + |
| 16 | Goiânia | GO | 388 926 | 345 085 | + |
| 17 | Niterói | RJ | 324 367 | 303 575 | + |
| 18 | Santos | SP | 313 771(*) | 313 771 | + |
| 19 | Manaus | AM | 303 155 | 249 797 | + |
| 20 | São João do Meriti | RJ | 298 097 | 255 201 | + |
| 21 | Osasco | SP | 282 285 | 135 576 | + |
| 22 | Natal | RN | 270 124 | 239 590 | + |
| 23 | Maceió | AL | 269 415 | 221 250 | + |
| 24 | São Luiz | MA | 267 521 | 218 783 | + |
| 25 | Campinas | SP | 252 145(*) | 252 145 | + |
| 26 | Guarulhos | SP | 236 462 | 119 572 | + |
| 27 | Teresina | PI | 239 168 | 184 836 | + |
| 28 | Londrina | PR | 226 332(*) | 226 332 | + |
| 29 | João Pessoa | PB | 221 484 | 189 096 | + |
| 30 | Pelotas | RS | 208 672(*) | 208 672 | + |
| 31 | São Bernardo do Campo | SP | 200 273 | 97 301 | + |
| 32 | Juiz de Fora | MG | 194 135(*) | 194 135 | + |
| Soma | | | 23 921 998 | 21 956 571 | + 1 965 427 |

Fontes: Censo de 1970: Exposição de Motivos n.º 235, de 21-12-1970, do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral. IBGE: Estimativa em 1.º de julho de 1968 — Anuário Estatístico do Brasil — 1969. (*) Estimativa em 1968.

| | |
|----------------------------------|----|
| Guarulhos (SP) | 96 |
| Osasco (SP) | 84 |
| Nova Iguaçu (RJ) | 52 |
| Brasília (DF) e Santo André (SP) | 44 |
| Duque de Caxias (RJ) | 33 |
| São Gonçalo (RJ) | 30 |

Os que não conseguiram atingir as previsões são, entre outros: Recife, Porto Alegre, Fortaleza e Belém. Dois centros expandiram-se de tal modo que não se podem distinguir os limites econômicos, tal a conjugação de suas atividades com os municípios circunvizinhos. É o caso do "Grande São Paulo" e do "Grande Rio" que juntos representam 16,5% da população brasileira.

"O Grande S. Paulo X O Grande Rio"

O "Grande São Paulo", com 8 031 486 habitantes, é composto, além da capital paulista, de 30 municípios, enquanto o "Grande Rio", com 7 128 750 habitantes, conta, além da Guanabara, com 14 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Esses 14 municípios fluminenses, somando 2 831 968 habitantes, possuem uma população global maior que a dos 30 municípios paulistas (2 129 953) que, com a capital, formam o "Grande S. Paulo".

A diferença entre o crescimento desses 2 grandes centros metropolitanos está no fabuloso aumento da população do município de São Paulo, que alcançou 54% entre 1960 e 1970, enquanto o Rio de Janeiro aumentava sua população em somente 42%. Somando o "Grande São Paulo", o "Grande Rio", as capitais estaduais, Brasília (DF) e as cidades mais importantes (não capitais), com mais de 140 mil habitantes, encontramos o total de . . 27 276 579 habitantes, equivalente a 29,8% da população brasileira.

Nessa relação de municípios, tendo em conta somente os já recenseados, verifica-se um aumento de 58%, entre 1960 e 1970, enquanto a população brasileira crescia 30%.

Considerando-se os aumentos por grupos, obtém-se:

| | 1960/70 (%) |
|-----------------------|-------------|
| "Grande São Paulo" | +69 |
| "Grande Rio" | +42 |
| média dos 2 "Grandes" | +55 |
| Outras capitais | +63 |
| média geral (global) | +58 |

Acima dessa média geral (+ 58%) estavam Belo Horizonte (+ 78%), Manaus (+ 74%), Fortaleza (+ 68%), Curitiba e Natal (+ 67%), São Luiz (+ 66%) e Aracaju (+ 59%).

Dada a política governamental de "Marcha para o Oeste", seguida após 1956, constituem exceções, acima do normal, as novas cidades de: Brasília-DF (+ 285% entre 1960 e 1970) e Goiânia (+ 158% no mesmo período).

Considerando-se a área metropolitana, o "Grande São Paulo"

vem em 6º lugar no mundo, após Tóquio, Nova York, Shanghai, Pequim e Paris. A seguir aparece o "Grande Londres", "Grande Moscou", "Grande Rio" e "Grande Buenos Aires", todos com mais de 7 milhões de habitantes.

Desde 1960 que o município de São Paulo já possuía mais habitantes que o de Chicago, a segunda maior cidade norte-americana. Em relação a 1950, Chicago diminuiu sua população.

Hoje, São Paulo e Rio de Janeiro são, depois de Nova York, os maio-

Tabela V — Brasil — População Recenseada — Os "Grandes Centros"

| Grandes Centros | Censo 1960 | Censo 1970 | 1970 s/1960 (%) |
|--------------------------|------------|---------------------|-----------------|
| "Grande São Paulo" | 4 749 728 | 8 031 486 | + 69,0 |
| "Grande Rio" | 5 031 823 | 7 128 750 | + 42,0 |
| 1.º Subtotal | 9 781 551 | 15 160 236 | + 55,0 |
| Principais Capitais: | | | |
| Belo Horizonte (MG) | 693 328 | 1 232 708 | + 78,0 |
| Recife (PE) | 797 234 | 1 078 819 | + 37,0 |
| Salvador (BA) | 655 735 | 1 000 647 | + 52,5 |
| Porto Alegre (RS) | 641 173 | 885 567 | + 36,0 |
| Fortaleza (CE) | 514 818 | 842 231 | + 68,0 |
| Belém (PA) | 402 170 | 642 514 | + 60,0 |
| Curitiba (PR) | 361 309 | 603 227 | + 67,0 |
| Brasília (DF) | 141 742 | 544 862 | + 285,0 |
| Goiânia (GO) | 153 505 | 388 126 | + 158,0 |
| Manaus (AM) | 175 343 | 303 155 | + 74,0 |
| Natal (RN) | 162 537 | 270 124 | + 67,0 |
| Maceió (AL) | 170 134 | 269 415 | + 57,5 |
| São Luiz (MA) | 159 628 | 267 321 | + 66,0 |
| Teresina (PI) | 144 799 | 230 168 | + 58,5 |
| João Pessoa (PB) | 155 117 | 221 484 | + 36,0 |
| Aracaju (SE) | 115 713 | 183 333 | + 59,0 |
| | 5 444 285 | 8 964 501 | + 65,0 |
| Outras Capitais | 413 626 | 669 828 | + 68,0 |
| 2.º Subtotal | 5 857 911 | 9 634 329 | + 63,0 |
| Soma 1.º e 2.º Subtotais | 15 639 462 | 24 794 565 | + 58,0 |
| | Censo 1960 | Estimativa 1-7-1968 | |
| Outros Centros: | | | |
| Campos (RJ) | 292 292 | 389 045 | + 32,5 |
| Santos (SP) | 265 753 | 313 771 | + 17,0 |
| Campinas (SP) | 219 303 | 252 145 | + 26,0 |
| Londrina (PR) | 137 821 | 226 332 | + 64,0 |
| Pelotas (RS) | 178 265 | 208 672 | + 27,0 |
| Juiz de Fora (MG) | 182 481 | 194 135 | + 7,0 |
| Ribeirão Preto (SP) | 147 361 | 169 845 | + 15,0 |
| Campina Grande (PB) | 207 445 | 157 149 | - 25,2 |
| Ponta Grossa (PR) | 90 889 | 152 581 | + 67,0 |
| Santa Maria (RS) | 120 975 | 141 610 | + 17,0 |
| Colatina (ES) | 154 966 | 140 729 | - 9,2 |
| Feira de Santana (BA) | 141 757 | 136 000 | - 4,0 |
| 3.º Subtotal | 2 136 308 | 2 482 014 | + 17,0 |
| Total Geral | 17 775 770 | 27 276 579 | + 54,0 |

res centros metropolitanos das Américas. A seguir vêm os Grandes: "Los Angeles", "Chicago" e "México", ao Norte, e "Buenos Aires" ao Sul (10º lugar). Se considerarmos somente o Município, S. Paulo e Rio de Janeiro melhoraram sua posição mundial, ocupando o 5º e o 8º lugar, respectivamente.

Entre os maiores municípios do mundo, em população, São Paulo foi o que mais cresceu: 234% nos últimos 25 anos. Em 1945, os mu-

nicipios de Londres, Paris, Buenos Aires, Chicago, Osaka, Leningrado e de Berlim superavam os do Rio de Janeiro e de São Paulo. Atualmente, todos estão com populações inferiores às nossas maiores cidades. Londres, Paris, Osaka e Detroit tiveram sua população diminuída a partir de 1945, e Chicago a partir de 1950. Berlim (somadas a Ocidental e a Oriental, para efeito de comparação) aumentou 6%;

Nova York 7% e Chicago 8%, em relação a 1945, ao passo que Buenos Aires (+ 32%), Rio de Janeiro (+ 109%), México (+ 158%) e São Paulo (+ 234%), tiveram grande evolução demográfica nos últimos 25 anos.

Estão prometidos para março/71 mais dados sobre o Recenseamento de 1-9-70 e então poderemos melhor apreciar a real posição do Brasil no mundo, também em outros setores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Onde você encontra tudo sobre Ciência Política ou Direito Público.

Editada pela Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal, publica, além de artigos dos principais especialistas brasileiros, pareceres, jurisprudência e legislação. A revista é trimestral e vendida ao preço de Cr\$ 12,00 por exemplar.

Coeficientes de Correção Monetária

Reavaliação do Ativo

Portaria n.º 001, de 12-1-71 — Fixa os coeficientes de reavaliação do ativo imobilizado a vigorarem até 31 de dezembro de 1971.

Coeficientes para Correção Monetária de Ativos Imobilizados. Referentes ao Ano Fiscal de 1970

| Anos | Coeficientes | Anos | Coeficientes | Anos | Coeficientes |
|------|--------------|------|--------------|------|--------------|
| 1938 | 725,58 | 1949 | 215,67 | 1960 | 30,75 |
| 1939 | 686,35 | 1950 | 189,54 | 1961 | 22,23 |
| 1940 | 647,04 | 1951 | 156,86 | 1962 | 14,38 |
| 1941 | 588,28 | 1952 | 143,80 | 1963 | 6,53 |
| 1942 | 477,16 | 1953 | 124,22 | 1964 | 3,75 |
| 1943 | 411,82 | 1954 | 98,04 | 1965 | 2,95 |
| 1944 | 359,51 | 1955 | 84,96 | 1966 | 2,16 |
| 1945 | 307,21 | 1956 | 71,90 | 1967 | 1,76 |
| 1946 | 268,00 | 1957 | 65,37 | 1968 | 1,41 |
| 1947 | 248,37 | 1958 | 55,55 | 1969 | 1,18 |
| 1948 | 235,31 | 1959 | 40,51 | 1970 | 1,00 |

Contratos Habitacionais

Portaria n.º 002, de 12-1-71 — Fixa coeficiente de correção monetária aplicável aos saldos devedores e às prestações relativas a contratos que têm por objetivo a venda ou a construção de habitações com o pagamento a prazo, de acordo com o disposto na Lei n.º 4 864, de 29 de novembro de 1965.

Coeficiente para a Correção Monetária do Saldo Devedor e para o Reajustamento das Prestações Relativas a Contratos Imobiliários Firmados de Acôrdo com a Lei n.º 4.864, de 29-11-65

| Mês da última correção e reajustamento ou mês do início do contrato | Mês de referência | Mês de entrada em vigor da correção e do reajustamento | Coeficiente |
|---|-------------------|--|-------------|
| Junho de 1970 | Dezembro de 1970 | Fevereiro de 1971 | 1,092 |

Obrigações Reajustáveis do Tesouro

Portaria n.º 003, de 12-1-71 — Fixa coeficiente de correção monetária para as Obrigações do Tesouro Nacional, reguladas pela Portaria Ministerial n.º GB-284, de 23 de agosto de 1965, com referência ao mês de março de 1971.

O Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, no uso das suas atribuições, nos termos dos artigos 5.º do Decreto n.º 53 914, de 11 de maio de 1964, 209 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e 7.º da Lei n.º 5 334, de 12 de outubro de 1967,

RESOLVE

Fixar em 5,212 (cinco vírgula duzentos e doze), o coeficiente a ser utilizado no mês de março de 1971, para as Obrigações do Tesouro Nacional, emitidas na conformidade do art. 67 da Lei n.º 4 728, de 14 de julho de 1965 e no § 3.º do art. 5.º do Decreto n.º 54 252, de 3 de setembro de 1964.

João Paulo dos Reis Velloso
Ministro

Imóveis Não-Residenciais

Portaria n.º 004, de 12-1-71 -- Fixa os coeficientes de correção monetária de aluguéis de imóveis para fins não residenciais, aplicáveis ao caso de retomada de acordo com o art. 3.º e seu parágrafo, do Decreto-lei n.º 4, de 7 de fevereiro de 1966.

Coeficientes de Correção Monetária para Contratos de Locação de Imóveis não Residenciais — Dezembro de 1970

| Anos | Dez. | Nov. | Out. | Set. | Agô. | Jul. | Jun. | Mai. | Abr. | Mar. | Fev. | Jan. |
|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|
| 1970 | 1,00 | 1,01 | 1,02 | 1,03 | 1,05 | 1,07 | 1,09 | 1,12 | 1,14 | 1,14 | 1,15 | 1,17 |
| 1969 | 1,18 | 1,18 | 1,20 | 1,23 | 1,26 | 1,28 | 1,31 | 1,35 | 1,37 | 1,37 | 1,37 | 1,39 |
| 1968 | 1,41 | 1,42 | 1,44 | 1,47 | 1,51 | 1,53 | 1,55 | 1,58 | 1,59 | 1,61 | 1,65 | 1,69 |
| 1967 | 1,75 | 1,76 | 1,79 | 1,83 | 1,85 | 1,86 | 1,93 | 1,94 | 1,94 | 1,98 | 2,00 | 2,06 |
| 1966 | 2,14 | 2,15 | 2,16 | 2,22 | 2,28 | 2,33 | 2,42 | 2,47 | 2,54 | 2,67 | 2,72 | 2,78 |
| 1965 | 3,03 | 3,10 | 3,15 | 3,20 | 3,27 | 3,32 | 3,40 | 3,45 | 3,50 | 3,57 | 3,73 | 3,79 |
| 1964 | 3,98 | 4,17 | 4,52 | 4,73 | 4,93 | 5,09 | 5,41 | 5,66 | 5,83 | 6,05 | 6,40 | 6,76 |
| 1963 | 7,34 | 7,84 | 8,34 | 8,87 | 9,44 | 10,10 | 10,60 | 11,10 | 11,70 | 12,30 | 12,80 | 13,30 |
| 1962 | 13,80 | 14,40 | 14,90 | 15,50 | 16,00 | 16,60 | 17,20 | 17,80 | 18,40 | 19,00 | 19,60 | 20,20 |
| 1961 | 20,90 | 21,60 | 22,40 | 23,10 | 23,80 | 24,60 | 25,30 | 26,00 | 26,90 | 27,70 | 28,40 | 29,10 |
| 1960 | 30,00 | 30,40 | 31,40 | 32,10 | 32,90 | 33,70 | 34,60 | 35,50 | 36,40 | 37,40 | 38,30 | 39,20 |
| 1959 | 40,20 | 41,10 | 42,00 | 43,00 | 43,90 | 44,80 | 45,80 | 46,80 | 47,80 | 48,80 | 49,80 | 50,90 |
| 1958 | 51,90 | 52,90 | 54,10 | 55,00 | 56,10 | 57,20 | 58,00 | 59,00 | 60,00 | 61,00 | 62,00 | 63,00 |
| 1957 | 63,90 | 64,90 | 65,80 | 66,80 | 67,70 | 68,70 | 69,70 | 70,70 | 71,60 | 72,60 | 73,70 | 74,80 |
| 1956 | 75,90 | 77,00 | 78,20 | 79,40 | 80,60 | 81,90 | 83,20 | 84,40 | 85,60 | 86,90 | 88,20 | 89,40 |
| 1955 | 90,60 | 91,90 | 93,30 | 94,50 | 95,90 | 97,20 | 98,50 | 99,90 | 101,00 | 103,00 | 104,00 | 105,00 |

Capital de Giro Próprio

Portaria n.º 005, de 12-1-71 -- Fixa os coeficientes de correção monetária aplicáveis ao capital de giro próprio das pessoas jurídicas cujos balanços se encerraram em dezembro de 1970, para os efeitos previstos no Decreto-lei n.º 401, de 30-12-68, que faculta àquelas pessoas jurídicas abater do lucro tributável a importância correspondente à manutenção do citado capital.

Coeficientes de Correção Monetária Aplicáveis ao Capital de Giro Próprio das Pessoas Jurídicas cujos Balanços se Encerram nos Meses Compreendidos de Janeiro a Dezembro de 1970, Inclusive

| Mês do início do exercício financeiro da pessoa jurídica | | Mês do encerramento do exercício financeiro da pessoa jurídica | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | Jan. | Fev. | Mar. | Abr. | Mai. | Jun. | Jul. | Agô. | Set. | Out. | Nov. | Dez. |
| 1969 | Fevereiro | 1,19 | 1,20 | 1,22 | 1,22 | 1,24 | 1,27 | 1,29 | 1,32 | 1,34 | 1,36 | 1,37 | 1,39 |
| | Março | 1,18 | 1,19 | 1,21 | 1,21 | 1,23 | 1,26 | 1,28 | 1,31 | 1,33 | 1,35 | 1,36 | 1,37 |
| | Abril | 1,17 | 1,19 | 1,21 | 1,21 | 1,22 | 1,25 | 1,27 | 1,30 | 1,33 | 1,35 | 1,36 | 1,37 |
| | Maio | 1,17 | 1,19 | 1,21 | 1,20 | 1,22 | 1,25 | 1,27 | 1,30 | 1,33 | 1,34 | 1,35 | 1,37 |
| | Junho | 1,16 | 1,18 | 1,20 | 1,19 | 1,21 | 1,24 | 1,26 | 1,29 | 1,31 | 1,33 | 1,34 | 1,35 |
| | Julho | 1,13 | 1,14 | 1,16 | 1,16 | 1,18 | 1,20 | 1,22 | 1,25 | 1,28 | 1,29 | 1,30 | 1,31 |
| | Agôsto | 1,10 | 1,11 | 1,13 | 1,13 | 1,15 | 1,17 | 1,19 | 1,22 | 1,24 | 1,26 | 1,27 | 1,28 |
| | Setembro | 1,08 | 1,09 | 1,11 | 1,11 | 1,12 | 1,15 | 1,17 | 1,20 | 1,22 | 1,24 | 1,24 | 1,26 |
| | Outubro | 1,05 | 1,07 | 1,08 | 1,08 | 1,10 | 1,12 | 1,14 | 1,17 | 1,19 | 1,21 | 1,21 | 1,23 |
| | Novembro | 1,03 | 1,04 | 1,06 | 1,06 | 1,07 | 1,10 | 1,12 | 1,14 | 1,16 | 1,18 | 1,19 | 1,20 |
| | Dezembro | 1,02 | 1,03 | 1,05 | 1,04 | 1,06 | 1,08 | 1,10 | 1,13 | 1,15 | 1,17 | 1,17 | 1,18 |
| 1970 | Janerio | 1,02 | 1,03 | 1,05 | 1,04 | 1,06 | 1,08 | 1,10 | 1,13 | 1,15 | 1,17 | 1,17 | 1,18 |
| | Fevereiro | — | 1,01 | 1,03 | 1,03 | 1,04 | 1,07 | 1,09 | 1,11 | 1,13 | 1,15 | 1,16 | 1,17 |
| | Março | — | — | 1,02 | 1,01 | 1,03 | 1,05 | 1,07 | 1,10 | 1,12 | 1,13 | 1,14 | 1,15 |
| | Abril | — | — | — | 1,00 | 1,02 | 1,04 | 1,06 | 1,08 | 1,10 | 1,12 | 1,13 | 1,14 |
| | Maio | — | — | — | — | 1,02 | 1,04 | 1,06 | 1,08 | 1,10 | 1,12 | 1,13 | 1,14 |
| | Junho | — | — | — | — | — | 1,02 | 1,04 | 1,07 | 1,09 | 1,10 | 1,11 | 1,12 |
| | Julho | — | — | — | — | — | — | 1,02 | 1,04 | 1,06 | 1,07 | 1,08 | 1,09 |
| | Agôsto | — | — | — | — | — | — | — | 1,02 | 1,04 | 1,06 | 1,06 | 1,07 |
| | Setembro | — | — | — | — | — | — | — | — | 1,02 | 1,03 | 1,04 | 1,05 |
| | Outubro | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 1,01 | 1,02 | 1,03 |
| | Novembro | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 1,01 | 1,02 |
| | Dezembro | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 1,01 |

Nota — O mês do início da atividade da pessoa jurídica não deve ser considerado para fins da aplicação de coeficiente de correção monetária.



CRÍTICOS DA SOCIEDADE — O Pensamento Radical na América do Norte, de T. B. Bottomore, tradução de José Ricardo Brandão Azevedo, Zahar Editores, 1970, 128 páginas, capa de Érico.

Algumas considerações iniciais sobre a função social da crítica são feitas paralelamente à observação de que os críticos são encontráveis mesmo nas sociedades mais primitivas e tradicionalistas, embora "qualquer crítica segura do funcionamento da sociedade só seja possível nas sociedades que conhecem e utilizam o alfabeto, possuem reservas econômicas, desenvolveram uma vida urbana e, de certa forma, uma classe intelectual profissional".

Bottomore refere-se ao papel exemplar que Atenas desempenhou sobre o pensamento europeu. Mas, esse exemplo, adverte o autor, sempre foi idealizado. Na verdade, em Atenas, quem passasse dos limites era implacavelmente punido. E cita o exemplo de Sócrates.

Situa o advento da crítica social ("como uma influência importante sobre as atividades humanas") no século XVIII e faz um levantamento de suas principais figuras e características na França, Inglaterra e Alemanha.

Desenvolvendo o quadro histórico, descreve a situação da crítica social no século XIX em toda a Europa, onde as Ciências Sociais

mais novas desempenham papel relevante. "No desenvolvimento da crítica social, tal como o delineei, mormente em seu contexto europeu, podem-se observar três características principais. Uma é a sucessão de escolas de pensamento que representam, em diferentes ocasiões, o maior peso da crítica da ordem estabelecida da sociedade, e que têm conseqüências sobre a maneira pela qual os homens consideram até mesmo os problemas mais limitados, mais pormenorizados de sua sociedade. Uma segunda característica é a incorporação de diferentes orientações de crítica social, e das contracriticas que isso provocou, em amplos movimentos de pensamento que poderiam ser identificados como representantes da "esquerda" e da "direita" na política. Uma terceira característica importante da moderna crítica social é sua associação íntima com movimentos de protesto, que vão desde as campanhas de massa como o cartismo ou o movimento dos direitos civis até os partidos políticos organizados em base permanente".

Vários autores registram que os movimentos recentes carecem de ideologia. Sobre a matéria, declara Bottomore: — "os críticos não percebem mais um grande problema social, para o qual existe uma grande solução. Ao invés disso, percebem uma sucessão de situações mais ou menos únicas, cada uma delas exigindo que a crítica tome uma posição moral, se comprometa, mas apenas no que diz respeito a essa situação particular".

A Era do Progresso

Faz um histórico da formação e evolução dos Estados Unidos para caracterizar o ambiente em que medrou a crítica social e política. "As colônias originais foram estabelecidas em parte pelos dissidentes religiosos, e com o correr do tempo atraíram novos grupos de rebeldes contra os poderes religio-

sos e políticos da Europa... Uma nova nação foi finalmente criada pela Revolução americana, o primeiro assalto realmente bem sucedido ao *ancien régime* e que, por sua vez, influenciou as revoluções européias". A nação americana surgiu já como uma cristalização dos ideais revolucionários de sua época. "De Tocqueville caracterizou os Estados Unidos como uma democracia em dois sentidos importantes: primeiro, o de que os direitos políticos eram generalizados e não confinados a uns poucos, e, em segundo lugar, no sentido de que havia uma tendência ao nivelamento das condições de vida". Não tardaram as transformações a justificar a opinião de Emerson em 1840: "Surgiu uma atividade crítica incessante, profunda, conscienciosa em locais onde ela não era esperada". Esse movimento consistia, segundo Bottomore, em "uma renovação da ética puritana, na forma da Filosofia transcendental, e a expressão de um desejo de retornar a um estado incipiente, mais simples, supostamente mais natural e puro da sociedade". Ao mesmo tempo, "muitos dos grandes socialistas europeus — Robert Owen, Fourier, Cabet — estabeleceram na América comunidades baseadas em suas doutrinas". Mas essas tentativas fracassaram, pois "havia na sociedade americana muitos problemas e injustiças, mas poucos problemas de grande importância. A escravidão era a exceção".

Finda a guerra civil, seguiram-se décadas de predominante otimismo e acelerado desenvolvimento industrial. As críticas rarearam ou arrefeceram-se. Nesse período o pensamento de Spencer exerceu influência notável nos Estados Unidos. "Spencer advogava ardorosamente a ciência e a indústria, acreditava entusiasticamente no progresso (que ocorreria como uma "necessidade benéfica" se os homens deixassem de interferir no curso natural da evolução social), campeão do individualismo e da "sobrevivência do mais apto" e, ao

mesmo tempo, admirador do Governo representativo que ele via como companheiro bem recebido de uma sociedade industrial".

Mas é nesse período de euforia, irônicamente, que são criadas as condições para um novo surto de crítica social, cuja persistência vai até os nossos dias. É que a agricultura comercial liquidou o pequeno fazendeiro, as populações das cidades multiplicaram-se, surgiram os grandes trustes e fortunas colossais. O antigo equilíbrio, baseado na pequena propriedade, nas virtudes do trabalho individual, foi destruído. Antes da Primeira Grande Guerra, os principais representantes do pensamento social americano foram John Dewey, Thorstein Veblen, o Juiz Holmes, Charles A. Beard e James Harvey Robinson que "suspeitam das abordagens excessivamente formais e manifestam sua ânsia por atracar-se com a realidade, sua ligação com o dinâmico e com o vital na vida social".

Em 1902, inicia-se um movimento de denúncia dos males e da corrupção com "a publicação de artigos por Lincoln Steffens sobre 'a vergonha das cidades', e por Ida Tarbell sobre a história da Standard Oil Company na McClure's Magazine. Dois fatores determinaram o imenso, mas transitório, sucesso da atividade da denúncia dos males e da corrupção. Um deles foi simplesmente a necessidade de reforma numa sociedade em que tanto a pobreza quanto a riqueza estavam assumindo vastas proporções, e em que as prefeituras e mesmo os governos estaduais se estavam deteriorando como resultado da corrupção. O outro foi o aparecimento de uma revista que circulava em massa a preços baixíssimos: a revista McClure's".

Esses denunciadores dos males e excessos da época nunca chegaram ao socialismo, mas continuaram sempre enfocando problemas tais como as condições da população negra, o crime, a prostituição, o trabalho das crianças e a influência da propaganda. Tiveram extraordinária importância na preparação do caminho para "um tipo novo e

mais realista de ciência social — os estudos urbanos".

Enquanto permanecia duramente reprimida na Europa, a crítica social encontrou nos Estados Unidos campo propício para o seu desenvolvimento. Não obstante, permaneceu incoerente e ineficaz, alimentada por fontes diversas, sem encontrar um sistema coordenador ou teoria geral que a amparasse.

Da Era do "Jazz" para a Grande Crise

Era do "Jazz" é uma designação devida ao romancista F. Scott Fitzgerald que assim a definiu: "Foi característica da Era do Jazz a ausência total de interesse político". Os protestos circunscreviam-se ao âmbito literário e visavam uma sociedade industrial, considerada de resto inexpugnável. A crise de 1929 pôs fim a esse período, ressurgindo a crítica social. "As principais obras da década de 1930 não foram marxistas. Uma das mais influentes foi o livro de Adolf Berle Jr. e Gardiner Means, *The Modern Corporation and Private Property* (1932). Berle e Means deram atenção a duas importantes mudanças do sistema econômico americano: 1) a concentração da produção industrial num número relativamente pequeno de empresas gigantes; 2) a separação entre a propriedade e o controle da indústria".

Além da depressão interna, motivaram o ressurgimento da crítica nessa década a crise econômica mundial e a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha.

Ainda nessa fase, não se pode falar em movimentos marxistas. Aqui e ali registram-se declarações de simpatias à U.R.S.S. por parte de certos intelectuais. Mas o que eles admiram é simplesmente o planejamento racional da economia levada a cabo pelo governo russo que é superestimado em virtude das consequências catastróficas de depressão. Ainda nesse capítulo é analisada a situação da crítica social no Canadá no mesmo período.

O Novo Radicalismo

Depois de observar a existência de "um ciclo de crítica social nos Es-

tados Unidos" que atingiu o auge 3 vezes em 1900, 1930 e 1960, com os intervalos da Era do Jazz e do maccarthismo, Bottomore analisa o ressurgimento da crítica em 1950 a partir do pensamento de C. Wright Mills e David Riesman. Esse ressurgimento é devido não a filósofos ou historiadores, mas a "cientistas sociais e, particularmente, a sociólogos". O principal objetivo de Mills era "reviver uma tradição clássica, predominantemente europeia, de pensamento sociológico". Sua influência exerceu-se "na Europa Ocidental e até mesmo nos países soviéticos, uma vez que sua publicação coincidiu quase que exatamente com o relaxamento da tensão após o período posterior ao stalinismo e com o surgimento de uma avaliação crítica da burocracia nas sociedades socialistas".

"As idéias críticas de Mills e de Rieman são semelhantes em certos aspectos. Ambos identificam uma tendência ao conformismo e um curioso coletivismo de opiniões na sociedade americana do início da década de 1950. Ambos visualizam uma possível solução para isso através dos esforços dos intelectuais".

Esquerda e Direita

Em 1956, sob o influxo da crise de Suez, da revolta dos húngaros, contra o stalinismo e do dismantelamento na Polônia das instituições stalinistas, surgiu nos Estados Unidos um movimento denominado Nova Esquerda. Para seus militantes, tornou-se inócua a distinção tradicional entre esquerda e direita. A Nova Esquerda é menos dogmática e menos exclusivamente política. "Os críticos radicais de hoje em dia não aceitam qualquer sistema social existente como um ideal... a rejeição imediata de qualquer ideologia é uma consequência da inexistência de qualquer teoria social ampla e convincente e da incerteza generalizada sobre os ideais sociais".

Os Movimentos Sociais

A crítica social desenvolve-se com maior ênfase naquelas épocas em

que ocorrem movimentos de protestos ou grandes crises sociais. Bottomore lembra que foi isso que ocorreu com o marxismo e outras doutrinas socialistas na segunda metade do século XIX. Nessa época foi que surgiu o movimento trabalhista europeu. Da mesma forma, na América do Norte, os 3 momentos de clímax da crítica social já mencionados coincidiram respectivamente com o desenvolvimento de uma classe operária industrial e de sindicatos militantes; com a crise econômica mundial e conflitos políticos entre as nações; com a revolta dos negros, o movimento estudantil e o movimento pacifista. Bottomore analisa estes 3 últimos movimentos, responsáveis segundo ele, pelo florescimento da crítica da década de 60.

Em cada época tais movimentos concorrem para a caracterização da crítica social enquanto fornecem um público para as especulações dos teóricos e "um campo de prova para suas idéias". No caso do movimento de 60 há um aspecto de grande interesse sociológico: o fato de todos esses protestos partirem, mesmo no caso dos negros, de contingentes jovens. "Expressam as aspirações e as frustrações de uma geração, e não as de uma nação, de um grupo étnico ou de uma classe social".

Mas esses movimentos carecem de "base duradoura e digna de confiança", sendo de esperar certa inocuidade em seus resultados.

Socialismo e Nacionalismo no Canadá

Neste capítulo, onde são analisadas as condições e características dos movimentos sociais e do pensamento crítico canadenses, o autor enfatiza duas linhas básicas de raciocínio. Em primeiro lugar, o movimento socialista canadense tem sido esvaziado pela predominância das preocupações nacionalistas que dividem o Canadá francês do inglês. Em segundo lugar, o fato de não existir um pensamento nacional canadense, uma teoria autóctone, dependendo seus pensadores das correntes de pensamento provenientes dos Estados Unidos e

Inglaterra, no caso do Canadá inglês, e da França, no caso de Quebec.

Crítica e Ideologia

Esse capítulo é uma espécie de conclusão, onde são apresentadas as idéias gerais do autor sobre os problemas ventilados na obra. Afirma que embora a crítica social não se constitua propriamente em ciência, atualmente depende muito das Ciências Sociais. A partir do século XVIII, os movimentos críticos têm repousado sempre sobre alguma teoria social. A partir do século XIX, a crítica social amplia-se, invadindo praticamente todas as áreas de investigação intelectual.

No caso específico dos críticos americanos, suas idéias não têm maior alcance porque nunca repousaram sobre movimentos duradouros de protesto ou oposição. Outra característica do movimento crítico americano é seu antiintelectualismo, proveniente da própria conformação da sociedade onde se desenvolve.

Além desse antiintelectualismo, responsável pela subestimação dos pensadores, dois outros fatores influenciaram a crítica social nos Estados Unidos. O primeiro foi uma revolta contra o racionalismo, fenômeno não exclusivamente americano, e que atingiu seus pontos altos nas obras de Max Weber, Pareto, Bergson, Sorel e Freud. O segundo consistiu na ampliação do conhecimento com sua consequente ramificação e advento do especialista ou perito. Este último fator concorre para "impedir a expressão de qualquer visão ampla da sociedade humana, de qualquer crítica social geral ou de qualquer outra concepção ampla de uma nova sociedade ou civilização".

MOVIMENTOS PARTIDÁRIOS NO BRASIL, de Paulo Roberto Motta, Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas, 1971, 96 páginas, capa de N. Medina.

A obra desenvolve-se em 3 níveis. No primeiro, o leitor encontra um histórico claro e conciso da evolu-



ção do sistema partidário brasileiro desde 1822 até os nossos dias. A partir dessa evolução, o autor examina 1) a estratégia da elite agrária e 2) a estratégia militarista.

De tudo isso resulta um trabalho altamente esclarecedor que, por fazer parte da coleção Cadernos de Administração Pública, nem por isso é recomendável apenas aos especialistas na matéria. Ao contrário, é obra que interessa a todo brasileiro, não só pela rigorosidade de suas informações, mas também pela clareza acima apontada que a torna acessível, sem os riscos da ligeireza.

As estratégias da elite agrária e dos militares revelam a relação entre os diversos partidos criados no Brasil e os interesses dos dois grupos mencionados. Nesse sentido quase todas as agremiações partidárias são detectadas, suas orientações e compromissos definidos.

A instabilidade do sistema partidário brasileiro é posta em relevo até o advento do bipartidarismo em 1965, com a criação posterior da Aliança Renovadora Nacional — ARENA — e do Movimento Democrático Brasileiro — MDB. À luz de um estudo como o presente, aclarando desde as raízes até as ramificações multifacetadas e confusas da representação partidária antes de 65, é que se compreende melhor as motivações do Ato Institucional nº 2, cujas consequências são ainda examinadas na obra.

O autor finaliza, apresentando paradigmas do controle da elite agrária e da intervenção militar.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

BNH — Financiamentos Concedidos em Dezembro

Cerca de 16 mil novas residências serão construídas em diversos municípios brasileiros em decorrência dos financiamentos concedidos pelo BNH durante o último mês de dezembro. Representam essas habitações um investimento global superior a 483 milhões de cruzeiros, dos quais Cr\$ 330 milhões serão financiados pelo Sistema aos adquirentes finais. O restante, que corresponde a 32% do total investido, representa a parcela de poupança induzida dos particulares.

Em média, as 16 mil unidades residenciais financiadas em dezembro apresentam uma área de 67 m² e um custo total de 31 mil cruzeiros. Os valores médios por metro quadrado, do financiamento do Sistema e do investimento global foram respectivamente de Cr\$ 325,00 e Cr\$ 486,00.

O quadro n.º 1 apresenta os principais resultados obtidos nos programas de financiamento através de agentes, no subprograma RECON (Refinanciamento do Consumidor de Materiais de Construção) e no programa de estímulo e garantia ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

Nos programas de financiamento através de agentes, atuaram COHABS, EMPRESAS, CCOPE-RATIVAS e INICIADORES DO MERCADO DE HIPOTECAS. Mostra o quadro n.º 2, através do número de unidades habitacionais financiadas, como esses agentes atuaram em cada um dos programas de financiamento do Mercado Urbano.

As 1.093 habitações contratadas no Popular têm um custo médio em torno de Cr\$ 9.000,00, sendo 92% financiados com recursos do Sistema. No Econômico, o SFH financiou em média, 86% do valor unitário das 6.635 residências financiadas, que foi de Cr\$ 17.600,00. No Mercado Médio, a parcela financiada pelo Banco é necessariamente menor, tendo sido de 71% no mês de dezembro. Nessa faixa foram financiadas 3.455 unidades, com um custo médio de cerca de 34 mil cruzeiros.

Os recursos utilizados pelo subprograma RECON foram da ordem de 22 milhões de cruzeiros e destinam-se ao financiamento de materiais de construção que serão utilizados na construção, ampliação ou reforma de 1.195 unidades habitacionais, representando um investimento global de cerca de Cr\$ 74 milhões.

Com esses resultados, o total das habitações financiadas até dezembro através de convênios e contratos, atingiu cerca de 677 mil, representando um investimento global da ordem de Cr\$ 18 bilhões. O SFH contribuiu com financiamentos de cerca de Cr\$ 12,5 bilhões, correspondendo a 70% do total investido. Os valores unitários médios de empréstimos do BNH, financiamento total (mútuo) e investimento gerado estão, respectivamente, em torno de Cr\$ 11.000,00, Cr\$ 18.000,00 e Cr\$ 26.000,00.

As unidades financiadas no mês de dezembro apresentam, como vimos, uma área média de 67 m², inferior à obtida no mês anterior. Os valores unitários do empréstimo, do mútuo e do investimento global atingiram, respectivamente, Cr\$ 15.000,00, Cr\$ 21.000,00 e Cr\$ 31.000,00.

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

No mês de dezembro, o total de financiamentos concedidos pelo BNH a seus agentes para aplicação nos chamados programas complementares

QUADRO N.º 1

| Programas | Valores em Cr\$ 1 000,00 | | | N.º de Habitações Financiadas | Valores Unitários Médios (Cr\$) | | |
|-------------------------|--------------------------|----------------|----------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------|---------------|
| | Empréstimo BNH | Mútuo | Investimento | | Empréstimo BNH | Mútuo | Investimento |
| Financ. Através Agentes | 196 486 | 198 010 | 249 333 | 11 183 | 17 570 | 17 706 | 22 296 |
| Est. e Garantia ao SBPE | 20 520 | 110 023 | 160 188 | 3 431 | 5 981 | 32 067 | 46 688 |
| RECON | 21 948 | 21 948 | 73 970 | 1 195 | 18 367 | 18 367 | 61 899 |
| TOTAL | 238 954 | 329 981 | 483 491 | 15 809 | 15 115 | 20 873 | 30 583 |

Valores corrigidos — UPC = Cr\$ 47,61

QUADRO N.º 2

| Programas | Número de Habitações Financiadas | | | Total |
|--------------|----------------------------------|--------------|--------------|---------------|
| | COHABS | Iniciadores | Cooperativas | |
| Popular | 253 | — | 840 | 1 093 |
| Econômico | 75 | 398 | 6 162 | 6 635 |
| Médio | — | 937 | 2 518 | 3 455 |
| TOTAL | 328 | 1 335 | 9 520 | 11 183 |

QUADRO N.º 3

| Subprogramas | Empréstimos do BNH | | Financiamento Total do SFH (Mútuo) | | Investimento Global | |
|---------------------------|--------------------|---------------|------------------------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | Cr\$ 1 000,00 | % | Cr\$ 1 000,00 | % | Cr\$ 1 000,00 | % |
| Recon — (Consumidor) | 516 893 | 69,15 | 516 893 | 57,32 | 1 872 167 | 82,08 |
| Reinvest — (Ativo Fixo) | 193 032 | 25,82 | 345 235 | 38,28 | 367 002 | 16,09 |
| Regir — (Capital de Giro) | 37 601 | 5,03 | 39 690 | 4,40 | 41 778 | 1,83 |
| TOTAL | 747 526 | 100,00 | 901 818 | 100,00 | 2 280 947 | 100,00 |

Valores corrigidos — UPC = Cr\$ 47,61

QUADRO N.º 4

| Programas | Valor dos Financiamentos | | | | Investimentos | |
|---------------|--------------------------|--------------|-------------------|--------------|----------------|--------------|
| | Empréstimo do BNH | | Mútuos Concedidos | | Investimentos | |
| | Cr\$ 1 000,00 | % | Cr\$ 1 000,00 | % | Cr\$ 1 000,00 | % |
| Habitacionais | 217 005 | 76,8 | 308 033 | 79,5 | 409 521 | 78,5 |
| Finança | 19 399 | 6,9 | 32 978 | 8,5 | 43 972 | 7,9 |
| Fimaco | 45 185 | 16,0 | 45 578 | 11,7 | 102 442 | 18,4 |
| Outros | 1 025 | 0,3 | 1 025 | 0,3 | 1 206 | 0,2 |
| TOTAL | 282 615 | 100,0 | 387 614 | 100,0 | 557 141 | 100,0 |

Valores corrigidos — UPC = Cr\$ 47,61

QUADRO N.º 5

| Programas | Valor dos Financiamentos | | | | Investimentos | |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Empréstimo do BNH | | Mútuos Concedidos | | Investimentos | |
| | Cr\$ 1 000,00 | % | Cr\$ 1 000,00 | % | Cr\$ 1 000,00 | % |
| Habitacionais | 7 554 274 | 80,95 | 12 031 700 | 81,67 | 16 167 449 | 75,20 |
| Finança | 1 010 800 | 10,83 | 1 778 911 | 12,07 | 3 026 564 | 14,03 |
| Fimaco | 747 526 | 8,01 | 901 818 | 6,12 | 2 280 947 | 10,61 |
| Outros | 19 125 | 0,21 | 19 125 | 0,14 | 22 352 | 0,11 |
| Total | 9 331 725 | 100,00 | 14 731 554 | 100,00 | 21 497 312 | 100,00 |

Valores corrigidos — UPC = Cr\$ 47,61

foi da ordem de 66 milhões de cruzeiros, que deram origem a investimentos globais de cerca de Cr\$ 148 milhões. A parcela financiada pelos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento foi superior a Cr\$ 79 milhões, representando em torno de 53% do total investido.

A quase totalidade dos financiamentos concedidos pelo Banco nesses programas, destinou-se ao financiamento de materiais de construção, seja para investimentos no ativo fixo ou capital de giro de empresas do setor, seja diretamente no refinanciamento do consumidor.

No programa de materiais de construção, o total dos empréstimos até agora concedidos pelo Banco, em moeda corrigida, já é de cerca de 747 milhões de cruzeiros, que adicionados aos

recursos próprios dos agentes, representam um montante de financiamentos concedidos pelo Sistema Financeiro da Habitação, superior a Cr\$ 901 milhões. Adicionando-se, ainda, as parcelas dos próprios mutuários finais, temos um total de investimentos gerados, somente no programa FIMACO, de cerca de Cr\$ 2,3 bilhões.

O quadro número 3 apresenta os resultados obtidos até o mês de dezembro, em cada um dos três subprogramas do FIMACO.

No programa de Saneamento Urbano foram firmados, no mês de dezembro, contratos específicos de financiamento para abastecimento d'água, representando um total de recursos concedidos pelo Sistema, de 33 milhões de cruzeiros e que, adicionados aos recursos próprios dos

municípios beneficiados, estão gerando investimentos globais da ordem de Cr\$ 44 milhões.

O total de financiamentos contratados pelo SFS para implantação, ampliação ou melhoria de sistemas de abastecimento d'água atingiu no mês de dezembro o montante de 652 milhões de cruzeiros, que estão beneficiando 277 municípios, cujas obras de saneamento estão avaliadas em cerca de Cr\$ 1,5 bilhões. Logo no primeiro ano, após a execução dos projetos, 14 milhões de pessoas estarão recebendo os benefícios desses melhoramentos, cuja população de alcance é de cerca de 29 milhões de habitantes.

No subprograma REFINESG, cujo objetivo final é o controle da poluição das águas, o montante de financiamentos concedidos pelo SFS é de cerca de 163 milhões de cruzeiros, estando o investimento global estimado em Cr\$ 241 milhões. Esses números representam a programação do atendimento de 27 cidades.

O total dos compromissos assumidos pelo Sistema, através de convênios (promessas de financiamento) e contratos, é de cerca de Cr\$ 1,8 bilhões, estando o investimento global previsto em mais de Cr\$ 3,0 bilhões. Com esses financiamentos serão beneficiadas, logo após a execução dos projetos, mais de 27 milhões de pessoas, distribuídas por 983 municípios.

RESULTADOS GLOBAIS — PROGRAMAS HABITACIONAIS E COMPLEMENTARES

O montante de investimentos proporcionado pela atuação do BNH, durante o mês de dezembro, através de seus programas habitacionais e complementares, foi da ordem de Cr\$ 557 milhões. Dêse total, Cr\$ 388 milhões, representando 70%, foram financiados, cabendo Cr\$ 283 milhões ao Banco e o restante aos seus agentes regionais e locais. O quadro n.º 4 mostra os resultados de empréstimos, mútuos e investimentos obtidos em cada um dos programas em que o Banco atuou durante o mês.

Os resultados acumulados, até o mês de dezembro mostram um total de financiamentos concedidos pelos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento, superior a Cr\$ 14 bilhões. 68% desse valor corresponde ao que foi emprestado pelo Banco, atingindo Cr\$ 9,3 bilhões. Esses recursos vêm sendo utilizados nos programas habitacionais e complementares, proporcionando um total de investimentos superior a 21 bilhões de cruzeiros. Como se pode ver no quadro n.º 5, no qual esses resultados estão distribuídos pelos programas, cerca de 81% dos recursos do Banco destinam-se à produção e comercialização de habitações, 11% estão sendo utilizados no saneamento de núcleos urbanos e 8% no financiamento de materiais de construção.

Os resultados obtidos em cada uma das cinco regiões do país estão apresentados no quadro n.º 6, independentemente dos programas em que o Banco tenha atuado.

Em termos absolutos, é nítida a concentração de recursos na região Sudeste, para onde afluíram mais de 55% dos empréstimos concedidos pelo BNH durante o mês. Somente os estados da Guanabara e São Paulo receberam conjuntamente 48% do total de financiamentos concedidos pelo Banco.

Examinando-se os resultados em relação às populações urbanas, que são as reais beneficiárias dos financiamentos concedidos, a situação de cada uma das regiões fica sendo a que consta do quadro n.º 7.

Como se vê, os resultados *per capita* mostram uma situação inteiramente diversa. Os melhores resultados estão na região Norte, devido a financiamentos para abastecimento

QUADRO N.º 6

| Regiões | Valores (Cr\$ 1 000,00) | | |
|---------------|-------------------------|----------------|----------------|
| | Empréstimos | Mútuos | Investimentos |
| NORTE | 15 170 | 32 953 | 44 193 |
| NORDESTE | 35 807 | 47 100 | 58 962 |
| SUDESTE | 154 589 | 215 576 | 302 246 |
| SUL | 59 370 | 72 884 | 93 769 |
| CENTRO-OESTE | 873 | 2 295 | 2 512 |
| A DISCRIMINAR | 16 806 | 16 806 | 55 459 |
| TOTAL | 282 615 | 387 614 | 557 141 |

Valores corrigidos — UPC = Cr\$ 47,61

QUADRO N.º 7

| Regiões | População Urbana 1 000 Habit. | Valores (Cr\$ por 1 000 habit.) | | |
|------------------------|----------------------------------|---------------------------------|--------------|---------------|
| | | Empréstimos | Mútuos | Investimentos |
| NORTE | 1 521 | 9 974 | 21 665 | 29 055 |
| NORDESTE | 10 534 | 3 399 | 4 471 | 5 597 |
| SUDESTE | 26 714 | 5 787 | 8 070 | 11 314 |
| SUL | 7 855 | 7 558 | 9 279 | 11 937 |
| CENTRO-OESTE | 1 869 | 467 | 1 228 | 1 344 |
| MÉDIA DO BRASIL | 48 493 | 5 828 | 7 993 | 11 489 |

Valores corrigidos — UPC = Cr\$ 47,61

QUADRO N.º 8

| Regiões | VALORES (Cr\$ 1 000,00) | | |
|---------------|-------------------------|-------------------|-------------------|
| | Empréstimos | Mútuos | Investimentos |
| NORTE | 253 750 | 365 478 | 487 161 |
| NORDESTE | 1 321 282 | 1 858 215 | 2 459 906 |
| SUDESTE | 5 425 972 | 9 337 063 | 13 712 677 |
| SUL | 1 108 025 | 1 851 419 | 2 541 635 |
| CENTRO-OESTE | 875 916 | 928 309 | 1 254 181 |
| A DISCRIMINAR | 346 780 | 391 070 | 1 041 752 |
| TOTAL | 9 331 725 | 14 731 554 | 21 497 312 |

Valores corrigidos — UPC = Cr\$ 47,61

QUADRO N.º 9

| Regiões | População Urbana 1 000 Habit. | Valores (Cr\$ p/1 000 Habitantes) | | |
|------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|----------------|----------------|
| | | Empréstimos | Mútuos | Investimentos |
| NORTE | 1 521 | 166 831 | 240 288 | 320 290 |
| NORDESTE | 10 534 | 125 430 | 176 402 | 233 521 |
| SUDESTE | 26 714 | 203 113 | 349 519 | 513 314 |
| SUL | 7 855 | 141 060 | 235 699 | 323 569 |
| CENTRO-OESTE | 1 869 | 468 655 | 496 688 | 671 044 |
| MÉDIA DO BRASIL | 48 493 | 192 434 | 303 777 | 443 308 |

Valores corrigidos — UPC = Cr\$ 47,61

QUADRO N.º 10

| Regiões | Número de Unidades Habitacionais Financiadas | | | |
|-----------------------|--|--------------------------|-------------------------|--------------------------|
| | No mês de Dezembro | | Acumulados Até Dezembro | |
| | Absoluto | Por milhão de Habitantes | Absoluto | Por Milhão de Habitantes |
| NORTE | 110 | 72 | 16 990 | 11 170 |
| NORDESTE | 2 523 | 240 | 107 653 | 10 230 |
| SUDESTE | 8 399 | 314 | 397 304 | 14 873 |
| SUL | 3 613 | 460 | 87 455 | 11 134 |
| CENTRO-OESTE | 136 | 73 | 44 061 | 23 575 |
| A DISCRIMINAR | 1 028 | — | 23 241 | — |
| TOTAL OU MÉDIA | 15 809 | 326 | 676 704 | 13 395 |

d'água, concedidos a municípios paraenses. A região Sul apresenta, também, excelentes resultados de empréstimos, mútuos e investimentos globais, em decorrência de financiamentos concedidos nos programas habitacionais, especialmente no Rio Grande do Sul, onde foram contratados mais de 2 400 unidades residenciais.

Em termos acumulados, os resultados de empréstimos, mútuos e investimentos alcançados em cada uma das regiões estão discriminados no quadro n.º 8.

É claro que a região Sudeste apresenta resultados nitidamente superiores às demais, com mais de 58% do total de empréstimos concedidos pelo Banco e cerca de 64% dos investimentos globais gerados.

Considerados em relação às populações urbanas, são os seguintes os resultados regionais

obtidos nos financiamentos concedidos pelo Banco até o mês de dezembro, apresentados no quadro n.º 9.

Como se pode ver, os resultados da região Centro-Oeste são bem superiores aos das demais regiões, o que se deve naturalmente à concentração de recursos na área do Distrito Federal. A região Sudeste, cuja superioridade é nítida, em termos absolutos, apresenta uma média de empréstimos *per capita* apenas 12% superior à da região Norte.

Para que se possa examinar os resultados obtidos apenas nos programas que geram habitação, o quadro número 10 mostra o número de unidades financiadas em cada uma das regiões, tanto em termos absolutos como em relação às populações beneficiadas.

MANTENHA-SE ATUALIZADO

Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (ABPA)

Publicação Trimestral do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas, na qual o leitor encontrará artigos e comentários atuais sobre temas psicológicos, além de seleta informação bibliográfica.

| | |
|---------------------------|-------|
| Assinatura anual: | |
| Porte simples | 25,00 |
| Porte aéreo | 30,00 |
| Número avulso ou atrasado | 7,00 |

Conjuntura Econômica (CEP)

Publicação Mensal do Instituto Brasileiro de Economia da F.G.V., apresenta análise da situação e dos problemas econômicos e financeiros nacionais e estrangeiros, além dos índices econômico-financeiros do País.

| | |
|---------------------------|-------|
| Assinatura anual: | |
| Porte simples | 30,00 |
| Porte aéreo | 40,00 |
| Número avulso ou atrasado | 3,00 |

Curriculum (CUR)

Publicação Trimestral do Colégio Nova Friburgo; dedica-se a questões relativas ao ensino médio, incluindo trabalhos sobre didática, auxílios audiovisuais, práticas educativas e demais assuntos que se relacionem com o problema da educação.

| | |
|---------------------------|-------|
| Assinatura anual: | |
| Porte simples | 12,00 |
| Porte aéreo | 18,00 |
| Número avulso ou atrasado | 3,00 |

Revista de Administração de Empresas (R A E)

Publicação Trimestral do Centro de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, destina-se a fornecer elementos e critérios mais atualizados da moderna administração de empresas; focalizar ângulos de interpretação dos fatos e problemas; abrir novas perspectivas para uma atuação mais produtiva e relevante.

| | |
|---|-------|
| Assinatura anual: | |
| Porte simples | 25,00 |
| Porte aéreo | 30,00 |
| Número avulso ou atrasado | 7,00 |
| Encadernado (Vols. IV, V, VI e VII) cada vol. | 35,00 |

Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, bimestral. Inglês, francês e espanhol.

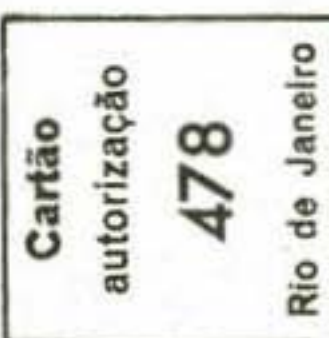
| | |
|-------------------|-------|
| Assinatura anual: | 13,00 |
| Número avulso: | 3,00 |

Crónica de la Unesco, mensal. Inglês, francês e espanhol.

| | |
|-------------------|-------|
| Assinatura anual: | 10,00 |
| Número avulso: | 1,00 |

Revue Internationale des Sciences Sociales, trimestral. Inglês e francês.

| | |
|-------------------|-------|
| Assinatura anual: | 24,00 |
| Número avulso | 7,00 |



Cartão Resposta Comercial

não é necessário selar

o selo será pago pela

Fundação Getúlio Vargas

Serviço de Publicações

Praia de Botafogo 188.C.P. 21.120 - ZC-05 - Rio Gb.

MANTENHA-SE ATUALIZADO

Impact: Science et Société, trimestral. Inglês e francês.

Assinatura anual: 14,00
Número avulso: 4,00

Museum, trimestral. Inglês e francês.

Assinatura anual: 35,00
Número avulso: 10,00

El Correo, mensal. Inglês, francês, espanhol e mais nove idiomas.

Assinatura anual: 10,00
Número avulso: 1,50

Revista de Administração Pública (RAP)

Publicação Semestral do Centro de Pesquisas Administrativas da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). Conta, em seu corpo de colaboradores efetivos, com os mais respeitados especialistas brasileiros.

Assinatura anual:
Porte simples 18,00
Porte aéreo 20,00
Número avulso ou atrasado 10,00

Revista Brasileira de Economia (RBE)

Publicação Trimestral do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da F.G.V., divulga trabalhos de economia teórica e aplicada de economistas brasileiros e estrangeiros.

Assinatura anual:
Porte simples 18,00
Porte aéreo 30,00
Número avulso ou atrasado 5,00

Revista de Ciência Política (RCP)

Publicação Trimestral do Instituto de Direito Público e Ciência Política. Inicialmente denominada **Revista de Direito Público e Ciência Política**, publica artigos doutrinários, bibliografia e informes em geral, de preferência sobre problemas de sociologia política, análise das instituições do Estado e da maneira como se comportam.

Assinatura anual:
Porte simples 25,00
Porte aéreo 30,00
Número avulso ou atrasado 7,00

Revista de Direito Administrativo (RDA)

Publicação Trimestral da Fundação Getúlio Vargas. Destina-se a todos quantos, no serviço público ou fora dele, se dedicam ao estudo e à aplicação do Direito. Periódicamente, de 30 em 30 números, a revista edita o Índice Remissivo de suas edições. Esse índice, de rara utilidade prática, contém, além de completa indicação das matérias e autores, revisão integral da legislação do período e resumo da jurisprudência publicada, constituindo-se, assim, em roteiro seguro para pesquisas e consultas. Já à venda os dois primeiros volumes, correspondentes aos números de 1 a 30 e 31 a 60, respectivamente.

Assinatura anual:
Brochura porte simples 55,00
Encadernado porte simples 60,00
Brochura via aérea 60,00
Encadernado via aérea 80,00
Exemplar avulso ou atrasado
Brochura 15,00
Encadernado 20,00
Índices
Preço unitário (venda avulsa)
Brochura 15,00
Encadernado 20,00

Autoreizo uma assinatura da(s) publicação(ões) abaixo, com a primeira remessa pelo Reembolso Postal.

Nome

Endereço

Cidade

Estado

ortar aqui

RELAÇÃO DE ANUNCIANTES

| | |
|---|-----------------|
| Albeisa do Brasil (Editores) Ltda. | 93 |
| Banco da Amazônia S. A. | 144 |
| Banco América do Sul S. A. | 60 |
| Banco Boavista S. A. | 66 |
| Banco do Brasil S. A. | 62, 63 e 64 |
| Banco Comercial do Estado de São Paulo S. A. | 28 e 29 |
| Banco do Commercio e Indústria de São Paulo S. A. | 14 e 15 |
| Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. | 69 |
| Banco do Estado de Minas Gerais S. A. | 139 |
| Banco Finasa de Investimento S. A. | 148 |
| Banco de Investimentos COPEG S. A. | 113 |
| Banco de Investimento Credisan S. A. | 143 |
| Banco Mercantil de São Paulo S. A. | 70, 71, 72 e 73 |
| Banco Mercantil de São Paulo S. A. | 45 |
| Banco Nacional da Habitação (balanço) | 104 e 105 |
| Banco Nacional da Habitação (texto) | 165 e 166 |
| Banco Português do Brasil S. A. | 126 |
| Burroughs Eletrônica Ltda. | 27 |
| CEIBRASIL — Cia. Engenharia e Indústria | 30 |
| Centro Interamericano de Feiras e Salões S. A. | 46 |
| Cia. Antarctica Paulista | 122 |
| Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga | 147 |
| Cia. Cervejaria Brahma | 16 |
| Cia. de Cigarros Souza Cruz | 54 |
| Cia. Nacional de Tecidos Nova América | 106 |
| CREDIBRÁS — Financeira do Brasil S. A. | 124 e 125 |
| Duralex S. A. Indústria e Comércio | 123 |
| Estacas Franki Ltda. | 74 |
| Indústrias Villares S. A. | 4.ª capa |
| Instituições Financeiras Itaú | 47, 48 e 49, 50 |
| Light — Serviços de Eletricidade S. A. | 78 |
| Macife S. A. | 90 |
| NCR do Brasil S. A. | 3.ª capa |
| NCR do Brasil S. A. | 3 |
| Revista do Clube de Engenharia | 152 |
| S. A. Tubos Brasilit | 6 |
| Sul América — Cia. Nacional de Seguros de Vida | 10 |
| Superintendência do Desenvolvimento da Pesca | 129 |
| Xerox do Brasil S. A. | 61 |

Conjuntura econômica. ano 1- n. 1- nov.
1947- Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1947-
v. ilustr. 25,5 cm mensal

Diretores: Nov. 1947-março 1952, Richard Lewinsohn.-

Maio 1952 — José Garrido Torres.-

1. Brasil — Economia — Periódicos. 2. Economia política — Brasil — Periódicos. I. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Economia. I. Lewinsohn, Richard, dir. II. Torres, José Garrido, dir.

CDD 330.5

A INFORMAÇÃO AO SEU ALCANCE

Administração Pública ou Administração de Empresas, Ciência Política ou Contabilidade, Economia ou Psicologia, Direito ou Didática são assuntos que não têm segredos para a Fundação Getúlio Vargas.

Seus livros e periódicos abrangem todos esses campos e são encontrados nos seguintes locais:

| | |
|------------------------|---------------------------|
| Praia de Botafogo, 188 | Avenida Graça Aranha, 26 |
| Caixa Postal, 21.120 | Lojas C e H |
| Rio de Janeiro, GB | Rio de Janeiro, GB |
| Super Quadra 104 | Avenida Nove de Julho, 22 |
| Bloco A | 2029, Caixa Postal, 5534 |
| Loja 11 Brasília, DF | São Paulo, SP |

NOVA

MÁQUINA DE CONTABILIDADE ELETRÔNICA



400

rompendo a complexa barreira do processamento eletrônico de dados, permite a execução de serviços contábeis através de:

- programas em fita de papel perfurada
- fichas com faixas magnéticas
- cartões perfurados

de operação fácil a NCR 400 ocupa pouco espaço proporcionando resultados imediatos.

NCR

NCR DO BRASIL S. A.

Av. Marechal Floriano, 96 - Tel.: 223-8080 - Rio-GB

Av. 24 de Maio, 77 - 16º Tel.: 36-3884 - SP-

Filiais atendendo a todos os Estados

Villares exporta aço para a Alemanha.

Villares exporta aço, lingoteiras e autopeças para os Estados Unidos.

Villares exporta elevadores, escadas rolantes, escavadeiras e pontes rolantes para quase toda a América Latina, incluindo México e Venezuela.

Villares acrescenta, à sua experiência de mais de meio século, o "know-how" de companhias de fama internacional: Westinghouse, Budd, Harnischfeger, Burmeister & Wain, Ohio Steel, Allegheny Ludlum, Lebanon Steel, Crucible, Goetzewerke.

Villares aumenta cada vez mais o montante de divisas do Brasil.

**Nada mau
para aquele "país
essencialmente
agrícola," não?**



VILLARES